

GOVERNAMENTALIDADES  
LATINO-AMERICANAS:  
TRAMAS ENTRE COLONIALIDADE E  
NEOLIBERALISMO

Fabiana A. A. Jardim

Oswaldo López-Ruiz

Pablo Méndez

Organizadores



**GOVERNAMENTALIDADES  
LATINO-AMERICANAS:  
TRAMAS ENTRE COLONIALIDADE E  
NEOLIBERALISMO**

COLEÇÃO DESBORDAR

Fabiana A. A. Jardim

Oswaldo López-Ruiz

Pablo Méndez

ORGANIZADORES

**GOVERNAMENTALIDADES  
LATINO-AMERICANAS:  
TRAMAS ENTRE COLONIALIDADE E  
NEOLIBERALISMO**

São Paulo

2024

· FEUSP

© Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Coord. Editorial: Fabiana A. A. Jardim

Diagramação: Eduardo Izumino

Imagem da capa: Fabiana A. A. Jardim e Microsoft Copilot

Revisão dos Autores

CONSELHO EDITORIAL – COLEÇÃO DESBORDAR

Ana Lúcia Teixeira, Unifesp

Carla Bernava, UEM

Daniel Pereira Andrade, FGV – SP

Fabiana A. A. Jardim, USP

Jacqueline Moraes Teixeira, UnB

Liana de Paula, Unifesp

Maria Helena Oliva Augusto, USP

Mariana Côrtes, UFU

Osvaldo López-Ruiz, Conicet – Argentina

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Common* indicada.



**Universidade de São Paulo**

*Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior*

*Vice-Reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda*

**Faculdade de Educação**

*Diretora: Profa. Dra. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto*

*Vice-Diretor: Prof. Dr. Valdir Heitor Barçotto*

**Direitos desta edição reservados à FEUSP**

Avenida da Universidade, 308  
Cidade Universitária – Butantã  
05508-040 – São Paulo – Brasil  
(11) 3091-2360  
E-mail: [spdfc@usp.br](mailto:spdfc@usp.br)  
<http://www4.fe.usp.br/>

**Catálogo na Publicação**

**Biblioteca Celso de Rui Beisiegel**

**Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**

---

G721 Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialidade e neoliberalismo. / Fabiana A. A. Jardim; Osvaldo López-Ruiz; Pablo Méndez (organizadores).  
São Paulo: FEUSP, 2024. (Desbordar).  
300 p.

ISBN: 978-65-87047-66-9 (E-book)

DOI: 10.11606/9786587047669

1. América Latina. 2. Governamentalidade. 3. Neoliberalismo. 4. Estado. I. Jardim, Fabiana A. A. (org.). II. López-Ruiz, Osvaldo (org.). III. Méndez, Pablo (org.). IV. Título.

CDD 22<sup>a</sup> ed. 37.01

---

Ficha elaborada por: **José Aguinaldo da Silva** – CRB8<sup>a</sup>: 7532

## Sumário

9

### **América Latina: para além da governamentalidade neoliberal?**

Oswaldo López-Ruiz, Pablo Méndez, Fabiana A. A. Jardim

#### I – NEOLIBERALISMOS E GOVERNAMENTALIDADE

22

### **Governamentalidade e além: entrevista com Colin Gordon**

Colin Gordon, William Walters, Martina Tazzioli

42

### **A “burocracia managerial”: management e neoliberalismo na experiência**

#### **Argentina recente**

Oswaldo López-Ruiz

72

### **Saber experto, democracia y producción de sentido en la Argentina. Los think tanks neoliberales durante el gobierno de Cambiemos (2015-2019)**

Pablo Méndez

97

### **Reflexões sobre governamentalidades e violências a partir das (re)montagens da questão social nas margens**

Fabiana A. A. Jardim

#### II – NEOLIBERALISMOS E TRABALHO

127

### **Pensamento latino-americano e desigualdades: configurando um pedacinho da paisagem a partir da Psicologia Social do Trabalho**

Leny Sato

138

### **Dinámicas de reconocimiento en el trabajo y procesos de individuación en el contexto de la industria del software en Uruguay**

Mariela Quiñones, María Julia Acosta

152

### **Empreendedorismo e investimento político no corpo para a produtividade neoliberal**

Flávia M. Uchôa de Oliveira

170

### **Una actividad como espacio de tránsito. El trabajo de los deliveries por plataformas virtuales en la Ciudad de Buenos Aires**

Oswaldo Battistini

193

**La incorporación del juego como estrategia de implicación subjetiva en el trabajo  
en grandes empresas**

Diego Szlechter, Camila Bentivoglio, Anabel Pavone

II – NEOLIBERALISMOS E ESPACIALIDADES

222

**Pobreza, vulnerabilidade e desigualdades: reflexões sobre a política de  
assistência social no Brasil contemporâneo**

Mariana Prioli Cordeiro, Jacqueline I. M. Brigagão, Cláudia Maliverni

241

**Habitar as fronteiras da cidade: governos das margens no Rio de Janeiro**

Edson Miagusko

253

**La magia del neoliberalismo: Una historia sobre el acto fantástico de  
desaparición del agua en la Isla de Papayal (Colombia)**

Juan Felipe Garcia Arboleda

279

**Geontologias**

Elizabeth A. Povinelli

297

**Sobre os autores e as autoras**



## América Latina: para além da governamentalidade neoliberal?

Oswaldo López-Ruiz

Pablo Méndez

Fabiana A. A. Jardim

Nos primeiros anos da terceira década do século XXI destacam-se efemérides significativas para muitos países da América Latina: em 2023, completam-se 50 anos desde os golpes militares no Chile e no Uruguai e comemoram-se 40 anos da recuperação da democracia na Argentina; em 2024, lembramos os 60 anos desde os golpes militares no Brasil e na Bolívia; em 2025, comemoram-se 40 anos da recuperação da democracia no Uruguai e no Brasil, entre outras datas que poderíamos salientar.

Se iniciamos nos referindo às ditaduras militares, civil-militares ou civil-empresarial-militares é porque foram também o contexto dos primeiros ensaios da implementação da agenda neoliberal, aplicada emblematicamente no Chile a partir do golpe liderado por Augusto Pinochet em 1973. Naquele momento, tal agenda aparecia como doutrina econômica, e o golpe abriu caminho para o desembarque dos economistas da Universidade de Chicago –os Chicago boys–, sob a liderança de Milton Friedman, no Palácio de La Moneda –violentamente “desocupado” por meio do assassinato de Salvador Allende. O neoliberalismo econômico também foi ensaiado na Argentina durante a ditadura que começou em 1976, liderada por Jorge Rafael Videla, que teve José Alfredo Martínez de Hoz como Ministro da Economia.<sup>1</sup> Recusado, ao menos em sua dimensão econômica, nos primeiros momentos das transições democráticas que ocorreram no continente ao longo dos anos 1980, nos anos 1990 o neoliberalismo reaparece e volta a visitar as terras do Sul do continente americano antes de fazê-lo por outras regiões do mundo, agora não apenas como uma doutrina econômica, mas como uma racionalidade política. Na Argentina de Carlos Menem, Domingo Cavallo e Fernando de la Rúa, tal agenda se instala com especial virulência entre 1989 e 2001, com resultados desastrosos sobre as condições de vida e a desigualdade socioeconômica. Entre 1992 e 2002, no Brasil de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o neoliberalismo ressurgiu, quiçá mobilizando outras práticas e com efeitos menos devastadores, porém muito profundos e extensos sobre a trama social. Tais países do Cone Sul acabaram servindo como laboratório de fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais que só anos depois viriam a se manifestar em sociedades do chamado Norte Global. Nos anos posteriores à crise econômica global de 2008, em nossas latitudes

---

<sup>1</sup> Alguns dos fundamentos intelectuais das políticas econômicas de ambas as ditaduras podem ser encontrados em “*El Ladrillo*”. *Bases de la política Económica del Gobierno Militar Chileno* (AA.VV, 1973) e *Bases para una Argentina Moderna 1976-1980* (Martínez de Hoz, 1981). Para um estudo pormenorizado dos grupos intelectuais que participaram na última ditadura civil-militar na Argentina, ver Vicente (2015).

líamos com certa surpresa e perplexidade a falta de novidade da “novidade” apontada pelos pesquisadores daqueles territórios: os diagnósticos e análises sobre os efeitos e consequências que a implementação de programas e políticas neoliberais estavam produzindo nas sociedades europeias nos soavam muito familiares; para nós, muitos destes temas tinham sido já longamente debatidos, conceituados e, sobretudo, experienciados em carne própria.

A despeito das semelhanças, é necessário questionar se estávamos falando, de fato, da mesma coisa. O neoliberalismo que começava a mostrar suas consequências no mundo euro-atlântico era o mesmo que antes se manifestara na América do Sul? Dito em outros termos, deveríamos continuar falando de neoliberalismo no singular ou singularizar o neoliberalismo como um só obrigava a um nível de generalização tão grande que fazia o conceito perder capacidade descritiva e força teórica? Ao refletir sobre as encarnações do neoliberalismo em diferentes tempos e territórios, alguns autores de nosso continente (Andrade, 2019, 2022; Méndez, 2020) e de outras partes do mundo (Ong, 2006, 2007; Venugopal, 2015) preferiram falar de neoliberalismos no plural, salientando as particularidades que este adquire em cada contexto. Tornou-se evidente a necessidade de clarificar o que entendemos por neoliberalismo em sentido “puro”, típico ideal, assim como a de complexificar a análise para entender as particularidades que este adquire em cada lugar, suas hibridações (Andrade; Côrtes, 2022; Cruz Junior, 2022) com distintas lógicas locais, tradições culturais e formas de governo.

Entender o neoliberalismo como racionalidade política significa se colocar além das primeiras interpretações que o apresentavam como uma teoria ou doutrina econômica e também se mover de sua compreensão como mera ideologia. Seguindo a linha inaugurada por Michel Foucault, em seus cursos no *Collège de France* no final dos anos 1970 (Foucault, 2008a, 2008b), podemos pensar o neoliberalismo como uma forma particular de racionalidade política entre outras historicamente possíveis, cada uma delas vinculada a uma determinada forma de exercício do poder: a soberania, a disciplina, e o governo. O que Foucault chama em sentido muito amplo de “governo” –muito mais abrangente do que o governo político ou “o governo” como instituição– é a condução da conduta. Portanto, ao pensar o neoliberalismo como racionalidade política de governo, uma “racionalidade governamental” ou uma “governamentalidade” –neologismo criado por ele–, trata-se de colocar em primeiro plano que o que começou sendo uma teoria econômica e uma doutrina política acabou se difundindo e permeando todos os planos do mundo social e da vida dos indivíduos. Assim, podemos entender como o neoliberalismo é muito mais do que uma teoria, uma doutrina ou uma ideologia. Trata-se da razão do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, da razão organizadora e configuradora do mundo social, isto é, uma lógica e uma racionalidade que tendem a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas também a conduta dos próprios governados. Trata-se de uma norma de vida social, a norma neoliberal, que define não apenas a maneira em que hoje vivemos –nosso modo de vida–, mas as formas com que sentimos e pensamos. Nesta chave interpretativa, o neoliberalismo constituiu-se como uma norma geral de vida e uma norma para a própria vida, que atua ao nível da subjetividade de cada indivíduo e a remodela. Dito de outro modo, o neoliberalismo virou “uma nova razão do mundo” e “a forma da nossa existência” (Dardot; Laval, 2009, p. 5).

Por sua vez, a governamentalidade neoliberal é aquela que se exerce no âmbito do Estado, seguindo um conjunto de leis e regras preestabelecidas, mas que se caracterizam por tomar a economia política como princípio de limitação interna da razão de Estado e o comportamento racional dos governados como princípio de racionalização desta particular forma de governar (Foucault, 2008a). Assim, a proposta de examinar os diferentes aspectos das mudanças sociais, econômicas, populacionais e políticas que não cessaram de ocorrer no continente latino-americano a partir dos rastros que tem deixado o neoliberalismo, entendido

no sentido amplo e abrangente de uma racionalidade política, levam a nos questionar sobre as diferentes formas pelas quais o poder é exercido, bem como o sentido em que é produzido dentro dessa governamentalidade.

Quando consideramos as transformações ocorridas no continente latino-americano nas últimas quatro décadas à luz das observações feitas acima a respeito dos neoliberalismos, seus diferentes ritmos e diferentes configurações, uma série de perguntas podem ser levantadas: haveria marcas coloniais que incidem sobre as formas assumidas pelo neoliberalismo nos países do continente? E o que dizer das heranças dos muitos processos autoritários que pontuam a história das nações latino-americanas? Como tais marcas reconfiguram os nexos entre Estado e violência, no contexto do neoliberalismo e suas relações com dinâmicas de guerra (Alliez; Lazzarato, 2021; Harcourt, 2021; Dardot *et al.*, 2021)? A despeito da agenda de reformas econômicas e na gestão pública, podemos afirmar que vivemos o apagamento das fronteiras entre Estado, mercado e sociedade civil? O que dizer dos efeitos da racionalidade neoliberal para as distinções entre público, privado e íntimo (Brown, 2019)? Ou sobre os efeitos dessa racionalidade sobre os laços sociais e as instituições democráticas? Até que ponto e de que maneiras os avanços de “novas formas de fazer política”, como o uso extensivo –e muitas vezes abusivo– das redes sociais, e também o uso ilegal da mineração e análise de dados privados para a comunicação estratégica nas campanhas eleitorais se articula à governamentalidade?<sup>2</sup> Em outras palavras, dado o que sabemos hoje a respeito dos neoliberalismos, será que estamos ainda mergulhados em uma experiência que pode ser compreendida nestes termos ou precisamos de outras categorias analíticas e enquadramentos teórico-metodológicos para pensar o que nos passa? Nesse sentido, podemos nos questionar até que ponto a noção de “governamentalidade neoliberal” faz sentido como grade de inteligibilidade do que acontece na atualidade na América Latina: estamos aquém ou além do neoliberalismo?

Tais perguntas e inquietações estiveram presentes quando de nossa decisão de incorporar, neste volume dedicado a pensar as governamentalidades latino-americanas, a tradução para o português da entrevista que Colin Gordon concedeu a William Walters e Martina Tazzioli (Gordon; Walters; Tazzioli, 2023). Em suas vívidas respostas, elaboradas a partir de sua militância e participação intensa nos debates que antecederam o Brexit, Gordon coloca a questão de se a governamentalidade, como uma forma de condução racional da conduta, pode nos ajudar a entender eventos políticos como o próprio Brexit ou a chegada ao governo dos Estados Unidos de uma figura como Donald Trump, além de outras figuras mundo afora, como Jair Bolsonaro no Brasil, Recep T. Erdogan na Turquia, Narendra Modi na Índia, Boris Johnson no Reino Unido, Matteo Salvini e Giorgia Meloni na Itália ou, mais recentemente, Javier Milei na Argentina. Em certas partes de nosso mundo contemporâneo, segundo o entrevistado, parece que estamos nos movendo para uma era de pós-governamentalidade. Um claro exemplo disso é a captura do Estado pelas corporações, quando o tamanho e o poder destas lhe conferem capacidade de manipular processos legislativos a seu favor e intervir na ordem regulatória nacional e internacional. Nesse sentido, temos que nos lembrar que o Estado, em sua trajetória no mundo do ocidente euro-atlântico, é uma instituição de governamentalidade baseada na lei. Quando se perdem os controles democráticos do Estado e sua capacidade de legislar a partir de princípios conectados a seus valores e Razão, avançam os chamados iliberalismos e reaparecem (ainda que articulados a

---

<sup>2</sup> Existem suspeitas significativas de que os serviços da *Cambridge Analytica* foram usados nas campanhas eleitorais para as eleições presidenciais da Argentina e do Brasil, de Macri em 2015 e Bolsonaro em 2018 respectivamente. Ditas suspeitas estão baseadas no depoimento de Alexander Nix, ex-CEO da *Cambridge Analytica* no parlamento britânico em junho de 2018. A respeito da lógica “*trickster*” de liderança de ambos os governantes, veja-se López-Ruiz; Jardim; Teixeira (2020).

novas práticas, técnicas ou tecnologias) – ou retornam ao centro – fatores e configurações anteriores à histórica governamentalização do Estado, isto é, aos processos que concentraram em seu interior elementos de regulação e a violência originária do poder. É por isso que Colin Gordon sugere que provavelmente estamos testemunhando o ocaso da governamentalidade. E é também por isso que nossas noções de política e poder, incluindo a noção de governamentalidade, requerem ser atualizadas, bem como novas categorias precisam ser incorporadas para a compreensão do presente –ainda que se trate de categorias que não exatamente evidenciam novos desdobramentos históricos, mas, simplesmente, emergem de arqueologias e genealogias realizadas em outros espaços que não o mundo euro-atlântico (Povinelli, 2023; Jardim, 2023). Ainda que Gordon não mencione a América Latina em particular em sua entrevista, a questão da governamentalidade e seu além nos pareceu uma questão relevante que, embora não seja abordada explicitamente nos capítulos que compõem o livro, estava, de certo modo, presente em cada um deles –era uma questão que pairava no ar. É possível que tal aspecto se conecte ao fato de que se tratam de textos escritos sobre e a partir das realidades muito diversas que podemos encontrar nos países desta região.

O livro que apresentamos teve origem em um seminário realizado em São Paulo, em junho de 2019 –em um mundo anterior à pandemia, portanto.<sup>3</sup> O encontro, que teve por tema “Três décadas de transformações na América Latina: governo, subjetividades, margens e neoliberalismos”, desenrolou-se ao longo de quatro dias de intenso trabalho, contando com conferências, mesas-redondas e uma conversa coletiva para desenho de projetos em comum. O processo de publicação dos resultados foi atravessado pela emergência sanitária decretada em março de 2020 e todos os seus efeitos, em termos de trabalho, pessoais e coletivos. Este livro, portanto, está bem longe do formato dos Anais de encontros científicos:<sup>4</sup> ele veio se reconfigurando ao longo dos anos que nos separam do encontro fértil que tivemos, em conversas, trocas de mensagens, partilha de angústias e novos encontros entre partes do grupo. Ainda, vale registrar que os capítulos foram finalizados pelos autores no segundo semestre de 2022.

O volume está organizado em três partes. A primeira está dedicada à discussão sobre os neoliberalismos e governamentalidade em termos mais gerais, em seguida já passando ao exame de experiências concretas em alguns de nossos países. A segunda parte é dedicada à relação entre os neoliberalismos e o trabalho, em que são analisados diferentes casos concretos que ajudam a entender melhor o lugar das subjetividades e suas transformações e reconfigurações. Na terceira e última parte o foco está na relação entre os neoliberalismos com o governo e o território, tanto no sentido de compreender lógicas territoriais de governo dos pobres e vulneráveis, quanto no que se refere aos novos arranjos de governamentalidade produzidos a partir das margens (que, no caso brasileiro, ganharam o centro da cena política nos anos da gestão de Jair Bolsonaro na presidência).<sup>5</sup> O livro está composto por capítulos escritos em português e castelhano. Ainda que tenhamos considerado preparar uma versão inteiramente em português, finalmente avaliamos que o bilinguismo seria também um modo de registrar algo que marca nossos encontros: o desejo de nos entendermos e de partilhar nossas preocupações e reflexões, mesmo quando, de fato, intraduzíveis, a partir dessa experiência comum de viver e pensar desde a América Latina. Ainda, entendemos que tal gesto amplia as possibilidades de circulação do livro por entre os países majoritariamente

---

<sup>3</sup> O seminário contou com fundamental apoio financeiro da CAPES (Processo 88881.290248/2018-01) e da Fapesp (Processo 2019/03392-3), instituições às quais agradecemos.

<sup>4</sup> As sessões do seminário podem ser acessadas no seguinte endereço [https://www.youtube.com/playlist?list=PLc-tG525-IImw48\\_8kw46DREKhfIafoxk](https://www.youtube.com/playlist?list=PLc-tG525-IImw48_8kw46DREKhfIafoxk)

<sup>5</sup> Além do capítulo de Edson Míaguskó, ver também Feltran (2020) e Côrtes (2022).

hispano-falantes da região. Tal qual o portunhol/portuñol, o bilinguismo articula nossas experiências de viver e pesquisar entre línguas.

\*\*\*

A primeira parte do livro, *Neoliberalismos e governamentalidade*, tem como primeiro capítulo a já mencionada entrevista com Colin Gordon, intitulada “Governamentalidade e além”. O segundo capítulo, de autoria de Osvaldo López-Ruiz, retoma um tema mencionado por Gordon: o *New Public Management* e como tal doutrina neoliberal vem prescrevendo as normas para a ação pública desde os anos 1980, a partir de uma lógica baseada no mercado. Em “A ‘burocracia managerial’: management e neoliberalismo na experiência Argentina recente”, argumenta-se que o *management* pode ser pensado como uma governamentalidade, como uma certa racionalidade governamental a partir da qual o poder é exercido. Neste sentido, o *management* deve ser considerado uma figura do político: mais do que um modelo de mercado, um modelo de gestão não só das empresas, mas também dos objetos, do tempo, das pessoas, das relações, de si mesmo e da própria vida (individual e coletiva). O argumento é construído mostrando como o *management*, em suas origens, compartilha os mesmos fundamentos, princípios e valores que o neoliberalismo e acaba sendo uma das ferramentas através das quais este é implementado. Porém, há no *management*, no seu exercício e nas suas doutrinas, um questionamento à “rigidez” das normas –tipicamente, as da “burocracia”– que vêm a ser substituídas pelo arbítrio das decisões do líder, o *manager*, quem, com suas competências e seu carisma, toma decisões sem precisar de justificativas ou de se apoiar estritamente no estabelecido. É por isso que as doutrinas manageriais tentam antagonizar sempre com a burocracia. A partir de uma genealogia da burocracia gerencialista –ou melhor, “managerial”–, o capítulo começa mostrando que o “management” e a “burocracia” –apresentados sempre como opostos–, mantêm entre si uma relação muito estreita. Exemplo disso pode ser achado na experiência Argentina recente quando foi popularizada a ideia de CEOcracia, o governo dos presidentes das grandes empresas e corporações. O caso é bastante paradigmático da chegada de altos executivos do setor privado a postos estratégicos de gestão do público, mas, e sobretudo, deixa clara a relação entre management e neoliberalismo e a dimensão política –e não apenas técnica e a-política– que tem o management. Como ferramenta de análise é proposta a noção “burocracia managerial”, entendida como um subtipo da forma de dominação racional com administração burocrática descrita por Weber, subtipo que mistura traços da dominação carismática e que permite ir além de certas antinomias analíticas para explicar melhor as dinâmicas do exercício do poder hoje. Por último, se o pensamento managerial, tal como é analisado neste capítulo, faz parte da governamentalidade neoliberal, a sua genealogia deixa ver indícios de como este pensamento coloca em questão as formas de governo baseadas na norma e, finalmente, na lei. Dito de uma outra forma, o management é uma ferramenta da governamentalidade neoliberal que, no entanto, se levada sua lógica ao extremo, pode nos colocar além da governamentalidade neoliberal.

O terceiro capítulo, “Saber experto, democracia e produção de sentido. O caso dos *think tanks* neoliberais na América Latina”, de Pablo Martín Méndez, analisa as atividades de três *think tanks* caracterizados como “neoliberais” que tiveram um impacto importante na agenda política da Argentina desde a década de 1980. São eles a Fundación Mediterránea (FM), a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) e o Centro de Estudios Macroeconómicos Argentinos (CEMA). Além das suas diferenças em termos de constituição interna e de atividades, esses *think tanks* estabeleceram ligações tanto com a última ditadura civil-militar quanto com os governos democraticamente eleitos: em primeiro lugar,

fornecendo funcionários públicos a diferentes áreas administrativas do Estado e, em segundo lugar, monitorando as políticas governamentais. Nesse contexto histórico, o capítulo centra-se num conjunto de práticas desenvolvidas pela FM, a Fiel e o CEMA durante o governo da Alianza Cambiemos (2015-2019) na Argentina. O capítulo tem como objetivo mostrar como esses *think tanks* procuraram moldar a agenda do governo Cambiemos por meio da formulação de diagnósticos de curto prazo e da proposta de um pacote de reformas. Para isso é analisado um grupo de dicotomias –“política-economia”, “declínio-reformas estruturais” e “gradualismo-choque”– que os *think tanks* estabelecem no nível discursivo e que, em várias ocasiões, forneceram um quadro de interpretação a respeito de como o governo ia se desenvolvendo. Através de dita análise foi possível observar não só como os atores locais intervêm na difusão e adoção das ideias neoliberais na Argentina, mas também em que medida procuram enquadrar a agenda dos governos no poder, mesmo quando expressam posições ideologicamente semelhantes.

A seção se encerra com o capítulo “Governamentalidades e violências a partir das (re)montagens da questão social nas margens”, de Fabiana A. A. Jardim. Em seu texto, Jardim busca contribuir para a compreensão de como práticas de governo dos pobres e da pobreza, e suas configurações estratégicas ao longo do século XX, assumem feições próprias no contexto latino-americano ao se encontrarem com problematizações conectadas aos poderes colonial e escravocrata, no intuito de refletir sobre tais trajetórias e as dinâmicas da violência de Estado ou de assinatura estatal. A autora inicia por delinear as noções de governamentalidade e biopolítica como ferramentas de análise, mobilizando autores como Achille Mbembe, Elizabeth A. Povinelli, Aníbal Quijano e Partha Chatterjee para afiar o gume analítico de tais noções, em especial quando se trata de decifrar experiências que têm lugar nas margens do mundo euroatlântico. Em seguida, busca caracterizar de que modo distintas paisagens do Estado na América Latina revelam uma profundidade temporal ligada à “Conquista” e à diáspora africana forçada pelo sequestro e pela escravização, constituindo uma arquitetura estatal em que se sobrepõem imaginações sobre os conquistados, os escravizados e os cidadãos, com importantes efeitos sobre modos de governo, subjetivações e sobre os sentidos da violência. Jardim encerra suas reflexões sugerindo que as políticas de memória, na luta por justiça e reparação, longe de se ligarem somente a práticas de reconhecimento de identidades étnicas ou raciais, conectam-se ao intenso trabalho de compreensão, nomeação e destruição de modos de dominação instalados no cerne da modernidade euroatlântica e à recalcitrância de povos e comunidades às violências coloniais e imperiais. Nesse esforço de pensar os arranjos de governamentalidade na América Latina, a autora aborda alguns temas tratados na segunda parte –notadamente, o lugar do trabalho na montagem da questão social– e na última parte, em que, a partir de contextos concretos, são apresentadas reflexões teóricas e metodológicas sobre o que significa pensar o Estado e o neoliberalismo a partir das margens.

Como já mencionado, a segunda parte do livro está dedicada à reflexão sobre os neoliberalismos e a questão do trabalho. O capítulo que abre a seção, “Pensamento latino-americano e desigualdades: configurando um pedacinho da paisagem a partir da Psicologia Social do Trabalho”, de Leny Sato, trata dos caminhos que foram construindo a psicologia social do trabalho no Brasil, as suas heranças e os avanços que significou o processo de redemocratização no país. Ainda, a autora trata dos diálogos que se foram estabelecendo com outras disciplinas e com autores de outros países da América Latina e, mais recentemente, da África –países estes onde a realidade constitutiva do universo do trabalho é tão polimorfa como no Brasil, embora esse fato tenha ficado invisibilizado por muitos anos.

O segundo capítulo da seção, intitulado “Dinâmicas de reconhecimento no trabalho e processos de individuação no contexto da indústria de software no Uruguai”, de Mariela Quiñones e María Julia Acosta, propõe analisar a conexão entre o conceito de trabalho e o

conceito de valoração social a partir das tendências e processos que caracterizam o mundo laboral contemporâneo. Como sinalizam as autoras, tal conexão é um terreno de lutas e disputas no qual não apenas participa o modo de entender o trabalho, mas também os valores dominantes a partir dos quais se estabelecem hierarquias e critérios de estima social. A análise utiliza a teoria crítica de Axel Honneth a respeito do trabalho como fonte de realização individual e autonomia moral. A partir desta base, chega-se a um importante argumento: no marco dos processos atuais de individuação do trabalho, o reconhecimento integra um mecanismo ideológico que produz a reversão parcial dos ganhos normativos institucionalizados no âmbito laboral. Com o objetivo de caracterizar o assim denominado “reconhecimento ideológico”, Quinõnes e Acosta oferecem um conjunto de evidências empíricas geradas por meio de diferentes pesquisas desenvolvidas no setor de desenvolvimento de software, no Uruguai, entre 2010 e 2020. Assim, o capítulo assinala que o reconhecimento se tornou funcional a um modo de dominação social não transparente, entendendo que a lógica mesma da legitimação das relações de dominação deve se tornar menos visível para ser mais efetiva.

O terceiro capítulo é de autoria de Flávia Uchôa de Oliveira. Em “Empreendedorismo e investimento político no corpo para a produtividade neoliberal”, a autora articula a realidade polimorfa do trabalho no Brasil –frequentemente referida como informalidade, como se estivéssemos tratando simplesmente de uma diferença em relação à norma do trabalho formal– e, sobretudo, as estratégias da viração presentes em amplas parcelas da classe trabalhadora, aos valores do empreendedorismo, pensando-o ainda em seus nexos com a democracia. Em diálogo direto com os estudos de governamentalidade, Oliveira busca elucidar de que modos, frente a uma cultura do trabalho tal como a constituída no Brasil, em que a precariedade dos vínculos e o autoritarismo presente nas relações hierárquicas instalou o sonho do trabalho por conta própria no coração de muitos trabalhadores, os arranjos neoliberais “inovaram” ao capturar, nas estratégias de governo dos outros, um amplo espectro de práticas de governo de si. Oliveira mostra ainda de que modos o empreendedorismo, como racionalidade e ideologia, positivou justamente os riscos que a linguagem da precarização denunciava como degradação do padrão de proteção e perdas. Refletindo no interior do campo da Psicologia Social, a autora destaca ainda o papel das ciências psi na gestão do trabalho e na disseminação de valores e práticas empreendedoras. Em suas conclusões, Oliveira põe em relevo os efeitos do empreendedorismo para os vínculos de solidariedade social dos quais dependem as práticas democráticas –a subjetivação para a participação e o cuidado com bens comuns é incompatível com a subjetivação empreendedora, resultando no esgarçamento do tecido social.

Os temas refletidos por Flávia Uchôa Oliveira também estão presentes no quarto capítulo desta seção. Em “Uma atividade como espaço de trânsito. O trabalho dos entregadores por plataformas virtuais na cidade de Buenos Aires”, Osvaldo Battistini trata do trabalho dos entregadores por plataformas virtuais na cidade de Buenos Aires, Argentina, e o define como um trabalho transitório –tal como percebido pela maioria daqueles que o realizam–, que se dá em um espaço de trânsito e promove a subjetividade de um “indivíduo em trânsito”, com referências identitárias frouxas. A investigação se baseia em entrevistas e em uma pesquisa com entregadores que trabalham para as principais plataformas virtuais da cidade. Os resultados mostram como, por meio deste tipo de trabalho, pode-se ver com mais clareza um fenômeno de maior envergadura que vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas: como a precarização do trabalho –definida por contratos laborais “mais flexíveis” e por tempo determinado– foi se instalando como nova normalidade e como signo de uma nova realidade laboral que promove a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho de um “empreendedor independente”. Este último estabeleceria, com a empresa para a qual trabalha, não uma relação laboral, mas uma relação comercial “empresa-empresa”.

Especificamente no trabalho de entrega por plataformas se estabelece uma lógica de dupla terceirização: a primeira é a do negócio gastronômico por aplicativo (*app*) e a segunda é a desta em relação aos entregadores, com os quais se estabelece um contrato como prestadores de serviço independentes. Isso gera, entre outras coisas, dificuldades para a identificação coletiva desses trabalhadores, o que repercute em uma relação muito frágil com as organizações sindicais que pretendem representá-los. Em síntese, este tipo de trabalhadores desenvolve, com relação a seu trabalho, uma identidade situacional carente de referências fortes que lhes permita projetar o futuro. Trata-se, no caso dos entregadores, de uma “identidade em trânsito” que pode estar nos mostrando características das novas relações que se estabelecem entre os trabalhadores e o trabalho em um contexto de virtualidades.

A partir de uma perspectiva crítica, em “A incorporação do jogo como uma estratégia de envolvimento subjetivo no trabalho em grandes empresas”, Diego Szlechter, Camila Bentivoglio e Anabel Pavone abordam o fenômeno dos *serious games* ou “jogos sérios” e sua aplicação no meio empresarial. Trata-se de “jogos que fazem mais do que entreter” e que se inscrevem num processo de gamificação ou ludificação que busca a motivação e o engajamento cognitivo e emocional dos trabalhadores com os objetivos da empresa. Em outras palavras, em termos gerais se trata de fomentar, por meio do jogo, as condutas desejadas e a promoção de um maior compromisso com a organização. Especificamente, em torno aos *serious games* se desenvolveu toda uma indústria que mobiliza importantes recursos econômicos e que envolve desde o desenho e desenvolvimento de *software* até a intervenção de consultores e promotores especializados. O capítulo inicia revisando os antecedentes teóricos e históricos da utilização do jogo tanto como ferramenta pedagógica quanto no âmbito laboral, para em seguida tomar como foco a própria história dos *serious games* que remonta aos anos 1970. A partir daí, detém-se nas formas de legitimação da gamificação, tais como o apelo às neurociências e o uso da motivação dentro do mundo empresarial como via de resolução da conflitividade inerente à relação capital-trabalho. Finalmente, são analisadas algumas das contradições da ludificação das relações de trabalho, bem como algumas das novas tendências da gamificação no em tal contexto para obter maior implicação subjetiva com o trabalho, com destaque para as contradições que emergiram no contexto da pandemia provocada pelo Sars-Cov-2.

A última parte do livro, *Neoliberalismos e espacialidades*, está dedicada a reflexões a respeito dos modos pelos quais racionalidades e práticas neoliberais se singularizam em territórios marcados pela história e pela violência coloniais ou, ainda, de que maneira se articulam as histórias e culturas locais, na dimensão das governamentalidades “de baixo para cima” ou desde as margens. Em outras palavras, como discutido por Andrade e Côrtes (2022), compreender a pluralidade do neoliberalismo passa tanto por pensar suas transformações ao longo do tempo quanto por “espacializá-lo”, isto é, por compreender os nexos que articulam suas táticas e estratégias a configurações de governo presentes em territórios específicos.

Nesse sentido, abre esta seção o capítulo “Pobreza, vulnerabilidade e desigualdades: reflexões sobre a política de assistência social no Brasil contemporâneo”, de Mariana Prioli Cordeiro, Jacqueline Brigagão e Cláudia Malinverni. As autoras delinham um panorama dos processos de reforma nas políticas de assistência social brasileiras na última década, explicitando a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 como momento em que os efeitos dos retrocessos iniciados na presidência de Michel Temer (2016-2018) se tornaram muito visíveis. Mantendo o foco nos processos ocorridos em nível federal, as autoras recuperam o movimento em que a agenda da assistência social se deslocou de uma questão de filantropia e assistencialismo para o campo dos direitos sociais, no contexto da transição democrática. Elas recuperam o fato, referido também em outros capítulos, de que o primeiro ciclo de reformas neoliberais no Brasil se deu entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, nas primeiras gestões para o Executivo federal eleitas diretamente após a



redemocratização. Se os governos petistas no Executivo federal lograram alterar o panorama da proteção social, especialmente por meio da introdução de políticas distributivas com impacto profundo sobre a pobreza rural e algum impacto sobre a pobreza urbana, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, uma série de reformas, medidas de restrição de financiamento e desmonte das estruturas e instituições significou o esvaziamento da rede de proteções que estava em construção. A crise sanitária provocada pela pandemia de Sars-Cov-2, assim, encontrou um tecido social fragilizado e amplas parcelas da população em situação de vulnerabilidade. Tudo isso agravado pela gestão de Jair Bolsonaro à frente do Executivo federal, que estabeleceu, desde os primeiros dias, o “caos como método” de governo, conforme a sugestão de Marcos Nobre (2019), algo que se aproxima dos iliberalismos referidos por Colin Gordon. Em torno do desenho concreto da política de assistência social se tornam visíveis os modos pelos quais as práticas da governamentalidade neoliberal reconfiguram a imaginação política sobre a natureza dos laços sociais e suas consequências para os modos de tratar os pobres, mais vulneráveis às vicissitudes da economia e da saúde.

Em outra escala de análise, em “Habitar as fronteiras da cidade: governos das margens no Rio de Janeiro”, Edson Miagusko examina as dinâmicas introduzidas pelo ciclo dos megaeventos no estado do Rio de Janeiro e seus nexos com a emergência de forças e formas de governo, enquanto “condução de condutas” e de si, que, articuladas nas margens do Estado, parecem ter chegado ao centro do poder no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Miagusko inicia articulando o lugar que as margens ocuparam no pensamento social latino-americano (conectado a um momento de apostas políticas no Estado, na industrialização e na urbanização) e seus limites para a compreensão do diagrama das relações sociais no continente, mobilizando ainda a perspectiva das margens hoje (Das; Poole, 2004; Foucault, 2005). Segue ao explorar os nexos entre este arcabouço teórico e achados de etnografias contemporâneas, a partir dos quais destaca os processos de militarização e milicianização do social, além do que nomeia como governamentalidade gospel e do empreendedorismo como agência de si. Tais práticas, enraizadas em relações locais e dinâmicas históricas específicas e territorializadas, constituem-se em uma constante relação com o Estado. Se em 2019, quando ocorreu o seminário, o Brasil e o mundo começavam a ter contato com o diagrama de forças e racionalidades organizado em torno de Bolsonaro, em seu capítulo, Miagusko discute como o Bolsonarismo “já funcionava de modo orgânico a partir das margens” (2024, p. 241). Para além de lançar luzes sobre alguns aspectos presentes na história recente do Rio de Janeiro e da democracia brasileira, o capítulo busca evidenciar os ganhos analíticos de perspectivas que não estão exclusivamente centradas na política institucional, na medida em que não é apenas neste nível que o jogo histórico se desenrola: para entender as contradições do que vivemos durante e depois da “onda rosa” na América Latina, bem como o novo ciclo de governos de centro-esquerda eleitos mais recentemente, é necessário interrogar o processo contínuo de governamentalização e des-governamentalização do Estado.

No capítulo “A magia do neoliberalismo: Uma história sobre o desaparecimento da água na Ilha de Papayal (Colômbia)”, Juan Felipe Garcia Arboleda nos apresenta a trajetória dos habitantes da Ilha de Papayal: a maneira pela qual se constituíram como comunidade, os modos por meio dos quais foram ameaçados pela violência de grupos paramilitares e do narcotráfico, como viram seus destinos emaranhados a um projeto de desenvolvimento nacional que significava a desaparecimento de seus vínculos e do próprio rio em torno do qual produziam suas vidas em comum. Se os megaeventos no espaço urbano do estado do Rio de Janeiro, contexto da discussão feita no capítulo anterior, falava-nos das diferentes escalas envolvidas na produção de dinâmicas territoriais, o capítulo escrito por Garcia Arboleda contribui para compreendermos a produção da “homogeneização das formas econômicas, políticas e jurídicas que tornam possível a emergência das novas regras para governar as águas

e as terras; regras criadas e aplicadas por sujeitos que não vivem e não têm relações diretas com elas” (2024, p. 259). A violência e o medo abrem caminho para a desorganização dos laços de vizinhança, tornando a população mais vulnerável ao momento em que práticas e objetivos das forças de regulação local se vinculam ao projeto nacional. O resultado, mostra o autor, é o desaparecimento da água, até então fonte de vida e comunidade. Referindo-se ao antropólogo Michel Taussig, Garcia Arboleda registra a importância metodológica de pensar a partir do espaço das zonas de fronteira e da temporalidade da transvaloração: posição que torna visível a força da violência que, em nome do desenvolvimento nacional e de um bem-estar abstrato, busca fazer desaparecer formas de vida em comum. Mas o autor também nos mostra a força de insistência das populações atingidas por tais dinâmicas, para fazer durar relações, concepções e modos de viver, não apenas entre humanos, mas também com outros-que-humanos e mais-que-humanos.

Encerrando a terceira parte e o livro, apresentamos a tradução de dois textos curtos de Elizabeth A. Povinelli, reunidos sobre o título “Geontologias”. Neles, a antropóloga –que trabalha há muitas décadas no Território do Norte da Austrália, junto a seus amigos e familiares em Belyuen– nos introduz à noção de geontopoder. A partir desta noção, Povinelli aponta os limites da noção de biopolítica, sobretudo nos modos pelos quais tem sido mobilizada analiticamente, de modo a manter uma espécie de distinção entre o poder soberano (centrado no fazer morrer) e o biopoder (a disciplina e a biopolítica, ligados ao fazer viver). Pensando a partir de uma outra geografia, ligada ao colonialismo de povoamento, Povinelli propõe que, ali, sobretudo nas práticas ligadas ao governo da diferença, era visível que essas três formações de poder identificadas por Michel Foucault se assentavam em uma divisão entre Vida e Não-Vida, uma divisão geontológica, cujas fronteiras foram permanentemente mobilizadas pelo poder colonial, pelo Estado e pelo capital para relegar alguns povos e populações à condição de “fósseis”, destruindo suas condições de vida a partir de lógicas de integração, desenvolvimento ou progresso. Tal discussão se relaciona, em grande medida, ao discutido por Fabiana A. A. Jardim e por Juan Felipe Garcia Arboleda, em seus respectivos capítulos.

Vale ainda sublinhar que estes textos de Elizabeth Povinelli foram publicados originalmente entre 2016 e 2017. Nesse sentido, sua discussão sobre o Vírus como figura de geontopoder registra a contemporaneidade de suas reflexões. Embora a autora esteja pensando o Vírus como figura, em sentido foucaultiano, isto é, o Vírus como essa superfície que emerge do entrecruzamento de práticas e campos disciplinares, a experiência concreta da pandemia provocada pela Sars-Cov-2 nos mostrou que as racionalidades da segurança, da biossegurança e os efeitos da ameaça existencial provocada pela Covid-19 foram atualizados e reconfiguraram alguns dos arranjos de poder. Sobretudo, a experiência da pandemia tornou ainda mais visíveis os nexos entre biopolítica e necropolítica, na medida em que a distribuição desigual dos riscos de adoecer e morrer evidenciou que, a despeito do fato do Vírus “não respeitar fronteiras”, a própria divisão do planeta entre mundos de Vida e mundos de Morte, assentada nas lógicas colonial e escravocrata (como discutido por Achille Mbembe), fez da crise mais um momento de tentativa de reinstaurar a separação geontológica, que tem sido colocada em xeque não apenas pelas fissuras nos arranjos do liberalismo tardio como modo de governo, mas também pelas estratégias políticas de resistência e persistência de outras formas de vida.

Desta forma, este trabalho conjunto entre autores da Colômbia, Uruguai, Brasil e Argentina se propõe como um aporte à discussão das diferentes feições que tem assumido o neoliberalismo em alguns dos países de nosso continente. *Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialidade e neoliberalismo* apresenta um conjunto de temas muito diversos e que, ao mesmo tempo, têm conexões profundas entre si. Poderíamos dizer que pretende apresentar ao leitor um panorama geral da situação atual na região, dirigindo o foco para

alguns casos e territórios bem específicos. Foi justamente essa a intenção, particularmente na segunda e terceira seções do livro: “espacializar” o neoliberalismo. Isso permite, por exemplo, mostrar os arranjos de diferentes formas de governamentalidade produzidas a partir das margens. Assim, é possível enxergar temas como os processos de militarização e milicianização do social no Rio de Janeiro, as políticas de assistência social no Brasil diante a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 ou, um caso muito concreto e eloquente, na Colômbia, de criação de novas regras para governar a partir da homogeneização das formas econômicas, políticas e jurídicas. Da mesma forma, são apresentadas as dinâmicas de gestão e experiência do trabalho na região, sob o domínio da racionalidade neoliberal, a partir de casos específicos que se referem tanto aos setores populares e informais da economia quanto ao trabalho em grandes empresas. Por exemplo, na indústria do *software*, focando nos processos de reconhecimento e individuação, ou nas formas e estratégias de envolvimento subjetivo dos trabalhadores através da gamificação ou ludificação, ou na propagação do “empreendedorismo” através de valores e práticas empreendedoras entre trabalhadores informais ou menos favorecidos. Em termos mais gerais, mas também por meio de casos concretos, na primeira seção foram discutidos temas como as feições que assumem os neoliberalismos nos diferentes países e sua relação com as heranças coloniais e quanto isso tem a ver com as formas da violência do Estado no governo dos pobres e da pobreza. Também temas como o papel dos *think tanks* neoliberais no condicionamento das agendas democráticas ou a relação entre o *management* –e os valores que promove em diferentes âmbitos do social– e o neoliberalismo.

Em tempos convulsos para o mundo e para a região, e em anos marcados por efemérides tão significativas para nossos países como 2023, 2024 e 2025, esperamos, com os capítulos que seguem, contribuir para um entendimento mais denso e complexo a respeito de nossa realidade, em um momento em que, mais uma vez, os destinos dos que habitamos esta parte do mundo parecem estar se redefinindo. Estamos nos movendo para uma era pós-governamentalidade? Na América Latina, estamos aquém ou além da governamentalidade neoliberal? Como analisar e nomear as configurações de poder e governo atualmente em operação no continente? Essas são questões latentes na hora de procurar as ferramentas conceituais mais afiadas para uma melhor compreensão da época que nos toca viver.

## Referências

- AA.VV. “**El ladrillo**”: bases de la política económica del gobierno militar chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1972.
- ALLIEZ, E.; LAZZARATO, M. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu, 2021.
- ANDRADE, D. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019.
- ANDRADE, D. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, p. 675-708, set./dez. 2022.
- ANDRADE, D.; CÔRTEZ, M. Brasil, neoliberalismo híbrido. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, p. 655-674, set./dez. 2022.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- CÔRTEZ, M. A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. **Caderno CRH**, n. 34, p. 1-24, 2022.

CRUZ JR., B. Entre mito e solução, a busca por um empreendedorismo realmente existente. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, p. 827-848, set./dez. 2022.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL C.; SAUVÊTRE, P. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale**. Paris: La Découverte, 2009.

FELTRAN, G. The revolution we are living. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 12-20, 2020.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GARCIA-ARBOLEDA, J. F. “La magia del neoliberalismo: Una historia sobre el acto fantástico de desaparición del agua en la Isla de Papayal (Colombia)”. *In*: JARDIM, F. A. A.; LÓPEZ-RUIZ, O. J.; MENDEZ, P. (org.) **Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialismo e neoliberalismo**. São Paulo: Feusp, 2024. p.253-278.

GORDON, C.; WALTERS, W.; TAZZIOLI, M. “Governmentality and beyond”. *In*: TAZZIOLI, M.; WALTERS, W. (ed.). **Handbook on governmentality**. United Kingdom: Edward Elgar, 2023. p. 136-155.

HARCOURT, B. **A contrarrevolução: como o governo entrou em guerra contra os próprios cidadãos**. São Paulo: Glac, 2021.

JARDIM, F. A. A. “Reflexões sobre governamentalidades e violências a partir das (re)montagens da questão social nas margens”. *In*: JARDIM, F. A. A.; LÓPEZ-RUIZ, O. J.; MENDEZ, P. (org.) **Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialismo e neoliberalismo**. São Paulo: Feusp, 2024. p. 96-125.

LÓPEZ-RUIZ, O.; JARDIM, F.; TEIXEIRA, A. The trickster logic in Latin-America: leadership in Argentina and Brazil. *In*: HORVATH, A.; MARANGUDAKIS, M.; SZAKOLCZAI, A. (ed.). **Modern leaders: in between charisma and trickery**. London: Routledge, 2020. p. 133-156.

MARTÍNEZ DE HOZ, J. A. **Bases para una Argentina Moderna 1976-1980**. Buenos Aires: Autor, 1981.

MÉNDEZ, P. M. Mirar el rostro de Medusa sin convertirse en piedra: para una arqueo-genealogía del neoliberalismo. **Dorsal. Revista de Estudios Foucaultianos**, v. 8, p. 93-113, 2020.

MIAGUSKO, E. “Habitar as fronteiras da cidade: governos das margens no Rio de Janeiro”. *In*: JARDIM, F. A. A.; LÓPEZ-RUIZ, O. J.; MENDEZ, P. (org.) **Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialismo e neoliberalismo**. São Paulo: Feusp, 2024. p.241-252.

NOBRE, M. O caos como método. **Revista Piauí**, v. 151, p. 30-33, 2019.

ONG, A. Neoliberalism as a mobile technology. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 32, p. 3-8, 2007.

ONG, A. **Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty**. London: Duke University Press, 2006.

POVINELLI, E. “Geontologias”. *In*: JARDIM, F. A. A.; LÓPEZ-RUIZ, O. J.; MENDEZ, P. (org.) **Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialismo e neoliberalismo**. São Paulo: Feusp, 2024. p. 279-296.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 165-187, 2015.

VICENTE, M. De la refundación al ocaso: los intelectuales liberal-conservadores ante la última dictadura. La Plata: UNLP-FaHCE, 2015.

# I. NEOLIBERALISMOS E GOVERNAMENTALIDADE

## Governamentalidade e além: entrevista com Colin Gordon<sup>1</sup>

Colin Gordon

William Walters

Martina Tazzioli

O trabalho de Colin Gordon foi fundamental para o modo de recepção e compreensão do pensamento de Michel Foucault sobre poder e governamentalidade no mundo anglófono e além. O trabalho editorial de Gordon, seus influentes ensaios e intervenções e suas traduções de Foucault têm sido, por mais de quatro décadas, decisivos para catalisar o campo foucaultiano, influenciando o modo com que inúmeros pesquisadores assumiram os temas da governamentalidade e da genealogia. Esta conversa abrange um conjunto de tópicos, incluindo o papel de Gordon na publicação pioneira *The Foucault effect*, suas reflexões sobre neoliberalismo e a política da pós-verdade, suas posições sobre a emergência dos estudos de governamentalidade, sua perspectiva de que o trabalho de Foucault aponta na direção de uma genealogia do político e como nossas noções de política e poder (incluindo de governamentalidade) requerem atualização para a compreensão do presente (incluindo o *Brexit*). Nossa conversa começou como um encontro no Zoom, ocorrido em 7 de dezembro de 2021. O material que se segue foi significativamente expandido por Colin Gordon e editado por nós (Martina Tazzioli, MT e William Walters, WW).

WW: *The Foucault effect* é amplamente visto como a coletânea que colocou questões sobre governamentalidade no mapa para as ciências sociais do mundo anglófono, chamando a atenção para toda essa dimensão do trabalho de Foucault. Olhando retrospectivamente para o impacto do livro, há mais de trinta anos, como você descreveria o efeito de *The Foucault effect* ou, talvez o efeito governamentalidade? Quais foram os feitos daquele livro e, se houve, quais foram seus limites?

Talvez seja mais fácil responder contando novamente uma estória. *The Foucault effect* (a partir de agora referido como TFE) era uma sequência e um desdobramento do volume que editei anteriormente, também publicado originalmente pela Harvester Press, *Power/Knowledge* (Foucault, 1980). Quando entrei em contato com Foucault para propor uma coletânea de

---

<sup>1</sup> Originalmente realizada para aparecer em Tazzioli; Walters (2023). Agradecemos a Colin Gordon pela autorização de publicação. Esta versão foi confrontada com a tradução para o francês (Gordon, 2020a), preparada por Phillippe Chevalier com a colaboração do próprio Gordon, e por esta razão guarda algumas diferenças em relação ao original.

traduções de suas entrevistas e artigos curtos recentemente publicados, ele me colocou em contato com os editores que estavam fazendo justamente isso na Itália: Giovanna Procacci e Pasquale Pasquino. Ambos eram jovens pesquisadores italianos, baseados em Paris, que frequentavam o seminário de Foucault [no Collège de France]. Eu os conheci brevemente e pude conhecer seu trabalho; por sua vez, eles logo me apresentaram a Jacques Donzelot e a Robert Castel, dois sociólogos franceses que, naquela época, publicaram trabalhos inovadores fortemente influenciados por Foucault; em seguida, conheci Daniel Defert e François Ewald, respectivamente o companheiro e o assistente de Foucault, e suas próprias pesquisas. Calhou de eu ouvir a aula de Foucault sobre governamentalidade, em 1 de fevereiro de 1978, logo após chegar a Paris para uma visita de pesquisa. Posso me lembrar de trocar olhares com amigos presentes no auditório, compartilhando a mesma reação imediata, não dita, de “uau, essa é a próxima grande ideia...!”. Com Graham Burchell, que era meu supervisor de tese em Oxford, e Peter Miller (que cedo se interessou pelo trabalho de Robert Castel), pudemos publicar e discutir o trabalho desse grupo parisiense no entorno de Foucault em um jornal que coeditávamos, e onde publicamos trabalhos de Ian Hacking, que conhecia e claramente tinha algumas afinidades com Foucault. Assim, quase todos os ingredientes de TFE estavam garantidos por essas pessoas e empreendimentos interconectados, coisas que descobrimos em rápida sucessão nos poucos anos posteriores ao final dos anos 1970 – e que traduzidos parcialmente para publicação naquela época, no periódico *Ideology & Consciousness (I&C)*.<sup>2</sup>

A década intermediária foi um período que poderíamos chamar de curadoria e negociação de alguns poucos obstáculos – o maior deles o de que Foucault teve a péssima ideia de morrer em 1984, em um momento em que não tínhamos contrato escrito para o volume e estávamos vulneráveis a questões sobre direitos e permissões para análises extensas de suas aulas, dado o que então se sabia a respeito dos termos de seus desejos em vida. Não estava nada claro naquele momento que haveria edições autorizadas das aulas no *Collège de France*. Durante aqueles anos, outros materiais importantes, mais tardios e póstumos, continuavam a aparecer, ainda que não tivéssemos os *Dits et écrits* (seleção de textos curtos) e que as excelentes edições autorizadas das aulas sobre governamentalidade tenham aparecido em francês somente em 2004. Ainda é um certo mistério o motivo de, aparentemente, ter havido tão pouca atenção às aulas sobre governamentalidade na França depois, ou mesmo antes, da morte de Foucault. Como hoje sabemos, em 1984 Foucault falava em voltar às questões da governamentalidade moderna e recém tinha assumido a co-supervisão de um conjunto de projetos de doutorado em Berkeley, sobre o governo do século XX.<sup>3</sup> É menos claro se Foucault tinha em mente especificamente visitar seu trabalho sobre o neoliberalismo.

Os autores que reunimos neste volume nunca publicaram juntos depois de sua morte e, depois, seguiram diferentes caminhos – predominantemente separados, cada um produzindo distintos corpos de trabalho com variáveis graus de parentesco ou afiliação com Foucault. Um deles prometeu nunca mais falar comigo se eu incluísse seu trabalho ao lado do de outro autor em nosso livro e destacou, ironicamente, anos depois, sua surpresa ao se descobrir praticante de “estudos de governamentalidade”.<sup>4</sup> Mas o volume não teria sido preparado sem diálogos, formais ou informais, pelo mundo: de Tübingen a Sardenha, passando pelo campo de batalhas de Princeton, bem como amizades preciosas e duradouras.

---

<sup>2</sup> O periódico foi obrigado a encerrar sua publicação em 1982 devido ao nível declinante de subscrições acadêmicas. Para maior discussão sobre este periódico, ver Burchell (2023).

<sup>3</sup> Por exemplo, o trabalho de Kotkin e Gandal (1985).

<sup>4</sup> Ver Donzelot e Gordon (2008); também Donzelot (2008).



Tanto quanto me lembro, o livro não pretendia exatamente lançar ou criar algo chamado de estudos de governamentalidade. Ao longo dos anos, leitores sagazes notaram que a noção de governamentalidade e as ideias nas aulas de Foucault não são evocadas especial ou explicitamente pela maior parte das contribuições. Ao tempo da publicação, longamente gestada, rascunhos dos materiais mais novos que foram incluídos já circulavam privadamente e podiam estar influenciando algumas pesquisas e publicações. Foi Peter Miller quem teve a ideia de dar ao livro o subtítulo “estudos sobre governamentalidade”, um marketing brilhante que pode ter contribuído para criar, performativamente, seu referente. A intenção do livro, para mim, era compartilhar mais amplamente um corpo coerente de pesquisa inovadora feita por Foucault e outras tantas mãos talentosas, e tentar condensar destes trabalhos a fórmula de uma nova abordagem crítica ao presente e sua história. Também era, ao menos fugazmente, uma tentativa de situar tal estilo de pesquisa em uma república ecumênica de diálogo com outros interlocutores relevantes contemporâneos, tal como Reinhart Koselleck e a escola de historiadores do pensamento político em Cambridge (particularmente o projeto sobre “Riqueza e Virtude: a formação da política econômica no Esclarecimento escocês” no *Kings College*, que resultou em um livro publicado em 1986). O capítulo de Graham Burchell em TFE aprofundou a exploração das ressonâncias entre governamentalidade e os paradigmas de pesquisa em Cambridge. Um dos contribuidores a TFE, Pasquale Pasquino, que trabalhou muito próximo a Foucault por um período por volta de 1978, desenvolveu laços colaborativos entre esses outros centros e correntes, incluindo trabalhos inovadores contemporâneos no campo dos estudos weberianos. O pesquisador britânico Keith Tribe produziu um corpo de trabalho significativo no interior e a respeito do mesmo campo de conexões. Durante os anos 1980, eu mesmo escrevi sobre os interesses e afiliações de Foucault a Weber como pano de fundo ao tema da governamentalidade.<sup>5</sup> A partir de evidências anedóticas e conversas ao longo dos anos, tenho a impressão de que nosso livro foi bastante efetivo em comunicar tais perspectivas e ressonâncias a uma nova geração de pesquisadores. “Estudos de governamentalidade” e o que eles se tornaram são outra coisa, muito mais diversa e variada, que outros estão melhor posicionados para falar a respeito.

Outra observação que eu faria sobre meu texto introdutório a TFE é que sua ambição não era apenas capturar a originalidade, coerência e traços comuns metodológicos e conceituais dos trabalhos reunidos e conectá-los aos desenvolvimentos subjacentes no trabalho ulterior de Foucault, mas também fornecer um esboço de um enquadramento histórico coerente no qual diferentes estudos individuais podiam ser situados, conectados e comparados com outras linhas e agendas de pesquisas históricas contemporâneas – estimulando, portanto, novas investigações e conexões. E intervalos regulares, no período posterior houve sinais encorajadores de que tais novas sínteses são, de fato, possíveis.

MT: Para seguir essa reflexão sobre TFE trinta anos depois, seu capítulo introdutório ao livro é um dos primeiros lugares em que estudiosos de Foucault, assim como um público de leitores mais amplo, descobriram algo que certamente os terá surpreendido no início dos anos 1990: que Foucault ofereceu toda uma série de aulas sobre algo tão contemporâneo quanto a questão do neoliberalismo. Qual o significado das reflexões de Foucault sobre o neoliberalismo? E como você interpreta o neoliberalismo hoje?

---

<sup>5</sup> Ver Gordon (2018a). O tema de Foucault, Weber e governamentalidade foi revisitado em Gordon (2018b).

Em minha própria contribuição ao livro, no máximo consegui captar alguns fragmentos do significado das aulas extraordinárias que Foucault ofereceu em 1978 e 1979.<sup>6</sup> Isso também se aplica, é claro, a seu tratamento sobre o neoliberalismo. Foucault estava décadas à frente da esquerda acadêmica em sua compreensão de aspectos chave do neoliberalismo, sua importância e a seriedade de seus desafios. A esquerda naquele momento quase não reconhecia o neoliberalismo e, desde que foi obrigada tardiamente a fazê-lo, finge que o neoliberalismo mal existia como entidade descritível no tempo de Foucault – enquanto o próprio Foucault estava já delineando uma história que remontava há quatro ou cinco décadas. Mas outras críticas acadêmicas e históricas do neoliberalismo também demoraram bastante a chegar à cena. As últimas publicações das aulas de Foucault se sobrepuseram à aparição de novas histórias do neoliberalismo, informadas por arquivos, cujos autores muitas vezes só então descobriram Foucault como precursor significativo. Sempre é importante lembrar que, embora Foucault seja rotineiramente louvado por sua presciência nessa parte de seu trabalho, presciência não é profecia: Foucault não nos fornece uma história do neoliberalismo desde 1979. Ninguém é tão perfeito.<sup>7</sup> Posteriormente, é importante destacar, nenhum de seus colaboradores ou sucessores assumiu a tarefa.<sup>8</sup> Há um problema epistemológico aqui, que também emerge quando se trata de discutir o *Brexit*. Nikolas Rose, um dos líderes na conformação dos estudos de governamentalidade, escolheu rejeitar o neoliberalismo como categoria disciplinar chave no estudo de racionalidades governamentais recentes, optando por substituí-lo pela alternativa “liberalismo avançado”. Sabemos hoje que os próprios neoliberais tomaram cedo a decisão de desaprovar o uso público do termo neoliberalismo; até bem pouco tempo se diria que o termo era uma etiqueta não-científica e polêmica, utilizada apenas por críticos de esquerda mal-informados a respeito do que é, de fato, economia neoclássica convencional e ortodoxa. Tal camuflagem defensiva foi abandonada e, no rescaldo da crise financeira de 2008, o debate hoje tende a se concentrar não em se o neoliberalismo é uma coisa (ou muitas coisas), mas se ele é uma coisa ou uma ex-coisa, cujo tempo terminou ou está terminando (*spoiler*: a resposta é não!). Também sabemos agora, desde a publicação do livro coletivo inovador *A estrada de Mont Pelérin* (*The road from Mont Pelérin*, 2009, sem tradução),<sup>9</sup> que os neoliberais se organizaram imediatamente no período pós-Guerra em uma rede coordenada e semi-privada de instituições, trabalhando, por meio de um programa de ideias, ações e propaganda, para colonizar políticas em oposição concertada àquelas do *New Deal* e do *Welfare State*. Desde os anos 1940, mas crescentemente desde os 1960 e 1970 essa agenda transgeracional funcionou sem interrupções, alimentada pelo financiamento de larga-escala garantido por um conjunto de magnatas estadunidenses, super ricos, pró-ativos e ideologicamente motivados – os mais bem conhecidos e mais importantes são Charles e David Koch, magnatas do Petróleo, Gás, Indústria e Mineração. A jornalista investigativa que escreveu a maior parte da história existente dessa rede, Jane Mayer, a chamou de “Kochtopus”, em reconhecimento a sua multiplicidade e alcance tentaculares.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Ver Gordon e Jardim (2013), onde abordo omissões específicas e, também, aspectos que podem ter sido negligenciados na recepção e discussão posteriores.

<sup>7</sup> Na década passada houve algumas tentativas de interpretar a discussão de Foucault sobre o neoliberalismo como endosso e aprovação, por vezes incluindo algumas restrições ocasionais de meu relato sobre tais discussões em TFE. Respondi a essas polêmicas em Gordon (2013b).

<sup>8</sup> Para uma tentativa nesse sentido, inspirada por Foucault, ver Dardot e Laval (2016).

<sup>9</sup> Mirowski e Plehwe (2009).

<sup>10</sup> Mayer (2016).

Foucault falou pouco ou nada a respeito da contribuição do neoliberalismo para a emergência da União Europeia, que de fato não foi estabelecida sob este nome, por tratado, até uma década depois de sua morte. Ele esboçou distinções claras entre a Alemanha do pós-Guerra e uma forma estadunidense mais tardia de neoliberalismo; seus comentários sobre o papel central do ordoliberalismo alemão para a formação do novo estado Alemão ocidental claramente têm relevância e aplicação para os desenvolvimentos subsequentes da instituição de uma ordem europeia de mercado compartilhado.<sup>11</sup> Pesquisadores recentes têm destacado que as respostas neoliberais à União Europeia têm sido variadas e bastante diversas.<sup>12</sup>

Trabalhando com as fontes primárias e secundárias então disponíveis, Foucault não tinha conhecimento das atividades e estratégias contemporâneas da Sociedade de Mont Perèrin, até onde sabemos, apesar de ter demonstrado bastante interesse nas biografias, conexões e interações dos primeiros neoliberais. Entretanto, há um comentário breve e pouco notado em sua discussão sobre o neoliberalismo cujo significado só percebi muito mais tarde, após ler o livro *Democracia acorrentada* [*Democracy in chains*, sem tradução], de Nancy MacLean (2017): é quando Foucault menciona o *American Enterprise Institute* (AEI), um dos primeiros grandes atores na rede dos *think tanks* do fundamentalismo de mercado; ele destaca seu “cinismo de uma crítica mercantil” com relação aos motivos e interesses dos atores governamentais e do serviço público (Foucault, 2008b, p. 338). Parece ser uma alusão bem condensada à tese central da “escola de Virgínia” do neoliberalismo, também conhecida como teoria da “escolha pública”, co-fundada pelo economista e teórico político James Buchanan. A teoria da escolha pública de fato propagou uma visão cínica radical sobre os motivos e interesses venais dos oficiais de estado eleitos e burocratas, a quem consideravam estarem primordialmente interessados em explorar seu monopólio da posição pública para a extração de lucros privados (ou “rendas”). Algumas das visões de Buchanan a respeito da corrupção parecem ter sido influenciadas por um ano que ele passou na Itália como pesquisador visitante, no início da carreira. Buchanan passou a receber a atenção pública ao oferecer um dispositivo econômico que permitiria a prevenção da dessegregação escolar no estado de Virgínia, por meio de um programa de privatização das escolas. A quase equivalência proposta pela drástica crítica econômica da escola de Virgínia entre ação estatal e corrupção é reforçada por uma posição teórica que negava a realidade de um interesse público e a legitimidade de uma esfera institucional de decisão democrática relacionada a ele. A breve menção de Foucault à AEI conecta, acuradamente, as doutrinas neoliberais e a rejeição das taxações impostas pelo estado, de leis antitruste, da saúde pública, da ação climática, do princípio da precaução, da proteção ambiental e dos direitos sindicais.<sup>13</sup>

Um dos temas importantes do notável livro de Maclean é a grande dificuldade e esforço que a direita estadunidense pró-mercado precisou despende para fazer recuar o apoio popular e a demanda, nos anos do pós-guerra, por um estado de bem-estar forte e protetivo. Nos anos mais recentes, o descrédito público da política, dos políticos, da agência e da ação

---

<sup>11</sup> Walters e Haahr (2005).

<sup>12</sup> Slobodian e Plehwe (2019).

<sup>13</sup> A este respeito ver notadamente Amadae (2016), cuja pesquisa ousada e original é fonte rica para um conhecimento mais completo de algumas das táticas coercitivas e a filosofia militarista dos *Brexiters*. Amadae (idem, p.207-12) tem uma discussão breve, porém importante a respeito da “doutrina da expropriação” (*Eminent Domain*), reinterpretada pela Escola neoliberal de Chicago como cheque em branco ao poder do dinheiro como base para aquisição de propriedade privada por atores privados. Em conjunto com o histórico julgamento *Citizens United*, pela Suprema Corte em 2010, que conferiu ao próprio dinheiro o direito de exercer uma voz política no financiamento a campanhas eleitorais, tal opinião marca uma etapa na dominação oligárquica da riqueza que foi característica fundamental do *Brexit* e seus desdobramentos.

pública se tornou um quase-fato axiomático inquestionável, no discurso midiático e na ciência política. O que Mayer e Maclean nos mostram é que tal realidade, ou pseudo-realidade, é de fato resultado de esforços intensos e prolongados para mudar as opiniões. Quaisquer que sejam suas outras causas, a suspeição a respeito do público tem sido objetivo e, em parte, o produto de campanhas ideológicas persistentes e muito bem financiadas que têm como alvo não apenas o eleitorado de massa, mas também atores e instituições do direito, da economia e do próprio governo. Tais campanhas de ideias e ideólogos da “escolha pública” lograram uma dupla vitória que ainda impede seriamente a resistência às ofensivas *Brexit*-Trump: em primeiro lugar, por meio de uma espécie de operação global de *astrourfing*, que comunica eficazmente ao público a desconfiança da política e da ação pública; e, em segundo lugar, criando uma pressuposição correspondente entre comentaristas de que tal transformação nas atitudes populares é um fato profundo e inquestionável da vida coletiva contemporânea.

Se examinamos as referências realizadas atualmente, encontramos provas claras de laços pessoais e estratégicos entre lobbies –sediados em Londres, mas patrocinados pelos EUA– e *think tanks* que levaram ao *Brexit*, e a vasta maquinaria proselitista pós-verdade, apoiada em décadas de experiência em desinformação organizada, adquirida pelas indústrias do tabaco e do hidrocarboneto, entre outras), articulada nos EUA pelos Kochs e outros.<sup>14</sup> Com mais frequência do que se admite, o neoliberalismo é ao mesmo tempo essencial para o entendimento do *Brexit* e fonte de confusão e obscurecimento. A própria União Europeia (UE) encarna, ao menos para parte da esquerda, um certo regime neoliberal, pouco hospitaleiro às noções de igualdade e solidariedade; uma parte importante do comércio, do mercado financeiro e da indústria do Reino Unido se opôs, portanto, ao *Brexit*. Podemos avaliar, de fato, que com seu imenso mercado único, a UE integrou elementos neoliberais e inscreveu noções ordoliberais em seus tratados. No entanto, prestou-se pouca atenção à importância estratégica dos nexos que conectam a campanha do *Brexit* a uma rede global de atores pró-negócios, hidrocarboneto, fundamentalismo de mercado e interesses anti-Estado, centrada nos EUA, cujos motivos para antagonizar com a UE são evidentes e vários. Eu não descreveria o *Brexit* como conflito de governamentalidades, mas não é equivocado vê-lo em parte como conflito entre forças e projetos globais, influenciados diferentemente por agendas e ideias neoliberais. O que nós, britânicos, em nossa vã complacência pós-imperial, ainda falhamos em ver apropriadamente é a extensão com que o projeto ostensivamente nacionalista do *Brexit* foi conduzido e patrocinado por atores exógenos: em primeiro lugar, uma Direita estadunidense, mas também Vladimir Putin.

Um projeto como o *Brexit* ou a presidência de Trump não é uma guerra no interior da governamentalidade, é uma guerra contra a governamentalidade. Na formulação notória de Steve Bannon, é a “desconstrução do Estado administrativo”. É o governo do desastre: a implementação implacável e a execução sistemática do capitalismo de desastre. A existência da UE ofende aos Kochs, Mercers e Murdochs em sua essência, exatamente da mesma maneira que o grande Estado estadunidense de meados do século XX, porque é uma instituição de governamentalidade baseada na lei. O mercado único é um espaço forte, regulatório e regulado. Ele restringe, até certo ponto, o monopólio de poder (inclusive o uso de tecnologias e dados), limita a poluição, persegue evasões fiscais e lavagem de dinheiro<sup>15</sup> e,

<sup>14</sup> Ver Rabin-Havt (2016). Ver também a importante discussão sobre “agnotologia”, a produção organizada de des-conhecimento, incerteza e ignorância, em Mirowski e Plehwe (2009).

<sup>15</sup> O relatório “Rússia”, publicado em julho de 2020 pelo Comitê de Segurança e Inteligência da Câmara dos Comuns do Reino Unido afirmou: “parece que o Reino Unido tem sido visto como um destino particularmente favorável para as oligarquias russas e seu dinheiro. [...] O Reino Unido deu boas-vindas ao dinheiro russo e

geralmente, impede a pilhagem e o roubo de bens e recursos por atores privados. Rupert Murdoch o enunciou quando explicou concisamente sua objeção à UE: “Quando vou a *Downing Street* eles fazem o que mando; quando vou a Bruxelas, eles nem reparam”. Como agora é bem sabido, o objetivo do *Brexit* nunca foi restaurar a soberania e a independência do Reino Unido ou garantir benefícios a seus cidadãos, mas desarmar e desconstruir a UE – e por meio dela, possivelmente, toda ordem regulatória internacional capaz de impedir poderosos interesses de negócios. O golpe de Estado do *Brexit* corresponde perfeitamente bem ao modelo descrito por Naomi Klein em *A doutrina do choque* (2008): os mercenários bem preparados (alguns oriundos da indústria britânica de consultoria, exportando suas competências em políticas *Py-Ops* e truques eleitorais); os francos-atiradores a la Oliver North,<sup>16</sup> como Dominic Cummings da organização *Vote para sair* [*Vote leave*]; uma arte da surpresa, do choque, da intimidação; uma potência material e técnica; as autoridades “privatizadas”; a ilegalidade brutal. Pela apreensão mais bem desenvolvida dos elementos de violência inerentes ao neoliberalismo, somos devedores a uma geração de intelectuais ativos desde que Foucault nos deixou, um dos quais, William Davies, é seu leitor cuidadoso.

A crítica do setor público em nome do mercado, que Foucault menciona em 1979, evoluiu posteriormente em procedimentos para penetração, transformação e captura desse setor. O advento da “Nova Gestão Pública” [*New Public Management*], nos anos 1980, impôs à ação pública lógicas e normas fundadas no mercado; uma série de grandes empresas de consultoria conseguiram contratos governamentais para prover e gerenciar parcelas crescentes dos serviços públicos no Reino Unido. Abby Innes comentou tal fenômeno precisamente: “[...] muitas das responsabilidades centrais do Estado inglês foram terceirizadas para companhias que agora constituem ‘a indústria do setor de serviços públicos’. Atualmente, um terço da despesa central do governo é subcontratada. Como resultado, o Estado é poroso a interesses de mercado em uma extensão excepcional entre as democracias estabelecidas. O problema é estrutural... ‘A captura do Estado pelas corporações’ é o ponto alto da corrupção política, em que interesses privados podem manipular processos legislativos em seu favor” (Innes, 2021).<sup>17</sup> Acompanhando a captura do Estado, encontramos novos episódios de fracasso estatal: o abandono explícito do princípio da precaução, a redução de barreiras de prevenção no caso de pandemias, a externalização corrompida e imperfeita no fornecimento de equipamentos de proteção individual contra Covid-19 e do serviço de acompanhamento e rastreabilidade do Serviço Nacional de Saúde [*National Health Service*] e, claro, o abandono de toda razão de Estado econômica na negociação e implementação do *Brexit*. O “cinismo de uma crítica mercantil”, comentado por Foucault, agora está no poder, instalado no centro mesmo do Estado.

---

poucas questões, se as houve, foram feitas sobre a proveniência de sua considerável riqueza. [...] O que agora está claro é que foi, de fato, contraproducente, no sentido de que isto ofereceu mecanismos ideais pelos quais finanças ilícitas puderam ser recicladas pelo que já foi chamado de “lavanderia” de Londres”. Ver *Intelligence and Security Comittee of Parliament* (2020). Também em julho, outro Comitê da Casa dos Comuns ouviu, de um policial sênior do Reino Unido, que ele estava preocupado que o *Brexit* resultasse na redução da cooperação da cooperação policial entre Reino Unido-União Europeia para a supressão de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros (Gordon, 2020b).

<sup>16</sup> Implicados no escândalo do Irãgate [nota do tradutor para o francês].

<sup>17</sup> Para outro panorama notável, ver David-Barrett (2022).

WW: Sua resposta mencionou diversas vezes o *Brexit*. Você esteve muito envolvido não apenas nas análises acadêmicas do *Brexit*, mas no movimento político contra ele. Como essa dura experiência moldou o seu pensamento sobre poder e política?

O *Brexit* interrompeu alguns projetos que eu estava desenvolvendo, incluindo algumas das coisas que viemos discutindo. Algumas passaram a ser um pouco menos urgentes ou importantes, sob a luz do que estava acontecendo. Quando o referendo sobre o *Brexit* estilhaçou nossa paz arcadiana, eu estava coordenando, com Patrick Joyce, um grupo de discussão sobre Foucault, vida política e história, e tivemos trocas com uma ampla gama de pesquisadores sobre *Brexit*, neoliberalismo, “populismo” e estudos pós-coloniais.<sup>18</sup> Estou entre aqueles a quem o choque do *Brexit* levou à militância de modos novos, aos quais não estávamos acostumados. Muitos de nossos melhores observadores políticos contemporâneos – Timothy Snyder, Roberto Saviano, Judith Butler, Ece Temelkuran – têm pensado, com base em experiências e pesquisas de primeira mão, sobre as técnicas contemporâneas de corrupção política e defesa democrática. Estamos pensando em um novo contexto de imensa crise e necessitamos pensá-la para forjar uma resposta política. O *Brexit* é tanto um desafio intelectual quanto político, uma experiência que também é um teste. Por meio do *Brexit*, os cidadãos do Reino Unido experimentam uma das variantes do que se apresenta sob uma forma conexas, associada a diversas forças, por todo o planeta – Trump, Salvini, Zemmour, Bolsonaro, Erdogan, Modi, Johnson, Bannon, Orban, Farage. A governamentalidade nos ajuda a compreender o *Brexit*? Alguns de nós aprendemos com Foucault, nos anos 1970 ou depois, a pensar a respeito de uma política da verdade – isso nos ajuda a pensar uma política da pós-verdade?

Acho que, com honrosas exceções, a resposta acadêmica, intelectual e política ao *Brexit* no Reino Unido tem sido razoavelmente fraca. É uma questão de juízo saber se isso se deve mais à debilitação dos espíritos ou à intimidação e, por sua vez, se ambos se devem a um esvaziamento prolongado da cultura pública nacional ou a vícios inerentes que um longo período de boa fortuna permitiu que ficassem latentes e relativamente inócuos. Eu não diria que a comunidade dos estudos foucaultianos tem sido uma exceção notável a essa generalização. Shakespeare fez o rei Lear admitir: “Os deuses são justos e nos castigam com nossos vícios mais doces” (2001, p. 133).

Os livros que achei mais esclarecedores a respeito da natureza e das origens do *Brexit* não são primariamente a respeito do Reino Unido e não mencionam Foucault.<sup>19</sup> Trabalhos importantes que lidam com fontes e atores do *Brexit* têm sido frequentemente desenvolvidos por jornalistas investigativos não acadêmicos, delatores [*whistleblowers*] e militantes engajados, muitas vezes a custos e riscos pessoais.<sup>20</sup>

A excelente correspondente da televisão pública alemã, Annete Dittert, baseada em Londres, em resposta à um recente deslize do governo que conduziu ao *Brexit*, tuitou: “não há governo neste governo”. De forma semelhante, poderíamos dizer que não há governamentalidade no *Brexit* – nem governo, nem racionalidade. Na trilha de Quentin

<sup>18</sup> Há pouco sobre os estudos pós-coloniais no trabalho de Foucault ou em *TFE*, embora seja um campo em que a noção de governamentalidade tem sido aplicado com resultados notadamente férteis. Ver Legg e Heath (2018) e Teo e Wynne-Hughes (2020).

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, Mayer (2016); MacLean (*op. cit.*); Rabin-Havt (*op. cit.*); Klein (*op. cit.*); Snyder (2018) e Bullough (2018).

<sup>20</sup> Geoghegan (2020); Cadwalladr (2019); Wylie (2019).

Skinner (1999), poderíamos retomar o vocabulário do grande afresco sienense de Ambrogio Lorenzetti: o que temos é *malgoverno*, mau-governo – não um poder pastoral, mas um poder intrinsecamente predatório, a um só tempo essencialmente extrativista e criminal, desonesto, e indiferente ou nefasto à vida. Achille Mbembe (2016) introduziu o termo necropolítica, com referência principalmente a certos regimes pós-coloniais. Hoje deveríamos denunciar a incidência crescente do que podemos chamar clepto-necropolítica, sem limitá-la ao mundo pós-colonial. Nesse momento, no centro desta Europa em que terríveis genocídios foram perpetrados, constatamos o retorno dessas abominações. Em certas partes de nosso mundo contemporâneo, parece que estamos nos movendo para uma era de pós-governamentalidade.

Mas se consideramos que o *Brexit*, assim como o episódio Trump nos Estados Unidos (incluindo o ataque ao Capitólio) pertence à categoria dos golpes de estado (assim como à categoria contígua das intervenções da doutrina de choque), isso o exclui do campo de inteligibilidade da perspectiva da governamentalidade? Ouvi uma palestra dada logo após o *Brexit*, no St. Antony's College de Oxford, pelo servidor público sênior Sir Ivan Rogers – especialista chefe das questões europeias no governo britânico e embaixador na UE– em que ele contou sobre o assombro de encontrar, no coração do governo, a mentalidade revolucionária dos ideólogos do *Brexit*. Confrontado por tais revolucionários encastelados no Estado, este grande sacerdote da racionalidade governamental aplicada não teve alternativa senão sair. Um destes ideólogos, Dominic Cummings, grande engenheiro do voto pelo *Brexit*, charlatão e sociopata, polímático autodidata, reivindicou a inspiração na tática dos pilotos de caça da Força Aérea estadunidense, desenvolvida pelo Coronel John Boyd: uma técnica de ataque rápido que ultrapassa e perturba o ciclo de percepção, decisão e ação do oponente.<sup>21</sup> Em suas aulas de 1978, Foucault descreve a polícia do início do Estado moderno como “um golpe de estado permanente”, citando o tratado de Gabriel Naudé, do século XVII, Considerações políticas sobre o golpe de estado: “nos golpes de estado, vemos o relâmpago antes de escutá-lo trovoar entre as nuvens; nos golpes de estado, as orações matinais são ditas antes que soe o sino, a execução precede a sentença; [...] aquele que pensava bater é atingido, aquele que se pensava a salvo morre, outro sofre males que jamais sonhou, tudo é feito à noite, no escuro, na neblina e nas sombras”.<sup>22</sup> De acordo com Albert Hirschman, os golpes de estado caíram em desgraça durante o Iluminismo porque a economia política ensinava que aos atores estatais sempre faltava conhecimento acurado e exaustivo, necessário para que intervenções executivas detalhadas alcançassem seus efeitos pretendidos.<sup>23</sup> Na era do Facebook, com o advento do *microtargeting*<sup>24</sup> e o casamento entre tecnologias militares e de propaganda, tais limitações não se aplicam. As elites britânicas – governamental, acadêmica e midiática– já parcialmente corrompidas e exauridas por décadas de ataque cleptoneoliberal, de fato parecem ter tido suas capacidades de resposta

---

<sup>21</sup> Sobre Cummings e a Rússia, ver Gordon (2020c, 2020d, 2020e). As ideias de Boyd também exerceram muita influência na Rússia durante o regime de Putin.

<sup>22</sup> Foucault, 2008a, p. 356 (ligeiramente modificado). Como me lembra William Walters, tais aspas de Naudé foram recentemente citadas por Perry Anderson (2020), em uma discussão sobre golpes de Estado durante o desenvolvimento constitucional da União Europeia, tal como contada pelo historiador alemão Luuk Van Middelaar.

<sup>23</sup> Hirschman (1977). Não obstante, um delegado britânico na reunião da Sociedade *Mont Pèlerin* em 1978, citou a observação de David Hume, segundo o qual, “Não importa quão fortemente os homens sejam governados por interesses, o próprio interesse e todos os assuntos humanos são completamente governados pela opinião” (citado em Liggio, 1979).

<sup>24</sup> *Microtargeting* é uma estratégia política e, posteriormente, de marketing que faz uso de informações demográficas para individualizar a propaganda que chega a grupos específicos [N. da T.].

sobrecarregadas pelo choque do *Brexit*.<sup>25</sup> Porém, os fundadores do neoliberalismo no entreguerras, um século antes da *Cambridge Analytica* e antes mesmo do Terceiro Reich, estavam bastante conscientes das potencialidades desestabilizadoras da manipulação tecnológica da opinião pública das massas: Walter Lippmann e seus colegas se preocupavam, precisamente, com o uso governamental perturbadoramente efetivo da propaganda de guerra durante a Primeira Guerra Mundial e o perigo de um populismo demagógico armado com técnicas semelhantes; sua solução era um regime oficial de verdade, garantida por especialistas, difundida por meio do bom uso da “arte da persuasão” para alcançar “a fabricação do consenso”. A excelente história do neoliberalismo, escrita por Angus Burgin, é justamente intitulada *A grande persuasão* (2012). De fato, em suas aulas de 1978 Foucault notou como a invenção moderna da razão de Estado e do pastorado secular ocorrem concomitantemente ao início de novos modos de gestão estatal, censura e esforços do regime para vigiar e controlar a conduta e a opinião pessoais.<sup>26</sup> Arlette Farge, co-autora com Foucault de *A desordem das famílias* [*Le désordre des familles*, sem tradução] – a antologia anotada das *lettres de cachet* (cartas de cidadãos comuns requisitando ao monarca ou seu representante que internasse um parente próximo)– escreveu um esplêndido livro correspondente, *Palavras subversivas* [*Subversive words*, sem tradução], sobre a opinião pública e o rumor no século XIX como capturados e, por vezes de modo contraproducente, alimentados pelos espões policiais.<sup>27</sup> A governamentalidade, como conduta racional da conduta, jamais deixou de recorrer às artes da comunicação e da censura.<sup>28</sup> Certos elementos do Estado policial permanecem, portanto, até hoje, no repertório da governamentalidade (assim como no da soberania e da lei).

Uma resposta investigativa adequada ao *Brexit* precisará incluir a explicação sobre a falta ou falha de defesas sistêmicas contra os ataques globais à verdade e à razão pública. Se reconhecemos apropriadamente a relação especial entre a operação de captura do Estado pelo *Brexit* e a máquina de guerra da oligarquia dos Estados Unidos, temos que abandonar duas crenças centrais da elite do Reino Unido: a crença na autonomia soberana da *res publica* britânica e a crença em sua resiliência natural frente à invasão e razia conspiratórias – na verdade, a negação efetiva da existência, fora do reino da imaginação dos teóricos da conspiração, de empreendimentos conspiratórios como um fator significativo nos principais eventos históricos. O departamento de ciências políticas e estudos internacionais da Universidade de Cambridge (Reino Unido), recentemente conduziu um projeto plurianual a respeito dos complôs através dos séculos: *Conspiração & Democracia* [*Conspiracy & Democracy*] (2013-2018); mas parece que qualquer estudo equivalente das conspirações políticas contemporâneas seria epistemologicamente proibido. Talvez o consenso na negação da conspiração se provará como uma de nossas negligências mais custosas. Temos agora uma história cheia de lições sobre a sociedade Mont Pèlerin, cinquenta anos depois. Sabemos que Suez foi uma conspiração ocultada por uma mentira organizada, que a Crise dos Mísseis de

---

<sup>25</sup> Para um testemunho, comparável, em primeira mão sobre os componentes morais de falhas de sistemas defensivos, ver Marc Bloch (1946), a respeito das razões da derrota francesa na guerra-relâmpago [*Blitzkrieg*] empreendida pela Alemanha em 1940.

<sup>26</sup> “Richelieu inventou a campanha política por meio de libelos, de panfletos, e inventou essa profissão de manipuladores da opinião, chamados naquela época de ‘publicistas’. Nascimento dos economistas, nascimento dos publicistas. São os dois grandes aspectos do campo de realidade, os dois elementos correlativos do campo de realidade que aparece como correlativo do governo: a economia e a opinião” (Foucault, 2008a, p. 363).

<sup>27</sup> Farge (1994).

<sup>28</sup> Para uma exploração notável da censura e da supervisão da conduta por meio da fórmula neorromana do princípio *census et censura*, no início da era moderna, ver Laurie Catteeuw (2013).



Kennedy foi outra mentira orquestrada, assim como o incidente no golfo de Tonkin – todos expostos décadas mais tarde. Quando saberemos como o *Brexit* foi organizado e realizado? Quão cedo decidiremos descobrir?

Junto com a produção organizada e a imposição da pós-verdade, a experiência do *Brexit* até o momento realça um tema que acompanha, como contraponto, aquele da governamentalidade no trabalho do último Foucault: o tema da parrésia ou do dizer verdadeiro – e seu oposto, a incapacidade de falar livremente, na realidade uma existência corrompida, submissa, conformista e covarde, que acaba por se comprometer ativamente com a desinformação. O enigma democrático colocado pelos atenienses ainda precisa ser posto, agora como questão de urgência prática: como alguém distingue um charlatão de um sábio, um bajulador de um amigo? E quais critérios, qualificações ou valores, interiores ou exteriores (obrigações junto a acionistas, juventude/velhice, aposentadoria próxima etc.) permitem ou inibem o discurso verdadeiro por uma dada pessoa, em um dado momento?

Em contraposição à pós verdade, novos parresiasistas emergem. O Diógenes de hoje, um galês ruidoso de chapéu, com um megafone gigante e dois cartazes, faz ronda nas ruas em torno de Westminster e questiona ou interpela cada político do governo que passa, a pé ou de carro. As pessoas organizam uma rede de jornais cidadãos comunitários, conduzem, organizam e publicam um conjunto relevante de jornalismo investigativo e cidadão. Todas estas contra-condutas e vozes cidadãos consistem em um possível corretivo às mídias tradicionais, domesticadas e silenciadas, ou em um antídoto à enxurrada de spams financiadas nas redes sociais? Por quais práticas se pode interromper e reverter o sequestro de uma democracia?

WW: Nos parece que uma grande parcela dos estudos sobre governamentalidade voltaram-se a questões de regulação e governança ao invés do político ou de políticas. Você tem escrito extensamente e oferecido conferências sobre quão oportuna é uma genealogia da política. Você poderia elaborar tal ideia e se ela poderia oferecer um corretivo a tal desequilíbrio?

A título de observação geral sobre a vida acadêmica recente, podemos notar que a penetração do tema da governamentalidade, ao menos na maior parte do mundo anglófono, parece ter se dado principalmente nos departamentos de sociologia, passando para os estudos literários, de gênero, feministas e pós-coloniais, e muito menos no pensamento político, história, economia ou filosofia. Em algum momento os sociólogos podem ter internalizado essa demarcação, ao decretar que a governamentalidade era essencialmente sobre política e poder no trabalho, na vida e na sociedade, para além do Estado e das instituições políticas formais. Tal posição pode, inadvertidamente, ter alimentado a ideia, entre estudantes e alguns militantes, que a agenda inspirada por Foucault conduz, voluntariamente ou não, a uma despolitização e desmobilização política e que, portanto, em última análise, ela é mais hostil do que útil à esquerda (uma sub variação tenaz de tal ideia, muito popular em uma parte da esquerda acadêmica, reside na afirmação mal-informada de que Foucault menosprezava ou ignorava a importância política do direito<sup>29</sup>). No curso de 1979 há uma passagem, agora bastante famosa, em que Foucault diz de forma muito franca que ele não tem ou acredita em uma teoria do Estado, porque o Estado “não tem essência” – mas então acrescenta que se pode perfeitamente fazer uma história do Estado, como realidade específica, resultante e

---

<sup>29</sup> Ver Gordon (2012).

efeito de múltiplos fatores e forças, incluindo concepções e práticas de governo.<sup>30</sup> Há uma passagem igualmente importante, mas muito menos citada, na qual Foucault se distancia de várias formas (encontradas tanto na esquerda quanto na direita conservadora e neoliberal) de uma crítica radical do Estado, assimilado ao centro do mal histórico e político; esta passagem chave também parece ter sido negligenciada por alguns comentadores recentes, que invertem a perspectiva de Foucault, que tecia uma crítica fina (e não uma adesão) a uma tendência que ele nomeou como “fobia de Estado”.<sup>31</sup>

O tema do “além do Estado”, que foi chave para a definição do projeto de estudos sobre governamentalidade conduzido por Nikolas Rose (co-fundador de I&C) e Peter Miller (nosso co-Editor em I&C e em TFE e um dos primeiros e importantes comentadores do trabalho de Robert Castel), comporta um elemento de ambiguidade, dependendo se “além” é entendido como “também” ou “ao invés de”. As aulas de Foucault sobre a governamentalidade mudaram seu foco da microfísica do poder em instituições disciplinares (prisão, escola, fábrica ou manicômio) para a macrofísica do governo de populações nacionais pelo poder e instituições soberanas – afirmando que continuidade e coerência são possíveis entre esses dois níveis de análise. A retórica do “além do Estado”, por outro lado, atribui valor equivalente ao nível microscópico dos objetos e práticas, em relação às grandes teorias políticas e níveis mais elevados de poder; ela coloca deliberadamente o valor nas “pequenas coisas” do governo: a entrevista com os assistentes sociais, a avaliação da psicologia clínica, a criação de profissões e especialidades etc. Esses estudos governamentais do detalhe e das pequenas coisas são, assim, considerados como um tipo de disciplina subalterna, uma pesquisa desde baixo, enquanto a recusa de temas e materiais políticos mais prestigiosos se torna signo de virtude e diferença. Em certo sentido, pode-se tomar os estudos de governamentalidade como uma perspectiva enriquecida para continuar fazendo os mesmos tipos de trabalho que já se inspiraram em *Vigiar e Punir*, enquanto (em minha leitura) a ideia foucaultiana de uma história da governamentalidade também considera uma história do Estado e do político; uma história do presente precisa incluir ambas.

Já argumentei que deveríamos evitar exagerar a extensão com que o tema da governamentalidade, que aparece depois de seu ano sabático, marca uma ruptura radical no pensamento de Foucault.<sup>32</sup> Penso, particularmente, que ganharíamos muito ao tratar o curso de 1976 e os de 1978 e 1979 como uma trilogia. Por muito tempo dissemos que 1977, o ano em que Foucault não deu aulas, marcou uma virada ou cesura em seu trabalho. Mas não acho que foi isso. A continuidade de 1976 a 1978 e 1979 é hoje evidente, em particular por meio das noções de Estado, de nação e de império. Em 1978 e 1979, Foucault declarou que o Estado não tinha essência e que a nação, considerada como uma coletividade consciente e autônoma, é uma espécie de reação e de resistência à ciência policial da população.<sup>33</sup> Em 1976, Foucault evoca a nação, no início do período moderno, não como forma jurídica precisa, mas como o desenvolvimento de funções (exército, justiça etc.) e de aparatos (agricultura, indústria).<sup>34</sup> Em uma entrevista no Japão, gravada em abril de 1978, ele registra que o Estado, por muito tempo, existiu como uma ambição ou um ideal, uma norma transcendental, um objeto de desejo, muito mais do que como uma capacidade real, e existe

---

<sup>30</sup> Foucault (2008b, p. 105)

<sup>31</sup> Foucault (2008b, p. 105, p. 258-261).

<sup>32</sup> Gordon; Jardim (2013).

<sup>33</sup> Foucault (2008a, p. 478-480).

<sup>34</sup> A este respeito, ver o excelente trabalho de Arnault Skornicki (2015, 2017).

uma “espécie de sede pelo Estado, imensa e irreprimível” (Foucault, 2001, p. 617). A nação, de modo semelhante, é algo que precisa ser construído ou que precisa se construir, como na reivindicação histórica de Sieyès e outros, em nome do Terceiro Estado burguês, de que seriam a única classe histórica com capacidade de construir a nação, “capable de nation”.<sup>35</sup> Relações frutíferas poderiam ser feitas entre tais sugestões e livros de quase-contemporâneos a Foucault, como Keith Baker (1990), *Inventando a Revolução Francesa*, e Donald R. Kelley (1981), *O início da ideologia*. Processos de construção nacional se desenvolvem em contrapartida à construção do Estado. O historiador britânico Patrick Joyce se apoiou em Foucault e outras fontes para propor uma história material do Estado britânico imperial e suas ferramentas, condutas e práticas.<sup>36</sup>

Se suspeitamos que a governamentalidade como fenômeno histórico pode estar em seu ocaso, essa pode ser uma razão para retornar à história do Estado antes da governamentalização, onde podemos redescobrir fatores e configurações que talvez estejam em processo de reaparecer sob diferentes formas: a violência original do poder como fundamento da pacificação e justiça e o monopólio do direito soberano instrumentalizado como sistema de apropriação e extração.

Uma outra observação a ser feita a respeito de TFE e do que se configurou como campo de estudos da governamentalidade é que, com Foucault, é quase sempre uma questão de história – uma história da verdade, uma história do Estado, uma história da governamentalidade e, claro, uma história do presente. Frequentemente se supõe que Foucault sempre teve más relações com os historiadores, o que, de fato, está longe de ser o caso.<sup>37</sup> De seu lado, trabalhos que se proclamam como estudos de governamentalidade, embora adotem o conceito de uma história do presente como um credo crítico, raramente parecem se considerar ou se apresentar como pesquisas históricas e não desejam particularmente buscar diálogo com o campo mais amplo da pesquisa histórica. Poderíamos dizer que os estudos da governamentalidade, da maneira como são desenvolvidos, com independência em relação à erudição e aos comentários filológicos do trabalho foucaultiano, acabaram se definindo por limites negativos: eles evitam a economia neoliberal e a economia neoliberalizada, eles evitam o Estado e a História, evitam o contexto histórico nacional. Como já sugerido, um fio condutor que liga algumas dessas escolhas epistemológicas pode ser uma consciência de classe acadêmica neo-bourdieusiana, assumindo uma posição subalterna em relação aos grandes centros universitários nacionais e seus programas de formação e reprodução de elites.

Como você menciona em sua questão sobre uma genealogia da política, demonstrei em outra ocasião<sup>38</sup> que o projeto de Foucault envolvia analisar estilos de existência, de conduta e capacidade, e formas de sociabilidade dos atores e sujeitos políticos e que tudo isto está implícito e encapsulado em seu tema posterior do governo de si e dos outros. Ainda acho

---

<sup>35</sup> Após a emergência dos estudos de governamentalidade pós-coloniais se tornou mais fácil distinguir alguns pontos de conexão entre os comentários de Foucault na construção da nação no início da era moderna e os temas tratados por Benedict Anderson (2008). Em seu trabalho posterior, Anderson utiliza o termo “governamentalidade”, sem citar ou se engajar na discussão com Foucault.

<sup>36</sup> Joyce (2014).

<sup>37</sup> Maus historiadores, é claro, sempre estão prontos a ter más relações com Foucault. Mas ao longo do tempo, graças a importantes publicações e traduções póstumas, novos diálogos e enriquecimentos mútuos se tornaram possíveis. Entre os mais importantes estão aqueles produzidos por historiadores da Antiguidade e do Cristianismo, notadamente Brown (2013). Sobre experiência histórica e pensamento, ver Mazower (2008).

<sup>38</sup> Gordon e Jardim (2013), Gordon (2018b).

que é uma área chave se quisermos levar o projeto de Foucault adiante (se não julgamos que tal ambição é desmedida ou vã), mas eventos recentes tendem a nos convidar a pensar agora de uma maneira diferente.

MT: Enquanto os estudos de governamentalidade no Reino Unido resultaram de debates acadêmicos, na Itália o engajamento com a governamentalidade e com o trabalho de Foucault dos anos 1970 foi historicamente mais ancorado em movimentos políticos (por exemplo, Franco Basaglia e o movimento da “psiquiatria democrática”). Como você lê essas duas trajetórias históricas distintas? E elas influenciaram o modo com que a governamentalidade hoje é mobilizada como grade de análise?

De fato, há elos materiais e intelectuais entre o importante movimento de “psiquiatria democrática” fundado na Itália por Franco Basaglia e uma fase anterior do trabalho de Foucault, que vai da recepção de *História da loucura na idade clássica* ao tema do saber/poder e a política das prisões. Robert Castel, um de nossos colaboradores em TFE, esteve envolvido de perto, com sua esposa Françoise Castel, na Rede Europeia de Alternativas à Psiquiatria, no interior da qual a Psiquiatria Democrática tinha bastante força. Fui surpreendido pela afinidade que as pessoas na Itália encontram entre o movimento de Basaglia e o trabalho de Mimmo Lucano, prefeito de uma vila calabresa que criou um novo modelo de acolhimento a demandantes de asilo, de base comunitária (e que, atualmente, é uma das vítimas de um processo escandaloso e politicamente motivado).<sup>39</sup> O trabalho de Basaglia estava profundamente ligado ao anti-fascismo e o trabalho de Lucano tanto às lutas anti-fascistas quanto anti-máfia, na tradição de Danilo Dolci. Para alguns, tais ressonâncias se relacionam à memória de Foucault (que também atuou e falou em favor dos *boat people* e dos que buscavam asilo)<sup>40</sup>, talvez mais em termos de um estilo de engajamento moral, simpatia e resistência do que uma análise política ou agenda particulares. O recente movimento italiano das sardinhas – uma campanha cidadã de resistência específica à ofensiva populista xenófoba de Salvini e da Liga – foi bastante interessante e muito encorajador para aqueles de nós resistindo a ataques semelhantes do *Brexit*, especialmente porque foi iniciado e conduzido por jovens sem afiliações ideológicas ou teóricas prévias.

Mas tanto quanto conheço, é justo dizer que os estudos de governamentalidade (mesmo, ao que sei, na Itália – a menos que consideremos o recente caso infeliz do filósofo Giorgio Agamben e o movimento de resistência às precauções compulsórias de saúde pública, contra a pandemia de Covid-19) não foram identificados ou associados diretamente com um movimento político radical, ainda que seus expoentes sejam em grande medida reconhecidamente do campo da esquerda ou do centro progressistas, em suas simpatias e compromissos. Meu comentário não consiste em reprovação, mas também não chega a surpreender. Os estudos de governamentalidade pertencem, embora não seja justo associá-los a tal *ethos*, a uma era de triangulação, que atravessa os anos de glória dos Novos Democratas nos Estados Unidos da América e do Novo Trabalhismo no Reino Unido. Os estudos de governamentalidade e as análises inspiradas no primeiro Foucault lidaram com as origens e componentes disciplinares e biopolíticos do Estado de Bem-Estar social-democrata: ocorreu de estarem fazendo isso durante o que calhou de ser um período de

---

<sup>39</sup> Caprioglio; Ferri; Gennari (2021). Ver também Lucano (2020), Tazzioli (2018), Tazzioli; Walters (2019) e uma série de ensaios de Giovanna Procacci (2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

<sup>40</sup> Foucault (2001, p. 798-800, p. 1526-1527); Gordon (2015).

crítica neoliberal relevante e redução de partes do Estado de Bem-Estar, além do endurecimento das penas e re-disciplinarização das instituições, aprofundando as desigualdades, o empobrecimento e a luta de classes. Melinda Cooper conta essa história sombria em seu livro brilhante, *Valores familiares* [*Family values*, sem tradução]; o livro de Cooper (2017) pode ser lido como julgamento devastador dos equívocos de uma geração, que acreditou que a política socialmente progressista podia se aliar exitosamente a um liberalismo econômico agressivo, ao invés de ser (deliberadamente ou não) sua vítima incauta. Do outro lado da moeda, o antigo assistente de pesquisa de Foucault, François Ewald, cuja tese de doutorado sobre seguridade e as origens do Estado de Bem-Estar foi recentemente publicada em uma edição estadunidense (com prefácio de Melinda Cooper; versões iniciais foram incluídas em TFE), virou à direita nos anos 1990, tornando-se propagandista neoliberal, até mesmo flertando por algum tempo com a negação da mudança climática.<sup>41</sup> Há alguns anos, o editor estadunidense de Foucault, Bernard Harcourt, promoveu um diálogo, em Chicago, entre Ewald e Gary Becker, no qual o laureado com o Prêmio Nobel, então com 82 anos, se disse muito satisfeito com a representação que Foucault fez de suas ideias.<sup>42</sup> Podemos nos contentar com o contentamento de Becker? Ewald compara o curso de 1979 a uma “apologia” ao trabalho de Becker. Segundo Ewald, não há nada a “desculpar” na análise do neoliberalismo estadunidense em 1979; não foi um erro de percurso ou algo que seria necessário negar.<sup>43</sup> Ewald qualifica, entretanto, esta apologia de “paradoxo” que requer explicação. Ewald é em si mesmo um ser paradoxal, neoliberal convertido, alistando Foucault em suas novas simpatias, amparando assim a opinião de alguns à esquerda, que enxergam no suposto neoliberalismo de Foucault uma excelente razão para lhe condenar. Me parece muito evidente que Foucault apresentou o neoliberalismo a seu público parisiense, majoritariamente de esquerda, não como modelo a ser emulado, mas como um conjunto de reinvenções significativas da governamentalidade capitalista. Segundo ele, tais reinvenções mereciam atenção porque representavam um potencial desafio para a esquerda e exigiam uma resposta nova: a invenção de uma governamentalidade de esquerda que não devesse nada aos antigos modelos do Estado policial ou do liberalismo. De outro lado, Foucault jamais preconizou ideias neoliberais para responder às exigências políticas e intelectuais da esquerda. É possível que, se seus conselhos tivessem sido largamente difundidos e ouvidos naquela época e no período seguinte, nossa história tivesse seguido um curso melhor.

MT: Ainda em relação à questão precedente, parece-nos que os estudos de governamentalidade contribuíram para difundir Foucault para além da disciplina da filosofia. A própria noção de “uso” (o uso de Foucault) ganhou centralidade em trabalhos críticos nas ciências sociais que se engajaram com o pensamento de Foucault para compreender fenômenos contemporâneos. A assim chamada “caixa de ferramentas” foucaultiana foi mobilizada em diferentes campos disciplinares. No entanto, parece-nos que “o uso de Foucault” e, particularmente, da noção de governamentalidade, tem sido concebida primordialmente como uma operação de cima para baixo: isto é, analisando o presente pelas lentes da governamentalidade, mais do que mobilizando esta última a partir de reivindicações

---

<sup>41</sup> Ver Ewald (2010).

<sup>42</sup> Becker; Ewald; Harcourt (2012). Para meus comentários, ver Gordon (2013b).

<sup>43</sup> Conforme destacado por Phillipe Chevallier em nota de tradução, Colin Gordon está jogando, aqui, com o verbo *to apologize* (pedir desculpas) em referência à apologia, no sentido de uma defesa laudatória [N. da T.].

e movimentos políticos. Trinta anos depois da publicação de *The Foucault effect*, como você analisa isto?

A noção de “caixa de ferramentas” foi cunhada em um momento de emancipação política radical, quando militantes podiam selecionar e arranjar conceitos instrumentais a suas causas e propósitos ao invés de ter propósitos e conceitos prescritos por uma liderança ideológica ou filosófica (em 1968, os estudantes de Paris convidaram Sartre a falar, mas lhe mandaram ser breve!). É claro que a caixa de ferramentas multiuso, modesta e reutilizável, sempre esteve sob risco de se transformar em moldura pronta, um meio de reprodução mecânico e massificado: todo pensamento inovador corre o risco de ser rotinizado.

Agora que as universidades são negócios neoliberais e os estudantes endividados têm urgência em maximizar seu capital humano antes de entrar em um mercado de trabalho altamente flexível, a conexão entre a pesquisa acadêmica e a produção de um desejo radical arrisca ser ainda mais tênue e/ou performativa. Foucault nos ensinou uma ideia e um certo modo (que ainda julgamos valioso e significativo) de interrogar nosso presente. Mas tempos diferentes são suscetíveis a demandar diferentes ferramentas cuja produção, por sua vez, não está garantida, nem pela alta teoria nem pelos processos internos de inovação e reprodução acadêmicas. Como começamos a perceber por volta dos anos 1980, a própria ideia de um presente e de uma história do presente (Foucault) está estreitamente ligada a uma história das diferentes experiências do tempo (Koselleck, 2006; Pocock, 1975).<sup>44</sup> O historiador Christopher Clark, analista perspicaz do *Brexit*, comentou tal ligação em dois de seus livros.<sup>45</sup> Claramente, nossa própria relação com o tempo se transformou, agora que precisamos pensar a próxima geração como condenada pela nossa a sofrer e lidar com o desastre planetário. Hoje a experiência do tempo é inseparável das relações morais entre gerações. Para pessoas de minha geração, é provável que isso continue a ser uma experiência desconfortável, sem dúvida merecidamente. O estudo mais bem documentado até o momento sobre o último livro de Foucault (2020), *As confissões da carne*, sugere que sua finalização não deixou, de modo algum, seu autor exaurido ou psicologicamente exausto, mas talvez mais reservado em relação à eficácia da genealogia como um guia para a existência e a ação.<sup>46</sup>

## Referências

AMADAE, S. M. **Prisoners of reason**: game theory and neoliberal political economy. New York: Cambridge University Press, 2016.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, P. The European Coup. **London Review of Books**, v. 42, n. 24, p. 17, Dec. 2020.

---

<sup>44</sup> Os trabalhos de Pocock são discutidos por Graham Burchell em seu capítulo “Peculiar interests: civil society and governing the ‘system of natural liberty’”, em *The Foucault effect* (Burchell; Gordon; Miller, 1991).

<sup>45</sup> Clark (2019a, 2021). Ver também seus artigos sobre as ideias presentes no *Brexit* (Clark, 2019b). As experiências históricas e concepções do tempo alternativas também estão no centro de um trabalho recente do historiador e pensador político Timothy Snyder (2018, 2022).

<sup>46</sup> Chevallier (2022).

BAKER, K. M. **Inventing the French Revolution**: essays on French political culture in the eighteenth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BECKER, G. S.; EWALD, F.; HARCOURT, B. E. “Becker on Ewald on Foucault on Becker: American Neoliberalism and Michel Foucault’s 1979 Birth of Biopolitics Lectures”. **University of Chicago Institute for Law & Economics Olin Research Paper**, n. 614, 2012.

BLOCH, M. **L'étrange défaite**: témoignage écrit en 1940. Paris: Société des Éditions Franc Tireur, 1946.

BROWN, P. **Through the eye of a needle**: wealth, the fall of Rome, and the making of Christianity in the West. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BULLOUGH, O. Moneyland. **Why thieves and crooks now rule the world and how to take it back**. London: Profile Books, 2019.

BURCHELL, G. “Peculiar interests: civil society and governing the ‘system of natural liberty’”. In BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (ed.). **The Foucault effect**: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 119-150.

BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (ed.) **The Foucault effect**: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

BURCHELL, G.; TAZZIOLI, M.; WALTERS, W. “Governmentality in translation: An interview with Graham Burchell”. In: TAZZIOLI, M.; WALTERS, W. (ed.). **Handbook on governmentality**. Northampton: Edward Elgar, 2023. p. 156-172.

BURGIN, A. **The great persuasion**: reinventing free markets since the depression. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

CADWALLADR, C. **Facebook’s role in Brexit** – and the threat to democracy, TED2019. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/carole\\_cadwalladr\\_facebook\\_s\\_role\\_in\\_brexit\\_and\\_the\\_threat\\_to\\_democracy](https://www.ted.com/talks/carole_cadwalladr_facebook_s_role_in_brexit_and_the_threat_to_democracy).

CAPRIOGLIO, C.; FERRI, F.; GENNARI, L. La colpa di Lucano: una lettura della condanna oltre la criminalizzazione della solidarietà. **Studi Sulla Questione Criminale** (Online), 2021. Disponível em: <https://studiquestionecriminale.wordpress.com/2021/10/11/la-colpa-di-lucano-una-lettura-della-condanna-oltre-la-criminalizzazione-della-solidarieta%E1%BF%BC/>.

CATTEEUW, L. **Censures et raisons d’état**: une histoire de la modernité politique (XVI-XVIII Siècle). Paris: Albin Michel, 2013.

CHEVALLIER, P. The genesis of Confessions of the Flesh: A journey through the archives. **The Maynooth Philosophical Papers**, v. 11, p. 55-73, 2022.

CLARK, C. **Prisoners of time**: Prussians, Germans and other humans. New York: Penguin, 2021.

CLARK, C. **Time and power**: visions of history in German politics, from the Thirty Years’ War to the Third Reich. Princeton: Princeton University Press, 2019b.

CLARK, C. What would bismarck do? **London Review of Books**, v. 41, n. 18, 26 Sept. 2019a.

COOPER, M. **Family values**: between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVID-BARRETT, L. Is the UK sliding into state capture? **The Constitution Society**, 5 may 2022.

DONZELOT, J. Michel Foucault and liberal intelligence. **Economy and Society**, v. 37, n. 1, p. 115-134, 2008.

DONZELOT, J.; GORDON, C. Governing liberal societies – the Foucault effect in the English-speaking world. **Foucault Studies**, n. 5, p. 48-62, 2008.

EWALD, F. Apologie de Claude Allègre. **Les Échos**, 2 mars 2010.

FARGE, A. **Subversive Words**: public opinion in eighteenth-century France. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

FARGE, A.; FOUCAULT, M. **Disorderly families**: infamous letters from the Bastille archives. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Curso dado no Collège de France (1975-1976).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Curso dado no Collège de France (1978-1979).

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. Curso dado no Collège de France (1977-1978).

FOUCAULT, M. The refugee problem is a presage of the great migrations of the twenty first century, **OpenDemocracy**, 13 Nove. 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/refugee-problem-is-presage-of-great-migrations-of-twenty-first-century/>.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits**: 1976-1988. t. 2. Paris: Gallimard, 2001.

GANDAL, K.; KOTKIN, S. Governing work and social life in the USA and the USSR. **History of the Present**, n. 1, p. 4-5, 1985.

GEOGHEGAN, P. **Democracy for sale**: dark money and dirty politics. London: Apollo, 2020.

GORDON, C. “A alma do cidadão. as abordagens de Max Weber e Michel Foucault sobre racionalidade e governo”. In: JARDIM, F. A. A. *et al.* (ed.). **Max Weber e Michel Foucault**: paralelas e interseções. São Paulo: Educ, 2018a. p. 259-287.

GORDON, C. A note on “Becker on Ewald on Foucault on Becker. **Foucault News**, Feb. 2013. Disponível em: <https://foucaultnews.files.wordpress.com/2013/02/colin-gordon-2013.pdf>.

GORDON, C. Crime control after Brexit. **North East Bylines**, July 20<sup>th</sup>, 2020b. Disponível em: <https://northeastbylines.co.uk/crime-control-after-brexit/>.

GORDON, C. “Expelled questions: Foucault, the left and the law”. In: GOLDBER, B. (ed.). **Reading Foucault**: on law, power and rights. London: Routledge, 2012. p. 13-38.

GORDON, C. La gouvernementalité et après après: entretien avec Colin Gordon. **Materiali Foucaultiani**, a. IX, n. 17-18, p. 129-156, gen./dic. 2020a.

GORDON, C. On “Central Asia”, science, “weirdos and misfits”, **North East Bylines**, Aug. 3<sup>rd</sup>, 2020c. Disponível em: <https://northeastbylines.co.uk/cummings-brexit-and-russia-part-1/>.

GORDON, C. On independence, Russian style. **North East Bylines**, Aug. 7<sup>th</sup>, 2020d. Disponível em: <https://northeastbylines.co.uk/cummings-brexit-and-russia-part-2/>.

GORDON, C. On military philosophers and mercenaries. **North East Bylines**, Aug. 15<sup>th</sup>, 2020e. Disponível em: <https://northeastbylines.co.uk/cummings-brexit-and-russia-part-3/>.



GORDON, C. “Platão em Weimar. Weber revisitado via Foucault – Duas aulas sobre legitimação e vocação”. In: JARDIM, F. A. A. *et al.* (ed.). **Max Weber e Michel Foucault: paralelas e intersecções**. São Paulo: Educ, 2018b. p. 33-66.

GORDON, C. The drowned and the saved: Foucault’s texts on migration and solidarity, **OpenDemocracy**, 13 Nov. 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/drowned-and-saved-foucaults-texts-on-migration-and-solidarity/>.

GORDON, C.; JARDIM, F. Breve genealogia dos estudos da governamentalidade: o efeito Foucault e seus desdobramentos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 1067-1087, out./dez., 2013.

HIRSCHMAN, A. O. **The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INNES, A. Short cuts: state capture. **London Review of Books**, v. 43, n. 24, 16 déc. 2021. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v43/n24/abby-innes/short-cuts>.

INTELLIGENCE AND SECURITY COMMITTEE OF PARLIAMENT. Russia, 21 July. **HC 632**, 2020. Disponível em: [https://isc.independent.gov.uk/wp-content/uploads/2021/01/20200721\\_HC632\\_CCS001\\_CCS1019402408-001\\_ISC\\_Russia\\_Report\\_Web\\_Accessible.pdf](https://isc.independent.gov.uk/wp-content/uploads/2021/01/20200721_HC632_CCS001_CCS1019402408-001_ISC_Russia_Report_Web_Accessible.pdf).

JOYCE, P. **The state of freedom: A social history of the British State since 1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

KELLEY, D. R. **The beginning of ideology: consciousness and society in the French reformation**. Cambridge: Cambridge University, 1981.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LEGG, S.; HEATH, D. (ed.). **South Asian governmentalities, Michel Foucault and the question of postcolonial orderings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LIGGIO, L. P. Mont Pelerin: 1947-1978: the road to libertarianism. **Libertarian Review**, v. 7, n. 12, Jan. 1979.

LUCANO, D. **Il fuorilegge: la lunga battaglia di un uomo solo**. Milan: Feltrinelli, 2020.

MACLEAN, N. **Democracy in Chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America**. New York: Viking, 2017.

MAYER, J. **Dark money: the hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right**. New York: Doubleday, 2016.

MAZOWER, M. Foucault, Agamben: theory and the Nazis. **Boundary 2**, v. 35, n. 1, p. 23-34, 2008.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MIROWSKI, P. **Never let a serious crisis go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown**. London: Verso, 2013.

MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Harvard: Harvard University Press, 2009.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic Republican Tradition**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

RABIN-HAVT; MEDIA MATTERS FOR AMERICA. **Lies, incorporated:** the world of post truth politics. New York: Penguin Random, 2016.

SHAKESPEARE, W. **Rei Lear**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

SKINNER, Q. Ambrogio Lorenzetti's buon governo frescoes: two old questions, two new answers,. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 62, p. 1-28, 1999.

SKORNICKI, A. **La grande soif de l'état:** Michel Foucault avec les sciences sociales. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2015.

SKORNICKI, A. Sur les traces de la théorie foucauldienne de l'état. **Histoire@Politique**, n. 32, mai/août. 2017. [en ligne].

SLOBODIAN, Q.; Plehwe, D. "Neoliberals against Europe". *In*: CALLISON, W; MANFREDI, Z. (ed.). **Mutant neoliberalism:** market rule and political rupture. New York: Fordham University Press, 2019. p. 89-111.

SNYDER, T. **On Tyranny and on Ukraine**. [ *S. L.*]: Penguin Audio, 2022.

SNYDER, T. **The road to unfreedom:** Russia, Europe, America. New York: Duggan Books, 2018.

TAZZIOLI, M.; WALTERS, W. (ed.). **Handbook on governmentality**. Northhampton: Edward Elgar Publishing, 2023.

TEO, T. A.; WYNNE-HUGHES, E. (ed.). **Postcolonial governmentalities, rationalities, violences and contestations**. London: Rowman & Littlefield, 2020.

WALTERS, W.; HAAHR, J.-H. **Governing Europe:** discourse, governmentality and European integration. Routledge, London, 2005.

Tradução: Fabiana A. A. Jardim

# A “burocracia managerial”: management e neoliberalismo na experiência Argentina recente

Oswaldo Javier López Ruiz

## Introdução

Apesar de suas diferentes origens –o *management* no chão das fábricas e a burocracia nos escritórios da administração–<sup>1</sup>, o management também entrou no escritório e isto foi já há mais de um século. Como antes ocorrera com a administração científica de Taylor no chão das fábricas, seu objetivo foi registrar, organizar, acomodar, ordenar, organizar e padronizar tarefas, procedimentos, funções e, também, pessoas. O objetivo era aumentar a eficiência em cada operação e, com isso, reduzir custos aumentando os lucros. No senso comum, o management, podemos dizer, é sempre bem-sucedido: se a empresa prospera e sobrevive no mercado, é porque é lucrativa e o management conseguiu seus objetivos. Caso contrário, o problema é (ou foi) a falta de management: dessa forma a sua conotação de valor acaba sendo sempre positiva. Como é bem conhecido, o contrário acontece com a burocracia. Ela é sempre conotada negativamente ou mesmo pejorativamente. A acusação principal é a de sua ineficiência –curiosamente, o contrário do principal mérito que Max Weber salientava nela: a sua eficiência e superioridade técnica, própria da aplicação de critérios racionais.

No entanto, management e burocracia, e os procedimentos em que cada um se baseia, são tão antagônicos? Em última análise, não acabam sendo formas bastante semelhantes de exercício do poder? Para responder a essas questões, propomos esclarecer o que há em comum e o que é diferente entre burocracia e management. Uma maneira de fazer isso é pensar o management como um subtipo puro de dominação legal com administração burocrática, de forma semelhante ao que Weber fez com outros subtipos definidos por ele, tal como a “burocracia patrimonial”. O objetivo final não é, porém, envolver-se em um mero exercício teórico abstrato com conceitos típicos ideais, mas analisar as possibilidades de utilização desses conceitos –especificamente a noção de “burocracia managerial”– em uma reflexão crítica sobre as racionalidades e práticas de governo neoliberal, partindo do entendimento de que existe uma relação estreita entre o pensamento do management e as doutrinas neoliberais. Concretamente, a intenção é colocar o foco na experiência Argentina recente na qual, durante o governo de Mauricio Macri (2015-2019), foi promovida a entrada massiva de *managers* provenientes de empresas privadas no setor público, o que foi

---

<sup>1</sup> Devido ao grande número de vezes que o anglicismo “management” aparece neste capítulo, a palavra não aparecerá em itálico deste ponto em diante.

apresentado e amplamente difundido como a receita para acabar com os males da burocracia dentro do Estado.

### “Management” e “burocracia”: breve revisão genealógica dos termos

Associar “management” com “burocracia” deve, certamente, parecer estranho. Para o senso comum é bastante evidente que esses dois conceitos são opostos, antagônicos quase antônimos. “Burocracia” se associa geralmente com trâmites, papelada ou “papelocracia”, mas também com ineficiência, com formalidades desnecessárias, com rigidez e, especialmente, com o setor público. No entanto, “management”, também para o uso corriqueiro e para o senso comum, remete a ideias praticamente contrárias: gestão eficiente, flexibilidade e setor privado. Parece que estamos falando de dois modelos de gestão contrapostos: o “bom” e “exitoso” das empresas e do mercado, e o “ruim” e “falido” da administração pública e do Estado.

Todos nós sabemos, porém, que essas são apenas imagens caricatas, de um senso comum bastante tosco.<sup>2</sup> Mas, ao mesmo tempo, essas imagens são as que mais circulam e estão carregadas de valorações. Então, parece que tudo o que remete ao “management” é positivo e tudo o que remete à “burocracia” é negativo. E essas conotações vão além de “bom” e “ruim”, “com” sucesso ou “sem” sucesso, e podem veicular sentidos tão diversos como: “impessoalidade”, “opressão”, “falta de liberdade”, “conformidade”, “lentidão”, “padronização”, “preguiça” e até “corrupção”, no caso da “burocracia”; e praticamente todo o contrário e em sentido positivo se nos referirmos ao “management”: “diligência”, “eficiência”, “agilidade”, “proatividade”, vontade para “inovar” e “assumir riscos”, “empreendedorismo”, entre outros.

Porém, o que há por trás desse senso comum tão disseminado? Ou, em outros termos, a que remete essa aceitação acrítica do management e de suas técnicas de gestão não apenas dentro do mundo das empresas e do mercado, mas crescentemente em outros âmbitos do social? Uma olhada para os usos do termo ao longo da história é sempre útil e instrutiva. Management é uma palavra que parece ter chegado originalmente ao inglês no século XVI a partir do verbo italiano *managgiare*, que significa treinar e montar um cavalo com habilidade –de fato, a palavra que é utilizada para falar do lugar onde se ensinam ou adestram cavalos, ou se fazem exercícios de equitação, o que em português é conhecido como “picadeiro”, em italiano é chamado de *maneggio*. Nesse sentido vinculado com a destreza na condução de

---

<sup>2</sup> Segundo Kennett Meir y Gregory Hill, “A leitura de grande parte da literatura atual sobre burocracia sugere que duas definições altamente inconsistentes estão sendo usadas. Os defensores da reforma administrativa tendem a definir a burocracia através de uma série de estereótipos. [...] A burocracia, nesta visão, é lenta, inepta e desperdiçadora. Notável na literatura prescritiva é o grau em que este estereótipo é simplesmente aceito sem nenhuma evidência empírica além de uma anedota ocasional” (2007, p. 51). Para Graeme Salaman, por sua vez, o discurso anti-burocrático é esmagador e em grande medida inquestionável. Assim, pode ser pensado nos termos foucaultianos de “regime de verdade” já que proporciona a legitimidade necessária para as reformas e mudanças organizacionais permanentes e abre as portas para os *managers* e suas teorias e retóricas. Outra das características da crítica à burocracia salientadas pelo autor é que esta se apropria da moralidade em sua análise das limitações da burocracia e em sua defesa das virtudes de suas alternativas, ao tempo que promove a imposição e instalação de princípios de mercado aos que defende e celebra como inevitáveis e morais (2005, p. 141-143).

cavalos, a palavra *management* é encontrada nas obras de Shakespeare e na tradução para o inglês da célebre Bíblia do Rei Jaime publicada em 1611 (Hood, 2007, p. 8).

No entanto, só em meados do século XVIII é que a palavra *management* se torna de uso corrente na língua inglesa. Uma recente genealogia do *management*, do autor francês Thibault Le Texier, *Les manières des hommes: essai sur la rationalité managériale*, mostra que o termo foi empregado até o final do século XIX em quatro tipos de literatura: 1) nos manuais de agricultura: sobre a gestão das granjas, os cuidados (o “*management*”) dos animais, das plantas e dos jardins; 2) nas obras médicas e paramédicas que davam conselhos às mães sobre a alimentação e o cuidado dos filhos; 3) nos livros e manuais dedicados a jovens esposas sobre a administração criteriosa da casa: o que podemos chamar de “*management doméstico*” e 4) nas publicações sobre a direção das escolas, a gestão dos professores e dos alunos. O que é importante salientar, no entanto, é que até aqui, em toda essa literatura, o termo *management* nunca se empregou em referência a homens adultos.<sup>3</sup>

É só a partir de 1830 que os mecânicos ferroviários ingleses e americanos começam a deslocar o uso do termo da esfera doméstica ao universo empresarial. Primeiro o utilizam para designar o manejo e o cuidado de suas máquinas, as locomotivas e máquinas a vapor. Logo, no final do século XIX, os engenheiros e seus assistentes vão começar a aplicar o termo ao governo dos operários industriais, porém, fazendo desaparecer nesse movimento o princípio de cuidado em favor do princípio de controle. Dessa forma, os usos e o domínio de aplicação do termo se contraem: do *management doméstico*, que abrangia uma grande diversidade de formas de vida, passa a ser empregado pelos engenheiros industriais, que teorizam o *management científico* no começo do século XX apenas como algo relativo aos operários das fábricas.

Em resumo, como podemos ver, em inglês, a partir de meados do século XVIII temos duas formas sucessivas e históricas de entender o *management*. A primeira, a que remete aos cuidados em relação à casa e aos filhos, à granja e aos animais, à escola e aos alunos. Esse princípio dos cuidados que é salientado gira em torno a ter a destreza –não já de conduzir e adestrar o cavalo– mas ter o jeito e a habilidade em conduzir um lar, o que significava também ter a capacidade de organizar racionalmente e mediante cálculos precisos a economia doméstica, as coisas, os objetos, as tarefas da casa, da granja ou da escola. A segunda acepção, a que vai tomando força entre finais do século XIX e começo do século XX, é a do *management* entendido a partir do princípio de controle. O *management* se apresenta, então, como um saber racionalizado, guiado pela busca da eficiência e da organização racional. Estamos falando das bem conhecidas doutrinas de Frederick Taylor e da “*administração científica*”, nascida no chão da fábrica para organizar, da forma mais eficiente possível, os arranjos não mais de crianças, animais ou as tarefas de jovens esposas, mas de operários. Com o taylorismo, o *management* pretende se constituir numa ciência do controle. E, como é possível perceber, o *management* moderno que chega até nossos dias guarda as características de suas origens industriais e estadunidenses, concluirá Le Texier (2016).

As origens da burocracia, no entanto, são bem outras. Não podemos nos deter aqui na sua longa –e muito interessante– genealogia, mas vale a pena lembrar que a burocracia nasce nos escritórios, como o próprio termo francês *bureau* indica. Ao que parece, desde suas origens, quando foi cunhado na França no século XVIII, a palavra assumia um sentido pejorativo. Um romance que virou *best-seller* foi publicado um século depois do surgimento do termo e já carregava toda essa conotação: foi em 1837 que apareceu *Les Employés*, de

---

<sup>3</sup> Em contraponto com Le Texier, Hood afirma que a palavra *management* já era usada no século XVIII e começos do XIX em um sentido muito informal para se referir à gestão dos assuntos públicos (2007, p. 9).

Honoré de Balzac, aparentemente responsável por imprimir o desprezo pela burocracia na consciência popular. E Robert Merton, um século depois, em 1949 nos Estados Unidos, em seu clássico livro sobre teoria e estrutura social, falando das conquistas e funções positivas assim como das disfunções da burocracia, lembraria que a comunidade em geral enfatiza as imperfeições, “como é sugerido pelo fato de que o ‘horrendo híbrido’, o burocrata tornou-se um epíteto, um Schimpfwort” (1968 [1949], p. 251).

Muito sumariamente podemos lembrar que a partir do final do século XVIII, começaram os desenvolvimentos intelectuais e políticos que levaram a uma mudança estrutural fundamental que vai se encerrar com o surgimento dos estados modernos e o desenvolvimento da noção de soberania nacional. Nesse contexto, os servidores reais tornaram-se servidores do Estado (por exemplo, no Código Jurídico da Prússia de 1794), os servidores tornaram-se funcionários, o governo por funcionários ficou conhecido como burocracia, e a burocracia tornou-se ao mesmo tempo poderosa e muito controversa (Lynn, 2007, p. 31).

Justamente, em sua concisa história da gestão pública, Laurence E. Lynn Jr. salienta que durante um século marcado pelas revoluções em nome da soberania popular, a instituição dominante da administração e gestão pública tornou-se a burocracia. No entanto, o “paradigma” burocrático gerou uma ampla crítica popular e profissional. Já à época, alguns autores e analistas tendiam a amalgamar o termo burocracia como um sistema de administração estatal que era inerentemente insensível as preocupações públicas. Outros consideravam que a burocracia não era mais do que a disseminação da autoridade entre funcionários menores, absorvidos em detalhes, e sempre com a intenção de complicar os assuntos e suprimir iniciativas em outros. Sem falar dos que já então assinalam as debilidades da burocracia: a corrupção e a preguiça, a ambição excessiva, o servilismo para com os superiores e a brutalidade para com os inferiores, a presunção, e a mentalidade estreita (Lynn, 2007, p. 30-36), o que leva a entender melhor a conotação de insulto que o termo “burocrata” vai adquirindo na comunidade, como Merton bem lembrava.

Por outra parte, embora o termo burocracia seja associado desde cedo com o governo e a administração estatal –e, mais especificamente, com os funcionários públicos–, é importante recordar que em um sentido mais amplo e, ao mesmo tempo mais preciso, burocracia remete ao trabalho administrativo feito justamente no escritório e ao pessoal que desenvolve esse tipo de atividade. Max Weber se encarregou de salientar isso. Para um bom conhecedor da história, como era Weber, estava claro que a burocracia não era um fenômeno moderno ou uma novidade da sua época. Trata-se de um tipo de organização que tinha existido com características diferentes em todos os tempos e culturas. Weber vai examinar exemplos na China e no antigo Egito para comparar e contrastar os traços distintivos com a organização burocrática moderna. A sua conclusão é, como bem conhecido, que a burocracia se desenvolve completamente somente nas comunidades políticas e eclesiásticas com a aparição do Estado moderno e, na esfera da economia privada, com as formas avançadas do capitalismo. Ainda, Weber deixa muito claro que o desenvolvimento da forma de administração burocrática moderna tem sido essencial e determinante para o surgimento do Estado moderno e, da mesma forma, para o funcionamento da empresa privada, sem o qual o sistema econômico capitalista que hoje conhecemos não teria chegado a existir. Para Weber, foi a necessidade do capitalismo –das empresas capitalistas na medida em que cresciam e se tornavam mais complexas– de uma administração permanente, rigorosa, intensiva e calculável que determinou o destino da burocracia e a converteu na medula de toda forma de administração moderna, seja para as empresas, para o Estado ou para a Igreja ou qualquer outro tipo de grande organização de massas. Sem este tipo de administração, chega a afirmar Weber, o capitalismo “não pode subsistir”. Por isso, para ele não há dúvidas

de que “os empresários capitalistas privados” foram os precursores da burocracia moderna (2014, p. 347).

Em sintonia com Weber, mas em meados do século XX, C. Wright Mills, também entende a burocracia moderna como não exclusiva do setor público.<sup>4</sup> Em seu clássico trabalho sobre a classe média americana, revisa o sentido corriqueiro do termo nos Estados Unidos da época e diz:

Como um epíteto para o desperdício e as tramitações, a palavra “burocracia” é um vestígio da idade heroica do capitalismo, quando o empresário de classe média lutava contra a companhia mercantil e a dinastia monarquista. Essa época já passou há muito tempo, mas o qualificativo continua, servindo a diferentes objetivos. (Mills, 1979 [1951], p. 98).<sup>5</sup>

Para alguém versado na obra de Weber como era Mills estava claro que “o demiurgo administrativo” (*The Managerial Demiurge*, título de um de seus capítulos) tinha a ver com o desenvolvimento de um determinado estilo de vida e com a ascensão de um determinado tipo humano (*the managerial type of man*) em todas as esferas da sociedade moderna. Da mesma forma que Weber, Mills se referia tanto aos administradores (*managers*) das empresas quanto aos do governo, os que “na tentativa comum de lidar com a população subjacente, têm-se interligado –vai dizer– no interior de comissões e grupos de pressão, de partidos políticos e associações de classe” (1979, p. 97). Porém, a palavra “burocracia” em seu sentido mais comum nos anos 1950 nos Estados Unidos, era, para Mills, inexato e enganoso por três motivos:

1) quando o dirigente de uma companhia faz objeções à burocracia, tem em mente os programas do Governo federal e apenas na medida em que são contrários aos interesses de sua burocracia particular. 2) A maior parte do desperdício e da ineficiência associados no imaginário popular à “burocracia” é, de fato, uma falta de burocratização rigorosa e completa. [...] Descritivamente, a burocracia refere-se a uma hierarquia de escritórios, cada um com sua área específica de administração e sua equipe de especialistas. Nesse sentido, a burocracia é o tipo mais eficiente de organização social que se conhece. 3) A burocracia governamental é, em grande parte, uma consequência no plano público, do desenvolvimento da burocracia privada que, centralizando a propriedade e o equipamento, liderou a tendência. A própria amplitude da empresa moderna, que concentra o progresso tecnológico e as decisões financeiras, obriga à criação de organizações centralizadoras submetidas a regras formais e subdivisões racionais em todos os setores da sociedade, e especialmente no Governo. (Mills, 1979, p. 98; 1969, p. 78).

<sup>4</sup> Da mesma forma a entendia também, e na mesma época, Robert Merton quem, quando falava em termos gerais preferia referi-la como “organização burocrática”. Caso contrário, deixava claro que estava se referindo a um caso específico como, por exemplo, a “burocracia industrial.” Para Merton, “Os estudos sociológicos da burocracia são claramente necessários para fornecer uma base mais ampla e firme para a compreensão da administração, tanto pública quanto privada” (1968 [1949], p. 179).

<sup>5</sup> Alteramos aqui a versão para o português que traduz “red tape” como “formalidades governamentais” por “tramitações” para preservar o sentido mais geral que Mills está dando justamente do termo “burocracia” e que abrange tanto as atividades e tarefas do governo quanto as das empresas privadas. Cf. Mills, 1969, p. 78. No subsequente, quando não for seguida completamente a tradução para o português, será também indicada a referência no original em inglês.

É interessante trazer à tona, mais de setenta anos depois, essa descrição que fazia Mills do que era entendido então por burocracia porque não é muito diferente do que por ela se entende hoje. O que se enfatiza é só sua referência à gestão pública –ao governo, ao Estado, aos funcionários públicos, sendo esquecida a dimensão que historicamente tem desempenhado também para o desenvolvimento da empresa moderna e do sistema capitalista–, se salienta também a sua ineficiência, a sua rigidez e os gastos desnecessários que produz. O management, entretanto, continua com seu signo positivo e foi assim que, a partir da segunda década do século XX, foi entrando no escritório.

### **O management entrando no escritório**

Como é bem conhecido e sendo bem esquemáticos, já nos começos do século XX há nas empresas dois tipos de atividades bem diferentes e que tendem a se diferenciar e especializar ainda mais. As tarefas de produção que são organizadas e feitas no chão da fábrica, e as tarefas administrativas que vão se incrementar enormemente nas primeiras décadas do século passado pelas demandas tanto da produção e da comercialização dos produtos, quanto das crescentes demandas de controles por parte do governo. Também nesses primeiros anos do século XX há um acontecimento que, segundo alguns autores, chegou a significar toda uma ruptura epistemológica no âmago das teorias e das práticas de gestão. Foi o que veio com o taylorismo e seu “management científico” (Le Texier, 2016). Poucos anos depois, assistimos à entrada do “management” taylorista no escritório, com seus princípios de eficiência e organização, sempre tentando achar “uma melhor forma” de fazer cada tarefa. Há, então, por uma parte um incremento muito considerável do trabalho de escritório e uma tentativa de tornar esse trabalho mais eficiente. Existia já na época o preconceito para o que era considerado “trabalho improdutivo” *versus* o trabalho “concreto” e produtivo realizado no chão da fábrica. No entanto, não faltam autores que tratam de mostrar a importância do trabalho de escritório para as atividades de coordenação e controle numa empresa moderna, e também para o tratamento estratégico da informação que guia as decisões dos executivos.

Em 1917 foi publicado *Factory and Administration Office*, um livro de Lee Galloway, professor associado de Comércio e Indústria da Escola de Comércio, Contabilidade e Finanças da Universidade de Nova Iorque. A proposta de Galloway será utilizar os mesmos princípios de organização e direção da fábrica no escritório. No primeiro capítulo que tem o sugestivo título de “A era do administrador”, ele vai definir o que entende por administração:

Usamos o termo administração como um conceito que implica algum grau de excelência e mérito, e ao longo deste trabalho continuaremos a fazer isso. A rigor, o termo é neutro; não significa nada mais do que a conduta ou a gestão dos assuntos. Seja guiado pela imprudência e ignorância, seja pela cautela e sabedoria, não é menos uma administração. No entanto, como os negócios são conduzidos com fins lucrativos, e como a má gestão não pode durar, é natural que o termo administração de empresas carregue a implicação de que é apoiada pela capacidade executiva. É de se esperar, portanto, que nossa reflexão sobre a administração de empresas se concentre no estudo da condução bem sucedida dos assuntos empresariais. (Galloway, 1917, p. 8-9).



É interessante notar aqui duas coisas. Em primeiro lugar que, embora o autor esteja utilizando, tanto no título quanto nesta definição, o termo *administration*, o termo *management* aparece também disseminado ao longo das mais de trezentas e cinquenta páginas do livro. Assim, vai se falar tanto da “ciência da administração de empresas”, quanto da “ciência do management” (1917, v. 72). Neste sentido, os títulos de alguns dos capítulos ou sessões do livro são bem eloquentes: “*Principles of Business Management*”, “*Cardinal Elements of Management*”, “*Purpose of Management is Profit*”, “*Types of Management—The Factory*”, “*Types of Management—The Office*”. E mais eloquente ainda é que, no ano seguinte, em 1918, Galloway vai publicar um novo livro com o título *Office Management: Its Principles and Practice* —aonde vai também se referir aos “princípios básicos da administração do escritório” (1918, p. x), usando o termo “administração” e não só o termo *management*.

Em segundo lugar encontramos nesse parágrafo de Galloway que, nas primeiras décadas do século XX, os termos “administração” e “management” já tinham um viés positivo na utilização que era feita dessas palavras. E, ainda mais importante, Galloway oferece uma explicação muito clara de porque não se tratava de conceitos neutros: a má gestão (o *management* ou administração) não pode durar por se tratar de empresas que têm fins lucrativos. Claramente vemos aqui que o modelo do *management* é o modelo da empresa. Seja na administração da fábrica quanto na administração do escritório há uma única *ratio* que determina em última instância que a empresa continue a existir. Ela é, como é bem sabido, a consecução dos ganhos. Isto que resulta óbvio para as empresas, não é tão óbvio quando os princípios do *management* são transferidos para outro tipo de organizações cujos fins últimos não são a maximização dos ganhos econômicos. O que acaba acontecendo é que, para adaptar esses princípios para a organizações sem fins lucrativos, terminam sendo inventados *proxies* (substitutos) do lucro que possam ser medidos quantitativamente. Isso, como veremos chegará ao paroxismo nas últimas décadas do século XX —e com efeitos até nossos dias— com o *New Public Management* e a invenção de quase-mercados que procuram imitar artificialmente as características dos mercados competitivos na distribuição dos recursos.<sup>6</sup>

Contudo, e voltando para os anos em que esses livros de Galloway foram publicados, o que vale a pena frisar aqui é que o que aconteceu nos Estados Unidos na segunda década do século XX foi o que poderíamos chamar de “managerialização do escritório”. Isto fica mais claramente evidenciado quando nos detemos na vida e na obra de um estenógrafo que virou teórico organizacional, William Henry Leffingwell, quem explicitamente vai levar o *management* científico idealizado por Taylor da fábrica para o escritório. Justamente será também em 1917 que Leffingwell vai publicar *Scientific Office Management*, um relatório sobre a aplicação do Sistema de *Management Científico* de Taylor nos escritórios —livro que, curiosamente, foi republicado em 2010. Sobre esse mesmo livro, uma resenha de 1925 salientava que “a característica marcante deste volume abrangente é sua ênfase na administração científica (*scientific management*) e a possibilidade de sua aplicação em atividades de escritório” (Martin, 1925, p. 271). O livro trata tanto da discussão dos princípios da administração científica no escritório quanto da sua aplicação a cada problema específico que ali surge. O resenhista, que não poupa elogios para o trabalho de Leffingwell, destaca também

---

<sup>6</sup> Se para os mercados convencionais a chave das trocas está no sistema de preços, para os quase-mercados, como não existe um sistema de preços, se estabelece um sistema de score ou resultados que possam ser medidos com o objetivo de avaliar a performance de cada um dos agentes, dos diferentes escritórios ou repartições e dos próprios organismos ou instituições. É gerado assim um sistema de prêmios e castigos que promove a concorrência por melhores resultados em todos os níveis. Sobre como este sistema de quase-mercados opera em instituições como as universidades que, em princípio, deveriam estar muito longe de perseguir os objetivos de uma empresa comercial, veja-se Hoevel (2021, p. 45-48).

que “sua compreensão do espírito e dos princípios subjacentes à administração científica como distintos do procedimento técnico é claramente visível” (Martin, 1925, p. 271-272); “procedimentos técnicos” que, podemos supor, baseavam-se em regras e em modos de fazer que tinham sido estabelecidos pela burocracia ao longo do tempo e que com a introdução da administração científica no escritório eram colocados em discussão. “Como expressão lógica do ponto de vista da administração científica –destaca finalmente o resenhista–, não é surpreendente encontrar o autor submetendo constantemente cada fase da atividade do escritório a um exame rígido quanto ao seu valor quando comparado com seu custo” (Martin, 1925, p. 272).

Indo na mesma direção, um outro trabalho mais recente sobre a difusão das ideias de Fredrick Taylor se refere a Leffingwell da seguinte maneira:

William H. Leffingwell, filho de um carpinteiro do meio-oeste treinado como estenógrafo, aplicou a administração científica ao escritório, experimentando com datilógrafos e balconistas como Taylor tinha feito com maquinistas e escavadores. Havia uma melhor maneira [*one best way*], ele argumentava, para inserir o papel em uma máquina de escrever, colocar as folhas juntas com alfinetes ou sentar-se à mesa –“bem encostados nas cadeiras, com os pés colocados diretamente no chão e a cabeça e os ombros eretos”. Leffingwell viu malandros atrás de cada armário de arquivos, assim como Taylor fez atrás de cada torno. Ele e seus seguidores acompanharam quantos minutos por dia datilógrafos datilografavam, fixaram padrões de trabalho de tantos centímetros quadrados de trabalho datilografado por hora e concederam bônus para aqueles que os satisfaziam. (Kanigel, 1997, p. 21-22).

Um ano depois de publicar *Scientific Office Management*, em 1918, Leffingwell publica *Making the office pay*. O que primeiro nos chama a atenção é o longo subtítulo do livro. Para fazer com que as tarefas do escritório foram rentáveis, eram ali oferecidos “Planos de escritório testados, métodos e sistemas que permitem melhores resultados na rotina diária, garantidos pelos escritórios das centenas de homens de negócios bem-sucedidos que os utilizam para aumentar os lucros através da redução de custos.”<sup>7</sup> Como vemos, há toda uma definição filosófica nesse subtítulo. Ele resume e mostra com muita clareza uma mentalidade e uma visão do mundo que se expande junto com as ideias de Taylor e é difundida pelo management científico, não só dentro das empresas –do chão da fábrica para os escritórios–, mas também, no decorrer dos anos, acabará permeando muitos outros âmbitos do social, e não apenas nos Estados Unidos, mas também mundo afora. Dito em outros termos, os termos de Weber e Wright Mills, um tipo humano, o *manager*, obcecado em aumentar a eficiência e reduzir os custos de toda atividade e tarefa, começa a prevalecer no século XX e continuará prevalecendo nas primeiras décadas do XXI.

Neste último livro-manual de gestão do escritório também chama a atenção a utilização permanente de palavras como “relatórios” e “registros” (*reports and records*) para os quais se apresentam exemplos de formulários dos mais diversos tipos. A preocupação permanente com o uso do tempo e com encontrar a melhor maneira possível –o “*one best way*” taylorista– de fazer até a mais mínima tarefa. E mais uma outra coisa se destaca: a verdadeira obsessão que já havia então com a redução dos custos (*cost cut*), como o subtítulo deixa bem claro.

---

<sup>7</sup> O subtítulo do livro no original: “Tested office plans, methods and systems that make for better results from everyday routine, secured from the offices of the hundreds of successful business men who are using them to increase profits by cutting costs” (Leffingwell, 1918, p. iii).

Para tomar um contato mais direto com a época em que estas ideias, doutrinas e retóricas do management estavam sendo difundidas, mas sobretudo com o “espírito” e os conceitos-valores<sup>8</sup> que eram transmitidos, vale a pena nos deter em algumas das muitas imagens que apresenta Leffingwell em *Making the office pay*. A primeira figura mostra um modelo de relatório diário, neste caso para uso no balcão de informações. Trata-se de uma folha na qual aparecem listadas todas as tarefas pelas quais um funcionário é responsável. Segundo Leffingwell, “empresários práticos em muitos escritórios descobriram que quando um funcionário é considerado o único responsável por certas tarefas –como acontece com este planejamento– as chances de erro são muito menores”. E conclui que um planejamento como esse tem “ajudado um executivo a acelerar a rotina do seu escritório” (1918, p. ii). Claramente o foco está em tornar as tarefas mais eficientes evitando os erros e encurtando os tempos. O ditado atribuído a Benjamin Franklin “*time is money*” e efetivamente usado por ele em seu ensaio de 1748, *Advice to a Young Tradesman* –lembramos que este livro de Franklin foi um dos documentos usados por Weber em seus célebres ensaios sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo–, encontra aqui, no manual do Leffingwell, 170 anos depois, toda a sua atualidade e vigor.

A segunda figura deixa isto ainda mais evidente. Com um título bem direto de “Poupe o minuto! O tempo é a coisa mais valiosa do mundo!!”, a sugestão do autor é impressionar os trabalhadores com a importância de economizar cada minuto exibindo uma tabela como esta nos escritórios. Ela mostra que “economizar um minuto em cada hora trabalhada significa uma economia de 40 horas, quase uma semana!” A tabela vai expor quantas horas por ano poderiam ser poupadas se fossem poupados de um a trinta minutos por hora –“A verdadeira eficiência significa fazer com que cada MINUTO conte”, vai concluir o texto ao lado. Mas, logo depois, nas colunas seguintes, vai traduzir esse tempo poupado em dinheiro, dependendo da faixa salarial –no exemplo, isso vai de 5 a 50 centavos por hora. E conclui observando que em um ano, um minuto em cada hora economizada significa uma economia de 1,6% na conta salarial. É claro que, além de “impressionar os trabalhadores”, o que interessa aqui a Leffingwell é sensibilizar os *managers* dos escritórios, mostrando a quantidade de salários que podem ser economizados a cada ano, encurtando o tempo necessário para realizar qualquer tarefa. No texto que acompanha a figura ele vai salientar o seguinte: “É claro que não há nenhuma economia, a não ser que o tempo economizado seja aproveitado em outro trabalho” (1918, p. 14).

A terceira e a quarta figuras mostram como são as mesas de trabalho dos executivos e como as dos trabalhadores “em um escritório onde são empregados os métodos de vanguarda”. Cada executivo tem uma gaveta de arquivos “na qual ele pode classificar rapidamente os papéis deixados em sua cesta de recebimento. Este arquivo classifica seu trabalho na ordem de sua importância e a rapidez com que ele deve fazê-lo, a fim de cumprir sua agenda.” No entanto, as mesas dos trabalhadores “não contêm gavetas e, por isso não há a tentação de ‘largar’ o trabalho” com a possibilidade de esquecê-lo. Além disso, essas mesas são especialmente projetadas e tem a altura certa para serem confortáveis e eficazes para o trabalho que esses homens estão fazendo. “Adequar o trabalho ao trabalhador – destaca Leffingwell– é a palavra de ordem neste escritório” (1918, p. 13). Mais uma vez,

---

<sup>8</sup> Em outro lugar argumentamos que as doutrinas e retóricas do management tomam e se apropriam de conceitos formulados por teorias científicas (por exemplo, da antropologia, da economia, da biologia, entre outras), conceitos definidos para dar explicações concretas a problemas ou questões pontuais, e os difundem transmutados em valores sociais com o objetivo de orientar as condutas das pessoas. Exemplo disso são conceitos como “capital humano” ou “empreendedorismo”. Ao respeito, veja-se López-Ruiz, 2009, 2007a, 2007b.

questões como a rapidez, a eficácia, o controle da picaretagem dos trabalhadores de escritório e a vanguarda dos métodos empregados são salientadas.

Figura 1: Formulário "Relatório diário do balcão de informações" (Leffingwell, 1918, p. ii)

**Daily Report from Information Desk, Feb. 26**

<b>1 CALLERS</b>						
<b>a</b> Number of callers	Administration	Sales	Credit	Collection	Advertising	Production
<b>b</b> Departments called for	### 1	##		###	#	###

<b>2 LETTERS</b>						
<b>a</b> Incoming mail- time received	1	2	3	4	5	Reasons if any for delay
Time received	9:40	9:05	9:35	1:25	2:15	
Time delivered	9:45	9:10	9:45	1:30	2:30	Sent on Express

<b>b</b> Filing		Answer Yes or No. If "No" give the reason why	
Marked for file			
Filed			

**c** Searching Files: number searched for *### ##*

<b>3 MESSENGER COLLECTIONS AND DELIVERIES</b>						
	Scheduled	Actual	Reason for delay	Scheduled	Actual	Reason for delay
Time started	9:	9:		1:30	1:30	
	10:	10:		2:30	2:30	
	11:	11:		3:30	3:30	
				4:30	4:30	

<b>4 CALL BELL</b>	<b>5 PHOTOS AND DRAWINGS FILED</b>
<b>a</b> Morning	Number filed <i>10</i> If none, give reason why:
<b>b</b> Noon (11:15 to 12:30)	
<b>c</b> Afternoon	

<b>6 MAGAZINES</b>	
<b>a</b> Number checked and slips written	If none, give reason why: <i>35</i>
<b>b</b> Number filed	If none, give reason why: <i>All filed</i>
<b>c</b> Number searched for	<i>###</i>



This sheet, which contains a list of all the tasks for which the employee is responsible, illustrates a plan that has helped one executive to speed up the routine in his office.

Practical business men in many offices have found that where an employee is held solely responsible for certain tasks—as with this plan—chances of error are greatly lessened.

Figura 2: “Poupe o minuto! O tempo é a coisa mais valiosa do mundo!” Tabela para sensibilizar os trabalhadores com a quantidade de tempo que significa ao ano o tempo poupado em cada tarefa (Leffingwell, 1918, p. 14)

SAVE THE MINUTES! TIME IS THE MOST VALUABLE THING IN THE WORLD! !												
Saving % of Time	Min. per Hour	Means Saving Hours Per Year	Or a saving in the wage bill each year of the amounts shown below, according to the rate per hour									
			5c	10c	15c	20c	25c	30c	35c	40c	45c	50c
.018	1	40	32	64	96	128	160	192	224	256	288	320
.033	2	80	64	128	192	256	320	384	448	512	576	640
.05	3	120	96	192	288	384	480	576	672	768	864	960
.066	4	160	128	256	384	512	640	768	896	1024	1152	1280
.082	5	200	160	320	480	640	800	960	1120	1280	1440	1600
.10	6	240	192	384	576	768	960	1152	1344	1536	1728	1920
.116	7	280	224	448	672	900	1120	1344	1568	1792	2016	2240
.133	8	320	256	512	768	1024	1280	1536	1792	2048	2304	2560
.15	9	360	288	576	864	1152	1440	1728	2016	2304	2592	2880
.166	10	400	320	640	960	1280	1600	1920	2240	2560	2880	3200
.183	11	440	352	704	1056	1408	1728	2080	2432	2784	3136	3488
.20	12	480	384	768	1152	1536	1920	2304	2704	3104	3472	3840
.216	13	520	416	832	1248	1664	2048	2432	2880	3328	3744	4160
.233	14	560	448	900	1344	1792	2176	2560	3008	3456	3936	4320
.25	15	600	480	960	1440	1920	2304	2704	3136	3584	4032	4480
.266	16	640	512	1024	1536	2048	2432	2848	3264	3712	4176	4640
.283	17	680	544	1088	1632	2176	2560	2976	3392	3840	4304	4800
.30	18	720	576	1152	1728	2304	2704	3104	3520	3968	4432	4960
.316	19	760	608	1216	1824	2432	2848	3232	3648	4096	4560	5120
.333	20	800	640	1280	1920	2560	2976	3360	3776	4224	4688	5280
.350	21	840	672	1344	2016	2688	3104	3488	3904	4352	4816	5440
.366	22	880	704	1408	2112	2816	3232	3616	4032	4480	4944	5600
.383	23	920	736	1472	2208	2944	3360	3744	4160	4608	5072	5760
.40	24	960	768	1536	2304	3072	3488	3872	4288	4736	5200	5920
.416	25	1000	800	1600	2400	3200	3616	4000	4416	4864	5328	6080
.433	26	1040	832	1664	2496	3328	3744	4128	4544	4992	5456	6240
.45	27	1080	864	1728	2592	3456	3872	4256	4672	5120	5584	6400
.466	28	1120	896	1792	2688	3584	4000	4384	4800	5248	5712	6560
.483	29	1160	928	1856	2784	3712	4128	4512	4928	5376	5840	6720
.50	30	1200	960	1920	2880	3840	4256	4640	5056	5504	5968	6880

This table is figured on the basis of an 8 hour day, 300 working days in the year, 2400 working hours

Reproduced, by permission, from "Scientific Office Management," by W. H. Leffingwell

FIGURE 6: When displayed in an office, this table is of value in impressing workers with the importance of saving minutes. It shows the amount of wages that can be saved each year by shortening the required time for performing any task. There is, of course, no saving whatever unless the time saved is employed to advantage on other work.

A quinta figura mostra um grupo de trabalhadoras de escritório fazendo exercícios físicos. Para Leffingwell, “tanto o cérebro quanto o músculo podem se esgotar depois de duas ou três horas de trabalho em alta velocidade”. Nesse caso ele sugere “abrir bem as janelas e depois fazer algumas calistenias simples” porque “o trabalho melhora substancialmente após cerca de cinco minutos de exercício e relaxamento” (1918, p. 98). Vemos como o tema das pausas para fazer exercícios durante o trabalho já estava na pauta dos *managers* nas primeiras décadas do século XX. E o objetivo estava claramente expressado e sem eufemismos: não era aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores senão a qualidade do trabalho. O que está colocada aqui é a questão de como manter a qualidade do trabalho ao mesmo tempo em que se procura constantemente que este seja feito à maior velocidade possível.

Figuras 3 e 4: Fotos das mesas executivas com gaveta de arquivo e mesas de trabalhadores sem gavetas. (Leffingwell, 1918, p. 13)



**FIGURE 4:** In one office where get-ahead methods are employed, each executive has a file drawer into which he can quickly sort the papers dropped into his receiving basket.

This file classifies his work in the order of its importance and the speed with which he must do it, in order to keep up with his schedule. It's an excellent check on all work.



**FIGURE 5:** Fit the work to the worker is the watchword in this office. The tables are especially designed for the work these men are doing and they are just the right

height to be comfortable and effective. The tables contain no drawers, and therefore there is no temptation to "ditch" work at night with the possibility of forgetting it.

A sexta figura mostra instruções para dobrar envelopes da melhor forma possível –*one best way*. Como para Taylor no chão da fábrica, para Leffingwell “existe uma melhor maneira de fazer quase todas as operações.” Para o autor de *Making the office pay*, “muitas operações de escritório que agora são malfeitas podem ser melhoradas pelos mesmos meios”, isto é, produzindo instruções precisas de como fazer cada operação ou tarefa (1918, p. 239).

Por último, embora se trate do âmago do assunto, a questão da redução de custos, neste caso com os suprimentos no escritório. A sétima figura mostra a foto de um homem testando a dureza do lápis para decidir qual se adapta melhor a seu escritório: “É surpreendente – afirma Leffingwell– o quanto pode ser economizado no custo anual deste pequeno item individual, determinando o grau exato de dureza da mina que dará o melhor resultado para cada tipo de trabalho” (1918, p. 192). E a figura oito traz uma foto em que se mostra o uso de um suporte de metal para poder utilizar os lápis até a última polegada e assim poupar: “usando o suporte de metal econômico, a última polegada de um lápis é feita tão útil quanto a primeira”, e sugere que essa foto seja pendurada no quadro de avisos para conscientizar os funcionários: “Adaptando a ideia pode fazer com que seus funcionários pensem –e economizem” (*Ibid.*).

Figura 5: Foto de trabalhadoras de escritório fazendo cinco minutos de exercício e relaxamento para tornar o trabalho mais eficiente (Leffingwell, 1918, p. 98)



**FIGURE 44:** Brain and muscle both are apt to get fagged out after two or three hours of top-speed work. When that happens, try throwing the windows wide open, and then go through some simple calisthenics. In the office shown here, work is found to improve materially after five minutes or so of exercise and relaxation.

Figura 6: “Instruções para dobrar os envelopes com janela” da melhor forma possível (Leffingwell, 1918, p. 239)

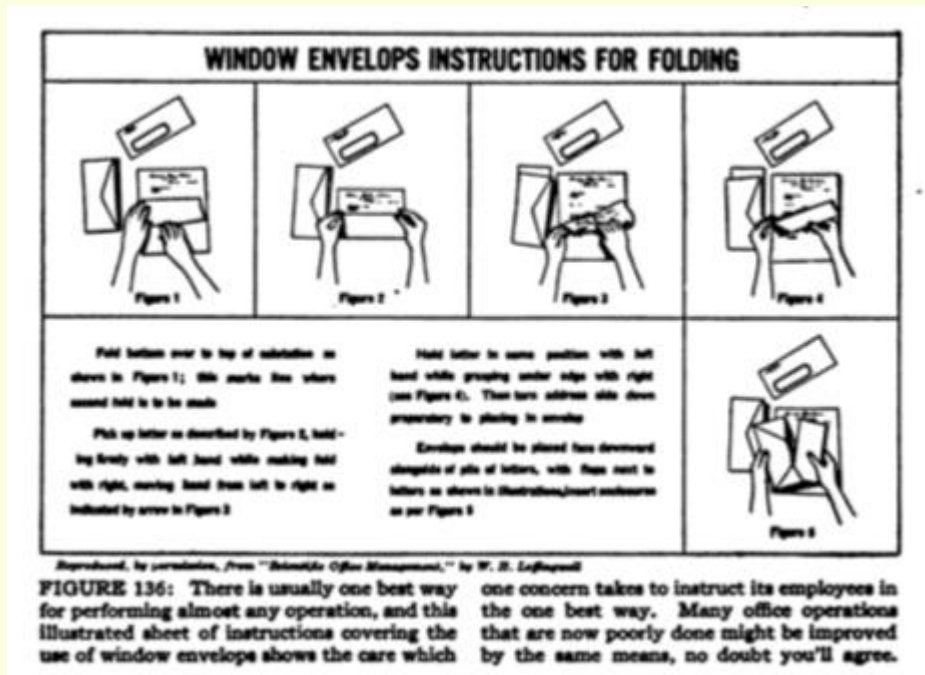


Figura 7: Foto de um homem testando a dureza do lápis para decidir qual se adapta melhor para seu escritório (Leffingwell, 1918, p. 192)





Figura 8: Foto em que se sugere o uso de um suporte de metal para poder utilizar os lápis até a última polegada e assim poupar (Leffingwell, 1918, p. 192)



Contudo, os conselhos de Leffingwell não estão apenas orientados para as grandes empresas com muitos funcionários na sua administração, como tudo parece indicar até aqui. O capítulo XXII de seu livro está dirigido “às empresas de um só homem —*one-man business*—, porque segundo ele “as profissões estão adoptando rapidamente os métodos e as ferramentas dos escritórios comerciais” (1918, p. 357). Daí que ele vai oferecer modelos de diferentes tipos de formulários para registos e anotações que possam ser adaptáveis para médicos, dentistas, advogado, arquitetos etc. — e até para clérigos na administração das suas paróquias. Sua concepção a este respeito é a seguinte:

Registros de contas, simples, mas precisos são essenciais no, estritamente falando, “negócio de um homem só”. Advogados, médicos, dentistas, fotógrafos, artistas — todos são especialistas, e o tempo é seu principal ativo no mercado. Portanto, eles não podem passar mais do que um curto período de tempo por dia em trabalhos não produtivos, tais como a contabilidade. [...].

Um livro diário, um livro de caixa e um arquivo de cartões compõem os registros simples que mostram a um médico como seu negócio está a qualquer momento. Bastam poucos minutos a cada dia para mantê-los atualizados. (Leffingwell, 1918, p. 328).

Como vemos, mais uma vez Leffingwell volta a nos lembrar Benjamin Franklin e suas máximas a respeito do tempo, considerado como ativo econômico. Em certo sentido, reaparece aqui a ética protestante do trabalho, já despida de seus conteúdos religiosos e secularizado em tempos de Franklin, como bem salientava Weber. Mas, em um outro sentido se apresentam elementos alheios a ela, como a preocupação constante com a eficiência, a velocidade de execução das tarefas e a redução dos custos que, como tentamos mostrar, podemos relacionar diretamente com o management científico de Taylor, mas agora dentro do escritório. A máxima, neste caso, já não é apenas se dedicar ao trabalho, mas tornar-se um bom homem de negócios que possa maximizar o uso do seu tempo. Assim, a sugestão

para um cirurgião é a utilização de um tipo de gráfico que permita uma rápida visualização das cobranças. Segundo Leffingwell, “o cirurgião que usa este gráfico é aparentemente um homem de negócios muito bom, pois ele quer saber exatamente como é seu ‘negócio’. Com suas cobranças visualizadas dessa maneira, é fácil dizer se deve ou não ser exercida pressão sobre os inadimplentes” (1918, p. 349). E a sugestão para um padre ou pastor não é diferente: “Talvez você nunca tenha pensado em um clérigo como um homem de negócios e, no entanto, se ele quiser ser mais eficaz, ele deve ter registros que lhe digam tudo o que ele precisa saber, e registros que ele mesmo possa manter” (1918, p. 352).

No ano seguinte à publicação deste livro, em 1919, Leffingwell vai fundar nos Estados Unidos a *National Office Management Association*, inspirada nas ideias de administração científica de Frederick Taylor e, durante os anos 1920, ele vai ser uma figura chave da *Taylor Society*.

### **O *public management*: o management entrando no setor público**

Como relata Christopher Hood, a maioria dos livros didáticos americanos situa no final do século XIX tanto o desenvolvimento da “administração pública”, quanto o surgimento da “administração científica” (*management science*). Porém, foi a palavra “administração” (do latim *ministrare*, servir) a comumente utilizada nos países de língua inglesa para denotar o trabalho operativo do governo executivo. Alguns autores levam a origem da administração pública até os pais fundadores da constituição dos Estados Unidos, que teriam já desenvolvido uma proto-teoria de uma administração pública “democrática” cem anos antes do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) olhar para a tradição da ciência política europeia continental como inspiração para uma ciência moderna da burocracia americana. Em uma era como essa de democratização, constitucionalismo e Estado de direito, a palavra “administração” parecia transmitir melhor a noção de subordinação à autoridade constitucional e atividade institucional governada pelo Estado que a palavra “management”, extraída da metáfora meio-morta que aludia ao domínio de um cavalo, afirma Hood. Ao mesmo tempo, o termo “administração pública” (“*public administration*”) virou o mais comum para o estudo acadêmico do governo executivo nos países anglófonos, e tornou-se o selo aprovado para as diversas revistas, cátedras, cursos de graduação e diploma e organizações profissionais –o aparelho convencional do conhecimento institucionalizado que começou a se desenvolver a partir daquela época (2007, p. 9-10).

O termo management, no entanto, não desapareceu completamente em relação à gestão do público. Nos Estados Unidos, lembra Hood, existiam os chamados *city managers*. Eles foram centrais para um movimento que refletia um ideal de gestão livre de política, guiado por profissionais e cientistas autônomos e de alto nível que compartilhavam diretrizes pré-estabelecidas e boas práticas. Contudo, no decorrer do tempo, o desenvolvimento da ideia de management científico de Taylor, na esfera privada, acabou impactando a esfera pública. Em 1937, durante a presidência de Franklin Roosevelt, a Comissão Brownlow, autora do Relatório do Comitê Presidencial sobre Gestão Administrativa, cunhou o termo híbrido e ambíguo de “*administrative management*” para denotar o projeto e o funcionamento do governo executivo. Também conhecido como Relatório Brownlow, o documento é uma declaração

histórica do ingresso do “managerialismo”<sup>9</sup> na administração pública e está estreitamente associado à aliança entre o progressismo e o movimento do management científico. A solução ali proposta para o problema do fraco controle presidencial sobre a crescente burocracia foi formulada em termos de uma estrutura de relatórios baseada em uma analogia com o management das empresas privadas (Lynn, 2007, pp. 38-39). Já anos mais tarde, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, ideias e terminologia explicitamente “manageriais” foram aplicadas ao governo da coisa pública e passaram a se refletir em escritos acadêmicos sobre o funcionamento do governo executivo (Hood, 2007, p. 10).

Porém, algo de novo teria acontecido a partir da década de 1970. A gestão pública (o *public management*) entrou nas novas escolas de pós-graduação de política pública nos Estados Unidos, introduzindo um novo movimento acadêmico e popularizando o termo. Em parte, isso foi motivado pelas crises econômicas, o déficit fiscal e o cansaço com os governos mais progressistas do Estado de Bem-Estar das décadas anteriores, o que teria aberto a porta para agendas políticas mais conservadoras, para as quais a entrada da gestão privada na administração pública passou a ser vista como solução de todos os males da burocracia estatal, por meio de um governo mais econômico e eficiente. Assim, práticas de gestão do setor privado migraram para o setor público junto com a obsessão do management com a redução de custos e a maior eficiência. O estímulo à concorrência –com a criação de quase-mercados– e o uso de avaliações baseadas no desempenho, como nas empresas, passam a ser as ferramentas para a criação de incentivos no setor público. Desta forma, os cidadãos são vistos como clientes e os funcionários públicos como gestores. A ideia era aplicar no setor público um espírito empreendedor baseado em inovações na gestão, espírito que deixasse atrás o modelo tradicional da administração pública burocrática baseada em regulamentos, procedimentos rígidos e hierarquias despersonalizadas.

Já nos anos 1980, o termo *public management* designava uma atividade específica como um campo de estudos, embora as diferenças com respeito à administração pública, por um lado, e com o management em geral –que seria a “ciência da gestão”–, pelo outro, eram bastante nebulosas. Mas, o *public management* se institucionalizou no sentido de se incorporar nos Estados Unidos e na Europa aos nomes das escolas, dos cursos e das revistas e livros. Durante essa década, virou um termo da moda e foi adotado e difundido por um bom número de organismos oficiais em nível nacional e internacional. Como tinha acontecido primeiro no chão da fábrica e depois nos escritórios das empresas, o foco foi colocado na análise exaustiva dos casos para identificar as “melhores práticas”, as regras e os princípios universais –orientados a partir de uma perspectiva a-histórica das instituições– para serem aplicados no âmbito da gestão pública e, em teoria, torná-la mais eficaz.

Para Hood, mudanças terminológicas como estas estão vinculadas tanto a mudanças ideológicas quanto analíticas. Hood foi justamente quem, em 1991, cunhou o termo *New Public Management* –termo que virou um emblema da globalização do *public management* até hoje. O termo foi usado para caracterizar o enfoque neotaylorista da reforma managerial originada durante o governo Thatcher no Reino Unido, reforma que salientava a primazia

---

<sup>9</sup> Em um sentido geral “managerialismo” remete à crença no valor dos conceitos e métodos do management e na capacidade dos *managers* profissionais em aplicá-los na gestão exitosa de todo tipo de empresa ou organização, seja ela privada ou pública. Em um sentido mais específico, dita crença toma o caráter de ideologia que, partindo da concepção de que o núcleo da sociedade é a empresa moderna e que as organizações têm mais similitudes do que diferenças, justifica e defende a aplicação das técnicas de gestão –ou “manageriais”– em todos os âmbitos da sociedade. Embora quicá seria formalmente mais correto em português falar de “gerencialismo”, preferimos aqui o uso do anglicismo “managerialismo” para enfatizar no fato de que se trata da difusão e da aplicação dos princípios do management das empresas privadas e da entrada deles no setor público.

do management sobre a burocracia. Dito em outros termos, e como é bem conhecido, as mudanças terminológicas têm a ver com as lutas pelo poder. Por isso, para Hood, o “*public management*” tem que ser pensado como um movimento social e político –e quiçá até quase religioso– e o gerencialismo, ou managerialismo, como uma ideologia, no sentido de um conjunto de crenças que oferecem uma visão integral do mundo que não é falsificável por nenhum acontecimento em particular.<sup>10</sup> Assim, uma interpretação popular das ideias manageriais começou a se propagar pelo mundo e encontrou o apoio das Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), das Nações Unidas (ONU), do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) entre outros foros internacionais e regionais. Nas palavras de König, citado por Lynn (2007, p. 43), “o management tornou-se a... língua franca em um mundo administrativo cada vez mais internacionalizado”, “uma mistura popularizada de teorias de gestão, psicologia da motivação empresarial e economia neoliberal”.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que o movimento do *public management* das décadas de 1980 e 1990 foi uma reação contra os movimentos no direito público e na administração pública que tinham se focado no desenho jurídico-constitucional e institucional da maquinaria do governo. Frente à burocracia baseada em regras, o *public management* se centrou na engenharia da produção e na liderança na gestão como sendo essências do governo executivo. A burocracia se apresenta, então, como seu principal antagonista e são as regras fixas e sua consequente falta de flexibilidade o que o management coloca em questão.<sup>11</sup>

Podemos dizer, no entanto, que a burocracia é realmente o contrário da gestão “managerial”?<sup>12</sup> Embora os questionamentos à burocracia possam ser muitos, é efetivamente o management a solução para todos os males da burocracia? E além disto, é a burocracia a única responsável pela chamada burocratização? Ou dito em outras palavras, é a burocracia, entendida como sistema de administração baseado em normas estabelecidas, a única responsável pelo aumento de processos, procedimentos e formulários? Ou, ainda em outros termos, é a burocracia hoje a principal responsável pelo aumento exponencial da papelada em geral, mesmo quando a “papelada” está em formato digital?

Em pesquisa recente, quando entrevistamos funcionários públicos internacionais de diferentes agências e organismos do sistema das Nações Unidas, a percepção generalizada era que, à medida que novas técnicas e sistemas de gestão “managerial” são implementadas nas organizações nas quais eles trabalham –geralmente depois de caros estudos

---

<sup>10</sup> Segundo Hanlon, “O management não é, e nunca foi, um discurso entre as diferentes ‘melhores’ formas de organizar a produção ou sobre soluções funcionais; foi e é um esforço político para ordenar e reordenar, desmontar e reconstruir, modificar e moldar, legitimar e justificar as relações sociais entre as pessoas.” Nesse sentido, “em vez de ser neutro, objetivo ou científico, o management é uma forma muito particular de fazer política” (2016a, p. ix).

<sup>11</sup> Segundo Meir e Hill, a ironia do *New Public Management* é que por uma parte desafia e por outra reforça a burocracia: ao tempo que trata de reduzir a burocracia governamental trasladando ao setor privado boa parte das funções do governo, cria sistemas de auditoria altamente burocráticos que geram mais burocracia e deslocamento de objetivos (2007, p. 54-55).

<sup>12</sup> Contudo, não são poucos os estudos que problematizam a polaridade estereotipada “burocracia/não burocracia”. Salaman, por exemplo, mostra na prática a complexidade da relação entre a burocracia e seu alegado oposto, a forma não burocrática empreendedora de organização. Mostra o paradoxo de muitas das tentativas organizacionais de se afastar das desacreditadas formas burocráticas através de estruturas e mecanismos que acabam sendo também burocráticos (2005, p. 146-147).

desenvolvidos por empresas de consultoria internacional<sup>13</sup> – o que de fato tinha-se era um aumento dos procedimentos e do tempo dedicado a preencher formulários e fazer relatórios. Dito de outra forma: aumentavam as atividades de controle das tarefas, porém, cada vez havia menos tempo para as próprias tarefas que cada trabalho exige. A sensação compartilhada por muitos de nossos entrevistados era a da falta de tempo para o trabalho substantivo devido, em boa medida, ao aumento da carga administrativa. Assim, o sentimento geral termina sendo de frustração e perda de sentido do próprio trabalho (López-Ruiz, 2018a, 2018b).

### **A burocratização como fenômeno (também) da nossa época**

São vários os autores que têm assinalado este “mal-estar na civilização” em nosso mundo contemporâneo, produto do fenômeno da burocratização.<sup>14</sup> Fenômeno que afeta os mais variados tipos de trabalho, mas também a vida privada em quase todos os aspectos, consumindo uma considerável quantidade de tempo e energia. Para o antropólogo norte-americano David Graeber, professor da *London School of Economics*, entramos na “era da burocratização total”. Isso tem a ver, entre outras coisas, com a obrigação permanente de preencher formulários de todo tipo no trabalho, mas também na gestão de praticamente todos os aspectos de nossas vidas privadas – e tanto faz se a grande maioria desses formulários já não são em papel, senão preenchidos on-line. Para Graeber, o que está acontecendo é uma fusão gradual do público e do privado numa entidade só. Isto seria consequência da instauração de um novo regime financeiro que é o resultado de uma aliança entre o governo e as finanças e constitui uma verdadeira transformação cultural. Estamos diante de “uma nova cultura burocrática corporativa”, afirma Graeber (2015, p. 16), “o management financeiro”,<sup>15</sup> que além de significar uma mudança na forma de fazer negócios e, também, um importante realinhamento político, significa toda uma mudança cultural porque as técnicas burocráticas desenvolvidas nos círculos corporativos financeiros têm invadido o restante da sociedade: a educação, a ciência, a saúde, entre outros, com seus índices, métricas e objetivos a cumprir para satisfazer a investidores, patrocinadores, contribuintes e doadores. Dessa forma, a lógica do mundo financeiro acaba impregnando e burocratizando (ou seja, aumentando os registros, os procedimentos, os relatórios e as avaliações) não apenas o mundo dos negócios, mas as mais diversas esferas do social. Por isso, para Graeber, é equivocado contrapor a burocracia à empresa pós-burocrática e sua lógica empresarial de gestão – o management. Na realidade atual, a burocracia aumenta sob condições neoliberais de mercado. Hoje, burocracia e management são elementos essenciais

---

<sup>13</sup> Parte do que tem sido chamado da “nova indústria do *public management*” da que participam, justamente, as principais empresas internacionais de consultoria e contabilidade (Hood, 2007, p. 17).

<sup>14</sup> Como fenômeno, a burocratização não é nova e, certamente, não remete necessariamente a um sentido valorativo negativo, embora seja este o sentido adotado aqui, enfatizando o excesso de requerimentos, de regras a seguir e de formulários a preencher. Nos anos 1950, Reinhard Bendix descrevia o processo de “burocratização das empresas econômicas” e o processo de “burocratização da indústria” como próprios dos “problemas das organizações de grande escala” quando estas cresciam em tamanho e complexidade gerando novos desafios para a gestão (2001 [1956], pp. 198 e ss., 248; 1947). Voltando à atualidade, sobre a contínua necessidade da burocracia para organizar tarefas a grande escala e, portanto, sobre o florescimento da burocracia no século XXI, veja-se Meir e Hill, 2007.

<sup>15</sup> É importante notar que aqui Graeber caracteriza ao “management financeiro” como uma nova cultura *burocrática corporativa* e não “managerial corporativa”, como poderíamos imaginar.

da recomposição social neoliberal, em que o embaçamento entre o público e o privado é central (Graeber, 2015; Hanlon, 2016c, p. 183).

Em sintonia com esta crítica à burocratização de praticamente todos os aspectos da vida, a socióloga francesa Béatrice Hibou (pesquisadora do *Centre National de la Recherche Scientifique-CNRS* e do *Science Po*), em seu livro *La bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale*, também traz exemplos da burocratização da vida cotidiana que nos é imposta de formas diversas, representando uma sobrecarga constante de trabalho e um consumo permanente de tempo em tarefas burocráticas que vêm se somando às nossas ocupações habituais. Tal burocratização alimenta o sentimento do absurdo, do sem sentido, da incompreensão, do mal-estar e da insatisfação. É o que ela vai chamar de “burocratização neoliberal” da vida cotidiana. Para a autora,

[A] atual burocracia não deve ser entendida como uma instituição, uma administração, em suma, como um aparelho hierárquico próprio do Estado, mas como um conjunto de normas, regras, procedimentos e formalidades que abrangem não só a administração do Estado, mas a sociedade como um todo, em suma, o que agora é chamado, no próprio jargão neoliberal, de “governança”. (Hibou, 2012, p. 16).

Trata-se de uma forma social de poder constituída por um conjunto de dispositivos normativos e procedimentais que a tornam difusa, fragmentária e com frequência inapreensível. A burocratização neoliberal privilegia, segundo Hibou, a referência a um “privado” que não é nem o “mercado” puro e idealizado da teoria econômica, nem o “empreendedor” individual da ideologia liberal voluntarista, mas sim a empresa industrial managerial, complexa e sofisticada. Aí, o que encontramos é uma invasão dos ofícios (das profissões e dos trabalhos) por normas manageriais. Essas normas põem em questão as lógicas próprias dos diversos ofícios e entram em tensão com elas. Dessa forma, a burocratização neoliberal contribui para romper a independência dos ofícios e das profissões através de normas e máximas de comportamento, doutrinas e retóricas que lhe são alheias. Nesse sentido a autora salienta:

A linguagem –que se pretende universal– de boa gestão e boa governança, de racionalização e da eficiência é um “nonsense” para profissões que têm a sua própria lógica, as suas próprias regras e normas de funcionamento, que se baseiam no seu próprio *ethos*. (Hibou, 2012, p. 63-64).

Porém, esse *nonsense* tem um sentido: o de destruir a especificidade das profissões, opondo-se a seu papel específico na sociedade.

Também na mesma direção, mas falando do lado do management, Thibault Le Texier – autor o interessante livro sobre a racionalidade managerial mencionado acima– argumenta que a gestão irrompe em toda parte. Para Le Texier, hoje em dia as empresas e seus trabalhadores são gerenciados, mas também as escolas, os hospitais, as cidades, a natureza, as crianças, as emoções e até mesmo os desejos. Perante a “universalização do management” e a ubiquidade simbólica e material da gestão, a sua racionalidade tornou-se o senso comum das nossas sociedades e a face moderna do poder. Assim, o governo dos indivíduos é sempre, antes de qualquer coisa, uma tarefa de otimização, organização, racionalização e controle. Desde que a empresa se tornou nosso modelo institucional, a gestão tem permeado cada vez mais nossas formas de interagir com o mundo, com os outros e conosco. Segundo Le Texier,

“passamos a vida a gerir e a ser geridos” (2016, p. 8). A tese que ele defende é que vivemos menos numa sociedade de mercado do que num mundo empresarial. A diferença é significativa porque a empresa não obedece apenas a uma racionalidade de mercado. Trata-se, em primeiro lugar, de um coletivo humano sujeito a uma forma singular de exercício do poder, o management, que foi forjado precisamente em reação aos mecanismos de coordenação dos mercados. Em outras palavras, Le Texier demonstra como “a gestão é por natureza não-mercantil” e “uma figura do político” (2016, p. 10). Sua proposta é então pensar a racionalidade managerial como uma racionalidade governamental. O management é assim visto como uma forma de sujeição que estabelece uma relação de poder que separa cuidadosamente os indivíduos para os conduzir.

Em termos gerais, curiosamente podemos inferir que o fenômeno da burocratização teria deixado de ser um problema próprio das organizações de grande escala, devido ao aumento do tamanho e da complexidade das suas funções, para ser, na atualidade, um problema que afeta diretamente os indivíduos em seus trabalhos e em suas vidas privadas e individuais. Porém, o mais curioso, é que tem sido pela via do management –pela sua difusão e implementação nos mais diversos âmbitos do social– que esta nova forma de burocratização parece ter sido promovida.

### **Do “poder managerial” à “burocracia managerial”**

Porém, se pensarmos o management então como uma figura do político e como uma forma de exercício de poder, como uma racionalidade governamental –uma particular arte de governar ou uma governamentalidade (Foucault, 2004)–, uma questão que se coloca é se é sociologicamente útil falar de “poder managerial”, sem descartar a possibilidade de conceituar o management em termos de poder para descrever suas particularidades mas, e sobretudo, para entender a sua verdadeira relevância na sociedade atual. Ressoa, no entanto, a velha advertência de Weber de que o poder é sociologicamente amorfo e, portanto, uma categoria que resulta difícil de utilizar em uma sociologia que procure dar conta do fenômeno do poder em forma empírica e a partir das práticas concretas. Nesse caso, e na busca de novas ferramentas que permitam dar uma maior inteligibilidade a nosso presente, uma alternativa de indagação pode ser pensar o management como um tipo de dominação, de forma semelhante ao que fez Weber um século atrás. A dominação é um caso particular e melhor definido de exercício do poder: é a probabilidade de que um mandato seja obedecido, e é um conceito que admite uma maior precisão que o de “poder”, permitindo transcender as relações pessoais e voluntaristas e incorporar as restrições estruturais que geram as organizações (Weber, 2014, p. 184, 1071-1085).

Daí pensar o management, ao estilo weberiano, como um tipo de dominação que pode ser uma alternativa de conceituação sociologicamente mais produtiva que pensá-lo em termos de poder. Seria também um tipo de dominação de caráter racional que, como a burocracia, baseia a sua legitimidade na crença –socialmente compartilhada– na validade e legalidade do estatuído. Nesse sentido, tratar-se-ia de uma noção muito próxima à dominação legal com administração burocrática. Como tentamos mostrar ao longo deste percurso, as diferenças entre o management e a burocracia não são tão radicais como o senso comum indica. Por isso, uma maneira de abordar a questão seria pensar o management como um quarto tipo de dominação, diferenciando-o dos três tipos puros definidos por Weber (legal, carismático e tradicional). Ou, dado o caráter racional do management e que ele baseia a sua legitimidade também em normas estatuídas –regras racionais acordadas ou ordenadas–,

podemos pensar o management como um subtipo de dominação burocrática de forma semelhante a como Weber definiu outros subtipos como a “burocracia patrimonial” para enxergar melhor algumas de suas características particulares (diferenças, contrapontos e variações) em relação ao tipo puro de burocracia.

A proposta seria explorar esta questão a partir do neologismo burocracia managerial, pensando-a justamente como um subtipo de dominação legal com administração burocrática. Esta seria assim um tipo de dominação legal que acrescenta deliberadamente componentes carismáticos. Especificamente, recorre ao “carisma”, à figura dos líderes carismáticos e a um sistema de autoridade carismático, como guias de ação e modelo de orientação para a conduta dos dominados. Se, como tipos puros, a dominação carismática se opõe à dominação burocrática em termos radicais –“irracionalidade personalista” versus “racionalidade impessoal”–, neste subtipo encontramos uma procura de complementaridade. O manager tenta assim re-personalizar boa parte da impessoalidade formal –“sem distinção de pessoas”– característica do tipo puro do burocrata, mas acaba por produzir uma espécie de “personalização” impessoal e padronizada. Procura também flexibilizar o rigor formalista da burocracia, mas o faz através de uma “flexibilidade” estabelecida como procedimento. Por isso, embora com esta “flexibilidade” consiga acomodar uma maior pluralidade de circunstâncias, isto acaba sendo feito às custas de um considerável aumento de procedimentos. Procedimentos e processos que, embora muitas vezes explicitamente concebidos para simplificar as tarefas, “desburocratizar” e poupar tempo, paradoxalmente acabam por obter o efeito contrário e são vividos no nível individual como uma sobrecarga que se torna opressiva e mais “burocrática”, no sentido coloquial e pejorativo do termo.

Dito de outra forma, a burocracia managerial é o resultado de uma tentativa de incorporar as características que tornariam a burocracia menos rígida e inflexível, menos impessoal e estandardizada, mais permeável à iniciativa pessoal e aos casos específicos menos gerais. Ou, ainda em outras palavras, a burocracia managerial diz respeito à tentativa de tornar a burocracia menos burocrática. No entanto, isso muitas vezes acaba sendo feito às custas da perda de algumas das características da burocracia descritas por Weber e dos valores positivos que essas características próprias da burocracia conseguiram estabelecer. Se pensamos em termos de sociedade pré-burocráticas, nas quais prevalecia o favoritismo, as relações de dependência pessoal e o patronato, a burocracia moderna descrita por Weber significou uma conquista histórica contingente. A sua forma de organização impessoal, processual, hierárquica e técnica permitiu garantir, pelo menos formalmente –mas também e em muitos casos e aspetos, substantivamente– a igualdade dos cidadãos perante a lei e o estabelecimento da democracia como forma de governo (Du Gay, 2012; López-Ruiz, 2018a). Sem ânimo de fazer uma defesa cega da burocracia, é importante levar em conta o tipo e a magnitude dos problemas aos quais o management como racionalidade de governo pode nos conduzir, quando, por exemplo, muitas das decisões que são tomadas na condução da vida das pessoas ficam dependendo de um grau maior de ambiguidade –não há regras claras ou elas são difusas, “flexíveis”, mas também sujeitas à interpretação– e ficam dependendo, portanto, da discricionariedade de um “líder técnico”.

## **Management e neoliberalismo: os managers entrando no setor público na Argentina**

Para Gerard Hanlon, em seu livro *The Dark Side of Management*, o management em suas origens compartilha com o neoliberalismo os mesmos fundamentos e princípios, motivos pelos quais pode ser pensado como uma tática para implementação deste último. A proposta



de seu livro é examinar a natureza política e neoliberal do pensamento managerial e sua tentativa reacionária, segundo o autor, de dar forma não só ao trabalho mas também à vida. Justamente para demonstrar essa tese, o livro examina a agenda moral e política do management, o apelo que este faz à ciência e à objetividade para apoiar fins políticos, assim como as tentativas do management para remodelar o sujeito individual. O autor também analisa a sofisticação cada vez maior das técnicas de gestão da disciplina interna dos indivíduos e, de maneira muito eloquente, a reconfiguração da forma organizativa para criar a atual burocracia reguladora externa –ou em outra palavra, o management criando burocracia–, tudo isto em função da geração de novas linhas de autoridade e poder vinculadas a novas formas de autoritarismo. Para Hanlon, o management pode ser pensado como a “primeira ‘ciência’ neoliberal”. Nessa linha argumenta que o pensamento managerial e a forma de organização managerial são temas centrais, mas subdesenvolvidos, nos estudos do neoliberalismo, embora sejam, tanto o management quanto o neoliberalismo, parte do mesmo programa. Ambos veem o coletivismo e a democracia como um e o mesmo problema e ambos compartilham as mesmas respostas para a crise de autoridade que emergiram com a transição para o capitalismo corporativo. Para o autor, o pensamento managerial visa reestruturar as relações sociais e os sujeitos segundo as linhas neoliberais.<sup>16</sup> Para o management e para o neoliberalismo, são a intervenção, a concorrência ampliada e a liderança de elite as que devem remodelar o sujeito e as relações sociais através de novas formas de regulamentação externa e disciplina interna (2016a, p. 183-202, 2016b, p. 14).

Na Argentina, a partir da posse do governo Macri em dezembro de 2015, houve a entrada massiva de *managers* no Estado, defendida a partir da ideia de que seria necessário profissionalizar a administração pública com *managers* que vinham do setor privado, onde eram exitosos. Eles, “os melhores”, supostamente levariam para o Estado seus conhecimentos e seus valores produzindo uma mudança cultural. Na época, um novo termo foi cunhado e amplamente discutido: a CEOcracia, o governo dos CEOs, dos *Chief Executive Officers*, dos gerentes gerais ou diretores presidentes das grandes corporações, aqueles com uma mirada generalista –e uma personalidade especialmente amoldada– como atitude fundamental para o governo de grandes organizações (Vommaro, 2017, p. 320, p. ss). Tratava-se de “uma original casta de altos executivos vindos, com uma frequência incomum, de grandes empresas privadas”, o que foram apresentados como “os melhores quadros do mundo corporativo”, como “a melhor equipe dos últimos 50 anos” (Canelo; Castellani; Gentile, 2018, p. 118).

No imaginário coletivo que foi criado a partir de uma ampla difusão mediática, eles representavam a transferência dos critérios de gestão privada de “sucesso” para a administração pública. O certo é que traziam um marcado viés anti-estatal, anti-político e pro-mercado, viés próprio das doutrinas neoliberais que voltavam à cena política argentina depois do período que foi conhecido como o ciclo progressista ou pós-neoliberal –os governos de Néstor e Cristina Kirchner, 2003-2015–, período de forte recuperação do país que veio depois da graves crises econômica e política de 2001, marcando o fim da primeira experiência neoliberal (os governos de Carlos Menem e Fernando de la Rúa, 1989-2001). Tal governo voltava com uma velha promessa: desenhar um novo papel para o Estado,

---

<sup>16</sup> Neste ponto, o autor remete ao excelente trabalho de William Davies, *The Limits of Neoliberalism: Authority, Sovereignty and the Logic of Competition*. Mais especificamente, remete às conclusões do quarto capítulo, “A ameaça violenta do management: competitividade, estratégia e auditoria da decisão política”. Ali Davies descreve como opera o modo de autoridade managerial baixo uma concepção anti-normativa que consegue evadir as obrigações de justificação de suas decisões e mostra o problemático de importar dito modo de exercício da autoridade nas áreas executivas do governo do Estado, como tentam fazer as políticas neoliberais e as empresas de consultoria em gestão (2014, p. 144-147).

incorporando processos e ferramentas que tinham mostrado serem bem-sucedidos no setor privado. Ou dito em outros termos, com uma nova retórica e novas roupagem, a intenção foi promover o retorno da racionalidade neoliberal de governo através da doutrina e os princípios de gestão do *New Public Management*. A promessa, mais uma vez, era a de tornar o Estado mais eficiente e menos burocrático. Dessa forma, com a extrapolação dos critérios organizacionais próprios do management ao setor público e a ênfase na primazia do management sobre a burocracia, a CEOcracia foi apresentada como a marca de um novo tempo: o tempo da chegada das elites econômicas ao Estado; o tempo das elites econômicas devindas em elites políticas (Quevedo, 2018, p. 13-14).

No prólogo do livro publicado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 2018, com o sugestivo título de *Elites y captura del Estado: control y regulación en el neoliberalismo tardío*, Luis Alberto Quevedo assinalava, desde uma perspectiva crítica, o seguinte:

Estamos, portanto, diante de uma nova liderança na região, que apoia ideias e formas de gestão que contrastam com as das duas últimas décadas e que se propõe como uma alternativa ideológica e um novo modelo de gestão estatal. Em vários países há também a presença de uma nova elite política cujos méritos provêm principalmente da gestão empresarial e que se apresenta como uma alternativa às “velhas maneiras” de fazer política (2018, p. 9).

Porém, a questão que se colocava era se eles teriam capacidade para gerir o Estado, dada a sua inexperiência para a gestão da coisa pública. A resposta mais difundida a seu favor foi o argumento meritocrático. Esse argumento parte do suposto de que se os CEOs e *managers* conseguiram construir carreiras de sucesso nas empresas onde trabalharam por serem “os melhores”, por isso mesmo poderiam aportar a sua “expertise”, “eficiência” e “capacidade modernizadora” também para a gestão do público (Canelo; Castellani; Gentile, 2018, p. 132). Um outro questionamento dizia respeito dos possíveis conflitos de interesses que poderiam surgir entre aqueles que passavam do setor privado ao setor público dentro das mesmas áreas de atividade e, em muitos casos em áreas sensíveis para a regulação estatal. Os interesses de quem defenderiam os *managers* vindo de empresas privadas e recém-chegados no setor público? Os interesses gerais ou os interesses empresariais? Como garantir que a CEOcracia não acabaria significando o governo dos interesses privados em detrimento do interesse do conjunto da população?<sup>17</sup>

A questão dos eventuais conflitos de interesses tem sido tematizada no caso argentino por diversos estudos em termos de “captura do Estado”, de “captura da decisão pública” ou de “portas giratórias” –*revolving doors*– (Garcia Delgado *et al.*, 2018; Catellani; Dossi, 2021). Basicamente, os dois primeiros termos fazem menção à perda de autonomia do Estado para

---

<sup>17</sup> O tema das lealdades entre os quadros manageriais é trabalhada por Florencia Luci em seu livro: *La era de los managers: hacer carrera en las grandes empresas del país*. Ela salienta a importância da dimensão moral na formação desses quadros. O desafio para as grandes empresas não é apenas produzir quadros eficientes, mas também leais. Isso implica produzir uma socialização cultural afim com os princípios empresariais, o que significa também, podemos acrescentar, a necessidade de compartilhar valores, visões de mundo, racionalidades e inclusive ideologias econômicas, em suma, uma “integração moral”. E, nesta situação, um dado que não pode ser esquecido é que suas posições laborais são instáveis – próprias do paradigma managerial no qual os contratos são individuais, não há sindicalização etc. Por isso mesmo, os *managers* precisam e procuram ser compensados com laços materiais e simbólicos tanto dentro da empresa quanto em redes socioprofissionais que geram esferas de estabilidade (Luci, 2016, p. 263).

definir e implementar políticas públicas quando setores econômicos sensíveis à regulação estatal tomam o controle das instâncias de decisão do governo ou das agências regulatórias. Esta “captura regulatória” das decisões públicas pode ser feita em forma indireta, através dos lobbies empresariais, ou de forma direta, como aconteceu no governo Macri, com o desembarque dos managers e CEOs no Estado. Neste caso, a expressão “porta giratória” – cunhada originalmente pela legislação estadunidense– descreve o fluxo de pessoas que, em distintos momentos da sua trajetória ou carreira profissional, ocupam altos cargos seja no setor privado, seja no setor público. Dessa forma há uma colonização de espaços estratégicos do Estado, onde dirigentes corporativos ou diretivos de empresas são posicionados em cargos públicos com o objetivo de impulsar demandas setoriais e convertê-las em políticas públicas. Durante a presidência de Mauricio Macri (2015-2019), o que os estudos mostram é que o grau de exposição aos conflitos de interesses e a captura da decisão pública foi em geral alto e, em algumas áreas específicas, como os ministérios da Produção, da Energia ou nas áreas vinculadas com a política agropecuária, muito alto (Catellani; Dossi, 2021, p. 75-78, p. 101-102; Canelo; Castellani; Gentile, 2018, p. 132-133).

Porém, como têm demonstrado várias pesquisas empíricas, a ideia do governo do *managers* e todo o imaginário anti-burocrático da eficiência, da inovação e da modernidade em torno da noção de CEOcracia, tem operado com maior efetividade na batalha cultural pelo senso comum da população argentina do que dentro do plano concreto das mudanças ocorridas na condução do Estado.<sup>18</sup> Quando analisadas as trajetórias ocupacionais dos principais gabinetes formados pela aliança Cambiemos, encabeçada por Macri, isto é, o governo nacional, o governo da Província de Buenos Aires (PBA) e o governo da Capital Federal –a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA)–, chama a atenção que, desafiando a ideia generalizada na mídia (mas também no âmbito acadêmico), o “perfil empresarial” não foi o predominante. Embora o gabinete nacional do próprio Macri tenha tido uma influência significativa dos CEOs, tanto em termos quantitativos (31% em 2016 e mais do 36% em 2018) quanto em termos qualitativos (ocupando não apenas as áreas econômicas do gabinete mas também áreas políticas de primeiro nível –influência que, a partir desse momento, começou a diminuir e a se concentrar nas áreas econômicas), os gabinetes da PBA e o da CABA foram territórios de outros grupos profissionais e ocupacionais. Contra o que indicava o senso comum, houve um peso significativo de funcionários cujas trajetórias ocupacionais prévias tinham se desenvolvido no setor público. Os funcionários públicos, os “burocratas”, no sentido estrito, embora tenham sido desprezados no discurso do Cambiemos, de fato foram os que a levaram adiante a gestão cotidiana. Na prática, independentemente do relato com o que Cambiemos se legitimou como força política e de governo frente à sociedade argentina, a experiência de gestão no setor público foi bastante valorizada porque, quando analisados os três principais gabinetes conduzidos por essa força, foram principalmente os “especialistas em gestão estatal” –funcionários políticos e os burocratas– e não os *managers*,

---

<sup>18</sup> Isto tem a ver, segundo Quevedo, com “o desenvolvimento de uma nova matriz cultural, ou seja, a tentativa de consolidar um novo senso comum que desarticula a ideia de cidadania e direitos que acompanhou os governos populares e a substitui por um modelo de cidadão empreendedor, competitivo e deslocalizado, com pouca demanda de intervenção estatal e que repudia a política como forma de mudar a realidade social” (2018, p. 12). Promoveu-se assim uma mudança cultural ancorada em “dois modelos de indivíduo a serem imitados”: “os CEO e os empreendedores” (Canelo, 2019, p. 30). Na matriz cultural promovida, os CEOs encarnam valores como sucesso, transparência, eficiência e meritocracia (Canelo, 2021, p. 145). Por outra parte, isto tem a ver com uma outra forma de *captura da decisão pública*: não apenas a “captura regulatória”, mas também a “captura cultural”. “[U]ma forma muito mais difusa mas não menos importante, que ocorre quando as empresas se beneficiam da ação dos órgãos públicos por causa de crenças e visões compartilhadas entre funcionários e empresários do setor em questão, ou seja, um *ethos* favorável ao mercado” (Castellani; Dossi, 2021, p. 75).

os convocados para ocupar esses lugares (Canelo; Castellani; Gentile, 2018; Canelo, 2019; Canelo; Lascurrain; Salerno 2020; Canelo, 2021).

## Considerações finais

Nunca a sociedade humana passou tanto tempo preenchendo formulários.

David Graeber, 2018.<sup>19</sup>

Apresentados como antagônicos, o management tem muito mais a ver com a burocracia –em termos de forma de organização racional– do que a maior parte dos teóricos e dos difusores do management estão dispostos a reconhecer. Depois de fazer uma breve revisão genealógica dos conceitos, vimos como o senso comum atribui valores e qualidades positivas ao management ao mesmo tempo em que faz o contrário com a burocracia. Nesse sentido, as doutrinas e retóricas do management fazem do discurso anti-burocrático um meio de legitimação, propondo-se como a única alternativa possível; em seus próprios termos, a alternativa eficiente, virtuosa e inclusive moralmente superior. O modelo de administração científica da empresa proposto por Taylor no início do século XX, modelo que surgiu no chão da fábrica, foi entrando, como vimos, no escritório, nos Estados Unidos dos anos 1920. Conforme o tamanho das empresas e suas operações iam crescendo, cresciam também as demandas de trabalho administrativo, o que levou à busca de formas e meios mais eficientes de gestão; gestão não só das tarefas e atividades de produção, mas também do trabalho dito “não produtivo”, o trabalho burocrático que era feitos nos escritórios das empresas, mas que era também vital para o andamento destas. Essa managerialização do escritório –a introdução dos princípios de Taylor na organização das tarefas administrativas da empresa por parte de discípulos como Galloway ou Leffingwell– levava, como foi mostrado, a mesma marca da busca pela eficiência e redução dos custos. O que a revisão feita aqui de seus manuais de gestão permitiu ver é que essa busca pela “melhor maneira” (*one best way*) de fazer cada tarefa –mesmo até a mais insignificante– e pela redução dos custos (*cost cut*), virou na sociedade estadunidense da época uma verdadeira obsessão cultural. A questão da eficiência, a capacidade de realizar as tarefas de modo eficaz e com o mínimo de desperdício e de tornar cada atividade mais rentável, virou parte central de uma visão de mundo e de uma mentalidade. Dito de outro modo, o modelo da empresa capitalista e um particular “tipo humano”, o *manager*, começaram a ganhar prevalência e foram difundindo-se mundo afora.

Chegados os anos 1970 – principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido–, a gestão privada, com suas lógicas e técnicas, desembarca na administração pública. O management entra no setor público com a promessa de solucionar todos os males da burocracia na gestão do Estado. O *public management* vai se propor como o principal antagonista da burocracia –cujas regras e procedimentos rígidos são apontados como causas de todos os males– e vai promover um tipo de gestão mais flexível baseada na liderança do

---

<sup>19</sup> Entrevista de David Graeber na *France Culture*, La Grande table (2ème partie): “Jamais la société humaine n'a passé autant de temps à remplir des formulaires”, 10/09/2018, <https://www.youtube.com/watch?v=y-G7461XhMs>

*manager*. Nos anos 1980, o governo Thatcher vai impulsionar uma profunda reforma no setor público, baseada em um enfoque managerial neotaylorista que salientava a primazia do management sobre a burocracia como forma de gestão. O que depois ficou conhecido como *New Public Management* tem impacto até hoje no mundo todo. Com ele, a particular visão de mundo que vimos descrevendo tornou-se uma visão integral e não falsificável do mundo. O managerialismo –baseado originariamente em princípios de gestão com pretensões de cientificidade– tornou-se uma crença, uma ideologia, que foi difundida amplamente pelos organismos internacionais, o que contribuiu para a sua rápida disseminação em outras partes do mundo, como foi o caso da sua chegada na América Latina. A difusão da ideologia managerial e a implementação de muitos dos princípios de gestão promovidos pelo *New Public Management* teve um forte impulso na região durante o período de governos de centro-direita, que aplicaram políticas econômicas neoliberais. O managerialismo, entendido como ideologia que difunde os valores, doutrinas e retóricas do management das empresas privadas e a implementação de suas técnicas de gestão em todos os âmbitos do social, tem que ser pensado então como uma figura do político. A partir dessa perspectiva pode ser tido como parte central da racionalidade governamental neoliberal –isto é, do neoliberalismo pensado não apenas como uma doutrina econômica e política, mas como uma razão organizadora do cosmo social; uma governamentalidade, uma particular forma de condução das condutas– com que compartilha valores e princípios e faz parte do mesmo programa de governo. Finalmente, o que é o management senão uma particular técnica de condução da conduta e também, e por isso mesmo, uma particular forma de exercício do poder?

No caso argentino que analisamos, a noção de CEOcracia e sua ampla difusão pela mídia durante o governo Macri é bastante paradigmática da vinculação entre management e neoliberalismo e da forma com que ambos operam dentro de uma mesma lógica governamental. Mas, principalmente, é revelador de que a arena de disputa em que joga o poder managerial é muito mais política do que técnica –longe de ser, portanto, “a-política”, como gosta ser apresentada. Como vimos, a batalha cultural que se jogou com especial ênfase na Argentina durante esse período de governo foi, principalmente, uma batalha pelo senso comum: uma batalha por instalar uma visão do mundo e internalizar na população um conjunto de valores afins às doutrinas neoliberais e a sua racionalidade de governo; também uma batalha por promover um determinado tipo de homem, o *manager* da sua própria carreira e da sua própria vida, o empreendedor, o homem de sucesso que chegou nos mais altos postos das grandes empresas e veio a salvar, com a sua expertise, o Estado do flagelo da burocracia.

Portanto, para entender o poder que se exerce desde o management nas diferentes dimensões que temos procurado descrever no presente capítulo, propusemos a categoria “burocracia managerial”. Aqui, ela é pensada como uma ferramenta teórica definida com um subtipo puro dentro do clássico tipo weberiano de dominação legal com administração burocrática. Mostrar o management como uma forma de dominação tem, a nosso ver, em primeiro lugar um forte potencial desmistificador. Põe em evidência que o management, longe de ser o contraponto, o antagonista, da burocracia é também uma forma de burocracia –além de ser o responsável de boa parte da burocratização da vida cotidiana experimentada em distintas esferas do social em sociedades onde, de forma chamativa, o managerialismo tem se expandido. Em segundo lugar, embora não menos importante, a noção de burocracia managerial permite colocar o foco justamente no fato de que o management é uma forma de exercício do poder –e, também, uma forma muito particular de fazer política.

Perante a complexidade do real, Max Weber sempre ressaltava a necessidade de conceitos claros. A proposta de pensar o management como um tipo de dominação burocrática tenta ir nessa direção embora reste ainda, como tarefa para futuros trabalhos, uma definição mais detalhada desse conceito e aprofundar cada uma das suas características específicas; conceito

que, como vimos aqui, tenta captar as formas de personalização impessoal e padronizada e de flexibilidade estabelecida como procedimentos promovidas pelo management. Trata-se, em outras palavras, de uma tentativa de ordenar a realidade em relação à maior proximidade ou distância de um conceito teórico: um tipo puro, a “burocracia managerial”, como o aqui proposto. Com a esperança de que seja uma ferramenta que contribua para uma melhor compreensão das relações de poder e dominação em nossa sociedade e possa ser um aporte aos estudos críticos sobre as organizações que estão sendo desenvolvido na América Latina.

## Referências

BENDIX, R. Bureaucracy: The Problem and Its Setting. **American Sociological Review**, v. 12, n. 5, pp. 493-507, 1947.

BENDIX, R. **Work and authority in industry**: managerial ideologies in the course of industrialization. London: Transaction, 2001 [1956].

CANELO, P. V. **¿Cambiamos?**: La batalla cultural por el sentido común de los argentinos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.

CANELO, P. V. ¿Una nueva elite política? Perfil sociológico de los gabinetes iniciales de Cambiemos. **Estudios Sociales**, UNL, v. 60, p. 143-182, 2021.

CANELO, P. V.; CASTELLANI, A.; GENTILE, J. “Articulación entre elites económicas y elites políticas en el gabinete nacional de Mauricio Macri (2015-2018)”. In: GARCÍA DELGADO, D. *et al.* (ed.). **Elites y captura del estado**: control y regulación en el neoliberalismo tardío. Buenos Aires: Flacso, 2018. p. 117-135.

CANELO, P. V.; LASCURRAIN, M. C.; SALERNO, A. La “nueva derecha” en la provincia de Buenos Aires: perfil sociológico del gabinete inicial de la gobernadora María Eugenia Vidal (2015). **Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Cs. Sociales**, UNJu, v. 57, p. 95-115, 2020.

CASTELLANI, A.; DOSSI, M. Elite económica y elite política bajo la presidencia de Mauricio Macri: el caso del Ministerio de Producción (2015-2019). **Estudios Sociales del Estado**, v. 7, n. 14, p. 72-107, 2021.

DAVIES, W. **The limits of neoliberalism**: authority, sovereignty and the logic of competition. London: Sage, 2014.

DU GAY, P. **En elogio de la burocracia**: Weber, organización, ética. Madri: Siglo XXI, 2012.

FOUCAULT, M. **Sécurité, territoire, population**. Paris: Seuil Gallimard, 2004. Cours au Collège de France, 1977-1978.

GALLOWAY, L. **Office management**: its principles and practice; covering organization, arrangement, and operation with special consideration of the employment, training, and payment of office workers. New York: The Ronald Press, 1918.

GALLOWAY, L. **Factory and office administration**. New York: Alexander Hamilton Institute, 1917.

GARCÍA DELGADO, D. *et al.* (ed.) **Elites y captura del estado**: control y regulación en el neoliberalismo tardío. Buenos Aires: Flacso, 2018.

GRAEBER, D. **The utopia of rules**: on technology, stupidity, and the secret joys of bureaucracy. New York; London: Melville, 2015.

HANLON, G. **The dark side of management**: a secret history of management knowledge. London; New York: Routledge, 2016a.

HANLON, G. The first neo-liberal science: management and neo-liberalism. **Sociology**, v. 52, n. 2, p. 298-315, 2016b. doi:10.1177/0038038516655260

HANLON, G. Total bureaucratisation, neo-liberalism, and Weberian oligarchy. Review of: D. Graeber (2015). *The Utopia of Rules. On Technology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy*. New York / London: Melville. **Ephemera: Theory & Politics in organization**, v. 16, n. 1, p.179-191, 2016c.

HIBOU, B. **La bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale**. Paris: La Découverte, 2012.

HOEVEL, C. **La industria académica**: la universidad bajo el imperio de la tecnocracia global. Buenos Aires: Teseo, 2021.

HOOD, C. "Public management: the Word, the movement, the science". *In*: FERLIE, E; LYNN Jr., L. E.; POLLITT, C. (ed.). **The Oxford handbook of public management**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p.7-26. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199226443.003.0002>

KANIGEL, R. Taylor-made: how the world's efficiency expert refashioned modern life in his own image. **The Sciences**, v. 37, n. 3, p.18-23, 1997. doi:10.1002/j.2326-1951.1997.tb03309.x

LEFFINGWELL, W. H. **Making the office pay**: tested office plans, methods, and systems that make for better results from everyday routine, secured from offices of the hundreds of successful business men who are using them to increase profits by cutting costs. Chicago; New York; London: A. W. Shaw, 1918.

LEFFINGWELL, W. H. **Scientific office management**: a report on the results of applications of the Taylor system of scientific management to offices, supplemented with a discussion of how to obtain the most important of these results. Chicago; New York; London: A. W. Shaw, 1917.

LE TEXIER, T. **Le maniement des hommes**: essai sur la rationalité managériale. Paris: La Découverte, 2016.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. El management en las organizaciones internacionales: la racionalidad administrativo-empresarial entrando en la ONU. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 31, n. 43, p. 35-56, 2018a. doi:10.26489/rvs.v31i43.2

LÓPEZ-RUIZ, O. J. Ethos empresarial: el "capital humano" como valor social. **Estudios Sociológicos**, v. 35, n. 74, p. 399-425, 2007b.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. Management y procesos de subjetivación en las organizaciones internacionales. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, v. 17, n. 3, p. 1-11, 2018b. doi:10.5027/psicoperspectivas-Vol17-Issue3-fulltext-1340

LÓPEZ-RUIZ, O. J. O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como ethos. **Revista Mediações**, v. 14, n. 2, p. 217-230, 2009.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. **Os executivos das corporações transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano y emprendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007a.

LUCI, F. **La era de los managers**: hacer carrera en las grandes empresas del país. Buenos Aires: Paidós, 2016.

LYNN Jr., L. E. "Public management: A concise history of the field. *In*: FERLIE, E. *et al.* (ed.). **The Oxford handbook of public management**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 27-49. doi:10.1093/oxfordhb/9780199226443.003.0003

MARTIN, O. R. Leffingwell, William Henry. Office Management. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 122, n. 1, p. 271-272, 1925. doi:10.1177/000271622512200139

MEIR, K. J.; HILL, G. C. "Bureaucracy in the Twenty-First Century". *In*: FERLIE, E; Lynn Jr., L. E.; POLLITT, C. (ed.). **The Oxford handbook of public management**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 50-70. doi: 10.1093/oxfordhb/9780199226443.003.0004

MERTON, R. K. **Social theory and social structure**. New York: The Free Press, 1968 [1949].

MILLS, C. W. **A nova classe média [White Collar]**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1951].

MILLS, C. W. **White Collar: the American middle classes**. London; New York: Oxford University Press, 1969 [1951].

QUEVEDO, L. A. "Claves para volver a pensar nuestra región". *In*: DANIEL, G. D. *et al.* (ed.). **Elites y captura del estado: control y regulación en el neoliberalismo tardío**. Buenos Aires: Flacso, 2018. p. 9-14.

SALAMAN, G. "Bureaucracy and beyond: managers and leaders in the 'Post-Bureaucratic' Organization". *In*: DU GUY, P. (ed.). **The value of bureaucracy**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 141-164.

VOMMARO, G. **La larga marcha de cambiamos: la construcción silenciosa de un proyecto de poder**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.



**Saber experto, democracia y producción de sentido en la Argentina.  
Los think tanks neoliberales durante el gobierno de  
Cambiamos (2015-2019)**

Pablo Martín Méndez

### **Introducción**

El neoliberalismo tiene una larga historia en América Latina. Su presencia atraviesa tanto a las dictaduras cívico-militares de los años '70 y '80 como a los gobiernos elegidos democráticamente. Su influencia ha persistido a pesar de los ajustes, las crisis económicas y el deterioro del bienestar social. Incluso hoy día, después de la derrota electoral de una serie de gobiernos identificados con sus políticas –entre ellos, el gobierno de Mauricio Macri en la Argentina (2015-2019), de Sebastián Piñera en Chile (2018-2022) y de Jair Bolsonaro en Brasil (2019-2023)–, el neoliberalismo sigue apareciendo como una opción no sólo para las clases dirigentes, sino además para vastos sectores de la población. ¿A qué se debe esta extraordinaria capacidad de supervivencia? ¿Cómo el neoliberalismo ha logrado perdurar en la región, a pesar de sus fracasos históricos manifiestos? Las respuestas a tales interrogantes remiten a un sinnúmero de variables, desde las transformaciones del capitalismo posfordista y la influencia de las grandes potencias económicas sobre los países en vías de desarrollo (Duménil; Levy, 2004; Harvey, 2005), hasta el uso del aparato represivo del Estado (Wacquant, 2012) y la implementación de sutiles tecnologías de poder capaces de permear las subjetividades (Laval; Dardot, 2013). Sin desconocer la relevancia de esas variables, el presente capítulo busca centrarse en una cuestión específica que no ha sido lo suficientemente explorada hasta el momento: las fuentes de apoyo local al neoliberalismo.

La expansión del neoliberalismo no obedece necesariamente a una lógica verticalista entre países y regiones; no hay lugares que adopten de manera pasiva las políticas de los países centrales, las tendencias de las economías desarrolladas o las ideas producidas por agencias y usinas intelectuales de alcance transnacional. El neoliberalismo se expande a lo largo del mundo mostrando una dinámica “heterárquica” de flujos y reflujos múltiples (Fischer; Plewhe, 2013; Venables, 2019). Estos flujos incluyen las presiones de los grupos económicos y las alianzas políticas, pero también ideas que circulan entre diferentes nodos y que buscan responder a los desafíos sociopolíticos de cada contexto. El análisis que se presenta a continuación pone el foco en los centros de investigación y promoción de ideas –más comúnmente conocidos como centros de *expertise* y, en algunos casos, como *think tanks*– que cuentan con influencia política y social en la Argentina.

La Argentina tiene una diversidad de centros de *expertise* en términos de procedencia disciplinaria –por lo general, la economía, las ciencias sociales y el derecho–, de función desempeñada –como la defensa de los derechos humanos, la propuesta y evaluación de políticas públicas, la promoción de intereses sectoriales, entre otros–, y de ideología –incluyendo posiciones de derecha, de centro-derecha y de centro-izquierda.<sup>1</sup> Sin embargo, con el retorno a la democracia en los años '80 fueron ganando protagonismo los centros basados en los saberes provistos por la economía. Aquí se insertan los “*think tanks* neoliberales” (Morresi; Aronskind, 2011), cuya emergencia y expansión entre los años '80 y '90 respondió al objetivo de contrarrestar el supuesto avance del populismo y el intervencionismo estatal en América Latina.

Los *think tanks* neoliberales funcionan como nodos de articulación entre elementos de diversa procedencia, incluyendo de los intereses económicos de actores locales y transnacionales, hasta los soportes comunicaciones de los *mass media* y el discurso de intelectuales vinculados con el ámbito académico (Fischer; Plewhe, 2013). Sus fuentes de financiamiento provienen generalmente de instituciones internacionales, organismos multilaterales de crédito y fundaciones privadas, y se canalizan a través de contrataciones directas o bien por mediación de los gobiernos nacionales y provinciales (Botto, 2011). El principal recurso simbólico de los *think tanks* es el “saber experto” generado por profesionales de amplia y reconocida trayectoria en el área de la economía y de las finanzas (Uña *et al.*, 2009). El saber experto está compuesto por diagnósticos, propuestas y evaluaciones que los *think tanks* presentan como una forma privilegiada de acceso a “la realidad” y que expresan mediante un “lenguaje de verdad” con pretensiones de objetividad y de neutralidad (Heredia, 2011). No se trata de una forma de producción del saber ajustada a la lógica científico-académica; antes bien, la actividad de los *think tanks* consiste en reciclar, editar y comunicar una serie de ideas y experiencias consideradas como “exitosas” para influir en el ámbito político-administrativo y, más concretamente, en la toma de decisiones que resulten relevantes para los intereses que nuclea (Moreno, 2010; Stone, 2007). De ahí que el saber producido por los *think tanks* implique una privatización del conocimiento en favor de las corporaciones empresariales y de otros actores de peso en el mercado (Pestre, 2000; Plehwe, 2011). Este capítulo busca demostrar que los *think tanks* no sólo producen una forma específica de saber, sino que además contribuyen al control de la circulación de información dando relevancia a ciertos temas e invisibilizando otros. Es todo un modo de intervenir sobre lo que se dice y lo que se ve en una coyuntura o momento determinado; son “dispositivos” para el gobierno de las poblaciones y de la opinión pública.<sup>2</sup>

Las investigaciones de referencia advierten que, a partir de los años '90, los *think tank* exhiben una creciente indiferenciación ideológica, en parte por la uniformidad de sus fuentes

---

<sup>1</sup> En América Latina, los centros de *expertise* surgen en el contexto de las dictaduras cívico-militares en defensa de los derechos humanos y como refugio para los intelectuales excluidos de la actividad universitaria (Heredia, 2011; Uña; Lupica; Strazza, 2009). Ello los llevó a desarrollar una fuerte impronta crítica contra los gobiernos de turno que perdura en parte hasta la actualidad y que también alcanza a los gobiernos elegidos democráticamente (Botto, 2011).

<sup>2</sup> En línea con los aportes de Michel Foucault (2006) y Gilles Deleuze (2008), se define a los dispositivos como una articulación entre elementos heterogéneos –saberes, reglamentos, técnicas, cálculos– que funcionan en diferentes escalas –las instituciones, las ciudades, las poblaciones, etcétera– y que obedecen al objetivo de gobernar las conductas de los individuos y sus agregaciones a nivel colectivo. A tal fin, los dispositivos hacen que ciertas realidades, situaciones e incluso problemas sean *visibles y enunciables* tanto para las clases gobernantes como para los gobernados, permitiendo así su intervención y manipulación a través de diversas técnicas de poder.

de financiamiento y en parte por la utilización de principios teórico-metodológicos basados en las tesis monetaristas de la Escuela de Chicago y la Teoría de la Elección Pública formulada por la Escuela de Virginia. De acuerdo con dichos principios, el saber experto es la herramienta clave de una gestión administrativa alejada de las disputas políticas. La cuestión pasa por sustraer al poder político la posibilidad de intervenir en la economía para dejarla en manos de técnicos y expertos poseedores de saberes aparentemente neutrales. Con ello se pretende despolitizar a la sociedad, quitándole la capacidad de decidir cuáles son sus necesidades y cómo resolverlas.

El tipo de des-politización práctica que demanda la teoría neoliberal no sólo incluye la posibilidad de que los expertos hagan avanzar su agenda independientemente de los vaivenes de los políticos, sino también de las demandas sociales. [...] Los expertos en economía deben desoír tanto a los políticos como a la sociedad civil, porque portan un saber teórico que se ubica a sí mismo por encima de las luchas políticas y sociales. (Morresi; Aronskind, 2011, p. 389).

En función de la problemática señalada, el presente capítulo se enfocará en las actividades de tres *think tanks* caracterizados como neoliberales y con gran incidencia en la agenda política de la Argentina desde los años '80. Se trata de la Fundación Mediterránea (FM),<sup>3</sup> la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL)<sup>4</sup> y el Centro de Estudios Macroeconómicos Argentinos (CEMA).<sup>5</sup> Más allá de sus diferencias en cuanto constitución

---

<sup>3</sup> La FM nace en la ciudad de Córdoba en 1977 por iniciativa de Pedro Astori –empresario ligado al sector de la construcción y la obra pública– y otras 34 empresas del sector agroindustrial. El objetivo principal de la FM es la investigación de los problemas económicos argentinos y latinoamericanos. Esta actividad se encuentra a cargo del Instituto de Estudios Económicos sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (IERAL), que cuenta con áreas de investigación en torno a la producción, las finanzas, las políticas públicas y otros temas de coyuntura económica. Los miembros del IERAL proceden principalmente de la economía. Su primer director fue Domingo Cavallo –presidente del Banco Central de la República Argentina (1982) durante la última dictadura cívico-militar y ministro de Economía (1991-1996 y 2001) durante los gobiernos de Carlos Menem (peronismo) y de Fernando de la Rúa (radicalismo). Desde sus orígenes, la FM ha buscado expandirse hacia Buenos Aires y el resto del país abriendo distintas sedes (Mendoza, Misiones, Río Negro, Salta y Santa FE) y estableciendo vínculos con otros centros e institutos de investigación. En 2001 realizó un acuerdo de cooperación con la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) como respuesta al desgaste que la crisis económica generaba en la imagen de Cavallo y de otros funcionarios ligados a ambos *think tanks*.

<sup>4</sup> La FIEL fue creada en 1964 a partir de la acción conjunta de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, la Cámara Argentina de Comercio, la Sociedad Rural Argentina y la Unión Industrial Argentina. Su fuente inicial de financiamiento fue la Fundación Ford, aunque más tarde obtendría aportes como consultora de grandes empresas privadas radicadas en la Argentina. Entre sus principales actividades, se destaca la investigación y el análisis de la coyuntura económica, la difusión de conocimientos a través de seminarios, conferencias y publicaciones, además de la formación académica y el otorgamiento de becas para estudiantes de postgrado. El órgano ejecutivo de la FIEL está compuesto por referentes del mundo empresario, mientras las investigaciones quedan a cargo de un equipo de investigadores asociados conducido por cuatro economistas jefes. Cabe señalar que la FIEL ha establecido vínculos con distintos centros de formación e investigación en economía, como la Universidad Torcuato Di Tella, la Universidad Nacional de La Plata, la Universidad de San Andrés y la Universidad del Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (UCEMA).

<sup>5</sup> El CEMA es una institución universitaria de carácter privado radicada en la Ciudad de Buenos Aires. Fue creada en 1978 por tres economistas argentinos formados en la Escuela de Chicago: Carlos Rodríguez –secretario de Política Económica de la Nación entre 1997 y 1998–, Pedro Pou –primer director del CEMA, ministro de Economía de la Provincia de Buenos Aires durante la última dictadura cívico-militar y presidente del Banco Central (1996-2001) durante el gobierno de Menem– y Roque Fernández –presidente del Banco

interna y actividades desarrolladas, los mencionados *think tanks* presentan al menos tres características comunes: en primer lugar, su fundación data de los años '60-'70, lo cual los ubica entre los *think tanks* más antiguos de la Argentina; en segundo lugar, se han servido del financiamiento de grandes empresas nacionales y transnacionales interesadas en promover políticas de desregulación económica y financiera;<sup>6</sup> y finalmente, han tenido una importante presencia tanto en la última dictadura cívico-militar (1976-1983) como en los gobiernos electos democráticamente, prestando funcionarios a distintas áreas administrativas del Estado y realizando actividades de monitoreo sobre las políticas gubernamentales (Heredia, 2011; Morresi; Aronskind, 2011). De hecho, el gobierno encabezado por Carlos Saúl Menem (1989-1999) concedió el Ministerio de Economía a expertos procedentes de la FM y el CEMA –Domingo Cavallo y Roque Benjamin Fernández–, mientras que dejaba a la FIEL la función de monitorear las políticas de desregulación implementadas bajo su mandato.

Aquí se analizará un conjunto de prácticas desarrolladas por la FM, la FIEL y el CEMA durante el gobierno de la Alianza Cambiemos (2015-2019). El objetivo consiste en comprender el modo en que esos *think tanks* buscaron delimitar la agenda gubernamental de Cambiemos mediante la formulación de diagnósticos de coyuntura y la propuesta de un paquete de reformas. Para ello se considerará un grupo de dicotomías que los *think tanks* establecen a nivel discursivo y que, en varias oportunidades, brindan un marco de interpretación sobre el desarrollo del gobierno. Son las dicotomías “política-economía”, “decadencia-reformas estructurales” y “gradualismo-*shock*”. A través de su análisis, se podrá comprender no sólo cómo los actores locales intervienen en la difusión y adopción de las ideas neoliberales en la Argentina, sino además hasta qué punto buscan encuadrar la agenda de los gobiernos de turno, incluso cuando manifiestan posturas ideológicamente afines.

### Caracterización de los *think tanks* neoliberales y su incidencia en la Argentina

Al día de hoy no existe un acuerdo unánime en cuanto a la naturaleza y el funcionamiento de los *think tanks*. La bibliografía señala que se trata, al menos en sus aspectos básicos, de

---

Central (1991-1996) y ministro de Economía (1996-2001) tras la salida de Cavallo del gobierno de Menem. Al momento de su creación, contó con el apoyo económico de Catena Zapata, empresa líder en la producción vitivinícola argentina, y la empresa francesa Chandon. El CEMA se define como un centro de investigación y docencia que tiene por objetivo la difusión de conocimientos y la formulación de teorías económicas. Sus actividades de investigación se distribuyen en diferentes centros de estudio integrados en su gran mayoría por economistas argentinos con formación de posgrado en los Estados Unidos. Sus funciones de enseñanza se volcaron inicialmente a la formación de posgrado en economía y finanzas, para extenderse más tarde a la formación de grado y adquirir el status de institución universitaria (UCEMA). Desde su fundación, el CEMA se ha dedicado a difundir las ideas monetaristas de la Escuela de Chicago no sólo entre empresarios, políticos y periodistas, sino también entre el público en general.

<sup>6</sup> La FM y la FIEL han llegado a sumar más de 400 empresas patrocinantes, algunas de las cuales financiaron simultáneamente a ambos *think tanks* durante varios años. Según un informe elaborado por el Centro de Investigación y Formación de la República Argentina y la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (CIFRA-FLACSO, 2016, 1 de febrero), la gran mayoría de esas empresas forman o formaron parte del núcleo central de la estructura económica local desde los años '70-'80, entre ellas: los holdings Pérez Companc, Roggio y Techint; los bancos Galicia, Francés y Río; las industrias Acindar, Arcor, Chandon, Cargill, Quilmes, Avon, Du Pont, Ford, General Motors, Pescarmona, Loma Negra, Massalin Particulares, Mastellone, Mercedes Benz, Nobleza Piccardo, Swift y Unilever; las firmas comerciales Bunge y Born, Carrefour y Disco; las petroleras Astra, Esso, Pan American, Total Austral e YPF-Repsol; y las empresas prestadoras de servicios Aguas Argentinas, Camuzzi Gas del Sur, Movicom, Edenor, Medicus, Metrogas, Telecom y Telefónica.

organizaciones no gubernamentales, sin fines de lucro e independientes, que buscan influenciar la opinión pública, participar en el debate democrático y orientar el curso de las políticas públicas (Abelson, 2009; Pinilla, 2012; Stone, 1996). Como ya se ha observado, la actividad de base de los *think tanks* es la producción de saber experto, mientras que su principal mecanismo de acción reside en la promoción de argumentos y debates públicos. Los *think tanks* no suelen intervenir directamente en política,<sup>7</sup> sino que actúan preferentemente en el espacio donde ésta se desarrolla, a partir del intercambio de ideas y el debate en medios de comunicación, el diálogo con los tomadores de decisiones y el planteamiento de agendas de gobierno. Esto vale sobre todo para los centros de *expertise* económicos o *think tanks* neoliberales, que en América Latina han funcionado como un modo de articulación entre la ciencia y la política:

En la intersección entre círculos académicos, organizaciones partidarias, agencias de la administración pública, medios masivos de comunicación, corporaciones empresarias y organismos internacionales, los centros privados de expertise en economía se consolidaron como un “punto de pasaje” en la orientación de políticas públicas en materia económica. (Heredia, 2011, p. 298).

En comparación con el caso de los Estados Unidos y de varios países europeos, donde los *think tanks* neoliberales adquirieron notoriedad pública durante los años ’70, en gran parte de América Latina los *think tanks* emergen en el marco de dictaduras cívico-militares para adquirir notoriedad recién en el período de transición hacia la democracia en los años ’80. No hay que creer, sin embargo, que ello obedece a un simple movimiento de imitación; antes bien, los *think tank* de América Latina toman características de otros países y conservan, al mismo tiempo, algunos aspectos autóctonos.

Los casos de Argentina y Chile permiten ilustrar este punto. Si bien la bibliografía los define como de “tercera generación” –dada su vinculación con las políticas de liberalización económica y el diseño de un nuevo marco institucional para los regímenes democráticos (Puryear, 1994; Uña; Cogliandro; Labaqui, 2004)– los *think tanks* de ambos países muestran algunas singularidades respecto a sus actividades y sus relaciones con el sector público. Desde la recuperación de la democracia en 1990, los *think tanks* chilenos han desarrollado un creciente intercambio con los tomadores de decisiones y los partidos políticos tradicionales (Tanaka; Barrenechea; Morel, 2011). Esto los acerca al modelo estadounidense, cuyo sistema político abierto y permeable facilita la incidencia de los *think tanks* en la actividad pública, aunque su inclinación hacia los saberes teórico-normativos por sobre los saberes técnicos parece alejarlos de dicho modelo y acercarlos a los *think tanks* europeos (Botto, 2011). En Argentina, por el contrario, la relación entre los *think tanks* y los organismos gubernamentales ha sufrido importantes discontinuidades. El punto de mayor fluidez de esa relación se registra en la primera mitad de la década de 1990 –con las reformas del Estado y las políticas de desregulación económica implementadas por el gobierno de Menem–, mientras que tiende a debilitarse a partir de la crisis del 2001 y la llegada de Néstor Kirchner y de Cristina Fernández de Kirchner al gobierno nacional, para adquirir un nuevo impulso con el ascenso del partido Propuesta Republicana (PRO) en la Ciudad de Buenos Aires y la posterior conformación de

---

<sup>7</sup> Con excepción de los llamados “*think tanks* partidarios” que se crean y organizan en torno a partidos políticos en ascenso para pasar a un segundo plano cuando los mismos acceden al poder. Véase la nota 10 del presente capítulo.

la Alianza Cambiemos a nivel nacional (Bohoslavsky; Morresi, 2016; Morresi; Vommaro, 2014; Uña *et al.*, 2009; Vommaro, 2014).

Así pues, la actividad que los *think tanks* vienen desarrollando en la Argentina no puede evaluarse únicamente en función de la capacidad de establecer canales de contacto con los partidos políticos y los organismos gubernamentales. Es necesario considerar otras formas de orientación e influencia política. Los estudios advierten que los *think tanks* suelen legitimar sus funciones presentándose como detentadores de una determinada *expertise*. Ello no sólo hace referencia a la capacidad de producir un saber técnico o altamente especializado, sino además a la posibilidad de influenciar la elaboración de políticas conforme a determinadas normas y valores (Pinilla, 2012). En América Latina, los *think tanks* intervienen principalmente en el proceso de definición de las agendas públicas, esto es: el listado de objetos, temas y problemas que reciben la atención de los actores gubernamentales y extragubernamentales en un momento determinado (Kingdon, 1995; Uña *et al.*, 2004). De los estudios disponibles se desprende que los *think tanks* producen información cuantitativa y cualitativa expresada en diagnósticos, estadísticas y sondeos con el objetivo de orientar la toma de decisiones. Ahora bien, al enfocarse en la información brindada, se puede perder de vista las normas y valores que participan en la definición de las agendas y que, más allá de ese proceso, inciden en la opinión pública y condicionan los debates democráticos.

La capacidad de establecer agendas por parte de los *think tanks* debe ser analizada en un amplio horizonte de prácticas. En efecto, su relación con los organismos gubernamentales, los grupos de poder y la opinión pública no sólo se produce a través de mecanismos explícitos y directos, sino también en un complejo entramado de elementos simbólicos y materiales. Este capítulo procura indagar las prácticas discursivas que funcionan como eje articulador entre los *think tanks* y otros actores del sistema político, haciendo hincapié en la formulación de diagnósticos socioeconómicos y la prescripción de reformas socioeconómicas. Desde la perspectiva teórico-metodológica aquí utilizada, las prácticas discursivas de los *think tanks* pueden concebirse como parte de las operaciones y estrategias que hacen pensables y decibles, tanto para gobernantes como para gobernados, unos problemas o interrogantes sobre la realidad política y social, unos objetos de intervención que se definen en función de dichos interrogantes y unos objetivos de gobierno que buscan dar solución a los mismos (Gordon, 1991; Méndez, 2020a, 2020c). A esas operaciones y estrategias se las denominará como “producción de sentido”. Las estrategias de producción de sentido no funcionan de manera unívoca y lineal, sino que articulan elementos heterogéneos y dispersos, entre ellos, saberes, prescripciones de gobierno, programas de reforma y cosmovisiones del mundo (Aguilar; Glozman; Grondona; Haidar, 2014). A los fines del presente capítulo, es necesario precisar cómo los *think tanks* combinan las ideas neoliberales con una serie de elementos semánticos procedentes del liberal-conservadurismo argentino.<sup>8</sup> Esta estrategia de producción de sentido tiene repercusiones específicas sobre el régimen democrático; más concretamente, contribuye a que la grilla de técnicas y saberes procedentes de la economía se imponga a la política entendida como lógica del conflicto y la búsqueda de consensos. Se trata, en pocas palabras, de alcanzar un orden donde los modelos económicos queden fuera

---

<sup>8</sup> A diferencia de las tradiciones políticas de la región y del mundo anglosajón, en la Argentina el liberalismo y el conservadurismo no son posiciones antagónicas, sino que han mantenido distintas formas de alianza desde fines del siglo XIX. La dimensión liberal de esa alianza se ha expresado sobre todo en las políticas económicas destinadas a promover la desregulación de los mercados y la inserción de la Argentina en el comercio mundial a partir de las actividades vinculadas con la agroexportación y los servicios, mientras que el conservadurismo ha consistido en la defensa de un orden jerárquico cuyos estratos superiores están ocupados por terratenientes, militares y eclesiásticos, quedando los sectores populares subordinados en material social y política.

de discusión: es la des-politización de la sociedad como proyecto del neoliberalismo transnacional.

### La FM, la FIEL y el CEMA durante el gobierno de Cambiemos

Teniendo en cuenta la tipología empleada por la bibliografía de referencia, la Fundación Mediterránea (FM), la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) y el Centro de Estudios Macroeconómicos Argentinos (CEMA) pueden definirse como centros de investigación privados y universitarios que buscan mantener cierta “independencia” y “neutralidad” frente a los gobiernos de turno.<sup>9</sup> Esto los distingue de los centros o *think tanks* partidarios, que en la Argentina no sólo han sido poco numerosos, sino que, por lo general, se han disuelto tras los procesos electorales o bien han pasado a formar parte del gobierno cuando el partido al que asisten triunfa en la elecciones.<sup>10</sup> En función de esta diferencia, es necesario analizar las prácticas y estrategias desarrolladas por los *think tanks* para incidir en la definición de las agendas públicas más allá de los vínculos explícitos o los canales de comunicación directa con los gobiernos. Durante el período 2015-2019, la FM, la FIEL y el CEMA llevaron adelante una agenda propia de temas y problemas que buscaron introducir en la alianza gobernante. Parte de esa agenda venía elaborándose con bastante anterioridad al período de estudio; de hecho, su desarrollo remite a las transformaciones que el liberal-conservadurismo argentino atravesó durante la segunda mitad del siglo XX.

La crisis de los años '30 y el posterior ascenso del peronismo en los años '40 produjeron un fuerte impacto en los sectores liberal-conservadores de la Argentina. A partir de entonces, esos sectores se reordenaron gradualmente en torno al antagonismo con las políticas redistribucionistas en general y las opciones nacional-populares en particular.<sup>11</sup> Desde la perspectiva del liberal-conservadurismo, dichas opciones expresaban un proceso de “decadencia” económica, social y moral que contrastaba con la pujanza de la Argentina “liberal” y “republicana” de fines del siglo XIX y principios del siglo XX. A pesar de que los diagnósticos difieren en cuanto a su punto de origen, los integrantes del campo liberal-

---

<sup>9</sup> La bibliografía divide a los centros de *expertise* en cuatro tipos distintos, aunque no necesariamente excluyentes entre sí: 1) los centros de investigación privados –fundaciones, consultoras y grupos de expertos abocados a estudios académicos sobre escenarios de largo plazo y el desarrollo de marcos generales de análisis; 2) los centros universitarios conformados por académicos e investigadores vinculados con las Universidades; 3) los centros de estudio y gestión, o *think tank* partidarios, nucleados en torno a un líder o partido político; y 4) los *advocacy groups* que otorgan respaldo experto para la promoción de derechos específicos, el control de las acciones del Estado y la canalización de diferentes demandas civiles (Botto, 2011; Thompson, 1994; Uña *et al.*, 2004).

<sup>10</sup> En la Argentina, casos típicos de *think tanks* partidarios son la Fundación Creer y Crecer, la Fundación Pensar y el Grupo Sophia, todos los cuales prestaron funcionarios para ocupar cargos de diferente nivel durante el gobierno de PRO en la Ciudad de Buenos Aires y de Cambiemos en la Provincia de Buenos Aires y en Nación (Canelo, 2021; Vommaro, 2014).

<sup>11</sup> Sobre el reordenamiento del campo liberal-conservador argentino entre las décadas de 1930 y 1950, véase Nállim (2014). Respecto al papel que las ideas neoliberales jugaron en aquellos años, Grondona (2013), Haidar (2017) y Méndez (2023). En efecto, mientras que los neoliberales europeos y estadounidenses de mediados del siglo XX antagonizaban con el *New Deal*, el Plan Beveridge y otras políticas redistribucionistas, parte del liberal-conservadurismo local hacía lo propio no sólo ante las políticas impulsadas por el primer peronismo, sino también frente al desarrollismo, el estructuralismo económico y las ideas cepalinas que circulaban en América Latina.

conservador coinciden en señalar al primer peronismo (1946-1955) como un parteaguas entre la pujanza y la decadencia (Bohoslavsky; Morresi, 2011; Bohoslavsky; Vicente, 2017). Sin embargo, el derrocamiento del peronismo en 1955 no habría puesto fin a tal proceso, sino que lo habría extendido a través de dictaduras y gobiernos democráticos. El hilo conductor sería la intervención compulsiva del Estado en la economía: una práctica que estaría presente en casi todos los gobiernos de turno —más allá de las divisiones ideológico-partidarias e incluso de las diferencias de régimen— y que conduciría inexorablemente al crecimiento de la planificación burocrática de la vida social en detrimento de la libertad de empresa y la propiedad privada.

### Un “diagnóstico de situación” para el nuevo gobierno

No es casual entonces que, a partir del 2015, con la llegada de la Alianza Cambiemos al gobierno nacional, tanto la dirigencia política como los expertos en economía hablen de la necesidad de cerrar los “70 años de decadencia”.<sup>12</sup> Si bien los expertos aceptan que este largo período histórico presenta algunos impases —especialmente en lo que respecta a las reformas implementadas por el gobierno de Menem durante los años ’90—, varios sostienen que la decadencia se habría agudizado tras las crisis del 2001, la renuncia de Fernando de la Rúa a la Presidencia de la Nación y el retorno del peronismo al poder. Tal es la interpretación propuesta por Roque Fernández, uno de los fundadores del CEMA y presidente del Banco Central bajo el gobierno de Menem:

El 23 de diciembre de 2001 Argentina dio su primer paso de retorno al populismo cuando el presidente Adolfo Rodríguez Saá declaró el default de 93.000 millones de dólares de deuda soberana [...]. Pocos días después el presidente Eduardo Duhalde continuó la saga populista pesificando y licuando tanto los depósitos bancarios denominados en dólares como los créditos denominados en dólares. Y hacia el final del 2008, en pleno período Kirchnerista, el Estado se apropió de 30.000 millones de dólares de fondos privados en poder de las AFJP. Se puede decir que Argentina fue pionera en el populismo del siglo XXI. (2017, mayo)<sup>13</sup>.

Este tipo de interpretaciones tiene un efecto específico a nivel discursivo. Se trata —en términos de Ernesto Laclau—, de establecer un juego de equivalencias y diferenciaciones entre

---

<sup>12</sup> Como afirmó Mauricio Macri en el 54° Coloquio del Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA) —espacio que reúne anualmente a los referentes del empresariado argentino y del mundo de las finanzas, además de economistas, funcionarios y sindicalistas—, “Tenemos todos que terminar de subir a este barco de ir hacia esa Argentina, que estaba escrito en la historia y en un momento nos perdimos, hace 70 años nos perdimos en el camino” (2018, 22 de octubre).

<sup>13</sup> Las dos primeras medidas mencionadas por Fernández forman parte de la transición iniciada con la renuncia de Fernando de la Rúa el 20 de diciembre de 2001, la cual incluyó la sucesión de cuatro presidentes en apenas una semana (Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño y Eduardo Duhalde), la declaración del cese de pagos correspondientes a la deuda externa, el fin del Plan de Convertibilidad entre el dólar y el peso argentino, y la pesificación de los depósitos bancarios en moneda extranjera impulsada por el gobierno de Duhalde en 2002. La tercera y última medida alude a la reestatización de los fondos previsionales (2008) que habían sido privatizados en 1993 y puestos en manos de administradoras de fondos de jubilaciones y pensiones, conocidas en la Argentina como las AFJP.



experiencias históricas diversas, ubicando algunas de ellas bajo una misma categoría o etiqueta para diferenciarlas de otras aparentemente inconexas.<sup>14</sup> Así, las medidas gubernamentales ensayadas frente a la crisis del 2001 en la Argentina no tendrían una relación directa con las políticas neoliberales de los años '90, sino que formarían parte de un ciclo histórico homogéneo definido como “populismo”.<sup>15</sup> Los gobiernos de Néstor Kirchner (2003-2007) y de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011 y 2011-2015) quedarían ubicados bajo una denominación semejante –junto con los de Rodríguez Saá y de Duhalde– y se sumarían, por lo tanto, a los 70 años de decadencia económica, social y moral de la Argentina. Más todavía, la llamada “pesada herencia” del kirchnerismo, otra denominación recurrente entre los referentes de la Alianza Cambiemos y los expertos en economía, sería una continuidad de aquellos años debido al crecimiento desmesurado del Estado y la intervención de la política en la economía.

La experiencia del populismo en la Argentina y otros países del mundo –sostiene Daniel Artana<sup>16</sup>– es clara respecto a los problemas serios que hereda quién lo suceda. [...] Se requiere mostrar que se puede avanzar en desarmar el Frankenstein que se construyó durante más de una década de populismo. (2016, 11 de noviembre).

A fines del 2015, Juan Luis Bour –director y economista jefe de la FIEL– advertía que la Alianza Cambiemos heredó un “modelo de desorden macroeconómico” compuesto por altos índices de inflación, pérdida de reservas monetarias del Banco Central y aislamiento comercial y financiero (2015, 6 de diciembre). En el mismo sentido, meses antes del triunfo electoral de Cambiemos, Daniel Artana y Jorge Vasconcelos<sup>17</sup> añadían que, entre los principales desequilibrios macroeconómicos generados por el kirchnerismo,

---

<sup>14</sup> De acuerdo con la teoría de Laclau (2020, 2014), el antagonismo político supone el trazado de una frontera entre la postulación de una identidad armónica o plenamente realizada y los elementos que obstaculizarían la realización de esa identidad. Para ello es necesario que los elementos en cuestión entren en relación de equivalencia, aunque no sean necesariamente agrupables o puedan agruparse de otra manera, permitiendo definir no sólo la identidad propia, sino también la identidad del antagonista. El resultado de esta estrategia es la simplificación de las opciones políticas disponibles y su eventual polarización en dos identidades antagónicas. Según Laclau, además de contribuir con la comprensión del populismo como fenómeno político, el análisis del antagonismo y de las lógicas equivalenciales puede aplicarse al caso del neoliberalismo desde el momento mismo en que éste postula una economía de mercado armónica e identifica los obstáculos para su realización (2020).

<sup>15</sup> Es interesante observar que Roque Fernández utiliza las definiciones de Laclau para definir al populismo como la “habilidad especial de articular discursos estructurados sobre la agregación de las *emociones y creencias* de los pueblos” por parte de líderes demagógicos y corruptos. Con esto pretende explicar la capacidad de supervivencia del populismo durante más de medio siglo y diferenciarlo, a su vez, de las “instituciones de la República”, los “organismos públicos que brindan transparencia y criterios de evaluación” –como sería el caso de los *think tanks*– y la “prensa libre” (2017, mayo).

<sup>16</sup> Daniel Artana es economista jefe de la FIEL y profesor de la UCEMA y de la Universidad Torcuato di Tella. Su figura ha tenido una importante presencia en los medios nacionales de prensa, publicando notas y columnas de opinión en *La Nación*, *El Cronista*, *Ámbito Financiero*, *La Prensa* e *Infobae*, y participando en programas televisivos sobre actualidad política y económica. Fue supervisor sectorial de la Secretaría de Hacienda del Ministerio de Economía entre 1980 y 1987, y secretario de Hacienda durante el breve paso de Ricardo López Murphy por el Ministerio de Economía en marzo de 2001.

<sup>17</sup> Jorge Vasconcelos fue vicepresidente del IERAL de la Fundación Mediterránea hasta el año 2022 y asesor del Ministerio de Economía entre 1991 y 1996.

Sobresalen el elevado déficit fiscal financiado con una mezcla de reservas internacionales, deuda y emisión monetaria, y el atraso cambiario y tarifario. En ese contexto, no sorprende que se discuta si las soluciones deben ser graduales o de *shock* (Artana, 2015, 6 de junio).

El problema está en corregir los desequilibrios del sector externo, recuperando dinamismo exportador, que los capitales vuelvan a ingresar y que las reservas del Banco Central se tonifiquen, ninguno de esos objetivos podrá lograrse sí, simultáneamente, no se avanza en el equilibrio interno, que requiere reducir el déficit fiscal, dejar de utilizar la emisión monetaria como fuente de financiamiento del Estado y recuperar el rol del peso como reserva de valor. O sea, la realidad ofrece mucho menos margen que los discursos. (Vasconcelos, 2015, 30 de marzo).

Puesta en estos términos, la pesada herencia hace necesario que el gobierno de la Alianza Cambiemos realice una serie de reformas de distinto tipo. Más adelante se abordará el modo en que los *think tanks* caracterizan dichas reformas e intervienen en los debates sobre su velocidad de aplicación. Ahora es necesario señalar que la definición de la pesada herencia como desorden macroeconómico, la vinculación de este desorden con las políticas del populismo y su inclusión en el período de 70 años de decadencia contribuyen a crear un “diagnóstico de situación” sobre las condiciones de partida del gobierno de Cambiemos. En primer lugar, los *think tanks* aquí analizados subrayan el déficit fiscal que la nueva administración recibe como herencia. Ello obedece a la necesidad de brindar explicaciones expertas para uno de los temas que marcó la agenda de los últimos años del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: el alto nivel de inflación con cifras superiores al 20% anual.<sup>18</sup> En segundo lugar, el diagnóstico destaca la situación comercial y financiera en la cual se encuentra la Argentina a fines del 2015, llegado a invocar otro tópico de común circulación entre los referentes de Cambiemos: que el kirchnerismo ha dejado al país aislado o “fuera del mundo”. Y finalmente, se advierte que la política monetaria del kirchnerismo –sobre todo las restricciones a la compra de divisas implementadas desde el 2011– ha conducido a un atraso cambiario que afecta negativamente la balanza comercial, limita el ingreso de capitales y reprime la inflación real. Son tres elementos frecuentemente problematizados por la agenda del neoliberalismo a nivel transnacional. Su tratamiento remite a las clásicas recetas económicas que los *think tanks* recomiendan en diversas partes del mundo: ajuste fiscal mediante la reducción del gasto público, apertura del comercio exterior, desregulación de controles financieros y devaluación –generalmente brusca– de la moneda local. Para la FM, la FIEL y el CEMA, es la grilla a partir de la cual se evaluará la marcha del gobierno de Cambiemos; o también, en los términos de este trabajo, la agenda que se intentará introducir en la discusión pública con el objetivo de orientar la toma de decisiones.

A continuación, se verá que el diagnóstico sobre las condiciones de partida del gobierno de Cambiemos tuvo un objetivo preciso: hacer que las políticas de *shock* aparezcan como una respuesta posible –y, en ocasiones, excluyente– para la pesada herencia del kirchnerismo. Bien lo decía Artana a mediados del 2015: “Dada la pesada herencia que recibirá la próxima

---

<sup>18</sup> Conforme a las teorías monetaristas de la Escuela de Chicago, el financiamiento del déficit fiscal requiere de una mayor emisión monetaria por parte del Banco Central, mientras que el incremento de la oferta de dinero por sobre la demanda vinculada con la producción de bienes y servicios conducen a un alza generalizada de precios. La inflación, en consecuencia, es un fenómeno directamente relacionado con la emisión. “En el mundo moderno la inflación es un fenómeno relacionado con la impresión de billetes. La inflación se produce cuando la cantidad de dinero aumenta, más rápidamente que la de bienes y servicios; cuanto mayor es el incremento de la cantidad de dinero por unidad de producción, la tasa de inflación es más alta” (Friedman, 1993, p. 353).

administración parece inevitable que al menos una parte de las correcciones sea de *shock*” (Artana, 2015, 6 de junio).

### Políticas de *shock* para una “pesada herencia”

A diferencia de lo ocurrido durante los años ’70 y ’90, la FM, la FIEL y el CEMA no tuvieron un vínculo estrecho con el gobierno de turno, sino que buscaron marcar cierta distancia ante su gestión y mantener una agenda propia de temas y problemas.<sup>19</sup> Esto llevó a que los discursos oscilaran por momentos entre el elogio, la interpelación y la crítica directa. Así lo expresaba Fernando Navajas<sup>20</sup> tras el arribo de Cambiemos al gobierno nacional, “para retornar a la normalidad sería muy bueno que el equipo económico cotejara sus ideas y planes con los economistas profesionales y académicos, como se hacía en la Argentina antes de que ese verticalismo arrogante de la década pasada lo prohibiera” (2015, 21 de diciembre).

Durante sus dos primeros años de gobierno, la Alianza Cambiemos avanzó con varios de los temas de agenda señalados por los *think tanks* neoliberales, entre ellos, la apertura del mercado cambiario,<sup>21</sup> el despido de empleados públicos, el pago de la deuda contraída con los “fondos buitres”,<sup>22</sup> la reducción –o eliminación completa en algunos casos– de las alícuotas por derechos de exportación, la quita de subsidios a las tarifas de servicios públicos y la reforma del sistema previsional. A pesar de la crudeza de estas medidas y de sus efectos negativos sobre la economía y el tejido social, los expertos dirán que es necesario acelerar una serie de reformas pendientes destinadas reducir el déficit fiscal. Aquí se introduce el

---

<sup>19</sup> Hay que considerar, sin embargo, algunos matices y excepciones. En efecto, el Ministerio de Hacienda encabezado por Nicolás Dujovne contrató en 2017 a la FIEL para obtener asesoramiento en materia de reforma fiscal. Según se informó, la FIEL recomendó eliminar los impuestos internos a la producción y al comercio del sector automotriz y de electrodomésticos, además de reducir contribuciones patronales y aumentar la base imponible (Dónovan, 2017, 4 de febrero). Por otro lado, Carlos Melconian –presidente del Banco Nación entre 2015-2017– se sumó a la Fundación Mediterránea en marzo de 2022 como presidente del IERAL, junto con Enrique Szewach –vicepresidente del Banco Nación (2015-2017) y director del Comité de Política Monetaria Banco Central (2017-2019)– como director Ejecutivo y Facundo Martínez Maino –miembro del Directorio del Banco Nación (2015-2017)– como director del mismo Instituto.

<sup>20</sup> Fernando Navajas es economista jefe de la FIEL desde 1996. Se desempeñó como director ejecutivo en dicho *think tank* entre 2004 y 2010.

<sup>21</sup> En 16 diciembre de 2015, a pocos días de haber iniciado su mandato, el gobierno de Cambiemos impulsó la apertura del mercado de divisas y la unificación del tipo de cambio, lo cual generó una devaluación del peso argentino por más del 30% en un solo día. La medida fue definida por Navajas como una derrota del modelo kirchnerista ante la “mano invisible” del mercado (2015, 21 de diciembre). Por su parte, Vasconcelos afirmó que la apertura del mercado cambiario y la posibilidad de acceder a divisas frescas eran una forma de revertir el “falso keynesianismo” del gobierno anterior (2016, 29 de febrero).

<sup>22</sup> En abril de 2016, el gobierno de Cambiemos decidió cancelar la deuda contraída con un grupo minoritario de acreedores –conocidos también como “fondos buitres”– que no adhirieron a la serie de canjes de reestructuración realizados previamente por el kirchnerismo. La medida, que contó con aval legislativo, implicó la transferencia de más de 9.000 millones de dólares a favor de ese grupo. El gobierno y los expertos presentaron la medida como una salida del *default* y el reingreso de la Argentina al mercado internacional de capitales.

debate sobre el “gradualismo” y las “políticas de *shock*”.<sup>23</sup> A casi un año de mandato del gobierno, Artana definía el debate de la siguiente manera:

Al momento de asumir el gobierno de Cambiemos, y teniendo a la vista la enorme herencia económica que dejaba la administración kirchnerista, se discutió públicamente acerca de las ventajas y desventajas de avanzar de *shock* o en forma gradual para resolver tamaña carga. Simplificando, las correcciones de golpe son más creíbles, pero más traumáticas al comienzo. La nueva administración eligió corregir algunos problemas de *shock*: unificó el tipo de cambio, normalizó rápidamente la deuda en *default* y cambió de cuajo la política monetaria. En cambio, en materia de reformas estructurales hubo cambios menores (por ejemplo, se mantuvo la economía bastante cerrada a las importaciones [...]). En materia fiscal, se anunció una reducción gradual del déficit primario, que luego mutó en una inacción. (2016, 2 de noviembre).

La dicotomía gradualismo-*shock* no sólo da por sentada la necesidad de implementar reformas, sino que también define su contenido y naturaleza, haciendo que otras alternativas queden completamente fuera de discusión.<sup>24</sup> En todo caso, los expertos se limitan a debatir sobre los riesgos que el gradualismo y el *shock* conllevan en materia de gobernabilidad: “¿qué es mejor –se pregunta Jorge Ávila<sup>25</sup>– ajustar de entrada y asumir el riesgo de una pueblada o ajustar gradualmente y asumir el riesgo de una crisis macro-económica importante? (2018, mayo). Se trata, sin embargo, de un debate saldado, puesto que el gradualismo es concebido como un modo de dilatar la inevitable aplicación de políticas de *shock*.

Para la mayoría de los expertos analizados, el gobierno de Cambiemos postergó las reformas estructurales necesarias en función de “diagnósticos erróneos”. El primero de ellos habría consistido en subestimar la gravedad de la pesada herencia, mientras que el segundo estaría en creer que los problemas heredados iban a solucionarse mediante el crecimiento económico, es decir, gradualmente y sin necesidad de aplicar políticas de *shock* o cualquier reforma traumática. Los expertos recurren constantemente al lenguaje técnico de la economía

---

<sup>23</sup> Se entiende por “gradualismo” a la aplicación de reformas de manera escalonada o sucesiva con el objetivo de evitar cambios socioeconómicos bruscos y garantizar la gobernabilidad. En cambio, las políticas de *shock* – término atribuido a Milton Friedman– se aplican en forma simultánea y en un breve lapso de tiempo, sin anunciarse con anticipación y bajo la necesidad de generar resultados económicos inmediatos relegando a un segundo plano sus posibles efectos sociales y políticos. Los expertos suelen recomendar su aplicación ante las crisis económicas de gran magnitud so pretexto de evitar males mayores. Las experiencias de políticas de *shock* generalmente citadas son Alemania (1948), Chile (1975), Bolivia (1985) y Polonia (1989). En la Argentina, el caso más recordado de política de *shock* es el “Rodrigazo” (1975), denominación utilizada para hacer referencia a las medidas de ajuste de Celestino Rodrigo –ministro de Economía durante del gobierno de Isabel Martínez de Perón–, que incluyeron una brusca devaluación del peso, el aumento de los servicios públicos y el tope a los incrementos salariales. Así pues, el debate gradualismo-*shock* tiene una larga historia en el país; de hecho, durante la última dictadura cívico-militar fue introducido por un grupo de intelectuales liberal-conservadores para cuestionar las políticas supuestamente graduales de José Alfredo Martínez de Hoz, ministro de Economía entre 1976 y 1981 (Pryluka, 2016)

<sup>24</sup> Al repasar las políticas económicas implementadas desde los años ‘90, Marcelo Capello –director del IERAL hasta el año 2022– sostiene que, a diferencia de otros gobiernos, “el presidente Macri debió generar su propio ajuste, a partir del deterioro en las variables fundamentales, heredado de los gobiernos K” (2019, 11 de marzo); más concretamente, el ajuste implementado por Cambiemos fue la respuesta necesaria a la pesada herencia del kirchnerismo, antes que una posibilidad entre otras tantas.

<sup>25</sup> Jorge Ávila es economista con formación de posgrado en la Escuela de Chicago y profesor de la UCEMA. Miembro de la Fundación Federalismo y Libertad y ex subdirector de Investigaciones y Análisis Fiscal de la Secretaría de Hacienda.

a efectos de demostrar no sólo la “verdadera gravedad” de la pesada herencia, sino también la “inconsistencia” del gradualismo como modo de remediar una situación semejante. Si bien se suele criticar la combinación entre una “política monetaria dura”, una “blandura fiscal” y el “atraso cambiario” (Artana, 2016, 2 de noviembre; Vasconcelos, 2017, 8 de mayo), el objetivo de fondo consiste en señalar el fracaso del modelo económico adoptado por el gobierno. A ese modelo se lo emparenta en ocasiones con el kirchnerismo: “Es posible demostrar que existen ‘pecados de origen’ de la actual política, al haberse minimizado la magnitud del problema fiscal heredado, o haberse subestimado el impacto inflacionario y del ajuste de tarifas. ¿Se trata de un ‘kirchnerismo de buenos modales?’” (Vasconcelos, 2017, 8 de mayo). En el mismo sentido, Carlos Rodríguez<sup>26</sup> sostiene que “este gobierno es ‘kirchnerismo con buenos modales’. No cabe duda de que hay buenos modales, de que no hay acusaciones de robos grandilocuentes, pero esto no basta para gobernar un país que está en un profundo desequilibrio” (2017, 28 de septiembre). Por su parte, Capello advierte que el gobierno de Cambiemos quedó “a mitad de camino entre dos modelos”: el modelo kirchnerista que sólo estimula al consumo interno y un modelo económico basado en la exportación y la inversión (2017, 3 de febrero).

Ahora bien, el mayor error que habría cometido el gobierno –y que, de acuerdo con los expertos, estaría en la base del gradualismo– consistió en creer que el triunfo electoral de 2019 provocaría una “lluvia de inversiones”.<sup>27</sup> En pocas palabras, el gobierno supuso que el crecimiento económico permitiría reducir el déficit fiscal mediante una mayor recaudación impositiva, evitando así el ajuste y la consecuente conflictividad social y política. Sin embargo, los expertos observan que no sólo se registró un bajo nivel de inversión durante los dos primeros años de mandato, sino además la continuidad de la política de déficit fiscal a través del endeudamiento público. Los pronósticos coinciden en señalar el “agotamiento del gradualismo”; o, dicho en forma más coloquial, la premonición de que las políticas del gobierno “Van a explotar” (Rodríguez, 2017, 28 de septiembre). Las intervenciones realizadas con posterioridad a la crisis financiera de 2018<sup>28</sup> dan cuenta de estas concepciones:

La actual Administración –afirma Bour– decidió postergar cualquier reforma profunda en los primeros dos años de gestión, asumiendo que el crecimiento económico curaría las heridas [...]. El error de diagnóstico se pagó con una crisis que se llevó puestos dos presidentes del Banco Central. (2019, abril).

---

<sup>26</sup> Además de haber sido cofundador del CEMA y desempeñarse como secretario de Política Económica de la Nación durante los años '90, Carlos Rodríguez fue el primer rector de la UCEMA entre 1994 y 2018.

<sup>27</sup> La “lluvia de inversiones” fue una expresión frecuentemente utilizada por los referentes de Cambiemos durante su primer año de mandato. Con ello aludían a la generación de un clima propicio para llegada de inversiones extranjeras tras la derrota del kirchnerismo y el arribo al gobierno de Macri y de otros dirigentes procedentes del sector empresarial.

<sup>28</sup> En mayo de 2018 se produjo una corrida cambiaria que llevó en pocos meses a la devaluación del peso argentino en más del 100% y la renuncia de dos presidentes del Banco Central. En medio de una gran incertidumbre económica y política, el gobierno anunció un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional a efectos de estabilizar la moneda y detener la pérdida de reservas. El acuerdo consistió en la concesión de un crédito *stand by* por 57.000 millones de dólares que fue desembolsado casi en su totalidad entre 2018 y 2019.

A partir de entonces, los expertos parecen cerrar filas contra el gradualismo para pronunciarse abiertamente en favor de las políticas de *shock*: “es claro que el gradualismo no ha sido sustituto del *shock*, sino que sólo lo postergó” (Vasconcelos, 2018, 3 de septiembre).

La bibliografía de referencia observa que los *think tanks* intervienen especialmente en momentos de crisis brindando información y soluciones alternativas a los gobiernos de turno.<sup>29</sup> Respecto al período del gobierno de Cambiemos, es posible advertir que la FM, la FIEL y el CEMA intervinieron en la crisis financiera de 2018 remarcando la ineffectividad del gradualismo y la necesidad de aplicar políticas de *shock*.

La política gradualista es muy riesgosa, siempre, creo, es mucho más conveniente cortar la cola del perro de un golpe y no un trocito cada día, ya lo aconsejaba Nicolás Maquiavelo, “todo el mal de golpe y el bien en cuotas”. Pero, por otra parte, y por eso no me he pronunciado en el último tiempo, no sé si el gobierno de Macri hubiera tenido el capital político necesario para hacer este ajuste en diciembre de 2015. Quizá la población necesitó prepararse mediante esta secuencia administrada de desconcierto hasta mediados de 2018 para realmente aceptar tragar esta pastilla amarga. (Ávila, 2018, 19 de octubre).

Las crisis pueden convertirse en oportunidades de consolidar reformas o de, al menos, aprender de nuestros errores. El gobierno heredó una grave situación macroeconómica con desbalances importantes en el frente fiscal y externo. La decisión de postergar el ajuste y financiar los desequilibrios con un importante aumento en la deuda pública no pudo sostenerse más allá de los dos primeros años. (Artana, 2018, 9 de septiembre).

La crisis del 2018 brindaría la oportunidad para aplicar una serie de reformas estructurales destinadas a remediar definitivamente la pesada herencia del kirchnerismo y, junto con ello, marcar un punto de inflexión en los 70 años de decadencia argentina. Como se verá, las reformas propuestas privilegian la necesidad de reducir el déficit fiscal por sobre cualquier otra variable. Al parecer de los expertos, ahí estaría la causa de todos los problemas de la Argentina: “A riesgo de ser repetitivo, en la Argentina, la madre de todas las batallas es siempre lograr poner en caja al sector público” (Artana, 2017, diciembre).

## Reformas estructurales en manos de expertos

Así como la dicotomía gradualismo-*shock* da por sentada la necesidad de aplicar reformas estructurales, la dicotomía decadencia-reformas estructurales supone que estas últimas deben quedar en manos de los expertos. Lo que subyace es la pretensión de superioridad de la economía frente a la política; más aún, es la idea de que la población debe permanecer al margen de una serie de decisiones cuya complejidad desconoce y que, sin embargo, la afectan directamente.

---

<sup>29</sup> Según Botto, “las ventanas de oportunidades [para los *think tanks*] se abren en situaciones o coyunturas de crisis en las que predomina una percepción generalizada de que las soluciones conocidas y puestas en marcha son inadecuadas o llevan a un fracaso y ponen bajo amenaza la continuidad del régimen y/o gobierno de turno” (2011, p. 109).

Los expertos (pero sobre todo los expertos en economía) aparecen como los actores clave para poder llevar adelante una gestión administrativa que se aleje de los vaivenes de la política [...] entendida como lucha de proyectos, no sólo de los tomadores de decisiones, sino también de la misma sociedad. (Morresi; Aronskind, 2011, p. 389).

Las reformas que los expertos recomiendan al gobierno de Cambiemos se reducen a un conjunto de variables jurídico-económicas bien conocidas por la historia del neoliberalismo argentino, esto es: aplicación de impuestos regresivos, ajuste de salarios y jubilaciones por debajo del nivel de inflación, reforma del sistema previsional, flexibilización laboral, incremento de tarifas en transporte, comunicación y energía, transferencia de servicios públicos del Estado Nacional a las Provincias, reducción del empleo público y desburocratización de diversas áreas administrativas, recorte de subsidios a sectores privados considerados ineficientes, apertura indiscriminada del comercio externo, desregulación de los controles de cambio, independencia del Banco Central ante el poder político y, en algunos casos, distintas variables de dolarización.<sup>30</sup> Aunque las reformas propuestas se presenten como la única manera de eliminar el déficit fiscal y equilibrar las cuentas públicas, su concepción obedece a un objetivo de mayor alcance. Se trata de limitar al máximo la participación del Estado en la economía.<sup>31</sup> Para los expertos, el cumplimiento de un objetivo semejante no está exento de enormes costos sociales y políticos:

Esta agenda parece muy demandante en lo político. Pero, habitualmente, las reformas estructurales han sido “costosas” en la mayoría de los países que han debido encararlas. Ello es así porque detrás de cada ineficiencia hay un interés que la defiende. Sin embargo, no hay otra opción: abandonar décadas de decadencia económica y social requiere de un avance importante en varios de los frentes mencionados. (Artana, 2018, 9 de diciembre).

Que no exista otra opción equivale a decir que las reformas estructurales están por fuera de toda discusión política. De hecho, la política no es una instancia de intercambios y conflictos en cuanto a la pertinencia de esas reformas o la búsqueda de otras opciones, sino un condicionante que incide de manera favorable o negativa en la aplicación de las propuestas

---

<sup>30</sup> Cabe mencionar que gran parte de las reformas mencionadas se ejecutaron durante los años '90 bajo los gobiernos de Menem y de la Rúa. Respecto a las propuestas de dolarización, no son pocos los economistas que buscan convencer a la opinión pública de que esa sería la solución definitiva para todos los problemas económicos y políticos de la Argentina. Así, por ejemplo, Jorge Ávila asegura que “Si Argentina adoptara como propia una moneda de primera clase, no habría corridas bancarias ni inflación; tampoco tendríamos paritarias, huelgas, tarifazos, cortes de luz, congelamiento de precios y amenazas de expropiación, y mucho menos bloqueos de exportaciones e importaciones” (2018, mayo).

<sup>31</sup> Los estudios sobre el neoliberalismo trasnacional, regional y local expresan un consenso sobre este punto: el objetivo de los proyectos neoliberales en sus diferentes vertientes consiste en limitar al Estado cuanto sea posible. Ahora bien, ello no debería interpretarse como una simple retirada del Estado o una declinación definitiva de sus atribuciones. Lo que se busca, en todo caso, es redirigir el accionar estatal desde la economía hacia otros ámbitos que no son estrictamente económicos pero que, conforme a los principios de las diferentes teorías neoliberales, condicionan el funcionamiento de aquella. Aquí se incluiría la estructura jurídica de un país, así como también su cultura y hasta las pautas de comportamiento de los individuos. Frente a estas variables, el Estado puede –y, en última instancia, debe– intervenir en pos de garantizar el buen funcionamiento del orden económico. Véase, entre otros, Bonefeld (2012), Foucault (2004, p. 105, p. ss.), Laval y Dardot (2013, cap. 5, cap. 8) y Méndez (2020b).

generadas desde el conocimiento experto: “la política’ tiende a creer que los técnicos exageran y, cuando la explosión está cerca, es demasiado tarde” (Vasconcelos, 2016, 6 de agosto).

Desde la perspectiva de los expertos, la tensión entre la política y la economía se observa especialmente en los procesos electorales. En primer lugar, porque implican un aumento del gasto público y la postergación de cualquier política de ajuste que despierte antipatía en la población. En segundo lugar, porque el debate entre distintas propuestas y modelos de país suele producir cambios en las preferencias de la opinión pública y reorientar la agenda económica. En tercer lugar, porque un cambio en las preferencias de la opinión pública puede traducirse en un recambio parcial o total del gobierno de turno. Y finalmente, porque los cambios de gobierno impiden la ejecución de reformas profundas y a largo plazo. “En un año de elecciones –sostiene Artana– es difícil avanzar en reformas estructurales” (2018, 9 de diciembre)”. Más concretamente, las elecciones generan un clima de “desconfianza” entre los actores económicos respecto al apoyo con el cual cuentan los gobiernos al momento de llevar adelante las reformas. Este fue el criterio utilizado por los expertos para evaluar la marcha del gobierno de Cambiemos ante las elecciones de medio término en 2017:

La coalición de gobierno no genera confianza. El tema es que no te va a venir una lluvia de inversiones cuando tenés elecciones de medio término y cuando ganaste por un punto contra un candidato devaluado. Y ganaste con una coalición inestable, por decirlo suavemente. [...] No vienen las inversiones porque tenés elecciones. No hubo lluvia de dólares y no va a pasar. (Rodríguez, 2017, 19 de febrero).

Las advertencias de los expertos no se reducen a los desafíos que enfrenta cualquier gobierno cuando trata de mantener y fortalecer el poder político; antes bien, esas advertencias parecen fundarse en una permanente sospecha hacia la democracia de masas.<sup>32</sup> La democracia de masas sería el germen del populismo; o, en los términos del saber experto, de gobiernos hegemónicos que recurren al apoyo de las mayorías para atentar contra la libertad de mercado y la propiedad privada. De ahí la necesidad de diseñar mecanismos institucionales que obstruyan la voluntad de las mayorías.<sup>33</sup> La democracia, en tal sentido, es más un instrumento para la preservación del orden económico que un fin en sí mismo.

---

<sup>32</sup> La sospecha hacia la democracia de masas es otro eje transversal al neoliberalismo y sus diferentes vertientes. Una de sus principales fuentes es el libro *Camino de servidumbre*, publicado por Hayek en 1944, donde se interpreta a los totalitarismos europeos de la primera mitad del siglo XX como una amenaza que no proviene necesariamente desde el exterior de la democracia, sino que más bien anida en su seno. Acerca de este punto, Morresi y Vicente señalan que el liberal-conservadurismo argentino de la segunda mitad del siglo XX, influenciado en parte por las ideas de Hayek y de otros referentes neoliberales, suele distinguir entre “una democracia falsa o perversa (que sería al menos la puerta de entrada al totalitarismo) y una democracia auténtica o deseable (es decir, liberal, que vendría a permitir el despliegue de la libertad)” (Morresi; Vicente, 2017, p. 10-11).

<sup>33</sup> Véase, por ejemplo, los postulados expuestos por la Teoría de la Elección pública, la cual tiene una gran aceptación entre los expertos en economía de la Argentina. Según James Buchanan, “La perspectiva de la Teoría de las Decisiones Públicas debe sugerir la necesidad de imponer límites al ejercicio de una democracia mayoritaria. El diseño, la construcción y la implementación práctica de una serie apropiada de limitaciones (el conjunto de reglamentos constitucionales) son los desafíos de nuestra era” (citado en Morresi; Aronskind, 2011, p. 384). Si bien la cuestión excede los marcos del presente trabajo, importa señalar que la necesidad de limitar la democracia de masas supone un papel activo del poder judicial y un fuerte ejercicio de sus potestades frente a los demás poderes. Hemos analizado la relación entre el neoliberalismo y la judicialización de la política en Méndez (2018).



A mediados de 2017, Sybil Rhodes<sup>34</sup> señalaba que la “Marea Roja” –una denominación utilizada para referirse a los partidos populistas y de centro izquierda que gobernaron América Latina entre la primera y segunda década de los 2000 –sufrió un retroceso, en parte por la baja de precios de las materias primas y también porque la democracia permite remover a los “poderes autocráticos”:

La cooperación con los poderes autocráticos “emergentes” no es una panacea para los problemas de la región. La buena noticia es que los votantes que estaban cansados de los titulares podían usar elecciones libres y justas para producir cambios. La democracia está funcionando en la mayoría de los países. (2017, septiembre).

De acuerdo con esta concepción, el buen funcionamiento de la democracia implica que la voluntad popular se circunscriba a las elecciones y a otros mecanismos formales de participación ciudadana. La agenda cotidiana de los gobiernos queda por fuera de cualquier presión proveniente “desde abajo”. Ahora bien, hay algunas expresiones que rebasan lo estrictamente formal y que, aun así, se consideran actos democráticos, como sería el caso de los ciudadanos movilizados en las calles para defender las instituciones de la República contra el avance del populismo. Según Alejandro Corbacho,<sup>35</sup> las movilizaciones que se registraron el 1 de abril de 2017<sup>36</sup> no sólo fueron una forma de defensa contra la pesada herencia económica del kirchnerismo, sino además contra un conjunto de grupos antidemocráticos vinculados al comunismo, las organizaciones guerrilleras de los años ’70 como “Montoneros” y el chavismo: “Mas allá de los aspectos económicos, existe otra herencia: grupos que no están dispuestos a aceptar la alternancia en el gobierno, la libertad y la creatividad de los individuos” (mayo, 2017). Lo cual también valdría para el propio kirchnerismo, definido por Corbacho como “un grupo duro anti sistema, que no tiene valores democráticos, sin instituciones y con personas fuertes que toman decisiones” (2019, 21 de febrero).

Las elecciones presidenciales de 2019 serán interpretadas por los expertos a partir de la grilla que se venía aplicando desde 2015. La pesada herencia aparecerá una vez más como tema de agenda, a pesar de que hayan transcurrido cuatro años de gobierno bajo la impronta de Cambiemos. El déficit fiscal estará en el centro de todos los problemas del país y se utilizará para cuestionar las propuestas de campaña no sólo de los opositores, sino también del mismo Cambiemos. Las reformas estructurales seguirán siendo invocadas como una cuestión pendiente para cualquiera de las opciones que triunfe en la contienda electoral, más allá de su extracción ideológica y su programa de gobierno: “El próximo gobierno –advier

---

<sup>34</sup> Sybil Rhodes es directora del Departamento de Ciencias Políticas y Jurídicas, de la Licenciaturas en Relaciones Internacionales y de la Maestría en Estudios Internacionales de la UCEMA.

<sup>35</sup> Alejandro Corbacho es director del Departamento de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales de la UCEMA. En 2015, mantuvo una fuerte disputa en redes sociales con Cristina Fernández tras haber publicado una columna donde acusaba a la presidenta en ejercicio de hacer un “uso abusivo de la historia” al afirmar que la inflación no habría sido una de las causas del nazismo: “Se sabe que la inflación que se disparó en la primera posguerra hasta 1926, como un impuesto invisible, terminó debilitando a las nuevas democracias. Dañó la moral del trabajo y de su corolario, el ahorro. [...] Ante la crisis monetaria, se abrió el camino a la aventura (Corbacho, 2015, 31 de agosto).

<sup>36</sup> El 1 de abril de 2017, distintas agrupaciones ligadas a Cambiemos y ciudadanos autodefinidos como “independientes” convocaron por redes sociales a una “marcha por la democracia” con el objetivo de apoyar al gobierno tras una serie de movilizaciones opositoras. La convocatoria, que contó con un gran número de adherentes en las principales ciudades del país, invitaba a manifestarse en plazas y monumentos históricos, teniendo como epicentro a la Plaza de Mayo de la Ciudad de Buenos Aires.

Capello—deberá acometer una racionalización del gasto corriente que permita bajar la presión impositiva, a la vez que elimina el déficit financiero y llevan a cabo reformas estructurales. Si la política lo permite” (2019, 11 de marzo). Al igual que en los años previos, las dicotomías “gradualismo-*shock*”, “decadencia-reformas estructurales” y “política-economía” servirán para estructurar el discurso de los expertos y hacerlo comunicable a los tomadores de decisión y a la opinión pública en general. Así pues, aunque se declare “neutral” e “independiente” ante la política, este discurso recurre al antagonismo en todo momento, contribuyendo a simplificar y polarizar las opciones disponibles incluso cuando pretende basarse en saberes expertos. Para Corbacho y Artana, las elecciones de 2019 ponían en disputa dos modelos de país: “Por un lado, si gana el kirchnerismo vamos para atrás, un modelo patrimonialista, cerrado, donde para los amigos es todo y para los enemigos la injusticia. Es decir, un país que vive de la renta, empleados públicos y corre el peligro de caer en la Venezuela de hace tres años” (Corbacho, 2019, 21 de febrero). Por otro lado, la continuidad del gobierno de Cambiemos permitiría “capitalizar el enorme esfuerzo realizado (...) e iniciar un camino de crecimiento basado en la inversión, las exportaciones y la productividad” (Artana, 2019, 8 de mayo).

## Conclusiones

La historia contemporánea de América Latina se encuentra signada por la constante reactualización de los proyectos neoliberales de libre mercado. A partir de los años 80’, tras la gradual retirada del autoritarismo en diferentes países de la región, dichos proyectos comenzaron a ser promovidos por actores identificados con valores y principios democráticos. Si bien este hecho obedece a razones históricas complejas y profundas, es necesario interrogar cómo el neoliberalismo opera en el marco de las democracias latinoamericanas, llegado a obtener la adhesión no sólo de las clases dirigentes, sino también de vastos sectores de la población a pesar de sus fracasos históricos manifiestos.

El presente capítulo se propuso contribuir al análisis de las formas de producción y difusión de las ideas neoliberales en la Argentina. El punto de partida ha sido el discurso de un conjunto de *think tanks* con larga trayectoria en el país, como es el caso de la Fundación Mediterránea (FM), la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) y el Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (CEMA), mientras que el período de estudio abarcó el gobierno de Cambiemos: una alianza política que se identifica con el neoliberalismo y que accedió al poder a través de mecanismos democráticos. El análisis se detuvo en una práctica ya señalada por las investigaciones previas: la intervención de los *think tanks* en la agenda pública como forma de orientar la toma de decisiones de gobierno. Para ello se consideró no sólo la prestación de conocimiento experto por parte de los *think tanks*, sino además las normas y valores que participan en la definición de sus agendas. Se trata de avanzar en la comprensión de los *think tanks* como dispositivos productores de sentido con capacidad de incidir en la opinión pública y condicionar los debates democráticos. En vistas a contribuir con el desarrollo de futuras investigaciones, aquí se presentan las siguientes conclusiones preliminares:

Entre fines de 2015 y principios de 2016, la FM, la FIEL y el CEMA intervinieron en la agenda pública aportando un “diagnóstico” sobre las condiciones de partida del gobierno de Cambiemos. Este diagnóstico otorga un lugar central a las políticas económicas del kirchnerismo, los cuales son definidas —en sintonía con los principales referentes de Cambiemos— como una “pesada herencia” compuesta por elevados niveles de déficit fiscal,

mecanismos de control del tipo de cambio y aislamiento del comercio internacional. El saber experto no se limita a brindar datos económicos, sino que se sirve de una grilla interpretativa generada a partir de la articulación entre las ideas neoliberales en boga y las concepciones procedentes del liberal-conservadorismo argentino. Así, el déficit fiscal es ubicado en el corazón de los problemas que atraviesa el país desde hace varias décadas —especialmente en lo que respecta a los altos índices de inflación— y que se habrían agudizado tras la salida del Plan de Convertibilidad en 2001. Los expertos recurren a las ideas neoliberales para relacionar el déficit con una mayor presencia del Estado en la economía, al tiempo que se apoyan en la tradición liberal-conservadora para definir al intervencionismo estatal como producto de las políticas “populistas” ensayadas en la región durante la segunda mitad del siglo XX y las primeras décadas del siglo XXI. En tal sentido, el déficit fiscal, la pesada herencia y el populismo serían los eslabones de una larga cadena de equivalencias que comprende 70 años de decadencia económica, política y social. El desafío de Cambiemos no consiste simplemente en suceder al gobierno anterior; antes bien, lo que Cambiemos recibe es nada más y nada menos que el peso de la historia argentina. Puesta en estos términos, toda medida de gobierno ha de ser drástica y profunda, hasta el punto mismo de adquirir dimensiones estructurales. El diagnóstico aportado por los *think tanks* tiene entonces un primer efecto sobre la construcción de sentido: magnificar la pesada herencia para hacer que las reformas se justifiquen por necesidad propia.

Habiendo sentido la necesidad de reformas, los *think tanks* introducen una discusión de larga data en la historia del neoliberalismo transnacional y con ciertas líneas de continuidad respecto al caso argentino, esto es: si las reformas en cuestión deben aplicarse gradualmente o de una sola vez, a la manera de una política de *shock*. A pesar de que los argumentos señalen la ineficacia del gradualismo y se inclinen por el *shock* como remedio definitivo ante la pesada herencia, no hay que tomar el debate como si se tratase de un mero artificio discursivo destinado a encubrir las verdaderas intenciones de los expertos. La dicotomía gradualismo-*shock* tiene un efecto en sí mismo, que consiste en hacer de toda política pública una medida necesariamente incompleta, creando la sensación de que siempre queda algo por hacer y de que todo fracaso no está directamente relacionado con los resultados obtenidos, sino con el grado de voluntad de los gobiernos para avanzar en las reformas pendientes. La evaluación de los expertos sobre las políticas implementadas por Cambiemos durante sus primeros meses de gobierno da cuenta de esta forma de producción de sentido. Al tildar las reformas de graduales, sin importar su magnitud ni sus consecuencias sociales y políticas, el discurso de los expertos desplaza la meta continuamente hacia adelante, como un horizonte que se aleja conforme el gobierno avanza hacia el mismo. Bajo estas condiciones, toda reforma puede ser más drástica y profunda, incluso cuando no produzca los resultados esperados por decisores y expertos. La permanente sospecha de gradualismo genera la necesidad de seguir avanzando a fuerza de golpes cada vez más duros. Lo cual conduce a un tercer y último punto:

Si las reformas no funcionan según lo esperado, si el *shock* agudiza la crisis en lugar de remediarla, es porque la política pone obstáculos al buen funcionamiento de la economía. Ante la definición de Artana del déficit fiscal como “madre de todas las batallas”, habría que preguntarse en qué consiste esa batalla y cuáles son los elementos en disputa. Así se vería que el problema del déficit, de la pesada herencia y de la decadencia tiene un solo origen: la política. “La clase política —sostiene Corbacho— es señalada como la principal causa de los problemas del país. Y coincido, la clase política no quiere crear las bases de un crecimiento sostenido, busca asegurar el horizonte de la próxima elección” (2019, 21 de febrero). Cuando el problema está en la política, la economía queda fuera de cualquier discusión y control democrático. El déficit fiscal, los controles de cambios, el aislamiento de los mercados son consecuencia de la demagogia de algunos líderes deseos de triunfar en las elecciones. Nada

se dice de otros problemas estructurales que aquejan a la sociedad argentina y que se encuentran íntimamente vinculados con los modelos económicos neoliberales, entre ellos, la enorme fuga de capitales,<sup>37</sup> la creciente concentración económica y la pérdida de poder adquisitivo por parte de los sectores asalariados. Las reformas estructurales propuestas por los *think tanks* se tornan decibles y pensables –vale decir, adquieren un sentido compartido tanto para expertos y gobernantes, como también para los gobernados– en función del antagonismo entre la política y la economía.

Sin embargo, de ahí no se desprende que la política y la economía sean dos elementos necesariamente excluyentes. Mientras que para los expertos el problema es la política y su supuesta irreductibilidad a la lógica de la economía, ésta sólo puede cobrar sentido gracias al antagonismo como lógica de la política. En otras palabras, todo proyecto económico es inevitablemente un proyecto político. Ello explica la profusa actividad que los *think tanks* neoliberales han desarrollado en la Argentina y en otros países de la región durante las últimas décadas, promoviendo ideas al estilo de un credo militante e interviniendo sin pausa en la definición de los temas de agenda pública. El análisis de tales prácticas permite comprender el modo en que los *think tanks* generan las bases locales de apoyo para la aplicación de reformas de carácter neoliberal. Al día de hoy, cuando varios países de la región atraviesan una fuerte disputa económica y política, queda por ver si esas bases permanecen intactas y hasta qué punto podrían contribuir al retorno en algunos casos, y la profundización en otros, del neoliberalismo en América Latina.

## Referencias

ABELSON, D. **Do think tanks matter?:** Assessing the impact of public policy institutes. Québec: McGill-Queen's University Press, 2009.

AGUILAR, P., GLOZMAN, M., GRONDONA, A.; HAIDAR, V. ¿Qué es un corpus? **Entramados y Perspectivas**, v. 4, n. 4, p. 35-64, 2014. Disponible em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/entramadosyperspectivas/article/view/527>.

ARTANA, D. El gradualismo pasa factura. **La Prensa**, 11 nov. 2016. Disponible em: <https://www.laprensa.com.ar/449749-El-gradualismo-pasa-la-factura.note.aspx>.

ARTANA, D. Gradualismo vs. *Shock*. Una discusión incompleta. **El Cronista**, 6 jun. 2015. Disponible em: <https://www.cronista.com/amp/columnistas/Gradualismo-vs-shock-una-discusion-incompleta-20150602-0048.html>.

ARTANA, D. La hora de las reformas estructurales. **La Prensa**, 9 dic. 2018. Disponible em: <https://www.laprensa.com.ar/471458-La-hora-de-las-reformas-estructurales.note.aspx>.

ARTANA, D. La política monetaria en la mira. **Indicadores de coyuntura**, v. 593, p. 4-5, dic. 2017. Disponible em: [http://www.fiel.org/publicaciones/IndicadoresCoyuntura//COYU\\_99\\_1513601369850.pdf](http://www.fiel.org/publicaciones/IndicadoresCoyuntura//COYU_99_1513601369850.pdf).

ARTANA, D. Las enseñanzas de la crisis. **La Prensa**, 9 sept. 2018. Disponible em: <https://www.laprensa.com.ar/467996-Las-enseñanzas-de-la-crisis.note.aspx>.

---

<sup>37</sup> De acuerdo con un informe elaborado por el Banco Central de la República Argentina (BCRA, 2020, mayo), durante el gobierno de Cambiemos la fuga de capitales superó los 86.000 millones de dólares. La etapa más aguda se registra a partir de la crisis financiera de mayo de 2018 y el posterior acuerdo entre el gobierno y el FMI, lo cual sugiere que parte del préstamo concedido fue utilizado para financiar esa fuga.

ARTANA, D. Y después de las elecciones, ¿qué? **El Economista**, 8 mayo 2019. Disponible em: <https://eleconomista.com.ar/politica/y-despues-elecciones-que-n24446>.

ÁVILA, J. ¿Gradualismo o *shock*? ¿O mejor instrumentar políticas irreversibles? **CEA Perspectivas** (UCEMA), mayo, 2018. Disponible em: <https://ucema.edu.ar/6/cea/perspectivas-avila-052018>.

ÁVILA, J. Macri tiene más traste que cabeza, pero creo que va a llegar a diciembre de 2023. **El Cronista**, 19 oct. 2018. Disponible em: <https://www.cronista.com/3dias/Jorge-vila-Macri-tiene-mas-traste-que-cabeza-creo-que-va-a-llegar-a-diciembre-de-2023-gobernando-20181019-0003.html>.

BCRA. **Mercado de cambios, deuda y formación de activos externos, 2015-2019**. Buenos Aires: BCRA, 2020.

BOHOSLAVSKY, E.; MORRESI, S. El partido PRO y el triunfo de la nueva derecha en Argentina. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, 2016. Disponible em: <https://doi.org/10.4000/alhim.5619>.

BOHOSLAVSKY, E.; MORRESI, S. Las derechas argentinas en el siglo XX: ensayo sobre su vínculo con la democracia. **Iberoamérica Global**, v. 4, n. 2, p. 17-48, 2011. Disponible em: <https://www.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2012/09/iberoamerica-global.pdf>.

BOHOSLAVSKY, E.; VICENTE, M. “Sino el espanto”. Temas, prácticas y alianzas de los anticomunismos de derecha en Argentina entre 1955 y 1966. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, v. 14, p. 1-18, 2014. Disponible em: <https://www.anuarioiha.fahce.unlp.edu.ar/article/view/IHAn14a11>.

BONEFELD, W. Freedom and the Strong State: On German Ordoliberalism. **New Political Economy**, v. 17, n. 5, p. 633-656, 2012. <https://doi.org/10.1080/13563467.2012.656082>

BOTTO, M. “*Think tanks* en América Latina: radiografía comparada de un nuevo actor político”. In: MENDIZÁBAL, E.; CORREA ASTE, N. (ed.). **Vínculos entre conocimiento y política: el rol de la investigación en el debate público en América Latina**. Lima: CIES / Universidad del Pacífico, 2011. p. 83-112.

BOUR, J. L. No hay margen para crecer sin reformas. **Indicadores de Coyuntura**, v. 607, p. 3, abr. 2019. Disponible em: [http://www.fiel.org/publicaciones/IndicadoresCoyuntura//COYU\\_99\\_1555433425189.pdf](http://www.fiel.org/publicaciones/IndicadoresCoyuntura//COYU_99_1555433425189.pdf).

BOUR, J. L. Es inevitable corregir el desorden fiscal. **La Nación**, 6 dic. 2015. Disponible em: [http://www.fiel.org/publicaciones/ArticulosDiario/ART\\_DIA\\_1449684698154.pdf](http://www.fiel.org/publicaciones/ArticulosDiario/ART_DIA_1449684698154.pdf).

CANELO, P. ¿Una nueva elite política? Perfil sociológico de los gabinetes iniciales de Cambiemos. **Estudios Sociales**, v. 60, n. 1, p. 143-182, 2021. <https://doi.org/10.14409/es.v60i1>

CAPELLO, M. La economía está a mitad de camino entre dos modelos. **El Economista**, 3 feb. 2017. Disponible em: <https://eleconomista.com.ar/economia/la-economia-esta-mitad-camino-dos-modelos-n11341>.

CAPELLO, M. Una economía floja para los votos, pero con mejor base para crecer. **Revista Novedades Económicas (IERAL-FM)**, v. 41, n. 976, p. 1-4, 11 mar. 2019. Disponible em: [https://www.ieral.org/images\\_db/noticias\\_archivos/3990-revistanovedades.pdf](https://www.ieral.org/images_db/noticias_archivos/3990-revistanovedades.pdf).

CIFRA-FLACSO. La naturaleza política y económica de la Alianza Cambiemos. **Documento de Trabajo**, n. 15, 1 febr. 2016. Disponible em: <http://www.centrocifra.org.ar/docs/La%20naturaleza%20politica%20y%20economica%20de%20la%20alianza%20C.pdf>.

CORBACHO, A. Cristina y sus lecciones de historia. **Clarín**, 31 ago. 2015. Disponible en: [https://www.clarin.com/opinion/alemania-nazismo-inflacion-democracia\\_0\\_ryWa6XKD7e.html](https://www.clarin.com/opinion/alemania-nazismo-inflacion-democracia_0_ryWa6XKD7e.html).

CORBACHO, A. La defensa de la democracia ante una pesada herencia. **Revista UCEMA**, v. 33, p. 11-12, mayo, 2017. Disponible en: [https://ucema.edu.ar/publicaciones/download/revista\\_ucema/revista\\_ucema33\\_may2017.pdf](https://ucema.edu.ar/publicaciones/download/revista_ucema/revista_ucema33_may2017.pdf).

CORBACHO, A. Massa, Lavagna y Urtubey comparten el pecado original del gobierno anterior. **iProfesional**, 21 feb. 2019. Disponible en: <https://www.iprofesional.com/politica/286809-peronismo-kirchnerismo-macri-Elecciones-Corbacho-explica-el-pecado-original-de-Massa-Lavagna-y-Urtubey>.

DELEUZE, G. **Foucault**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

DÓNOVAN, F. El Gobierno evalúa proyectos para bajar algunos impuestos. **La Nación**, 4 feb. 2017. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/economia/el-gobierno-evalua-proyectos-para-bajar-algunos-impuestos-nid1981745/>.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

FERNÁNDEZ, R. La post-verdad y el populismo van por la misma senda. **Cea Perspectivas**, mayo 2017. Disponible en: <https://ucema.edu.ar/6/cea/perspectivas-fernandez-052017>.

FISCHER, K.; PLEHWE, D. Redes de *think tanks* e intelectuales de derecha en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 245, p. 70-86, 2013. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/redes-de-think-tanks-e-intelectuales-de-derecha-en-america-latina/>.

FOUCAULT, M. **El uso de los placeres: historia de la sexualidad I**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Seuil; Gallimard, 2004. Cours ou Collège de France (1978-1979).

FRIEDMAN, M. **Libertad de elegir: hacia un nuevo liberalismo económico**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

GORDON, C. "Governmental rationality: an introduction". *In*: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (ed.). **The Foucault effect: studies in governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 1-51.

GRONDONA, A. Las voces del desierto. Aportes para una genealogía del neoliberalismo como racionalidad de gobierno en Argentina (1955-1975). **Revista del CCC**, v. 13, n. 5, p. 1-21, 2013. Disponible en: <https://www.centrocultural.coop/revista/13/las-voce-del-desierto-aportes-para-una-genealogia-del-neoliberalismo-como-racionalidad>.

Haidar, V. Batallando por la reactivación del liberalismo en la Argentina: la revista Ideas sobre la Libertad entre 1958 y 1976. **Sociohistórica**, v. 40, p. 1-26, 2017. <https://doi.org/10.24215/18521606e033>

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HEREDIA, M. "Los centros privados de expertise en economía: génesis, dinámica y continuidad de un nuevo actor político en la Argentina". *In*: MORRESI, S.; VOMMARO, G. (comp.). **Saber lo que se hace: expertos y política en Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2011. p. 297-338.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Harper Collins College Publishers, 1995.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020.

LACLAU, E. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **La nueva razón del mundo**: ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Gedisa, 2013.

MACRI, M. **Entrevista al presidente Mauricio Macri en el cierre del 54 Coloquio de IDEA en Mar del Plata**. Buenos Aires: Casa Rosada Presidencia, 22 oct. 2018. Disponible em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/conferencias/43945-entrevista-al-presidente-mauricio-macri-en-el-cierre-del-54-coloquio-de-idea-en-mar-del-plata>.

MATO, D. "Think tanks, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina". *In*: GRIMSON, A. (comp.). **Cultura y neoliberalismo**. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 19-42.

MÉNDEZ, P. M. El neoliberalismo argentino y sus antagonistas políticos: el caso de Álvaro Alsogaray. **Sociohistórica**, n. 51, e185, p.1-21, mar./ago. 2023.

MÉNDEZ, P. M. Foucault y la arqueología de la política: siguiendo las huellas de un método inconcluso. **Diánoia: Revista de Filosofía**, v. 65, n. 84, p. 81-109, 2020a. <https://doi.org/10.22201/iifs.18704913e.2020.84.1603>

MÉNDEZ, P. M. La función social de la empresa en el ordoliberalismo y la economía social de mercado: aportes para una conceptualización del neoliberalismo. **Economía y Política**, v. 7, n. 1, p. 63-93, 2020b. Disponible em: <http://www.economiaypolitica.cl/index.php/eyp/article/view/93>.

MÉNDEZ, P. M. Mirar el rostro de Medusa sin convertirse en piedra. Para una arqueo-genealogía del neoliberalismo. **Dorsal. Revista de Estudios Foucaultianos**, n. 8, p. 93-113, 2020c. <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3901150>

MÉNDEZ, P. M. Neoliberalismo y judicialización de la política: una genealogía posible: eestudios. **Filosofía Práctica e Historia de las ideas**, v. 20, p. 1-27, 2018. Disponible em: <http://qellqasqa.com.ar/ojs/index.php/estudios/article/view/245>.

MORENO, M. Think tanks en Chile: estilos y prácticas tecnocráticas en la formación de políticas. **Revista Enfoques. Ciencia Política y Administración Pública**, v. 8, n. 12, p. 103-125, 2010. Disponible em: <http://www.revistaenfoques.cl/index.php/revista-uno/article/view/155>.

MORRESI, S.; ARONSKIND, R. "Los expertos en economía y las ideas liberales". *In*: MORRESI, S.; VOMMARO, G. (comp.). **Saber lo que se hace**: expertos y política en Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2011. p. 375-419.

MORRESI, S.; VICENTE, M. El enemigo íntimo: usos del totalitarismo en el liberal-conservadurismo argentino entre dos peronismos (1955-1973). **Quinto Sol**, v. 21, p. 1-16, 2017. Disponible em: <https://doi.org/10.19137/qs.v21i1.1226>

MORRESI, S.; VOMMARO, G. Unidos y diversificados: la construcción del partido PRO en la CABA. **Revista SAAP**, v. 8, n. 2, p. 375-417, 2014. Disponible em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-19702014000200002](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702014000200002).

NÁLLIM, J. **Transformaciones y crisis del liberalismo**: su desarrollo en la Argentina en el período 1930-1955. Buenos Aires: Gedisa, 2014.

NAVAJAS, F. El 17-D: el despertar de la fuerza (del mercado). **Ámbito Financiero**, 21 dic. 2015. Disponible em: <https://www.ambito.com/edicion-imprensa/el-17-d-el-despertar-la-fuerza-del-mercado-n3920627>.

PESTRE, D. The production of knowledge between academies and markets: A historical reading of the book the new production of knowledge. **Science Technology and Society**, v. 5, n. 2, p. 169-181, 2000. <https://doi.org/10.1177/097172180000500202>

PLEHWE, D. Who Cares about excellence? Social sciences under think tank pressure. *In: HALVORSEN, T.; NYHAGEN, A. (ed.). Academic identities – academic challenges? American and European experience of the transformation of higher education and research.* Newcastle: Cambridge Scholars, 2011. p. 159-193.

PINILLA, J. Think tanks, saber experto y formación de agenda política en el Chile actual. **Polis. Revista Latinoamericana**, v. 11, n. 32, p. 119-140, 2012. Disponible em: <http://journals.openedition.org/polis/6521>.

PRYLUKA, P. F. ¿Shock o gradualismo? La influencia del caso chileno (1973-1982) sobre los debates económicos en el campo del liberalismo argentino durante la última dictadura (1976-1981). **Papeles de Trabajo**, v. 10 17, p. 208-234, 2016. Disponible em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/papdetrab/article/view/671>.

PURYEAR, J. **Thinking politics: intellectuals and democracy in Chile, 1973-1988.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

RHODES, S. Liberalismo emergente pero débil y frágil. **Revista Ucema**, n. 34, p. 12-13, sept. 2017. Disponible em: [https://ucema.edu.ar/publicaciones/download/revista\\_ucema/revista\\_ucema34\\_sep2017.pdf](https://ucema.edu.ar/publicaciones/download/revista_ucema/revista_ucema34_sep2017.pdf).

RODRÍGUEZ, S. La recuperación depende de la política. **Clarín**, 19 feb. 2017. Disponible em: [https://www.clarin.com/economia/carlos-rodriguez-recuperacion-depende-politica\\_0\\_By9f134Kx.html](https://www.clarin.com/economia/carlos-rodriguez-recuperacion-depende-politica_0_By9f134Kx.html).

RODRÍGUEZ, S. Si Argentina no hace un ajuste social y fiscal, no va para ningún lado. **Ámbito Financiero**, 28 sep. 2017. Disponible em: <https://www.ambito.com/economia/rodriguez-si-argentina-no-hace-un-ajuste-social-y-fiscal-no-va-ningun-lado-n3998677>.

STONE, D. **Capturing the political imagination: think tanks and the policy process.** London: Frank Cass, 1996.

STONE, D. Garbage cans, recycling bins or think-tanks? Three myths about policy institutes. **Public Administration**, v. 85, n. 2, p. 259-278, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2007.00649.x>

TANAKA, M.; BARRENECHEA, R.; MOREL, J. “La relación entre investigación y políticas públicas en América Latina: un análisis exploratorio”. *In: MENDIZÁBAL, E.; CORREA ASTE, N. (ed.). Vínculos entre conocimiento y política: el rol de la investigación en el debate público en América Latina.* Lima: CIES; Universidad del Pacífico, 2011. p. 37-83.

THOMPSON, A. **“Think tanks” en la Argentina: conocimiento, instituciones y política.** Buenos Aires: Cedes, 1994.

UÑA, G.; COGLIANDRO, G.; LABAQUI, J. **Políticas públicas y toma de decisiones: los think tanks en Argentina.** Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer, 2004.

UÑA, G.; LUPICA, C.; STRAZZA, L. Think tanks y pobreza en América Latina: el rol de los pensadores en el mercado de las políticas sociales en Argentina, Chile y México. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, v. 44, p. 225-266, 2009. Disponible em: <https://www.redalyc.org/pdf/3575/357533675008.pdf>.

VASCONCELOS, J. Del gradualismo al *shock*. **Ámbito Financiero**, 3 sep. 2017. Disponible em: <https://www.ambito.com/economia/del-gradualismo-al-shock-n4032571>.

VASCONCELOS, J. El gradualismo exaspera a analistas, pero aporta gobernabilidad. **La Voz**, 8 mayo 2017. Disponible em: <https://www.lavoz.com.ar/negocios/el-gradualismo-exaspera-analistas-pero-aporta-gobernabilidad/>.



VASCONCELOS, J. ¿Gradualismo o shock? Dejemos que la realidad opine. **Revista Novedades Económicas (IERAL-FM)**, v. 37, n. 818, p. 1-4, 30 mar. 2015. Disponible em: [https://www.ieral.org/images\\_db/noticias\\_archivos/818%20-%20JV%20300315.pdf](https://www.ieral.org/images_db/noticias_archivos/818%20-%20JV%20300315.pdf).

VASCONCELOS, J. La política, el principal problema de la economía. **Perfil**, 6 ago. 2016. Disponible em: <https://www.perfil.com/noticias/columnistas/la-politica-el-principal-problema-de-la-economia.phtml>.

VASCONCELOS, J. Una cuota de oxígeno para el gradualismo. **La Voz**, 29 feb. 2016. Disponible em: <https://www.lavoz.com.ar/negocios/una-cuota-de-oxigeno-para-el-gradualismo/>.

VENABLES, J. P. Hacia un concepto global de neoliberalización: un aporte periférico. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 24, n. 85, p. 306-322, 2019. Disponible em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/utopia/article/view/24397>.

VOMMARO, G. “Meterse en política”: la construcción de PRO y la renovación de la centroderecha argentina. **Nueva Sociedad**, n. 254, p. 58-72, 2014. Disponible em: <https://nuso.org/articulo/meterse-en-politica-la-construccion-de-pro-y-la-renovacion-de-la-centroderecha-argentina/>.

WACQUANT, L. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1469-8676.2011.00189.x>

## Reflexões sobre governamentalidades e violências a partir das (re)montagens da questão social nas margens

Fabiana A. A. Jardim

Neste capítulo,<sup>1</sup> nosso objetivo é refletir sobre os nexos entre modos de governo, arranjos de governamentalidade na América Latina e diferentes formas de violência –constitutivas do Estado, empreendidas por ele ou que contam com sua assinatura.<sup>2</sup> Além disso, sugerimos que, justamente dadas as dinâmicas específicas de violência aqui presentes, as práticas e políticas de memória assumem centralidade em processos de emancipação, luta por justiça e reparação, para além das ditaduras que marcam a história das democracias no continente. Trabalharemos a partir do exame das transformações nas maneiras de constituir a questão social em contextos fora do eixo euroatlântico, em seus nexos com os termos das problematizações<sup>3</sup> que emergiram da experiência colonial.

O texto está estruturado em duas seções e considerações finais, cujo caráter não é conclusivo e sim de abertura a novas interrogações. Na primeira seção, buscamos estabelecer algumas das noções e conceitos que nos servem de ferramentas de análise, tais como governo, governamentalidades e margens; também procuramos pensar de que maneiras experiências posicionadas diferencialmente no espaço e no tempo da colonização e da modernidade instigam a rever os nexos entre Estado, soberania e violência. Em seguida, procuramos desdobrar as consequências analíticas da discussão feita na primeira seção para propor uma grade de análise sobre a arquitetura estatal, levando em conta discussões sobre a questão social, isto é, as maneiras pelas quais o problema da solidariedade, da integração e da ordem se desdobrou em práticas de governo distintas ao longo do tempo, conforme a fundamental discussão empreendida por Robert Castel (1999), e sobre os diferentes regimes de regulação das fronteiras internas a Estados em territórios que sofreram violência colonial

---

<sup>1</sup> Este capítulo se desdobra de resultados da pesquisa “Dinâmicas cruzadas: as transformações da experiência de cidadania vistas das fronteiras do Estado Social” [Processo Fapesp 2015/07857-0]; além disso, se relaciona a diálogos férteis com o grupo de pesquisadores sob minha orientação e com estudantes de disciplinas oferecidas na graduação e na pós-graduação nos últimos anos. Uma primeira versão, bastante distinta, dos temas e questões aqui presentes foi discutida no *Seminário Internacional Três décadas de transformações na América Latina*, em junho de 2019; agradeço aos colegas de mesa e aos participantes pelo diálogo então estabelecido. Finalmente, o capítulo foi finalizado durante minha estada na Australian National University (ANU) no primeiro semestre de 2023, de modo que cabe agradecer tanto ao *College of Arts & Social Sciences* pelas condições de pesquisa e trabalho, quanto à CAPES, pela bolsa [Programa Professor Visitante no Exterior – Sênior/PrInt, Processo 88887.716018/2022-00].

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre o lugar da assinatura estatal no funcionamento do Estado, ver Das (2020a).

<sup>3</sup> Utilizamos *problematização* aqui no sentido proposto por Michel Foucault e sistematizado por Robert Castel (1994).

–regimes que podem ser melhor compreendidos e descritos a partir do uso de outras práticas de governo, para além daquelas vinculadas ao Social. Nas considerações finais, destacaremos alguns dos objetivos desse nosso exercício de pensamento, que se conectam a um esforço de longa duração na interpretação das aporias e desafios que interpelam nossa experiência no continente.

### **Governamentalidade, biopolítica e governo das margens**

Nesta seção, nosso intuito é explicitar de que modos a noção de governamentalidade, elaborada por Michel Foucault, tem constituído para nós uma ferramenta de trabalho no esforço de compreensão da experiência brasileira de Estado e de cidadania. Registraremos ainda algumas das maneiras pelas quais autores que se ocuparam em compreender as formações sociais em territórios também inscritos nas margens do espaço e do tempo da modernidade euroatlântica nos ajudam a nos mover para além da noção foucaultiana de biopolítica –tanto porque tomam em consideração outros arquivos quanto porque incorporam o debate realizado após a morte extemporânea de Foucault, em 1984, quando muitos dos processos que ele se dedicou a pensar ao introduzir tais ideias (governamentalidade e biopolítica), mal começavam a reconfigurar a paisagem da política e da subjetividade no Ocidente, notadamente a partir das práticas neoliberais.

Como é bem conhecido no campo dos estudos foucaultianos, a noção de governamentalidade é introduzida em um momento específico de sua trajetória de pensamento, às vezes considerado como ponto de virada ou ruptura (da genealogia do poder para uma genealogia da ética) e outras como um movimento de dobra, em que a compreensão do autor a respeito dos nexos que articulam sujeito, saber e verdade se aprofunda, levando-o a lançar mão de novas noções –como a de “governo”, que o acompanharia até seus últimos cursos no Collège de France– e a visitar outros arquivos, como ele faz no curso de 1980, *Do governo dos vivos* (2014), e no volume quatro da *História da sexualidade – As confissões da carne*,<sup>4</sup> em que se dedica a examinar a manifestação da verdade e do dizer-verdadeiro nas práticas confessionais do cristianismo primitivo. Ruptura ou dobra, o fato é que a noção é forjada no interior do constante trabalho empreendido por Foucault para se desembaraçar de ideias e noções, ainda que construídas por ele mesmo, evitando que a força do pensamento fosse travada pela dureza excessiva de conceitos e métodos.

A noção de “governamentalidade” aparece pela primeira vez no contexto do trabalho desenvolvido por Foucault entre 1976 e 1979, por vezes chamado de “intervalo biopolítico”. É possível sugerir que as noções de “biopolítica” e de “governamentalidade” integram os esforços do filósofo para deslocar a reflexão sobre o Estado em relação a enquadramentos teóricos, metodológicos e/ou normativos das ciências políticas e do Direito, a fim de constituir um conjunto de princípios de análise para uma macrofísica do poder.<sup>5</sup>

Não se trata aqui de reconstruir em detalhes como Foucault mobiliza a noção ao longo daqueles anos; apenas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, então, ele seguia as pistas sobre a expansão do governo como problema –questão de condução dos homens,

---

<sup>4</sup> Este livro, cuja edição foi estabelecida a partir do trabalho de Frédéric Gros, foi publicado postumamente, em 2018; foi traduzido para o português e editado no Brasil em 2020.

<sup>5</sup> Conforme explicitado pelo próprio Foucault (2008a, p. 157, p. ss).

das coisas, das crianças, da cidade, da saúde—, nos séculos XV e XVI, e sobre como essas distintas artes de governar se rearranjaram a partir de novas problematizações e práticas conectadas ao Estado (Foucault, 2008a). De fato, no curso de 1978, ele falará em uma governamentalização do Estado, isto é, no processo por meio do qual a heterogeneidade das artes e domínios de governo passa a ser articulada nos quadros estatais, algo possível devido à emergência de uma arte liberal de governo e seus efeitos sobre a razão de Estado e, indissociável desta, à emergência da figura da “população”, com seus fenômenos, padrões e modos específicos de regulação. A exemplo do que fizera com a questão da loucura, da sexualidade e da punição, a abordagem de Foucault nos oferece uma história do Estado a contrapelo, atenta a seus “começos baixos”, problemas concretos (frequentemente comezinhos) de regulação da vida, das circulações de coisas e homens, de gestão de fluxos de doenças e mercadorias. O Estado interessa a Foucault menos como instituição do que como superfície criada por rearranjos das práticas e tecnologias de poder que ele inicialmente nomeia como “governamentalidades”

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder, que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (2008a, p. 143).

A noção de governamentalidade vai permitir ao filósofo se endereçar aos arquivos sobre as epidemias, a regulação liberal da escassez, a polícia e à questão da “fobia de Estado” e, também, afirmar que, desde essa perspectiva, “[...] O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (2008b, p. 106).

Tal definição, tão frouxa quanto operacional, tem sido central para o desenvolvimento de nossas pesquisas a respeito da experiência da cidadania no Brasil,<sup>6</sup> na medida em que permite tomar um conjunto heterogêneo de práticas, com diferentes temporalidades e constituídas em diferentes níveis e espaços estatais, sem perder de vista certo efeito global, produzido por diagramas de governo historicamente enraizados. Quando pensada em diálogo com a literatura sobre cidadania e Estado de Bem-Estar, tal noção se revela potente para escapar da dimensão normativa que, muitas vezes, os dois termos assumem,<sup>7</sup> algo que se torna fundamental quando se trata de construir interpretações para além da “falta” ou “insuficiência” de Estado como chave explicativa para dilemas da cidadania brasileira.

No mesmo ano da publicação original dos dois cursos de Michel Foucault ligados à esta discussão, Veena Das e Deborah Poole publicavam seu volume sobre uma antropologia nas margens do Estado (Das; Poole, 2004), reunindo um conjunto de trabalhos etnográficos realizados em sociedades localizadas nas margens do mundo euroatlântico (na Ásia, América Central e do Sul e em África). Desde o início, as autoras chamam a atenção para o fato de que

[...] [u]ma antropologia das margens oferece uma perspectiva única para compreender o estado, não porque capture prática exóticas, mas porque sugere que tais margens são

<sup>6</sup> Mais especificamente, desde minha pesquisa de doutorado (Jardim, 2009); ver também Jardim (2018).

<sup>7</sup> Ver, como exemplo, a revisão realizada por Lavallo (2003). Para uma discussão mais específica sobre cidadania a partir dos estudos sobre governamentalidade, ver Procacci (2004).

uma implicação necessária do estado, assim como a exceção é componente indissociável da regra. (Das; Poole, 2004, p. 4).<sup>8</sup>

Ou seja, não se trata de assumir tais espaços como perspectiva na medida em que seriam espécies de contraponto ao Estado –territórios em que ele “não chegou” ou nos quais “se retrai” e “perde força” ao tentar garantir coesão e ordem–; trata-se, justamente, de sugerir que a articulação entre Estado e Ordem ou Estado e Razão não é óbvia, mesmo nos Estados do mundo euroatlântico. De fato, em determinados espaços do social, do político<sup>9</sup> e até mesmo da intimidade,<sup>10</sup> o Estado é frequentemente uma racionalidade entre outras, produzindo efeitos menos por sua presença burocraticamente organizada (isto é, sistemática, constante, impessoal) do que por sua dimensão fantasmagórica, em que sua assinatura e o rumor em seu entorno o colocam em operação (Das, 2020a).

Ao se referir aos fundamentos filosóficos de uma concepção de Estado que reivindica para si a legitimidade no uso ou na outorga dos usos da violência, Veena Das e Deborah Poole lembram que autores clássicos do pensamento político ocidental, tais como Thomas Hobbes, John Locke e Jacques Rousseau, não teorizaram abstratamente, e sim a partir de notícias e imagens sobre o continente americano, ou seja, “[...] a partir de um lugar real de selvageria e um lugar primordial idealizado”, o que “sugere que também nós deveríamos pensar as margens do estado –o ‘estado de natureza’ – como localizado nos espaços da linguagem e das práticas nos quais os lugares reais que garantiram o impulso à ideia de estado de natureza encontram as origens míticas ou filosóficas do Estado (Das; Poole, 2004, p. 8).

As autoras recuperam, portanto, o papel desempenhado pelo imaginário sobre as colônias na elaboração da reflexão sobre a formação do Estado, a natureza dos vínculos sociais e o papel estatal na regulação de tais vínculos, com especial ênfase sobre o lugar atribuído à violência. Tal observação, em conjunto com as diferentes etnografias que compõem o volume editado pelas autoras, visa ancorar as reflexões sobre Estado, soberania, estado de exceção, entre outras, em contextos concretos, isto é, em linguagens e práticas embebidas em formas de vida e, portanto, operando sempre de modo mais complexo e ambíguo do que se costuma pensar. Em suas margens, o Estado se mostra em sentido semelhante ao pensado por Michel Foucault: como efeito instável de racionalidades heterogêneas colocadas em jogo –sempre sob risco de fracasso, sempre confrontadas por outras lógicas (mais até do que por aquilo que se costuma compreender como “resistências”)– e, por isso mesmo, obrigadas a rearticulações que incidem sobre o próprio Estado.

Das e Poole tecem ainda um diálogo crítico com a noção de biopolítica, tal como discutida por Foucault e por Giorgio Agamben, ao apontar que

[...] Populações... podem existir apenas como entidades a serem administradas no imaginário estatal, mas os habitantes dessas margens não são objetos inertes: formas de governo, relações sociais em torno de diferentes zonas de experiência e gêneros culturais, no interior dos quais a linguagem adquire vida, geram modos de engajamento

---

<sup>8</sup> Todas as traduções são de minha responsabilidade.

<sup>9</sup> Examinando mais especificamente as formas de comunidade política para além dos conceitos forjados nas democracias ocidentais (nação, sociedade civil, cidadania), Partha Chatterjee também chamará a atenção para modos de subjetivação política que pouco tem a ver com a de cidadãos, propondo pensá-las como uma *política dos governados* (Chatterjee, 2008); voltaremos a isso na próxima seção.

<sup>10</sup> Cf. discutido por Das (2020a, 2020b).

no estado biopolítico aos quais não se pode chegar por meio de especulação metafísica.  
(Das; Poole, 2004, p. 27)

Ainda nesse mesmo início do século XXI, Achille Mbembe publicava artigo em que, ao revisitar a noção de biopolítica e de soberania, propunha pensar a partir de outros arquivos, de maneira a iluminar contextos nos quais o poder soberano de fazer morrer pode ser compreendido não como exceção ou tendo que se justificar frente ao imperativo de fazer viver que o orienta, mas desvelando o fato de que a noção de biopolítica foucaultiana foi produzida a partir de arquivos ligados a modos de governo orientados pela necessidade de exercer seu poder ao mesmo tempo em que preserva valores como autonomia e liberdade para os membros que compõem uma comunidade política em condição de igualdade formal; em tal contexto, há uma relação, portanto, entre a limitação do exercício do poder soberano e a soberania do indivíduo/cidadão.

Em ressonância com a discussão feita por Das e Poole a qual nos referimos, Mbembe apontará que são esses valores de proteção à vida daqueles e daquelas tidos como iguais que relegam o exercício efetivo do poder soberano de fazer morrer a um espaço restrito, ainda que potencialmente ampliado quando se coloca em cena o que Foucault nomeou como um racismo de Estado (1999). Mbembe, porém, enuncia que sua

[...] preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, *experiências contemporâneas de destruição humana* sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. (2016, p. 124, grifos meus).

Concordando com a conclusão de Foucault sobre o nexo indissociável entre o direito soberano de matar e o biopoder, Mbembe vai destacar que alguns acontecimentos contemporâneos –guerras e genocídios, por exemplo, esses *massacres burocraticamente organizados*, conforme o autor– incidem sobre as perguntas que devemos endereçar ao arquivo. Além disso, o autor sugere que há outras experiências que também podem nos ensinar sobre as relações entre terror e poder na modernidade ocidental: o arquivo das revoluções, francesa e comunista, consiste em um possível exemplo; outro seriam os regimes de segregação racial.<sup>11</sup> Mas Mbembe lembra também o terror que foi produzido nos processos de escravização e colonização, chamando atenção para as características de um espaço de exercício de poder soberano presente nas *plantations*, muito antes da constituição de guetos e campos.

---

<sup>11</sup> Lidando com arquivos distintos, Grégoire Chamayou vai traçar uma genealogia do *poder cinagético*, isto é, das práticas ligadas à caça –mais especificamente, em seu trabalho, práticas ligadas à caça de homens. Sua pesquisa demonstra que o exercício do poder, mesmo nas democracias ocidentais, não prescindiu do *fazer morrer*, ainda que tenha regulado as fronteiras do matar legítimo e ilegítimo, de forma muito mais porosa do que o direito criminal leva a crer. É interessante notar que, ao lidar com tal arquivo, Chamayou também traz outros elementos para pensar o poder pastoral, na medida em que a necessidade de proteger o rebanho embasa não somente a legitimidade de matar as ameaças que vem de fora, mas inclusive de matar aquelas ameaças internas –as ovelhas que colocam o rebanho em risco. Ver Chamayou (2014).

Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”. (2016, p. 132).

Se Das e Poole haviam recuperado as ancoragens concretas do pensamento político clássico, Mbembe irá trazer para a discussão o conjunto de práticas empreendidas pelo poder colonial, encarnado ou não em um Estado, cuja compreensão da população nativa –e, no caso das Américas, também da população formada por africanas e africanos escravizados e seus descendentes–, não passa pelo estatuto da igualdade ou da autonomia. Ao contrário, projetando sobre tais povos imagens de selvageria, primitivismo e/ou inferioridade, o poder colonial se organizará a partir da violência e a “pacificação” assumirá a forma de uma permanente guerra contra tudo o que resiste à reinscrição na linguagem e racionalidade do colonizador ou do Estado.

É interessante perceber como as diferenças culturais em termos de organização política serão lidas também como “atraso” e parte do problema, algo que não deixaria ao colonizador alternativa que não a de responder com violência.<sup>12</sup> Como ressalta Mbembe, conforme tal perspectiva,

[...] [a]s colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, *é impossível firmar a paz com eles*. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos –a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”. (Mbembe, 2016, p. 133, grifos nossos).

Ao propor a noção de necropolítica, Mbembe nos provoca, portanto, a pensar a partir de outros arquivos sobre o problema da soberania, mostrando que o exercício do poder soberano de fazer morrer ou deixar morrer permite recuperar a violência colonial como fundamento da história euroatlântica –não um passado deixado para trás (até porque constantemente atualizado por Estados contemporâneos), nem apenas exceção, mas práticas constitutivas da própria ideia de Europa e de Ocidente, de seus valores autoatribuídos, de suas democracias, de sua concepção de indivíduo e de cidadão.<sup>13</sup> Assim como Das e Poole descreviam, a partir das margens, o estado “... como lugar em que a biopolítica e a tanatopolítica são instituídas juntas” (2004, p. 25), Mbembe também desvela a indissociabilidade entre biopolítica e necropolítica, com implicações importantes para o estatuto da violência e da morte no interior dos diagramas políticos modernos.

<sup>12</sup> Tal aspecto do exercício do poder colonial –o de imputar a selvageria e a violência ao outro, justificando de antemão a sua própria violência ou, melhor dizendo, tornando suas próprias práticas ilegíveis enquanto violência (na medida em que sempre inscritas no trabalho civilizacional, progressista ou pacificador)– tem sido destacado por diferentes autoras. Ver Butler (2020), Dorlin (2020) e Azoulay (2019).

<sup>13</sup> Examinando os arquivos das práticas de governo assumidas pelo colonialismo de assentamento em relação a povos indígenas, Morgensen argumentará no mesmo sentido (2011, p. 59 e ss.).

Encaminhando-nos para o final desta seção, fazemos referência à discussão empreendida por Elizabeth Povinelli a respeito das formas de governo nas colônias de povoamento, bem como em relação às formações que ela nomeia como liberalismo tardio –aquelas que se constituíram a partir dos rearranjos estratégicos do liberalismo e do neoliberalismo frente aos desafios de legitimidade introduzidos pelas lutas anticoloniais e pelos novos movimentos sociais em meados do século XX, que desvelaram várias práticas de governo como “civilizacionismo paternalista ocidental” (Povinelli, 2010, p. 23).

A partir de um duradouro diálogo com Michel Foucault, em especial em torno de sua reflexão sobre as “três formações de poder” que compõem “o poder (liberal) moderno” –a soberania, a disciplina e o biopoder”–,<sup>14</sup> Povinelli vai desdobrar algumas noções, figuras e táticas para compreender mais especificamente quais são as formas de governo constituídas e em operação nos espaços das colônias de povoamento, como a Austrália (de fato, o Território do Norte da Austrália é onde a autora tem estabelecido interlocuções e relações importantes, desde meados dos anos 1980).

A antropóloga vem provocando a pensar em que medida os conceitos criados para conferir visibilidade a essas três diferentes formações de poder continuam afiados para o entendimento dos arranjos contemporâneos. De um lado, Povinelli aponta que “[...] a fórmula síntese de Foucault dessa transformação como uma forma de inversão do direito de fazer morrer e deixar viver para o poder de fazer viver e deixar morrer deveria ser modificada à luz do fato de que os estados contemporâneos fazem viver, deixam morrer e matam” (2024, p. 289).

De outro, busca mostrar como as três formações analisadas por Foucault, a despeito de suas distinções, assentam-se sobre certo pressuposto ontológico comum, justamente a possibilidade de definir como Vida as formas de existência marcadas pelos ciclos de nascimento–crescimento–reprodução– morte. É interessante notar que, em sua discussão sobre a biopolítica, Foucault se refere ao fato de que o exame dos fenômenos de população fizera incidir uma diferença sobre o horizonte temporal da tática de governo, na medida em que tais fenômenos só são visíveis coletivamente e ao longo de um determinado intervalo de tempo –o que demanda constância de observação e vigilância, que propiciam o acúmulo de dados necessários ao delineamento de certas características, padrões e tendências no que se refere aos fatos da Vida, à sua distribuição, sua dinâmica, suas transformações. Ao propor pensar a formação de poder mais presente no liberalismo tardio, que segue sendo desafiado pela emergência do acontecimento Antropoceno,<sup>15</sup> Elizabeth Povinelli também destaca o deslocamento da duração/temporalidade provocado pelas problematizações introduzidas pelos diferentes fenômenos que constituem a crise climática: ao examinar as eras geológicas e construir a hipótese da ação humana ter inaugurado uma era própria, catastrófica, lida-se também com a emergência e extinção de diferentes espécies e produz-se um novo golpe no Humanismo e nas ideias de Civilização e Progresso, confrontados com a realidade de uma Terra muito anterior ao Homem e a perspectiva de uma Terra que poderá sobreviver à espécie humana.<sup>16</sup> Por tudo isso, para Povinelli, “a análise do biopoder (população) nas

---

<sup>14</sup> Povinelli, 2013, p. 11.

<sup>15</sup> Deste acontecimento, ainda em processo, fazem parte as disputas por sua nomeação, que envolvem a demarcação geo-estratográfica de acontecimentos que a ele deram origem e a enunciação das conexões de responsabilidade, como nas alternativas Capitaloceno, Plantationoceno ou mesmo Chthuluceno, conforme a provocação de Donna Haraway (2016). Longe de se tratar de mera semântica, a inscrição do marco inicial dos processos que nos trouxeram até o presente se vincula também às novas formas de lutas anticoloniais e contra a arquitetura global forjada pelo colonialismo. A este respeito, ver também Mignolo (2018).

<sup>16</sup> Ver Chakrabarty (2013).



colônias de povoamento precisa pressionar o rompimento entre o geológico/mineral existente (matéria) e a vida biológica” (Povinelli, 2013, p. 15), algo que ela procura fazer ao introduzir a noção de geontopoder.

Reconhecendo que as práticas que conferem densidade à noção são melhor reconhecíveis nos territórios nos quais sua pressão sobre formas de existência e de vida são mais sentidas, Povinelli nos diz que

O modo mais simples de esboçar a diferença entre geontopoder e biopoder é que o primeiro não opera por meio do governo da vida e das táticas da morte, mas, ao contrário, consiste em um conjunto de discursos, afetos e táticas utilizadas no liberalismo tardio para manter e moldar as relações vindouras da distinção entre Vida e Não-Vida. (2024, p. 281-2).

A hipótese central da autora é que, nas formações do liberalismo tardio, com suas táticas específicas de governo das diferenças e dos mercados, a distinção entre Vida e Não-Vida que constituía o pressuposto ontológico forjado no colonialismo e reiterado no capitalismo, encontra-se em crise, aprofundada pelas práticas que emergem com a ideia de Antropoceno ou catástrofe climática e, também, pelas novas práticas e imaginários de segurança após o 11 de setembro estadunidense. Povinelli ressalta ainda que não se trata de uma nova formação de poder, mas de uma certa linhagem de práticas de governo que, dadas as crises e reconfigurações estratégicas das governamentalidades contemporâneas e do próprio geontopoder, mostra-se central se quisermos compreender o presente.

A crítica de Elizabeth Povinelli não se dirige, portanto, a supostos limites intrínsecos à noção de biopolítica e sim aos modos com que o pensamento crítico mobiliza tal noção, que nos faz perder parte de seu gume enquanto ferramenta de análise. Ao forjar a noção de geontopoder, Povinelli procura incorporar às análises os diferentes desdobramentos – políticos, sociológicos, estéticos, epistemológicos – que as transformações ocorridas nos últimos 60 anos tiveram sobre as formações modernas de saber-poder, coetâneas e constitutivas do processo colonial: da Biologia às Ciências Sociais, da Arqueologia à História.<sup>17</sup>

Estendendo a contribuição foucaultiana, os autores aqui mobilizados nos conferem pistas fundamentais para avaliar o que ganhamos quando “...a biopolítica é lida a partir de uma história global distinta –quando a biopolítica ganha uma geografia social diferente” (Povinelli, 2024, p. 281).

---

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, a discussão feita por Nicholas Mirzoeff (2018).

## Estado, margens e fronteiras: questão social, cidadania e estratos do tempo

Na seção anterior, procuramos forjar as ferramentas de análise para o exame da formação de certa arquitetura estatal no mundo euroatlântico e em “outros” mundos em sua relação com a violência –uma distinção meramente analítica dado que, como viemos discutindo, não é possível dissociar tais práticas de poder e de governo das geografias e temporalidades produzidas pelas diferentes encarnações do colonialismo. Nosso objetivo central nesta seção é desdobrar de modo consequente a perspectiva da governamentalidade e da biopolítica –alargadas pelo acúmulo de debates– para a compreensão dos nexos entre Estado, violência e cidadania no contexto latino-americano.

Para tanto, comecemos examinando o lugar da *questão social* para a constituição dos direitos de cidadania que nomeamos como sociais, chamando a atenção para um aspecto destacado por T. H. Marshall (ainda que muitas vezes esquecido): o Estado de Bem-Estar consiste no equilíbrio mais ou menos frágil entre o individualismo, o mercado e a sociedade de classes liberais e o reconhecimento público de que, aos membros de uma determinada comunidade política e nacional, devem ser garantidos –pela coletividade e/ou pela ação estatal– um conjunto de direitos mínimos, básicos, que conferem concretude a seu *status* de cidadãos a despeito das desigualdades de fato que caracterizam uma dada sociedade (Marshall, 1967 [1950]). A cidadania, assim, constitui-se de arranjos política e historicamente possíveis e não tem como resultado necessário a diminuição das distâncias entre as classes sociais pois, como afirma Marshall ao examinar a trajetória dos direitos na Inglaterra, os direitos de cidadania podem tanto alterar de modo mais radical a paisagem das hierarquias sociais quanto simplesmente melhorar bastante a vida daqueles que se encontram nas piores posições: afinal, a definição sobre o conteúdo dos direitos mínimos é um efeito de sensibilidades públicas e do grau de porosidade das instituições políticas a elas –porosidade frequentemente dependente da distribuição dos direitos civis e políticos.<sup>18</sup> A cidadania, como o Estado, é sempre o efeito cambiante de racionalidades e sensibilidades múltiplas. Mas que racionalidades e sensibilidades são essas?

Robert Castel, em seu livro clássico *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, nos oferece uma detalhada análise sobre os processos históricos em que emergiram as problematizações e práticas que deram contornos à questão social na França ao longo do tempo. Vale lembrar a definição oferecida por ele, tão sintética quanto produtiva: “A ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (Castel, 1999 [1995], p. 30).

Na perspectiva adotada pelo autor, a questão social consiste nos modos com que, a partir de certos fenômenos ou acontecimentos, a natureza dos laços em uma dada sociedade é interrogada. A cidadania social ganha densidade, assim, a partir de técnicas e instituições envolvidas no enfrentamento das ameaças à solidariedade e à ordem sociais, advindas de dinâmicas ordinárias, transformações ou crises que colocam em cena as dificuldades de conciliação entre o indivíduo soberano e a interdependência.

---

<sup>18</sup> Comentando a interpretação clássica de T. H. Marshall a partir de uma grade de análise da governamentalidade, Giovanna Procacci destaca que “[...] a cidadania social aponta para uma dificuldade no governo dos cidadãos, devido ao fato de que os direitos civis e políticos *são universais apenas potencialmente*: de fato, eles são incapazes de atacar a estrutura das desigualdades e deixam espaço para que estas bloqueiem a generalização do status de cidadania” (2004, p. 349, grifos nossos).

Ainda que as respostas a ela sejam enunciadas na linguagem dos direitos, a questão social está conectada a práticas de governo e controle vistas como fundamentais à sociedade moderna. Como apontado por Giovanna Procacci, “a cidadania não pode ser separada das práticas de governo que a organizam e das formas de subjetividade correspondentes a elas” (2004, p. 342).

A cuidadosa reconstituição da trajetória da questão social na França, empreendida por Castel, resulta em uma genealogia da condição do assalariamento formal –uma tecnologia disciplinar e securitária–, fundamental para a conformação do mercado de trabalho livre, de subjetivações ligadas a essa forma de compra e venda do trabalho e de modos de regulação dos novos riscos –aos indivíduos e à coletividade– derivados da destruição dos laços que até então compunham a trama do social.

Robert Castel destaca que os efeitos da constituição do mercado de trabalho (isto é, do novo estatuto do trabalhador como alguém que deve vender sua força de trabalho em um mercado) atingiram sobretudo aqueles com menor qualificação, os mais vulneráveis no momento das transformações, obrigados, portanto, a realizar as piores tarefas. Castel observa então que o desafio para essa racionalidade liberal consistia em garantir que os trabalhadores se submetessem às regras de tal mercado sem dispor dos meios de violência utilizados justamente nos espaços coloniais:

[...] Privadas de escravos, pelo menos em suas metrópoles, e também do equivalente de reservas de índios onde se abastecer de mão-de-obra, as sociedades do Ocidente, cristãs além do mais, tiveram que resolver um problema difícil: encontrar e mobilizar trabalhadores para certos tipos de tarefas que ninguém aceitaria, se pudesse fazer outra coisa ou não fazer absolutamente nada. (1999 [1995], p. 207).

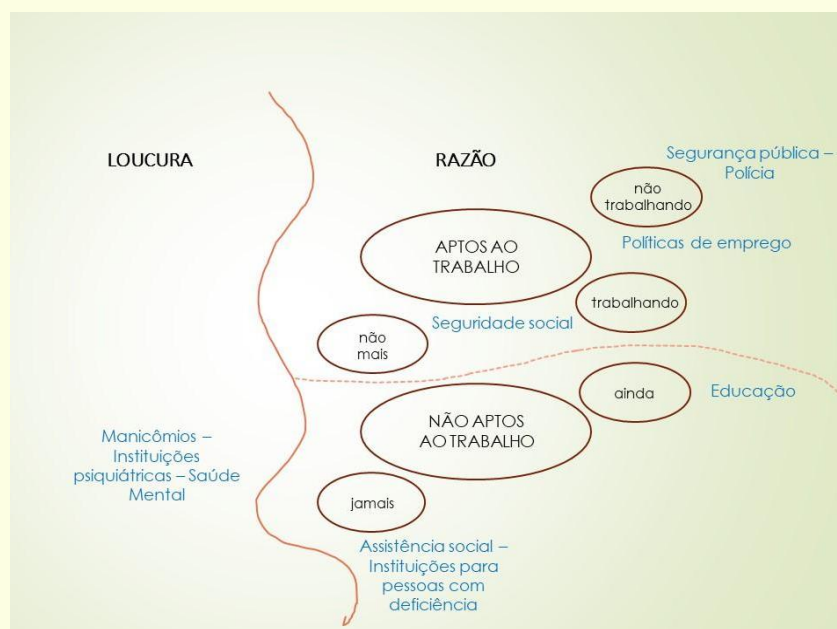
A generalização do assalariamento formal, portanto, resultou de um trabalho de pensamento e imaginação política para responder à questão social colocada pelas novas características da pobreza urbana e pelas tensões sociais entre o final do século XIX e início do século XX; também foi fruto de um trabalho de investimento sobre os corpos e subjetividades daquelas parcelas da população cuja experiência laboral se dava justamente nos espaços “que ninguém aceitaria”, bem como da resistência a tais investimentos, em diferentes escalas e modos de manifestação. O trabalho de Castel pode ser conectado aqui ao de Michel Foucault (1987), ao discutir o dispositivo disciplinar enquanto técnicas adequadas à gestão da multiplicidade em uma sociedade de base igualitária: a disciplina e a biopolítica integram, assim, um conjunto de práticas aquém da lei, que regulam e controlam sem colocar em xeque a liberdade individual ou o estatuto jurídico de cidadãos. Chamamos a atenção para tal aspecto porque ele enuncia, mais uma vez, a indissociabilidade entre as tecnologias de governo liberais no mundo euroatlântico e o estatuto daqueles e daquelas a serem governados.

Em artigo escrito por ocasião da efeméride dos 50 anos de publicação da História da loucura, Guillaume Le Blanc (2013) –que tem se dedicado longamente à análise das vulnerabilidades– provoca a pensar que a atualidade do livro pode ser melhor apreendida se nos dispusermos a ler tal obra como uma história da pobreza. Recuperando a argumentação realizada por Foucault, Le Blanc inscreve a separação entre loucura e Razão em uma série de gestos que vão distinguir analiticamente o que até então parecia um único bloco constituído pelos pobres, circulando entre instituições de encerramento, punição e práticas de caridade. Afirma o autor,

[...] O que Foucault assim analisa é o deslocamento do pobre como indivíduo em proveito de uma relação (que é ao mesmo tempo uma relação de saber e de poder) entre pobreza e população. Mas então, o que se indicia nesse deslocamento do pobre é *uma nova realidade social que constrói um continuum que vai do pobre sem emprego, mas empregável, ao pobre empregado*, e é essa nova realidade social que Foucault designa sob o termo ‘população’ colocando-a em relação ao fenômeno da pobreza. (2013, p. 181, grifos nossos).

Não foi apenas a distinção entre loucura e Razão que se tornou possível a partir da “Grande internação”: outras tantas divisões foram sendo operadas, dando origem a diferentes modos de regulação nos novos domínios de saber-poder (a medicina, a assistência, a punição, por exemplo) que, mais tarde, seriam articulados em quadros burocráticos-estatais. Ainda que se trate de compreender como as cisões no interior da população constituíram diferentes paisagens sociais e econômicas em cada país, é importante não perder de vista algo enunciado por Le Blanc e também por Robert Castel, já no momento da crise desses arranjos (nos anos 1990): as fronteiras entre os diversos estatutos possíveis foram imaginadas como relativamente porosas, isto é, menos que posições estanques, elas também foram um efeito das práticas de regulação dos trânsitos, individuais ou coletivos –práticas centrais para uma sociedade de classes, necessariamente “aberta” à soberana agência de seus membros. A “população”, enquanto figura de governo distinta do Povo, esteve assim marcada por uma série de cortes e distinções, cujos domínios se articulam às regiões do Estado pelas quais cada parcela da população deveria circular –assim, figuras e práticas conectadas ao que se configurou como cidadania social se ligam à estrutura do próprio Estado de Bem-Estar (figura 1).<sup>19</sup>

Figura 1 – Figuras de saber/poder e regiões do Estado de Bem-Estar



Fonte: Elaboração própria, a partir de R. Castel (1999[1995]); G. Le Blanc (2013).

<sup>19</sup> Como lembra Elizabeth Povinelli, referindo-se às análises de Foucault em seu curso *Segurança, Território e População*, “[...] O povo pode ser o fundamento ideológico da diferença liberal democrática, mas, de um ponto de vista analítico, a gestão da população era a fonte fundadora de sua legitimidade e razão” (2013, p. 11).

Embora muito esquemática, a figura 1 nos auxilia a conferir melhor visibilidade aos modos com que disciplina e biopolítica se articulam em tal arranjo de governamentalidades, notadamente a partir da segunda metade do século XX: a passagem por essas “fronteiras internas”<sup>20</sup> é operada por diferentes instituições disciplinares que, ao mesmo tempo em que investem sobre os indivíduos, classificando-os, habilitando-os ou não a passar para outros territórios estatais, acumulam informações e dados que tornam possível a dissociação entre a expressão individual de certos fenômenos e sua expressão coletiva. Assim, por exemplo, há os pobres e a pobreza; os desempregados e o desemprego; os estudantes fracassados e o fracasso escolar; os criminosos e o crime...<sup>21</sup> E os modos de intervenção sobre cada uma dessas facetas de problematizações que emergem em um terreno comum serão também distintos –se os pobres podem ser atendidos a partir de medidas de assistência individual no quadro das práticas de bem-estar a pobreza deve ser enfrentada tendo em vista uma temporalidade mais longa, mobilizando tanto a estrutura de oportunidades (de estudo, trabalho) quanto a relação entre as gerações; se os desempregados podem ser atendidos a partir de seguros, qualificação profissional e mediação para que encontrem um novo posto, o desemprego requer um trabalho tanto sobre a oferta de força de trabalho quanto sobre a demanda;<sup>22</sup> se o estudante fracassado demanda atenção, atividades de recuperação e formas de apoio, o fracasso escolar exige intervenções mais sistêmicas, como reformas curriculares, diagnósticos e encaminhamentos para formas específicas de atendimento, além de controles para garantia do fluxo ideal e, portanto, da manutenção da taxa adequada de idade-série; se o criminoso pode ser gerido a partir da vigilância e do encarceramento, o crime –cada tipo de crime– precisará ser administrado de outras formas, com investimentos em vigilância, prevenção, legislação.<sup>23</sup> Cada eixo de problematização e suas figuras se conecta a modos de repartir responsabilidades individuais e coletivas.<sup>24</sup>

A figura 1 visa ilustrar, assim, como essas regiões vastas do Estado Social conformam certa paisagem, povoada de instituições e atores posicionados em diferentes níveis e escalas, o que nos ajuda conferir materialidade à discussão feita na primeira seção, sobre o Estado como “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas”, por vezes mesmo quando estamos falando do que se passa em uma mesma “região” (Das; Poole, 2004) também (Fassin *et al.* 2015). A figura também nos ajuda a visualizar como as práticas reunidas sob o Estado se orientam por horizontes temporais múltiplos, algo nem sempre palpável para aqueles e aquelas que são tocados pelas práticas estatais, em especial as que se ligam aos direitos de cidadania.

---

<sup>20</sup> Faço referência aqui ao conceito proposto por Etienne Balibar ao longo de sua obra, tal como recuperado na discussão de Ann Laura Stoler (2020, 2022).

<sup>21</sup> Recuperando a trajetória de três figuras ligadas à questão social no contexto francês, estadunidense e latino-americano, e referindo-se mais especificamente à pobreza como problema que vai ser a cada vez e a cada contexto elaborado de modos distintos, Didier Fassin comenta a ambiguidade das figuras da *exclusão*, da *underclass* e da *marginalidade* em seus usos públicos: “... serve para denunciar às vezes a pobreza, outras vezes os pobres” (1996, p. 70).

<sup>22</sup> Explorei os efeitos da distinção entre a expressão disciplinar da ausência de trabalho, *o desempregado*, de sua expressão biopolítica, *o desemprego*, em minha tese de doutorado (Jardim, 2009).

<sup>23</sup> É importante destacar que nos referimos aqui às práticas mais comumente mobilizadas no quadro do Estado de Bem-Estar, em especial nos países em que assumiu uma forma social-democrata (conforme a tipologia de Esping-Andersen, 1991).

<sup>24</sup> A distribuição entre responsabilidades individuais e coletivas e seu equilíbrio distinto em cada contexto nacional é objeto de análise de Esping-Andersen (1991), Fassin (1996) e Kowarick (2009).

Ao analisar a crise da sociedade salarial nos anos 1990, Robert Castel comenta o desencontro entre a lógica previdenciária ligada ao assalariamento formal e, mais do que isso, à perspectiva da integração social pela via do assalariamento formal (contrato de trabalho de tempo integral e por tempo indeterminado) –um horizonte razoável, dada a sustentação de três décadas de crescimento econômico na França, que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial– e as apostas individuais em tais promessas:

Em suma, um contrato por tempo indeterminado é um contrato que dura... enquanto não for interrompido. [...] Isso não impediu que a maior parte dos assalariados, durante os anos de crescimento, vivesse sua relação com o emprego através da certeza de controlar o futuro e fizesse escolhas que engajavam esse futuro, como o investimento nos bens duráveis, os empréstimos para construção etc. Depois da mudança de conjuntura, o endividamento vai representar uma espécie de herança perversa dos anos de crescimento, suscetível de fazer numerosos assalariados caírem na precariedade. Porém, pode-se dizer que antes disso já estavam, sem saber, virtualmente vulneráveis: *seu destino estava concretamente ligado à busca de um progresso do qual não controlavam nenhum dos parâmetros.* (Castel, 1999[1995], p. 503, grifos nossos).

Até aqui, buscamos descrever de modo esquemático a arquitetura do Estado ligada a arranjos de governamentalidades liberais, atravessados pelas práticas que emergiram da questão social; estamos tratando, assim, de certo modo de interpretar o Estado de Bem-Estar, reconhecendo sua contingência em relação a forças sociais, sensibilidades e imaginação política para traduzir fenômenos e acontecimentos em práticas capazes de “conjurar os riscos” de uma fratura social que tornaria a vida em comum impossível. O Estado de Bem-Estar aparece aqui como efeito de práticas que procuram regular os conflitos sociais sem recorrer à violência, articulando técnicas disciplinares e biopolíticas, constituídas a partir de modos específicos de pensar a natureza dos laços sociais e de distribuir responsabilidades entre os atores, inclusive o Estado, e suas diferentes posições no interior da paisagem configurada. E o trabalho assalariado aparece como ponto nodal na trama de fronteiras e passagens, uma vez que é a partir dele que se estruturam as identidades e subjetividades dispostas em diferentes regiões do Estado.

Argumentamos que esta é uma montagem da questão social indissociável do estatuto atribuído àqueles e àquelas que serão objeto de governo –nesse caso, não apenas governados, mas também cidadãos.<sup>25</sup> Se tal argumentação faz sentido, e se na seção anterior procuramos refletir sobre outros modos de governo e de poder conectados a problematizações que não envolvem apenas grupos ou populações a quem se reconhece o estatuto da soberania ou da cidadania, é preciso extrair as consequências analíticas para o exame das arquiteturas estatais em territórios marcados diretamente pela violência colonial.

Examinando criticamente os repertórios de interpretação sobre as desigualdades sociais e regionais, em sua conexão com formas de classificação social, Aníbal Quijano nos lembra dos processos históricos e trajetórias epistêmicas marcados pela colonialidade que resultaram em arranjos distintos de exploração/dominação nas “periferias” do “eurocentro” (Quijano,

---

<sup>25</sup> Em relação a essa não coincidência completa entre governados e cidadãos, Giovanna Procacci comenta que “[...] Do ponto de vista das estratégias governamentais, o regime de cidadania descreve as diferentes maneiras pelas quais as pessoas são governadas –isto é, ao mesmo tempo sua identidade enquanto sujeitos e as ações de poder às quais estão expostas. Não existe algo como o cidadão; existem apenas as figuras específicas correspondentes a diferentes regimes de cidadania: o cidadão é uma personagem histórica, uma criação social [...]” (Procacci, 2004, p. 347).

2011).<sup>26</sup> Uma primeira consequência de tal diferença se conecta às posições ocupadas pelo trabalho na exploração e por raça e gênero na dominação: “A partir da América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, as pessoas se classificam e são classificadas conforme três linhas diferentes, mas articuladas em uma estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero” (Quijano, 2011, p. 23).

Um dos pontos destacados por Quijano se refere à não generalização da forma do assalariamento formal na América Latina –embora seu argumento seja válido também para outras geografias.<sup>27</sup> Apontando que classe e trabalho assalariado assumiram centralidade em contextos em que houve certa democratização política e de propriedade, possibilitando também relativa homogeneização da identidade nacional, o autor destaca que nos países latino-americanos, em especial naqueles em que houve ampla dependência da escravização de africanos e seus descendentes, os processos de identificação e diferenciação tiveram raça e gênero como eixos fundamentais para a classificação social e distribuição de posições. Quijano afirma que, em tais países,

[...] a pequena minoria branca no controle dos Estados independentes e das sociedades coloniais não podia ter tido nem sentido nenhum interesse social comum com os índios, negros e mestiços. Ao contrário, seus interesses sociais eram explicitamente antagônicos com relação aos dos servos índios e os escravos negros, dado que seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes. De modo que não havia nenhum terreno de interesses comuns entre brancos e não brancos, e, conseqüentemente, nenhum interesse nacional comum a todos eles. (Quijano, 2005, p. 134).

Na ausência de forças sociais e de imaginações políticas que atuassem a partir de lógicas de integração nacional e econômica capazes de alcançar amplas parcelas da população, grande parte dos estados nacionais que se configuraram no continente, notadamente na ibero-américa, caracterizaram-se pela constante instabilidade dos arranjos de poder e das conformações de classe. Na interpretação de Quijano, as classes sociais em tais formações nacionais “[...] são heterogêneas, descontínuas, conflitivas. E estão articuladas também de modo heterogêneo, descontínuo e conflitivo” (2011, p. 23). Embora o autor reconheça a possibilidade de que identidades coletivas emergjam das dinâmicas de luta e resistência, a volatilidade das identificações e os obstáculos a que certos arranjos durem no tempo dificultam a elaboração de comunidades políticas com capacidade para produzir alterações estruturais a partir de linguagens de emancipação enraizadas em contextos históricos nacionais.

Reafirmando a centralidade da raça nas formas de classificação social em tais contextos, Quijano retoma a diferença dos processos de racionalização e significação social do trabalho:

---

<sup>26</sup> A discussão sobre colonialidade do saber/poder tem lugar no continente latino-americano ao longo dos anos 1990, reunindo intelectuais como Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gomez, Walter Mignolo, Edgardo Lander, Silvia Cusicanqui, Rita Laura Segato. Tal conceito deu lugar não apenas a um vivo debate nas ciências sociais, como se desdobrou em projetos críticos e políticos decoloniais, com ampla circulação em arenas públicas e em diferentes campos disciplinares.

<sup>27</sup> Vale lembrar que Aníbal Quijano, sociólogo peruano, esteve engajado em outro momento fértil do pensamento social latino-americano –o debate sobre marginalidade que, entre outras preocupações, buscava decifrar o enigma da persistência de amplas parcelas da população vivendo às margens das cidades, da política e do trabalho formal, a despeito de um ciclo de crescimento econômico e modernização da estrutura produtiva no continente. Para um balanço desse debate, ver Delfino (2012).

No centro (“eurocentro”), a forma dominante, não apenas estruturalmente, mas também, no longo prazo, demograficamente, da relação capital-trabalho, foi salarial. Isto é, a relação salarial foi, principalmente, “branca”. Na “periferia colonial”, ao contrário, a relação salarial foi com o tempo *estruturalmente dominante*, mas sempre *minoritária na demografia, como em tudo o mais*, enquanto as mais extensas e setorialmente dominantes foram todas as outras formas de exploração do trabalho: escravidão, servidão, produção mercantil simples, reciprocidade. Mas todas elas estiveram, desde o ponto de partida, articuladas sob o domínio do capital e seu benefício. (Quijano, 2011, p. 29, grifos nossos).

Pensando as dinâmicas da colonialidade na América Latina, Aníbal Quijano nos fornece algumas pistas para interrogar os termos da questão social no continente. Destaco três pontos de sua argumentação: em primeiro lugar, seu reconhecimento de que nas colônias de exploração, como as que se constituíram na ibero-américa, desenvolveram-se práticas de governo tanto de indígenas quanto de escravizados (africanos, “convertidos” em negros no novo sistema-mundo inaugurado pela invasão das Américas) que, mesmo quando dos processos de independência e conformação de estados-nacionais, não chegaram a ser completamente abandonadas, resultando em formas de classificação social –e, por consequência, de montagens da questão social– que mobilizam de forma complexa classe, raça e gênero; em segundo lugar, sua distinção analítica entre o assalariamento como estrutura e como realidade demográfica, o que nos permite refletir sobre os desencontros entre as estruturas políticas e jurídicas de regulação do trabalho e a pluralidade de formas e relações que frequentemente ficaram subsumidas sob o signo da informalidade; finalmente, sua observação a respeito da precariedade dos arranjos –econômicos, políticos e/ou simbólicos– que conferem a tais sociedades um alto grau de conflitividade.

Em contribuição a um volume dedicado ao exame de governamentalidades no sul da Ásia (Legg; Heath, 2018), Partha Chatterjee se interroga sobre o que encontramos ao utilizar a noção foucaultiana “quando tentamos traçar algo similar ao processo de emergência do estado moderno em partes do mundo não-europeias” (2018, p. 37); ao mencionar historiadores engajados na construção de tais genealogias no sul da Ásia, Chatterjee sugere que seu trabalho tem apontado para “as possibilidades produtivas de pensar *com e contra Foucault?*” (2018, p. 37, grifos nossos).

Para explorar tais possibilidades, Chatterjee propõe examinar a trajetória de práticas de governo na Índia –também uma colônia de exploração, ainda que em outra geografia e temporalidade em relação às colônias ibero-americanas. Apontando as dificuldades encontradas pelo Império Britânico frente aos efeitos desagregadores de sua presença e à realidade da existência de um “império burocrático sofisticado” nativo,<sup>28</sup> Chatterjee sugere que o governo colonial se viu desafiado a responder com práticas de governo específicas, ensaiando uma governamentalidade colonial liberal, articulada em torno a teorias utilitaristas (para o combate à fome) e ao cristianismo evangélico (2018, p. 43) e utilizando-se não

---

<sup>28</sup> Afirma Chatterjee, “[...] O que emergiu dentro dos territórios indianos foi uma ampla zona de administração britânica direta e numerosos (assim denominados) estados nativos, gozando de uma soberania interna diferencial, escalada e sempre precária” (2018, p. 40).



somente de inúmeras ciências para produção de conhecimentos sobre “a Índia”, mas sobretudo da vigilância e do arquivo.<sup>29</sup>

No entanto, as tradições religiosas e os costumes teriam operado para frear ou desativar o exercício de poder/saber colonizador —o que não significa dizer que tais práticas não tiveram quaisquer efeitos sobre a sociedade indiana; o ponto de Chatterjee é justamente que tais práticas produziram mudanças que foram “desbloqueadas” (para utilizar uma expressão cara a Foucault ao tratar das descontinuidades históricas) nos anos 1940, quando da independência e formação do estado indiano. Nesse momento, registra Chatterjee, as práticas de governo foram mobilizadas em torno de um projeto nacional, encabeçado pelas classes médias, que espalharam iniciativas como escolas, gráficas e editoras, arquivos etc. Todo o aparato governamental ao qual se colocava resistência, em especial devido à distância entre as concepções de justiça e correção incorporadas nas leis e burocracias e aquelas em circulação pela sociedade, foi então implementado.

Mas ainda que tal projeto nacional tenha se configurado a partir de 1947 —após um violento processo de divisão nacional—, a expansão dessas práticas e da nova racionalidade burocrática não alcançou de modo regular a vida cotidiana de amplas parcelas da população. Reconhecendo tal realidade, Chatterjee apresentará uma tese bastante interessante: a de que, nos últimos momentos da presença britânica, quando esta já se via obrigada a operar a partir de certos valores liberais, “a ideia ética de cidadania ficou entranhada à ideia governamental de população” (2018, p. 148), e tal conexão foi continuada com ainda mais legitimidade pelas classes médias que assumiram o Estado após a Partição.

Para Chatterjee, tal genealogia do Estado indiano lhe permite compreender como classificações que emergiram do governo colonial foram instaladas no quadro do Estado:

A liderança nacionalista do Congresso estava inclinada a sustentar a ideia liberal de cidadania universal e igual como verdadeira marca de soberania popular. Mas as práticas, agora profundamente enraizadas, de classificações governamentais das populações por religião, casta, etnicidade, linguagem etc. tornou impossível separar a questão da soberania do estado pós-colonial de suas funções governamentais esperadas. A política da transição pós-colonial ficou atolada na negociação de reivindicações contestadas que fundiram soberania e governamentalidade. (Chatterjee, 2018, p. 48).

Enquanto Aníbal Quijano toma a experiência da invasão e colonização na América Latina —o que inscreve o continente em uma temporalidade e uma modalidade específicas dos processos de colonização—, e procura evidenciar as estruturas de poder e saber em que as classificações sociais se apoiam, desdobrando tal interpretação para compreender a formação dos estados nacionais, das elites políticas e econômicas e as razões das dinâmicas sociais que colocam às margens amplas parcelas da população, Partha Chatterjee se preocupa em compreender como as formas de classificação colonial são instaladas no quadro do Estado e contribuem para as dinâmicas de reconhecimento e exceção ao longo do tempo e, sobretudo, para a persistência da estrutura de desigualdades. Aprofundando sua análise sobre uma

---

<sup>29</sup> É digno de nota que, a partir desta genealogia da governamentalidade, Jeremy Bentham apareça não devido à sua utopia panóptica, mas por sua proposta de um pensamento comparativo entre governos —uma tecnologia central para a afirmação dos estados europeus como norma— “[...] um aparato conceitual de normalização se tornou disponível pelo qual um país não-Europeu podia ser medido por meio de uma coleção de conhecimento empírico de seu governo e da sociedade e seu desvio especificado em relação à norma universalmente desejável. Uma política adequada poderia então ser criada para diminuir a distância” (Chatterjee, 2018, p. 43).

“política dos governados” (Chatterjee, 2004), o autor chama a atenção para como tal arranjo interpõe obstáculos à centralização de práticas de governo em nível nacional ou à formalização de direitos em leis, mantendo-se a rede de relações locais que permite, justamente, a dispersão dos pontos permeáveis a ação de grupos e coletividades, aos quais se responde a partir de uma lógica de excepcionalidade:

Como resultado, autoridades municipais ou a polícia lidam com tais pessoas não como cidadãos portadores de direitos, mas como populações urbanas que têm características e necessidades específicas e que devem ser governadas de modo apropriado. [...] No plano da governamentalidade, populações não carregam a significação ética da cidadania. Elas são grupos heterogêneos, cada um dos quais definido e classificado conforme suas características empiricamente definidas e constituídas como populações alvo que poderiam ser racionalmente manipuladas por políticas governamentais. (Chatterjee, 2018, p. 50).

Vale ainda destacar que, em sentido semelhante ao observado por Aníbal Quijano em relação à precariedade dos arranjos políticos e sociais na América Latina, Chatterjee observa que a configuração dessa “sociedade política”, marcada pela gestão extra ou infra-legal das populações,<sup>30</sup> também significa a impossibilidade do monopólio da força legítima por parte do Estado: “[U]ma vez que muitas das práticas da sociedade política envolve transgressões à lei, segue-se que outros agentes que não autoridades estatais também adquirem os meios de uso da força para defender tais práticas quando necessário” (p. 52-53). Se a própria arquitetura estatal permite, recria e opera a partir da “real heterogeneidade das relações de poder na sociedade” (p. 53), se a partir desse modo de governo se constituem distâncias entre a Lei e a vida cotidiana da população, a vida nacional acaba sendo regulada por uma pluralidade de racionalidades, negociadas nos níveis locais e mal contendo as possibilidades de erupção da violência na cena pública;<sup>31</sup> o populismo (outro tema de investigação de Chatterjee) apareceria como única linguagem até o momento relativamente capaz de articular tal pluralidade no nível das províncias e da Nação indiana.

Temos, aqui, modos de sociedades experimentarem “o enigma de sua coesão e tenta[rem] conjurar o risco de sua fratura”, conforme a já mencionada definição de Robert Castel, que não resultam em uma articulação integrada e legível –ainda que contingente– entre modos de governo do indivíduo e dos fluxos pelas distintas regiões do Estado (como no Estado de Bem-Estar), mas sim em diagramas bastante mais complexos, de difícil legibilidade e menos estáveis, uma vez que –conforme as análises de Aníbal Quijano e de Partha Chatterjee que acabamos de examinar–, ancoradas em classificações sociais e práticas políticas embebidas nos rastros e sobrevidas<sup>32</sup> de lógicas coloniais de governo.

---

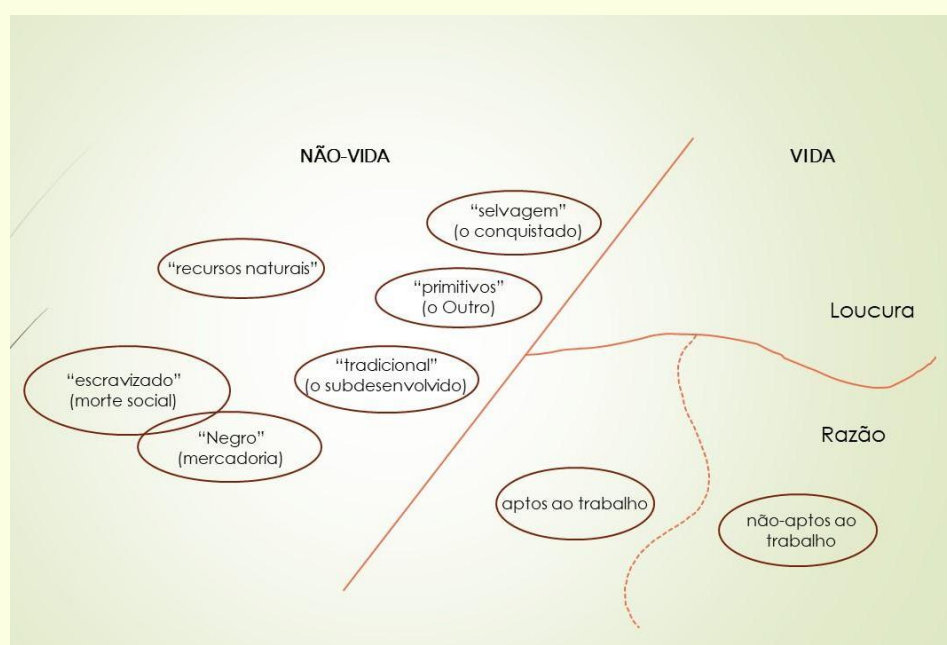
<sup>30</sup> “O habitante da sociedade política... é um sujeito desviante cujo status econômico não pode ser normalizado uma vez que ele ou ela sobrevive apenas vivendo e trabalhando fora do domínio da legalidade” (Chatterjee, 2018, p. 52).

<sup>31</sup> Vale notar aqui a proximidade entre estas conclusões e trabalhos desenvolvidos no contexto brasileiro, em especial nas periferias urbanas, que sugerem a perda da centralidade do Estado (e, em sentido semelhante, de suas promessas de integração cidadã pela via do assalariamento formal) e a pluralização dos eixos legítimos de “condução das condutas”, notadamente a religião e o crime. Ver, por exemplo, Telles (2010), Feltran (2014, 2020) e Miagusko (2024).

<sup>32</sup> A noção de sobrevida aqui se aproxima da discussão feita por Saidiya Hartman, a respeito da *sobrevida da escravidão* (Hartman, 2021).

Se tomamos tais contribuições para a compreensão das governamentalidades nas margens do “eurocentro”, para utilizar a expressão de Aníbal Quijano, e a colocamos em diálogo com o discutido na primeira seção, reunimos elementos para propor que, no contexto latino-americano, marcado pela experiência colonial em suas diferentes encarnações, as camadas de história e arranjos de saber/poder configuraram outra paisagem estatal (muito esquematicamente disposta na figura 2), desenhando de outro modo as fronteiras interiores que organizam passagens e fluxos populacionais. A despeito do trabalho assalariado formal constituir um dos pilares da questão social em tais espaços, ele não chega a assumir centralidade de fato na gestão da vida das populações, dado seu limitado alcance demográfico e mesmo territorial, uma vez que concentrado nos espaços urbanos. Para amplas parcelas da população, a vida se desenrola em outras regiões do Estado, conformadas a partir de práticas de classificação e identificação nem sempre facilmente legíveis nos termos da governamentalidade liberal ou da linguagem da cidadania e dos direitos.

Figura 2 – Fronteiras do Estado na América Latina<sup>33</sup>



Fontes: Elaboração própria, a partir de Castel (1999[1995]), Le Blanc (2013), Mbembe (2016), Povinelli (2023), Bradley; Silva (2021).

Importa notar ainda que, no contexto latino-americano, o trabalho assalariado formal se constituiu não apenas com relação à governamentalidade liberal (tanto em suas práticas disciplinares quanto biopolíticas), mas também se conectou ao que Prathama Banerjee nomeou como *desenvolvimentalidade*: uma racionalidade de intervenção modernizante, que constitui um sujeito “da falta e não de fato” (2018, p. 87). Embora a autora esteja refletindo

<sup>33</sup> Para efeitos de simplificação, os espaços de Vida e Não Vida aparecem separadamente; e ainda que tal distribuição por vezes coincida com a territorialização de desigualdades, uma representação mais acurada, notadamente no espaço urbano, teria que sobrepor os dois diagramas, com todo o efeito de embaralhamento e ilegibilidade que isso traz.

a partir da história do estado indiano, sua conceituação sobre tal modo de governo contribui para a discussão que estamos fazendo aqui:

Desenvolvimentalidade produz conhecimento sobre o sujeito não-moderno, não-nacional, não-secular, não-civil. Em outras palavras, desenvolvimentalidade produz os sujeitos como inadequados à modernidade e racionalidade do próprio estado que habitam e que, portanto, lhes governa. (Banerjee, 2018, p. 87).

A despeito da simplificação necessária a um esquema como o disposto na figura 2, entendemos que ele pode ser interessante como síntese de análises realizadas em diferentes campos disciplinares e temáticos; ainda, tal quadro nos permite colocar em relação (de modo menos linear) figurações que emergiram em temporalidades distintas e permanecem em circulação, ainda que inseridas em novos arranjos de poder/saber. A visibilidade dessa arquitetura, longe de nos sugerir uma continuidade ininterrupta entre passado e presente, contribui para reconhecermos a profundidade temporal em que certas lutas sociais e políticas se desenrolam, bem como o próprio uso do Tempo como modo de regulação das fronteiras.<sup>34</sup>

Para ilustrar tais possibilidades, trataremos brevemente da rearticulação de um conjunto de ideias e imagens coloniais que integram o que Antônio Carlos Souza Lima (2015) nomeou como poder tutelar, em sua passagem do campo do governo de povos indígenas à gestão das populações nas periferias urbanas no início dos anos 2000 –especificamente, na experiência das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio de Janeiro.

Tratando da circulação do termo pacificação no campo das políticas de segurança pública no contexto urbano, João Pacheco de Oliveira comenta que “É com um profundo constrangimento que o antropólogo ou o historiador que estuda hoje a temática indígena vê o uso que vem recebendo na mídia, nas políticas públicas e nas falas cotidianas a categoria de ‘pacificação’” (2014, p. 125). Tanto Oliveira quanto Souza Lima (2015) recuperam os processos de emergência desse poder tutelar, no contexto da produção das fronteiras do território nacional –um território muito mais vasto do que os poderes constituídos, no Império ou na República, podiam recobrir de modo sistemático. Por isso mesmo, Souza Lima o caracteriza como

[...] modalidade de poder de uma comunidade política centralizada sob o poderio de um Estado dotado de um Exército profissional, tíbio e insuficiente, entendido aqui, num certo plano, como resultante e vetor dependente da articulação de amplas redes sociais dispostas ao longo de territórios, que se vinculam e se fazem Estado por mecanismos e em tempos diferenciados. (Lima, 2015, p. 431).

No quadro das práticas voltadas aos povos indígenas, o poder tutelar se refere a um modo de contato, controle e gestão que está ligado tanto à “dimensão fundiária de intervenção do

---

<sup>34</sup> Como registram Rizvana Bradley e Denise Ferreira da Silva, de cuja discussão desdobramos algumas das figuras presentes em nosso esquema, “O que mais pode ser dito sobre o conquistado, a mercadoria, o outro e o subdesenvolvido além do fato de que se aplicam a tudo o que não se inscreve no interior das fronteiras socio-temporais da figura do Homem pós-Esclarecimento, isto é, do Eu transparente?” (p. 3). Sobre a relação entre Tempo, História e produção do Outro, ver Fabian (2014), Quijano (2005), Trouillot (2002), Rufer (2022) e Povinelli (2024).

Estado sobre os povos indígenas” (p. 429), isto é, à desinstalação dos povos de seus territórios, “liberando” suas terras para o projeto nacional e inviabilizando seus modos tradicionais de existência, quanto a uma certa perspectiva temporal de integração/assimilação, visando produzir no Índio o cidadão brasileiro –processo que, do ponto de vista simbólico e dos efeitos práticos do contato, significou o genocídio de diversos povos.<sup>35</sup>

João Pacheco de Oliveira define a tutela como

[...] forma de dominação marcada pelo exercício da mediação e ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores. (Oliveira, 2014, p. 130).

E Antônio Carlos Souza Lima registra os objetivos do exercício desse poder tutelar:

[...] queria se formar cidadãos brasileiros, com acesso limitado aos direitos civis, políticos e sociais, demandando até estarem prontos para serem emancipados, parte de um povo que se pudesse exibir ao mundo ocidental como civilizado e, sobretudo, que servissem como ocupantes da vastidão territorial encompassada pelo mapa brasileiro. (Lima, 2015, p. 429).

Tendo como momento original a própria instauração da “guerra justa” da Coroa Portuguesa contra os povos indígenas que resistissem à conquista, “poder tutelar” e “pacificação” se conectam às práticas relacionadas aos modos de lidar com uma alteridade radical; mesmo no período do indigenismo republicano, tal modo de pensar a população indígena como “resíduos” do processo de formação brasileira, que deveria assim ser protegida até ser capaz de participação integral na comunidade nacional, indicava essa dimensão de uma diferença étnica incontornável, que buscava equilibrar certa dimensão “humanitária” no contato e tratamento dos povos indígenas e a dimensão autoritária/violenta, indicada pela linguagem militar utilizada, pela própria impossibilidade de recusar a participação nesse Estado brasileiro e pela expectativa de desaparecimento da diferença.

[A pacificação] trata-se de uma categoria central e que atravessou cinco séculos, da história colonial ao Brasil republicano, até então unicamente utilizada para a população autóctone, que por suposto seria regida por valores e padrões de comportamento absolutamente diversos dos ocidentais. Estes povos, que desconheciam a religião cristã, praticavam a poligamia, a feitiçaria e a antropofagia, ofendiam frontalmente –assim fomos levados a acreditar pela história oficial– os padrões morais dos europeus. (Oliveira, 2014, p. 127).

A pacificação participa, assim, do universo de valores ligados à civilização e ao progresso, comportando uma imensa carga moral a respeito desse Outro a ser “pacificado”. O

---

<sup>35</sup> Além de Oliveira (2014), ver também Morgensen (2011) e Rifkin (2009), para um exame de tais práticas em contextos de colonialismo de povoamento.

constrangimento de historiadores e antropólogos na circulação de tal repertório de ideias e práticas no espaço urbano se refere ao fato de que “As expressões utilizadas pelos governos para dar conta de segmentos marginalizados nunca destacaram de forma tão radical e acentuada uma alteridade –desta feita *aplicada a grupos sociais que existem no interior de uma mesma nação*” (Oliveira, 2014, p. 127, grifos nossos).

Se a presença e a circulação do poder tutelar no quadro do Estado brasileiro estão já bem documentadas (Lima, 2014), o uso do termo *pacificação* introduz uma novidade, em especial devido a ser aplicada ao contexto urbano e a populações que nada tem de isoladas ou de características étnicas específicas: como lembra Oliveira, nas favelas cariocas reside quase 1/4 da população da cidade do Rio de Janeiro –cidadãos e cidadãs que são figurados fora das fronteiras da nação, da cidadania e da cidade, o que parece querer justificar (como ocorria no caso da “guerra justa”) as violências que lhes são cotidianamente impostas.

Enquanto Oliveira se dedica a compreender os sentidos da reinscrição da tutela e da pacificação em outras regiões do Estado, Márcia Pereira Leite procura traçar a trajetória das políticas de segurança pública no estado do Rio de Janeiro que se moveram dos usos da metáfora da guerra, desde os anos 1990, até a “pacificação”, nos anos 2000 (Leite, 2012). Leite chama a atenção para o processo por meio do qual, logo após a transição democrática e o trabalho constituinte de reconfiguração da cidadania no Brasil, uma série de acontecimentos violentos, e os modos com que foram interpretados publicamente ao longo dos anos 1990, operaram para estabelecer clivagens e diferenciações no *status* de cidadãos – um *status*, vale lembrar, recém conquistado para amplas parcelas da população, depois de duramente disputado pelos movimentos sociais desde o final dos anos 1970 (Leite, 2000).<sup>36</sup>

Como mostra Leite, frente a tal situação, os termos da questão social se modificaram e passou a predominar a interpretação do Rio de Janeiro como “cidade partida”:

Com isso, de um lado, referiam a um dilaceramento do tecido social por contradições e conflitos resultantes de um modelo de crescimento econômico e expansão urbana que alijara de seus benefícios parte considerável da população carioca. De outro, aludiam ao que vinha sendo referido pela mídia carioca como uma oposição quase irreconciliável entre as classes médias e abastadas e a população moradora nas favelas espalhadas nos morros e subúrbios da cidade e em sua periferia. Remetiam, assim, criticamente, ao sentimento difuso de medo e insegurança que circulava entre as primeiras e à imagem, propagada por setores da mídia, de que a cidade estaria no limiar da submissão ao crime e à barbárie. (Leite, 2000, p. 74).

Ainda que estivéssemos muito próximos no tempo do processo de transição democrática e de repactuação social materializada na Constituição de 1988, a presença da chamada violência urbana parece ter operado não como crítica ao ritmo ou aos limites da efetivação da cidadania mas, ao contrário, como crítica à sua extensão simbólica a parcelas da população que até há pouco restavam fora de suas fronteiras. Se a tentativa de enfrentar uma antiga “dívida social” havia introduzido a possibilidade de uma nova natureza de laços entre diferentes classes sociais, com a consequência de revisitar a partilha de responsabilidades públicas, os desafios concretos (agravados por crises econômicas e a agenda de reformas

---

<sup>36</sup> Para um importante registro sobre como as periferias constituíram, nos anos 1980, fonte dinamizadora da nova arquitetura institucional democrática que se forjava após o fim da ditadura civil-militar, em 1985, e como foram sendo recolocadas, nos anos 1990, no território do perigo e do crime, ver Feltran (2007); também tratamos deste aspecto em Miagusko, Jardim e Côrtes (2018).

neoliberal) colocados à reconstrução do Estado operaram para bloquear tais aberturas. Como destacam Luiz Antonio Machado da Silva e Paloma Menezes, tal contexto se desdobrou em que “[...] as favelas deixaram de ser tematizadas na ‘linguagem dos direitos’ e passaram a ser processadas na ‘linguagem da violência urbana’” (2019, p. 531).

Antes mesmo da evocação da pacificação que, como vimos, liga-se a um conjunto de práticas de produção nacional que se orientam pelo horizonte de desaparecimento do Outro, os modos de gestão da violência ou de promoção da “segurança pública” – ancorados na metáfora da “guerra” (às drogas, ao crime) – já haviam incorporado o assassinato sistemático daqueles vistos como criminosos a seu repertório de ação (Leite, 2012; Silva; Menezes, 2019). O “vistos como criminosos” importa, na medida em que, ao sobrepor as origens da violência urbana aos espaços das favelas, ao defini-las como espaços de ameaça à cidade, produz-se uma indistinção entre criminosos e moradores, como se a contiguidade espacial fosse sinônimo de uma contiguidade moral (Leite, 2012).

Se até os anos 1980 tinha sido possível sustentar a separação moral entre trabalhadores e bandidos mobilizando os valores e práticas ligadas ao trabalho, tal fronteira se tornaria cada vez mais porosa, seja por transformações profundas nas dinâmicas do crime e dos territórios socioespaciais, seja pela reconfiguração das próprias práticas do Estado nessas margens (Leite, 2000; Telles, 2010; Feltran, 2014). O poder tutelar e sua ampla discricionariedade aparecem, assim, como adequados a tal contexto em que se atribui a territórios uma separação radical com relação ao restante da cidade (assim como em relação à ordem social e à nação) e se projeta sobre eles uma homogeneidade interna fundamental; o poder tutelar, encarnado pelos policiais, teria como objetivo realizar tais distinções a partir de uma atenção e vigilância constantes:<sup>37</sup>

A ausência de um princípio classificatório único e claro não deve ser tomada como um problema para a materialização da discriminação, pois o modo de gestão sobre tal população é de natureza tutelar. [...] Trata-se assim não de instaurar uma arquitetura lógico-formal (que pudesse ser cristalizada em uma doutrina justificadora ou em lei), mas de permitir que um agente tutelar realize escolhas e decisões que garantam a operacionalização da condição tutelar. (Oliveira, 2014, p. 144).

Tratando das formas de presença das UPPs no cotidiano das favelas ocupadas, ao menos naqueles anos iniciais, Márcia Pereira Leite registra as queixas de moradores sobre o fato de que os policiais passam a interferir na organização política, como as associações de moradores, e a se colocar justamente como mediadores entre o Estado e a população, pretendendo falar em seu nome. Ela recupera ainda a fala do então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Mário Beltrame, que ao comentar suas visitas às favelas que estavam recebendo o projeto, afirma que “Há uma tremenda dívida social que veio desde a colonização destas terras. A maioria negros, pardos, mulatos, pobres e muito pobres. Carências tão grandes que é preciso ajudá-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar as emergências” (citado em Leite, 2012, p. 384).

Tratando dos significados da pacificação no período colonial, Oliveira afirma que ela “designava uma transformação profunda sofrida por um grupo, em que seus componentes pagãos, imorais e anárquicos eram substituídos por uma condição supostamente nova e mais

---

<sup>37</sup> Com importante consequências para a vida dos moradores, uma vez que “[...] Os “jogos de contaminação” com os quais essa parcela da população tem que lidar cotidianamente dentro de seus territórios de moradia complexificaram-se ainda mais depois da chegada das UPPs” (Silva; Menezes, 2019, p. 540).

elevada, propícia à sua participação na sociedade colonizadora” (Oliveira, 2014, p. 136). Ao analisar a dinâmica das UPPs e o discurso dos agentes de segurança pública, Márcia Leite conclui que

o significado da “pacificação” pretendida não se restringe aos “fuzis”, mas se dirige igualmente aos favelados. Não se trata apenas de carências e emergências, mas também de constituir o favelado em futuro cidadão, disciplinarizando-o para que “tire a favela de dentro de si” –como mencionado por um comandante de UPP em pesquisa de campo– e, assim, faça as escolhas certas em termos de demandas a fazer ao Estado, sobretudo aquelas que viabilizem práticas sociais, condutas, formas de sociabilidade integradas à cultura e às normas dominantes, civilizadas enfim. (Leite, 2012, p. 385).

Ainda que as UPPs tenham sido implementadas em uma parcela bastante restrita das favelas do estado do Rio de Janeiro, tenham entrado em crise –especialmente devido a denúncias de violações de direitos e à progressiva perda de sua eficácia no controle do conflito aberto– e, eventualmente, tenham sido desmontadas enquanto política de segurança, nosso interesse em tomá-la como exemplo está no fato de que se trata de uma política que, para enfrentar problematizações novas, que emergiram em contexto de estabilidade do jogo democrático e, portanto, pareciam estar inscritas em certas regiões do Estado conectadas à cidadania, colocou em cena práticas de poder tutelar e imagens que ao mesmo tempo foram consequência da elaboração da crise como um efeito de diferenças irreconciliáveis entre a população favelada e a população da cidade e produziram as favelas e as populações que ali vivem como estando fora da ordem e da lei, legitimando uma violência estatal sistemática e cotidiana. Além dessa conexão com figuras do passado colonial, tal política também se desdobrou em novos arranjos de poder, notadamente na militarização da vida,<sup>38</sup> que mais uma vez faz deslizar os termos da cidadania e dos direitos para outras regiões do Estado: como explicita Oliveira, as UPPs consistiram, em um primeiro movimento mais legível, no processo de “[...] Transformar a responsabilidade pública em uma tutela militarizada” (2014, p. 145).

Para a discussão que estamos fazendo aqui, articulando violência e regimes de governo e pensando governamentalidades nas margens do “eurocentro”, a trajetória das UPPs permite perceber como as camadas de história e memória vão constituindo as práticas estatais, ativando ou desativando figuras e regimes de poder, colocando em jogo as classificações sociais entretecidas entre classe, gênero e raça. Trata-se de experiência que ilumina não apenas de que maneira se configuram bloqueios a tentativas de alterar os termos da regulação das fronteiras da cidadania (no território da Vida), mas também ajuda a compreender por que, tantas vezes, é preciso também conferir outra profundidade história à injustiça que se busca reparar –por exemplo quando se mobilizam as memórias do processo de “Conquista” ou de escravização–, pois se trata de disputar as linhas mesmas de demarcação moderna entre Vida e Não-Vida e os modos com que operaram e seguem operando para a conformação de solidariedades e comunidades.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Ver Farias *et al.* (2018) e, neste volume, Miagusko (2024).

<sup>39</sup> Ao analisar as dinâmicas da violência nas frentes pioneiras no Brasil, José de Souza Martins chama a atenção para como elas revelam que o que está em jogo é justamente a disputa em torno do que é o Humano (Martins, 2009). Para uma discussão sobre como a gestão dos territórios de povos aborígenes na Austrália opera modos de governo de movimentos e dos fluxos e como tais práticas se articulam em torno das figuras do gueto, do campo e da favela [*slum*], ver Povinelli (2019).



## Considerações finais

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem [que vemos ao olhar o espelho eurocêntrico, que distorce o que reflete] como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Aníbal Quijano, 2005.

Neste capítulo procuramos recuperar as maneiras pelas quais os estudos sobre governamentalidade reexaminaram os nexos entre violência e Estado, a partir de trajetórias históricas que se desenvolveram nas margens do “eurocentro”, e também propor possíveis desdobramentos analíticos para analisar o que, de um ponto de vista normativo, poderia aparecer como limites e déficits de Estado nesses mesmos espaços-tempos da modernidade ocidental. Tal gesto nos pareceu importante para enfrentar os efeitos dos “Universais do Norte Atlântico”, conforme a expressão de Michel-Rolph Trouillot, para a compreensão e a imaginação sobre o que somos e o que podemos ser. Ao falar de palavras como “progresso, desenvolvimento, modernidade, estado-nação, e globalização”, Trouillot destaca que

Elas vêm carregadas de sensibilidades estéticas e estilísticas; persuasões filosóficas e religiosas; assunções culturais que variam de o que significa ser um ser humano à relação apropriada entre humanos e o mundo natural; escolhas ideológicas que vão da natureza da política às suas possibilidades de transformação. Não há unanimidade entre o próprio Norte Atlântico a respeito de quaisquer de tais temas, mas há uma história compartilhada de como esses temas têm sido e devem ser debatidos e tais palavras carregam tal história. E ainda assim, como são projetados como universais, eles negam sua localização, as sensibilidades e a história a partir do qual nascem. (Trouillot, 2002, p. 847-848).

Localizar os contextos de emergência de certas problematizações, no tempo e no espaço, é um dos modos de responder a tais efeitos, uma vez que nos permite reconhecer a especificidade dos arranjos de sensibilidades e a contingência das respostas constituídas, pensando com as diferenças para ampliar nossa compreensão das feições que palavras, como as referidas por Trouillot, assumem quando postas em circulação em outros espaços que não aqueles em que emergiram.<sup>40</sup>

Nas duas últimas partes da segunda seção ensaiamos, assim, avançar na compreensão das arquiteturas estatais latino-americanas, procurando sistematizar um conjunto heterogêneo de debates sobre o continente em um esquema das regiões do Estado que tais análises permitem mapear. Nosso intuito não foi o de introduzir interpretações concorrentes sobre a violência latino-americana –mesmo porque, sob semelhanças formais, há um amplo espectro de modalidades e dinâmicas de violência a serem compreendidas, com muitas variações nacionais. Nosso intuito, mais modesto, foi o de localizar a violência no quadro das

---

<sup>40</sup> A ideia de que palavras assumem potência, de criação ou destruição, ao circularem em espaços outros em relação às formas de vida em que emergiram é de Veena Das (2020b).

montagens da questão social no continente, não somente quando ela aparece explicitamente como eixo de problematização, mas também quando são mobilizadas figuras, imagens e práticas conectadas às violências fundadoras da América Latina, notadamente a invasão europeia, a instituição da escravidão e as reiteradas ditaduras. Conferir profundidade histórica a violências e injustiças tem sido uma estratégia importante para escapar dos termos limitados com que se estruturaram direitos e cidadania, tensionando não apenas os critérios que regulam a passagem pelas fronteiras internas que conferem certo sentido à ordem social, mas colocando em questão a própria paisagem que configuram.

Tal tentativa de constelar diagramas ou políticas sociais a partir de outras temporalidades também busca dar consequência aos efeitos de gestos políticos e estéticos aprendidos com um conjunto heterogêneo de atores sociais,<sup>41</sup> que decifram nas dinâmicas e manifestações de violência contemporânea a persistência de modos de classificação, separação e exclusão que remontam a tempos históricos que se pretendeu definitivamente deixados no passado. Não se trata, vale registrar, de denunciar o “tradicional” no presente; não é nesse sentido que falamos aqui de passado. Trata-se, de um lado, de reconhecer a heterogeneidade temporal que estrutura a contemporaneidade, na medida em que “[...] a noção do “contemporâneo” é em si mesma ideológica, porque ela não leva em consideração a heterogeneidade (histórica) que caracteriza o presente (cronológico)” (Bevernage, 2021, p. 31). Mas trata-se também de recusar o “alocronismo” – “a alocação simbólica de outros no tempo” (Johanes Fabian, citado por Bevernage, p. 33) – que opera para reinscrever certos grupos no território da Não-Vida, uma vez que habitantes de um passado que deverá passar, e para negar as possibilidades de justiça, na medida em que esta teria ficado em um passado que deve ser forçosamente deixado para trás. O esforço, portanto, nesse exercício disposto ao longo do capítulo, foi o de tentar incorporar as políticas da memória e do tempo, tal como desdobradas do enfrentamento de violências várias, à compreensão do Estado.

## Referências

- AZOULAY, A. Desaprendendo as origens da fotografia. **Revista Zum**, São Paulo, v. 17, p. 116-137, 2019.
- BANERJEE, P. “The abiding binary: the Social and the Political in Modern India”. In: LEGG, S.; HEATH, D. (ed.). **South Asian Governmentalities: Michel Foucault and the question of colonial orderings**. Cambridge: Cambridge University Press, 201. p. 81-105.
- BEVERNAGE, B. “A passeidade do passado”: reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista, **Revista de Teoria da História**, v. 24, n. 1, p. 21-39, 2021.
- BRADLEY, R.; SILVA, D. F. Four theses on Aesthetics. **E-flux Journal**, v. 120, Sep. 2021. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/120/416146/four-theses-on-aesthetics/>.
- BUTLER, J. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educação e Pesquisa**, v. 46, n. 10, p. 1-10, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022020460100302>
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999 [1995].

---

<sup>41</sup> Na comunicação no seminário que deu origem a este livro, abordamos este tema, mobilizando obras de artistas como Nona Faustine e Rosana Paulino, compreendendo sua construção estética enquanto crítica dos próprios efeitos do regime de historicidade que pretende separar passado e presente e, desse modo, desfazer-se da violência, e como proposição de remontagens do tempo e de comunidades (não necessariamente nacionais). A apresentação pode ser vista em <https://youtube.com/live/TBF0uAeriZ0>

CASTEL, R. “Problematization” as a mode of reading history. *In*: GOLDSTEIN, J. E. (ed.). **Foucault and the writing of history**. London: Blackwell, 1994. p. 237-252.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 87-95.

CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, v. 91, p. 3-22, jul. 2013.

CHAMAYOU, G. **Las cacerías del hombre: historia y filosofía del poder cinegético**. Santiago de Chile: Lom, 2014.

CHATTERJEE, P. A nação em tempo heterogêneo. *In*: CHATTERJEE, P. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: UFBa, 2004. p. 69-95.

CHATTERJEE, P. “Governmentality in the East”. *In*: LEGG, S.; HEATH, D. (ed.). **South Asian governmentalities: Michel Foucault and the question of colonial orderings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 37-57.

DAS, V. “A assinatura do Estado: o paradoxo da ilegibilidade”. *In*: DAS, V. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Unifesp, 2020a. p. 219-245.

DAS, V. **Textures of ordinary: doing anthropology after Wittgenstein**. New York: Fordham University Press, 2020b.

DAS, V.; POOLE, D. “State and its margins: comparative ethnographies”. *In*: DAS, V.; POOLE, D. (ed.). **Anthropology in the margins of the State**. Índia: Oxford University Press, 2004. p. 3-33.

DELFINO, A. La noción de marginalidad en la teoría social latino-americana: surgimiento y actualidad. **Universitas Humanística**, v. 74, p. 17-34, 2012.

DORLIN, E. **Autodefesa: uma filosofia da violência**. São Paulo: Ubu, 2020.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare-state. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991.

FABIAN, J. **Time and the other: how anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 2014.

FARIAS, J. *et al.* (org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

FASSIN, D. Exclusion, underclass, marginalidad: figures contemporaines de la pauvreté urbaine en France, aux Etats-Unis et en Amérique Latine. **Revue Française de Sociologie**, v. 37, n. 1, p. 37-75, 1996.

FASSIN, D. *et al.* **At the heart of the state: the moral world of institutions**. London: Pluto Press, 2015.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo, **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FELTRAN, G. The revolution we are living. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 01, p. 12-20, 2020.

FELTRAN, G. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo, **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, p. 83-114, 2007.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. Curso dado no Collège de France (1979-1980).

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Curso dado no Collège de France (1975-1976).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: as confissões da carne. v. 4. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Curso dado no Collège de France (1978-1979).

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. Curso dado no Collège de France (1977-1978).

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte**, v. 3, n. 5, p. 139-146, abr. 2016.

HARTMAN, S. **Perder a mãe: uma jornada pela rota Atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

JARDIM, F. A. A. **Do desempregado ao desemprego**: desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

JARDIM, F. A. A. Pobreza e cidadania no Brasil (1985-2015): olhares a partir das relações entre trabalho e educação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 187-201, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v20i2p187-201>

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur-Sur).

LAVALLE, A. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, n. 59, p. 75-93, 2003.

LE BLANC, G. “História da loucura na Idade Clássica: uma história da pobreza”. *In*: MUCHAIL, S. T.; FONSECA, M. A.; VEIGA-NETO, A. (org.). **O mesmo e o outro**: 50 anos de história da loucura. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 173-187.

LEGG, S.; HEATH, D. (ed.). **South Asian governmentalities**: Michel Foucault and the question of postcolonial ordering. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2012.v6.n2.126>

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 73-90, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300004>

LIMA, A. C. S. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, século XX-XXI, **Mana**, v. 21, n. 2, p. 425-457, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p425>

LIMA, A. C. S. (org.). **Tutela**: formação de estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

MARSHALL, T. H. “Cidadania e classe social”. *In*: MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, 1967[1950]. p. 57-114.

MARTINS, J. S. “A captura do outro: o rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”. *In*: MARTINS, J.S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 23-42.

- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32), p. 123-151, 2016 [2003].
- MIAGUSKO, E. “Habitar as fronteiras da cidade: governo das margens no Rio de Janeiro”. *In*: JARDIM, F. A. A.; LÓPEZ-RUIZ, O.; MÉNDEZ, P. (org.) **Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialidade e neoliberalismos**. São Paulo: Feusp, 2024. p. 241-252.
- MIAGUSKO, E.; JARDIM, F.; CÔRTEZ, M. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas, **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n.12, p. 242-265, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.242>
- MIGNOLO, W. “Decoloniality is an option not a mission”. *In*: WALSH, C.; MIGNOLO, W. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Duke: Duke University Press, 2018. p. 211-226.
- MIRZOEFF, N. “It’s not the anthropocene, it’s the white supremacy scene; or, the geological color line”. *In*: GRUSIN, R. (ed.) **After extinction**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2018. p. 123-149.
- MORGENSEN, S. L. The biopolitics of settler colonialism: right here, right now. **Settler Colonial Studies**, v. 1, n. 1, p. 52-76, 2011.
- OLIVEIRA, J. P. Pacificação e tutela militar na gestão de territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p.125-161, 2014.
- OLIVEN, R. G. “Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais”. *In*: Oliven, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. p. 34-53.
- POVINELLI, E. As quatro figuras da “sexualidade” nos colonialismos de povoamento. **Cadernos Pagu**, v. 41, p.11-18, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000200002>
- POVINELLI, E. Driving across settler late liberalism: Indigenous guettos, slums and camps, **Ethnos**, v. 84, n. 1, p.113-123, 2019. doi:10.1080/00141844.2018.1487988
- POVINELLI, E. “Geontologias”. *In*: JARDIM, F. A. A.; LÓPEZ-RUIZ, O.; MÉNDEZ, P. (org.). **Governamentalidades latino-americanas: tramas entre colonialidade e neoliberalismos**. São Paulo: Feusp, 2024. p. 279-296.
- POVINELLI, E. “Indigenous politics in late liberalism”. *In*: ALTMAN, J.; HINKSON, M. (ed.). **Culture crisis: anthropology and politics in aboriginal Australia**. Sidney: UNSW Press, 2010. p. 17-31.
- PROCACCI, G. “Governmentality and Citizenship”. *In*: NASH, K.; SCOTT, A. (ed.). **The Blackwell companion to political sociology**. London: Blackwell Publishing, 2004. p. 342-351.
- PROCACCI, G. “Social question: impact on social thought”. *In*: WRIGHT, J. D. (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 22, 2. ed., p.553-555, 2015. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.03209-8>
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 3, n. 5, p. 1-33, 2011. <https://doi.org/10.32870/cl.v0i5.2836>
- QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. *In*: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.
- RIFKIN, M. Indigenizing agamben: rethinking sovereignty in light of the “peculiar” status of native peoples, **Cultural Critique**, v. 73, p. 88-124, 2009.
- RUFER, M. “Temporalidades (pos)coloniales. *In*: RUFER, M. (coord.) **La colonialidad y sus nombres: conceptos clave**. México, DC: Siglo XXI; Clacso, 2022. p. 315-342.

SEGATO, R. L. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, L. A.; MENEZES, P. (Des)continuidades na experiência da “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”, **Novos Estudos Cebrap**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2019. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030005>

STOLER, A. L. **Interior frontiers: essays on the entrails of inequality**. New York: Oxford University Press, 2022.

STOLER, A. L. “Internal frontiers” *In*: STOLER, A. L.; GOURGOURIS, S.; E LEZRA, J. (ed.). **Thinking with Balibar: A lexicon of conceptual practice**. New York: Fordham University Press, 2020. p. 117-139.

TELLES, V. da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TROUILLOT, R-M. North Atlantic Universals: Analytical Fictions, 1492-1945. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 4, p. 839-857, 2002.

## II. NEOLIBERALISMOS E TRABALHO

# **Pensamento latino-americano e desigualdades: configurando um pedacinho da paisagem a partir da Psicologia Social do Trabalho**

Leny Sato

## **Introdução**

Ao pensar no título da mesa-redonda que motivou a elaboração da primeira versão deste texto –Pensamento latino-americano e desigualdades, ontem e hoje: avanços, heranças e desafios–, veio-me a imagem daquele quebra-cabeças de mil peças com o qual, ao final da desafiante, longa e paciente tarefa, construíamos um quadro com a figura de uma paisagem de floresta com diversos tons de verde e diversos tons de marrom entremeados com outras cores e, quase perdido lá no fundo da paisagem, um castelo. Mais especificamente, veio-me à mente como organizávamos o trabalho de montagem deste quebra-cabeças: nós o fazíamos de forma segmentada, concentrando-nos em montar partes da paisagem com todos os seus detalhes. Estas partes ficavam aguardando a montagem de outras partes, para, então, completar a figura da paisagem. Fazendo uma analogia do tema da mesa-redonda com o quadro, minha opção para desenvolver esta reflexão foi a de me concentrar na montagem de um pedacinho da grande figura à qual o seu título alude. Portanto, de partida, assumo que minha contribuição é parcial, não só por eu tratar de um pedacinho, mas também por ser uma visão dentre tantas outras possíveis. Além disso, também assumo que se trata de uma leitura provisória.

Outro aspecto importante refere-se ao fato de eu não ter conhecimento suficiente para falar sobre a realidade de outros países da América Latina. Assim, vou adotar o recurso utilizado por Bourdieu (1997) quando esteve no Japão para ministrar palestras e alertou a audiência que falaria sobre o Japão a partir de sua experiência e de seu conhecimento sobre a França, não porque fosse francês, mas porque foi a sociedade que mais estudou. Desta forma, vou ater-me aqui ao que conheço sobre a realidade brasileira e, ao assim proceder, entendo, acompanhando a leitura de Stake (2005), que abordarei um caso, o qual pode ser útil para refletirmos sobre outras situações –outros casos– da América Latina. Para o autor, a riqueza do estudo de caso reside no fato de um caso estudado servir de contraponto para se examinar outros. Nesse sentido, costumo dizer que conheço o trabalho, a organização e a sociabilidade na fábrica fordista não apenas ao pesquisar a realidade fabril, mas, também, ao pesquisar o trabalho, a organização e a sociabilidade na feira livre, justamente por serem realidades bastante distintas entre si. Desta forma, um caso leva a conhecer e a formular indagações sobre o outro. Além de parcial e, em muitos aspectos dessemelhante à realidade de outros países da América Latina, destaco que falo a partir da psicologia social do trabalho.



## Heranças recebidas e caminhos percorridos

Ao olharmos quais os caminhos que temos trilhado e, por conseguinte, quais são as nossas heranças, identificaremos algumas matrizes de leituras da realidade (Figueiredo, 1991). Elas informam o que tem sido construído no âmbito da psicologia a partir destas diversas matrizes, as quais mantêm relação de tensão entre si.

Iniciemos pela Psicologia Humanista, a qual, como mostra Sisto (2012), focalizou a relação subjetividade e trabalho e dirigiu críticas à tecnologia administrativa; entretanto, ao adotar o paradigma funcionalista também acabou sendo orientada por uma lógica instrumental. Ela pretendia “ver o lado humano da organização”, mas esse lado teria que servir para fins econômicos. Desta forma, colaborou com a defesa dos interesses gerencialistas.

O pensamento colonial está presente em diversas matrizes e, conforme o exame de Pulido-Martinez (2017), ele orienta entendimentos e teorias sobre a relação psicologia e trabalho. Destaca-se a divisão social do trabalho intelectual e, nela, o fato de os países do Sul desempenharem papel periférico. Isto devido ao fato de as matrizes teóricas serem construídas no Norte, restando ao Sul que as repliquem, as adaptem ou construam um conhecimento híbrido. Nós, do Sul, relacionamo-nos com o conhecimento do Norte como se ele fosse universal; como se o conhecimento sobre subjetividade e trabalho fosse universal.

Por sua vez, a psicologia social latino-americana traz para o centro da cena as relações sociais para iluminar os fenômenos psicológicos e, como refere Spink (1996), foi construída por motivações políticas. Em seus dizeres:

Na América Latina em geral, o débito com a prática tinha assumido proporções tão alarmantes que muitos psicólogos preferiram agir a partir do senso comum diante da incapacidade das teorias psicológicas ortodoxas oferecerem um quadro de referência mais informado. Dado que também o lugar da discussão sobre o significado das questões sociais e as possíveis estratégias de ação se dava, conceitual e politicamente, nas ciências sociais, o resultado foi uma saudável socialização da psicologia social e uma rejeição de muito de seu conteúdo tradicional. (Spink, 1996, p. 176-177).

Pulido-Martínez (2017), Sisto (2012) e Spink (1996) acima referidos e também Bernardo, Oliveira, Souza e Sousa (2017) e Sato (2003) mostram, por meio de visadas distintas, aspectos que estão presentes na trajetória dos conhecimentos que estabelecem relação entre psicologia e trabalho, os quais apontam as marcas da construção do conhecimento e suas consequências políticas num campo marcado pela contradição capital-trabalho em sociedades onde a desigualdade é extrema, indicando caminhos necessários para o seu porvir. Isaac Prilleltensky (1994), estudioso da política na psicologia e da psicologia, aponta algumas implicações práticas decorrentes do fato de a psicologia em sua relação com o trabalho orientar-se pelas seguintes premissas: a de que a psicologia é uma ciência, de que há neutralidade científica e, portanto, de que ela produz conhecimentos e orienta práticas que são igualmente bons para todos.

## A Psicologia Social do Trabalho no contexto social e político

Ao se pensar nas últimas três décadas, é imperativo considerar a relevância do processo de redemocratização do Brasil e o que podemos conquistar não apenas com o aparato constitucional, de nossa Constituição Cidadã (1988), mas como cultura democrática para a nossa História. Este ambiente social deixou reverberações importantes para a construção do pensamento latino-americano, considerando-se as desigualdades pela ótica do Trabalho. Neste sentido, a relação da psicologia com os movimentos sociais, o convite para assessorá-los na construção de suas políticas e, também, juntamente com eles, construir e implementar políticas públicas de corte social foram decisivos, marcando, de forma clara e definitiva, as experiências vividas e as trajetórias da psicologia em relação ao trabalho.

A *Psicologia Social do Trabalho* (PST), tal qual a temos construído no Brasil, configura-se como

[...] uma psicologia social que focaliza os fenômenos e problemas do trabalho e, para tanto, conta com elementos que a singularizam, enraizados em sua história, em seus princípios, em seus objetivos, em sua ética não liberal e nas áreas e disciplinas com as quais dialoga. (Sato; Coutinho; Bernardo, 2017, p. 11).

A constituição da PST não aconteceu como decorrência de um projeto definido *a priori*, e ela emerge em um momento de cruzamento de múltiplas forças, em um contexto de redemocratização do país e de busca por leituras da psicologia social voltadas para iluminar os problemas da nossa sociedade. Trata-se de um processo recente, de cerca de três décadas, ainda em andamento, e não de uma proposta acabada. Tal construção foi motivada pelo sentimento de indignação com a percepção da injustiça em nossa sociedade, que é bastante desigual, e, em especial, pelo modo como se dá a exploração do trabalho em nosso país. (Sato; Coutinho; Bernardo, 2017, p. 11).

O trabalho é compreendido [...] em sua materialidade e em sua historicidade, o que exige a consideração das relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias –entendidas aqui no sentido marxista–, bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo. (Sato; Coutinho; Bernardo, 2017, p. 13).

Assim ancorada, a Psicologia Social do Trabalho volta-se para o exame e para a intervenção em contextos de trabalho que “restringem as ações das pessoas, constroem seus modos de ser e limitam suas condições de vida” (Sato; Coutinho; Bernardo, 2017, p. 14). Afinal, sua intenção é tornar o trabalho um lugar humanamente melhor habitável. E, para dar conta destas tarefas, apoia-se, sobretudo, na visão das trabalhadoras e trabalhadores.

Destaco dois campos que têm papel relevante no sentido de apresentar outras lógicas para se compreender a relação entre modos de ser (subjetividade), sociabilidade e trabalho, os quais exercem forte influência para a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, sendo, assim, uma herança: os campos da Saúde do Trabalhador e o da Economia Solidária (Esteves; Bernardo; Sato, 2017). O primeiro dá seus primeiros passos em meados dos anos 1980, bem no momento de abertura política. Por sua vez, o campo da Economia Solidária é mais recente, já nos anos 1990. Grandes questões foram apresentadas à psicologia por estes campos, dentre as quais: o controle dos trabalhadores sobre o trabalho e seus processos; a

conquista e a garantia de condições e formas de organização do trabalho saudáveis e não violentas à saúde; a proteção social; os desafios de se construir relações igualitárias no trabalho. Além de estarem tensionados pela correlação de forças, todas estas questões dialogam com modos de ser, com o imaginário social, com valores e com formas de sociabilidade que facilitam ou obstaculizam a melhoria das condições de trabalho ou lançam possibilidades em outra chave, que não a das relações de assalariamento. Especificamente no campo da economia solidária, um importante desafio foi o de construir empreendimentos solidários no contexto da sociedade de mercado.

Luigi H. Verardo (1999) apontava –baseado em sua experiência no campo na Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias, Co-gestionárias e de Capital Misto (ANTEAG)– que um dos importantes desafios era o de transpor os limites de um padrão de socialização que busca moldar pessoas disciplinadas e obedientes, dificultando o exercício da prática democrática e a fala singular, sincera e livre. Este é um dos desafios que devem ser enfrentados de modo a se construir outras lógicas para orientar relações mais saudáveis e igualitárias no trabalho.

Importante destacar que nas três últimas décadas os dois campos acima se consolidaram, construindo conhecimentos específicos, contribuindo para marcar uma determinada perspectiva da psicologia para focar o Trabalho: a psicologia social do trabalho (Coutinho; Bernardo; Sato, 2017). Tal se deu devido à importante articulação com os movimentos sociais e culminou na construção e consolidação de uma política pública, a qual, infelizmente, tem sido fortemente ameaçada pelos últimos governantes, desde o golpe parlamentar de 2016, dada a sua orientação com forte acento neoliberal e, desde 2018, com o acréscimo de uma visão obscurantista e negacionista.

A trajetória nesses dois campos permitiu conhecer o trabalho e os trabalhadores a partir de sua realidade de um modo sistemático. E eles nos abriram a possibilidade de construir aprendizados que poderão moldar a herança que deixaremos. Passo a destacar alguns deles.

Em primeiro lugar, a psicologia entrou no chão de fábrica e o fez pelas mãos dos trabalhadores. Tal fato levou a que se testemunhasse uma guinada sem igual para pensar a psicologia e a realidade do trabalho. Primeiro, por ser possível conhecer o trabalhador e o trabalho reais e não os idealizados ou ideologizados. Contribuições importantes da psicologia social que permitiram conhecer a pessoa por referência ao trabalho –e não o papel do trabalhador e da trabalhadora– em São Paulo foram deixados por Arakcy Martins Rodrigues, (1978, 2005a, 2005b), Sylvia Leser de Mello (1988) e Ecléa Bosi (1986).

Adentrar ao chão de fábrica com o objetivo de conhecer a condição de trabalhadoras/es e as repercussões para a saúde foi o que o campo da Saúde do Trabalhador possibilitou. Buscava-se, sobretudo, conhecer o ambiente de trabalho e as formas de se organizar o trabalho, o ponto de vista dos trabalhadores sobre a sua realidade, o saber que eles constroem sobre o trabalho, suas visões de mundo e suas expectativas. Muito dos conhecimentos hoje já consagrados no campo da Saúde do Trabalhador, como as doenças e os agravos à saúde bem como suas causas, são fruto da opção teórico-metodológica e política em dialogar com os trabalhadores (Freire, 1985; Oddone *et al.*, 1986; Ribeiro *et al.*, 2002). Além de tornar visíveis realidades que estavam encobertas, foi possível compreender a dinâmica do processo saúde-doença como processo social, neles incorporando a dimensão política (Ribeiro; Lacaz, 1984; Rebouças *et al.*, 1989; Laurell; Noriega, 1989). Especificamente, no que se refere à saúde mental e trabalho, Seligmann-Silva (2011) oferece contribuições relevantes.

Sendo um movimento, a Saúde do Trabalhador constrói, a um só tempo, conhecimentos e práticas (no âmbito das políticas públicas e da ação sindical) enfeixados na dinâmica

correlação de forças capital-trabalho (Lacaz, 1997; Minayo-Gomez; Thedim-Costa, 1997; Sato; Lacaz; Bernardo, 2004).

Em segundo lugar, a psicologia foi defrontada com a franca limitação de que conhecimentos oriundos das heranças positivista e humanista, acima referidas, pudessem erigir conhecimentos e práticas que viessem ao encontro do bem-estar de trabalhadores(as). Ficou patente que a construção de conhecimentos se dá no mundo real, focalizando o cotidiano de trabalho (Coutinho; Oliveira, 2017) e que o humanismo numa sociedade desigual corre o risco de reforçar a desigualdade. A esse respeito, Achille Mbembe apresenta críticas que têm sido dirigidas ao humanismo ocidental a partir do afrocentrismo, quais sejam: sinaliza para os “impasses do discurso ocidental acerca do ‘homem, com o objetivo de melhorá-lo’”(2007, p. 213); busca desmistificar suas pretensões de ser uma leitura universal; o fato de o humanismo ser uma instância que apagou “a profundidade histórica e a originalidade negra” (2007, p. 214) arvorando-se a definir o lugar dos outros, o que são, de onde vem e para onde devem ir. A crítica ao papel normativo do humanismo –uma de nossas heranças–, reforça a importância de que conhecer e intervir são processos investigativos que se dão no mundo real, não sendo possível lançarmo-nos em um pensamento de sobrevoos. Tal alerta tem implicações de natureza epistemológica e ética.

Em terceiro lugar, o diálogo com os trabalhadores, sempre muito estimulante, mostrou a riqueza do conhecimento prático, seus métodos e sua substância, com nuances que evidenciam o exercício de reflexão sobre o trabalho, sobre a condição de trabalhadores e sobre sua saúde – culminando no conhecimento sobre a condição de classe e suas implicações. Isso não significa que este conhecimento esteja isento de influências ideológicas, que reproduzam explicações e argumentos que vêm de encontro com os seus interesses de classe. É um processo caracterizado pela ambiguidade e contradição.

Em minha experiência como formadora no Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) foi possível constatar que trabalhadoras(es) conhecem bastante bem o ponto de vista patronal porque é a visão hegemônica (Sato, 1992). Como parte das atividades de cursos de formação sindical utilizávamos a dramatização para encenar situações de trabalho, bem como reuniões de negociação tendo como pauta de reivindicação itens voltados à melhoria das condições e organização do trabalho. Nestes exercícios, os trabalhadores que desempenhavam os papéis de patrões, gerentes e do *staff* que os assessorava tecnicamente, sempre conseguiam melhor argumentar em favor dos interesses destes, afinal, aprendemos a assim pensar. Ou seja, eles conseguiam melhor verbalizar entendimentos sobre os fenômenos do cotidiano de trabalho que defendiam os interesses gerenciais e do capital, construindo, neste sentido, argumentos mais sólidos. Isto ocorria, por exemplo, em relação ao discurso sobre os acidentes de trabalho, o qual responsabiliza e culpabiliza os trabalhadores (Oliveira, 2007). Este recurso formativo/pedagógico mostrava-se bastante fértil para que fossem expressos os entendimentos e as versões sobre fenômenos que fazem parte do dia a dia de trabalho. Assim, a partir do vivido e do testemunhado nestas dramatizações era possível discutir o imaginário (valores, visões, representações e ideologias), as informações e os conhecimentos técnicos que lhes davam substância. Mas, não era sem contradições que estas versões sobre a realidade emergiam. Nestas experiências, ambas as inclinações se apresentavam: o conhecimento pautado na condição de classe e o que apoiava a defesa dos interesses patronais e gerenciais. Vale lembrar a ambiguidade do “popular”, conforme Marilena Chauí:

Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo

ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação. (Chauí, 1993 [1986], p.124).

Os processos dialógicos e reflexivos conduziam os trabalhadores aos *insights* sobre sua condição de classe e a partir daí estariam mais apetrechados para melhor definirem os caminhos de atuação.

Em quarto lugar, vivenciamos o que Bourdieu afirma sobre a dinâmica do campo científico, qual seja, a de que os embates e as disputas epistemológicas são, ao mesmo tempo, disputas de natureza política, que visam alcançar posições de distinção no campo (Bourdieu, 1993). Na Saúde do Trabalhador, especificamente, esta disputa envolvia leituras orientadas por diferentes matrizes teóricas e que se alinhavam a posicionamentos políticos antagônicos.

O campo científico –dizia Bourdieu–, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (1983, p. 122-123).

### **A polimorfia do trabalho e a dívida pendente**

Vale agora destacar realidades de trabalho que ainda não fazem parte da agenda de pesquisa e de intervenção da psicologia social do trabalho de um modo sistemático. Embora nunca tenhamos sido uma sociedade salarial nos termos descritos por Castel (1998), nossa agenda de pesquisa se concentrou bastante na realidade de trabalhadores assalariados em regiões urbanas em empresas suficientemente grandes para ter um coletivo que se identificasse como tal e tivesse vínculos com entidades de representação de classe. Por esse motivo, temos um débito com as modalidades de trabalho não reguladas/não protegidas e com o trabalho rural.

Nossa realidade de trabalho é polimorfa. Entretanto, há modalidades de trabalho que receberam atenção marginal pela psicologia voltada ao estudo do trabalho. Desta forma, há um débito para com elas. Essa polimorfia não é recente, como argumentam autores como Ianni (1994) –com a imagem do mapa arqueológico e do caleidoscópio–, Oliveira (2013) – com a imagem do ornitorrinco: bicho desengonçado, mostrando como setores “modernos” dependem dos setores atrasados– e Santos (2004) –quando se refere aos dois circuitos da economia. A polimorfia expressa a desigualdade presente na nossa realidade.

Nesse sentido, é importante referir as contribuições das investigações de pesquisadores latino-americanos que teorizam sobre a “economia popular”, como César Giraldo (2017); “nanoeconomia”, como Peter Spink (2009) e a “viração”, como Maria Filomena Gregori (2000). E, também, pesquisadores que estudaram a realidade de trabalho no continente africano: Marzia Grassi (2003) descreve a complexidade organizativa do comércio transnacional desenvolvido pelas rabadantes caboverdianas; Carlos Lopes (2007), por sua

vez, descreve a vida e o trabalho nos grandes mercados em Luanda (Angola) como Roque Santeiro, assim nomeado pela influência de uma das novelas brasileiras transmitidas naquele país; e Abdallah Nouroudine (2011), que aponta a existência e a importância de muitos trabalhos cujo usufruto e importância dependam de trocas não mercantis para a sobrevivência da população de União de Comores (situada na costa oriental da África). Ou seja, o universo do trabalho em nossos países se caracteriza pela polimorfia a qual, por muito tempo, ficou invisibilizada.

No Brasil, o processo de “modernização”, no qual se buscou hegemonizar a relação de assalariamento no país, invisibilizou toda uma gama de atividades laborais consideradas atrasadas, fora de seu tempo e se imaginou que, de algum modo, elas viriam a ser extintas. Assim, por exemplo, a feira livre, o camelô, a quitandeira (que tem origem no trabalho das negras angolanas) e o vendedor ambulante são modalidades de comércio e de trabalho que remetem sua existência ao Brasil Colônia e persistem em centros urbanos, sofrendo preconceito, desprezo e violência do poder público e competição desleal com as empresas modernas (supermercados, os shoppings centers etc.), sendo alvo de práticas higienistas. O Brasil Moderno, expressão de Otávio Ianni (1994), é uma ideia, talvez um desejo, pois a nossa realidade de trabalho é como um mapa arqueológico, no qual presente, passado e futuro convivem.

O processo de invisibilização de algumas formas de trabalho no Brasil já havia sido notada por João do Rio no Rio de Janeiro do início do século XX. Assim, ele lembra dos catraieiros (que conduzem catraia, que é uma pequena embarcação), dos carroceiros (que fazem transporte em carroças), dos ciganos comerciantes, dos trapeiros (que catam trapos e papelão para vender), dos apanha-rótulos, dos selistas, dos caçadores, das ledoras (aquelas que leem, profissão cuja importância deve ser considerada na época em que existiu). João do Rio (2008 [1904], p. 56) denomina estes trabalhos como “profissões ignoradas”, “pequenas profissões” e “profissões sem academia”. Assim como estas, atualmente muitas outras existem, embora continuem a ser ignoradas.

Em nosso contexto, a precarização do trabalho no neoliberalismo agrava as incertezas e vulnerabilidades já existentes anteriormente, somando-se outros tipos de trabalho, que surgiram recentemente, como o trabalho uberizado. Em termos estatísticos, o trabalho na forma de emprego sempre alcançou apenas uma parcela da população trabalhadora. Desta forma, o entendimento sobre a precarização do trabalho, bem como a agenda de pesquisa sobre o tema devem ser orientados a partir do chão de nosso país. Em função deste débito, costumo dizer que o quê construímos foi uma psicologia do emprego, e não do trabalho (Sato, 2011, 2017).

Decerto, deveremos dar continuidade ao estudo de situações que têm o trabalho assalariado e protegido como parâmetro, como nas grandes corporações, bem como ao de todas as modalidades de trabalho que ficam à margem da regulação e são precarizadas, aumentando a insegurança e a precarização subjetiva. A psicologia social do trabalho foi forjada a partir de pesquisas e de intervenções que têm a desigualdade no seio dos problemas que as motivaram, tanto no sentido de darem visibilidade a esses problemas e à desigualdade subjacente, como no intuito de superá-los. A psicologia social do trabalho situa-se no campo das ciências sociais e tem se beneficiado com o diálogo e com as contribuições de autores que pensam as especificidades do Sul. De um modo ou de outro, são pensadores anticoloniais. Aponto os pesquisadores que, juntamente com César Giraldo (2017), pesquisador colombiano, têm trazido aportes importantes para pensarmos a Economia Popular e pensadores do continente africano que têm construído leituras sobre a desigualdade, tomando por referência a posição da África negra no mundo, como o de Achille Mbembe (2017, 2018), historiador camaronês, que pensa o devir-negro do mundo a

partir da política da inimizade –a qual cria inimigos para justificar a violência do Estado, algo que temos visto tão dramaticamente no Brasil. O globalismo não é algo novo e talvez tenhamos que pensá-lo para dentro (vendo as desigualdades) –como entende o indiano Homi Bhabha (2007), professor de literatura em Harvard, nos EUA–, e não apenas para fora (outros países – além das fronteiras).

Creio que é um importante desafio nos debruçarmos sobre o discurso do empreendedorismo, que parece se disseminar tão amplamente, e que, talvez, venha a se cristalizar como um modo de ser não apenas para refletir sobre a condição de trabalhadores, mas sobre a condição de pessoas, dado que ele ativa outros modos de ser. Camilo Guevara (2017), economista colombiano, mostra-se atento à colonização do discurso e do modo de ser empreendedor junto aos segmentos da população que fazem a economia popular. Como ele destaca, o

[...] *coworking* pretende afiançar uma noção de comunidade que não está ligada à solução das preocupações que concernem a todos os integrantes da mesma, mas sim na qual cada integrante expõe seus “projetos pessoais” e os demais se articulam só se encontram coincidências com seus próprios projetos. (Guevara, 2017, p. 74).

Essa lógica do “cada um por si” pode nos ajudar a entender as novas expressões do processo saúde-doença,<sup>1</sup> onde a ideologia neoliberal ganha vigor.

Mas é bom ter em mente o que Noam Chomsky afirmou sobre o neoliberalismo:

[...] o neoliberalismo existe, mas só para os pobres. O mercado livre é para eles, não para nós. Essa é a história do capitalismo. As grandes corporações empreenderam a luta de classes, são autênticos marxistas, mas com valores invertidos. Os princípios do livre mercado são ótimos para ser aplicados aos pobres, mas os muito ricos são protegidos. As grandes indústrias de energia receberam subvenções de centenas de milhões de dólares, a economia de alta tecnologia se beneficia das pesquisas públicas de décadas anteriores, as entidades financeiras obtêm ajuda maciça depois de afundar... Todas elas vivem com um seguro: são consideradas muito grandes para cair e são resgatadas se têm problemas. No fim das contas, os impostos servem para subvencionar essas entidades e com elas, os ricos e poderosos. Mas além disso se diz à população que o Estado é o problema e se reduz seu campo de ação. E o que ocorre? Seu espaço é ocupado pelo poder privado, e a tirania das grandes corporações fica cada vez maior. (2018, p. 8).

Ailton Krenak, no documentário “Guerras do Brasil” (Bodanzky; Bolognesi, 2019), afirma que desde que os europeus chegaram a esta terra que hoje se chama Brasil a guerra nunca acabou. E nos dias de hoje, a necropolítica, como fala Achille Mbembe –a guerra como política– está cada vez mais evidente e violenta, caracterizando o que ele denomina de devir-negro do mundo.

Sobre as heranças que podemos deixar, gostaria de destacar os caminhos que permitiram construir a psicologia social do trabalho, que foram pavimentados pelo processo de redemocratização do nosso país. E o cotidiano como esfera de apreensão do real nos permite

---

<sup>1</sup> O sentimento de solidão e desamparo, talvez um foco importante para estudar em sua relação com o trabalho; a lógica do mercado financeiro; a depressão, o suicídio e outras doenças mentais; a automedicação e a violência no trabalho.

conhecer os fazeres, as interações e o imaginário que singularizam os fenômenos do trabalho no Brasil.

## Referências

BERNARDO, M. H.; OLIVEIRA, F.; SOUZA, H. A.; SOUSA, C. C. Linhas paralelas: as distintas aproximações da psicologia em relação ao trabalho. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 15-24, 2017.

BHABHA, H. K. Ética e estética no globalismo: uma perspectiva pós-colonial. *In*: VILAR, E. R. (org.). **A urgência da teoria**. Lisboa: Calouste-Gulbenkian; Tinta-da-China, 2007. p. 21-44.

BODANZKY, L.; BOLOGNESI, L. **Guerras do Brasil** [documentário]. Brasil: Netflix, 2019.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, P. “Espaço social e espaço simbólico”. *In*: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1997. p. 13-33.

BOURDIEU, P. “O campo científico”. *In*: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p.122-154.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998[1995].

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1986].

CHOMSKY, N. Noam Chomsky: “as pessoas já não acreditam nos fatos”. **El País**, 12 mar. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987\\_936609.amp.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.amp.html).

COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

COUTINHO, M. C.; OLIVEIRA, F. “Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades”. *In*: COUTINHO, P.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 81-102.

DO RIO, J. “Pequenas profissões”. *In*: RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1904]. p. 54-61.

ESTEVES, E.; BERNARDO; M. H.; SATO, L. Fontes do pensamento e das práticas em psicologia social do trabalho. *In*: COUTINHO, P.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 49-80.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, P. “Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação”. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 34-41.

GIRALDO, C. (coord.) **Economía popular desde abajo**. Bogotá: Desde Abajo, 2017.

GRASSI, M. **Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Spleen, 2003.

GREGORI, M. F. **Viração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



- GUEVARA, C. “Lo que no debería ser la economía popular, desmistificando el discurso del emprendimiento”. *In*: GIRALDO, C. (coord.). **Economía popular desde abajo**. Bogotá: Desde Abajo, 2017. p. 67-90.
- IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LACAZ, F. A. C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 13 (supl. 2), p. 7-19, 1997.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LOPES, C. M. **Roque Santeiro: entre a ficção e a realidade**. S. João do Estoril: Princípia, 2007.
- MELLO, S. L. **Trabalho e sobrevivência: mulheres no campo e na periferia**. São Paulo: Ática, 1988.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 13 (supl. 2), p. 21-32, 1997.
- NOUROUDINE, A. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais trabalho? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 69-83, 2011.
- ODDONE, I. *et al.* **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- OLIVEIRA, F. A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre os acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 32, p. 19-27, 2007.
- OLIVEIRA, F. “O ornitorrinco”. *In*: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 80-97.
- PRILLELTENSKY, I. “Aspectos políticos e éticos da psicologia organizacional”. *In*: PRILLELTENSKY, I. **The moral and politics of psychological discourse and the status quo**. New York: State University of New York Press, 1994. *Mimeo*. Tradução de Fábio de Oliveira e Leny Sato para fins didáticos.
- PULIDO-MARTÍNEZ, H. C. De la relación entre la psicología y el trabajo a la luz de sus dimensiones coloniales. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 5-14, 2017.
- REBOUÇAS, A. J. A. **Insalubridade: morte lenta no trabalho**. São Paulo: Oboré, 1989.
- RIBEIRO, H. P.; LACAZ, F. A. C. **De que adoecem e morrem os trabalhadores**. São Paulo: DIESAT/IMESP, 1984.
- RIBEIRO, H. P.; LACAZ, F. A. C.; CLEMENTE, C. A.; DUTRA, P. Entrevista: Herval Pina Ribeiro, Francisco Antonio de Castro Lacaz, Carlos Aparício Clemente e Pêrsio Dutra falam sobre a história do DIESAT. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 5, p. 63-85, 2002.
- RODRIGUES, A. M. Lugar e imagem da mulher na indústria. *In*: SATO, L. (org.). **Trabalho, indivíduo e sociedade**. São Paulo: Edusp, 2005a. p. 189-210.
- RODRIGUES, A. M. **Operário, operária**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RODRIGUES, A. M. Processo produtivo e visão do trabalho entre supervisores de uma empresa automobilística. *In*: SATO, L. (org.). **Trabalho, indivíduo e sociedade**. São Paulo: Edusp, 2005b. p. 119-136.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SATO, L. Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. *In*: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (org.). **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 151-174.

SATO, L. “O psicólogo e a Saúde do Trabalhador na área sindical”. *In*: CAMPOS, F. C. B. (org.). **Psicologia e saúde**: repensando práticas. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 103-121.

SATO, L. “Psicologia e Trabalho: focalizando as ‘profissões ignoradas’”. *In*: MEDRADO, B.; GALINDO, W. (org.). **Psicologia social e seus movimentos**: 30 anos de Abrapso. Recife: Abrapso, 2011. p. 233-250.

SATO, L. “Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos ‘Trabalho’ e ‘Organizações’”. *In*: TRINDADE, Z. A.; ANDRADE, A. N. (org.). **Psicologia e saúde**: um campo em construção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 167-178.

SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H. “A perspectiva da psicologia social do trabalho”. **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 11-24.

SATO, L.; LACAZ, F. A. C.; BERNARDO, M. H. Psychology and the Workers’ Health Movement in the State of São Paulo (Brazil). **Journal of Health Psychology**, v. 9, n. 1, p. 121-130, 2004.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SISTO, V. Haciendo subjetividades calculables: la transformación de la crítica psicológica en tecnología administrativa. **Aristeo**, v. 2, n. 2, p. 91-112, 2012.

SPINK, P. A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 174-192, 1996.

SPINK, P. Microcadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 227-242, 2009.

STAKE, R. E. “Qualitative Case Studies”. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. City Road: Sage, 2005, p. 443-466.

VERARDO, L. H. Desemprego e autogestão. Mesa-redonda: mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 55-72, 1999.

# Dinámicas de reconocimiento en el trabajo y procesos de individuación en el contexto de la industria del software en Uruguay<sup>1</sup>

Mariela Quiñones

María Julia Acosta

## Introducción

El reconocimiento se ha impuesto como una de las categorías reflexivas centrales en la filosofía política actual, y ello ligado a los problemas teóricos que los científicos sociales se plantean para dar cuenta de los conflictos inherentes a las sociedades contemporáneas como expresión no sólo de dilemas políticos y económicos, sino también de las transformaciones sociales e identitarias de este tiempo, incluida la construcción de los individuos como tales.<sup>2</sup>

Particularmente Honneth (2008) identifica el trabajo como una esfera central en la construcción del vínculo social. Sostiene que todos los individuos tienen derecho a sentirse reconocidos por el tipo de contribución que realizan a la sociedad y que cuenta como trabajo, siendo que las relaciones de reconocimiento se entrelazan con la organización social del trabajo en lo que atañe a la valoración social y el proceso de trabajo se transforma en un escenario relacional donde se inscriben experiencias morales. De esta manera, el trabajo es considerado un ámbito privilegiado para la realización individual en base al cual el individuo puede desarrollar sus habilidades, destrezas, talentos y ganar autonomía moral por medio del reconocimiento que brindan las tres esferas de normatividad históricamente diferenciadas por el autor (esferas de reconocimiento): el amor (dedicación emocional), el derecho (respeto) y la solidaridad (estima social). Dicho de otro modo, para que los individuos puedan disponer de su autonomía individual, en el trabajo en particular y en la vida social en general, es necesario que sean reconocidas socialmente sus necesidades, su igualdad jurídica y sus contribuciones sociales.

Partiendo de esta problematización del trabajo, el presente capítulo tiene por objetivo analizar, a la luz del concepto de reconocimiento, la construcción que hoy se considera hegemónica del individuo en este ámbito. Se afirma que, en el marco de las tendencias y procesos que caracterizan hoy al mundo del trabajo, esta construcción se da a partir de la conexión entre el concepto de trabajo y de valoración social. En este terreno radican hoy

---

<sup>1</sup> La versión final de este capítulo fue entregada a los organizadores en septiembre de 2021 (N. de los O.).

<sup>2</sup> Sobre este punto, Butler y Fraser (2017), Fraser (2000), Honneth (1997, 2006, 2009, 2011), Ricoeur (2005) y Taylor (1996).

importantes luchas sociales, poniendo en juego tanto qué se entiende por trabajo, como cuáles son los valores dominantes en base a los que se establecen las jerarquías en cuanto a los criterios de estima social en el mismo.

Estas transformaciones a las que está hoy expuesto el trabajo, descritas por algunos autores –entre ellos, Boltanski y Chiapello (2000), Martinet *et al.* (2007) y Quiñones (2018)– como deudas de las nuevas ideologías del *management* que caracterizan al capitalismo, –identificada como lógica del *management* (Acosta, 2020), del logro (Jiambalvo, 2020), de la autorrealización (Bröckling, 2015), entre muchas otras–, son abordadas como parte de una episteme o formación discursiva propia del neoliberalismo que inaugura una forma de ver la sociedad, que se extiende al trabajo y al trabajador, sustentada en el principio de individuación, considerado uno de los principales principios normativos del capitalismo postradicional. La individuación, en tanto forma de producir individuos, aparece como alternativa teórica (Araujo; Martuccelli, 2007, 2009, 2010; Martuccelli; Singly, 2009) a las formas de producción de individuos dominante en el proceso taylor-fordista de la gran fábrica, la socialización; y a la subjetivación, entendida como ideología cuyo poder consiste en transmitirle al individuo una verdad sobre él y sobre la lógica de su conducta y de sus relaciones sociales. La singularización de los sujetos en el marco de su vida cotidiana aparece como la concepción del sujeto propia de la individuación, resultante de la pluralidad de desafíos o pruebas a las que hoy en día están estructuralmente sometidos y que los fabrican en tanto tales.

Siguiendo con el desarrollo de la tesis antes expuesta, en el marco de esta definición del trabajo y del trabajador, se retoman algunos argumentos del propio Honneth (2006), para quien la centralidad del reconocimiento está siendo cuestionada por posturas que discuten su potencial transformador. Se plantea que, en el marco de estos procesos de individuación del trabajo, el reconocimiento deviene en mecanismo de una ideología, lo que el autor denomina un “reconocimiento ideológico”<sup>3</sup> y, como señala Žižek (2003) en relación a toda ideología, funcional respecto a toda relación de dominación social de un modo no transparente, bajo el entendido que la lógica misma de la legitimación de toda relación de dominación debe ser no visible para ser efectiva. El capítulo argumenta que estas tendencias actúan sobre las esferas de reconocimiento que destaca Honneth (2009), provocando evoluciones que implican una reversión parcial de los logros normativos institucionalizados en dichas esferas.

Siguiendo aquellos autores que consideran que la referencia del mundo del trabajo pasa hoy a ser dominada por la producción informática concluyendo el ciclo de la referencia al automóvil propio de la manufactura predominante en la mayor parte del siglo XX (Zarifian, 1996; Massera *et al.*, 2004; Quiñones *et al.*, 2015), el referente empírico fue puesto en el análisis de la industria de desarrollo de *software* de Uruguay, más particularmente, aquel subsector de desarrollo de *software* a medida cuyas organizaciones han adoptado la hoy llamada

---

<sup>3</sup> Basado en el concepto de ideología de Althusser (2008), Honneth acepta que el reconocimiento en su sentido meramente afirmativo podría devenir un mecanismo de conformidad con la normatividad hegemónica, contribuyendo a las condiciones de sometimiento, siendo los individuos “ejercitados en una determinada relación consigo mismos que los motiva para una asunción voluntaria de tareas u obligaciones socialmente útiles” (Honneth, 2006, p. 130). De hecho, así comienza Honneth este escrito, publicado originariamente como “Reconocimiento e Ideología”: “del mismo modo que en las últimas dos décadas el concepto de reconocimiento se ha convertido en el núcleo normativo de una multitud de esfuerzos políticos emancipatorios, han crecido también las dudas sobre su potencial crítico” (Honneth, 2006, p. 129)

organización por proyectos (Boltanski, 2017).<sup>4</sup> En tal sentido, el trabajo en este sector ofició de prototipo del ideal de trabajo que se construye en esta etapa del capitalismo también denominado capitalismo cognitivo.

A partir del estudio de las dinámicas del trabajo en este tipo de organizaciones del sector, en un primer apartado se introduce esta configuración del trabajo a partir de sus principales rasgos característicos. En base a ello, se identifican diferentes factores, sobre todo relacionales, que permiten visualizar cómo el trabajo en tanto concepto ha ido adquiriendo mayor amplitud (De La Garza, 2009). Entre otros, se remarca la construcción de elementos subjetivos tales como valores, emociones, criterios estéticos, razonamientos cotidianos, que se configuran como tales en el marco de estas modalidades de trabajo. La descripción del trabajo en el sector permitirá identificar estos desafíos que constriñen estructuralmente a los trabajadores y se inscriben en sus trayectorias.

Seguidamente, en un segundo apartado, se caracterizará esta ideología managerial como marco de un orden de justificación que, orientado por este arquetipo de trabajo y en sintonía con el orden social emergente, será caracterizado como un proceso de construcción del individuo en base al principio de individuación. El vínculo individuo-organización es descrito como proceso de reafirmación de un *ethos* de la singularización.

Finalmente, en un tercer apartado, se vuelve sobre los datos para analizar el trabajo como gramática moral. En este contexto, surge la idea de conflicto que será la base para el cierre del artículo. El mismo trabaja sobre el argumento que las nuevas ideologías del trabajo propias de esta era del *management* conllevan un concepto hegemónico de trabajo que ha perdido su potencial crítico, ha perdido significación en relación a su potencialidad para transformar las formas de trabajo establecidas en la sociedad. El nuevo espíritu del capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2000) asentado en estos sectores, genera efectos paradójicos (Honneth, 2009), contribuyendo a dar forma a una concepción del trabajo donde la autonomía cumple un papel central, pero esta autonomía sólo admite ser leída como autonomía individualista, contraria al desarrollo de una concepción intersubjetiva de la autonomía personal, base del concepto de reconocimiento al que contribuyó Honneth.

El propósito del capítulo consiste entonces en subrayar la idea de que un importante paso en este sentido es comenzar por evidenciar la naturaleza ideológica de las actuales formas de reconocimiento en el trabajo bajo la modalidad en que éste evoluciona en el contexto de las nuevas ideologías del *management*, las que se sustentan no solo en una forma de modelar el trabajo sino y, sobre todo, en una nueva concepción del trabajador.

### **Trabajo como proceso de individuación: el caso del software**

Un aspecto importante que especifica el análisis del trabajo en este subsector es el hecho que, debido a su naturaleza (a medida, en oposición a automatizable y/o estandarizable), el proceso de desarrollo de *software* no es homogéneo. Cada emprendimiento surge en el marco

---

<sup>4</sup> Básicamente, el trabajo que realiza el Grupo de Investigación Sociología del Trabajo y de los Recursos Humanos de la Comisión Sectorial de Investigación Científica (Grupo 928, CSIC-UdelaR) durante la última década y que tuvo su culminación con la tesis doctoral titulada “Reconfiguración del mundo del trabajo a la luz de la ideología del *management*: el sector de desarrollo de software en Uruguay” (Acosta, 2020). De esta última se sostiene el trabajo empírico consistente en entrevistas en profundidad a trabajadores y organizaciones del sector, y a una exhaustiva revisión documental realizada entre los años 2016 y 2020.

de un proyecto. Además, en el caso de intangibles, como es un *software*, y en particular aquel que se hace a medida, el producto debe evolucionar para adaptarse a las necesidades del cliente o usuario, a las innovaciones continuas, deviniendo éste un referente en este proceso. En base a estas características, el proceso de trabajo requiere un vínculo entre trabajador y trabajo que no es de tipo operativo sino cognitivo, siendo que el trabajo aparece articulado en torno a una red de relaciones donde el papel del individuo es definitorio en el éxito del servicio proporcionado. Se trata de la integración en una red extensa, donde están presentes los usuarios, los clientes, otros profesionales e, incluso, pueden estarlo representantes de diversas organizaciones, tales como organismos estatales, asociaciones civiles, profesionales, entre otros.

Esto remite a una idea ampliada de trabajo que introduce nuevas problemáticas al aparecer este mismo como resultado de un proceso interactivo, comunicativo, reflexivo, con un fuerte componente social en su construcción. De hecho, en el marco de un proyecto, el *software* no puede anticipar resultados ni tiempos porque depende de múltiples transformaciones que irán configurando una trayectoria del producto en el marco de un grupo de trabajo o de una organización, primando al final la idea de utilidad, calidad y/o performatividad. Desde la perspectiva de los recursos humanos, se requieren trabajadores que logren este objetivo de cubrir las expectativas del cliente y/o usuario y no estén programados o en un proceso de reducción de tiempos de producción buscando aumentar la productividad (Acosta, 2015).

De esta forma, y en esta integración a una red de relaciones amplia, el individuo trabajador tiene que performar de acuerdo a lo que se espera, entendiendo lo que se requiere y pudiendo articular con los demás mediante un acuerdo comunicativo en relación a un proyecto. Estas expectativas sobre su performance desembocan en un trabajo activo del individuo sobre sí mismo en la medida que quedan en sus manos y, por ende, en su gestión, las formas mediante las cuales alcanzar las respuestas a los desafíos que están implícitos en su trabajo. Esta autogestión recae como requerimiento del trabajador y es interpretada por el mismo como la asunción de una responsabilidad, conllevando con ello una carga de responsabilización. Por ejemplo, en diversas ocasiones el trabajador es puesto en situación de tener que trascender su estado, como ocurre cuando no puede dar respuesta a la creatividad que su trabajo demanda y tiene que encontrar la forma para poder “activar” esta capacidad. En consecuencia, diversas estrategias son implementadas por los individuos para lograr esta activación, como puede ser quedarse fuera de horario, participar de sesiones de intercambio de ideas donde los otros ofician de fuente de inspiración; lo cual se ve potenciado por la estrategia de recursos humanos que las organizaciones implementan buscando generar las condiciones materiales y relacionales para que los individuos puedan “performar bien” (espacios lúdicos, la estética del ambiente, la accesibilidad a los servicios como alimentos y otras necesidades) (Acosta, 2020).<sup>5</sup>

Esta auto responsabilización evidencia la emergencia de un individuo que se ve en la necesidad de autogestionarse, que tiene que asumir las consecuencias de su libertad y autonomía en la toma de decisiones sobre el producto, las relaciones con los otros, lo cual implica que también las tome sobre su destino. Esto remite a un trabajador proactivo con fuertes competencias para resolver problemas, afrontar imprevistos, relacionarse con el

---

<sup>5</sup> A este respecto, un desarrollador en una de las entrevistas sostenía: “Hay días en los que naturalmente no vas a rendir como..., ya como es la profesión vos no vas a pensar o ser tan rápido como capaz te lo exigen los tiempos o las cosas. A veces te quedás más tiempo, por compromiso. Esas cosas se han dado...” (Desarrollador, Montevideo, 2018).

cliente, conectar con sus demandas.<sup>6</sup> Es decir, un individuo capaz de construir conocimientos mediante la práctica del “trabajo en acto”, que se traduce en competencia en los momentos en que es reactualizado en cada nueva situación de trabajo. Competencias que ligan al trabajador a la producción de un conocimiento innovador y creativo.<sup>7</sup> Se puede decir que, para el trabajador, cada situación es un desafío (Quiñones; Acosta, 2017).

Este tipo de dinámica encuentra su expresión en la adopción por parte de las organizaciones de las denominadas “metodologías ágiles” como forma de gestión de esa performatividad, donde la responsabilización y el ajuste al colectivo son notorios. Se trata de una forma de desarrollar *software* basada en la idea de la horizontalidad y el trabajo colaborativo donde la interacción entre las personas es fundamental. Uno de sus criterios principales es el desarrollo incremental. El mismo es pensado como un proceso a partir de pequeñas sucesivas entregas de avances en el *software*, con ciclos rápidos, que se transforma en un proceso coordinado donde el cliente y los desarrolladores trabajan juntos basados en la cooperación y la comunicación.

Si bien en este contexto no es que los roles o las tareas especializadas o repetitivas desaparezcan, en términos generales pasan a ser subsidiarias del trabajo que realizan trabajadores crecientemente singularizados a partir del aporte de originalidad que contiene su trabajo.<sup>8</sup> Junto a la auto responsabilización, la autodisciplina y formación autodidacta, activan un proceso de autogestión de los trabajadores, que convergen en una organización del trabajo donde el énfasis está puesto no en el disciplinamiento, inducción, socialización, ajuste a las líneas de mandos y sus consignas directivas o la formación, sino en la articulación de los roles en torno a un proyecto y, sobre todo, en generar una mayor autonomía de sus trabajadores.

Otra consecuencia de estas características de la producción de tipo inmaterial como la del software. Si bien son importantes las normas formales, aparece un amplio espacio para la construcción de arreglos en torno a los problemas prácticos que se van fijando el o los trabajador(es) para poder realizarlo de acuerdo a sus criterios. Al quedar el trabajo también abierto a la evaluación del cliente, se genera un espacio de regulación no cubierto por las normas. Esta nueva regulación que Reynaud (1989) se refirió como aquellas que regulan los espacios de autonomía en el trabajo, incluye normas de tipo ético (compromisos, valores), estético, de confianza, culturales, entre otras. A modo de ejemplo, regular los umbrales de

---

<sup>6</sup> “Ser proactivo, se supone que si estás en un lugar donde se supone son todos iguales. No podés quedarte mirando las nubes y que te digan ‘hacé esto’. Todos tienen que proponer cosas y ver dónde fallamos, aportar algo al equipo. No ser pasivo, esperando a que te vengán a decir ‘hacelo así o así’” (Desarrollador, Montevideo, 2016).

<sup>7</sup> En relación con esta cuestión, un responsable de RRHH señala “es un tema de mantener a la gente motivada, darle espacios a la creatividad y que... No sé... Nosotros tenemos la jornada de los viernes, que es un almuerzo compartido en donde la empresa compra comida para todos y es un ritual en donde estamos todos. Tiempo atrás hicimos una especie de *brainstorming* en donde cada uno decía, ponía su idea de producto, después se podía evaluar y potencialmente priorizarlo como un proyecto interno de la empresa. Cómo innovar es simplemente darle espacio a las personas que todo el mundo tiene sus ideas, no sé...” (Responsable RRHH, Montevideo, 2018).

<sup>8</sup> Justamente, uno de los giros epistemológicos en los estudios del trabajo que empiezan a verse forzados por este nuevo tipo de dinámicas, pasan por romper con los estereotipos que llevan a pensar el control y la autonomía como ideas contradictorias y funcionando bajo lógicas de acción opuestas: una de las evidencias recogidas en la observación del sector es que ambas lógicas se entremezclan en la práctica. La complejidad emana de un empresario que tiene una estrategia orientada al control pero apoyándose fuertemente en la autonomía de los trabajadores.

esfuerzo, gestionar las diferencias de conocimiento entre cliente y productor, regulaciones en torno al límite de tiempo y costos que puede insumir la producción. A su vez, siempre en el plano de la construcción de reglas, destacar que la red informal pasa a ser estratégica en cuanto permite definir las lealtades requeridas y sus límites, pero también para gestionar el conocimiento colectivo del grupo y orientar a el(los) trabajador(es) en sus requerimientos de actualización.

El desafío para la organización está en acompañar este proceso y rescatar la capacidad que tienen estas dinámicas de estabilizarse y legitimarse, a pesar de ser un proceso abierto y en continua revisión. Esta idea se ha visto reafirmada por las entrevistas, las que muestran que estos criterios se ajustan también en función de las definiciones de situación de los empleadores. Por ejemplo, hay empresas que quieren que sus trabajadores se retiren de la misma una vez terminado un proyecto y otras en las que la búsqueda de estabilidad por parte de los trabajadores es una condición de reclutamiento.

De todo esto se destaca como mecanismo managerial el establecimiento de objetivos morales a nivel colectivo pero también individual que suponen un fuerte trabajo de los trabajadores sobre sí mismos. Es decir, el principal objetivo de la organización es producir individuos autónomos. Al decir de Acosta, en referencia a la construcción del sujeto en el sector: “el posicionamiento es el de ser actor, constructor del futuro, hacedor de cosas útiles, pragmático” (Acosta, 2020, p. 208). Por esto, la búsqueda de oportunidades y su aprovechamiento también aparecen como valores relevantes, y todo ello está relacionado al planteamiento de objetivos morales a nivel colectivo asociados a mejoras en calidad de vida o servicios recibidos, pero también a objetivos individuales que supongan salir del espacio seguro y conocido hacia otro que represente un desafío, obteniéndose un beneficio a nivel personal que se materializa en la transformación del individuo: “ser siempre tu mejor versión” (Acosta, 2020, p. 208).

Pero también, como fue mencionado, es central la activación de mecanismos por parte de las organizaciones en torno a la constitución de una comunidad como aspecto central para el trabajo colaborativo. En este sentido, el reclutamiento y la selección aparecen como prácticas de gestión de recursos humanos claves para generar el buen ambiente (Acosta, 2020). En efecto, lo doméstico es la base del sentimiento de comunidad en que se sostiene este juego de exaltación de los objetivos morales y delinea el contexto en el que sucede el vínculo entre los individuos y la organización, que es narrado tanto por los representantes como por los trabajadores como configurado a partir de relaciones laborales “cercanas”, “afectivas”, “de apoyo”, “de potenciación”, “de estimulación al desarrollo profesional desde un lugar no competitivo”, más bien personalizado, en un ambiente de colaboración.<sup>9</sup> Como contracara, el individuo se concibe en el marco de una organización que garantiza su bienestar: condiciones medioambientales de trabajo óptimas, conforma equipos, busca proyectos, visualizándolas como genuinas fuentes de reconocimiento.

---

<sup>9</sup> La activación de una lógica doméstica es central para generar la idea de comunidad, lo que se expresa en aspectos tales como las lógicas de reclutamiento menos asentadas en las habilidades técnicas que en encontrar personas que evoquen ese “aire de familia” que garantiza su sensibilidad para “encajar” en la organización. Dentro del repertorio discursivo que conforman las referencias a los trabajadores aparecen: “proactividad”, “solidaridad”, “amabilidad”, “adaptabilidad”, “compromiso”, “iniciativa”, “tolerancia”, “consideración”, “no estar a la defensiva”, “buena comunicación” (Acosta, 2020).



## El vínculo individuo-organización: la reafirmación de un ethos de la singularización

En el marco de las tendencias y procesos que caracterizan la conceptualización del trabajo antes descrita, la construcción del individuo se da en el marco de la conexión entre trabajo y lo que se propone comprender como un proceso de individuación. En este apartado se describe el mismo, entendiendo como políticas de individuación el modo como las organizaciones fabrican individuos y también aquellos procesos que hacen que los individuos se piensen, definan y actúen como tales. En esta dinámica, fruto de la relación entre individuo y organización, no solo adquiere importancia la capacidad de singularizarse de los sujetos, valor central de estas organizaciones, base de un *ethos* organizacional, sino la capacidad de los individuos de apropiarse de las condiciones que facilitan esta singularidad.

En este juego de interdependencia o construcción del vínculo entre organización y sujetos, ambas partes movilizan recursos. Por su lado, las organizaciones se auto-organizan en función de garantizar la existencia de proyectos, brindar las metodologías para el desarrollo de productos basadas en el trabajo cognitivo y, por ende, colaborativo, incentivar el desarrollo de determinadas habilidades -como formas de estar y ser de los trabajadores- orientando su acción siempre a generar las condiciones de trabajo óptimas para favorecer estos ambientes y dinámicas de trabajo que son la base de la actividad. En contrapartida, emerge el sujeto autónomo, comprometido, colaborador, del que destaca su consentimiento a las condiciones y requerimientos de la organización. Un sujeto liberado de las condiciones de subordinación que, de otro modo estaría atado a tener que negociar muchas de las dimensiones que atañen a su trabajo cotidiano, por sobre todo, las condiciones de trabajo, que en estas empresas destacan por su excepcionalidad.

Surge justamente aquí una paradoja, colmadas las demandas del trabajador recaen sobre él un abanico de requerimientos ligados a la autonomía, flexibilidad, adaptabilidad, performatividad, entre otras. Contrademandas invisibilizadas como condiciones de subordinación, porque el trabajador interiorizó determinadas formas de ser, estar y hacer, privilegiando el valor de la autonomía individual. El trabajador da su consentimiento para que la organización demande de él lo que esta necesita, a cambio de trabajar en aquellas condiciones bajo las cuales la misma hoy da valor a su trabajo y él puede ponerse en valor frente a la sociedad. Esta es la paradoja del capitalismo managerial: logra que los individuos invisibilicen sus condiciones de subordinación y extraigan de esta situación las cualidades que les permiten ponerse en valor y sentirse útiles. Es decir, pueden reafirmarse como individuos más autónomos, disponer de flexibilidad de horarios, sentirse respetados en sus derechos, principalmente su autodeterminación. Estas definiciones de reciprocidad se legitiman en que el trabajador y la organización acuerdan en que activan un proceso virtuoso de mejor performance, mayor productividad, eficiencia y calidad en lo producido que les identifica y les diferencia.

Como segundo aspecto a remarcar en la construcción del vínculo entre sujeto y organización en base al principio de la individuación y la construcción de un ethos colectivo, están el papel central que cumplen la meritocracia y el desarrollo de una cultura del esfuerzo (Szlechter, 2018) como justificación de la individualización de las relaciones colectivas del trabajo (Krepki, 2020). El fomento de valores centrados en el mérito, el esfuerzo, el desarrollo del espíritu emprendedor, la autonomía, la responsabilidad, afianza la construcción de un sentido común individual y colectivo, que se sostiene en la identidad de las organizaciones que se caracterizan por su sostenibilidad y buenas condiciones de trabajo.

Justamente, este ethos opera como justificación de que tanto la evaluación de desempeños como todos los reconocimientos de la contribución del trabajador al trabajo, tales como el salario, los premios, las asignaciones de recursos u oportunidades que son definidos a partir del mismo, operen a escala del individuo, consolidando un sistema de relaciones laborales centrado en la individualización (Montes Cató, 2011). En este sentido, los derechos colectivos quedan subsumidos a estas lógicas individualistas. El individuo al pensarse como empresa, queda subsumido en la lógica de la economía, un inversor/inversión de la organización y sus condiciones de vida no son fruto de derechos adquiridos sino réditos del capital por la contribución de su trabajo al bien común organizacional (López-Ruiz, 2014).

### **Gramáticas (morales) del conflicto**

De acuerdo al argumento que se viene sosteniendo, en este juego entre individuo y organización priman las fuentes de reconocimiento asimétrico asociadas a la estratificación de la estima social que los individuos se otorgan unos a otros en función de la gramática vigente de evaluación de las contribuciones individuales a la realización de valores compartidos o bienes comunes. La individuación deviene principio normativo de estas organizaciones y convierte al reconocimiento como resultado de un proceso de distinción. El individuo es reconocido en la medida en que se diferencia, se singulariza. No distinguirse es considerado casi un acto de irresponsabilidad, ya que el individuo deviene responsable de su proceso de singularización desde un punto de vista moral. En esta posición, él elige, puede dirigir su formación, su trayectoria y aceptar diferentes transformaciones: toma preferencias por horarios, por extender su jornada de trabajo, por salir o quedarse en la organización, entre muchas otras posibles acciones orientadas a ganar autonomía. La responsabilidad deviene responsabilización; los problemas a resolver son individuales, no colectivos y aceptarlo así fortalece su capacidad de autogestión. En sus análisis del sector, Acosta afirma: “de hecho, existe cierta exaltación de la autogestión, que determina muchos comportamientos” (2020, p. 197). El individuo es responsable de su existencia y de la brecha entre su yo actual y su yo potencial, es el lugar donde todo tiene origen, una meta y un devenir, es el artífice de su singularización.

Las dinámicas laborales descritas y la particular configuración del trabajador en el marco de las organizaciones del *software* analizadas sin duda son efecto del trabajo de los individuos, pero también de las distintas formas en como este responde a las distintas pruebas a las que se enfrenta en el mundo del trabajo actual (Araujo, 2009), que encuentran su representación en por lo menos dos dimensiones de su acción: el manejo del tiempo y de la incertidumbre que rodea la actividad laboral.

En el marco de la actividad, el manejo del tiempo aparece como una prueba organizacional que se revela como estructuralmente producida y se encarna en las tensiones a las que están expuestos los trabajadores debido a las dificultades para la articulación de las diferentes esferas tempo-vitales (trabajo, formación, familia, participación social, tiempo libre) que ahora son dominio de su autogestión.

Estructuralmente, este desafío se relaciona principalmente con la preeminencia de un concepto de trabajo ligado, como se ha mencionado, a performar, a satisfacer la demanda del cliente como prescripción social para los individuos, junto a los mecanismos coercitivos asociados a ello. Los trabajadores se reconocen como autónomos, pero la realidad de la regulación forma parte de la carga de trabajo. Por tanto, autonomía es interpretada por

algunos autores como autorregulación (Zimmerman, 1989), pues las tensiones y desequilibrios emergen en el proceso de trabajo y se vinculan con las contradicciones encontradas entre la legitimidad normativa y la presión coercitiva en el uso del tiempo: tiempo para encontrar el estado del ser óptimos, ligados a la inspiración, base de la creatividad; tiempo para cumplir con los compromisos en que se sostiene la confianza, que es el motor de los proyectos (también vistos como desafíos), tiempo para la autoformación, entre otros. En consecuencia, las habilidades implicadas en la autorregulación incluyen no solo una buena gestión del tiempo o la capacidad de seleccionar rápidamente las estrategias de resolución de problemas más eficientes, sino también la capacidad de controlar activamente los estados emocionales, como la frustración o la culpa por no cumplir en los plazos establecidos.

Como señalan Quiñones y Van Rompaey (2015), la resolución de demandas de clientes y/o usuarios, algo que se vuelve constitutivo de aquellos trabajos y ocupaciones del sector servicios donde es preciso usar tecnologías, junto a las competencias relacionadas a establecer empatía con estos, que provienen de mundos diversos en términos de creencias, hábitos y estatus social, exigen del trabajador poder introducirse en situaciones diversas, sometándose a emociones tales como tensión, angustia, ansiedad, culpa, entre otras. Esto conlleva que tales trabajos, también conocidos como trabajos de articulación (Hampson; Juno, 2005), hayan sido estudiados desde su dimensión de invisibilización, tanto de esta dimensión del trabajo, como de las demandas de los trabajadores, que tienden a ser invisibilizadas (Strauss, 1992). Los trabajos de articulación requieren de la negociación de las demandas de mundos sociales, para lo cual es preciso juzgar y mediar, así como manejar los aspectos éticos de forma balanceada, lo que se resuelve tanto en la esfera de los derechos, pero también en la de aquellas competencias interpersonales que son la base de su realización. Dimensión que, como se ha visto, está ausente en estos trabajos que operan en el marco de procesos de singularización y de individualización de las relaciones laborales.

En definitiva, el tiempo aparece como un principio de individuación central en la estructuración de los individuos en este sector, pero también es experimentado como un constreñimiento moral personal: el desequilibrio de los dominios temporales aporta a la impresión de estar enfrentando, con mayor o menor éxito, a una desorganización estructural de la vida social y es fuente de conflictos. Y esto conlleva que, si bien no es visibilizado en el discurso managerial, el trabajo del sector, como todo trabajo inmaterial sostenido en una fuerza de trabajo más abstracta, intangible e intelectual, la generación de riqueza depende en gran parte de la salud y de las habilidades emocionales, además de las cognitivas y comunicativas de los trabajadores, siendo su producto (la mercancía) un arreglo provisorio en donde convergen comunicaciones, relaciones sociales, afectos, valores e ideas, todos elementos que no pueden ser subsumidos a una unidad de tiempo. En contradicción con ello, los proyectos son creados en el marco de un horizonte temporal negociable pero limitado que regula la relación.

Una segunda prueba estructuralmente producida que se impone sobre los sujetos y les constituye, se relaciona con el manejo de la incertidumbre propia de la naturaleza cambiante de las demandas que caracterizan al sector, pero que también es un valor central en las nuevas formas de organización del trabajo posttayloristas. Es el trabajador el que tiene que ajustarse a los cambios, tiene que poner en juego todas sus capacidades (de proponer, de crear, innovar). El discurso de la habilidad potencial ejemplifica esta dimensión. Esto significa que la definición del rol en estas organizaciones no es normativa, sino que supone la capacidad del trabajador para responder activamente a un conjunto de problemas diversos a los que tiene que enfrentarse y qué, a falta de previsión, se les denomina habilidades potenciales (Sennett, 2006). Este es un principio normativo de la individuación del que parte la justificación que los individuos deben ser observados a partir de sus desempeños

individuales, base de la individualización de las relaciones laborales. La verdadera capacidad del trabajador es la capacidad de trascender estados individuales –por ejemplo, cuando se siente mal, cuando no está creativo, cuando está distraído por otras preocupaciones, cuando no se siente con la capacidad oratoria necesaria para una presentación, entre otras situaciones—. Incluso en esos estados, el trabajador tiene que ser performativo: si tiene que ir a hablar con un cliente, no puede performar mal; se encuentra en la obligación de performar bien, con independencia de cómo se está sintiendo (Acosta, 2020). Todo ello conlleva a que, si bien este trabajo está basado en la figura del individuo, en sus habilidades y sus competencias se sostiene en una fuerte despersonalización del trabajo: el individuo es el centro de la gestión del trabajo actual, pero hay muchas dimensiones individuales que, cuando son fuente de tensión, nuevamente se invisibilizan u ocultan.

## Reflexiones finales

El valor más importante en la escala valorativa del *ethos* de estas organizaciones es, como se ha buscado ejemplificar, la singularidad. Así, lo que el sujeto subsumido en este *ethos* pretende y desea es ser reconocido por aquellas cualidades que hacen que como persona se destaque (se diferencie), sea valorado en su singularidad, bases del reconocimiento entendido como estima social. Su inclusión en el ámbito del trabajo se dirime en esta esfera del reconocimiento, la esfera donde son reconocidos en base al mérito, la capacidad individual y utilidad social de su labor (en donde interviene la dimensión económica).

La problematización de la esfera afectiva (entendido como expresión de la esfera del amor en Honneth) se justifica en que el reconocimiento afectivo es constitutivo de estas organizaciones, una exigencia ética desde la cual se construye el fundamento normativo del *ethos* organizacional. En base a éste se organiza la narrativa de estas organizaciones y sus trabajadores; una suerte de paternalismo postradicional, entendido como aquella situación donde la cooperación se garantiza no a partir del control y la coerción marcada por la figura jerárquica del dueño u otro, sino en base a la seducción. La seducción como mecanismo de adhesión incondicional del trabajador está basada en la necesidad de lograr la asociación voluntaria de los trabajadores en los proyectos. A decir de Acosta: “esto despoja el ambiente de los elementos simbólicos clásicos de un lugar de trabajo, al tiempo que construye la identidad del trabajador desde un lugar doméstico donde las lógicas de relacionamiento se basan en la confianza, la recreación y el afecto” (2020, p. 183).<sup>10</sup>

Es la intervención sobre la esfera de lo doméstico el principal mecanismo explicativo de la despolitización de estos espacios y las relaciones de trabajo. Todo ello se ejemplifica en descripciones del trabajo centradas en rasgos tales como la ausencia de conflictos y

---

<sup>10</sup> A lo que se agrega: “los festejos de cumpleaños y los múltiples rituales de celebración o reunión muestran una recurrente reproducción del ambiente de familia, lo que puede ilustrarse, por ejemplo, con la utilización que se les da a espacios como cocinas o *livings*, con sillones frente a una estufa a leña”. A lo que sigue: “Es decir, el reconocimiento afectivo se constituye, una acción práctica de autorreferencia y formación del individuo mediada por la organización. Lo doméstico, acompañado del sentimiento de comunidad, así como la exaltación de los objetivos morales, considerados todos ellos como los mecanismos manageriales que orientan el trabajo, delinea el contexto en el que sucede el vínculo entre los individuos y las organizaciones, que es narrado por los entrevistados como configurado a partir de relaciones laborales ‘cercanas’, ‘afectivas’, ‘de apoyo’, ‘de potenciación’, ‘de estimulación al desarrollo profesional desde un lugar no competitivo’, más bien personalizado, en un ambiente de colaboración” (Acosta, 2020, p. 183).

antagonismos, la exaltación de un clima de consenso, la ausencia o falta de sentido de las relaciones de subordinación (incluso con el cliente o usuario); en la subsunción del trabajador a un *ethos* organizacional y la narrativa correspondiente (ser proactivo, creativo, innovador que se esencializan como características adscritas a este trabajador); y en la hiperinflación de lo individual como causa y efecto de todo lo que sucede en el trabajo.

Como parte de estas dinámicas, la invisibilización de la dimensión de articulación de estos trabajos y de las demandas de los trabajadores que emergen del ejercicio de un trabajo de articulación, como es el diseño de un software, conlleva problemas de orden emocional pero, sobre todo, de orden moral, que son justamente disparados por los conflictos emocionales inherentes a las situaciones que se ponen en juego y, para cuya resolución y gestión, se exige movilizar competencias. La invisibilización de la dimensión de negociación que conllevan estas situaciones es exactamente una evidencia de la pérdida de centralidad que adquiere en este tipo de organizaciones la esfera intersubjetiva del derecho, fundamento de las relaciones de igualdad y respeto, e, igual que sucede en la esfera del amor, también evidencia un retroceso parcial de los logros institucionalizados ya resueltos históricamente en estas esferas.

A lo largo del texto se ha ido poniendo en evidencia que el trabajo en estas organizaciones oficia de prototipo de un modelo de trabajo que gana fuerza en la actualidad, centrado en la idea que para gobernar sobre los individuos se les debe dar valor como portadores de los conocimiento (traducibles en competencias) que necesita la organización, pero a la vez, se debe actuar sobre estos individuos, se les debe gestionar y este proceso está concebido en función de un conjunto de pruebas estructurales. Estas pruebas son, entre otras, el manejo del tiempo y el manejo de la incertidumbre, claves para entender el desarrollo de estos sectores y la singularización de sus trabajadores.

El artículo ha buscado describir estos procesos y marcar las paradojas propias de esta nueva conceptualización del trabajo. Paradójicamente, para el paradigma del reconocimiento que se construye sobre el ideal de sujeto autorrealizado bajo la experiencia del reconocimiento entendido como autonomía moral, y a partir del tipo de dinámicas que emergen en el mundo del trabajo en esta etapa del capitalismo cognitivo, perseguir el ideal de la autorrealización durante el curso de la vida ha devenido en la ideología y la fuerza productiva de un sistema económico que se caracteriza por la flexibilidad y la desregulación, articuladas a las nuevas formas de gerenciamiento y control del trabajo. El problema sin duda radica entonces en qué se considera trabajo en un determinado momento y cómo alrededor de esta cuestión giran importantes conflictos sociales y luchas simbólicas.

No cabe duda de que si un modelo de trabajo como el descrito alcanza tal predominio (ideológicamente hablando, pues muchas veces no es la concepción sobre la que se erige la mayor parte de los puestos del mercado de trabajo) es porque articula lógicas determinadas que se convierten en hegemónicas. El riesgo surge cuando las figuras referenciales de individuos que emanan de estos sectores que comienzan a ser modelos sociales –incluso en las políticas públicas– generan cierta admiración social al no tener a simple vista –por su carácter ideológico– los componentes más resistidos del trabajo asociado a la subordinación, al esfuerzo físico, al control, a la despersonalización ligada al individuo masa, a la desafectivización del mundo del trabajo, la obligación de estar permanentemente definiendo los umbrales de lo negociable y estar negociando; en definitiva, no estar bajo la referencia de la oposición entre obrero-patrón y lo que todas estas cosas significan en términos valorativos.

Es clave no olvidar que el trabajo como noción puede ser discutida, y que desde las diferentes posiciones que ocupan los individuos estos pueden desenmascarar sus condiciones y reivindicar una noción de trabajo que opere bajo nuevas demandas de reconocimiento, reclamando la autonomía moral como valor central y derecho del trabajador. Aun frente a

tendencias como la individuación, las posibilidades de expandir las luchas por el reconocimiento son posibles en tanto estén dirigidas a obtener definiciones institucionalizadas y medidas de estima social que determinen qué actividades y qué habilidades pueden alcanzar reconocimiento simbólico o material en el mundo del trabajo y forjar una definición radicalmente novedosa de lo que cuenta como logro, como autorrealización del individuo y, en definitiva, como trabajo.

## Referencias

ACOSTA, M. J. Configuraciones de la gestión de los recursos humanos: el marco del trabajo inmaterial. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 28, n. 37, p. 27-47, 2015.

ACOSTA, M. J. **Reconfiguración del mundo del trabajo a la luz de la ideología del management**: el sector de desarrollo de software en Uruguay. 2020. Tesis (Doctorado en Sociología). Facultad de Ciencias Sociales - Udelar. Montevideo, 2020.

ALTHUSSER, L. “Ideología y aparatos ideológicos del Estado”. *In*: ŽIŽEK, S. (comp.). **Ideología: un mapa de la cuestión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. p. 115-155.

ARAUJO, K.; MARTUCCELLI, D. La individuación y el trabajo de los individuos. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 1, p. 77-91, 2010.

BASAURE, M. “Continuity through rupture with the Frankfurt school: Axel Honneth’s Theory of Recognition”. *In*: DELANTE, G.; TURNER, S. (ed.). **routledge international handbook of contemporary social and political theory**. Balkema: Taylor and Francis, 2011. p. 99-109.

BOLTANSKI, L. Un nuevo régimen de justificación: la ciudad por proyecto: entramados y perspectivas. **Revista de la Carrera de Sociología**, v. 7, n. 7, p. 179-209, 2017.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BRÖCKLING, U. **El self emprendedor: Sociología de una forma de subjetivación**. Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2015.

BUTLER, J.; FRASER, N. ¿Reconocimiento o redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

DE LA GARZA, E. “Hacia un concepto ampliado de trabajo”. *In*: Neffa, J. C. (comp.). **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. v. I. Buenos Aires: CAICYT; Clacso, 2009. p. 111-140.

FRASER, N. Nuevas reflexiones sobre el reconocimiento. **New Left Review**, n. 4, p. 55-68, 2000.

HAMPSON, I.; JUNO, A. Invisible work, invisible skills: interactive customer service as articulation work. **New Technology, Work and Employment**, v. 20, n. 2, p.166-181, 2005.

HONNETH, A. **Crítica del agravio moral**: patologías de la sociedad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

HONNETH, A. El reconocimiento como ideología. **Isegoría**, n. 35, p. 129-150, 2006.

HONNETH, A. **La lucha por el reconocimiento**. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1997.

HONNETH, A. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Trotta, 2011.

HONNETH, A. Trabajo y reconocimiento: tentativa de una redefinição. **Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008.

- JIAMBALVO, J. **Managerial accounting**. New Jersey: Wiley, 2020.
- KREPKI, D. El tabú del salario: la construcción de sentidos en torno a la meritocracia en la industria del software argentina. **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, n. 7, p. 1-25, 2020.
- LÓPEZ RUIZ, O. Ethos empresarial: el ‘capital humano’ como valor social. **Estudios Sociológicos**, v. 25, n. 74, p. 399-425, 2007.
- MACHEREY, P. **Le sujet des normes**. París: Amsterdam, 2014.
- MARTINET, A. Ch. **Sciences du management: épistémique, pragmatique et éthique**. Paris: Vuibert-Fnege, 2007.
- MARTUCCELLI, D. “La teoría social y la experiencia de la modernidad”. *In*: SANDOVAL, M.; MARIO; SUÁREZ, H. (coord.). **Sociología, sujeto, compromiso: homenaje a Guy Bajoit**. Santiago de Chile: Universidad Católica Silva Henríquez, 2007..p. 15-35.
- MARTUCCELLI, D.; SINGLY, F. **Les sociologies de l’individu**. Paris: Armand Colin, 2009.
- MASSERA, E. J., SANTAMARIA, I.; SOMMA, N. “El proceso de trabajo como proceso de innovación. Estudio de caso de una empresa de software”. *In*: MAZZEI, E. (coord.). **El Uruguay desde la sociología II**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales – Udelar, 2004. p. 315-327.
- MONTES CATÓ, J. El trabajo en la sociedad de la información: desafíos para el movimiento obrero. **Kairós**, v. 27, n. 5, p. 15-35, 2011.
- QUIÑONES, M. Sociología del management. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 31, n. 43, p. 9-14, 2018.
- QUIÑONES, M.; ACOSTA, M. J. “Autonomía gestionada por la empresa: ¿un oxímoron? *In*: Pucci, F. (comp.). **El Uruguay desde la sociología XV**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales – Udelar, 2017. p. 27-46.
- QUIÑONES, M., SUPERVIELLE, M.; ACOSTA, M. J. “Gestión de recursos humanos: su configuración en el contexto de las lógicas empresariales uruguayas”. *In* M. Boado (Coord.). **El Uruguay desde la Sociología XIII**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales – Udelar, 2015. p. 205-219.
- QUIÑONES, M.; VAN ROMPAEY, E. Las relaciones de género en la producción de software: los límites de la autonomía en el trabajo. **Revista Punto Género**, v. 25, n. 5, p. 4-24, 2015.
- REYNAUD, J. D. **Les règles du jeu: l’action collective et la régulation sociale**. Paris: Armand Colin, 1989.
- RICOEUR, P. **The course of recognition**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- SENNETT, R. **La cultura del nuevo capitalismo**. Barcelona: Anagrama, 2006.
- STRAUSS, A.; FAGERHAUGH, S.; SUCZEK, B.; WIENER, C. “Le travail d’articulation”. *In*: STRAUSS, A. (ed.). **La trame de la négociation**. Paris: l’Harmattan, 1992. p. 191-244.
- SZLECHTER, D.; TIJONCHUK, A. “Representaciones de la meritocracia en la prensa escrita argentina a partir de la asunción de Macri”. **Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad**, v. 17, n. 3, p. 28-39, 2018. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol17-Issue3-fulltext-1359>
- TAYLOR, Ch. **El multiculturalismo y la política del reconocimiento**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZARIFIAN, Ph. **El trabajo: del modelo de la operación al modelo de la acción**. Documentos de Trabajo, 7. Montevideo: Udelar, 1996, 26p.

ZIMMERMAN, B. A social cognitive view of selfregulated academic learning. **Journal of Educational Psychology**, v. 81, n. 3, p. 329-339, 1989.

ŽIŽEK, S. **Ideología**: un mapa de la cuestión. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.



# Empreendedorismo e investimento político no corpo para a produtividade neoliberal

Flávia M. Uchôa de Oliveira

## Introdução

Este capítulo registra parte das discussões que levamos a cabo em nossa pesquisa de doutorado, concluída nos primeiros meses de 2020.<sup>1</sup> De modo geral, ao longo da pesquisa buscamos investigar a utilização do empreendedorismo como uma palavra-chave para administrar a sociedade e os indivíduos.

Nossa pesquisa está situada no campo da Psicologia Social do Trabalho (PST), no qual colocamos a psicologia social em tensão com outras áreas do conhecimento para pensar o fenômeno trabalho na atualidade (Sato *et al.*, 2018). Tivemos como referência teórica os estudos de governamentalidade (Lemke, 2017) e investigamos como o empreendedorismo foi atrelado, ao mesmo tempo, a projetos de Estado (Jessop, 2018; Marttila, 2018) e às condutas individuais (Bröckling, 2016), no capitalismo neoliberal.

A partir da análise de documentos e de entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores, discutimos a inserção individual no mercado de trabalho e como essa se tornou uma norma a ser seguida por todas(os), em particular, nas últimas quatro décadas em nosso país (Uchôa de Oliveira, 2020a).

Argumentamos que nossas discussões oferecem aos estudos psicológicos, que se debruçam sobre as transformações dos modos de trabalhar no capitalismo, a perspectiva de uma “anatomia política” (Foucault, 2017a, p. 31). Isto é, a perspectiva que parte do “investimento político do corpo” e busca explicar a acumulação de capital a partir de “tecnologias de produção e formas de trabalho que tornam possível pôr em ação uma multidão de seres humanos de um modo organizado e lucrativo” (Lemke, 2017, p. 120).

Neste capítulo, as(os) leitoras(es) encontram nossos argumentos organizados em três partes. A primeira delas se debruça sobre definições de empreendedorismo que permitem evidenciar a flexibilidade dessa palavra-chave e seu funcionamento como forma de governo dos outros e, ao mesmo tempo, de governo de si. A segunda parte apresenta nossa

---

<sup>1</sup> Agradecemos vivamente por todas as contribuições trazidas ao longo do Seminário Internacional “Três décadas de transformações na América Latina: governo, margens, subjetividades e neoliberalismos”, realizado em 2019, para a escrita final de nossa tese.

compreensão sobre o investimento político no corpo a partir do empreendedorismo, em particular, ao pensarmos o mercado de trabalho brasileiro para a maioria da classe-que-vive-do-trabalho. Na terceira parte, discutimos os limites dos usos do empreendedorismo e de sua relação com os próprios limites da democracia liberal e do capitalismo. Por fim, registramos brevemente nossas considerações finais, elencando possibilidades e limitações em nossa pesquisa sobre o tema.

## Primeira parte

“Somos todos empreendedores” é a manchete estampada na capa de nº 345 da Revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, publicada em outubro de 2017. A manchete é um dos muitos exemplos do uso da palavra empreendedorismo (e suas derivações) para explicar, caracterizar e organizar os indivíduos e nossa sociedade. De uma só vez, o empreendedorismo pode dizer respeito à atividade econômica, a comportamentos e atitudes, a um chamamento político e a um determinado “espírito do tempo”.

Diante da relevância de um tema que está vinculado a tudo e a todos, cabe perguntarmos: o que é isso que pode ser tanta coisa?

### *Uma definição flexível*

As definições de empreendedorismo são inúmeras. Tantas que se torna possível afirmar que cada autor ou comentador do tema elabora sua própria definição (Landström, 2007, p. 9). Na definição de Peter Kilby (1971), o empreendedor tem muito em comum com um *Heffalump*, um animal que se assemelha a um elefante. Descrito como um animal grande e imponente, muitos tentam capturá-lo, com o uso de diversas armadilhas. Aqueles que conseguem avistá-lo dizem que ele é enorme. Contudo, não existe acordo sobre como descrevê-lo em detalhes. Outros autores, não tão crédulos na existência de animais fantásticos, dizem que o empreendedorismo é como a obscenidade: ninguém entra em acordo sobre o que é obscenidade, mas todos conseguem identificá-la quando a veem (Mitton, 1989; Shaver; Scott, 1992).

Percorrendo as definições de empreendedorismo, chegamos às duas décadas de relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). Esse *think tank*, referência na mensuração da atividade empreendedora no mundo, tem atuação no Brasil vinculada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a principal entidade paraestatal de apoio, fomento e capacitação de empreendedores no país.

Nos relatórios do GEM, o empreendedorismo é definido como

Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou empreendimento como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Em qualquer das situações a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas. (GEM, 2017, p. 109).

A definição do Monitor aponta para dois tipos de atividade: um orientado pela necessidade e outro orientado pela oportunidade. Isso quer dizer que as pessoas podem

empreender por não terem outra opção de trabalho ou de sustento. Logo, empreendem por necessidade. Ou podem identificar uma possibilidade de atividade no contexto em que estão inseridas, sem que isso tenha a ver com a falta de trabalho ou de sustento. Dessa forma, empreendem por oportunidade (GEM, 2017, p. 112).

Por dizer respeito a criar trabalho em geral, mas também a atividades no emprego e no trabalho regulado em específico, o empreendedorismo pode ainda ser chamado de “intraempreendedorismo” (ou “empreendedorismo corporativo”). Nesse caso, se refere à “ação de estimular empregados a se envolverem em atividades de inovação na organização”. (GEM, 2009, p. 84).

Essa compreensão de empreendedorismo reúne aspectos de importância para a discussão que propomos aqui. O primeiro e mais evidente deles é a sua flexibilidade. Empreender comporta inúmeras formas de trabalho reguladas e não reguladas; individuais ou em grupo. Ainda, por serem “tentativas”, podem se prolongar no tempo ou ser temporárias.

Por isso, a definição abarca o emprego, a viração, os bicos, o *freelance*, o trabalho autônomo regulado e não regulado. Trata-se de uma compreensão tão ampla em nível conceitual que em nível prático utiliza-se o mais próximo da “manifestação do empreendedorismo” (Parker, 2004, p. 5). Por exemplo, nas estatísticas ao redor do mundo, há comumente a equivalência entre o empreendedor e o trabalhador por conta própria.

Notamos que a flexibilidade dessa definição não se dá ao acaso. Sabidamente, a flexibilidade é um dos alicerces do receituário neoliberal em contraponto à uma dita rigidez da era fordista. No pós-fordismo, as relações de trabalho e de produção são flexibilizadas para um novo regime de acumulação e de exploração do trabalho vivo (Antunes, 2001; Mészáros, 2005).

No estreito espaço do emprego e do trabalho regulado, a contínua inovação e a autonomia são as exigências para a força de trabalho, submetida a contratos ditos mais “modernos” e, não à toa, “flexíveis”. Sem a numerosa gerência fordista, os empregados serão incitados a se tornarem intraempreendedores em empresas enxutas. Eles serão chamados agora de “colaboradores” e deverão agir como donos de suas atividades.

Ao mesmo tempo, no largo espaço do trabalho não regulado, é preciso pôr em um funcionamento lucrativo e organizado aquelas outras formas de trabalho –as inúmeras virações– para as multidões que não mais encontrarão emprego ou qualquer forma de trabalho protegido. Os desempregados e desprotegidos serão incitados a serem seus próprios patrões, empreendedores de si mesmos. Em ambos os espaços será preciso fazer por conta própria e a elástica definição de empreendedorismo vem a calhar. É nesse sentido que argumentamos que o empreendedorismo funciona como um dispositivo para o capitalismo neoliberal (Uchôa de Oliveira, 2020a).

Insistimos no caráter funcional por compreendermos que o “fazer por conta própria”, colado ao empreendedorismo, não é uma invenção da era neoliberal. Mas uma “inovação”, outro íntimo vocábulo atrelado à atividade empreendedora. Trata-se do rearranjo que faz funcionar o arcaico em companhia do novo. No capitalismo neoliberal, elementos de um protocapitalismo, fundacionais das colônias de exploração ao Sul (Antunes, 2015), são rearranjados como “inovações disruptivas” ao redor do globo.

Para tomarmos de empréstimo a formulação de Thomas Lemke, a flexibilidade da definição de empreendedorismo é “um contínuo que se prolonga em linha direta” (2017, p. 123) à acumulação flexível. O empreendedorismo é suficientemente elástico para ser, ao mesmo tempo, orientador de um projeto de Estado e orientador das individualidades. No

neoliberalismo, uma determinada concepção de sujeito é formulada: ele próprio é responsável pelo seu sucesso e bem-estar. Os estudos de governamentalidade da década de 1990 (Cruikshank, 1993; Rose, 1990, 1996a, 1996b) mostraram como o sujeito que governa a si mesmo é uma “inovação” que funciona para governar a democracia neoliberal.

### ***O empreendedorismo para o governo dos outros***

As décadas de 1970 e 80 marcaram a reformulação do papel do Estado ao redor do mundo. No Atlântico Norte, Margaret Thatcher e Ronald Reagan colocaram em prática o que não seria possível se não fosse a crise de acumulação ao final dos “trinta anos gloriosos”. Os bastiões do neoliberalismo acentuaram sua crítica à “cultura antiempresarial” que o socialismo, “em todas as suas formas”, propagou (Thatcher, 1991). Segundo Thatcher (1991), não haveria maior ato de “espírito público” do que empreender. Por isso, seria necessário “um esforço positivo de encorajar uma cultura empresarial por meio das escolas, universidades e, de fato, por toda a vida pública”.

Em particular, a reestruturação produtiva encabeçada pelos Estados Unidos transformou o foco da economia do país passando das empresas de grande porte de capital intensivo para empresas de pequeno porte de trabalho intensivo: um movimento que passa de “uma dependência de capital físico” para “uma dependência do capital humano” (Birch, 1981, p. 10). O empreendedorismo passa a ser mais que uma parte do desenvolvimento econômico, passa a estar atrelado a um projeto de Estado e de rearranjo geopolítico.

Como um alvo das políticas públicas, essa palavra-chave é utilizada para fazer esquecer a “ilusão da reindustrialização” e estabelecer uma nova divisão do trabalho no mundo, não necessariamente prejudicial aos Estados Unidos e ao centro do capitalismo (Birch, 1979, 1981). O cálculo político nesse rearranjo deveria se dar entre o que será produzido e por quem será produzido. Dessa forma, não seria necessário “jogar o jogo” da industrialização eficiente, mas estabelecer um “novo jogo” no capitalismo neoliberal (Birch, 1981, p. 12-14).

Uma década antes do “novo jogo” para o mundo, o neoliberalismo surgiu como estratégia alternativa de crescimento ao Sul, utilizada no brutal regime de Pinochet, no Chile (Connell; Dados, 2014). No caso chileno, o projeto de desenvolvimento voltou-se ao mercado internacional e foi impulsionado pela “era petrodólar” e, apesar da crise do início dos anos 1980, a estratégia foi sustentada por meio do regime de terrorismo de Estado.

Na América Latina, quando o processo de industrialização se apresentou pouco competitivo, a lógica da “vantagem comparativa” foi a saída encontrada. O que quer dizer que, na economia, foram priorizadas determinadas atividades, com formas predominantes de superexploração e produção (mineração e agropecuária, por exemplo), conservando a precariedade estrutural do mercado de trabalho (Dados; Connell, 2018).

A criação de uma classe trabalhadora protegida e regulada no processo de industrialização não é somente solapada do horizonte em nome da “vantagem comparativa”. Não se trata do recuo do Estado, ou de sua simples diminuição nas relações de trabalho, antes, se trata do “deslocamento das técnicas formais para técnicas informais de governo” (Lemke, 2017, p. 122).

Não sendo mais viável a geração de empregos para o atual estágio de acumulação, o empreendedorismo funciona para demandar que os trabalhadores continuem a criar trabalho e “se virar” no espaço da informalidade. No léxico empreendedor, a desproteção passa a ser nomeada de maior espaço para negociação. Assim como a precariedade e a precarização

passam a ser compreendidas como celeiro de oportunidades e criatividade. As desigualdades passam a ser necessárias para a competição e o desenvolvimento das sociedades.

### ***O empreendedorismo para o governo de si***

Em um país como o Brasil, de “cidadania regulada” (Santos, 1979), em que nunca se experimentou de fato o Estado de Bem-Estar ou o nível de poder de consumo do Atlântico Norte, o empreendedorismo parece ser um dispositivo particularmente potente. A precariedade que funda nossa sociedade ganha sentido de superação ou de incompetência individual, escamoteando questões que não sejam de responsabilidade do próprio indivíduo.

Cabe aqui utilizarmos mais uma das inúmeras definições de empreendedorismo em benefício de nossa argumentação. Trata-se da definição atribuída ao empresário americano, cofundador da rede social *LinkedIn* e autor, Reid Hoffman. Ele afirma que “empreender é se jogar de um precipício e construir um avião durante a queda” (Hoffman, 2018).

Ideológica desde seu pressuposto (o salto do precipício), a definição evoca uma tarefa gigantesca (representada pela construção do avião) para impor a necessidade de sobreviver à queda. Não se pode desconsiderar que as maquinarias de poder com seus dispositivos são acompanhadas de ideologias (Foucault, 2017a, p. 288). Na frase de Hoffman, há o apagamento de questões históricas: como se chegou ao precipício? Por que se lançar de lá? Quem, de partida, tem alguma tecnologia, ferramenta ou material para a construção do avião durante a queda? Quem tem paraquedas?

Para além da ideologia, ao pensarmos na produtividade dessa definição, é possível identificarmos a exploração da necessidade do corpo, lançado ao abismo, instrumentalizado na sua trajetória, com uma tarefa monumental e improvável de ser cumprida desde o início. Pela necessidade de se lançar ao risco e de sobreviver, é possível reforçar “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (Foucault, 2006, p. 285).

Trata-se da constituição de sujeito protagonista de sua própria história, que é para si próprio, incessantemente, um objeto. É desse modo que o empreendedorismo funciona pela necessidade e está atrelado às urgências impostas ao corpo. Funciona por meio da expectativa de superar a si mesmo e aos desafios, para então cumprir a tarefa do voo. A definição de Hoffman pode ser pensada a partir do lema liberal, cunhado por Foucault, o “viver perigosamente” (2008, p. 90).

A ciência psicológica tem um papel fundamental para a produção de um governo de si empreendedor. Ao longo do século XX, houve o desenvolvimento do que se pode chamar de uma psicologia do empreendedor. O conhecido modelo de David McClelland (1972) é utilizado até os dias de hoje em diversos treinamentos em que são ensinadas as “Características do Comportamento Empreendedor” (Sebrae, 2019). O modelo do psicólogo estadunidense foi elaborado por meio da tese de que é inerente aos seres humanos uma “necessidade de realização” (McClelland, 1984).

Essa seria uma necessidade básica de “realizar algo difícil; [...] de superar obstáculos e atingir um alto padrão; de ser excelente; de competir e superar os demais competidores” (Murray, 1938, p. 164). No esquema proposto, os indivíduos motivados em maior grau pela necessidade de realização pessoal tendem a se colocar em situações de desafio, são mais propensos a se lançar ao risco na busca por alcançar suas metas de vida. Por isso, expressariam comportamentos que se encaixam naquilo que é esperado de um empreendedor.

A partir da suposição, McClelland dedica grande parte de suas pesquisas para a compreensão de como direcionar a motivação interna de indivíduos pela “necessidade de realização pessoal”, tendo como horizonte a formação de empreendedores para uma sociedade competitiva. A tentativa desse psicólogo é compreender e utilizar das “forças que dão origem ao rápido desenvolvimento econômico”, buscando localizar na individualidade e na vida psicológica “os motivos fundamentais e a forma como [o indivíduo] organiza suas relações com os seus semelhantes” (McClelland, 1972, p. 23).

Nos anos de 1970, McClelland reposicionou sua ferramenta teórica para o alcance de um novo objetivo, treinar os indivíduos para que desenvolvessem a “motivação para o poder” (n-Power). McClelland justificou esse reposicionamento indicando que de nada adiantaria desenvolver a “motivação para realização” em indivíduos presos a estruturas organizacionais que poderiam impedir o exercício dessa motivação. Em uma compreensão mais relacional, faria mais sentido treinar os líderes das organizações para que eles, por sua vez, influenciassem a “motivação para realização” de seus liderados.

Da necessidade de realização à motivação para o poder, tal modelo propõe uma explicação geral que se sustenta em uma psicologia individual. O insucesso do trabalhador está relacionado às suas baixas necessidades de realização e de poder. Ainda, o fracasso individual seria uma espécie de explicação circular sendo, ao mesmo tempo, efeito e causa do subdesenvolvimento de determinados países (Martín-Baró, 2014), nos quais a população não seria motivada o suficiente para superar desafios.

## Segunda parte

Na conhecida formulação foucaultiana sobre a sociedade que deixávamos de ser (a sociedade disciplinar), o investimento político do corpo está ligado à sua utilidade econômica. Para que os corpos sejam úteis é preciso que sejam, ao mesmo tempo, produtivos e submissos. A força de trabalho somente pode ser constituída como tal se o corpo é assujeitado (Foucault, 2017b).

Os sistemas de sujeição fazem uso direto e explícito da violência, assim como fazem uso calculado, organizado e tecnicamente pensado de outros dispositivos menos explícitos (Foucault, 2017b, p. 29-30). Insistimos que o empreendedorismo pode ser pensado como um desses instrumentos, mais sutis e positivos (nas várias acepções dessa palavra), de organização e utilização política das necessidades do corpo.

### *A necessidade do corpo é um instrumento político cuidadosamente utilizado*

Em 1957, Juarez Brandão Lopes identificou que os trabalhadores de uma indústria em São Paulo –muitos migrantes, em sua maioria nordestinos– eram fascinados pelo “trabalho por conta própria”. A Lopes, os trabalhadores diziam que “homem que pica cartão não tem futuro; pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar” (Lopes, 2008 [1960], p. 39).

Os trabalhadores desejavam se estabelecer por seus próprios meios, sem ter de depender de horários ou de chefes. Eles tinham intenções variadas, uns desejavam ser ambulantes,

outros quitandeiros, donos de lojas de artigos variados e de oficinas de móveis. A subjetividade daqueles trabalhadores orientava-se para fora da fábrica. O fascínio pelo trabalho por conta própria fragilizava a ação coletiva desses trabalhadores, além de ser uma das causas do alto *turnover* nas indústrias (Lopes, 2008, p. 44).

Os pequenos negócios complementavam a renda e, sem que deixassem o emprego, os trabalhadores usavam de seu tempo livre para fazer outras atividades e negócios. Segundo Lopes (2008, p. 39), um dos trabalhadores, por exemplo, vendia terrenos; outros dois irmãos eram operários ao mesmo tempo em que eram vendedores ambulantes de roupa, nos finais de semana. Para esses trabalhadores, o tempo de não-trabalho era revertido em tempo de trabalho.

Adalberto Cardoso aponta que os estudos da década de 1960, como os de Lopes e posteriores a ele, tendem a definir a classe operária no Brasil na negativa: “não tinha consciência de classe, não agia politicamente para transformar a sociedade, não era moderna etc.” (2019, p. 191). A partir da década de 1980, a “inautenticidade” do encontro entre os trabalhadores e o emprego nas fábricas foi questionada (Cardoso, 2019, p. 192).

Presos a uma tradução equivocada da analítica sociológica da classe operária, os estudos da década de 60 reforçaram uma dicotomia entre comunidades tradicionais e a modernidade da fábrica, na dualidade entre o arcaico e o novo. A historiografia do trabalho do final do século ampliou a discussão, indicando a inseparabilidade do arcaico e do novo no Brasil (Cardoso, 2019, p. 192; Oliveira, 2003).

As ditas subjetividades resistentes à modernidade e sua orientação para fora do emprego nas fábricas contam da inércia das relações complexas do trabalho ao longo dos séculos do sistema escravocrata. Evidenciam o peso desse sistema que se arrasta nos anos do trabalho livre no pós-Abolição, no *laissez-faire* urbano e limitado, presente na Constituição de 1891 e estendido até 1931 (Cardoso, 2008).

Ainda, remetem à violência e à coação das ações coletivas dos trabalhadores ao longo de mais de quatro séculos (Cardoso, 2008, p. 88). Mesmo com o trabalho assalariado formal sendo o regulador (em teoria) da cidadania a partir de 1930 em nosso país, as subjetividades orientavam-se pelas possibilidades de exercício de várias formas de sobrevivência e de trabalho possíveis. O que inclui a possibilidade do trabalho por conta própria e da viração, não como resquícios do arcaico, mas como parte estrutural da superexploração moderna do trabalho.

No neoliberalismo, o “fascínio pelo trabalho por conta própria” foi governamentalizado por meio das “manifestações do empreendedorismo”, em nossa região do mundo. As incitações para que os trabalhadores sejam seus próprios patrões podem ser compreendidas como o “inovador” rearranjo que funciona no empreendedorismo, no qual há o resgate da promessa de melhoria de vida por meio do trabalho, nunca cumprida plenamente pelo emprego em nosso país.

O chamado a empreender transformou-se na possibilidade de administrar produtivamente a precariedade das relações e condições de trabalho. A urgência de sobreviver fez constituir a multidão de empreendedoras(es). O trabalho por conta própria foi calculado, organizado e tecnicamente utilizado. Afinal, no presente, “somos todos empreendedores”.

### ***O empreendedorismo incorpora a viração***

Ao pensar no nosso presente, argumentamos que o empreendedorismo incorpora a viração. O trabalho por conta própria evidencia o investimento anterior, em que um projeto organiza o dispor das coisas e faz constituir uma determinada força de trabalho na atualidade. Nosso argumento ecoa a formulação de que

O poder do trabalho deve ser constituído antes de poder ser explorado, ou seja, que o tempo de vida deve ser sintetizado em tempo de trabalho, que os indivíduos têm de ser subjugados para o ciclo de produção, que hábitos devem ser formados e que o tempo e o espaço precisam ser organizados segundo um esquema. (Lemke, 2017, p. 120).

O tornar-se corpo do empreendedorismo pode ser identificado na atualidade em uma multidão de “revendedoras” e de “parceiros” trabalhando em um sem-número de atividades sob demanda (Abílio, 2011; Castro, 2010). Um caso dos mais expressivos e amplamente estudado, em especial nos últimos sete anos, é o dos motoristas e entregadores por aplicativo, gerando o neologismo “uberização”, que descreve “inovadoras” formas de trabalho na era neoliberal (Abílio, 2019, 2020; Antunes, 2020).

É possível oferecer uma definição para a nova palavra: trata-se da articulação das mais recentes possibilidades de controle do trabalho, a partir das tecnologias digitais de informação e comunicação, com o aprofundamento da precarização das relações e das condições de trabalho (Filgueiras; Antunes, 2020). Apesar da referência à empresa-aplicativo Uber, a uberização é uma tendência que se apresenta para os mundos do trabalho e pode ser considerada uma atualização das práticas de gestão (Abílio, 2020).

Na uberização, a palavra empreendedorismo funciona para impulsionar a retórica do novo em detrimento do arcaico. Exemplo disso está na “Uber Avança”. Lá a seguinte mensagem explica os objetivos do espaço oferecido aos “parceiros”:

Uma plataforma com dicas valiosas, online, gratuita e exclusiva para motoristas e entregadores *parceiros registrados* no *app* Uber e Uber Eats. Com ela, você vai *aprender* a ter mais *controle* sobre suas *finanças pessoais* e *desenvolver outras habilidades* importantes para alcançar seus objetivos. *Tudo para que você se torne um empreendedor mais versátil e diversifique suas fontes de renda* (Uber Blog, 202; grifos nossos).

Lembremos que nomear os “parceiros” de empreendedores faz acionar um recurso psicológico fundamentalmente positivo: quem recusaria educar-se e buscar ser um empreendedor versátil que desenvolve suas habilidades e controla suas finanças pessoais? (Örtenblad, 2020).

Na chamada em tela, é requisitada uma postura ativa e austera, em que se realiza o cálculo liberal do “fazer por si mesmo” no mercado de trabalho (Bröckling, 2016, p. 62). Os que não se disponibilizam a aprender não alcançarão seus objetivos e, por isso, seu insucesso estará explicado de antemão. As baixas remunerações, o alto custo para manutenção do trabalho, a falta de proteção para casos de adoecimento e acidentes (Abílio *et al.*, 2020; Amorim; Moda, 2020) são questões retiradas da pauta e tudo permanece resumido ao controle de si mesmo.

Se considerarmos o perfil socioeconômico dos trabalhadores uberizados em atividades de entrega e de transporte no Brasil (Lapa, 2021; IBGE, 2023), veremos que o



empreendedorismo faz com que a precarização ganhe fôlego, por meio de um investimento anterior no fazer por conta própria, estabelecido nos corpos de homens negros, jovens e de baixa renda, residentes nos grandes centros urbanos. Os motoboys, “profissionais especializados em produzir o fluxo de coisas” (Castro, 2010, p. 35), fazem parte do desenvolvimento de grandes cidades.

Castro (2010) nos informa sobre como essa categoria fez parte, por exemplo, do desenvolvimento errático e inconstante da cidade de São Paulo. A história desses trabalhadores apresenta a vigorosa tentativa de fazer por conta própria durante os mais agudos anos da crise do emprego da década de 1980. Fazer pequenas entregas de moto torna-se uma atividade barata e imediata que contorna as contingências político-econômicas, a partir das necessidades de um espaço urbano em crescimento desordenado (Castro, 2010, p. 31).

A mesma incorporação do empreendedorismo pode ser pensada a partir dos corpos de mulheres negras empobrecidas, nas periferias dos grandes centros urbanos. O trabalho doméstico para muitas delas é a única opção de sustento (Vilela, 2022). São mulheres “quase da família”, que exercem o trabalho reprodutivo e de cuidado, reclusas no espaço da casa e subjugadas em relações ambíguas de afeto e de exercício do paternalismo (Coutinho *et al.*, 2018; Mello, 1988).

A pesquisa de Maria Bethânia Ávila (2009) elucida o íntimo vínculo entre escravização e trabalho doméstico em nosso país. Para a autora, há um sentido histórico de servidão que dá significado ao trabalho doméstico no Brasil (Ávila, 2009, p. 36). Sentidos e significados que se tornam evidentes em falas como as de um economista e ex-ministro da Fazenda que comparou trabalhadoras domésticas a “um animal” que não se pode mais ter (Silva *et al.*, 2017; VEJA Redação, 2011). Presente também em falas mais recentes, como as do ex-ministro da Economia durante o governo Bolsonaro, que via no dólar em cotação baixa uma “farra”, em que “até as empregadas domésticas” estavam indo para Disneylândia (Ventura, 2020 [grifo nosso]).

As diversas empresas-aplicativos que surgem voltadas às trabalhadoras domésticas, chamadas usualmente de “Uber das diaristas” (Sebrae RS, 2018), fazem a manutenção da divisão sexual do trabalho e da sua histórica desproteção e desregulação, sob a justificativa do empreendedorismo feminino. A empresa-aplicativo *Donamaid*, por exemplo, anuncia em seu site com letras em negrito que “não emprega profissionais de limpeza, apenas conecta profissionais autônomos com centenas de clientes nas cidades em que atua” (Donamaid, 2021). A empresa expressa ainda que é aconselhável e recomendado que aquelas que desejam se cadastrar como “diaristas-parceiras” sejam Microempreendedoras Individuais (MEI).<sup>2</sup>

Em 2019, na seção de conteúdos criados em parceria com pequenas e médias empresas (PME), *O Estado de S. Paulo* explicava que o “caminho do empreendedorismo para as diaristas foi estimulado depois da PEC [Proposta de Emenda Constitucional] das Domésticas, de 2013”.<sup>3</sup> O texto continua com a afirmação de que a proteção trabalhista “acabou empurrando

---

<sup>2</sup> Trata-se de uma figura jurídica criada em 2008 com o intuito de incluir trabalhadores informais em um regime simplificado para proteção e regulação. No entanto, a figura se tornou meio para fraudes trabalhistas em que não se reconhece o vínculo de emprego. Além de abrir caminho para a fragilização da previdência social (Barros, 2018; IPEA, 2014).

<sup>3</sup> Conhecida como “PEC das Domésticas”, a Proposta de Emenda Constitucional nº 66 de 2012 teve como resultado a Emenda Constitucional nº 72, aprovada em 2013, que garantiu segurança jurídica e ampliação de direitos às trabalhadoras domésticas no país. Importa dizer que com a Reforma Trabalhista de 2017, houve regressão das garantias e proteções para a classe trabalhadora em geral (Krein, 2018).

muitas domésticas para a informalidade e para o trabalho esporádico”. A figura jurídica MEI, por outro lado, fez com que essas trabalhadoras se tornassem “donas do próprio negócio” (Fernandes, 2019). Em 2022, são mais de 244 mil trabalhadoras inscritas como MEI em todo o país (MEI, 2022), “donas de seu próprio negócio”, dentre os 4 milhões de trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada (Vilela, 2022).

Voltamos aqui ao argumento lançado mais acima: técnicas informais são governamentalizadas pelo Estado, deslocadas para a formalidade e legitimadas com o uso do empreendedorismo. É possível afirmar que há uma generalização da informalidade que já constituía o dia a dia da maioria da classe-que-vive-do-trabalho. No entanto, cabe enfatizar que se trata de uma generalização que “manifesta o espraiamento de características historicamente associadas ao trabalho tipicamente feminino” (Abílio, 2011, p. 87).

Em suma, a precariedade e a informalidade que eram constituintes passaram a ser instituintes da realidade de trabalho, em uma recombinação contemporânea que se aprofunda para as mulheres (negras e pobres), ao mesmo tempo em que se alastra para toda a classe-que-vive-do-trabalho, em uma tendência global (Abílio, 2020; Antunes, 2003, 2020; Franco *et al.*, 2010).

### Terceira parte

Como um elástico que afrouxa com o constante uso, uma pergunta deve ser colocada: é possível pensar em uma perda da eficiência do empreendedorismo?

Como discursos que devem ser “deixados por aí”, o empreendedorismo poderá ser ferramenta em outros momentos, mais oportunos. A aderência a essa palavra-chave continuará em novas formas. Todavia, seria possível entrever pontos em que o elástico afrouxa e a flexibilidade perde sua eficácia.

#### *Podemos falar em limites do empreendedorismo?*

No prefácio da edição de 1982 de *Capitalismo e Liberdade*, Milton Friedman (1982) explica a utilidade do seu livro em um par de argumentos. O primeiro deles é de que o escrito serve para fornecer mote para conversas informais (*bull sessions*). Para o autor, mesmo nas horas de lazer, é preciso que o indivíduo pense em questões políticas, deixe-as “ferver em sua mente”. Somente assim poderá transformar, ao longo do tempo, suas preferências em convicções (Friedman, 1982, p. viii).

O segundo argumento é o mais “básico” do par elencado por Friedman: seu livro serve para deixar as opções abertas até que as circunstâncias possibilitem uma mudança. As mudanças vêm, em geral, das crises que tiram da inércia os arranjos governamentais e chacoalham o *status quo*. As crises, não importa se reais ou “percebidas”, produzem “mudanças reais”. Nas crises, as ações a serem tomadas são pautadas pelas ideias que “estão por aí” (Friedman, 1982, p. ix). O ganhador do Nobel de Economia em 1976 insiste que é necessário “desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável” (Friedman, 1982, p. ix).

A partir de meados da década de 2010, a onda de governos de direita na América Latina e o fortalecimento de suas agendas neoliberais fizeram uso dos discursos “deixados por aí”

em crises reais e “percebidas”. O Brasil, em particular, vive uma sucessão de crises desde 2013. Em 2016, a crise “percebida” como oportunidade por determinados atores institucionais no legislativo e no judiciário levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff em seu segundo mandato. A agenda politicamente impossível tornou-se inevitável com o governo Michel Temer. Foi continuada com a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro, que teve a seu lado um representante do receituário neoliberal nos moldes chilenos, já citado aqui.

O referido ex-presidente foi eleito como uma antiga novidade. Apesar de seu tempo de vida pública, era visto como um político “não tradicional” que tem como um de seus lemas “Deus, pátria e família”. Em sua conduta é possível observar os usos do que foi explicado por Wendy Brown como “‘empreendedorização’ neoliberal e ‘capitalização humana’ dos sujeitos” (Brown, 2019, p. 50). Em seu governo, foi iniciada uma série de reformas que deslocam o que era proporcionado pelo Estado social para a responsabilidade dos indivíduos e das famílias.

Da educação domiciliar (Unicef, 2022) ao desmantelamento de políticas de transferência de renda (Guimarães, 2022), o presidente representou a intenta neoliberal de desnutrição da “mania proletária que demanda ‘o fruto podre do Estado de bem-estar’” (Bonfeld *apud* Brown, 2019, p. 50). Ao longo da crise sanitária, tal governo mostrou sua habilidade de “desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção” (Brown, 2019, p. 51).

O governante do executivo estabeleceu uma base sólida de apoiadores, tanto político-partidária quanto popular. Em dado momento, ele explicou que “em muitos países está havendo uma briga do bem contra o mal” e que seu governo representava a defesa de princípios e de uma tradição, e concluiu: “Somos pessoas normais. Podemos até viver sem oxigênio, mas jamais sem liberdade” (UOL, 2022). No entanto, ao que parece, o cinismo da declaração encontra os limites da realidade de crise em que a literal falta de oxigênio na capital Manaus no início de 2021 (Cruz, 2021) se juntou à fome, à diminuição da renda e ao aumento do preço de itens básicos (Lameiras, 2022).

A crise real foi traduzida no rechaço das mulheres ao presidente (O Globo, 2022) e no fato de que ele foi o primeiro presidente a não se reeleger. A realidade de crise real cobrou de seu governo a revisão de seus lemas de austeridade e de desmantelamento das proteções e garantias sociais, por exemplo, com a retomada de instrumentos de transferência de renda (Ministério da Cidadania, 2022).

Podemos alargar essa realidade de afrouxamento no Brasil para a retração (o que não pode ser considerado o mesmo que enfraquecimento) dos projetos neoliberais na América Latina. Os casos das últimas eleições presidenciais em Chile e Colômbia indicam os limites da empreendedorização e da capitalização dos sujeitos. Ou os pontos em que o elástico afrouxa. Os limites do empreendedorismo coincidem com os limites da democracia liberal e, sobretudo, do capitalismo. O dispositivo do empreendedorismo perde a eficácia de seu funcionamento não por si só, mas pelo ataque e destruição ao social, fundamentos do receituário neoliberal para o atual estágio de acumulação flexível.

É, dessa maneira, que fazemos eco à provocação/previsão feita por Andres Örténblad no prefácio do livro *Against Entrepreneurship* (2020). Ele imagina que, no futuro, quando os historiadores se perguntarem como a democracia morreu no século XXI, eles explorarão a literatura, os registros geológicos e os arquivos multimídia que sobreviverem. Na busca por responder essa pergunta, eles encontrarão uma figura onipotente e poderosa: o

empreendedor. O empreendedorismo será então compreendido como uma das mais persistentes e evidentes justificativas para toda sorte de cortes nas proteções sociais, para a fragilização e redução de direitos, e para a precarização da vida (Örtenblad, 2020, p. v-vi). Enfim, será compreendida como uma das palavras-chave o esfacelamento do tecido social e para o fim da democracia.

### Considerações finais

Para as considerações finais, elencamos dois pontos, os quais avaliamos merecedores de registro nestas últimas linhas. No primeiro ponto, retomamos a ideia do investimento político no corpo; e no segundo, endereçamos as possibilidades e limitações de nossa pesquisa.

Primeiro ponto. A manchete de que “somos todos empreendedores” persiste para todas e todos. Mesmo em um momento aterrador, como na crise sanitária em que vivemos desde 2020, o empreendedorismo promete fazer das trevas a oportunidade de sucesso. Exemplo disso está no relatório GEM 2021/2022 de nível global (2022), intitulado em tradução livre “Oportunidade em meio à ruptura” (no original, *Opportunity Amid Disruption*).

A precarização atrelada ao empreendedorismo apresenta-se na alta taxa de desemprego, na crescente informalidade, na criação de figuras jurídicas que fragilizam o emprego, e no aprofundamento da precariedade das condições de trabalho e de vida. A precariedade de vida – historicamente incorporada em raça, gênero e classe muito bem definidos nas estáticas – é utilizada politicamente. Aqui, voltamos a insistir na fundação racista, patriarcal, colonial do capitalismo, renovada pelo empreendedorismo (Uchôa de Oliveira, 2020b).

Sobre o segundo ponto. Para a compreensão do funcionamento do empreendedorismo para a produtividade neoliberal, os estudos de governamentalidade mostram-se sólida referência teórica. A noção de governamentalidade é especialmente útil para apontar aquilo que Lemke (2017, p. 144) explica como sendo “os ‘custos’ das formas contemporâneas de governo”. Esses estudos podem ser instrumentos inventivos de práticas e modos de pensar.

Contudo, por vezes, a utilização dessa noção perde força para uma análise da prática política. Por priorizar a análise das formas “positivas” e “racionalis” de governo, se pode cair facilmente em ciladas: em uma espécie de esterilização da denúncia e da crítica social; e em um fazer dito crítico à teleologia, a partir de uma análise que se transforma ela mesma em teleológica.

Concordamos com Tania Li em sua insistência em pensar não somente os programas de governo em sua racionalidade, mas, igualmente, pensar “para além” desses programas. O dispor das coisas é tão importante quanto os efeitos que provoca. A autora recomenda prestar atenção às formas de governo e à “bagunça de consequências” que essas formas produzem, na mesma medida (Li, 2007, p. 27). Este é um dos pontos que alicerçam nossa pesquisa e que nos guiam em nossos objetivos futuros: a atenção ao movimento dialético da realidade.

Por isso, em nossas iniciativas mais recentes, buscamos compreender a ação política de trabalhadoras e trabalhadores colocados em atividades não reguladas e em condições precárias no processo de uberização (Uchôa de Oliveira; Bastos, 2022). No Brasil e na América Latina, temos observado esses movimentos junto aos trabalhadores (Medina-

Zárate; Uchôa de Oliveira, 2019) e pretendemos em publicações futuras dar a devida atenção à ação política da classe-que-vive-do-trabalho, estudando, por exemplo, a recém fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Direito.

Por fim, reforçamos que, do ponto de vista da PST, o trabalho por conta própria deve sair das margens para se tornar central nos estudos do trabalho. Em nossa área, especialmente, há de se questionar a hegemonia centenária e a importação dos estudos e ferramentas psicológicas do emprego, vindos do Atlântico Norte. Para estudar a relação homem-trabalho em nosso país, devemos partir da centralidade do trabalho informal. Pensamos que redimensionar e reposicionar as formas de trabalho em nossa sociedade são esforços necessários para tornar reais as garantias e direitos sociais para a maioria das trabalhadoras e trabalhadores, na superação de uma “cidadania regulada” (Santos, 1979) no Brasil e do “privilégio da servidão” (Antunes, 2018) no tempo em que vivemos.

## Referências

ABÍLIO, L. C. **O make up do trabalho**: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos. 2011. 307 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280166>.

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, n. 34, p. 111-126, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad**, v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol18-Issue3-fulltext-1674>

ABÍLIO, L. C. *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, n. 3, p. 1-21, 2020. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>

AMORIM, H.; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 59-71, 2020. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.06>

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 2003.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.” *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 35-48. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ÁVILA, M. B. D. M. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. 2009. 321 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9427>.

BARROS, G. P. **Os desequilíbrios financeiros do Microempreendedor Individual (MEI)**. Brasília, DF: IPEA, 2018. Carta de conjuntura. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/01/os-desequilíbrios-financeiros-do-microempreendedor-individual-mei/>.

BIRCH, D. **The job generation process**. SSRN Scholarly Paper, n. 1510007, 1979. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=1510007>.

BIRCH, D. Who creates jobs? **The Public Interest**, n. 65, p. 3-14, 1981.

BROCKLING, U. **The entrepreneurial self: fabricating a new type of subject**. United Kingdom: SAGE, 2016. <https://doi.org/10.4135/9781473921283>

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CARDOSO, A. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos Estudos Cebrap**, p. 71-88, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100006>

CARDOSO, A. M. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Independente, 2019.

CASTRO, M. C. **Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas**. 2010. 177 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09022011-111013/pt-br.php>.

CONNELL, R.; DADOS, N. Where in the world does neoliberalism come from? The market agenda in southern perspective. **Theory and Society**, v. 43, n. 2, p. 117-138, 2014.

COUTINHO, M. C.; MADERS, T. R.; WESTRUPP, M. B.; D'AVILA, G. T. História de uma trabalhadora doméstica. **Athenea Digital**, v. 18, n. 2, e1940-e1940, 2018.

CRUIKSHANK, B. Revolutions within: Self-government and self-esteem. **Economy and Society**, v. 22, n. 3, p. 327-344, 1993. <https://doi.org/10.1080/03085149300000022>

CRUZ, I. A cronologia da crise em Manaus que pôs Pazuello na berlinda. **Nexo Jornal**, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/03/14/A-cronologia-da-crise-em-Manaus-que-p%C3%B4s-Pazuello-na-berlinda>.

DADOS, N.; CONNELL, R. Neoliberalism in world perspective: Southern origins and southern dynamics. *In*: CAHILL, D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. (ed.). **The Sage handbook of neoliberalism**. City Road: Sage, 2018. p. 28-39.

DONAMAID. “**Donamaid-Diaristas para limpeza e faxina residencial e empresarial**”. Donamaid - Diaristas para limpezas residenciais e empresariais, 2021. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.donamaid.com>.

DURÃES, M. “Eleições 2022: Lula tem 46%, Bolsonaro, 30%, e Ciro, 7%, diz pesquisa”. **UOL**, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/06/08/pesquisa-quaest-presidente-junho-lula-bolsonaro.htm>.

FERNANDES, D. “Aplicativos de faxina levam diaristas a se formalizar como MEI”. **O Estado de S. Paulo**, 4 abr. 2019. Disponível em: <https://pme.estadao.com.br/noticias/geral,aplicativos-de-faxina-levam-diaristas-a-se-formalizar-como-mei,70002778228>.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos: ética, sexualidade, política**. v. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes, 2008. Curso no Collège de France (1978-1979).

FOUCAULT, M. “Soberania e disciplina”. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2017b. p. 100-107.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

FRANCO, T., DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. “As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado”. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 35, p. 229-248, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: Chicago University Press, 1982.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil: 2008. **Global Entrepreneurship Monitor & IBQP**, 2009. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM-Brasil-2008.pdf>.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil: 2016. **Global Entrepreneurship Monitor & IBQP**, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. Global Entrepreneurship Monitor 2021/2022-Global Report: Opportunity Amid Disruption. **Global Entrepreneurship Monitor20**, 2022. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/file/open?fileId=50900>.

GUIMARÃES, C. O Brasil se despede do Bolsa Família. **EPSJV/Fiocruz**, 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-brasil-se-despede-do-bolsa-familia>.

HOFFMAN, R. I've often said that starting a company is like jumping off a cliff and assembling a plane on the way down, 19 de outubro, 2018. **Twitter** [Rede Social], 2018. Disponível em: <https://twitter.com/reidhoffman/status/1053318682242252800>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102020>.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais**. Brasília, DF: IPEA, 2014. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2937/1/TD\\_1939.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2937/1/TD_1939.pdf).

JESSOP, B. “Neoliberalism and workfare: Schumpeterian or Ricardian”. *In*: CAHIL, D. *et al.* (ed.). **The Sage handbook of neoliberalism**. City Road: Sage, 2018. p. 347-358.

KILBY, P. Hunting the heffalump. **SSRN Scholarly Paper**, ID 1497763, 1971. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=1497763>.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

LAMEIRAS, M. A. P. Carta de conjuntura: inflação por faixa de renda. **Carta de Conjuntura**, n. 55, 2022. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/06/inflacao-por-faixa-de-renda-maio2022/>.

LANDSTRÖM, H. **Pioneers in entrepreneurship and small business research**. Baltimore: Springer, 2007.

LAPA, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da Covid-19: Análise dos dados da Pnad Covid-19/IBGE. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 71, p. 1-17, 2021. <https://doi.org/10.38116/bmt71/nta2>

LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.

LI, T. **The will to improve: governmentality, development, and the practice of politics**. Duke: Duke University Press, 2007.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein, 2008[1960]. <https://books.scielo.org/id/gj8dk>

MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia política do trabalho na América Latina. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 609-624, 2014.

MARTTILA, T. “Neoliberalism, the knowledge-based economy and the entrepreneur as metaphor”. In: CAHILL, D. *et al.* (ed.). **The Sage handbook of neoliberalism**. City Road: Sage, 2018. p.565-579.

MCCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva realização e progresso social**. São Paulo: Expressão e Cultura, 1972.

MCCLELLAND, D. C. **Motives, personality, and society: selected papers**. New York: Praeger Publishers, 1984.

MEDINA-ZÁRATE, J.; UCHÔA DE OLIVEIRA, F. M. Why should we be interested in the specificity of subjectivity and neoliberalism in Latin America? **Subjectivity**, v. 12, n. 4, p. 281-287, 2019. <https://doi.org/10.1057/s41286-019-00083-8>

MELLO, S. L. de. **Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo**. São Paulo: Ática, 1988.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. **Revista Vinculando**, 20 jul. 2005. Disponível em: <https://vinculando.org/brasil/desemprego.html>.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. “Governo Federal inclui mais de 556 mil novas famílias no Programa Auxílio Brasil em fevereiro de 2022-português (Brasil)”. **Informe Gestores SouGov**, 18 jan. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/copy\\_of\\_pagamentos-do-auxilio-brasil-de-janeiro-de-2022-comecam-no-dia-18](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/copy_of_pagamentos-do-auxilio-brasil-de-janeiro-de-2022-comecam-no-dia-18).

MITTON, D. The compleat entrepreneur. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 13, n. 3, p. 9-20, 1989. <https://doi.org/10.1177/104225878901300303>

MURRAY, H. A. **Explorations in personality**. New York: Oxford University Press, 1938.

O GLOBO. “Datafolha: Rejeição a Bolsonaro é maior entre mulheres”. **O Globo**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/05/datafolha-rejeicao-a-bolsonaro-e-maior-entre-mulheres.ghtml>.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ÖRTENBLAD, A. (org.). **Against entrepreneurship: A critical examination**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-47937-4>

PARKER, S. C. **The economics of self-employment and entrepreneurship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PORTAL MEI. **Estatísticas**. Portal MEI, 2022. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoem/privado/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>.

ROSE, N. **Governing the soul: the shaping of the private self**. London: Routledge, 1990.



- ROSE, N. **Inventing our selves**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.
- ROSE, N. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.
- SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H. **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SEBRAE. “Aprendendo a empreender”. **Portal Sebrae**, 2019. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/aprender-a-empreender,b070b8a6a28bb610VgnVCM1000004c00210aRCRD>.
- SEBRAE RS. “O ‘Uber’ das diaristas”. Sebrae RS - Empreendedorismo que transforma. **Portal Sebrae**, 2018. Disponível em: <https://sebraers.com.br/o-uber-das-diaristas/>.
- SHAVER, K. G.; SCOTT, L. R. Person, process, choice: the psychology of new venture creation. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 16, n. 2, p. 23-46, 1992.
- SILVA, C. L. L.; ARAÚJO, J. N. G. DE; MOREIRA, M. I. C.; BARROS, V. A. O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 454-470, 2017. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p454-470>
- THATCHER, M. **Speech to Forum of Eastern and Central European Entrepreneurs, 1991**: discurso. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/108288>.
- UBER BLOG. “Uber Avança: A sua plataforma com dicas para o seu sucesso”. **Uber Blog**, 2021. Disponível em: <https://www.uber.com/blog/uber-avanca/>.
- UCHÔA DE OLIVEIRA, F. M. (2020a). A demanda por empreender: uma proposta para o estudo do empreendedorismo de acordo com a psicologia social do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 2, p. 115-128, 2020a. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p115-128>
- UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 45, p. 1-8, 2020b. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520>
- UCHÔA DE OLIVEIRA, F. M.; BASTOS, J. A. Uberização: precarização do trabalho e ação política dos trabalhadores no Brasil de 2020. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 25, n. 2, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2022.180691>
- UNICEF. “UNICEF alerta para os riscos da educação domiciliar”. **Comunicado de Imprensa**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-os-riscos-da-educacao-domiciliar>
- UOL. “Bolsonaro faz discurso em Orlando: ‘Podemos até viver sem oxigênio, mas jamais sem liberdade’”. **UOL**, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1pYofVWHJDQ>.
- VEJA Redação. “Delfim Netto pede desculpas às empregadas domésticas”. **VEJA**, 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/delfim-netto-pede-desculpas-as-empregadas-domesticas/>.
- VENTURA, M. Guedes diz que dólar alto é bom: ‘Empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada’. **Jornal O Globo**, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>.

VILELA, R. “Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país”. **Agência Brasil**, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais> .

# Una actividad como espacio de tránsito. El trabajo de los *deliveries* por plataformas virtuales en la Ciudad de Buenos Aires

Oswaldo Battistini

## Introducción

En Argentina, la implantación de empresas de plataformas virtuales de *delivery* fue favorecida principalmente por varios factores, entre los cuales podemos mencionar, en primer lugar, la existencia de un contexto económico que, desde la mitad de la década del 2010, había dado lugar al incremento en el número de desocupados y, en forma concomitante, imponía fuertes reducciones en el poder adquisitivo de los salarios de los trabajadores empleados.<sup>1</sup> En segundo lugar, el arribo al país de un importante número de inmigrantes, gran parte de los cuales provenía de otros países latinoamericanos y que, ante las circunstancias bajo las cuales debieron dejar sus países de origen, requerían una inmediata inserción laboral. En tercer lugar, el desarrollo previo de condiciones institucionales que facilitaron el desarrollo y la expansión de estas empresas, como la existencia de un fuerte grado de precarización en actividades similares y la posibilidad de encontrar estrategias legales para eludir la normativa laboral vigente. En este último sentido, hay que tener en cuenta que gran parte de las condiciones de empleo y trabajo precarios ya habían sido experimentado por buena parte de quienes desarrollaban esa misma actividad antes de la llegada de las *apps* de *delivery*.<sup>2</sup> La contratación de trabajadores en forma precaria no era, así, una novedad en el reparto a domicilio.

De todos modos, lo novedoso del desarrollo de las *apps* de *delivery* fue la utilización de las nuevas tecnologías informáticas para la gestión del trabajo, que, a su vez, también estaban insertas en la misma vida de quienes utilizarían ese mismo servicio. Desde fines de la segunda década del siglo XXI, el uso continuo del *Smartphone*, las nuevas tecnologías ya no eran algo extraño en los hábitos cotidianos de gran parte de la población.

---

<sup>1</sup> La actividad del *delivery* es desarrollada tanto por trabajadores como por trabajadoras o repartidores y repartidoras. En la redacción de este capítulo, en algunos casos no se han realizado diferencias gramaticales para referirse al género de quienes trabajan en el *delivery* para no sobrecargar el texto y, de ese modo, dificultar su lectura. Pero cuando en los casos en que se habló de trabajadores, repartidores o ellos, sin hacer la distinción se está refiriendo también a trabajadoras, repartidoras y a ellas.

<sup>2</sup> Utilizo indistintamente las denominaciones: plataformas virtuales de *delivery*, *apps* de *delivery* o directamente *apps* para referirme a este tipo de empresas.

Asimismo, el crecimiento exponencial en el número de trabajadores contratados por estas empresas no sólo se presentó a la vista de la población como un cambio en el paisaje cotidiano de varias de las ciudades del país, dada la cantidad de personas circulando, en moto, en bicicleta o a pie, con la indumentaria característica de cada una de las empresas, sino también un tema de atención para los medios, los científicos sociales, los gobiernos (nacional, municipal y provinciales) y las organizaciones sindicales. Atención que, en gran parte de los casos, se centró, principalmente, en las condiciones de empleo y trabajo de los repartidores.

Pero, más allá de la mirada externa sobre esta actividad, considero que un tema de interés para las ciencias sociales debe ser la propia percepción que los trabajadores del *delivery* tienen sobre ese trabajo, así como sobre las perspectivas de futuro que se plantean a partir de él, teniendo en cuenta el contexto personal y social en el cual tienen que realizar esa actividad. En este sentido, a partir de una investigación realizada en la Ciudad de Buenos Aires sobre las características de este trabajo, la relación de los trabajadores con las *apps*, los comercios proveedores de los productos que reparten y los clientes, su relación con este trabajo y otros que hayan desarrollado anteriormente y su mirada sobre el futuro, el significado que tiene dicho trabajo en la vida de estos trabajadores y el lugar que ocupa en sus construcciones identitarias.

Esta investigación se llevó a cabo mediante un trabajo de campo asentado en la realización de: entrevistas a trabajadores y trabajadoras del *delivery* por *apps*, algunas de las cuales fueron realizadas en el desarrollo de parte de su actividad (acompañando al repartidor o repartidora en parte de la misma) y otras en los espacios de descanso o reunión de los mismos a la espera de un pedido; observaciones sobre la conformación de éstos grupos y las relaciones que se establecían en ellos; y la aplicación de una encuesta sobre las características del trabajo en las plataformas virtuales.<sup>3</sup>

En la primera parte de este capítulo analizo las características del reparto a domicilio antes del arribo de las plataformas virtuales a esa actividad; luego doy cuenta del rol que cumplen las nuevas tecnologías tanto en este tipo de trabajo como en la vida cotidiana de toda la sociedad; en tercer lugar indago acerca de la precarización del trabajo en Argentina y, particularmente, la relación entre ese tipo de relaciones laborales y la forma de contratación que establecen las *apps* de *delivery*; en cuarto lugar, relevo las características y condiciones de implantación de dichas empresas en el país y el surgimiento de distintas organizaciones sindicales que demandan la representación de los trabajadores del sector; en quinto lugar, refiero a la forma en que los trabajadores se relacionan subjetivamente con la actividad del

---

<sup>3</sup> El trabajo de campo, realizado durante el año 2019, consistió, en primer lugar, en la realización de 44 entrevistas a trabajadores y trabajadoras del *delivery* por *apps* que realizaban esa actividad en distintos circuitos de la Ciudad de Buenos Aires. En algunos casos, las entrevistas eran limitadas por el tiempo que transcurría entre el momento en que los *deliveries* aceptaban ser entrevistados y el momento en que recibía un pedido en su teléfono y, en algunos casos, continuaban hasta el local del proveedor. La edad promedio de los entrevistados era de 28 años; la distribución de nacionalidades era la siguiente: 34 venezolanos, 4 argentinos, 2 paraguayos, 1 brasilero, 1 colombiano, 1 peruano y 1 armenio. Del total de entrevistados 38 eran hombres y 6 mujeres. En segundo lugar y en el marco de un proyecto de investigación de la Universidad Nacional de General Sarmiento, en el cual se estudió el trabajo en plataformas incluyendo no sólo el *delivery* sino también el traslado de personas, se llevó a cabo una encuesta sobre 250 casos en toda el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) –región que incluye a la Ciudad de Buenos Aires–, cuyas principales dimensiones fueron: el nivel educativo de los mismos, la movilidad en el empleo y desde sus hogares, la relación con las organizaciones sindicales existentes en la actividad, sus trabajos anteriores, sus ingresos monetarios en el trabajo de plataformas, el tiempo diario y semanal en que trabajaban en esta actividad, el desarrollo de otros trabajos al mismo tiempo que el de las *apps*, los motivos por los cuales recurrieron al trabajo en las *apps*, la calificación del trabajo en las plataformas, y la posibilidad de salir de las plataformas para realizar otros trabajos.

*delivery*; y concluyo analizando cual es el lugar de esa actividad en la identidad de dichos trabajadores.

### **El reparto a domicilio en Argentina antes del *delivery***

El aumento exponencial del número de trabajadores reclutados por el *delivery* en *apps* en la Ciudad de Buenos Aires, generado a partir del año 2018, aparece como uno de los fenómenos de mayor relevancia en el mundo del trabajo actual. Hecho, a partir del cual se ha presentado como tema de interés tanto para el público en general como para los medios de comunicación y para la comunidad científica.

De todos modos, el reparto de productos a domicilio no es una actividad nueva en nuestro país. Ya, en los años 60 y 70, aún antes de que adquiriera su denominación inglesa actual, dicha actividad ya había sido incorporada informalmente por algunos comercios (Battistini, 2021, p. 67-72). Sin embargo, es a partir de la última década del siglo XX cuando comienza a adquirir ciertas características que, en alguna medida, anticipan lo que hoy conocemos como el *delivery* en plataformas virtuales. Uno de los principales factores que, en los años noventa, movilizó este tipo de trabajo fue la proliferación de cadenas de venta de comidas rápidas (hamburguesas, empanadas, pizzas) y heladerías. En todos estos casos, el reparto a domicilio era incorporado como un servicio estable y a disposición de los clientes en todo momento. Asimismo, y quizás como respuesta competitiva ante la extensión de este tipo de negocios, muchos restaurantes de la ciudad de Buenos Aires incorporaron sus propios repartidores. Este nuevo servicio respondía también a una nueva necesidad de la época, probablemente motivada por dos factores concatenados: en primer lugar, la reducción de los tiempos de las personas en el hogar, debida fundamentalmente a la multiplicación y extensión de los tiempos de trabajo de los miembros adultos de la familia; y, en segundo lugar, la traslación de comportamientos culturales, en materia de consumo alimenticio, desde los países centrales, sobre todo desde Estados Unidos.<sup>4</sup> Así, la presencia de personas, generalmente hombres jóvenes, en las puertas de diferentes locales gastronómicos, junto a sus vehículos (motos o bicicletas) provistos de cajas conservadoras, aguardando la orden para trasladar los respectivos productos al domicilio o sitio donde se encontraba el cliente, quien previamente había realizado el pedido telefónico al local, pasó a ser una novedad del paisaje urbano. Quizás, el servicio que más parecido tuvo con el modelo actual, por lo menos en la presentación y destaque visual del servicio, fue el de las cadenas de venta de helados, cuyos repartidores vestían uniformes característicos de las respectivas empresas y llevaban conservadoras con las mismas señas de identidad empresarial. Pero, un factor de mayor semejanza o comparación es la forma de trabajo y el tipo de contratación de los trabajadores, que precisamente no se manifestaba en estas últimas cadenas, pero sí en otros negocios de venta de comida.

En muchos locales de venta de comida rápida, tanto la contratación de los trabajadores como sus condiciones de trabajo daban cuenta de un alto grado de precarización. La mayor parte de los repartidores eran contratados de manera informal, por lo cual no tenían estabilidad en el empleo, sus salarios eran muy inferiores a los de los trabajadores

---

<sup>4</sup> Ya, en 1974, un empresario argentino había creado la cadena *Pumper Nic*, imitando a las cadenas norteamericanas: *Burger King* y a *MacDonald*. En los años 80, estas dos cadenas ya se habían localizado en Argentina.

formalizados, no estaban amparados por la seguridad social, no tenían servicios de salud correspondientes a su trabajo, no eran protegidos por los sindicatos, y no iban a obtener ninguna indemnización en el momento del despido. Además, debido a que los vehículos que utilizaban para el traslado de los productos a los clientes eran de su propiedad, el costo del combustible (en el caso de utilizar una moto) y de mantenimiento de los mismos quedaban bajo su responsabilidad, lo cual pesaba sobre su ingreso salarial final. Además, si el vehículo sufría algún desperfecto que implicaba un tiempo prolongado de arreglo, no sólo tenían que pagar el costo correspondiente al mismo, sino que durante el tiempo en que no podrían contar con él, muy posiblemente, no iban a poder contar con ingresos salariales. Hecho que se repetía de sufrir algún accidente personal o tener una enfermedad que les impidiera trabajar, a lo cual se adicionaban los costos correspondientes a las curaciones o remedios. Asimismo, los riesgos de enfermedades y accidentes se incrementaban por las condiciones en que debían realizar su trabajo, ya que estaban obligados a circular por las calles de la ciudad, en medio del intenso tráfico, en ocasiones, bajo la lluvia y temperaturas muy bajas y, en algunos casos, sin la vestimenta adecuada. Muchos de estos trabajadores eran inmigrantes, que, ante las dificultades que planteaba la legislación de ese momento, desistían de realizar el trámite de residencia, a partir de lo cual se encontraban en condición de indocumentados. Hecho, este último, que aumentaba su indefensión frente a los empleadores, haciéndolos, además, pasibles de malos tratos y discriminaciones por parte de ellos.

### **Nueva tecnología en el hogar y en el trabajo**

Si bien el reparto a domicilio había incorporado nuevos hábitos en las formas de consumo de determinados productos y su utilización, por parte de los argentinos, se centraba fundamentalmente en la posibilidad de contar con un recurso de última instancia, por ejemplo cuando el tiempo de preparación de una cena familiar contrastaba con los tiempos de trabajo o de descanso, desde fines de los años noventa dicho recurso comenzó a sobrepasar la necesidad coyuntural para hacerse una costumbre muy cotidiana. Uno de los factores que contribuyó al incremento en la cantidad de oportunidades en que las personas pasaron a recurrir a este servicio es la posibilidad que abrió el teléfono móvil, de solicitarlo en distintos momentos del día y desde distintos lugares. Ese pequeño dispositivo, convertido ahora en teléfono inteligente (*Smartphone*) ha multiplicado de tal manera sus prestaciones para, de esa forma, convertirse en un objeto imprescindible en nuestras vidas y, prácticamente, parte de nuestra propia corporeidad. El *Smartphone* ha dejado de ser solamente un teléfono y se presenta ya como un “instrumento de asistencia que desarma tendencialmente la navegación en Internet a favor de aplicaciones personalizables para hacer más segura y enriquecer la cotidianeidad” (Sadin, 2018, p. 56). Es decir, además de comunicarnos con quien queramos, en el momento que deseemos, este aparato nos otorga la posibilidad de conocer lo que sucede en cualquier lugar del mundo en tiempo real; podemos hacer miles de consultas sobre los temas que se nos ocurran, aun cuando no tengamos una necesidad perentoria de hacerlo; y, sobre todo, parece satisfacer siempre nuestros deseos de compra, posiblemente también creados por el conocimiento que el mismo teléfono adquiere sobre nuestros gustos. Es decir, el teléfono facilita parte de nuestras compras, pero también puede incentivar otras absolutamente innecesarias. Así, parecería que ese objeto inteligente tiene capacidad para dirigir nuestras acciones a su antojo, conducirnos, en forma virtual, por deseos creados artificialmente y obligarnos a responder todo el tiempo mensajes y demandas muy difíciles de dejar de lado.

Pero, también, el *Smartphone* es ahora una tecnología compartida entre el espacio de trabajo y el de la vida fuera de él. A contramano de lo que ocurría hasta fines del siglo XX, cuando el encuentro de los trabajadores con las tecnologías complejas se realizaba principalmente en el seno de las empresas capitalistas (sobre todo en el caso de los empleos correspondientes al comercio y los servicios), el acceso a ellas se produce en nuestros propios hogares y en forma constante a lo largo del día. De esta forma, parte de las tecnologías que se usan en el trabajo ya no resultan extrañas para quienes las han incorporado anteriormente a su vida cotidiana. La vida hipertecnologizada actual ha logrado que los conocimientos informáticos de la población sean fácilmente utilizados en determinadas tareas laborales. Condición, ésta última, que puede ser ejemplificada mediante el trabajo del *delivery* por plataformas virtuales.

Como vimos hasta la llegada de las empresas por plataformas virtuales, el reparto a domicilio no era más que una actividad complementaria respecto a la venta en el local, como sucedía con los comercios de productos comestibles elaborados para el consumo inmediato por parte del cliente. En estos casos, la intermediación tecnológica más novedosa fue, en algún momento, la correspondiente a la posibilidad de realizar los pedidos, por parte del consumidor final, mediante el uso de un teléfono (generalmente fijo).<sup>5</sup>

La tecnologización actual es mucho más compleja, ya que no solo se trató de la utilización del teléfono móvil en la generación del pedido sino ahora también la incorporación del mismo en el proceso de trabajo del *delivery* y la introducción de las plataformas virtuales en el negocio encargado de llevar adelante este servicio, las cuales introdujeron fuertes modificaciones en la actividad y, al mismo tiempo, establecieron nuevas pautas en el relacionamiento del comprador con el vendedor.

Ahora, entre el pedido y la entrega final se suceden varios procesos concatenados. Con las nuevas tecnologías se multiplicaron las alternativas para dar el primer paso por parte del cliente, ya que no solo puede hacerlo mediante el teléfono móvil, sino que también puede realizarlo a través de la página virtual del comercio y, en algunos casos, mediante el *WhatsApp* o por cualquier otra red o plataforma virtual disponible a tal efecto. Es decir, en este último caso, la relación, anteriormente telefónica, entre comprador y vendedor, también puede ser virtualizada. Luego, si el vendedor gestiona sus envíos mediante una plataforma virtual, el paso siguiente es la comunicación del pedido, por parte de éste último, a dicha plataforma para que, posteriormente se ponga en marcha el traslado del producto al cliente.<sup>6</sup> A partir de este momento, es la misma plataforma la que se encargará de enviar el pedido para que algún repartidor lo seleccione, luego guiar al repartidor desde su punto de localización inicial hasta el local del vendedor, para retirar dicho pedido y trasladarlo luego al lugar donde se encuentre el cliente. Acción, ésta última que será informada al repartidor mediante un mensaje en su teléfono móvil, en el momento en que el comerciante indique que tiene el pedido preparado para su retiro en el local. En todo su recorrido el repartidor puede comunicarse con el cliente, dado que su número telefónico le fue provisto por la *app* en el momento en que aceptó la tarea.

De todos modos, más allá de la mediación tecnológica entre los distintos actores de la relación comercial-laboral, y, más allá de la fuerte impersonalización de la misma, generada por la digitalización de todo el proceso, el trabajo de los repartidores es aún imprescindible.

---

<sup>5</sup> Anteriormente, el traslado del producto al domicilio también podía ser realizado, pero solamente ante el previo pedido del cliente hasta el comercio de cercanía.

<sup>6</sup> Algunas *apps* de *delivery* cuentan con páginas de internet en las que se disponen los *link* de los diferentes comercios adheridos a ellas, lo cual facilita esta segunda intermediación, ya que en el mismo momento en que un cliente hace el pedido a uno de dichos comercios la plataforma cuenta con dicha información.

Las *apps* de *delivery* establecieron un sistema de doble tercerización (del comercio hacia la plataforma y de la plataforma respecto del trabajador),<sup>7</sup> en el cual los trabajadores ocupan aun un lugar primordial. Sin ellos no hay traslado posible del producto, desde el comercio hasta el cliente. En este sistema, el rol del teléfono móvil es crucial, dado que se encuentra asociado directamente a la figura del repartidor. Entonces, sin el repartidor ni el teléfono, el pedido ya no podría moverse del local del vendedor, salvo que se interrumpa la cadena y éste último acepte que el comprador pase a retirarlo por su local, hecho que terminaría invalidando totalmente a este modelo de intermediación. Además de facilitar la comunicación entre el repartidor, el vendedor y el cliente final, el teléfono móvil es el instrumento mediante el cual, la plataforma puede controlar cualquiera de los desplazamientos que realice el primero, desde el momento en que aceptó el pedido hasta su inmediato traslado al comercio del vendedor, el retiro de dicho pedido y la entrega final del mismo al cliente. A partir del instante en que el trabajador se conecta a la plataforma, todos sus movimientos son geolocalizados por ésta última. Entonces, si en algún momento el circuito de retiro y entrega del producto al cliente se interrumpe o el repartidor no realiza a tiempo alguna de las tareas correspondientes al mismo, el algoritmo puede establecer calificaciones que luego se transformarán en alguna forma de penalidad hacia dicho trabajador. Penalidad que, a su vez, también puede ser ocasionada por sucesivos rechazos de pedidos por parte de éste último. La amenaza permanente y en tiempo real de control sobre los trabajadores, mediante estos sofisticados sistemas informáticos, hace que la conciencia sobre la mera existencia de esa posibilidad funciones como un rasgo panóptico similar al de los regímenes de control impuestos en los *call center* (Veen; Barratt; Goods, 2019, p. 13-14). Los controles informáticos tienen un rol fundamental para fiscalizar el flujo entre los procesos de entrega del producto al trabajador, el seguimiento permanente del mismo y la evaluación y gestión de su rendimiento. Tres tipos de datos alimentan este sistema: los datos del GPS de los teléfonos, las interacciones entre ellos y la aplicación (como ocurre en la aceptación o rechazo de pedidos), y las valoraciones de los consumidores y los restaurantes (Veen; Barratt; Goods, 2019, p. 9-10). El control remoto de la actividad del repartidor permite la fuerte disolución de los espacios de comunicación real entre las personas involucradas en este intercambio comercial y de trabajo. Disolución que no sólo afecta las relaciones laborales, sino que involucra gran parte de nuestras relaciones sociales. Hasta antes de la llegada de la informática a nuestras vidas, la mayor parte de nuestras relaciones eran cara a cara, tanto en la vida familiar o social como en el trabajo. Hoy, el teléfono móvil y las computadoras han logrado mediar permanentemente esas relaciones. Mediación que la pandemia de la Covid-19 ha generalizado y multiplicado en forma exponencial.

La informática permite desplegar una nueva forma de organización del trabajo en la cual ya no es necesario establecer mecanismos localizados, espacial y temporalmente, o disponer controles personales (de supervisores o jefes directos), cuya tarea principal sea el control de otras personas (sus subordinados) para que éstas últimas realicen, de manera eficiente y en los tiempos indicados, el trabajo encomendado. Cuando pensábamos que la técnica del panóptico había alcanzado su máxima sofisticación en la organización toyotista, al trasladar gran parte de la responsabilidad productiva a los propios trabajadores, el capitalismo ha doblado la apuesta, transfiriendo el panóptico prácticamente a gran parte de sus propias vidas, ahora inserto en la tecnología que, a su vez, se transformó en imprescindible para esas

---

<sup>7</sup> Además, se trata de un modelo de empresa al que Srnicek (2019, p. 72) caracteriza como “hipertercerizado”, en el que los trabajadores están deslocalizados, el capital fijo, los costos de mantenimiento y el *training* están deslocalizados.



mismas vidas.<sup>8</sup> El capitalismo ha logrado insertar sus premisas de consumo y producción a los aparatos tecnológicos que estamos obligados a tener y a utilizar cotidianamente, si ahora no queremos estar desconectados del resto de la sociedad. Ha conseguido diseñar una nueva tecnología, parte de la cual ya no requiere estar bajo su poder directo, ya que la trasladó luego a nuestros hogares, la puso en nuestras manos, la hizo lo más pequeña posible para que pueda trasladarse con nosotros, para así “informarnos” en todo momento acerca de lo que podríamos necesitar, o de lo que el mismo sistema de consumo requiere que nosotros sepamos, para, de esa forma poder ofrecernos diferentes productos a cada instante, que, misteriosamente, se adecúan de manera exacta a aquello que, en una conversación con otra persona, manifestamos estar interesados en adquirir, aun cuando dicha conversación no haya sido en forma telefónica. La digitalización ha cambiado nuestras vidas, pero, en los últimos años lo ha hecho de una manera mucho más explosiva. Tal como indica Sadin, la extrema sofisticación alcanzada por la inteligencia artificial ha dotado a la digitalización de una aptitud interpretativa y decisional que la autonomiza casi totalmente de nuestras posibilidades de control. La tecnología digital ha pasado de ser un instrumento destinado a funcionalidades administrativas, comunicacionales o culturales a transformarse en “un poder de guía algorítmica de nuestras vidas cotidianas y de organización automatizada de nuestras sociedades” (2018, p. 37). A lo largo de la historia, el capitalismo produjo continuas innovaciones que le permitieron controlar el trabajo de forma cada vez más eficiente y, en muchos casos, logrando ese objetivo mediante la utilización de los propios trabajadores como agentes de ese mismo control. Pero, nunca lo había hecho mediante un sistema tan sofisticado y sutil como el actual. Hoy, el capitalismo ha alcanzado un esquema de dirección del trabajo anclado en tres vías principales, la generación de una subjetividad precaria y globalizada, su inserción lábil en cada territorio y el manejo total de la información. Así, tal como dice Berardi:

[...] las personas no son capaces de rebelarse y no están dispuestas a ello porque las condiciones de precariedad, angustia y competencia consustanciales a la actual organización del trabajo no les permite ver el camino hacia la autonomía y la solidaridad. La desterritorialización del empleo y la fragmentación tecnológica del cuerpo social tienen por resultado la incapacidad de tender redes de solidaridad efectivas, y una soledad generalizada que solo se quiebra para abrir paso a súbitas y aleatorias explosiones de ira. (2019, p. 121-122).

Entonces, no se trata sólo de un sistema que tiende a precarizar algunos trabajos sino de transformar a lo precario en lo normal. Se trata de la normalización de una realidad precaria en la cual las posibilidades de inserción económica o laboral no son ni buenas ni malas sino las posibles.

---

<sup>8</sup> Un análisis pormenorizado de la generación de un trabajador *just-in-time* y la utilización de medios tecnológicos, en plataformas virtuales, para la subordinación y el control de los trabajadores puede encontrarse en Abilio, 2020.

## **Precarización del trabajo o condición de normalidad**

La utilización científica del concepto de precariedad en el trabajo y su popularización mediática tuvieron origen en la última década del siglo XX, cuando gran parte de las políticas neoliberales estaban dirigidas a reducir los costos empresariales mediante la generación de formas de contratación laboral flexibles, como: contratos por tiempo determinado, eliminación o reducción de costos por indemnización, promoción de formas de contratación de trabajadores independientes etc. En Argentina, ese proceso coincidió con el fuerte crecimiento exponencial de la tasa de desocupación y del porcentaje de trabajadores en empleos no registrados por sus empleadores.

Así, primera definición de la precariedad en el trabajo se refería a la generación de formas de contratación consideradas como atípicas. Es decir, aquellas que se planteaban como alternativas o directamente reemplazaban al contrato por tiempo indeterminado, a tiempo completo y formalmente registrado ante la autoridad competente o forma “típica” de empleo. De esta forma, la idea de precarización venía a dar cuenta de la emergencia de una nueva realidad laboral, que parecía contrastar con una normalidad anterior, en la cual la estabilidad laboral era relativamente generalizada y establecida como el “deber ser” del trabajo en el mundo capitalista.

Cuando Ulrich Beck, a fines del siglo XX, advertía que se estaba asistiendo a “la irrupción de lo precario, discontinuo, impreciso e informal en ese fortín que es la sociedad del pleno empleo en Occidente” (2000, p. 9), sólo se estaba refiriendo a un espacio muy acotado del mundo. Hablaba de la Europa opulenta y fuertemente estabilizada en términos económicos, sociales y políticos. Es más, en su caracterización de esta normalidad estable europea establecía una comparación con países que no vivían esa misma realidad, específicamente refiriéndose a la “brasilenización” de occidente, es decir, acotando no sólo su definición al territorio donde esa relación laboral parecía hegemónica sino contrastando con territorios donde eso no sucedía. Robert Castel (1997, p. 326-387), cuando caracteriza al empleo asalariado de la sociedad salarial, lo hace contrastando con las formas que el trabajo había adquirido en las etapas anteriores del Estado de Bienestar, las cuales, por sus condiciones de trabajo, pasarían a constituirse como precarias. Entonces, no parece estar en el espíritu de estas conceptualizaciones la idea de generar algún tipo de normalidad laboral capitalista, asentada en el empleo seguro, de salarios relativamente elevados y buenas condiciones de trabajo.

La estabilidad laboral y la posibilidad de contar con la totalidad de derechos derivados del contrato de trabajo formal no eran extrapolables de un territorio a otro y ni siquiera fueron sostenibles en el tiempo. Fue solo durante un muy corto período de tiempo, los 30 gloriosos del Estado de Bienestar Keynesiano, y en una parte muy restringida de la población mundial, cuando la estabilidad, el acceso a un relativamente buen salario y los beneficios sociales derivados de ese empleo sirvieron para pensar en esa forma de trabajo como el ideal tipo, que luego serviría como gálibo para comparar al resto de los trabajos. Luego, la ilusión de pensar que esa realidad era para siempre y extensible a otros lugares del mundo se encontró con otra “normalidad”, la de las políticas liberales, a partir de las cuales la precarización del trabajo comenzó a ser el nuevo modelo de la modernidad capitalista.

El despliegue de las políticas económicas neoliberales significó una profunda modificación de las estructuras laborales en los países desarrollados con severas consecuencias sobre el trabajo, cuyo reflejo en los países en desarrollo fue aún más dramático. El esquema económico del neoliberalismo, que tenía su eje principal en la necesidad de

reducir el déficit financiero del Estado, con el objetivo de disminuir la presión fiscal sobre el sector privado, tenía su correlato en las severas modificaciones que se pretendían impulsar en las relaciones laborales. La supuesta necesidad de favorecer la inversión privada disminuyendo el costo empresarial y, de esa forma, contribuir a la generación de empleo, tenía su correlato en la quita de derechos para los trabajadores. En ese camino, el modelo asentado en la estabilidad laboral fordista se presentaba como uno de los principales obstáculos para la obtención de tales objetivos. Ante lo cual, la única alternativa posible era la flexibilización laboral. La consecuencia de este proceso fue la pérdida de centralidad del contrato por tiempo indeterminado y su reemplazo por lo que Robert Castel denominó como “formas particulares de empleo” (1997, p. 404), entre las cuales incluía a una multitud de situaciones heterogéneas, como los contratos por tiempo determinado, el trabajo provisional, el trabajo a jornada parcial y distintas formas de “empleos ayudados”, es decir, los sostenidos por el poder público para hacer frente al desempleo. Este es el período que Ulrich Beck denomina como tránsito entre la primera y la “segunda modernidad” se pasó de lo que el autor caracterizó como economía de la seguridad a un momento en el cual comenzaron a reinar la inseguridad, la incertidumbre y la desaparición de las barreras para la instalación de la “sociedad de riesgo” (2018, p. 78-79). Una nueva realidad del trabajo que puede ser caracterizada como el “reino de las inseguridades”, en las cuales ese trabajo pasó a perder, según Zygmunt Bauman, “la centralidad que le fue asignada en la galaxia de los valores dominantes de la era de la modernidad sólida y el capitalismo pesado. El ‘trabajo’ ya no puede ofrecer un huso seguro en el cual enrollar y fijar definiciones del yo, identidades y procesos de vida” (2003, p. 149). Se pasaba así de una normalidad asentada en las seguridades a otra normalidad dominada por las inseguridades.

En lo que respecta al trabajo, si bien dicha inseguridad no iba a ser la característica principal de todas las formas de contratación, la precariedad se instaló como el signo principal de la nueva realidad laboral. Esta condición hizo que el mundo del trabajo se convirtiera en un espacio de experimentación empresaria acerca de las distintas posibilidades bajo las cuales la misma podía llevarse a cabo. Experimentación que parece tener su cenit en el reemplazo del trabajo asalariado por el trabajo de un emprendedor independiente, en relación comercial con una empresa virtual, tal como sucede actualmente con el trabajo en las empresas de plataformas virtuales.

### **El *delivery* por plataformas en Argentina**

En Argentina, entre 2018 y 2020 funcionaron cuatro empresas de reparto a domicilio por *apps*. La primera en arribar fue Pedidos Ya, que se instaló, como *Marketplace*, en 2010, poco tiempo después de su creación, en 2009, en Uruguay. Recién en 2017 pasó a constituirse como empresa de *delivery*. Año en el cual comenzó a contratar trabajadores para el desarrollo de esa actividad. Incorporación de repartidores que, en primera instancia, fue realizada de acuerdo a la ley vigente en nuestro país, es decir bajo relación de dependencia, de manera formal y por tiempo indeterminado. En 2018 se produce el ingreso al mercado nacional de las firmas Glovo, fundada en Barcelona (España) en 2015 y Rappi, de origen colombiano, fundada en ese país también el mismo año. En 2018 la firma Uber, que hasta entonces desarrollaba solo actividades en Argentina como plataforma virtual para servicios de transporte de pasajeros, incorpora el reparto a domicilio, mediante su división UberEats, pero sólo en la provincia de Mendoza, extendiéndose al año siguiente a la Ciudad de Buenos Aires (Haidar, 2020, p. 20). En septiembre de 2020 y con el objetivo de centrar su negocio

en Europa y Asia, Glovo abandona el país (así como gran parte del mercado latinoamericano) y su operatoria pasa, en su mayor parte, a ser desarrollada por Pedidos Ya (firma que, desde 2014 tiene como mayor accionista al grupo alemán Delivery Hero, una de las empresas de este rubro más importantes del mundo). En noviembre de 2020 también dejó el país UberEats, decisión relacionada, fundamentalmente, con sus dificultades para alcanzar un grado de competitividad razonable frente a las dos firmas más importantes en esa actividad, Rappi y Pedidos Ya, que se quedaron con la totalidad del mercado, sobre todo en la Ciudad de Buenos Aires.

De acuerdo a lo que se anticipa más arriba, la lógica de organización del trabajo de estas empresas se asienta en un sistema de doble tercerización, la primera de las cuales se produce cuando el negocio gastronómico deriva la tarea de reparto en la *app de delivery*; la segunda es la que genera ésta última respecto de los trabajadores que contrata en forma independiente. En este último caso, la factibilidad que encontraron estas firmas para establecer dicha relación se asienta en la consideración, por parte de las mismas, del trabajador como un “emprendedor” individual o empresario de su propia persona. Luego, en lo que respecta al marco legal bajo el cual se cristalizaría esa figura, en Argentina es facilitado por la existencia de una figura registral denominada “monotributo”.<sup>9</sup> A partir de la utilización de esta figura, las empresas obligan a los trabajadores, en el momento de la contratación, a realizar su inscripción en este sistema, desarrollando, en forma tácita, una justificación “voluntaria” de dichos trabajadores al establecimiento de una relación cuasi comercial y no laboral. Luego, el mecanismo establecido por las *apps* para reforzar esa idea es el hecho que, al inscribirse en la página web de las mismas, aceptando las condiciones contractuales allí indicada, los trabajadores demuestran su disposición y conformidad con las reglas de juego.

Prácticamente no existen límites para la incorporación de repartidores por parte de las *apps de delivery*, dado que, al no tratarse de una contratación laboral, que obligue a la empresa al pago de un salario, de los impuestos correspondientes<sup>10</sup> y de una indemnización en caso de despido, los costos de contratación son prácticamente nulos. Pero, además, la posibilidad de contar con ingresos constantes de personal les permite a estas firmas incrementar el número de repartidores, aún por encima de lo que podría necesitar para cumplir adecuadamente con los pedidos y así, al mismo tiempo, solventar cualquier baja de repartidores y, al aumentar la competencia entre ellos, pagar menos por pedido y, de ese modo, obtener más ganancia.<sup>11</sup>

Además, desde el momento en que estas empresas se instalaron en el país la disponibilidad de personas con intenciones de trabajar en ellas fue creciente, conjugándose para ello tres factores: el incremento de la desocupación, la reducción del poder adquisitivo de los trabajadores empleados y el incremento de la inmigración de países latinoamericanos, fundamentalmente desde Venezuela. Asimismo, las *apps de delivery* desarrollan una continua campaña para el reclutamiento de repartidores, tanto en sus propias páginas web como

---

<sup>9</sup> El Monotributo es un sistema simplificado de registro en la Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP), y pago de impuestos para los pequeños contribuyentes, quienes desarrollan algún tipo de trabajo por cuenta propia. En dicho sistema se concentra, en un único tributo, el componente previsional (aportes jubilatorios y sistema de salud correspondiente a las obras sociales) y el componente impositivo. Este sistema es regido por la Ley 24977 del año 1998.

<sup>10</sup> El impuesto que debe pagar el empleador es conformado por los siguientes porcentajes sobre el salario bruto: 16% Jubilación; 2% a la obra social de jubilados (PAMI); 6% a la Obra Social Sindical; 1,5% al Fondo Nacional de Empleo.

<sup>11</sup> El algoritmo reduce el valor por pedido que se debe llevar el trabajador a medida que aumenta la oferta de trabajadores para tomarlo.

mediante publicidades callejeras. En dichas campañas, estas empresas transmiten la idea que quienes se incorporen a sus filas, como *deliveries*, lo harán como “colaboradores”, “emprendedores”,<sup>12</sup> “socios”,<sup>13</sup> contratista independiente, microempresario, usuarios,<sup>14</sup> etc. (Del Bono, 2019). Algunas de las frases que pueden leerse en sus páginas web pueden graficar estas denominaciones y, fundamentalmente, las características que la relación que se pretende establecer es de tipo comercial más que laboral:

Ganá dinero colaborando con la empresa líder de *delivery* en Latinoamérica. Las propinas que recibas van directamente a tu bolsillo. (Pedidos Ya).

Ganá con cada entrega, recibí el 100% de tus propinas y obtené dinero por cada amigo que refieras. Recibirás tus ganancias en tu cuenta bancaria previamente registrada. Registra tu cuenta bancaria en la *app* en ‘Mis ganancias y deudas.’ (Rappi).

De todos modos, a pesar de la relación fuertemente individualizada, entre trabajadores y empresas, bajo determinadas coyunturas y con diferentes características, varias fueron las organizaciones sindicales que expresaron alguna forma de acción colectiva o reclamaron la representación sindical en éste ámbito. Las protestas o conflictos protagonizados por los trabajadores de plataformas virtuales en Argentina adquirieron distintas expresiones. Uno de los conflictos de mayor resonancia, comenzó en febrero de 2019, cuando la empresa Pedidos Ya decidió despedir a 450 trabajadores que, hasta entonces, se encontraban contratados formalmente y en una relación laboral de tiempo indeterminado.<sup>15</sup> El argumento utilizado por la firma fue que este tipo de contratación ya no le permitía ser competitiva frente a Glovo y Rappi, las cuales, desde el comienzo de su presencia en Argentina, contrataban a todos sus repartidores de forma independiente. A raíz de dichos despidos comenzó una protesta de los trabajadores, que derivó en la ocupación de la sede de la empresa. Conflicto que, a su vez, fue apoyado por la Asociación Sindical de Motociclistas, Mensajeros y Servicios (ASIMM). Esta organización sindical tiene existencia previa a la llegada de las *apps* de *delivery* a nuestro país y, originalmente, representó a todos los trabajadores de cadetería en moto.<sup>16</sup> Ante el surgimiento de esta forma de trabajo, la ASIMM considera que, por las características de la

<sup>12</sup> Consultada acerca de los reclamos de los trabajadores y de varias organizaciones sociales latinoamericanas, la firma Rappi respondió que: “los rappideros [así los denomina la misma empresa] son *emprendedores independientes* que han encontrado en Rappi la posibilidad de tener oportunidades económicas e ingresos extra [...]” –nuestro énfasis. <https://www.semana.com/empresas/articulo/protesta-de-rappideros-en-bogota-de-octubre-2018/263342/>

<sup>13</sup> En la página web de UberEats se hace directa referencia a la denominación de “socio repartidor”, sobre la persona que se incorpora para hacer *delivery*. <https://www.uber.com/us/es/deliver/>

<sup>14</sup> En la página web global de la firma Glovo, dirigida a la inscripción de los repartidores para trabajar en esa empresa se indica que: “Los repartidores que se conectan a Glovo son usuarios que quieren hacer la vida más fácil a los demás entregándoles lo que necesitan, cuando lo necesitan. Son profesionales independientes que optan por realizar las entregas con su propio vehículo en cualquier momento del día.” <https://couriers.glovoapp.com/es/>

<sup>15</sup> Modalidad que Pedidos Ya utilizó para contratar a los repartidores en el momento en que arribó al país.

<sup>16</sup> Esta organización nace con posterioridad a los acontecimientos vividos en diciembre de 2001, que culminaron con la caída del gobierno de Fernando de la Rúa. El 19 y 20 de diciembre, los motoqueros adquirieron protagonismo al circular a gran velocidad alrededor de la Plaza de Mayo con el objetivo de proteger de la feroz represión policial que sufrían, en ese momento, los manifestantes que reclamaban la salida del gobierno (Rodríguez, 2015).

actividad que desarrollan, los repartidores se encontrarían dentro de su ámbito de incumbencia, por lo cual dice tener legitimidad y prioridad<sup>17</sup> para asumir la representación de los mismos. Sin embargo, no se trata de la única organización que busca nuclear a los trabajadores de estas empresas.

En julio de 2018, Rappi decidió, unilateralmente, cambiar el sistema de distribución de pedidos entre los trabajadores, eliminando la posibilidad de que éstos los acepten o no en función de las distancias entre su ubicación, la del pedido que debían retirar y el recorrido para la entrega posterior al cliente. Hasta ese momento, los trabajadores podían aceptar o rechazar pedidos de acuerdo a la mayor o menor distancia que debían recorrer para cumplir con esta tarea. Además, con el nuevo sistema, se establecían sanciones, que podían llegar a la suspensión en la asignación de pedidos a quienes alcanzaran un nivel superior de rechazos al estipulado por la misma *app*, pudiendo incluso requerir la aceptación de los mismos aun cuando los repartidores estuviese “deslogueados”.<sup>18</sup> Los trabajadores se sintieron estafados por esta decisión, dado que, según ellos, la misma modificaba el contrato que habían firmado o aceptado cuando ingresaron a Rappi. Contrato cuyas condiciones estaban estipuladas en el documento denominado como: “Términos y Condiciones – Rappitenderos”, que estaba publicado, en ese momento, en la misma página web de la empresa cuando ellos completaron el formulario para trabajar como *deliveries*. A partir de esta situación, los trabajadores decidieron iniciar una acción común de protesta. Para ello desarrollaron una convocatoria por intermedio de un grupo de *WhatsApp* (red conformada con anterioridad, por razones de amistad o encuentro circunstancial en los espacios donde esperaban los pedidos)<sup>19</sup> a reuniones para debatir sobre el problema. A partir de estas reuniones o pequeñas asambleas, los trabajadores decidieron interrumpir el circuito de *delivery*, rechazando, todos al mismo tiempo, los pedidos recibidos. De esta forma lograron saturar al sistema, dado que se acumularon pedidos sin retirar en los locales gastronómicos, al mismo tiempo que se multiplicaron los reclamos de los clientes a esos locales y a Rappi. Durante el tiempo que duró esta acción el valor monetario, ofrecido por la *app* por cada pedido, se incrementó en forma considerable, reduciéndose luego de finalizada la misma, pero a un valor más elevado que el anterior a dicha protesta. Esto fue considerado por los trabajadores como un triunfo colectivo, en función de lo cual decidieron sostener la organización y crear, a partir de ella, un sindicato, que denominaron como Asociación del Personal de Plataformas (APP).<sup>20</sup> Luego

---

<sup>17</sup> En Argentina, un sindicato puede representar, en forma plena (es decir, tanto en el conflicto como en la negociación), a los trabajadores de una determinada rama, actividad o empresa sólo cuando, además de tener “personería jurídica” (PJ) o simple inscripción ante las autoridades competentes (en este caso el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social –MTEySS– de la Nación), cuenten con “personería gremial” (PG). Atributo, este último, que una organización sindical alcanzará cuando demuestre que es la más representativa en el ámbito que pretende representar, es decir, que cuente con el mayor número de trabajadores afiliados en dicho ámbito. Pero, según la ley vigente, correspondiente al Régimen de Asociaciones Sindicales (N° 23551) solo se otorgará la PG a un solo sindicato, el más representativo. Esto quiere decir que, de existir ya un sindicato con PG en un determinado ámbito, cuando otra organización pretenda alcanzar la representación en el mismo no podrá hacerlo hasta que no demuestre tener un mínimo del 10% más de trabajadores afiliados a la ya existente (Art. 21 Decreto 786/1988), (Trajtemberg; Battistini, 2015).

<sup>18</sup> Para ingresar diariamente al sistema de una *app* de *delivery*, un trabajador debe ingresar al sistema (*log in*) o “loguearse”, en el momento en que no está en el sistema está “deslogueado” (*log out*).

<sup>19</sup> Un espacio de socialización de importancia para estos trabajadores es el que se conforma en las cercanías de determinados negocios, como *McDonalds*, los shoppings donde hay espacios de comidas, o ciertos polos gastronómicos.

<sup>20</sup> La APP fue creada por 53 trabajadores de distintas plataformas reunidos en una asamblea el 1 de octubre de 2018. Dos días después, los miembros de esta organización y componentes de esa asamblea marcharon al

de esta acción de protesta, Rappi llamó a los delegados de los trabajadores a una reunión en sus oficinas, en la cual no aceptó ninguno de los reclamos presentados por estos últimos y, al finalizar la misma bloqueó el ingreso a la plataforma a una de las delegadas, lo cual fue interpretado como su despido (Ottaviano; Farrel; Maito, 2019, p. 19; Perelman; 2020).

Existen además otras organizaciones con pretensiones de representación del sector. A nivel local, una de ellas, es la Asociación Civil de Repartidores Independientes (ACRI), cuyo alcance territorial se restringe a la Ciudad de La Plata (capital de la Provincia de Buenos Aires) y, como su propio nombre lo indica, esta organización considera adecuada la contratación en forma independiente y sólo establece su acción en términos de la mejora de la cobertura de accidentes de trabajo y enfermedades y el resguardo por la inseguridad en las calles de los trabajadores. Contradiciendo, de esta forma, aquello que reivindican otras organizaciones, como las citadas anteriormente, que exigen la formalización de la relación laboral mediante el establecimiento de contratos estables. En julio de 2020, ACRI firmó un convenio con el Ministerio de Seguridad de la Provincia de Buenos Aires y la empresa Glovo, para que los trabajadores colaboren en el alta temprana del delito en dicha provincia. Iniciativa que, a su vez, fue repudiada por otra organización de *deliveries* de la misma localidad, denominada Asamblea de Repartidores de La Plata, que acusa a la ACRI de no representar fielmente los intereses de los repartidores.

Otro sindicato que dice representar localmente a los *deliveries* es la Asociación Empleados de Comercio (AEC) de la ciudad de Rosario (provincia de Santa Fe). En junio de 2020, en plena pandemia, esta Asociación llevó adelante una actividad en reclamo de mejores condiciones sanitarias y de trabajo para los repartidores del *delivery* por *apps*, así como la estabilización de los mismos. Esta protesta tuvo gran repercusión en la ciudad, ya que se desarrolló en la Plaza San Martín, ubicada en el centro de Rosario y frente a la sede de la gobernación provincial. En el marco de esta acción, dirigentes de la AEC manifestaron ya contar entre sus filas a aproximadamente 60 trabajadores de las empresas de *delivery*.<sup>21</sup>

Otra organización que agrupa a trabajadores del *delivery* por *apps* es la Agrupación de Trabajadores de Reparto (ATR),<sup>22</sup> cuyo principal objetivo es la regularización de la actividad y la demanda de que los repartidores cuenten con obra social y Aseguradora de Riesgos del Trabajo (ART). Esta organización dice haber incorporado en su representación a trabajadores de varias ciudades del país como: Córdoba, Rosario, Bariloche y Mar del Plata.

Por su parte, bajo el impulso de la organización Jóvenes Trabajadores Precarizados (JTP), en junio de 2021, se dio origen al Sindicato de Base de Trabajadores de Reparto por Aplicación (SITRAREPA), que también presentó, ante las autoridades del MTEySS la solicitud de registro del mismo como organización a nivel nacional.

---

Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTSS), con el objetivo de presentar la solicitud de inscripción formal del sindicato. Inscripción que aún no fue otorgada.

<sup>21</sup> La AEC cuenta con personería gremial en el ámbito de comercio.

<sup>22</sup> Esta organización está ligada a un partido de izquierda y está afiliada a la Red de Trabajadores Precarizados. Página 12 (29/5/2020): “La Red de Trabajadores Precarizados reclama regulación, ART y obra social.” <https://www.pagina12.com.ar/269013-la-red-de-trabajadores-precarizados-reclama-regulacion-art-y>

## Un trabajo de difícil identificación

La descripción anterior, acerca de la multiplicación de expresiones de organización sindical en el espacio del trabajo del *delivery* por *apps* puede ser considerada como una evidencia acerca de las dificultades para la identificación colectiva de estos trabajadores. De todos modos, en este apartado vamos a analizar cómo esas dificultades para encontrar una identidad que nuclea a este grupo de trabajadores tiene relación, fundamentalmente, con las condiciones de inserción de los mismos en este trabajo y su identificación posterior con el mismo.

En primer lugar, hay que considerar los factores contextuales que se conjugan para que esta actividad se convierta en una opción válida para muchas personas. Como vimos, una condición de posibilidad para el reclutamiento de trabajadores por parte de las *apps* de *delivery* es la existencia de una masa importante de trabajadores y trabajadoras en búsqueda de alguna forma de inserción laboral que les permita sobrevivir. En Argentina, el número de personas en estas condiciones se ha incrementado fuertemente desde 2016 en adelante, en primera instancia producto del aumento de la tasa de desocupación, que en ese año alcanzaba al 7,7% de la población urbana total, en 2018 superaba el 9% y en 2019 ya alcanzaba, en algunos trimestres, a los dos dígitos.<sup>23</sup> Asimismo, otro factor de suma relevancia en términos de la generación de un número importante de personas disponibles para este tipo de trabajo es el crecimiento de la inmigración desde los países latinoamericanos, sobre todo desde Venezuela. En 2016, la inmigración venezolana en Argentina, entre permanentes y temporarios, se ubicaba en el quinto lugar, con el 6% de todos los migrantes; en 2017 había crecido al 14,6%, ubicándose en tercer lugar, después de la inmigración paraguaya (28,8%) y boliviana (22,6%); y en 2018 ya estaba en el primer lugar, con el 31,8% de los migrantes totales, desplazando a los otros dos países al segundo y tercer lugar.<sup>24</sup> Hay que considerar, en el caso de los inmigrantes venezolanos, que casi todos ellos arribaron a la Argentina luego de una salida forzada desde su país, principalmente motivada por causas económicas y no como producto de una planificación desarrollada con suficiente tiempo como para lograr una inserción segura y estable en su nuevo lugar de radicación. Razón por la cual, la migración puede no representar, por lo menos en términos de las expectativas personales de cada uno de ellos, una instalación duradera en el nuevo territorio. En ese sentido, la mayor parte de nuestros entrevistados tenía la esperanza de volver a su país de origen en algún momento. Si bien, es posible que, en muchos casos, esto no pueda ser concretado en forma efectiva, el tiempo en Argentina y su situación actual no había logrado aún hacerles abandonar ese deseo. Así, una de las repartidoras, de origen venezolano, se refería a la posibilidad de retornar a su país de la siguiente manera:

*¡Sí! Claro, mil veces, pero, volvería [a Venezuela] distinta, volvería con conocimientos, volvería con objetivos, volvería a hacer algo positivo en mi país, o sea, no volvería a hacer más de lo mismo, probablemente, quisiera volver con dinero para invertir en mi país y [...] pues, que sea todo, ya mejor, que yo le pueda brindar otra cosa a mis padres, que yo pueda quizás formar una familia, no sé... (María, 23 años, venezolana).*

<sup>23</sup> Según datos correspondientes a la Encuesta Permanente de Hogares (EPH), realizada por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) de Argentina.

<sup>24</sup> De acuerdo a información correspondiente al Panorama de movimientos migratorios, elaborado por el Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda.



Si la estadía en Argentina se presenta como un momento de paso, algo similar puede darse en el trabajo en el *delivery*, el cual, por sus características, puede representar un buen recurso para facilitar esa transición.

Cuando se analiza el trabajo en las *apps* de *delivery* la primera referencia que se toma es la elución, por parte de estas empresas, de la normativa laboral para dejar a los repartidores en una situación de inestabilidad permanente. La utilización de la figura del trabajo independiente permite a estas empresas sortear la obligación de sostener, por cada trabajador, el pago de: un salario mensual, el aguinaldo, las vacaciones, los días no laborables, las horas extras, la cobertura de la seguridad social, el seguro de accidentes y enfermedades, las cargas familiares etc. Este tipo de relación evita, además, a los empresarios del sector el hecho de tener que enfrentar negociaciones y conflictos generados por los sindicatos. Pero, si bien el contrato por cuenta propia no significa la utilización de una relación laboral atípica o el establecimiento de un empleo informal, la generación de una situación de inestabilidad e inseguridad económica y social derivada de ese contrato nos permiten calificarla como una inserción laboral en términos de precarización. De todas formas, si bien esta dimensión objetiva de la precarización parece cumplirse, Serge Paugam (2000) dice que, en el análisis de la integración al trabajo es necesario tener en cuenta tanto la dimensión objetiva como la subjetiva, relacionada ésta con la propia experiencia del trabajo por parte de los trabajadores. El autor refiere, en términos de ésta última dimensión, a la percepción que los trabajadores tengan sobre su trabajo, al interés que pueda generar el mismo, a la gratificación inherente al hecho de cumplir con las tareas prescriptas, al atractivo ligado a los perfiles simbólicos asociados a la profesión o al estatus profesional y a la calidad de las relaciones de trabajo. Si bien es cierto que la mayor parte de estas características no se estarían cumpliendo en el trabajo de *delivery* por *apps*, las valoraciones realizadas por los trabajadores no necesariamente acompañan la evaluación objetiva. Así, en muchos casos, el trabajo de reparto en las calles resulta para los trabajadores de las *apps* más atractivo y gratificante que aquellos trabajos que tuvieron anteriormente, sobre todo para los inmigrantes venezolanos. En este sentido, algunos de los entrevistados decían que:

*[...] en los chinos me pagaban muy poco y trabajaba muchas horas y no tenía ningún tipo de beneficios, no me querían poner en blanco, [...] aparte que me hablaban mal, eran mal educados, entonces, no me gustó para nada y traté lo antes posible de comprarme una bici y salir de ahí [para comenzar a trabajar en las apps de delivery] (María, 23 años, venezolana).*

*[...] en el primer restaurante, era un restaurante chino, duré una semana. En el segundo restaurante, llegué de bachero, duré tres meses de bachero y, ahí mismo, después me pasaron a la barra y duré tres meses y, después, tuve un laburo en supermercados Día, pero no directo con Día sino a través de una empresa empleadora y duré tres meses, un contrato por tres meses. (Horacio, 32 años, venezolano).*

Ante la pregunta acerca de las ventajas o desventajas de este trabajo, la respuesta, casi generalizada, de los trabajadores se refería a la posibilidad de manejar los horarios, de decidir, en forma personal, cuando trabajan o no lo hacen. Si bien, en algunos casos, se hizo referencia al hecho que la decisión de trabajar menos horas va en contra del ingreso final que pueden obtener, la valorización de la decisión relativamente autónoma de hacerlo o no y del tiempo diario que cada uno le dedica a este trabajo fue generalizada. Algunos repartidores también consideraron que el ingreso obtenido en este trabajo era mejor que el que podían obtener en trabajos por los que anteriormente habían pasado.

*El otro trabajo era más matador [refiriéndose a un trabajo anterior, en un kiosco] porque eran doce horas y no tenía ningún tipo de beneficios. Este tampoco, pero éste lo puedo trabajar por mi cuenta [...] yo soy mi propio patrón, soy mi propio jefe. Si trabajo, trabajo, sino no trabajo (Alberto, 39 años, venezolano).*

*[...] tiene sus pros y tiene sus contras, ningún trabajo es perfecto. Por un lado, tienes libertades con respecto al tema de la autogestión, es menos estresante porque no hay una relación de dependencia en un patrón y tiene esas libertades. Es relativamente más rentable, si comparamos la problemática del trabajo en negro con esto, tenés que elegir entre dos males, donde el menos malo es este [refiriéndose a trabajos anteriores en el sector gastronómico]. Porque hay una mejor relación de remuneración en función del esfuerzo (Enrique, 36 años, venezolano).*

*Mirá, te lo debe decir todo el mundo, [la ventaja] es que no tenés que cumplir horarios [...] no tenés un mínimo, podés trabajar una hora por mes o cincuenta horas por mes. Es la única ventaja (Gustavo, 33 años, argentino).*

Además, algunos trabajadores realizan alguna valoración positiva acerca de ciertas características del trabajo:

*Este trabajo me divierte, ya que conozco mucho y eso me encanta, eso me atrapa [...] conozco muchos lugares nuevos todos los días. O sea, todos los días conozco una calle nueva, o un local nuevo, o una plaza nueva, o un edificio super anchísimo, en el que me tomé una foto, o una calle bellísima, no sé, sí, todos los días se aprende algo (Alba, 23 años, venezolana).*

*Lo que más me gusta es andar en la calle, no me gusta estar encerrado [...] me gusta estar en la calle y la calle tiene la lluvia, pero... (Ernesto, 37 años, argentino).*

Quienes advierten, con mayor nitidez, las desventajas de esta actividad y consideran que se trata de un trabajo precario, son los argentinos. Los trabajadores de origen extranjero no hacen mención a ello, si bien, alguno de ellos se refiere a las dificultades que presenta esta actividad no la adjudican a un problema de falta de regulación estatal, sino a una característica propia de la misma.

*[...] el factor riesgo es mayor, al ser tú la persona que trabajas, si no trabajas no hay ingreso, si tienes un accidente no hay nada que te respalde y, bueno, esa es la contra que tiene dedicarse a este tipo de actividad (Enrique, 36 años, venezolano).*

*[...] desventajas, bueno, o sea, no está regulado legalmente, no tenés aportes, si te accidentás, la empresa no se hace cargo ni, o sea, ni el casco, ni la caja, nada te da la empresa, lo único que te da la empresa es la posibilidad de descargarte la aplicación y que te caigan pedidos y a un valor que determina la aplicación, la empresa, entonces, o sea, te da derecho de trabajo, pero no..., que se yo, después, que se yo, es poco, es poca plata, es poca plata, no es mucho [...], (Gustavo, 33 años, argentino).*

*[En el trabajo de delivery al] obligarte a ser monotributista, ya te precariza, al no tener obra social, al no tener, que se yo..., recibo de sueldo, no sé cómo es... ahí ya es un trabajo precario (Ernesto, 37 años, argentino).*

De todos modos, para ninguno de los repartidores entrevistados el *delivery* en las *apps* representa un trabajo en el que depositan sus perspectivas de futuro. En el caso de los inmigrantes, este trabajo se presenta como una alternativa válida en la transición hacia un empleo relacionado con su formación o en una actividad similar a la que desarrollaban en su país de origen.<sup>25</sup> Para los argentinos, este trabajo es una opción circunstancial frente al desempleo o bien una forma de complementar ingresos, debido a la pérdida de poder adquisitivo del salario frente a la inflación creciente.

*Esto es un extra, no trabajo de esto. Vengo a hacer unas horas extras, porque no..., como está el país, la verdad que no alcanza para nada (Ernesto, 37 años, argentino).*

---

<sup>25</sup> Varios de los migrantes venezolanos cuentan con formación universitaria en sus países de origen, así como con experiencia de trabajo en actividades relacionadas con la misma.

*Es un trabajo que me da dinero, a pesar de las complicaciones, de las competencias, es el único que está dando trabajo hoy en día, las empresas de delivery son las únicas que están dando trabajo hoy en día (Ana, 27 años, argentina).*

*Estoy, diariamente, postulándome, mientras estoy trabajando con el delivery, hasta que me salga mi carrera, porque decidí continuar mi curso, hasta donde pueda llegar a un punto donde pueda trabajar en mi carrera que es lo que estoy buscando (Domingo, 36 años, venezolano).*

Esta actividad se presenta, entonces, como un espacio y un tiempo en transición. Tal como dice uno de los entrevistados: “esto es, para mí y para todos los que lo hacemos, algo transitorio, es lo que hay”. Así, podría ser sólo una manera de superar una etapa de dificultades, ya sea porque algunos de ellos debieron emigrar de su país de origen y la inserción en el nuevo país es dificultosa y, otros, los argentinos, porque deben encontrar alternativas de trabajo ante situaciones de desempleo o reducción salarial.

## Conclusiones

Hace ya varios años que la comodidad de realizar un pedido telefónico a un local de venta de productos alimenticios y esperar la posterior entrega del mismo en sus domicilios se ha transformado en parte de las costumbres que los argentinos incorporaron a la gestión hogareña semanal.

Si bien la actividad del reparto a domicilio cuenta con antecedentes mucho más antiguos, fue en la última década del siglo XX cuando adquirió características muy similares a las que tiene actualmente. Pero, tal como se indicó en este capítulo, el rasgo común y de mayor notoriedad entre el *delivery* de éstos dos últimos períodos es la precarización del trabajo. El comportamiento empresario tendiente a diluir la relación laboral precarizándola, pudo ser característico de un momento en que dicha actividad podía ser considerada como accesorio o una parte menor del negocio. Pero, con el tiempo, el *delivery* abandonó este lugar para pasar a constituirse en un servicio de suma relevancia, por ejemplo, para muchas empresas de gastronomía.<sup>26</sup> A fines de la segunda década del siglo XXI, el arribo de las empresas de plataformas virtuales, al mismo tiempo que permitió dar cuenta de la importancia cuantitativa del reparto a domicilio, modificó la lógica de desarrollo de este tipo de reparto, introduciendo nuevas relaciones entre vendedores, trabajadores y clientes. Las *apps* de *delivery* liberaron al vendedor de la obligación de contratar trabajadores para realizar este servicio, ofreciéndose ellas como intermediarias de la relación de trabajo y, liberándolo no sólo del costo de sostenimiento de dicha relación sino de la gestión directa del reparto. Pero, a su vez, estas nuevas empresas, mediante la contratación de forma independiente de los trabajadores, lograron eludir la relación laboral directa con ellos y los transformaron en “emprendedores” a los cuales tercerizarían, luego, la tarea del reparto. Como pudo verse, la elusión de las normas laborales, en la contratación de trabajadores, no se trataba de un hecho novedoso en este tipo de actividad. Pero, ahora el contrato como trabajador independiente contorneaba la ley de contrato de trabajo, pero de forma legal.

---

<sup>26</sup> Desde marzo de 2020, a partir de las condiciones de aislamiento generadas desde la emergencia de la Covid-19, el *delivery* ha expandido su alcance a una cantidad de productos anteriormente inimaginable y se ha incorporado aún más a los hábitos de compra de los argentinos.

A su vez, el factor contextual que facilitó el despliegue de este tipo de empresas en la actividad fue la existencia de un importante número de trabajadores disponibles en el mercado de trabajo. Al crecimiento del desempleo, a partir del retorno del neoliberalismo al poder en 2015,<sup>27</sup> se sumó el incremento exponencial de la inmigración de países latinoamericanos, lo cual dio forma a un enorme número de trabajadores disponibles para el trabajo. Al mismo tiempo, otro factor que facilitó la contratación masiva de trabajadores por parte de las *apps*, fue que los posibles empleos que éstos podían obtener eran aun en peores condiciones (de trabajo y salariales) que las que ofrecían dichas empresas. Entonces, lo que hay que tener en cuenta cuando se quiere encontrar las causas del éxito de las empresas de *delivery* por plataformas en el país es la existencia de condiciones previas favorables, entre las cuales la precarización del trabajo no se presenta como parte de una situación excepcional sino como parte de la normalidad para determinadas formas de trabajo.

Las tecnologías modernas modificaron además las características del trabajo en el *delivery*. Si el teléfono móvil existía previamente a la incorporación de las plataformas virtuales, y permitía la comunicación entre el vendedor y el repartidor, ahora toda la comunicación entre la empresa de plataforma virtual, el vendedor del producto final, el cliente y el trabajador que traslada el pedido, está mediada por un algoritmo que regula y controla todo el proceso. Este control “cercano” sobre el trabajador es el fundamento de lo que las *apps* propagandizan como el mecanismo que garantiza la eficiencia del sistema (expansión geográfica en el traslado de los pedidos, rapidez en la entrega, reparto de todo tipo de productos). Pero, al mismo tiempo, el control algorítmico selecciona la opción menos costosa para la firma, impone a los trabajadores tiempos y ritmos de trabajo, y determina premios y castigos que también pueden impactar sobre sus ingresos económicos. Asimismo, todas estas funciones no serían tales sin que el algoritmo cuente con la posibilidad de enviar órdenes y que éstas sean recepcionadas por personas que conozcan el sistema y que actúen de acuerdo a ellas. Entonces, la otra parte del dispositivo tecnológico está en manos de los trabajadores, ahora ellos son propietarios de la “máquina” (el teléfono móvil) mediante la cual se les darán órdenes y gestionará sus premios y castigos. Ahora, a partir del contrato con un “emprendedor” independiente, las empresas tienen trabajadores que están obligados a comprar parte de los medios de producción (un *smartphone* y un vehículo), sobre los cuales deben contar, además, con un conocimiento experto acerca de su funcionamiento y uso. Así, el capital ahorrado por estas firmas se incrementa aún más, porque además de los costos salariales se ahorran los correspondientes a las herramientas para el trabajo y la formación de quienes van a utilizarlas trabajando para ellas.

La larga historia de lucha sindical, así como las experiencias de organización de los desocupados y de los trabajadores precarizados en Argentina podría servir como antecedente y factor viabilizador para la construcción de una organización colectiva con capacidad de presión sobre las empresas y el gobierno para forzar un cambio en la lógica de contratación y, consiguientemente, una sustancial mejora en las condiciones de empleo de los trabajadores.<sup>28</sup> Si bien, como vimos, parte de esto ha sucedido, ya que se conformaron varias organizaciones sindicales nuevas y otras ya existentes tomaron a su cargo la representación

---

<sup>27</sup> En diciembre de 2015, luego de haber ganado las elecciones nacionales en el mes de noviembre, Mauricio Macri asume la presidencia de la Nación. Se trata de un empresario perteneciente a una de las familias más ricas del país, que encabezó la construcción, primero de un partido político denominado Propuesta Republicana (PRO), a partir de la cual alcanzó la Jefatura de Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires y, luego, de una alianza con la Unión Cívica Radical (UCR) denominada Cambiemos, mediante la cual llegó a la presidencia.

<sup>28</sup> Según Dubar una organización que lograra nuclear y representar los intereses de todos los trabajadores bajo esta condición cambiaría la connotación negativa de la palabra “precariedad” para otorgarle un valor positivo, alcanzando una suerte de idea de “precariedad identificante” (2000a, p. 126).

de parte de estos trabajadores, la concreción de acciones que engloben a una masa considerable de ellos y les permitan ejercer una presión efectiva sobre las empresas no ha sido aún posible. De todos modos, lo que no se logró es concretar una forma de organización común, ya sea en un solo sindicato o en espacios de coordinación de las organizaciones existentes, sino que, por el contrario, lo que ocurrió fue la proliferación de organizaciones que no reivindican las mismas demandas y que, en algunos casos, también son contradictorias. Situación que se produce a partir de tres factores concurrentes: la forma de acceso de los trabajadores a la actividad; la relación que, luego, ellos establecen con el trabajo; y, finalmente, la perspectiva de futuro que tienen dichos trabajadores.

En lo que respecta al primer factor, la llegada de los trabajadores a la actividad, en los casos estudiados se trató de una decisión fuertemente condicionada por la situación económica personal de cada uno de ellos, a partir de lo cual se restringían las posibilidades de espera y selección de mejores oportunidades de trabajo o empleo. De todas formas, siempre haciendo eje en lo económico como factor condicionante, las diferencias podían presentarse entre los nativos o inmigrantes con residencia en el país y los inmigrantes recientes o arribados en los dos años anteriores a la realización de esta investigación. En el caso de estos últimos, dos fueron las razones que motivaron el ingreso en las *apps*: la primera de ellas fue que el *delivery* se convirtió en la mejor alternativa frente a otras posibles, en las cuales previamente habían experimentado muy malas condiciones de trabajo y salarios muy inferiores a lo que podían obtener en el *delivery*; la segunda razón fue que quienes iban arribando después de los grupos de inmigrantes que ya habían pasado por varios trabajos en el país (ya sea amigos o familiares de éstos últimos), pudieron aprovechar dicha experiencia y no solo verse beneficiados por ella, sino que también sus coterráneos no solo actuaron como transmisores de saberes laborales sino que, en algunos casos, les facilitaron los medios (bicicletas y clave de ingreso a las plataformas) para que puedan comenzar a trabajar antes de poder adquirir sus propias herramientas de trabajo e incluso en forma previa a la obtención de la residencia. En el caso de los argentinos o extranjeros ya residentes en el país, la opción por las plataformas de *delivery* se produjo, ya sea por la pérdida del empleo o por la necesidad de quienes, aun conservando el empleo debían salir a la búsqueda de un complemento monetario debido al deterioro salarial sufrido en los últimos años.

En cuanto a la relación con el trabajo en las *apps*, aun cuando éste pueda ser relativamente mejor que otros posibles, la representación subjetiva de las tareas a realizar (poco estimulantes, repetitivas, con bajo requerimiento de saberes profesionales etc.) no implicaba un compromiso fuerte y duradero con el mismo. De tal forma, como lo indica Alexandra Bidet, no se trataría de un “trabajo verdadero”, que puede atraer la permanencia de los trabajadores en él (2011, pp. 8-9). Si se abstraen los ingresos monetarios que podían obtener en el *delivery* por *apps*, el valor que encontraban quienes desarrollaban esta actividad no alcanzaba para generar alguna posibilidad de que se constituya en un trabajo para toda la vida. De esta manera, tanto para los trabajadores argentinos como para los inmigrantes extranjeros, por distintas razones, sus expectativas de futuro no están puestas en este trabajo. En ambos casos, sólo se trataba de una solución coyuntural que viene a cubrir un tiempo de tránsito hacia el “verdadero trabajo”, que colmara no sólo las expectativas económicas, sino que también, les genere alguna forma de placer que supere al esfuerzo que el mismo implique.

Es decir, si bien el trabajo en el *delivery* por plataformas virtuales resulta una alternativa de ingresos económicos inmediatos, la misma no hace más que convertirse en un momento de transición en sus vidas. Bajo estas condiciones, se genera un “individuo en tránsito”, un individuo no atado a un espacio determinado, lo cual hace que los referenciales identitarios (Battistini, 2009) que dicho individuo puede encontrar en ese espacio sean débiles o meramente transitorios.

Según Charles Taylor el individuo se conoce y define su yo en relación a la interlocución con otros en distintos momentos de su vida (1998, p. 57). El yo no existe más que al interior de redes de interlocución. Pero, en un espacio como el de la forma de trabajo que nos ocupa en este capítulo, dicha interlocución o es debilitada por el contexto o directamente no existe. Según Claude Dubar las identidades profesionales son el resultado de la identificación de unos con los otros en el campo del trabajo y del empleo (2000a, p. 95). Un proceso de estrategia identitaria implica, para el autor, la articulación de dos transacciones. Una de ellas, denominada como “externa” u objetiva, entre el yo individual y sus referencias significativas (sus superiores en el trabajo, sus compañeros, amigos etc.), con el objeto de acomodar (incorporar o rechazar) la identidad “para sí mismo” frente a la identidad “para otros” (la identidad desde la mirada de esos otros significativos); y la otra transacción, ahora “interna” al individuo o subjetiva, desarrollada a partir de la necesidad de salvaguardar parte de sus identidades heredadas o anteriores y el deseo de construir nuevas identidades en el futuro. Proceso que tiene el objetivo de asimilar la identidad para otros a la identidad para sí mismo (Dubar, 2000b, p. 111-113). En el trabajo la identidad “para otro”, o atribuida, es la que otorga, en primer lugar, la empresa o el empleador y, luego, los superiores directos. Proceso identitario que, en el caso de los *deliveries* de las *apps*, se ve dificultado en relación con éste trabajo, ya que ese “otro” referencial que podría ser el empleador es totalmente difuso. La relación que establecen los trabajadores con la empresa es, como vimos, en primer término, casi totalmente virtual, al inscribirse en la página web de la *app*, tras lo cual recién reciben la comunicación para presentarse a la entrevista, la cual no resulta más que en el registro formal de los mismos en la empresa y la realización de una breve capacitación o dictado de instrucciones para el desarrollo posterior de la actividad.<sup>29</sup> El resto de la permanencia en la empresa, la relación de los trabajadores con ella prácticamente permanece en la virtualidad la mayor parte de ese tiempo. Esto hace que el proceso de atribución identitaria, por parte de la empresa o el empleador sea simplemente el que corresponde a las denominaciones o apelaciones acerca de los trabajadores (*glovers, riders, Rappitenderos, emprendedores, colaboradores, socios* etc.), que ella realiza en su página web, en los avisos publicitarios o en alguna referencia de sus directivos internacionales. En definitiva, se trata de un proceso relacional trunco, o virtualizado, en el que el “otro significativo” (el jefe) que debe atribuir nombres, calificaciones, sólo lo hace para castigar o premiar mediante el algoritmo. Las apelaciones directas que hacen los trabajadores a las empresas pueden darse únicamente en los momentos de conflicto colectivo, como vimos en los casos de Rappi y Pedidos Ya. Luego, sólo se trata de calificaciones individuales, producto de conversaciones grupales entre los mismos trabajadores, que pueden llevarse a cabo en los lugares de encuentro personal en las calles o en las redes, pero que no necesariamente interpelan a las firmas. Todo lo cual hace que la transacción identitaria con la empresa o con el trabajo que realizan en esta última no resulte necesariamente exitosos o satisfactorio para los trabajadores. Asimismo, la perspectiva coyuntural que gran parte de esos trabajadores tienen sobre ese trabajo y, fundamentalmente sobre las posibilidades de permanecer en él por mucho tiempo, hace que ellos mismos desistan de todo tipo de identificación con dicho trabajo. Entonces, todo el proceso posterior al ingreso a la plataforma y permanencia en el trabajo, corresponde a la construcción de una identidad relacional, pero frente a otros: sus pares (otros trabajadores del *delivery*), los proveedores (empresas donde retiran los productos) y los clientes. Entre estas

---

<sup>29</sup> Se trata de un procedimiento normalmente expeditivo, que consiste primero en la inscripción on-line, de los postulantes y que luego sigue con el establecimiento de una cita para la capacitación y asignación de un número de identificación y contraseña para descargar la *app* en su *Smartphone*, a partir de lo cual los trabajadores estarían preparados para trabajar en las plataformas. La capacitación se restringe a las instrucciones para el uso de la aplicación, la atención al cliente y aspectos de seguridad vial y uso del equipamiento. (López Mourelo; Pereyra, 2020, p. 13).

últimas relaciones, quizás la más profunda o relativamente estable es la que se produce con sus pares, porque las otras dos son absolutamente variables e instantáneas. Así, el trabajo en las *apps* de *delivery*, pasa a ser sólo un momento de tránsito hacia un futuro mejor o simplemente una situación coyuntural.

En este sentido, Hartmut Rosa recurre al concepto de “identidad situacional”, para referirse a las construcciones identitarias en tiempos de la modernidad tardía o de aceleración social (2013, p. 289-291). Identidad que debe construirse en base a un presente cambiante y a un futuro imposible de planificar. Una realidad que pone a los individuos frente a horizontes temporales flexibles y variables, tanto en términos sincrónicos como diacrónicos. La identidad situacional no pretende que todas las características de la identidad cambien de situación en situación, sino que se trata de la identidad que otorga un sentido de lo que un individuo es, que proporciona una capacidad de orientación y acción en cada momento. En un contexto de permanente transformación de las interacciones, la caracterización y evaluación de los parámetros de la identidad se modifican todo el tiempo. Entonces la reflexión del individuo sobre el mismo depende de con quien uno trate en cada momento, así como de la esfera social en la cual se esté inserto. De esta forma, es difícil distinguir qué dimensiones de la identidad (oficio, religión, familia, orientaciones políticas y sexuales, modos de consumo, ocio, etc.) se presentan como centrales o periféricas en la definición de la misma. La coherencia y la continuidad del sí mismo devienen, de esta forma, independientes del contexto, construidas de manera flexible, y su estabilidad no reposa más sobre identificaciones sustanciales.

En el caso de los *deliveries* bien podemos decir que su paso por ese trabajo refiere a una situación de tránsito hacia otro lugar diferente y potencialmente mejor que el actual, desde un momento de incertidumbre (de una condición económica desfavorable, del trabajo anterior, o el país del que se decidió migrar) a otro imaginado como mejor, pero en algún tiempo y espacio que no pueden predecirse con alguna seguridad. Podemos entonces, definir a esta identidad situacional como “identidad en tránsito”, caracterizada fundamentalmente por la ausencia de referenciales fuertes o identificaciones en el trabajo en las cuales encontrar apoyo, al menos coyuntural. El trabajo en el *delivery* por plataformas virtuales no parece incorporar referenciales identitarios actuales a los trabajadores ni tampoco establecer perspectivas de futuro. Se trata de una condición de tránsito a partir de la cual o se sostienen identificaciones anteriores o se generan identificaciones externas al trabajo, que permiten establecer alguna mirada hacia el porvenir. Asimismo, esta falta de identificación con el trabajo también dificulta la generación de identidades colectivas fuertes, lo cual se traduce en la débil o muy baja relación con las organizaciones sindicales que pretenden la representación de estos trabajadores.

No podemos asegurar que, con el tiempo, la estructura del trabajo en las plataformas virtuales de *delivery* cambie sus características y de lugar a una relación más estable de los trabajadores con ese trabajo o que, finalmente, como producto de la misma lógica de este negocio, en el cual, según Srnicek, “su rentabilidad parece estar generada solo por el traslado de costos y la baja de salarios, y no por algo sustancial” (2019, p. 82-83), este modelo termine derrumbándose. Pero, lo que sí podemos afirmar es que aun siendo un fenómeno coyuntural puede estar mostrando algunas de las características de las nuevas relaciones entre los trabajadores y el trabajo en un contexto de virtualidades y nuevos usos del tiempo y del espacio.

## Referencias

- ABILIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.008
- BATTISTINI, O. El reparto a domicilio: un trabajo antiguo con tecnologías modernas. *In*: BATTISTINI, O.; CARMONA, R. **Plataformas de empleo y transformaciones del mundo del trabajo en un contexto de pandemia**. Los Polvorines: UNGS, 2021. p.65-98.
- BATTISTINI, O. La precariedad como referencial identitario: un estudio sobre la realidad del trabajo en la Argentina actual. **Revista Psicoperspectivas**, v. 8, n. 2, p. 120-142, 2009. Disponible em: <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/65/74>.
- BAUMAN, Z. **Modernidad líquida**. México, DC: FCE, 2003.
- BECK, U. **Un nuevo mundo feliz**: la precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona: Paidós, 2000.
- BERARDI, F. **Futurabilidad**: la era de la impotencia y el horizonte de la posibilidad. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.
- BIDET, A. **L'engagement dans le travail**: qu'est-ce que le vrai boulot? París: PUF, 2011.
- CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social**: una crónica del salariado. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- DEL BONO, A. Trabajadores de plataformas digitales: condiciones laborales en plataformas de reparto a domicilio en Argentina. **Revista Cuestiones de Sociología**, n. 21, e083, 2019. Doi: 10.24215/23468904e083
- DUBAR, C. **La crise des identités**: l'interprétation d'une mutation. París: PUF, 2000a.
- DUBAR, C. **La socialisation**. París: Armand Colin, 2000b.
- Haidar, J. **La configuración del proceso de trabajo en las plataformas de reparto en la Ciudad de Buenos Aires**: un abordaje multidimensional y multi-método (julio-agosto de 2020). Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani; Facultad de Ciencias Sociales; Universidad de Buenos Aires, 2020. (Informe de coyuntura; n. 11). Disponible em: <http://iigg.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/22/2020/10/IC-HAIDAR-WEB-241020.pdf>.
- LÓPEZ MOURELO, E.; PEREYRA, F. El trabajo en las plataformas digitales de reparto en la Ciudad de Buenos Aires. Una aproximación cuali-cuantitativa. **Revista Estudios del Trabajo**, n. 60, p. 1-35, 2020. Disponible em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/et/n60/2545-7756-et-60-56.pdf>.
- OTTAVIANO, J. M.; O'FARRELL, J.; MAITO, M. **Organización sindical de trabajadores de plataformas digitales y criterios para el diseño de políticas públicas**. Buenos Aires: Friedrich Ebert Stiftung, 2019. (Análisis Argentina; n. 49). Disponible em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/argentinien/15913.pdf>.
- PAUGAM, S. **Le salarié de la précarité**. París: PUF, 2000.
- PERELMAN, L. *et al.* **Una APP de los/as trabajadores/as**: la lucha del primer sindicato de trabajadores/as de plataformas en América Latina. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. Disponible em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/16625.pdf>.
- RODRÍGUEZ, M.G. **De fleteros a motoqueros**: los mensajeros de Buenos Aires y las espirales de sentido. Buenos Aires: Gorla, 2015.
- ROSA, H. **Accélération**: une critique sociale du temps. París: La Découverte, 2013.



SADIN, E. La **humanidad aumentada**: la administración digital del mundo. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

TAYLOR, C. **Les sources du moi**: la formation de l'identité moderne. París: Seuil, 1998.

TRAJTEMBERG, D.; BATTISTINI, O. Representación sindical en Argentina: un caso fuera de modelo. **Revista Queastio Iuris**, v. 8, n. 1, p. 386-419, 2015. Doi: 10.12957/rqi.2015.15365

VEEN, A.; BARRAT, T.; GOODS, C. Platform-Capital's '*App*-etite' for control: A labour process analysis of food-*delivery* work in Australia. **Work Employment and Society**, v. 34, n. 3, p. 388-406, 2019. Doi: 10.1177/0950017019836911

# La incorporación del juego como estrategia de implicación subjetiva en el trabajo en grandes empresas

Diego Szlechter

Camila Bentivoglio

Anabel Pavone

## Introducción

Argentina no fue ajena a la difusión a escala global de las políticas neoliberales tanto a nivel de la administración pública como en términos de política económica. Si bien el inicio de un programa económico de corte neoliberal puede observarse a partir del golpe de Estado en el año 1976, es en el gobierno de Menem, a partir del año 1989, que es posible señalar un punto de inflexión en la consolidación de este paradigma a nivel societal, lo que no quita que hayan existido matices, marchas y contramarchas en su implementación. En términos de política económica, la década del 90 del siglo pasado se caracterizó por una ola privatizadora de empresas públicas que implicó un proceso de “modernización” empresarial de la mano de capitales extranjeros. Grandes consultoras especializadas en estrategia empresarial, como Buzz Allen y Mc Kenzie, se instalaron en este periodo con la finalidad de brindar sus servicios en la transición de firmas de carácter público hacia modelos que emulan las grandes corporaciones transnacionales. Uno de los principales focos de los servicios prestados por estas consultoras estuvo puesto en la transformación de la forma en que se gestionaban los “recursos humanos” para *aggiornarla* de acuerdo a pautas “modernas” y “de avanzada” que ya estaba instaladas en países anglosajones.

Si bien es innegable que, junto con la instalación de empresas de sectores como los de las telecomunicaciones, el petróleo y la provisión de agua (por dar solo unos ejemplos), se proveyó al país de innovaciones tecnológicas, el objetivo más amplio del paradigma neoliberal consistió en una transformación profunda del mercado de trabajo y de las relaciones laborales al interior del mundo empresarial. Las leyes de flexibilización laboral promulgadas durante la década del 90 ayudaron a construir la arquitectura jurídica para el debilitamiento de las capacidades de negociación del movimiento obrero. Paralelamente, dentro de las firmas se establecieron técnicas de gestión del personal de corte meritocrático orientadas no solo a población managerial sino a todos los niveles jerárquicos. Es en este marco que las corporaciones comenzaron a solicitar servicios a las consultoras especializadas para modificar los “modelos mentales” de sus trabajadores(as). Capacitaciones en liderazgo, trabajo en equipo y cambio cultural, figuraban entre las más requeridas. Si bien al principio, estos servicios se brindaban exclusivamente en forma presencial, a partir de los años 2000,

con el avance de la digitalización en la gestión de recursos humanos –y con más fuerza a partir de 2010 con la irrupción del *smartphone*–, cada vez más se comenzaron a utilizar formatos digitales en la capacitación empresarial.

Tal como se señala más adelante en este capítulo, el año 2002 es señalado como el comienzo de la incorporación de los *serious games* en el ámbito corporativo a nivel mundial. Si bien es difícil establecer una fecha precisa de la utilización de esta herramienta en firmas locales, dada la simultaneidad de la implementación de modelos de negocio a escala planetaria producto de la mejora en las comunicaciones, es posible marcar un hito en el que el empresariado argentino empieza a otorgar relevancia a la gamificación como parte integral de la gestión de la fuerza de trabajo. En el año 2018, en la Universidad del Salvador, se lleva a cabo el primer congreso de *serious games* en la Argentina. Es interesante señalar que, si bien los principales temas de este congreso fueron la salud y la educación, es justamente desde el ámbito de la educación que la gamificación llega a las empresas por medio de la *executive education* propia de las escuelas de negocios. El argentino Marcos Cristal, fundador de la consultora *Business Skills*, probablemente sea uno de los pioneros de la incorporación de la ludificación en el proceso de trabajo en el ámbito local.<sup>1</sup> Su libro *Inteligencia lúdica* del año 2019, se erige como precursor en este sector. Pero el carácter innovador de los juegos serios radica en la digitalización de su propuesta, aunque en su esencia constituye una continuidad de las estrategias de implicación subjetiva en el trabajo que comenzaron a florecer a partir de la aplicación de recetas neoliberales en el mercado de trabajo argentino. Si jugar constituyó un mecanismo de evasión de larga data en el ámbito laboral, la novedad de los *serious games* es la institucionalización del formato lúdico como estrategia de disciplinamiento en el trabajo, Es esta la principal hipótesis que guía este texto. A continuación resumiremos las principales coordenadas por las que atraviesa este capítulo.

Intentaremos aproximarnos desde una perspectiva crítica al fenómeno de los llamados *serious games* o juegos serios, y particularmente a su aplicación en el ámbito empresarial. Se trata, en términos nativos empresariales, de “juegos que hacen más que solo entretener” (Michael; Chen, 2006). Su utilización se enmarca en un proceso de gamificación o ludificación, tendiente a la progresiva incorporación de elementos y dinámicas propias del juego con diversos fines en espacios laborales, vinculada a la búsqueda de implicación, no solo cognitiva, sino también emocional al servicio de la empresa y la “movilización” de los(as) trabajadores(as). La industria de los *serious games* ha desarrollado un mercado específico que incluye el desarrollo de *software* y diseño de los juegos, pero también toda una serie de intermediarios(as): consultores(as), promotores(as) “especialistas” en la temática que capacitan a gerentes(as) y mandos medios en la utilización de estas herramientas. Las empresas que los implementan, por su parte, destinan importantes recursos en la contratación de estos servicios. Resulta innegable que se trata de un enorme esfuerzo en términos de inversión y tiempo destinado a implicar a empleados(as) para que realicen un trabajo que, desde la perspectiva de la empresa, se supone que debiera apasionarlos(as). Es llamativo que nadie haya optado simplemente por preguntarse, en primer lugar, la razón por la cual los(as) trabajadores(as) no se sienten motivados(as).

Esto nos lleva a indagar respecto del surgimiento de esta tendencia, los diversos ámbitos en los que se ha desarrollado, y los motivos por los cuales cada vez más empresas llevan a la práctica estrategias lúdicas de implicación en el trabajo, poniendo bajo la lupa el supuesto de que su objetivo final sea un aumento en la productividad del trabajo. Profundizamos en torno a otras dimensiones del fenómeno, especialmente en tanto este puede ser entendido como el

---

<sup>1</sup> Los conceptos “gamificación” y “ludificación” son utilizados en forma indistinta, a pesar de que en un primer momento “gamificación” fue utilizado para los juegos institucionalizados.

desarrollo de estrategias para interiorizar las reglas del “juego social” (Durand, 2004), y eufemizar la relación laboral (Szlechter, 2014). Unas reglas que muchas veces resulta imposible explicitar de otro modo sin evidenciar el absurdo de la situación, pero que tienden a propiciar la identificación del deseo subjetivo con los objetivos corporativos.

Ian Bagost (2011) despliega una mirada crítica de la gamificación, proceso al que denomina como *exploitationware*. El autor sostiene que su aplicación corporativa va en detrimento de los(as) trabajadores(as) ya que funciona para aumentar la productividad pero reemplaza las recompensas reales, vinculadas a aumentos salariales y mejoras en las condiciones laborales, por recompensas ficticias al interior del juego. Este tipo de críticas, que se presentan como radicales, no ponen en duda los supuestos conductistas<sup>2</sup> que subyacen a la idea del potencial de la tecnología en la transformación de patrones de comportamiento, aquello que Fogg (2002) denomina “tecnología persuasiva”. Por otra parte, quienes desarrollan, promueven y comercializan *serious games*, llevan al extremo algunos de estos postulados, que combinan con ciertos discursos del ámbito de las neurociencias extremadamente simplificados, hasta dar la sensación de que a través de los juegos sería posible acceder a emociones positivas como la felicidad de manera de “movilizarlas” al servicio del éxito personal y de los intereses de la compañía. En este sentido, la tendencia a la gamificación constituye un elemento en función del sostenimiento de la “hegemonía empresarial” (Krepki; Palermo, 2020), proceso que no se encuentra exento de resistencias y resignificaciones cotidianas por parte los(as) trabajadores(as).

En este trabajo abordamos, en primer lugar, algunos antecedentes teóricos sobre el juego que nos permiten entender e historizar el surgimiento de los juegos serios, en estrecha vinculación con el desarrollo de la industria del videojuego en Estados Unidos. Seguidamente, analizamos el derrotero histórico de la incorporación del juego al mundo del trabajo, desde sus primeras apariciones a la actual tendencia de ludificación de las relaciones laborales en entornos corporativos, mostrando su enorme variedad de aplicaciones en ese marco. A continuación, hacemos un recorrido que procura evidenciar algunas implicancias de su utilización en el contexto de la pandemia de Covid-19. Finalmente, arribaremos a las conclusiones.

### Algunos antecedentes teóricos: la pre-historia de los juegos serios

Quiero tiempo, pero tiempo no apurado,  
 tiempo de jugar que es el mejor.  
 Por favor, me lo da suelto y no enjaulado  
 adentro de un despertador [...]  
 María Elena Walsh, *Marcha de Osías*.

A lo largo de la historia moderna distintas líneas de estudio han reflexionado sobre el juego desde variados ángulos. El concepto se resiste a ser definido de manera inequívoca y ha generado algunas controversias, que se vieron exacerbadas en las últimas dos décadas con

<sup>2</sup> Especialmente aquellos vinculados a la teoría del condicionamiento operante (Skinner, 1974) que sostenía que era posible modificar la conducta a partir de “reforzadores” que permitieran premiar comportamientos deseados.

el auge del desarrollo de juegos serios y estrategias gamificadas que amplían cada vez más sus ámbitos de aplicación. En este apartado proponemos un breve repaso, a vuelo de pájaro, de algunas de las corrientes teóricas que han influido en nuestro modo de entender el juego en la actualidad.

### *El juego como herramienta pedagógica*

La mayoría de los trabajos sobre la historia de los juegos serios (Wilkinson, 2016; Marcano, 2008) coinciden en iniciar su recorrido en la filosofía de Platón (siglo IV a.C.), a quien atribuyen las primeras consideraciones respecto del juego como una actividad seria con un propósito definido. Para Platón, el juego tenía un enorme valor en el adiestramiento de la personalidad y en la formación de valores de interés para la sociedad. Sin embargo, luego de esta referencia a los orígenes griegos de la tradición, los autores dan un salto histórico de un par de miles de años que nos conduce directamente a dos pensadores ilustrados: Jean-Jacques Rousseau y Friederich Schiller. En la obra de estos autores encuentran los inicios del pensamiento moderno sobre el juego, entendido como un derecho de las infancias y un elemento central en su desarrollo cognitivo.

Dentro de esta tradición pueden ubicarse iniciativas pedagógicas como las de Friebrich Froebel (1782-1852) y María Montessori (1870-1952), que, a pesar de sus marcadas diferencias, operan bajo el supuesto de que el juego, como actividad propia de la niñez, puede ser controlado y puesto al servicio de favorecer comportamientos socialmente deseados. La propuesta de Montessori dialogó con aportes de la psicología vinculados al desarrollo individual de la mentalidad de los sujetos. La obra de Jean Piaget (1977) ha sido especialmente referenciada para pensar al juego como un elemento en el desarrollo en la infancia. Para este autor, el juego era un componente más que permitía pensar distintos niveles de acercamiento al conocimiento, al tiempo que contribuía a la consolidación de habilidades existentes por medio de la repetición. Por su parte, su contemporáneo Vygotski (2003) llama la atención sobre la posibilidad creativa de la imaginación en la infancia. El autor pensaba al juego vinculado a la posibilidad de los(as) niños(as) de liberarse de su contexto inmediato y acceder a formas por encima de su comportamiento cotidiano. Cabe señalar que, mientras que Piaget es constantemente evocado en los discursos empresariales vinculados al juego serio, Vygotski no suele captar la misma atención.

Estas ideas se encuentran en la base de ciertos posicionamientos que aún actualmente vinculan al juego, la recreación y el tiempo libre con el imperativo de perfeccionamiento constante de la persona en términos individuales, bajo lógicas de uso del tiempo que procuran maximizar su aprovechamiento. Sin embargo, resulta necesario señalar también que este recorrido propuesto por quienes intentan delimitar el campo de estudios del juego serio, suele recuperar selectivamente algunos antecedentes específicos y dejar otros por fuera de manera deliberada. Las referencias al pensamiento de la Ilustración y sus orígenes griegos forman parte del mito fundacional de “Occidente”, que se pretende universal y excluye sistemáticamente otras experiencias, incluso aquellas que han tenido lugar en la propia Europa. De este modo, antecedentes históricos como los “torneos” y “justas” medievales jamás aparecen en la bibliografía consultada. Esta ausencia resulta llamativa, teniendo en cuenta de que se trata de antecedentes vinculados al entrenamiento militar y al mundo adulto, en los que se pone en juego la violencia y muchas veces la posibilidad de ascenso social o la propia vida.

### ***El juego como fenómeno social y cultural***

La antropóloga Noelia Enriz (2011) señala la importancia del estudio del juego como fenómeno social en los primeros momentos de la disciplina antropológica y propone un recorrido posible a partir de tres ejes: las relaciones que los sujetos establecen con el juego como elemento de desarrollo y formación; el simbolismo presente en el juego y las taxonomías del juego como práctica. Los estudios del juego que hacen pie en la antropología en términos generales se han preocupado por estudiar la *enculturación* a través del juego y permiten pensar la función que cumplen en un determinado contexto social.

Podríamos identificar una tradición que retoma algunos aportes del antropólogo y sociólogo Marcel Mauss, para pensar el juego como manifestación estética, origen de “muchas actividades elevadas, rituales o naturales ensayadas en principio en la actividad de excedente que es el juego” (Mauss, 2006). Esta tradición, a su vez, puede apreciarse en los trabajos pioneros del filósofo e historiador holandés Johan Huizinga que permitieron pensar el vínculo entre juego y cultura. En su reconocida obra *Homo ludens* (1968), Huizinga propone el estudio del juego como fenómeno cultural, partiendo de la constatación de que el juego es previo a la cultura, ya que también está presente entre los animales, pero por ello mismo tendría un doble carácter de cultural y formador de cultura. El juego, para este autor, es una forma de actividad llena de sentido que escapa a la cotidianidad, por lo que toma distancia de las explicaciones que intentan ver en el juego una finalidad inherente o al menos cierta utilidad, pues su peculiaridad estaría profundamente enraizada en lo estético y en el elemento de “broma”. Es también conocido por el concepto del “círculo mágico”, que intenta captar los límites físicos y metafísicos del espacio de juego.

Roger Callois, escritor y sociólogo discípulo de Mauss, postula una categorización del juego que desarrolla la concepción de Huizinga, al señalar la existencia de un espectro entre el *ludus* (relacionado a la idea de “games” en inglés) y *paidia* (vinculado a la noción de “play” o juego libre). Para este autor, existiría una tendencia humana general que nos llevaría del *paidia* al *ludus*, es decir, a un juego cada vez más dirigido y reglado. Brian Sutton-Smith (1997), también en esta línea, analiza las políticas del gobierno estadounidense entre 1890 y 1920 vinculadas a la creación de áreas de juego en todo el país, con la intención de entrenar a los(as) jóvenes para que se transformen en miembros integrados y productivos de la sociedad. Estos estudios habilitan una mirada crítica respecto del modo en que ciertas ideologías privilegian formas específicas del juego. Por ejemplo, el psicólogo David Cohen (2007), sostiene que las propuestas pedagógicas de Froebel y Montessori representaban las actitudes puritanas vinculadas al aprovechamiento del tiempo de ocio para mejorarse a uno(a) mismo(a) y orientaban la potencialidad del juego hacia ese propósito específico, deben comprenderse como manifestación de las expectativas sociales de la época.

Sutton-Smith (1997) introdujo también algunos matices para pensar el propósito del juego apoyándose sobre la distinción propuesta por Callois entre *paidia* y *ludus*, es decir, entre los propósitos intrínsecos presentes en el juego libre y aquellos intencionales que se definen externamente, vinculados al *ludus* o juego reglado. El juego así conceptualizado podría desempeñar una función de puente en el desarrollo al permitir la expresión de determinados impulsos, pero salvaguardando a los(as) jugadores(as) a partir de la definición de ciertos límites dentro de los cuales esos impulsos pueden ser expresados.

### ***El juego como alternativa terapéutica***

La historia de la ludificación y los juegos serios suele inscribirse, en el campo de la psicología, dentro de la vertiente cognitiva la cual problematiza los interrogantes respecto del

rol del juego en el desarrollo. Como decíamos, quienes intentan construir la legitimidad del campo de los estudios sobre los juegos serios, refieren principalmente a los trabajos de Piaget y en menor medida a los de Vygotski, cuando analizan los aportes de la psicología. Sin embargo, resulta pertinente señalar que existen otras miradas posibles del juego desde el campo psi. Una de ellas tiene que ver con pensar al juego como herramienta terapéutica, como dispositivo con potencial para propiciar el alivio del sufrimiento psíquico. Esta corriente tiene sus inicios en el propio Freud, pero se ha diversificado enormemente.

Los primeros desarrollos en este sentido se encuentran asociados a la clínica psicoanalítica con niños(as), a partir del método propuesto por Melanie Klein, quien sostenía que en la infancia el juego es equivalente a la asociación libre en adultos(as), porque permite que los(as) niños(as) desplieguen sus fantasías, conflictos y angustias. Esta autora se basa en los postulados freudianos respecto de que el juego es un modo de trabajo del aparato psíquico, por lo que se propone sistematizarlos para ser aplicados en consultorios. Otro autor que se constituye en una referencia insoslayable en la temática es Donald Winnicott. Desde una perspectiva winnicottiana el juego es un hacer, una actividad que se desarrolla en un tiempo y espacio determinados, a diferencia del desear y el pensar (Rabadán; Ayala, 2019). La invitación a jugar en un espacio terapéutico es una invitación a poner en escena, pero para Winnicott, el juego no es representación directa de las fantasías internas, sino el despliegue de una capacidad creativa, una metáfora de algo subjetivo interno. Cabe señalar la enorme diferencia entre este modo de entender la creatividad en el juego, de aquellas propuestas en el marco de *serious games* empresariales, que desarrollaremos en próximos apartados, en los que el margen para definir las modalidades, reglas y objetivos del juego se encuentran completamente determinados a priori.

### ***El derrotero histórico de los juegos serios***

La introducción del término, con el sentido que se le confiere actualmente, es atribuida a Clark Abt a partir de la publicación del libro *Serious games* (1970). Esta obra es construida a partir de experiencias del autor vinculadas a la experimentación con simulaciones y juegos utilizados para fines educativos, en su gran mayoría analógicos. Se trataba de sistemas basados en reglas que operaban bajo la lógica del aprendizaje experiencial. Para la época, la industria de los videojuegos se encontraba en un estado incipiente, si bien existían algunas experiencias no comerciales. Djauti *et al.* (2011) realizan un detallado repaso por estos primeros videojuegos desarrollados en las décadas del 50's y 60', los cuales sostienen que se trató de desarrollos que se encontraban orientados a: demostrar teorías científicas sobre la interfaz entre humanos y computadoras; entrenar profesionales, especialmente entrenamiento militar y a transmitir algún mensaje. El propio Clark Abt se desempeñó en un centro de investigación estadounidense durante la guerra fría y diseñó juegos digitales para entrenamiento militar (Djaouti *et al.*, 2011, p. 3).

### ***Desarrollo de la industria del videojuego para el entretenimiento***

Como señalamos previamente, los videojuegos tuvieron un nacimiento “serio” vinculado a la investigación científica y al entrenamiento militar. Djauti *et al.* (2011) se preguntan entonces por las transformaciones de la industria del videojuego que llevaron a que su desarrollo, durante las décadas del 70' y 80', estuviera estrechamente relacionado con el mundo del entretenimiento, para desilusión de Abt, que se lamentaba de esta circunstancia

en la reedición de su libro publicada en 1985 (Wilkinson, 2016). Djauti *et al.* (2011) comienzan contraponiendo dos modelos económicos que funcionaron paralelamente: el del “arcade”<sup>3</sup> y el de los juegos para el hogar.<sup>4</sup> En ambas modalidades los contenidos de los juegos se fueron adaptando en función del éxito monetario que obtenían los(las) diseñadores(as) de clientes(as) – jugadores(as) que los eligen y compran. La modalidad del “arcade” tenía la particularidad de que las máquinas de juego se ubicaban estratégicamente en lugares específicos vinculados al ocio y el esparcimiento porque las personas pagaban por el tiempo de juego. Paulatinamente el entretenimiento cobró un lugar central, gracias al éxito en ventas de aquellas propuestas que basaban sus contenidos en los juegos de “arcade”. El *Pacman* o el *Space Invaders* son ejemplos famosos que permiten ilustrar este proceso, que terminó cimentando un sentido común que asocia rápidamente las ideas de videojuego y entretenimiento, aunque esta asociación no haga justicia a los orígenes históricos del fenómeno.

Veremos también, que la asociación entre videojuegos y niñez fue incluso más tardía y específica del caso estadounidense. No fue hasta mediados de la década del 80’s que se introdujo, de la mano de la compañía japonesa *Nintendo*, la noción del juguete robot y los videojuegos especialmente diseñados para las infancias, también con la intención de acaparar un nuevo nicho de mercado. Esto llevó, en los 90’s, a un fuerte debate respecto de los contenidos violentos, que se remontan a aquella tradición de entrenamiento militar con la que habían surgido en un primer momento los videojuegos, pero que no se consideraba apta para la niñez. Ciertos juegos como el *Doom*, diseñado originalmente para el entrenamiento del Cuerpo de Marines del ejército estadounidense, pero de libre acceso al público, generaron enormes controversias y contribuyeron a crear una mala imagen de la que la industria de videojuegos necesitó tomar distancia. Djauti *et al.* (2011) resaltan que fue en este contexto que en 2002 se retoma el concepto de juego serio, en un trabajo académico que se publica exactamente el mismo año en que se lanza un nuevo juego vinculado al ámbito militar: el *America’s Army*.

### ***El auge de los juegos serios digitales bajo un nuevo paradigma***

Varios autores (Wilkinson, 2016; Djauti, 2011) coinciden en sostener que el año 2002 implica una ruptura, pero no necesariamente por la introducción de aquello que las definiciones clásicas (Abt, 1987; Michael; Chen, 2006) consideran como característico de los juegos serios, es decir, la existencia de propósitos que vayan más allá del entretenimiento, que existieron desde un primer momento. La principal ruptura que se introduce en el cambio de milenio es más profunda, y tiene que ver con una transformación en el modelo económico que sostiene la industria. En el nuevo paradigma, los juegos son diseñados por encargo de un “cliente” que ya no es el(la) jugador(a), sino una empresa o entidad pública que financia la totalidad de la producción de un videojuego diseñado de inicio a fin para satisfacer las demandas específicas en función de un objetivo previamente definido.

Esta modalidad tiene evidentes ventajas para la producción de juegos con objetivos que no solo sean distintos al entretenimiento, sino también, en diverso grado, ajenos a la voluntad o elección consciente de los(as) jugadores. El elemento de diversión o entretenimiento, por

---

<sup>3</sup> Nos referimos a las máquinas diseñadas para juegos específicos, generalmente ubicadas en salones dedicados al entretenimiento. El término luego se extendió para hacer alusión a ese tipo de juegos sencillos incluso cuando eran reproducidos en otros formatos.

<sup>4</sup> Es decir, aquellos juegos diseñados y comercializados en formato de CD o DVD que puede ser reproducido en un dispositivo hogareño, ya sea una consola de juego o una computadora personal.



supuesto, no es eliminado por completo, ya que el(la) jugador(a), que antes pagaba por la posibilidad de jugar, ahora debe ser incitado(a) a mantener su atención en el juego. La nueva popularidad del término “juego serio” tuvo que ver entonces con la intención de diferenciarse en parte de los juegos que continuaban bajo el paradigma anterior y para tomar distancia también del público infantil, que había sido incorporado en la década de los 80’s y evitar así las controversias que acarrearón mala prensa. El juego *America's Army*, mencionado previamente, es uno de los primeros que bajo esta lógica fueron pensados para mejorar la imagen pública del ejército y promover el reclutamiento militar (Wilkinson, 2016).

Otro elemento que caracterizó esta nueva oleada de juegos con propósito fue la diversificación de sus campos de aplicación. En este sentido, Djauti *et al.* (2011) señalan que, en el período que va de 1980 al 2002, reconocen más de 900 juegos que podrían enmarcarse en la actual definición de juegos serios, de los cuales un 65,8% de ellos se vinculan con el ámbito educativo. A partir del 2002, sin embargo, este porcentaje disminuye al 25,7%, al tiempo que toman protagonismo otras áreas. Un caso particular son los llamados *advergames*, juegos que bajo esta lógica de producción se diseñan para publicitar productos de una marca. Cuentan con la considerable ventaja de garantizar mucha mayor exposición al(a) la cliente(a)-usuario(a) que en las publicidades tradicionales.

### ***El legado del entretenimiento o lo que la década del 80’ nos dejó***

A pesar de la ruptura que implicó el cambio de paradigma económico con la llegada del nuevo milenio, es posible trazar también algunas continuidades. Según Wilkinson (2016) fue gracias al “boom” del entretenimiento en la década de los 80’s que fueron posibles muchos de los avances tecnológicos que hoy en día se utilizan en el diseño de juegos serios. Por otra parte, despertaron atención académica de quienes se propusieron entender los fundamentos del *holding power* o “poder de retención” (Djauti *et al.*, 2011) que demostraron tener los videojuegos para volver a ponerlos al servicio de otros fines. El potencial persuasivo de la tecnología también se intentó utilizar en la transformación de patrones de comportamiento bajo premisas conductistas (Fogg, 2002). En las últimas dos décadas, la difusión del fenómeno de los juegos serios en el ámbito corporativo fue acompañada por una tendencia a la gamificación o ludificación (Deterding *et al.*, 2011). Para comprender en profundidad estos fenómenos resulta necesario atender a la dinámica particular que adoptó la preocupación por el juego en el mundo del trabajo.

### **La implicación subjetiva a través del juego. La ludificación de las relaciones laborales en entornos corporativos**

#### ***Orígenes de la preocupación por la insatisfacción en el trabajo***

Desde sus comienzos, el capitalismo industrial se caracterizó por las duras condiciones de trabajo que se le imponían a la clase obrera. El proceso de descalificación que sufrían los(las) trabajadores(as) tenía como correlato al ejército industrial de reserva, lo que permitía minar las capacidades de negociación de los sindicatos. Los crecientes niveles de protesta por parte

de trabajadores(as) en las grandes urbes europeas (y norteamericanas) llevaron al despliegue de estrategias que morigeren las formas de gestión de la fuerza de trabajo. Es en este contexto que a partir de la década del 20 del siglo pasado las grandes firmas incorporan en su agenda de “recursos humanos” la cuestión de las causas de la insatisfacción laboral. En el marco de estudios que comenzaron a llevarse a cabo por parte de investigadores(as) del campo de las ciencias sociales en diferentes plantas fabriles, se descubrió que el juego se erigía en una de las formas más sutiles de evasión, reconstitución física (Mollick; Rothbard, 2014, p.10) y resistencia (Burawoy, 1989 [1979]) en el trabajo, que a su vez generaban una cierta sensación de bienestar y cierto grado de autonomía en la jornada laboral. Uno de los estudios más famosos que se hicieron en este campo fue el capitaneado por Elton Mayo en los talleres Hawthorne de la Western Electric en Chicago, EEUU (Roethlisberger *et al.*, 1939). El descubrimiento de juegos emergentes y espontáneos a lo largo de la jornada laboral despertó el interés de los(las) investigadores(as) para proponer soluciones para lidiar con la opresión y la monotonía, así como para mejorar el clima en el trabajo (1939, p. 5). Según estos(as) autores(as), los juegos permitían a los(las) trabajadores(as) autoimponerse metas y objetivos –aumentando su sensación de autonomía– así como generar formas de interacción ludificadas con sus colegas. El juego en el ámbito laboral proveía la sensación de logro y reconocimiento con mayor frecuencia que en el trabajo “real” (Mollick; Rothbard, 2014, p. 11).

Los juegos pasaron a formar parte del paisaje laboral de gran parte del siglo XX, hasta que la crisis del fordismo de la década del 70 provocó cambios concomitantes de igual magnitud en las formas ludificadas de las interacciones sociales al interior de las firmas. Tal como se mencionó anteriormente, la noción de “juegos serios” aparece en el libro de Abt *Serious games* del año 1970, en el que se elogiaba la incorporación del juego en el proceso formativo para dejar atrás el modelo fordista de fabricación en serie de la educación (González, 2016, p. 5). A partir de aquí, la literatura pasará a diferenciar los juegos serios respecto de otras formas lúdicas espontáneas. Es en esta época que aparecen los primeros videojuegos, que pasarán a representar el paradigma de la experiencia hedonista, en contraposición a la gamificación (nombre que se le dio a los juegos institucionalizados), que procura generar sensaciones de dominio y autonomía (Díaz Cruzado; Troyano Rodríguez, 2013, p. 3). Sin embargo, algunas pautas presentes en las prácticas de videojuegos se replicarán en el mundo de los *serious games*.

### *¿De qué se trata la gamificación?*

El propósito principal de la incorporación de elementos y técnicas de los juegos en ámbitos laborales es el de concitar “compromiso con una organización, con una causa o la motivación para realizar una acción determinada, permitiendo experimentar sin miedo al error” (González, 2016, p. 5). En líneas generales, se trata de “fomentar conductas deseadas” (2016, p. 6). La estética en el diseño de juegos, así como las estrategias que se desprenden de su mecánica, sirven para promover ciertos aprendizajes y formas de resolución de problemas propios del mundo laboral. La dinámica de funcionamiento de la gamificación incluye “puntos, recompensas, comparativas y clasificaciones (una suerte de *ranking* de desempeños para estimular la competencia, permitiendo clasificar para la siguiente etapa), niveles (para diferenciar a los participantes) y trofeos” (Bit4learn, s.f.). Tal como venimos sosteniendo, el principal objeto de la gamificación es influir en el comportamiento de los(as) empleados(as) a partir de un entorno “descontracturado”. Sin embargo, los tipos de comportamientos deseados pueden subdividirse tanto diacrónica como sincrónicamente. Para el caso de la primera, es muy común observar en las estrategias de gestión de la fuerza de trabajo del capitalismo, que el surgimiento de una nueva desbarata la anterior, tildándola de obsoleta e

ineficaz. Así, según Pink, la motivación 1.0, que estaba centrada en la supervivencia, dio lugar a la 2.0, que giraba en torno a un esquema de recompensas y castigos, para arribar a la modalidad actual, denominada 3.0, que procura generar una suerte de movilización interna ajena a todo tipo de reacción ante la posibilidad de sanciones o retribuciones y fuertemente vinculada con el deseo de lazo social, autonomía y competencia en el ejercicio de una función (González, 2016, p. 3, 15). Tal como afirma de manera descarnada uno de los consultores más reconocidos en la generación de entornos organizacionales ludificados, se trata de “transformar los cinco virus (falta de compromiso, de motivación, de atención, de innovación y de lealtad) [...] en una espiral virtuosa que redunde en una mayor creatividad, productividad y satisfacción” (Cristal, 2019, p. 37). Por otra parte, habría que recordar un objetivo no siempre declarado por parte de la “industria del *management*” (Luci, 2016): la gamificación logró generar una merma en los costos de capacitación de las firmas dado que redujo los tiempos de aprendizaje. Un caso paradigmático es el de los programas de jóvenes profesionales, que han logrado reducir “su duración pasando de durar 2 años a 6 meses” gracias a “la utilización de simuladores en las prácticas de capacitación de RR.HH” (Abboud; Ferrin; O’Connor, 2014, IV). Por último, la caracterización sincrónica de la gamificación implica diferentes tipos de juegos que se adaptan a las distintas facetas de la gestión de recursos humanos, tales como la selección de personal, la evaluación de desempeño, la identificación del potencial, las capacitaciones orientadas a fortalecer la cultura de empresa, etc.

### ***La eficacia de la gamificación***

Es muy difícil evaluar la eficacia de una herramienta de gestión de la motivación como el caso de la gamificación. Si bien puede observarse cierto “entusiasmo” inicial en sus usuarios(as), es difícil encontrar evidencia de la asociación entre “método y aprendizaje” (Abboud; Ferrin; O’Connor, 2014, p. 14). En un informe de la consultora Gartner del año 2011, se mencionaba que aún era prematuro saber el impacto de la gamificación sobre la productividad (Gallego Gómez; De Pablos Heredero, 2013, p. 803). La razón de la incapacidad de mostrar este fenómeno como un caso de éxito se debe a que la gamificación no procura producir una mutación sustancial en la naturaleza de la tarea desempeñada, sino que solo provee una “capa superficial lúdica” que modifica la experiencia del trabajo pero sin generar un cambio sustancial en la naturaleza de este (Mollick; Rothbard, 2014, p. 5).

Si existe un acuerdo generalizado en que la vinculación entre gamificación y productividad aún no está del todo probada, ¿por qué es tan utilizada en el mundo empresarial? Una de las respuestas que podemos encontrar es que, en rigor, la gamificación constituye una estrategia de implicación subjetiva, que viene a reemplazar las prácticas de capacitación ejecutivas que han quedado “obsoletas” debido a su extensión y que terminan generando frustración en los(as) empleados(as). Se trata, en última instancia, de maximizar la implicación subjetiva en el propio juego (Diani, 2021). De esta manera, el problema de la falta de evidencia científica respecto de su impacto en la productividad o rentabilidad empresarial, quedaría zanjado. Después de todo, la insatisfacción que constantemente genera la armadura de la coerción (Gramsci, 1981 [1975]) propia de la relación salarial, trata de ser saldada a través de estrategias de mejora de la experiencia afectiva en el trabajo, de la misma manera que lo hacen diferentes experiencias afectivas en el espacio laboral, como las fiestas corporativas (Mollick; Rothbard, 2014, p. 3).

***Beneficios para la empresa***

De todo lo dicho hasta acá, se desprende que las empresas encuentran beneficios en la gamificación.<sup>5</sup> Algunos(as) autores(as) señalan ciertas condiciones para el éxito de estas estrategias empresariales. En este sentido, “la lección para la Gamificación es la siguiente: la realimentación regula el comportamiento en la dirección misma del *feedback*, y el proporcionar métricas del éxito hará que el usuario se vea motivado en dicha dirección” (González, 2016, p. 13). Si uno de los objetivos es delegar responsabilidad en los(as) empleados(as), la gamificación aumenta la sensación de autonomía:

[...] las elecciones darán al jugador una sensación de control y de poder sobre el juego [...]. Los jugadores constituyen la parte fundamental del juego, y deberían disfrutar de una cierta sensación de tener el control de lo que pasa. Después de todo, son los jugadores los que eligen el juego, no el juego el que les elige a ellos. (González, 2016, p. 8).

Otro de los beneficios señalados por las empresas es la posibilidad de eufemizar la relación laboral, idea profusamente debatida en la sociología del trabajo (Szlechter, 2014). En este sentido, la gamificación no ha sido ajena a esta tendencia. Para las firmas, el *crowdsourcing* se erige en una de sus mayores virtudes, dado que busca convertir al trabajo en una actividad propia del voluntariado. Según Estellés Arolas y González Ladrón-de-Guevara:

[...] el *crowdsourcing* es un tipo de actividad online participativa en la que una persona, institución, organización sin ánimo de lucro o empresa, propone a un grupo de individuos mediante una convocatoria abierta flexible la realización libre y voluntaria de una tarea. El usuario recibirá la satisfacción de una necesidad concreta, ya sea económica, de reconocimiento social, de autoestima, o de desarrollo de aptitudes personales, mientras que el *crowdsourcer* obtendrá y utilizará en su beneficio la aportación del usuario, cuya forma dependerá del tipo de actividad realizada. (*apud* Gallego Gómez; De Pablos Heredero, 2013, p. 811).

Detrás de la idea de *crowdsourcing* está el objetivo invisibilizado de la firma para sortear cualquier mecanismo de resistencia que pueda surgir por parte del(de la) trabajador(a), transformando al trabajo en una actividad llevada a cabo con pasión.

---

<sup>5</sup> Tal como señalamos anteriormente, si bien la vinculación entre gamificación y productividad no está del todo probada, se han hecho estudios que miden el impacto de estas prácticas en variables consideradas “blandas”. En uno de esos estudios llevado a cabo por la consultora Accenture, estas han derivado en “una mejora de la motivación de los empleados cifrada en un 6%. Los responsables de la iniciativa aseguran asimismo que la mejora del clima laboral se ha incrementado en un 7%; la fidelización de los empleados en un 5% y la disminución de la rotación en un 2%. Afirma, además, que el impacto “ha llegado al 56% de la plantilla”. (Gallego Gómez; De Pablos Heredero, 2013, p. 813).

## **Aprendiendo en forma divertida: la gamificación en el marco de la capacitación en el trabajo**

### ***La dinamización del proceso de aprendizaje***

Los(las) propulsores(as) de la gamificación contrastan la nueva forma de aprendizaje basada en el juego frente a formas “obsoletas” de capacitación basadas en modelos *pret a porter* uniformes para todo tipo de entorno formativo. Uno de los sitios de internet que defienden los *serious games* lo hace de la siguiente manera:

Aprovechando las ventajas del fenómeno BYOD (Bring Your Own Device) y la hiperconectividad a Internet [...] romper el esquema formador/experto que traslada un conocimiento “enlatado” y apoyado en diversas metodologías (participativas) hacia un modelo de dinamizador/master que hace las preguntas necesarias para que los “*players*” sepan encontrar de forma original y colaborativa las soluciones a los retos que se van planteando, de modo que al final de estos talleres vivenciales las personas se marchen con la necesidad perentoria de poner en acción determinados comportamientos. (Astorga, 2014).

El empeño por mostrar formas superadoras de difusión de la cultura de la empresa supone que los(as) empleados(as) abandonen viejas rutinas que, según las consultoras, se descubrió que inhiben el aprendizaje, la creatividad y el entusiasmo (Cristal, 2019, p. 14). La educación de estilo fordista es blanco de los ataques de la industria del *management*, dado que se basa en la reproducción de conocimientos repetitivos (2019, p. 20-21). Otros(as) autores(as) sostienen que el abandono de los juegos en el trabajo a partir de la segunda posguerra derivó en la primacía de “lo repetitivo, lo automático y lo monótono” (González, 2016, p. 5).

Sin embargo, muchos de los desarrollos tecnológicos más innovadores en el mundo capitalista fueron hechos en esa época. Incluso, el modelo educativo del estado de bienestar fordista se caracterizó por innovadoras propuestas educativas de carácter colectivo más que individuales, como es el ejemplo de la universalización de la educación superior. Las propuestas basadas en entornos laborales ludificados ensalzan las formas ágiles, “alocadas”, “subversivas” del orden establecido. La justificación de las nuevas formas de aprendizaje se funda en la incertidumbre propia de los tiempos que corren, que obligan a salir de las supuestas “zonas de confort” que caracterizaban a las organizaciones del pasado. En este marco, el elogio de la incertidumbre tiene como contracara el desprecio por proyectos colectivos. Así lo expone uno de los consultores más reconocidos en el ambiente de la consultoría “ágil”:

[...] equipos abiertos a la prueba, al error, al riesgo, a jugar con “ideas locas”, y a poner más foco en la implementación y experimentación de ideas desde el comienzo, que a un producto totalmente definido o a un objetivo cerrado y acotado como el retorno de la inversión. Una filosofía que hoy está de moda bajo la denominación de prácticas ágiles. (Cristal, 2019, p. 28).

## Aplicaciones de los juegos serios en espacios corporativos

A grandes rasgos, existen dos tipos de juegos serios aplicados al mundo empresarial, a saber: los juegos serios digitales y otros que quedan fuera del entorno digital. Por un lado, los digitales resultan más novedosos en los últimos años dado el escenario mundial en el que las tecnologías de la información y la comunicación han colmado distintas esferas de la vida social. Sin embargo, también se implementan juegos serios analógicos que suponen sistemas formativos, informativos, de simulación o de entrenamiento.

El empleo de los juegos serios existentes responde a necesidades específicas en las empresas. En ese sentido, se los pueden utilizar para: *onboardings*; evaluaciones de desempeño; transmisión de cultura organizacional; innovación y creatividad; y actividades de formación.

### *Onboardings*

Al darle la bienvenida a los(as) nuevos(as) empleados(as) a la empresa, se puede disponer de juegos para facilitarle a las nuevas incorporaciones un panorama general de sus tareas, de la atmósfera y de su equipo de trabajo. Así, se procura que un(a) empleado(a) construya y demuestre una “actitud positiva” respecto de la compañía. Un ejemplo de este tipo de juego serio es la asignación a la persona que se incorpora de una “mascota virtual” personalizada que deberá ser atendida. El(la) empleado recientemente incorporado debe realizar diversas acciones, caracterizadas al interior de la aplicación como “misiones”, que consisten por ejemplo, en participar de cursos de formación y actividades de *team building* o “construcción de equipo”. Completar las misiones asignadas le permite al jugador(a) satisfacer las necesidades de su nueva “mascota” y de esta forma, demostrar que ha incorporado los valores de la organización (Grau, 2018).

### *Evaluaciones de desempeño*

Este tipo de juegos permiten establecer métricas para analizar las distintas capacidades, competencias y habilidades de un(a) empleado(a) (toma de riesgo, tiempo de reacción, posición de líder/seguidor etc.). Pueden ser juegos de simulación, 3D, es decir en “escenarios virtuales realistas” siempre y cuando cuente con los mencionados objetivos específicos (Asián, 2014).

Según Grau (2018), otra aplicación redundante es que los(as) empleados(as) logren una colección completa de cromos o “figuritas”. Se trata de pequeñas tarjetas de papel o cartón, generalmente con imágenes coloridas, similares a las que los(as) niños(as) suelen intercambiar para completar álbumes relativos a historias, *shows* televisivos o alguna otra temática de interés. En ámbitos empresariales, la colección de cromos funciona del mismo modo que un álbum de figuritas infantil, es decir, los cromos son entregados como recompensa por realizar evaluaciones de desempeño periódicas de manera satisfactoria. Una colección completa de cromos, en este contexto, simboliza el “crecimiento y la mejora continua”, que se deducen de haber completado de manera detallada y positiva las evaluaciones propuestas por la empresa.

Estos juegos resultan de utilidad para la gestión de recursos humanos en firmas tecnológicas de gran envergadura como lo es el caso de Facebook (González, 2016). Mediante “software interactivo”, las evaluaciones dejan de ser pautadas en determinados plazos y se convierten en prácticas individuales asiduas al ser los(as) propios(as)

trabajadores(as), devenidos(as) jugadores(as), los(as) que llevan un seguimiento de sus rendimientos diarios y los de sus compañeros(as). Esto permite que cada trabajador(a) esté pendiente de su puntuación logrando *feedback* permanente, al tiempo que se procura elevar la competitividad a partir de la comparación con el rendimiento ajeno.

### ***Transmisión de la cultura organizacional***

Existen juegos basados en “misiones”, que están asociadas con prácticas y “hábitos positivos” que se buscan fomentar entre los(as) empleados(as) y el grado de implicación en el trabajo (Grau, 2018). Existen juegos con este esquema que constan de diferentes “minijuegos” vinculados a la cultura corporativa organizados en niveles que deben ser superados para conseguir recompensas virtuales. En estos casos, es en el propio juego que se desarrollan los contenidos que los participantes deben adquirir. Los “minijuegos” en muchos casos imitan el formato del *Candy Crush*. Se trata de un juego de lógica, rápido y sencillo, para un(a) solo(a) jugador(a), que surgió como aplicación para la red social Facebook y luego se popularizó y desarrolló como aplicación para teléfonos celulares.

Por otra parte, existen juegos que buscan fomentar la interacción y reflexión entre empleados(as) para mejorar el trabajo en equipo: son los llamados juegos de “*team building*”. En este rubro se destacan algunas consultoras que ofrecen eventos personalizados a las empresas según sus objetivos específicos, en los que se desarrollan actividades como por ejemplo aquellas conocidas como *Mind Games*. La dinámica de estos juegos implica mucha destreza física y lógica para los(as) participantes; puede involucrar desde la construcción de una torre hasta el recorrido de circuitos con los ojos vendados, entre muchos otros desafíos grupales.

### ***Innovación y creatividad***

También se los aplica para conducir a los(as) empleados(as) al desarrollo de ideas innovadoras y creativas en la empresa (Grau, 2020). Para ello, se proponen desafíos temáticos para que luego los(as) empleados(as) desarrollen y elijan las ideas que consideran más apropiadas conforme a sus propios criterios a cambio de monedas virtuales intercambiables por premios virtuales o físicos. Este tipo de aplicaciones parte de la premisa de que son los(as) empleados(as) quienes mejor conocen el desarrollo de sus tareas cotidianas y por lo tanto, quienes tienen una mejor perspectiva para introducir cambios en los procesos de trabajo.

Otras adaptaciones de estos juegos son las del estilo “búsqueda del tesoro”, en las que mediante retos y *puzzles* se desbloquean nuevos niveles obteniendo llaves hasta alcanzar el éxito. De la mano de la “tecnología interactiva”, una ciudad se traslada a un tablero de juego en vivo. Son necesarios tanto el ingenio para el descubrimiento de sorpresas ocultas, como la creatividad y la intuición para resolver enigmas. Resultan fundamentales la determinación para la toma de decisiones, el pensamiento crítico y expeditivo y la habilidad para enfrentar y solucionar distintos desafíos.

Uno de los casos paradigmáticos de los juegos serios no digitales aplicados en el trabajo se funda en la construcción de “modelos tridimensionales” con piezas de plástico de la firma Lego (Barragán, s.f.). En dicho esquema de juego, se construyen modelos que simulan la realidad y permiten fomentar la imaginación, la comunicación y cooperación entre los(as) empleados(as) para el análisis, discusión y resolución de problemas.

### ***Actividades de formación***

Son juegos orientados a la asimilación de conocimientos de un(a) empleado(a) durante y después de determinada formación o curso (Grau, 2018). Existen varias versiones, que incluyen desde los convencionales *quizzes* de preguntas y respuestas hasta opciones más novedosas como la resolución de un código secreto o la superación de aventuras y simulaciones. Generalmente, al ir superando juegos se ganan puntos para obtener una recompensa final. Un caso llamativo, contemplado por Grau (2019) es aquel en el que los(as) empleados(as) están a cargo de la construcción de una ciudad virtual, en la medida en la que avanzan con los cursos que componen la formación en cuestión, la ciudad va tomando forma. Las calificaciones obtenidas también influyen en el tamaño y las características de la ciudad obtenida. Así, los(as) empleados que finalmente hayan obtenido mejores notas tendrán la ciudad más grande y bella. Por otra parte, existen juegos diseñados para retener el conocimiento que fuera adquirido en las instancias formativas, que suelen tomar la forma de “minijuegos” rápidos de preguntas y respuestas.

## **El rol del juego en la búsqueda del consentimiento**

### ***El rol histórico del juego en las relaciones laborales***

Como hemos señalado, el juego ha formado parte constitutiva del proceso de trabajo desde los inicios del capitalismo. Invisibilizado la mayor parte de las veces, emergió como problema para el capital cuando éste comenzó a condicionar la posibilidad de seguir extrayendo plustrabajo. Sin embargo, el juego no solo constituyó un obstáculo para el capital sino que también funcionó como una válvula de escape que logró mitigar en parte las consecuencias de la violencia simbólica de la relación salarial. Incluso según autores como Burawoy (1989 [1979]), en lugar de derroche o pérdida de tiempo, el juego trajo beneficios al *management*, en la medida en la que posibilitaba el ejercicio del control sobre los(las) trabajadores(as) (Mollick; Rothbard, 2014, p. 6). De acuerdo con Burawoy, el juego ayudaba a desviar el conflicto entre capital y trabajo, haciendo que los(las) trabajadores(as) compitieran entre sí. Esta competencia en las actividades lúdicas durante la jornada laboral permitía desplazar momentáneamente la verticalidad del conflicto con los(las) supervisores(as) por uno de naturaleza lateral. Esto generaba una forma sutil de compromiso con sus tareas laborales ya que aquellos(as) que participaban del juego defendían las reglas de este e incluso sus roles en el proceso productivo (2014, p. 6).

Según el sociólogo norteamericano, el juego social que se daba en el espacio de producción por parte de los trabajadores y funcionaba como una herramienta de negociación de la implicación en el trabajo, consistía en fingir el nivel de esfuerzo requerido para cumplir con las metas de producción fijadas por la supervisión. En rigor, los(as) trabajadores(as) sabían que podían “dar más” que lo que se les pedía, pero escatimaban esfuerzo para dejar tiempo para “jugar” y “arreglárselas” por fuera del trabajo prescrito. La ficción que encierra el juego proveía recompensas sociales (pasatiempos con compañeros(as) de trabajo), psicológicas (disminuyendo el aburrimiento de las tareas repetitivas) y físicas (como la reducción de la fatiga) (Burawoy, 1989 [1979], p. 85). En efecto, el juego permitía mejorar la experiencia afectiva en el trabajo, desviando la sensación de opresión hacia la competencia entre compañeros(as) de trabajo (2014, p. 6).



La posibilidad de jugar en el espacio de trabajo sin duda contribuye a cierta predisposición a cumplir con los objetivos de la firma. La cuestión es si los juegos surgen de forma espontánea o si son impuestos desde “arriba”. Según Mollick y Rothbard (2014), sin una predisposición positiva hacia el juego que implique una participación activa en él, no queda otra opción que la diversión obligatoria. Es por eso que las actividades lúdicas organizadas por la empresa plantean un nuevo desafío para el capital ya que una actividad que históricamente tuvo un carácter “voluntario”, ahora se presenta de manera forzada. Antes de profundizar en esta cuestión, creemos conveniente contrastar los juegos espontáneos con aquellos impuestos por la conducción empresarial.

### ***Tipos de juegos: espontáneos o emergentes***

El derrotero histórico de los juegos que emergían de manera espontánea como modo de evasión de la opresión de la relación salarial sufrió una profunda mutación a partir de la irrupción de la institucionalización del juego como parte de las estrategias de implicación subjetiva por parte del capital. Así, la “diversión obligatoria” vino a poner en tensión la noción tradicional del juego en el proceso productivo bajo la promesa managerial de incorporar la diversión al contenido del trabajo (Mollick; Rothbard, 2014, p. 4). Sin embargo, estos(as) autores(as) señalan que, históricamente, el juego que emergía de manera voluntaria en la interacción social de los(as) trabajadores(as), abrevaba en su espontaneidad, su carácter sorpresivo e incluso subversivo del orden establecido que contrasta fuertemente con la diversión obligatoria de los *serious games*. De igual manera, las diferentes formas de socialización informal espontáneas de los(las) propios(as) trabajadores(as), son pasibles de ser cooptadas y transformadas en actividades lúdicas institucionalizadas tales como fiestas corporativas (Mollick; Rothbard, 2014, p. 12). A diferencia de los juegos “desde abajo”, la gamificación procura reforzar los objetivos del *management* más que constituirse en un subproducto de formas espontáneas de interacción social (2014, p. 13). Si el *management* pretende identificar a los “talentos” que tengan la capacidad de devenir futuros líderes empresariales, es menester que la lucha competitiva por mostrar habilidades de liderazgo entre los(as) candidatos(as) a *managers* sea lo más distendida posible. Es por eso que la gamificación se erige como una herramienta nodal en la búsqueda de la dulcificación del conflicto y la puja por alcanzar la cima de las burocracias corporativas.

### ***El consentimiento: entre el oportunismo y la convicción***

El objetivo último del capital ha sido siempre lograr el consentimiento de los(as) trabajadores(as) de manera tal que estos(as) consideren los objetivos de la empresa como propios(as). En este sentido, el consentimiento o la resistencia a consentir no preexisten a la relación salarial, sino que ambos son consecuencia de esta. Incluso cuando exista consentimiento, no siempre se debe a un alineamiento subyacente entre el capital y el(la) trabajador(a), sino que también este adopta un carácter estratégico (producto del cálculo costo-beneficio), comportamental (por un sentido de responsabilidad en el trabajo) o evaluativo (al percibir que se recibe un trato justo y equitativo) (Burawoy, 1989 [1979]). En el caso de la gamificación, el consentimiento o la falta de éste ante este tipo de iniciativas empresariales, constituye una respuesta psicológica a la diversión obligatoria (Mollick; Rothbard, 2014, p. 4). Al aceptar las reglas de “juego”, los(as) jugadores(as) aceptan el sistema de “justicia” implicado en este, lo que a su vez provoca el compromiso con las iniciativas gerenciales de la “diversión forzada” (2014, p. 14). Este tipo de compromiso también estaba presente en la “era de los juegos espontáneos” que describía Burawoy, dado que estos se constituían en torno a las reglas y la estructura del trabajo. Es por eso que siempre fue mucho

más fácil lograr el consentimiento en el trabajo (y la lealtad hacia la organización) a través del juego. Lo único que hacía falta era que los(las) trabajadores(as) perciban que los juegos son justos y transparentes (Mollick; Rothbard, 2014, p. 13).

En síntesis, tal como señalamos al comienzo de este apartado, el compromiso de los(las) trabajadores(as) no está dado de antemano sino que es consecuencia de las formas que adquiere la organización del trabajo (y las relaciones al interior de esta). En el caso de los juegos serios, el consentimiento (y la lealtad) dependerán del grado de autodeterminación y autocontrol que deriven de estos y que alimenten los factores cognitivos asociados al consentimiento, descritos al comienzo de este apartado. El compromiso en el trabajo no es un mero producto de la participación en los juegos sino que deriva (o no) de la creencia en la legitimidad y justicia de los objetivos corporativos involucrados en ellos (Mollick; Rothbard, 2014, p. 15, 18-19; 37).

## **La motivación como forma de resolución de la conflictividad entre el capital y el trabajo**

### ***La instrumentalización de la motivación***

Sin duda, la motivación ha concitado la atención de los(as) especialistas en recursos humanos y en gestión de la fuerza de trabajo desde los primeros indicios que mostraban que el trabajo repetitivo y estandarizado tenía consecuencias en la productividad, al tiempo que producía una conflictividad creciente dentro y fuera de la fábrica. En efecto, la gamificación forma parte de las estrategias empresarias orientadas a mejorar la satisfacción laboral. Una de las preocupaciones de los(as) encargados(as) de su implementación es la predisposición de los(as) trabajadores(as) a participar de los juegos serios, los cuales deben mantener un cierto balance en cuanto a su dificultad para que sean lo suficientemente desafiantes como para evitar que sean aburridos pero no deben ser tan difíciles que terminen generando ansiedad y frustración (Díaz Cruzado; Troyano Rodríguez, 2013, p. 5). En última instancia, el juego debe ser atractivo a lo largo de todo el recorrido.

La transformación de la motivación en movilización ha sido profusamente abordada por Boltanski; Chiapello (1999) cuando estudiaron las mutaciones en la gestión del trabajo durante la década del 90 del siglo pasado. El “negocio de la diversión” (Gallego Gómez; De Pablos Heredero, 2013, p. 804) supone el despliegue de técnicas tendientes a satisfacer el deseo. Incluso estos autores se ocupan de describir los diferentes niveles de deseo implicados en la mecánica de los *serious games*. Así, los premios se vinculan con el deseo de recompensa, los niveles por los que hay que atravesar se relacionan con el estatus, los desafíos con el logro, los bienes virtuales con la autoexpresión, las clasificaciones con la competencia y los regalos o la caridad con el altruismo (2013, p. 804). De esta manera, el logro y las emociones generan una mayor implicación en las actividades de capacitación empresarial, lo que a su vez produce una mayor probabilidad de satisfacción por el propio hecho de jugar y mayor compromiso para atravesar exitosamente el proceso formativo (Diani, 2021). Sin embargo, la motivación a jugar no garantiza la satisfacción que genera el contenido del propio trabajo. No es lo mismo el contenido en *el* trabajo respecto del contenido *del* trabajo (Mollick; Rothbard, 2014, p. 9). En rigor, es difícil escapar a la lógica instrumental del juego para emparentarlo con la espontaneidad de la diversión de los juegos “desde abajo” (Mollick; Rothbard, 2014, p. 7-8).

### ***De la autorrealización al imperativo de la pasión***

Los(as) estudiosos(as) de las teorías de la motivación en el trabajo reconocen diferentes niveles de satisfacción laboral. La incorporación de lo lúdico en las estrategias de implicación subjetiva se funda en la necesidad de lograr el máximo nivel de motivación laboral denominada “flujo” por el psicólogo Csikszentmihalyi (1990). Este estado mental supone la inmersión absoluta en la actividad laboral en la cual el(la) trabajador(a) se encuentra implicado(a) y absorbido(a) por su trabajo, logrando el máximo estado de goce y –principalmente– *performance*. Para esto, así como el caso de los juegos serios que, para ser eficaces, no deben ser ni demasiado exigentes ni demasiado aburridos, la actividad laboral debe cumplir con las mismas premisas como para despertar la sensación de autocontrol del(de la) propio(a) trabajador(a) (González, 2016, p. 10).

Sin embargo, la diversión y la motivación intrínseca no siempre van de la mano. La segunda tiene que ver con el interés que despierta la propia tarea mientras que la diversión puede hacer más placentera la experiencia en el trabajo pero no necesariamente el propio contenido del trabajo (Mollick; Rothbard, 2014, p. 9). La motivación intrínseca suele ser imposible en las estrategias de gamificación. Los juegos serios han logrado difusión en el ámbito empresarial justamente debido a que sus cultores(as) reconocen que el trabajo no es inherentemente movilizador, por lo que procuran desplegar dispositivos de seducción institucionalizados para ocultar la naturaleza “alienante” del trabajo, a través de la implementación de “capas de diversión” que no transforman la esencia del trabajo propia de la relación salarial (2014, p. 10). Los(as) autores(as) concluyen que la diversión aplicada en los juegos serios es conceptualmente diferente de la motivación intrínseca (2014, p. 35).

En suma, la fordista promesa de autorrealización (Maslow, 1943) que proponían los modelos clásicos de motivación, en la cual el empleo estable a lo largo de la vida auguraba una meta que podía satisfacer necesidades crecientes de realización en el trabajo, cedió su lugar a la variante posfordista de dicha promesa, donde el imperativo de la “pasión” en el trabajo se erige como premisa para ser considerado(a) un(a) trabajador(a) capaz de realizarse (Cabana; Sánchez González, 2016).

### ***Contradicciones de la ludificación de las relaciones laborales***

La primera contradicción a la que se enfrenta la gamificación es que la capacidad creativa y el entusiasmo no se logran a través de un entorno lúdico cuando en segundo plano resuena la relación salarial o la armadura de la coerción (Gramsci, 1981 [1975]). La promesa de los(las) defensores(as) de la incorporación de los juegos serios en la capacitación laboral para reinventar las capacidades creativas de las organizaciones (Cristal, 2019, p. 13) contrasta con las tensiones propias de la “cooperación forzada” (Durand, 2004). Por otro lado, las dificultades que señala la literatura especializada en vincular los juegos con la mejora del desempeño individual se deben, en esencia, a que el desempeño es un fenómeno eminentemente colectivo –o intersubjetivo– más que individual. Ahí radica la dificultad de medirlo individualmente. En rigor, la diversidad de actividades informales de socialización organizadas por las firmas, orientadas a la mejora del “clima” laboral y la experiencia afectiva en el trabajo, no tienen los efectos deseados sobre el conjunto de trabajadores(as) (Mollick; Rothbard, 2014, p. 37). Las referencias que muchos(as) consultores(as) hacen a la teoría psicoanalítica de Freud para resaltar la importancia del juego para imaginar mejores mundos posibles dentro de las organizaciones (Cristal, 2019, p. 20), termina por despolitizar las prácticas de subjetivación que se despliegan en cualquier entorno laboral capitalista, donde

las fantasías de los “sueños diurnos” freudianos se enfrentan con los imperativos de rendimiento y productividad.

### **Nuevas tendencias gamificadas en el trabajo en contexto de pandemia**

En la era de la conectividad móvil y las aplicaciones, y en tiempos de Covid-19, ciertas firmas han revalorizado la importancia del juego y de lo lúdico como parte integrante de la dinámica laboral para romper con esquemas tradicionales que aún siguen concibiendo al juego como todo aquello que es contrario al trabajo. En ese sentido, como solución gamificada a través de una nueva experiencia digital, la organización de trabajo actual parece hacer propia la cuestión del juego más convencional, ejercido en momentos de ocio en la esfera de la vida privada de los individuos, al trasladarla a un espacio productivo como una realidad novedosa, atractiva y más humana en contexto de pandemia.

El hecho de que se implementen los juegos no debe suponer a priori que sean “positivos”. En efecto, la “novedad” que presenta el discurso empresarial de utilizar estos juegos en el ámbito productivo de la mano de esquemas de gamificación tiene que ver con que resultan sugerentes en tanto procuran mejorar “aptitudes profesionales” asegurando el sostenimiento e incluso el incremento de la productividad de los(as) trabajadores(as) (Gamelearn, s.f.).

#### ***Gamificación en el trabajo + pandemia = Binomio perfecto para una mayor implicación subjetiva en el trabajo***

Según Martínez (2021), en los últimos tiempos se están desarrollando gran variedad de estrategias de gamificación, una de ellas inmersas en la realidad virtual y en la realidad aumentada para lograr mayor involucramiento en el trabajo a distancia. También se han implementado aplicaciones móviles innovadoras mediante las cuales se incentiva a los(as) empleados(as) a que participen de determinados juegos, creando así una atmósfera competitiva saludable y formativa, a la vez que se nutren de los conocimientos necesarios para potenciar su profesión. Esto quiere decir que la tecnología incluida en las aplicaciones móviles se está adecuando cada vez más a las necesidades de muchas industrias y sectores diferentes. Todas estas prácticas gamificadas procuran funcionar como canales para maximizar los objetivos empresariales estratégicos a partir de valorizar la experiencia colectiva del juego en el trabajo. Así es como el autor menciona que se han puesto en práctica aplicaciones de *onboarding* remotos en las que los(as) empleados(as) van generando y desarrollando el sentimiento de pertenencia desde el momento de su incorporación. Estos *onboardings* pueden incluir juegos de trivia, es decir, de preguntas y respuestas, en los que se abordan temas relativos a la compañía o bien la creación de desafíos entre compañeros(as) a través de la conformación de equipos y sus posteriores clasificaciones.

Para Jiménez (2020), se están implementando dinámicas de *teambuilding* virtuales que tienen como propósito fomentar las relaciones interpersonales y la cohesión de los equipos de las empresas “en la distancia”. Estas actividades incorporan los conocidos *escape rooms*, o “salas de escape”, en los que un equipo debe resolver diferentes acertijos y desafíos para lograr escapar de una sala virtual antes de que se les agote el tiempo. También se incorporan diversas versiones virtuales de tradicionales juegos de mesa. Todas estas propuestas digitales suponen ser esenciales para que los(as) empleados(as), al conformar equipos, afiancen

conocimientos y lineamientos importantes para la empresa “en un ambiente lúdico, divertido y relajado entre colegas”.

Otro caso paradigmático de juegos serios en el trabajo en tiempos de pandemia es la reconversión de la metodología de *Legó Serious Play* de forma remota y virtual. Margulis (2020) asegura que, enmarcados en un entorno virtual, se les permitió a las personas construir piezas reales y compartir sus historias a través de una plataforma de videoconferencias, lo cual se lo considera como una instancia útil en momentos de aislamiento. Así es que el autor señala que “si bien no es lo mismo hacer un *workshop* presencial, que uno en remoto, los resultados son asombrosos. Es posible y sobre todo necesario, adaptarse a esta nueva realidad”.

En todos los casos, el juego es utilizado como hilo conductor de experiencias aparentemente beneficiosas tanto para los(as) empleados(as) como para la empresa en sí. Esto puede evidenciarse al aplicarse juegos virtuales que buscan de manera lúdica pero sin dejar de ser estructurados con el supuesto fin de incentivar el proceso creativo de los individuos en el espacio de trabajo.

A partir de este conjunto de estrategias gamificadas, se construyen “camino amables y sonrientes” que permiten derivar en un aumento exponencial de la implicación subjetiva en el trabajo en momentos donde la “resiliencia” y la “felicidad” deben ser concebidas como el “nuevo mantra corporativo”, siendo el juego un medio para encaminarse hacia dicho objetivo.

### **Aprendizaje basado en las neurociencias: las formas de legitimación de la gamificación**

La inserción de los procesos formativos en tramas sociales más amplias que no solo los condicionan sino que también los explican, no forma parte del repertorio de justificaciones que ensalzan las bondades de la gamificación. La eficacia de los juegos serios se basa en la posibilidad de generar empleados(as) comprometidos(as) y con voluntad de aceptar nuevos desafíos. La necesidad que tienen las empresas de que las habilidades creativas de sus trabajadores(as) tengan su correlato en innovaciones productivas es la base de sustentación de la ludificación de entornos laborales. El estatus de verdad que poseen las ciencias, en especial las exactas y naturales, ayuda a encontrar las fuentes de veridicción de los postulados de la gamificación. Así, las neurociencias proveen de los fundamentos fisiológicos que le brindan robustez a la necesidad de incorporar los juegos en los procesos formativos en las firmas. La secreción de dopamina que produce el entusiasmo de los(las) jugadores(as) ayuda a generar empleados(as) más motivados(as) y a desarrollar conductas orientadas a la maximización del beneficio. Así lo expresa uno de sus defensores:

¿A quién no le gusta jugar? ¿Y competir? ¿Y ganar? Y, por supuesto, ¿a quién no le gustan los premios o las recompensas? Todos estos principios tienen una explicación fisiológica: la sensación de satisfacción en estas situaciones viene generada por la segregación de dopamina. La dopamina tiene muchas funciones en el cerebro, incluyendo papeles importantes en el comportamiento y la cognición, la actividad motora, la motivación y la recompensa, el sueño, el humor, la atención y el aprendizaje. Este neurotransmisor es utilizado por nuestro sistema nervioso para reforzar los comportamientos que conducen a la maximización de las recompensas. Muchas drogas

actúan de una u otra forma sobre la dopamina. Resulta que nuestros cerebros están preparados para amar la resolución de rompecabezas, de puzzles, necesitan realimentación y refuerzo [...]. Conviene recordar que la Gamificación no es jugar. Es aprovechar la forma de funcionar del cerebro utilizando uno o varios elementos de los juegos para reforzar hábitos que se desean conseguir. Debemos intentar obtener los mismos efectos de atracción que provoca un juego, pero aplicándolos en otros contextos. (González, 2016, p. 6-7).

En líneas generales, las propuestas lúdicas audiovisuales encuentran su validación científica en estudios hechos con videojuegos, que destacan la participación de diferentes circuitos cerebrales necesarios para la mejora del rendimiento laboral, como la memoria, el pensamiento lógico, la toma de decisiones, la búsqueda de recompensa, las capacidades de planeamiento y la habilidad de suprimir emociones en determinadas situaciones<sup>6</sup> (Abboud; Ferrin; O'Connor, 2014, p. 27).

### ***“Neurochantas” cuando el negocio se pinta de ciencia***

A lo largo del capítulo hemos intentado mostrar la multiplicidad de enfoques respecto al juego que constituyen la pre-historia de los juegos serios y profundizar sobre el desarrollo y las implicancias de la implementación de sus diversas aplicaciones en ámbitos empresariales. Este recorrido no estuvo exento de dificultades debido, en parte y tal como señala Wilkinson (2016), a la interdisciplinariedad del campo de estudios en cuestión. A esta primera dificultad señalada, podríamos agregar una segunda vinculada a la creciente profusión de otros discursos que no provienen del campo académico, sino más bien de los ámbitos empresariales y consultoras que han tenido enorme difusión y han contribuido notablemente a la creación de ciertos sentidos comunes vinculados a estas temáticas. El elemento clave de la efectividad de estos discursos tiene que ver con un uso parcial, interesado e incluso, por momentos, con verdaderas intenciones no del todo declaradas, de producciones científicas al servicio de la construcción de un argumento propio y distintivo, que en sí mismo no cumple con criterios de científicidad. Es por eso que consideramos pertinente revisar brevemente un caso que no es único pero que permite ilustrar un mecanismo profundamente naturalizado:<sup>8</sup> el “Reporte técnico: La neurociencia y el aprendizaje a través del juego: un resumen de la evidencia” (Liu *et al.*, 2017) difundido por la *Legó Foundation*.<sup>9</sup>

El texto en cuestión pretende ser un “Reporte técnico”, es decir, un texto que se propone transmitir los resultados de un proyecto o investigación de manera clara y concisa. Se diferencia de otros textos de divulgación, ya que tradicionalmente el reporte está orientado a rendir cuentas a un superior en un ambiente laboral. En este caso se trata de un documento que se encuentra disponible libremente en la web, pero pretende interpelar a personas que

<sup>6</sup> Para más información, se sugiere ver la infografía de McCammon (2013) en (Abboud; Ferrin; O'Connor, 2014, p. 27) que explica cada una de las zonas del cerebro que se activan a la hora de participar de un videojuego.

<sup>7</sup> En Argentina, el término “chanta” refiere a una persona irresponsable y poco seria que no tiene reparos en engañar o mentir para obtener un beneficio económico.

<sup>8</sup> Ver, por ejemplo, <https://conversacionesnecesarias.org/tag/neurociencia/> respecto a las denuncias realizadas por profesionales del área de la Educación y las neurociencias sobre capacitaciones para docentes en la Provincia de Buenos Aires.

<sup>9</sup> Se trata de una entidad creada por la empresa LEGO, que viene desarrollando hace varios años una iniciativa llamada *LEGO Serious Play*, vinculada a la incorporación de propuestas ludificadas a ámbitos empresariales.

por sus perfiles se encuentran familiarizadas con ese formato. A lo largo del texto se ponen en juego ciertos mecanismos que terminan sembrando confusión en el(la) lector(a). Uno de ellos es la profusión de referencias bibliográficas que incluyen citas a trabajos científicos especializados en revistas reconocidas pero que: a) son simplificados y descontextualizados b) sus resultados no contribuyen al argumento central del texto principal o lo hacen de manera muy tangencial c) se presentan como verdades consolidadas e indiscutidas, en vez de aportes a un campo del saber en permanente construcción.

Lo que resulta más llamativo, sin embargo, es la presencia de un cuarto tipo de referencias, intercaladas con las anteriores: d) artículos con criterios metodológicos y epistemológicos no explicitados, que se utilizan para respaldar el argumento central. En este caso específico, se trata de la definición de cinco características, que según los(las) autores(as) se utilizarían para: “definir las experiencias educativas de juego: alegre, significativo, involucramiento activo, iterativo y socialmente interactivo” (Liu *et al.*, 2017, p. 3). Para sostener esta afirmación se remiten a Zosh *et al.* (2017), un documento de los(las) mismos(as) autores(as) del “Reporte técnico” en cuestión, en otro orden de aparición y que procede bajo la misma modalidad. Es decir, a la hora de presentar las cinco características mencionadas, referencia nuevamente a otro trabajo que termina sin aportar evidencia alguna. En este tercer trabajo (Hirsh-Pasek *et al.*, 2015) aparece nuevamente Zosh como primera autora conjunta. En este caso se trata de un artículo publicado que no pertenece al campo de las neurociencias, sino que se trata de una “*review*” de evaluación de *Apps* disponibles en el *Apple Store*, que se propone explícitamente como una guía para el desarrollo de este tipo de aplicaciones a ser utilizada por quienes las diseñan, pero que carece de la evidencia anunciada.

Finalmente, llama la atención la utilización de figuras y esquemas simplificados, que junto con los argumentos desplegados dejan entrever ciertas ideas sobre el cerebro y sus funciones cognitivas que recuerdan a la frenología tal como fuera desarrollada por Franz Gall hacia fines del siglo XVIII (Escera, 2004), más que dar cuenta del estado actual de los debates en neurociencias. En el siguiente fragmento, por ejemplo, podemos apreciar de qué modo la simplificación les lleva a sostener afirmaciones que se aproximan al localizacionismo, es decir, a la convicción sostenida por Gall y sus discípulos de que era posible aislar una característica en una zona determinada del cerebro (ver figura 1):

En la información que se ha escrito en neurociencia se ha estudiado la conexión entre la alegría y el aprendizaje en adultos y en animales (ejemplos incluyen a Burgdorf & Oanksepp, 2006, Söderqvist *et al.* 2011). Nuestra habilidad como humanos, de experimentar alegría está regulada por el sistema de estructuras subcorticales límbicas (el área azul claro en la ilustración de la página 5), que se asocia con funciones emocionales y que también se encuentra en modelos animales [...]. (Liu *et al.*, 2017, p. 7).

La mencionada ilustración de la página 5 muestra un dibujo que se titula “Vista medial del cerebro y de las áreas relacionadas con las cinco características”. En ella pueden apreciarse distintas áreas del cerebro marcadas con amarillo y un círculo azul claro en el centro que correspondería, según las flechas que salen de su interior, al tálamo, el hipotálamo, la amígdala cerebral y el núcleo caudado. Las palabras citadas junto con la ilustración dejan al(la) lector(a) con la sensación de que la alegría se encuentra al alcance de la mano, materializada en un círculo azul claro, delimitado al interior de nuestros cerebros. Además, en la cita podemos apreciar el modo en que artículos científicos que forman parte de debates actuales son presentados lisa y llanamente como “información” indiscutida.





## Conclusiones

A lo largo de este capítulo hemos presentado un panorama del desarrollo de los *serious games* y su aplicación en el ámbito empresarial. Realizamos un rápido recorrido por diversas tradiciones teóricas que reflexionaron desde diversas perspectivas sobre el juego, para luego introducir algunas particularidades históricas que permitieron en ciertos contextos específicos que algunos elementos lúdicos comenzaran a ser utilizados con otros propósitos. Hemos argumentado que los intentos de utilización y direccionamiento de las potencialidades del juego pueden rastrearse al menos hasta la Grecia Antigua, al tiempo que presentan algunos antecedentes interesantes en los campos de la pedagogía y la psicología. Sin embargo, para comprender el auge de los procesos de gamificación en ámbitos laborales y educativos a partir del cambio de milenio hemos puesto énfasis en dos dimensiones centrales sin las cuales resulta imposible caracterizar el fenómeno. Por una parte, el desarrollo de tecnologías que hicieron posible el despliegue de la industria del videojuego en Estados Unidos, que fuera aplicada desde sus inicios a ámbitos “serios”. Por otra parte, pero de manera articulada, el desarrollo de disciplinas específicas desde el campo de las neurociencias que intentaron explicar el modo en que opera nuestra atención en los procesos de aprendizaje a nivel cerebral.

Analizamos también el derrotero histórico de la incorporación del juego al mundo del trabajo, cuyas primeras apariciones son previas a la actual tendencia de gamificación. En este sentido, problematizamos la noción, ampliamente difundida por consultores(as) y promotores(as), de que la principal consecuencia de la incorporación de aplicaciones ludificadas en entornos corporativos sea un aumento de la productividad. El debate respecto del consentimiento nos permitió generar una distinción respecto del juego cuando es emprendido por los(as) trabajadores(as) como forma de resistencia, a pesar de que finalmente pudiera terminar siendo funcional al proceso productivo. En los casos de los juegos impuestos por la empresa, el juego se transforma en parte de las obligaciones y sus reglas deben ser aceptadas sin posibilidad de modificación, por lo que, a fin de cuentas sostenemos que en la gamificación no existe juego espontáneo, sino algunos elementos propios del juego puestos en función de objetivos empresariales. Argumentamos que los *serious games* pueden ser entendidos como modos de eufemizar la relación laboral y contribuir a la implicación subjetiva, es decir, a la aceptación por parte de los(as) empleados(as) de los objetivos empresariales, transformándolos en deseos propios. En este sentido, ilustran una de las modalidades por las cuales se dio continuidad y se profundizó una transformación de las relaciones laborales al interior del mundo empresarial que ya había comenzado en la década del 90, en el marco del paradigma neoliberal y bajo discursos que promovían la “modernización” empresarial. Las técnicas de gestión del personal de corte meritocrático y los diversos servicios ofrecidos por consultoras para modificar “modelos mentales” de los(as) trabajadores(as), constituyen el contexto en el cual adquiere sentido el interés por desplegar las potencialidades del juego para movilizar dimensiones inconscientes y operar sobre las emociones.

La incorporación de formatos digitales a estos servicios de consultoría, iniciada a partir de los años 2000, pero profundizada a partir de la década pasada con la irrupción del *smartphone*, permite explicar la popularidad actual de los *serious games*. En Argentina, su utilización comienza a hacerse masiva en ámbitos educativos, especialmente a partir de ciertos hitos al respecto –como el mencionado congreso realizado en el año 2018 en la Universidad del Salvador– y se expande a ámbitos empresariales a partir de su popularización en escuelas de negocios, bajo el impulso de algunas consultoras pioneras. Cierta sentido

común en torno a la efectividad de la “tecnología persuasiva” (Fogg, 2002) y, como señalamos, ciertas versiones banalizadas de desarrollos vinculados a las neurociencias constituyen el aspecto más novedoso de la digitalización. Los juegos serios, en este sentido, constituyen la cara más alegre, juguetona y aparentemente inofensiva, de un complejo dispositivo de disciplinamiento laboral que busca colocar los deseos y motivaciones más íntimas de los(as) trabajadores al servicio de intereses empresariales. Los ejemplos desplegados en este capítulo permiten apreciar la variabilidad de aplicaciones que se han desarrollado en los últimos años y sus supuestas finalidades, tal como son presentadas por las consultoras. También hemos señalado las particularidades e implicancias de la utilización de estas estrategias en el contexto de la pandemia por Covid-19, que presentó evidentes ventajas para las empresas.

Finalmente, esperamos contribuir con este trabajo a la reflexión respecto de la utilización acrítica de investigaciones científicas tal como si se tratara de verdades indiscutibles que permitieran zanjar cualquier debate, en vez de abrir nuevas preguntas e interrogantes sobre los procesos de aprendizaje, la mente y su sustrato material. El desarrollo de la industria de los *serious games* ha tenido como contracara la banalización del discurso científico por parte de consultoras y desarrolladores, con objetivos lucrativos pero sin ningún interés genuino por descifrar las potencialidades del juego. La caracterización sobre los sentidos que han adquirido los procesos de gamificación e incorporación de juegos serios en ámbitos empresariales permite continuar pensando y problematizando las implicancias de sus diversas aplicaciones en otros ámbitos. También se hace evidente la necesidad de continuar indagando respecto al lugar de los(as) trabajadores(as) en la aceptación, resignificación y/o resistencias en este proceso.

## Referencias

ABBOUD, F.; FERRIN, G.; O' CONNOR, L. S. **Juegos de negocios en la capacitación de la empresa Argentina**. 2014. Tesis (Grado) - Universidad Argentina de la Empresa, Buenos Aires, 2014.

ABT, C. C. **Serious games**. New York: University Press of America, 1987 [1970].

ASIÁN, A. **Hablemos de “gamificación”**, 21 mar. 2014. Disponible em: <https://www.muycomputerpro.com/2014/03/21/gamificacion-3>.

ASTORGA, E. **Gamificando la capacitación presencial: esto no es un juego pero... ¡puede ser divertido!** [S. l.: s. n.], 2014. Disponible em: <https://www.overlap.net/blog/inoverlap/gamificando-la-capacitacion-presencial-esto-no-es-un-juego-pero-ipuede-ser-divertido/>.

BARRAGÁN, A. **El método Lego Serious Play para empresas**. [S. l.: s. n., s.f.]. Disponible em: <https://www.pymrang.com/direccion-de-negocios/752-el-metodo-lego-serious-play-para-empresas>.

BIT4LEARN **Gamificación: Qué es, cómo funciona, aplicaciones**. [S. l.: s. n., s.f.]. Disponible em: <https://bit4learn.com/es/lms/gamificacion/>.

BOGOST, I. **Gamification is bullshit**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponible em: [http://bogost.com/writing/blog/gamification\\_is\\_bullshit/#:~:text=%2Dificalion%20is%20al ways%20easy%20and,like%20interactions%20with%20behavioral%20complexity](http://bogost.com/writing/blog/gamification_is_bullshit/#:~:text=%2Dificalion%20is%20al ways%20easy%20and,like%20interactions%20with%20behavioral%20complexity).

BURAWOY, M. **El consentimiento en la producción**: los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de España, 1989 [1979].

CABANAS DÍAZ, E.; SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, J. C. Invirtiendo la pirámide de las necesidades: la psicología positiva y la nueva lógica del éxito laboral. **Psicothema**, v. 28, n. 2, p. 107-113, 2016.

CALLOIS, R. **Los juegos y los hombres**: la máscara y el vértigo. México, DC: Fondo de Cultura Económica, 1986.

COHEN, D. **The development of play**. 3. ed. Sussex: Routledge, 2007.

CRISTAL, M. **Inteligencia lúdica**. Bogotá: Lid, 2019.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Flow**: the psychology of optimal experience. New York: Harper & Row, 1990.

DETERDING, S.; DIXON, D.; KHALED, R.; NACKE, L. From game design elements to gamefulness: defining “gamification”. Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference: Envisioning Future Media Environments, **MindTrek**, n. 11, p. 9-15, 2011. Doi: 10.1145/2181037.2181040

DIANI, Ch. M. Gamificación, el uso de juegos en la implementación de estrategias de capacitación online. **eLearning**, nov./dic. 2016. Disponible em: <http://www.americlearningmedia.com/edicion-049/547-analisis/7461-gamificacion-el-uso-de-juegos-en-la-implementacion-de-estrategias-de-capacitaci%E2%80%A6>.

DÍAZ CRUZADO, J.; TROYANO RODRÍGUEZ, Y. El potencial de la gamificación aplicado al ámbito educativo. *In*: JORNADAS DE INNOVACIÓN DOCENTE, 3., 2013, Sevilla. **Innovación educativa**: respuesta en tiempos de incertidumbre. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2013. p. 1-9

DJAOUTI, D.; ALVAREZ, J.; JESSEL, J. P.; RAMPNOUX, O. Origins of *Serious games*?. *In*: MINHUA, M.; OIKONOMOU, A.; JAIN, L. C. (ed.). **Serious games and edutainment applications**. London: Springer, 2011. p. 25-43.

DURAND, J. P. **La chaîne invisible**: travailler aujourd’hui: Flux tendue et servitude volontaire. Paris: Seuil, 2004.

ENRIZ, N. Antropología y juego: apuntes para la reflexión. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 34, p. 93-114, 2011.

ESCERA, C. Aproximación histórica y conceptual a la neurociencia cognitiva. **Cognitiva**, v. 16, n. 2, p. 2-21, 2004.

EXPLORAMAS **¿Cómo hacen empresas como Google, Apple... para mantener a su equipo motivado?** [S. l.: s. n., s. f.]. Disponible em: <https://www.exploramas.com/blog/como-motivar-equipos-google-apple/>.

FOGG, B. J. **Persuasive technology**: using computers to change what we think and do. Burlington, MA: Morgan Kaufman Publishers, 2002.

GAMELEARN **Cursos e-learning gamificados**. [S. l.: s. n., s. f.]. Disponible em: <https://www.game-learn.com/cursos-e-learning-gamificados/>.

GALLEGO GÓMEZ, C.; DE PABLOS HEREDERO, C. La gamificación y el enriquecimiento de las prácticas de innovación en la empresa: un análisis de experiencias. **Intangible Capital**, v. 9, n. 3, p. 800-822, 2013.

GONZÁLEZ, J. M. **Gamificación**: hagamos que aprender sea divertido. 2016. Tesis (Máster Universitario) - Universidad Pública de Navarra, Navarra, 2016.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel**. Puebla: Era, 1981 [1975].

GRAU, J. **Cómo lograr que los empleados generen ideas innovadoras con gamificación: consejos y herramientas**, 21 de enero, 2020. [S. l.: s. n.], 2020. Disponible en: <https://beprisma.com/como-lograr-que-los-empleados-generen-ideas-innovadoras-con-gamificacion-consejos-y-herramientas/>.

GRAU, J. **Gamificación y cultura de empresa: claves y herramientas para enamorar a los empleados**, 17 de diciembre, 2019. [S. l.: s. n., s.f.], 2019. Disponible en: <https://beprisma.com/gamificacion-y-cultura-de-empresa-claves-y-herramientas-para-enamorar-a-los-empleados/>.

GRAU, J. **9 súper ejemplos de gamificación en Recursos Humanos y transformación digital**, 10 de abril, 2018. [S. l.: s. n.], 2018. Disponible en: <https://beprisma.com/4-super-ejemplos-de-gamificacion-en-recursos-humanos-y-trasformacion-digital/>.

HIRSH-PASEK, K. *et al.* Putting education in `educational` apps: lessons from the science of learning. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 16, n. 1, p. 3-34, 2015. Doi: 10.1177/1529100615569721

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. Buenos Aires: Emecé, 1968.

JIMÉNEZ, S. **Teambuilding: Mantener a los equipos unidos (en la distancia) en tiempos de Covid-19**, 3 de noviembre, 2020. [S. l.: s. n.], 2020. Disponible en: <https://aiwin.io/es/blog/2020/11/03/teambuilding-digital-equipos-unidos-covid>.

KREPKI, D.; PALERMO, H. M. Ludificación del trabajo y disciplina algorítmica: prácticas, sentidos y representaciones de los trabajadores y trabajadoras en el desarrollo de videojuegos. **Estudios del Trabajo**, n. 59, p. 46-48, 2020. Disponible en: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2545-77562020000100004&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2545-77562020000100004&lng=es&tlng=es).

LIU, C. *et al.* **Reporte técnico: la neurociencia y el aprendizaje a través del juego: un resumen de la evidencia**. Billund: The Lego Foundation, 2017. ISBN: 978-87-999589-2-4

LUCI, F. **La era de los managers: hacer carrera en las grandes empresas del país**. Buenos Aires: Paidós, 2016.

MARCANO, B. Juegos serios y entretenimiento en la sociedad digital. **Revista Electrónica Teórica de la Educación: Educación y Cultura en la Sociedad de la Información**, v. 9, n. 3, p. 93-107, 2008.

MARGULIS, L. **Inteligencia lúdica, adaptarse y avanzar guiados por nuestro GPS (SGP)**, 1 sept. 2020. [S. l.: s. n.], 2020. Disponible en: <https://www.seriousplay.training/blog/2020/09/01/inteligencia-ludica-adaptarse-y-avanzar-guiados-por-nuestro-gps-sgp/>.

MARTÍNEZ, R. **Top 8 Tendencias de la Gamificación para 2021**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponible en: <https://blog.atrivity.com/es/top-8-tendencias-gamificacion-2021>.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, C. La cientifización de la raza: el carácter pseudocientífico de las disciplinas. **Revista de Estudios de la Ciencia y la Tecnología**, v. 9, n. 2, p. 5-26, 2020. <https://doi.org/10.14201/art202092526>

MASLOW, A. A theory of human motivation. **Psychological Review**, n. 50, p. 370-396, 1943.

MAUSS, M. **Manual de etnografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

MICHAEL, D.; CHEN, S. **Serious games: games that educate, train and inform**. Boston: Thompson Course Technology, 2006.

MOLLICK, E. R.; ROTHBARD, N. mandatory fun: consent, gamification and the impact of games at work. **The Wharton School Research Paper Series**, 2014. Disponible en: <https://ssrn.com/abstract=2277103>.

PIAGET, J. **La formación del símbolo en el niño**. México, DC: Fondo de Cultura Económica, 1977.

PLATÓN. **Las leyes**: epinomis; el político. México, DC: Porrúa, 1998.

RABADÁN, F. C.; AYALA, V. J. **Más allá de la terapia de juego**: los fundadores. Ciudad de México: CIES; D'Jimena, 2019.

ROETHLISBERGER, F. J.; DICKSON, W. J.; WRIGHT, H. A. **Management and the worker**: An account of a research program conducted by the Western Electric Co. Chicago: Harvard University Press, 1939.

SKINNER, B. D. **Sobre conductismo**. Barcelona: Planeta Agostini, 1974.

SZLECHTER, D. La cultura corporativa: una revisión crítica desde la Sociología del trabajo. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 18, n. 65, p. 138- 157, 2014.

WILKINSON, P. "A brief history of serious games". *In*: DÖRNER, R. *et al.* (ed.). **Entertainment computing and serious games**: lecture notes in computer science, v.9970. Cham: Springer, 2016. Doi:10.1007/978-3-319-46152-6\_2

### III. NEOLIBERALISMOS E ESPACIALIDADES

## **Pobreza, vulnerabilidade e desigualdades: reflexões sobre a política de assistência social no Brasil contemporâneo**

Mariana Prioli Cordeiro

Jacqueline I. M. Brigagão

Cláudia Malinverni

No Brasil, assim como em diferentes regiões do mundo em que a pobreza e as desigualdades socioeconômicas são estruturais, a vulnerabilidade é uma condição de vida cotidiana de parte significativa da população. Em sociedades historicamente desiguais, como a brasileira, o enfrentamento da pobreza só tem se viabilizado por meio de sistemas de proteção social públicos e complexos, que consideram os aspectos econômicos, sociais e políticos, orientados por planejamento e integração de políticas estruturantes de médio e longo prazo (Godinho, 2011). Assim, é imprescindível ao Estado dispor de um cabedal de políticas que integrem as perspectivas social e econômica, assegurando às pessoas condições mínimas para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, assentada na ideia de eficiência e equidade, postulado caro às lutas por direitos sociais no país, a política pública de assistência social protege e promove o desenvolvimento e a institucionalização da atenção a grupos vulnerabilizados (Godinho, 2011).

Nessa perspectiva, o Brasil experimentou, no período pós-redemocratização, avanços importantes na direção de um arcabouço político-institucional com vistas a mudanças estruturais que permitissem melhorar as condições de vida da parcela da população em vulnerabilidade. Superando visões assistencialistas, o país chegou ao século 21 contabilizando avanços importantes, como a redução de 75% pobreza extrema, segundo o relatório sobre o estado da insegurança alimentar no mundo, apresentado em 16 de setembro de 2014 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) (Estadão Conteúdo, 2014).

Nos últimos sete anos, contudo, sob uma intensa crise política que redundou no golpe jurídico-parlamentar-midiático que retirou Dilma Rousseff da presidência da República, o cenário mudou radicalmente. Sob dois governos de viés neoliberal,<sup>1</sup> a política de assistência social sofreu enormes retrocessos. Sob práticas e discursos que acreditávamos “adormecidos”, o atual projeto de poder vem desmantelando a proteção social, retirando

---

<sup>1</sup> Neoliberalismo refere-se, aqui, a uma estratégia econômica que busca reduzir ao máximo as ações estatais e que privilegia a liberdade econômica da iniciativa privada. Nessa perspectiva cabe ao mercado regular as relações econômicas.

dela consistentemente investimentos estatais que sustentavam a diminuição progressiva das desigualdades sociais.

Este capítulo propõe uma reflexão sobre a política de assistência social no país, enfocando os avanços e retrocessos dos Governos de Michel Temer e Jair M. Bolsonaro. Para isso, primeiramente, trazemos o contexto nacional da pobreza, das desigualdades e da vulnerabilidade. Em um segundo momento, discutimos o aumento dos índices de pobreza no país e as diferentes maneiras por meio das quais a assistência social, como política pública, tem lidado com ele. Argumentamos que várias dessas estratégias retomam práticas e discursos que vão na contramão daquilo que foi conquistado pela legislação atual.

## **Pobreza, vulnerabilidade e desigualdades no Brasil contemporâneo**

No Brasil, temos visto um aumento assustador nos níveis de desemprego, fome e miséria. Em 2021, tínhamos 62,9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza – 9,6 milhões a mais que em 2019. Ou seja, tínhamos quase 30% da população do país com renda familiar per capita até R\$ 497 por mês. Quase 63 milhões de pessoas vivendo com US\$5,50 ou menos por dia. Tínhamos, ainda, cerca de 33,5 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, sobrevivendo com até R\$ 289 por mês (ou US\$ 1,90 por dia) (Neri, 2022). Esse é o pior cenário desde que o Mapa da Nova Pobreza começou a ser feito, em 2012.

Uma das consequências mais diretas da pauperização de nossa população foi o já mencionado retorno do Brasil ao mapa da fome, em 2021, quando as estimativas indicavam que 55,2% da população convivia com algum nível de insegurança alimentar (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021). Paradoxalmente, nos últimos anos, o número de bilionários no país cresceu de modo vertiginoso: em 2016, tínhamos 31 bilionários; em 2018, esse número subiu para 42 e, em 2022, batemos a marca de 55 bilionários no país (OXFAM Brasil, 2022; UOL, 2019). Vale destacar que esses bilhões são contabilizados em dólares.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Duque, 2019), nos ajuda a entender essa discrepância entre o empobrecimento da população brasileira e o aumento do número de bilionários no país. Os resultados desse estudo mostram que os níveis de desigualdade vêm crescendo a cada ano e que, em março de 2019, atingiram o maior patamar desde que a medição começou a ser feita, superando, inclusive, o pico histórico observado 20 anos antes, em 1989. Os resultados do estudo transformam em números e estatísticas algo que facilmente vemos pelas ruas das grandes cidades brasileiras: quem mais sofreu os impactos da crise econômica foi a camada mais pobre da população. Entre outras coisas, a pesquisa aponta que: a) antes da crise (até 2015), os mais ricos tiveram aumento de 5% da renda acumulada; os mais pobres, de 10%; b) após a crise, os mais ricos tiveram aumento de 3,3% da renda acumulada; os mais pobres, queda de mais de 20%; c) em sete anos, a renda acumulada dos mais ricos aumentou 8,5%; a dos mais pobres caiu 14%.

Esse cenário de crise econômica e acirramento de desigualdades sociais foi severamente agravado pela crise sanitária que assolou o Brasil e o mundo, com a emergência da pandemia de um novo coronavírus, o SARS-Cov-2, no final de 2019, na província de Wuhan, na China. Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia de Covid-19, nome da doença que o vírus pandêmico provoca. Foi também em março daquele ano, no dia 12, que a primeira brasileira morreu em função da doença:



Rosana Aparecido Urbano, uma diarista paulistana de 57 anos (Extra, 2020). A Covid levou também sua mãe, seu pai e seus irmãos. Em meados de 2022 – ou seja, pouco mais de dois anos após a morte de Rosana –, mais de 680 mil brasileiras e brasileiros tinham ido a óbito por conta da doença (Brasil, 2022)?<sup>2</sup> Número que poderia ter sido parcialmente evitado, não fosse a absoluta falta de gestão/coordenação nacional da crise sanitária. Número causado não apenas por um vírus, mas por decisões imprudentes, por interesses políticos e econômicos escusos, por uma desvalorização da vida. Números que indicam que a pandemia não foi apenas um evento viral.

No início da pandemia, o então presidente Bolsonaro foi contra as medidas de distanciamento social ampliadas defendidas pelos organismos internacionais de saúde e pela comunidade científica no mundo e no Brasil, tendo apostado na estratégia de imunidade natural de rebanho para lidar com o número crescente de infecções pelo SARS-Cov2. Nesse período, diversos especialistas e a OMS já alertavam que a imunidade de rebanho somente é viável quando se dá por meio da vacinação e que deixar o coronavírus circular livremente causaria milhares de mortes até que a pandemia fosse controlada. Isso porque os dados de letalidade do coronavírus indicavam que adotar essa estratégia implicaria a aceitação e o reconhecimento de que no mínimo 1% da população poderia morrer. Implicaria, ainda, aceitar a possibilidade de superlotação do sistema de saúde, já que teríamos um número altíssimo de internações hospitalares (Malinverni; Brigagão, 2020; Duarte; César, 2021; Ricard; Medeiros, 2020). Para Hannah, Hutta e Schemann (2020), a defesa dessa estratégia privilegia os interesses biopolíticos do capital em detrimento dos interesses biopolíticos da vida. Algumas afirmações do presidente brasileiro confirmam sua preferência pelo capital e pela economia. Por exemplo, quando ele afirmou, em publicação no Twitter, em março de 2020:

[...] Trinta e oito milhões de autônomos já foram atingidos. Se as empresas não produzirem não pagarão salários. Se a economia colapsar, os servidores também não receberão. Devemos abrir o comércio e tudo fazer para preservar a saúde dos idosos e portadores de comorbidades. (Paranhos, 2020, s.p.).

Essa e muitas outras falas do presidente ao longo da pandemia evidenciam seu desprezo pela parcela da população brasileira que vive em situação de pobreza e que não tem condições de isolar pessoas idosas e/ou com comorbidades. Bolsonaro desconsidera que muitas(os) vivem em barracos ou casas precárias, nas quais um único cômodo serve de dormitório para toda a família. Além disso, desconsidera que muitas pessoas idosas ou com problemas graves de saúde precisam de auxílio para realizar tarefas cotidianas, tornando o isolamento de suas(seus) cuidadoras(es) ainda mais inviável. Cuidadoras(es) que precisam sair para trabalhar, se expondo ao vírus e correndo o risco de levá-lo para casa.

As estratégias de Bolsonaro para lidar com a pandemia incluíram, também, o negacionismo científico, que resultou no desmantelamento do Ministério da Saúde;<sup>3</sup> na

---

<sup>2</sup> De acordo com boletim publicado pela Fiocruz em fevereiro de 2022, o Brasil era responsável por 11% do total de mortes por covid no mundo, sendo que a população brasileira corresponde a 2,7% da população mundial.

<sup>3</sup> Durante a pandemia da Covid-19, o Governo Federal desarticulou diversas ações consolidadas do Ministério da Saúde, como, por exemplo, retirou o protagonismo do Programa Nacional de Imunização - um programa reconhecido internacionalmente pela eficácia de suas ações de vacinação em todo país (Maciel *et al.*, 2022).

promoção de “tratamento precoce”,<sup>4</sup> mesmo contra todas as evidências científicas; na demora para comprar vacinas e na disseminação da desconfiança em relação aos imunizantes. Estratégias que resultaram em um volume gigantesco de mortes, comparável a um verdadeiro genocídio.

Os números que emergem com a pandemia indicam que a crise extrapola o âmbito sanitário. Eles “desnudem a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo, que se aliou, a partir de 2019, ao neofascismo no Brasil” (Boschetti; Behring, 2021, p. 68). A pandemia, portanto, não foi a causa, ela apenas agravou um processo que já vinha em curso de fortalecimento de políticas neoliberais e o consequente acirramento das desigualdades sociais. E que teve como um dos marcos históricos importantes o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que resultou na tomada do poder por políticos neoliberais, alinhados a discursos neofascistas e antidemocráticos. Desse modo, consideramos importante fazer referência, ainda que de forma breve e incompleta, ao contexto sociopolítico em que se gestou o golpe contra o Governo Dilma.

De acordo com Marcos Nobre (2020), as manifestações de junho de 2013 evidenciaram que havia uma insatisfação com o funcionamento do sistema político. Como não houve uma resposta do sistema, essa insatisfação e a energia social associada a ela transformaram-se em energia antissistema, por sua vez cooptada pela direita (ou melhor, pelas direitas, já que, naquele momento, havia uma multiplicidade de posições nesse espectro político). Em seguida, em 2014, teve início a operação Lava Jato, que contribuiu para aglutinar essas forças antissistema e contrárias aos partidos políticos, especialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), que estava no poder desde janeiro de 2003. Gradativamente, essas forças foram cooptadas também pela extrema-direita, possibilitando a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, como abordaremos mais adiante.

Ao discutir o golpe de abril de 2016, Jessé de Souza (2016) afirma que três atores tiveram papel fundamental nesse processo: a direita, a mídia e o aparato jurídico-policial (com a Lava Jato). Para ele, a partir das chamadas “jornadas de junho de 2013”, as forças políticas conservadoras passaram a se articular e a classe média conservadora –que nunca tinha aceitado as reformas sociais dos governos petistas– passou a ser retratada de forma heroica pela mídia. Essa narrativa midiática fez com que tal parcela da população se sentisse orgulhosa de si mesma e passasse a ocupar as ruas com bandeiras do Brasil, exaltando pautas conservadoras, em um movimento similar ao da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que nomeou uma série de manifestações públicas da classe média brasileira, entre 19 de março e 8 de junho de 1964. Para o autor, essas pautas, que supostamente estavam ancoradas no combate à corrupção, eram, na verdade, a expressão do ódio de classe e do medo irracional da perda de privilégios. Para ele, o acelerado processo de inclusão social que aconteceu entre 2003 e 2013 (em função de sucessivos aumentos do salário-mínimo acima da inflação) possibilitou aos pobres uma ampliação da sua capacidade de consumo e o acesso a bens e lugares antes reservados somente às classes médias. Eram frequentes, por exemplo, queixas contra as camadas de menor renda que passaram a viajar de avião ou os jovens das periferias que faziam “rolezinhos” nos *shoppings centers*.

---

<sup>4</sup> O tratamento precoce, ou “kit covid”, foi defendido por Bolsonaro e por secretarias de saúde de diversos municípios brasileiros. O kit consiste em um coquetel de medicamentos indicado para supostamente tratar e/ou prevenir a Covid-19. Entre os principais remédios indicados no “kit” estão a ivermectina, a cloroquina, a hidroxicloroquina e a azitromicina. Apesar de cientistas e especialistas terem demonstrado que esses medicamentos não eram eficazes contra a Covid-19 e que tinham efeitos nocivos para a saúde, o presidente persistiu recomendando seu uso (Santos-Pinto; Miranda; Osorio-de-Castro, 2021).

Apesar da insatisfação de parte da população com as pautas defendidas pelo PT, nas eleições de 2014, Dilma Roussef foi reeleita com 54,5 milhões de votos, vencendo o candidato da direita, Aécio Neves, que recebeu 51,041 milhões de votos (G1, 2014). O congresso eleito naquelas eleições foi considerado o mais conservador desde a redemocratização (Queiroz, 2018): ele era mais liberal no campo econômico, mais conservador no campo dos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente. Além disso, era pulverizado partidariamente e organizado em torno de pautas informais, como as defendidas pelas bancadas armamentista, ruralista e evangélica, conhecida como Bancada BBB (Bala, Boi e Bíblia).

Nesse cenário sociopolítico, nos dois primeiros anos de seu segundo mandato, Dilma enfrentou muitas adversidades, como o embate com o presidente do Congresso Nacional, Eduardo Cunha, que se tornara seu desafeto e uma conjuntura econômica difícil. A presidenta adotou posturas que desagradaram as forças progressistas, ficando, de certo modo, isolada no governo. Nesse cenário, o golpe se desenrolou em um clima de normalidade institucional. Em 2 de dezembro de 2015, o pedido de impeachment de Dilma foi acolhido por Cunha, e, em 7 de dezembro, o vice-presidente, um dos principais articuladores do golpe, divulgou uma carta na qual se desvinculava do governo. Em 17 de abril do mesmo ano, a Câmara dos Deputados autorizou o processo de impeachment da presidenta por 367 votos favoráveis e 137 contrários (G1, 2016).

Michel Temer assumiu a presidência da República de modo interino em 12 de maio de 2016 e definitivamente em 31 de agosto de 2016 (Christian, 2016), tendo governado o país até 1 de janeiro de 2019. Nesse curto período, assumiu uma agenda que ele chamou de “reformista”, cujo principal objetivo era implementar princípios econômicos neoliberais e desmantelar diversas políticas sociais. Mas essa agenda não terminou com o fim do Governo Temer. Pelo contrário, ela foi aprofundada na gestão Bolsonaro.

De acordo com Amélia Cohn, a implementação da agenda reformista neoliberal que se iniciou em 2016 não ocorreu de modo agressivo, mas caminhou, e se justificou por mecanismos de ajustes fiscais:

O traço maquiavélico que marca esse período de transição entre 2016 e o pesadelo que se inicia em 2019 para a área social é que o formato das políticas e programas sociais continuaram como tais, embora progressivamente desidratados e tendo pervertidos seu conteúdo social até então vigente. A racionalidade técnica passa a estar a serviço dos interesses econômicos da administração pública, e contra os interesses dos cidadãos, mas em nome da defesa destes. Acena-se, então, mais do que nunca, com as vantagens do mercado frente à irracionalidade e falta de capacidade de gestão do Estado; mercado este que, tal como nas origens de sua presença na área social, caracteriza-se por se constituir num mercado sem risco, porque tem no Estado a garantia da sua demanda. Asfixia-se a área social com o congelamento de recursos para seu financiamento, e promove-se o empreendedorismo individual como substituto do trabalho com estabilidade. (Cohn, 2020, p. 4).

A partir de 2019, com a posse de Bolsonaro, essa agenda passou a ser de destruição das políticas sociais. Desde os primeiros dias de mandato, o presidente deixou claro que seu projeto era de desmonte: entre outras ações, retirou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) da estrutura da Presidência da República e da lista de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)

(Avelino; Reis, 2019).<sup>5</sup> Pouco tempo depois, em um jantar com conservadores de direita nos Estados Unidos, ele afirmou a missão de “desconstruir muita coisa” no Brasil, fazendo referência aos projetos e obras que considerava projetos “comunistas”: “Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer... O que sempre sonhei foi libertar o Brasil da influência nefasta da esquerda.” (Marin, 2019, p. 7). Para Cohn, o método bolsonarista de destruição visa a excluir os pobres da agenda pública:

O objetivo é retornar aos anos 1950, e particularmente aos anos 1960. Mas numa situação agravada uma vez que está se tratando de romper qualquer forma de solidariedade social, mesmo aquela neoliberal de focalização das políticas sociais aos segmentos extremamente pobres da população. Não se trata mais de propostas de focalização versus universalização das políticas e dos programas sociais, mas de destruição de todo aparato social, começando por mudar o conteúdo social desses programas e políticas. Os pobres foram excluídos da agenda pública. (Cohn, 2020, p. 154).

Para consumo externo, embora tenha uma longa carreira como político profissional, contabilizando à época da eleição quase três décadas como parlamentar, Bolsonaro se elegeu exatamente porque sua narrativa canalizou todas as crises institucionais e a devastação social que o país viveu a partir de 2013, apresentando-se como o candidato antissistema (Nobre, 2020). Como presidente, manteve essa narrativa e adotou o caos como método de governo. Esse comportamento levou muitas pessoas a considerarem que ele não devia ser levado a sério, que era “louco”, que “não sabia o que fazia”. Fazia-se de “excêntrico” enquanto as políticas sociais eram desmontadas.

A assistência social é uma das políticas sociais que sofreram maior impacto das mudanças de percurso dos governos Temer e Bolsonaro. E, para entendermos esse processo, propomos uma breve digressão histórica – afinal, a história nos ajuda a entender o presente e a projetar o futuro. E, nessa digressão, enfocaremos as práticas e políticas desse campo.

## **A assistência social no Brasil: entre conquistas e retrocessos**

Desde o período colonial, o trato da pobreza no país foi marcado por um forte viés assistencialista, pelas ideias de caridade, benevolência, ajuda. Ideias essas fortemente influenciadas por nossa tradição cristã, sobretudo, católica. Afinal, tal como nos lembra Robert Castel (2013 [1995]), no catolicismo, a caridade representa a via por excelência da redenção. É uma espécie de moeda de troca, capaz de livrar a(o) cristã(o) do pecado. O trecho extraído da Vida de Santo Eloi, é ilustrativo: “Deus poderia ter feito ricos todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados” (Castel, 2013, p. 64).

---

<sup>5</sup> Criado em 1993, no Governo Itamar Franco, extinto na gestão seguinte (de Fernando Henrique Cardoso) e recriado, em 2003, no primeiro mandato de Lula, o Consea era um espaço de participação da sociedade civil voltado à formulação e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Além disso, a pobreza não era considerada um problema de Estado – a não ser quando envolvia casos de polícia. Ele assumia, na melhor das hipóteses, um papel de subsidiário, financiando, ou contribuindo para financiar, ações de assistência social executadas por entidades privadas e filantrópicas (Mestriner, 2011).

Outra marca bastante presente em nossa história é o primeiro-damismo – hábito de nomear as primeiras-damas dos municípios, estados e federação como responsáveis por cargos importantes de assistência social, tais como secretárias, embaixadoras, presidentes de associações etc. Essa prática surge na década de 1940, quando o então presidente Getúlio Vargas cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e nomeia a esposa, Darcy Vargas, sua presidente. Essa relação é logo formalizada, incluindo um artigo no estatuto da LBA que determinava que a presidência da instituição ficaria sempre a cargo da primeira-dama da nação (Mestriner, 2011; Sposati, 2004). Essa história ilustra bem o modo como a assistência social era compreendida: uma “coisa de mulher”, que dependia da bondade e da caridade alheia, não necessitava de formação profissional e serviria para melhorar a imagem dos esposos governantes.

O viés assistencialista, o primeiro-damismo e a filantropia seguiram caracterizando as práticas socioassistenciais brasileiras por décadas. Até que, no final dos anos 1970 e início dos 1980, vozes dissonantes começam a ganhar força. Esse período foi marcado por um importante processo de mobilização popular: a insatisfação com a situação econômica do país, os altos índices de inflação e a repressão política, o autoritarismo e a violência do governo militar fizeram com que entrassem em cena vários movimentos reivindicatórios de caráter nacional (Cruz; Guareschi, 2013). A repressão extrema fez, ainda, com que grupos de origens diferentes e posicionamentos políticos e ideológicos divergentes se unissem em uma luta comum. Nesse cenário, ganharam força os debates sobre os direitos humanos, benefícios urbanos e políticas sociais. Debates estes que sensibilizaram várias classes profissionais e estimularam o questionamento e a revisão de suas propostas de ação (Cordeiro, 2018; Mestriner, 2011).

O processo de redemocratização do Brasil foi marcado pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte e pela possibilidade de estabelecer outra ordem social. A *Constituição Federal de 1988*, resultante desse processo, representou um marco na história das políticas sociais do país. Chamada por Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã”, ela rompeu – ao menos no plano discursivo – com o caráter de urgência, clientelismo e caridade das políticas sociais (Cordeiro, 2018). Além disso, estabeleceu que o sistema de seguridade social brasileiro fosse assentado em um tripé formado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, bem como expandiu as políticas de garantia de renda.

Para além da categoria do trabalho formal, cuja proteção é tradicional na história da proteção social brasileira, outros segmentos de trabalhadores, com destaque aos rurais, foram incluídos, atendidos pelos dispositivos tradicionais da previdência social. Esse movimento foi acompanhado pelo alargamento da proteção aos inativos pobres, com um benefício assegurado pela assistência social. (Jaccoud, 2019, p. 166).

Para Aldaíza Sposati (2009, p. 14), essa mudança significou uma “ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação”. Fez, ainda, com que a ideia de assistência social como caridade, bem-estar e ajuda desse lugar às noções de direito, cidadania e política pública (Cordeiro; Sato, 2017; Cruz; Guareschi, 2013).

Partindo das diretrizes constitucionais, em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei no 8.742, 1993) e, em 1996, começou a ser concedido o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício de transferência de renda, no valor de um salário-mínimo mensal, destinado a pessoas com deficiência ou idosas desprovidas de meios para garantir a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Lei nº 8.742/1993). Para Luciana Jaccoud (2019), o BPC representa uma das mais importantes inovações da política social nas últimas décadas. Além de não depender de contribuição prévia por parte da(o) beneficiária(o) e de ser o primeiro mínimo social garantido constitucionalmente no país, o benefício atendeu um público majoritariamente excluído de mecanismos públicos de garantia de renda. Em função da expressiva cobertura ofertada pela previdência rural às(aos) idosas(os) no campo, o BPC se converteu em um benefício essencialmente urbano, “garantindo proteção social a grupos sem trajetória laboral passada, ou cuja trajetória foi marcada pela precariedade e pelos baixos rendimentos” (Jaccoud, 2019, p. 173). O BPC trouxe, portanto, “novas perspectivas de bem-estar a uma parcela da população exposta a graves condições de risco e vulnerabilidade, materializadas pela superposição entre a presença de uma deficiência severa ou da idade avançada e da extrema pobreza” (Jaccoud, 2019, p. 173).<sup>6</sup>

Outro importante avanço nessa trajetória foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), em 2004. Ela reafirmou o caráter protetivo da assistência social –já previsto na Constituição– e colocou o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários como uma das principais estratégias para evitar ou reduzir riscos pessoais e sociais. A família passou, assim, a ser o foco de atenção, enquanto o território tornou-se a base de organização das ações e serviços socioassistenciais (Romagnoli, 2014). Além disso, a PNAS criou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), transformando as diretrizes abstratas da legislação em ações concretas de combate à pobreza e outras formas de vulnerabilidade e risco social.

O SUAS não é um programa, mas uma forma de gestão da assistência social como política pública (Sposati, 2006). É um mecanismo de proteção social não contributivo, de responsabilidade dos três entes federativos que compõem o poder público brasileiro (governos municipais, estaduais e federal) (PNAS/2004). Como o próprio nome indica, ele é um sistema único, ou seja, suas diretrizes e princípios norteiam as ações socioassistenciais em todo o território nacional – o que “implica a determinação de oferta contínua e sistemática de uma rede constituída e integrada, com padrões de atendimento qualificados e pactuados, com planejamento, financiamento e avaliação.” (Couto, 2009, p. 209).

Cabe mencionar que a demora para aprovar a PNAS e implementar o SUAS –foram mais de 16 anos entre a promulgação da Constituição e a efetivação de suas diretrizes em uma política pública– é justificada pelo direcionamento político dos governos democráticos na década de 1990 e início dos anos 2000. Tivemos, nesse período, a reforma gerencial do Estado e o fortalecimento do neoliberalismo em nosso país. De acordo com Carlos Montaña,

[...] se a década de 1980 marcou, nos países centrais, um avanço da hegemonia neoliberal mais radical, e no decênio seguinte consolida-se a chamada “terceira via”, considerada

---

<sup>6</sup> Com a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), houve um aumento significativo no acesso ao BPC - em 1996, foram concedidos 346.219 BPCs, e, em 2013, esse número era mais de 11 vezes maior (chegando a 3.964.192). Em 2012, foram investidos R\$ 28,4 bilhões para a manutenção de 3,7 milhões de benefícios, o que representa 85% da dotação alocada no Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS naquele ano, 1,3% do Orçamento Geral da União e 0,6% do PIB brasileiro de 2012 (Costa, 2019).

mais light, no Brasil, dadas as suas particularidades históricas, o processo é significativamente contrário: enquanto a década de 80 é marcada por um “pacto social” entre os diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos sociais e classistas (que levou à Constituição de 88), os anos 90 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal. (Montaño, 2010, p. 35-36).

E neoliberalismo não é compatível com políticas que visam à diminuição das desigualdades sociais. Afinal, “a pobreza não é um dado natural com o qual se deparam os governos neoliberais; ela é produzida pela própria política econômica neoliberal, que reduz o emprego e os salários e reconcentra a renda” (Boito Jr., 1999, p. 77).

Seguindo essa direção, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) substituiu a ideia de assistência social como um dever do Estado e direito das(os) cidadãs(ões) por uma “nova relação solidária”, regida pelo princípio da subsidiariedade (Sposati, 2004). O principal programa de assistência social de seu governo –chamado de “Comunidade Solidária”– legitimou a primazia do terceiro setor em detrimento da centralidade do Estado (Silveira, 2017). Além disso, como o próprio nome sugere, reforçou o caráter de solidariedade do programa, substituindo a linguagem da garantia de direitos por um discurso pautado na benevolência e no assistencialismo. Os avanços da Constituição Federal e da Loas pareciam ainda não ter saído do papel. Sob a justificativa de necessidade de ajuste fiscal e redução do déficit de caixa da previdência, a responsabilidade pela proteção às camadas mais pauperizadas da população seguiu sendo transferida ao setor privado (Mestriner, 2011, p. 21-22).

Neste final de século XX, travestido de Estado mínimo pelo neoliberalismo, reforça sua posição de recuo, desobrigando-se do seu “dever social de Estado”, entendendo tal dever mais do que nunca como obrigação do cidadão, da família, da comunidade e da sociedade. responsabiliza-se somente por situações extremas, num alto grau de seletividade direcionada aos mais pobres, isto é, aos indigentes, por intermédio de uma ação humanitária coletiva, e não como uma política dirigida à igualdade. Princípios como justiça social, ética social e solidariedade são então recolocados no apoio a esta transferência, sem, no entanto, estarem relacionados intrinsecamente à configuração de direitos sociais.

Na contramão desse processo, um candidato progressista venceu as eleições presidenciais de 2002 com a promessa de erradicar a fome no país. Em janeiro do ano seguinte, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República. Para Moisés Balestro e Cristiano Monteiro (2019), no entanto, a eleição de Lula (bem como de outros líderes progressistas latino-americanos no início dos anos 2000) não representou uma ruptura radical com as políticas neoliberais. Afinal, no período conhecido como “onda rosa”, o avanço das políticas sociais foi combinado, de forma ambivalente, com o combate à pobreza e às desigualdades, sem a transformação das estruturas econômicas do capitalismo na América Latina.

De todo modo, foi durante o Governo Lula que a PNAS foi aprovada e o SUAS implementado. Assim como foi implementada uma série de benefícios e programas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família (BF).<sup>7</sup> Como consequência, tivemos uma redução importante nos índices de pobreza e desigualdade social (Souza; Osório; Soares, 2018).

---

<sup>7</sup> O Bolsa Família foi criado em 2003, e consistia em um programa de transferência condicionada de renda para famílias em condição de pobreza e pobreza extrema. Diferentemente do BPC, ele não estava previsto na Loas ou na Constituição Federal e possuía um público mais abrangente (Costa, 2019).

O decênio entre os anos 2003 e 2014 testemunhou a maior redução histórica da pobreza absoluta em quase quatro décadas no Brasil, desde 1976. A queda de dezoito pontos percentuais fez a população pobre recuar para um décimo da população total. [...] A pobreza relativa, indicador que, para além de insuficiências materiais, expressa iniquidades e permite comparações internacionais, também se reduziu perceptivelmente. Após a estabilidade na década de 1990, a pobreza relativa diminuiu consistentemente entre 2004 e 2014 (de 26% para 22% da população...), estreitando a brecha entre o Brasil e as economias avançadas. [...] A convergência observada entre o Brasil e os países desenvolvidos decorreu não apenas de movimentos globais que favoreceram o crescimento da renda nos países periféricos, mas também de políticas redistributivas aqui adotadas. Se compararmos os períodos de redução da pobreza no Brasil após meados dos anos 1960, a década em análise se destaca como a única em que a queda da pobreza se associou à redução consistente das desigualdades – não tendo resultado exclusivamente do crescimento. (Kerstenetzky, 2019, p. 50-51).

Mas, conforme exposto anteriormente, o chamado “desmonte” das políticas sociais no país, como não poderia deixar de ser, vem tendo implicações importantes nos índices de pobreza e desigualdades sociais. Vivemos um momento de retrocessos. Um momento que ameaça as conquistas sociais que, a duras penas, tivemos nas últimas duas décadas.

A Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016, aprovada durante o Governo Temer, representou um duro golpe para o sistema de seguridade social, incluindo a assistência social. Denunciada pelos movimentos reivindicatórios, quando proposta, como “PEC do Fim do Mundo”, ela determinou que o crescimento anual das despesas não deveria ultrapassar a inflação do ano anterior –o que, na prática, representa um congelamento das despesas primárias do governo federal por pelo menos dez anos. Ou seja, a medida determinou que as despesas deveriam ser mantidas nos patamares de 2016, independentemente de alterações demográficas e/ou socioeconômicas (Paiva *et al.*, 2016), como crises econômicas, aumento da população etc.

A fim de reduzir gastos com programas de transferência de renda, as regras de controle das(os) beneficiárias(os) do BPC e Bolsa Família foram enrijecidas, “numa lógica punitiva e controladora da população beneficiária.” (Costa, 2019, p. 272). O que deveria ser proteção converteu-se em fiscalização.

No caso do BPC, por exemplo, o Decreto no 8.805/2016 determinou que a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) passasse a ser requisito obrigatório para a concessão do benefício, além do CPF de todos os membros da família. Com isso foi desencadeada uma ação de revisão dos benefícios e avaliação das condições das(os) beneficiárias(os), viabilizada pelo Decreto no 9.462/2018.

O Governo Bolsonaro não apenas manteve essa política de controle repressivo sobre as(os) beneficiárias(os) do BPC como a aprofundou. Entre outras coisas, por meio da Medida Provisória no 871, de 18 de janeiro de 2019,<sup>8</sup> instituiu uma premiação para técnicas/os que identificassem irregularidades na concessão do benefício (Costa, 2019). Além disso, a Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2019, enviada pelo chefe do Executivo ao Congresso Nacional, materializou essa política de desmonte ao prever o corte de 57,39% do valor destinado ao BPC para pessoa idosas e 44% no caso de pessoas com deficiência, bem como o corte de 49,48% nos recursos para os serviços socioassistenciais do SUAS. Tal proposta

---

<sup>8</sup> Posteriormente, convertida na Lei nº 13.846/2019.



desconsiderava que um corte de quase 50% inviabilizaria o SUAS e geraria “prejuízo na atenção à população em situação de vulnerabilidade social.” (Costa, 2019, p. 279).

O direcionamento político dos governos de Temer e Bolsonaro também impactou sobremaneira o Programa Bolsa Família. Primeiramente, cancelando benefícios ou dificultando a inclusão de famílias que apresentassem qualquer inconsistência de dados no cadastramento. E depois, em 2021, revogando o BF, por meio da Medida Provisória nº. 1.061/2021, que instituiu um novo programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de vulnerabilidade, o Programa Auxílio Brasil. Tal medida do governo Bolsonaro não chegou sem gerar controvérsias. A nota pública do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2021) sintetiza algumas das críticas que ela recebeu. Entre outras coisas, tal nota aponta que:

- a. o Auxílio Brasil foi apresentado como um programa de governo e não como uma política de Estado, o que reforçaria uma “possível natureza clientelista e eleitoreira de um programa de transferência de renda” (CFESS, 2021, s.p.);
- b. o processo de elaboração e apresentação do programa não contou com a participação daqueles que constroem cotidianamente a política de assistência social, o que reforçaria o caráter autoritário e a falta de diálogo do governo federal;
- c. o Auxílio Brasil cria uma falsa expectativa de “ampliação da inclusão social”, na medida em que omite que as medidas de ajuste fiscal e de congelamento de recursos, impostas pela EC no 95/2016, impedem a ampliação de programas socioassistenciais;
- d. o texto que apresenta o Auxílio Brasil propõe um tipo de “bônus” para beneficiárias/os que conseguirem um emprego, o que reforçaria “uma visão conservadora e preconceituosa de que programas de transferência de renda estimulam o ócio” (CFESS, 2021, s.p.). Reforçaria, ainda, a ideia de que “é responsabilidade individual do sujeito a condição de pobreza ou de buscar postos de trabalho, isentando o Estado de criar políticas de proteção social e de geração de trabalho, emprego e renda” (CFESS, 2021, s.p.);
- e. o texto fala em incentivo ao microcrédito e ao empreendedorismo, desconsiderando o contexto de desemprego recorde no país, a precarização das condições de trabalho e a destruição dos direitos trabalhistas;
- f. a falta de transparência e diálogo na apresentação do novo programa, bem como a indefinição sobre sua implementação, gerou insegurança nas/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família, que sabiam que o auxílio que recebiam seria revogado mas não tinham certeza se haveria migração automática para o novo Programa.

Para Camila Marques e colaboradoras (2019, p. 7), os vários retrocessos que temos visto nas políticas sociais públicas, em especial nas de saúde e a assistência social, indicam

[...] um movimento que dialoga com os princípios da necropolítica, desmontando estratégias que pensávamos asseguradas no e pelo Estado de Direito. Essa política de morte, que recrudescer no período mencionado, traduz-se em um desinvestimento violento nas condições para viver, o que acelera e intensifica as distintas formas de desigualdades sociais. (2019, p. 7).

E tal processo de desmonte não envolve apenas o desinvestimento financeiro ou o fim do maior programa condicionado de transferência de renda do mundo, mas também o desrespeito a alguns dos princípios fundamentais que orientam a política de assistência social,

como a participação e o controle social. Temos visto tentativas constantes de cercear a importância de tais espaços e instâncias. O Programa Criança Feliz, por exemplo, carro-chefe do Governo Temer nessa área, foi implementado desrespeitando as decisões de vários conselhos municipais de assistência social. Mais recentemente, já no Governo Bolsonaro, foi aprovado um decreto que pôs fim a uma série de conselhos da sociedade civil (Decreto no 9.759/2019).

Nos últimos anos, tivemos também a volta do primeiro-damismo em nível federal. Ele nunca deixou totalmente de existir, mas desde então foi assumido sem rubor por presidentes, eleitos ou não. Vale lembrar que, em 2016, Marcela Temer, esposa do então presidente da República, se tornou “embaixadora voluntária” do Programa Criança Feliz. Ao justificar sua escolha, na ocasião, Temer disse que Marcela “é mãe, advogada e gosta muito de ajudar os outros”. Mas em que medida essas qualidades a capacitam para gerir um programa de assistência social? A população usuária do SUAS precisa de ajuda ou de garantia de direitos? Na cerimônia de lançamento do programa, o ex-presidente afirmou que: “Marcela um dia vai convidar as senhoras primeiras-damas e as senhoras prefeitas municipais, para estarem todas aqui em Brasília, para que não fique apenas como um programa da União, mas que seja como um programa da Federação” (Temer, 2016). Curioso que apenas mulheres, primeiras-damas e prefeitas, seriam convidadas para pensar e implementar assistência social.

Além disso, no mesmo governo, foi lançado outro projeto bastante controverso: o “Futuro na mão: dando um jeito na vida financeira”, um projeto de educação financeira voltado para famílias de baixa renda. De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2018): “Na primeira oficina, são entregues os ‘Cofrinhos da Família’, três cofrinhos de papel destinados a armazenar o dinheiro para despesas do dia a dia, emergências e os sonhos e projetos da família.” Será que o que falta é um cofrinho de papel para realizar os sonhos e projetos das famílias brasileiras? Que concepção de Estado está presente nesse projeto? O que ele entende por assistência social? Até o título é incômodo: ele dá a entender que o futuro está nas suas mãos, que seu sucesso (ou seu fracasso) depende de você; você é que deve saber poupar e gastar com responsabilidade o dinheiro que ganha. Mas que dinheiro? Será que as famílias que participam das oficinas do programa têm algo para poupar? Será que a situação de pobreza que enfrentam é culpa delas? Qual o papel do Estado nisso tudo? Não era ele que deveria oferecer proteção social?

### **No meio do caminho, uma pandemia**

No lastro dessa destruição intensa das políticas de proteção social, em 2020, emergiu a crise sanitária provocada pela Covid-19. Em trabalho publicado em 2021, André Roncaglia de Carvalho e colaboradoras destacaram a fragilidade da economia brasileira naquele momento: baixo crescimento econômico (taxa média de 1% ao ano a partir de 2019), altas taxas de desemprego (13,9%, em 2020), contas públicas fragilizadas e famílias endividadadas. Nesse contexto, o necessário distanciamento social exigido para evitar o espalhamento do vírus levou micro e pequenas empresas a dificuldades “em seus fluxos de caixa, os funcionários foram obrigados a parar suas atividades, muitas vezes com queda nos salários e rendas” (Carvalho *et al.*, 2021, p. 2).

Assim, a vulnerabilidade socioeconômica das famílias brasileiras, que já era visível àquela altura, aumentou inquestionavelmente à medida que a pandemia avançava, revelando ao país e ao mundo aquilo que o governo bolsonarista

[...] insistia em ocultar: o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas pelos sucessivos ajustes fiscais deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante da devastação do acelerado processo de contágio. As tímidas, reticentes e retardatárias medidas federais seguiram a mesma política ultraneoliberal já em curso: poucos recursos para a saúde e para o auxílio emergencial e trilhões para bancos e empresários, conforme aprovado no chamado “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020), que instituiu o “regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia. (Boschetti; Behring, 2021, p. 76-77).

Entre as medidas previstas pelo “orçamento de guerra” esteve o Auxílio Emergencial para trabalhadoras(es) sem rendimento. Relutante no início, o Governo Bolsonaro aceitou pagar apenas R\$ 200,00, valor que o Congresso Nacional aumentou para R\$ 600,00. Além disso, aprovou a possibilidade de alteração dos contratos de trabalho com redução salarial e a facilidade para empregadoras/es interromperem a contratação. Em agosto de 2020, o número de trabalhadoras/es que haviam solicitado o auxílio (108 milhões) era infinitamente maior do que o daquelas/que solicitaram seguro-desemprego (4,2 milhões). Ainda, no que diz respeito especificamente ao Auxílio Brasil, dados da PNAD Covid-19 para os meses de maio e junho de 2020 mostravam que 72% das famílias extremamente pobres, 79% das famílias pobres e 32% das famílias não pobres – pobreza e extrema pobreza segundo critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família e renda efetiva do trabalho – tinham algum membro beneficiário do Auxílio Emergencial (Carvalho *et al.*, 2021). Esses números evidenciam a importância das fontes de renda do não trabalho para o orçamento familiar, como os benefícios de programas de transferência de renda (BF e BPC) e outros programas sociais do governo, bem como das aposentadorias e pensões e dos rendimentos de seguro-desemprego, por exemplo, sobretudo em um cenário de crises sobrepostas, no caso da Covid, sanitária e econômica. No caso do Auxílio Emergencial, ele possivelmente foi responsável pela manutenção mínima do bem-estar “de um grande número de famílias no Brasil, em especial daquelas que já vivenciavam algum grau de privação e que poderiam passar a uma situação de miséria e insegurança alimentar ainda mais extrema” (Carvalho *et al.*, 2021, p. 2).

Para os autores, a crise sanitária evidenciou a perversidade da pobreza em um país socialmente injusto, notadamente das populações minorizadas, como indígenas e negros – no Brasil, 75% das pessoas que vivem em extrema pobreza se autodeclararam como pretos ou pardos, trabalhando em empregos instáveis, para as quais o apoio econômico para manter o distanciamento social era imprescindível:

As medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) são: isolamento social, uso de máscaras e higienização das mãos. Como higienizar as mãos em locais onde não há água potável nem saneamento básico? Como fazer isolamento social nas moradias em que vivem três ou quatro famílias, com 10 a 12 pessoas coabitando um espaço de 50m<sup>2</sup>? [...] no caso brasileiro, a crise sanitária apenas sublinhou aquilo que já era fato concreto no país. (Carvalho *et al.*, 2021, p. 3-4).

## Considerações finais

Os avanços e retrocessos que a assistência social experienciou nas últimas décadas nos dão indícios da não linearidade da história. Ou seja, nos dão indícios de que não se trata de uma política pública que evolui de forma contínua e linear ao longo do tempo, mas de versões de políticas públicas distintas que entram em conflito (Spink, 2018).

No contexto de avanços, destacam-se políticas de proteção social que rejeitaram o assistencialismo que marcou a história desse campo no Brasil. A ação dos movimentos pelos direitos sociais, no escopo das lutas pela redemocratização do país, viabilizou a inserção da seguridade social no ordenamento constitucional do país, promulgado em 1988, e a criação, ao longo dos anos e décadas seguintes, dos marcos regulatórios da assistência social. Com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão da direita e extrema-direita ao poder, com os governos Temer e Bolsonaro, o Estado brasileiro passou a se orientar pela lógica neoliberal. Como discutimos ao longo do texto, esse projeto neoliberal ganha força no governo Temer, marcado por uma pauta reformista que busca esvaziar o investimento estatal com a justificativa de ajuste fiscal. Ao assumir, Bolsonaro radicaliza essa opção, investindo em processos de destruição das políticas sociais em diversas áreas, o que amplia as desigualdades e a pobreza.

Nesse lastro, a pandemia da Covid-19 associa-se à crise econômica, mostrando que o Estado era mais necessário que nunca para garantir as condições de vida da população brasileira. Mas o governo bolsonarista, em seu intransigente neoliberalismo, institucionalizou a lógica mercadológica do individualismo, reafirmando a noção capitalista de que cada pessoa deve ser responsável por si, e somente tomou medidas de proteção da população mais vulnerável quando muito pressionado pela sociedade.

Na assistência social, o impacto desses dois governos foi avassalador, já que ambos ignoraram vários aspectos da PNAS, diminuíram o investimento público no SUAS<sup>9</sup> e trataram ações como o Auxílio Brasil não como política de Estado que busca garantir direitos e a cidadania, mas sim como política de governo, ou melhor de um governante que numa relação clientelista estaria concedendo benesses à população.

Assim, a retomada do clientelismo, do primeiro-damismo e do caráter focalizado das políticas sociais demonstra que é fundamental reconhecer os resquícios do passado no presente para que possamos nos engajar em uma reflexão crítica acerca do que os últimos governantes do Brasil fizeram e do que nós podemos fazer para evitar esses retrocessos e retomar ações pautadas na PNAS e na busca pela superação das desigualdades sociais. Afinal,

---

<sup>9</sup> Durante a pandemia de Covid-19, houve um aumento significativo no orçamento total da Assistência Social: em 2019, era de R\$ 95,2 bilhões e, em 2020, chegou a aproximadamente R\$ 423,6 bilhões. No entanto, esse aumento se deu, sobretudo, em função do auxílio emergencial. Para Boschetti e Behring (2021), “Fica evidente que os recursos do auxílio emergencial drenam recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, especialmente dos investimentos nos serviços socioassistenciais, que tiveram agressiva redução de 38,6% entre 2012 e 2018, com a participação no FNAS caindo de 5,6%, em 2012, para 2,8%, em 2019, o que se agravará em 2020. Também vem ocorrendo perda gigantesca de recursos dos programas, projetos e ações da gestão do Suas, com redução de 15,5% entre 2012 e 2018 e diminuição de sua participação no FNAS de 0,8%, em 2013, para 0,4%, em 2018. Os dados disponíveis no Siga Brasil revelam que os recursos para o Suas (exceto BPC e RMV) em 2019 haviam sofrido redução de 2% em relação a 2018. E a proposta de Lei Orçamentária para 2020 previa somente R\$ 1,344 bilhão para o Suas (exceto BPC), o que significa uma queda de 31% em relação ao valor gasto em 2019, ou seja, trata-se de uma política de cobertor curto, que tira dos serviços e direitos para a “transferência de renda”, em proporções muito maiores do que já vinha ocorrendo.” (p. 80-81).

tal como nos lembra Florestan Fernandes (2005, p. 202), “como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se apresenta na cena histórica e cobra seu preço.” O passado recente parece já estar cobrando seu preço. E ele é alto, principalmente, para aqueles que têm menos condições de pagar.

## Referências

AVELINO, D.; REIS, V. **Extinção do Consea**, 2019. [S. l.: s. n.], Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea>.

BALESTRO, M.; MONTERO, C. F. A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 42-52, 2019. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26637>

BRASIL. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19) no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

BRASIL. **Informe Nº 608, de 22 de maio de 2018**: Governo federal lança iniciativa de educação financeira voltado às beneficiárias do Bolsa Família. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_bolsa\\_familia/2018/maio/22052018\\_boletim\\_BFInforma.html](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2018/maio/22052018_boletim_BFInforma.html).

BOITO JR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOSCHETTI, I. B.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66-83, 2021. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>

CARVALHO, R. C.; SOUZA, L. R.; GONÇALVES, S. R.; ALMEIDA, E. R. F. Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 9, p. 1-5, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00071721>

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [1995].

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Nota pública do CFESS sobre o anúncio do 'Auxílio Brasil', programa de transferência de renda do governo federal**. [S. l.]: Cefess, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1833>.

CHRISTIAN, C. **Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff, 31 de agosto, 2016**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-de-dilma-rousseff>.

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Nova**, n. 109, p. 129-160, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-129160/109>

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

CORDEIRO, M. P. “O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução”. In: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; VILELA E SOUZA, L. (org.). **Psicologia na assistência social**: um campo de saberes e práticas. São Paulo: IPUSP, 2018. p. 63-80.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado”. **Estudos de Psicologia**, v. 34, n. 1, p. 41-52, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>

COSTA, L. C. “A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro”. *In: LEITE, A. Z. et al. Brasil: incertezas e submissão?*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 271-292. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf>.

COUTO, B. “O Sistema Único de Assistência Social – Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública”. *In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (org.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 41-55.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. ‘A construção da assistência social como política pública: interrogações à psicologia’. *In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (org.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 13-40.

DECRETO nº. 8.805, de 7 de julho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8805.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8805.htm).

DECRETO nº. 9.462, de 8 de agosto de 2018. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9462-8-agosto-2018-787053-publicacaooriginal-156133-pe.html>.

DECRETO nº. 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm).

DUARTE, A. M.; CÉSAR, M. R. A. Denial of politics and denialism as a policy: pandemic and democracy. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 4, e109146, 2021. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>

DUQUE, D. Levantamento do FGV IBRE aponta desigualdade recorde na renda do trabalho **Blog do IBRE**, 21 maio 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/levantamento-do-fgv-ibre-aponta-desigualdade-recorde-na-renda-do-trabalho>.

ESTADÃO CONTEÚDO. Brasil reduz a pobreza extrema em 75%, diz FAO. **UOL**, 16 set. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/09/16/brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-diz-fao.htm>.

EXTRA. Primeira morte por coronavírus no país: a diarista deixou um filho com atraso no desenvolvimento e epilepsia. **Extra**, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/coronavirus/primeira-morte-por-coronavirus-no-pais-diarista-rosana-deixou-um-filho-com-atraso-de-desenvolvimento-epilepsia-24575927.html>.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

G1. Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. **G1**, 17 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>.

G1. Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno. **G1**, 27 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>.

GODINHO, I. C. “Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas sociais”. *In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS*, 1., 2011, Brasília, DF. **Anais do [...]**. Brasília, DF: IPEA, 2011. p.1-10.

HANNAH, M. G.; HUTTA, J. S.; SCHEMANN, C. Thinking through Covid-19 responses with Foucault – an initial overview. **Antipode Online**, 5th May 2020. Disponível em: <https://antipodeonline.org/2020/05/05/thinking-through-Covid-19-responses-with-foucault/>.

JACCOUD, L. “Trabalho, pobreza e desigualdade: a garantia de renda no sistema de proteção social”. *In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (org.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT***. São Paulo: Unesp, 2019. p. 165-190.

KERSTENETZKY, C. L. “Redistribuição no Brasil no século XXI”. *In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (org.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT***. São Paulo: Unesp, 2019. p. 49-75.

LEI n.º. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm).

LEI n.º. 10.741, de 1 de outubro de 2003 (2003, 1 de outubro). Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm).

LEI n.º. 13.846, de 18 de junho de 2019. (2019, 18 de junho). Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei n.º 11.720, de 20 de junho de 2008. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/L13846.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/L13846.htm).

MACIEL, E. *et al.* A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 03, p. 951-956, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-8123202273.21822021>

MALINVERNI, C.; BRIGAGÃO, J. I. M. Covid-19: scientific arguments, denialism, eugenics, and the construction of the antisocial distancing discourse in Brazil. **Frontiers in Communication**, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomm.2020.582963>.

MARIN, D. C. ‘Temos de desconstruir muita coisa’, diz Bolsonaro a americanos de direita. **Veja**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>.

MARQUES, C.VF.; GONÇALVES, H. S.; ROBERTO, N. L. B.; BERNARDES, A. G. O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. esp. 2, p.6-19, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225552>

MEDIDA Provisória n.º. 871, de 18 de janeiro de 2019. (2019, 18 de janeiro). Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidades, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras

providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm).

MEDIDA Provisória nº. 1.061, de 9 de agosto de 2021. (2021, 9 de agosto). Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NERI, M. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza\\_Marcelo\\_Neri\\_FGV\\_Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf).

NOBRE, M. **Ponto final**. São Paulo: Todavia, 2020.

PARANHOS, T. Bolsonaro volta a pedir abertura do comércio após pronunciamento. **Metrópolis**, mar. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-volta-a-pedir-abertura-do-comercio-apos-pronunciamento>.

OXFAM Brasil. **Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos, 16 de janeiro, 2022**. [S. l.]: Oxfam, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/>.

PAIVA, A. B.; MESQUITA, A. C. S.; JACCOUD, L.; PASSOS, L. **Nota técnica: o novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7267/1/NT\\_n27\\_Disoc.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7267/1/NT_n27_Disoc.pdf).

PNAS. Política Nacional de Assistência Social. **PNAS/2004 e norma operacional básica: NOB/SUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf).

QUEIROZ, A. A. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Diplomatique Brasil**, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>.

REDE BRASILEIRA de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Brasília, DF: [s. n.], 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf).

RICARD, J.; MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: Covid-19 and Bolsonaro in Brazil. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**, n. 17, 2020. <https://doi.org/10.37016/mr-2020-013>

ROMAGNOLI, R. C. “Acerca da noção de território no SUAS: a proposta esquizoanalítica”. In: ROMAGNOLI, R. C.; MOREIRA, M. I. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre a psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2014. p. 121-138.

SANTOS-PINTO, C. D. B.; MIRANDA, E. S.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, e00348020, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00348020>



SILVEIRA, J. I. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 487-506, 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.120>

SOUZA, J. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. “Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos”. In: SILVA, T. F. (org.) **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília, DF: ENAP, 2018. p. 155-190. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3647>.

SPINK, P. “Psicologia e políticas públicas”. In: CORDEIRO, M. P.; SVARTAN, B.; SOUZA, L. V. (org.). **Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: IPUSP, 2018. p. 13-31. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/212/191/890>.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. “Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 13-56.

SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 26, n. 87, p.96-122, 2006.

TEMER, M. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de lançamento do Programa Criança Feliz, 5 out. 2016**. Brasília, DF: [s. n.], 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-crianca-feliz>.

UOL. Número de brasileiros em lista de bilionários da Forbes sobe de 42 para 58. **UOL**, 5 mar. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/05/bilionarios-forbes-brasil-brasileiros.htm>.

# Habitar as fronteiras da cidade: governos das margens no Rio de Janeiro

Edson Miagusko

## Nota preliminar: o bolsonarismo chegou antes nas margens

A comunicação que dá origem a esse artigo foi escrita em junho de 2019. O objetivo do texto era indicar como no caso concreto de regiões periféricas e populares do Rio de Janeiro, como a Baixada Fluminense e a Zona Oeste da capital, emergiam há algum tempo novos modos de governo das margens no sentido foucaultiano. Naquele momento, o texto procurava, em caráter exploratório, nomear esses modos de governo e suas características.

2019 coincidia com o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. O seminário aconteceu em meio a esse cenário, marcado desde o início por sucessivas crises políticas e institucionais, próprias desse modo de governar, de construir e retroalimentar a própria crise, gerindo a desordem como forma de construção de uma nova ordem. Recuperar esse cenário a partir do momento atual é relevante para mostrar como algo que surpreendia e não era tão compreendido naquele momento, pelo menos a partir de uma leitura institucional, já funcionava de modo orgânico a partir das margens.

Apesar de não se configurar como “bolsonarismo”, o fenômeno social que sustentava a política de Bolsonaro não era passageiro ou um protesto contra o sistema apenas, mas orgânico e capaz de governar no plano estatal, algo a se manifestar em outros modos de governo. Em diferentes modos de governo nas margens já predominavam há anos traços e características que projetaram o bolsonarismo numa conjuntura de crise política aguda, ao menos se colocarmos em tela o caso do Rio de Janeiro. Apesar da dificuldade de expressar esse movimento naquele momento, o bolsonarismo veio para ficar bem antes dos resultados da vitória parlamentar dos candidatos apoiados pelo presidente na atual eleição de 2022: um bolsonarismo raiz bem-sucedido em contraponto a outras frações da direita conservadora.

A eleição de Bolsonaro havia sido compreendida por muitos como resultante de uma onda conservadora em protesto ao ciclo de governos anteriores capitaneados pelo lulismo, que entrava em crise desde as manifestações de junho de 2013 até o golpe parlamentar que acarretou o impeachment de Dilma Rousseff.

No primeiro semestre em que o governo Bolsonaro tomou posse e que coincidiu com a realização do seminário que dá origem a este texto, sucediam-se inúmeras crises políticas e institucionais provocadas pelo *modus operandi* do presidente da República. Três áreas em particular atraíam a atenção da coalizão de extrema-direita capitaneada por Bolsonaro com

forte tentativa de intervenção, corte de recursos e prioridade na “guerra cultural” presente desde antes e durante a campanha de 2018: a educação, as relações exteriores e os direitos humanos. Essas áreas foram entregues a ministros alinhados com a denominada ala ideológica do governo, posteriormente nomeada como Olavista, em alusão a Olavo de Carvalho, um obscuro intelectual de extrema-direita que vivia há anos nos Estados Unidos. O próprio presidente e seus filhos tinham fortes relações com essa ala que no início do governo detinha relativa proeminência nas iniciativas do governo, mesmo que durante o decorrer do mandato perdesse força.<sup>1</sup>

Por outro lado, as relações com a Câmara dos Deputados, a despeito da eleição de uma bancada majoritariamente conservadora e com disposição de sustentação do governo eleito, estavam cada vez mais estremecidas na disputa entre o presidente e sua base de apoiadores com o presidente da Câmara Rodrigo Maia. A despeito da proximidade com algumas das pautas econômicas ultraliberais, como a Reforma da Previdência, aprovada no final do ano, Maia não era bem-visto por Bolsonaro, o que levou a um grau de tensão crescente com o Câmara dos Deputados.

No caso do cenário do Rio de Janeiro, evidenciavam-se dois elementos fundamentais: uma crise fiscal que atingia o estado, anteriormente palco de grandes investimentos em infraestrutura, e sua decorrente crise social, cujos elementos explorados era o problema da segurança pública. O aguçamento dessa crise ou ao menos sua fabricação como crise na opinião pública levou o governo Temer à intervenção federal no estado, na figura do General Walter Braga Netto, comandante do Comando Militar do Leste (CML) a assumir o controle da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, em menos de cem dias de intervenção, ocorreu o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, ao que tudo indica, por milicianos –o crime ainda continua sem apuração dos mandantes, tendo sido identificados apenas daqueles que a executaram.

Deste modo, uma crise institucional e política permanente se tornavam visíveis. Esse período coincidiu com a maior manifestação de rua de protesto contra o governo no primeiro ano, tendo como tema a educação pública, contra os cortes realizados na área e nas Universidades, que capitaneou descontentamento e a reação contrária às primeiras medidas do governo. Por outro lado, poucas semanas depois também ocorria outra manifestação favorável ao governo, de menor tamanho, mas que demonstrava que o governo eleito de extrema-direita mantinha apoio popular com capacidade de empatar e evitar a abertura de um processo de *impeachment*. No decorrer do mandato, o governo Bolsonaro, antes crítico à montagem de maiorias parlamentares, dos métodos tradicionais do denominado “presidencialismo de coalizão”, cederia aos partidos do Centrão através do orçamento secreto, que tornava não público os recursos destinados aos parlamentares na forma de emendas para serem distribuídas em suas bases eleitorais. Com isso, Bolsonaro fidelizava ainda mais sua base parlamentar a partir dos mecanismos que antes criticava, afastava a possibilidade do *impeachment* e minimizava a crise institucional com o Congresso. A eleição de um novo presidente na Câmara e no Senado apoiados pelo Presidente afastaram a crise com o Congresso. Por outro lado, a temperatura da crise com o poder judiciário, o Supremo Tribunal Federal, foi escalando e se tornou o alvo principal das falas presidenciais e de seus apoiadores. Questionamentos ao papel do Judiciário, tentativas de intervenção em órgãos do

---

<sup>1</sup>A força dessa ala tinha a ver com o fato de Bolsonaro, um antigo deputado do baixo clero que construíra sua carreira política se dirigindo aos militares de baixa patente no Rio de Janeiro e aos policiais militares e suas famílias, ser projetado a ocupar o espaço de representação da direita a partir da guerra cultural, de costumes, cujo precursor de maior visibilidade no público da extrema-direita era o próprio Olavo de Carvalho.

Estado, como a Polícia Federal, deslocaram a crise para um enfrentamento e uma tentativa de aparelhamento dos órgãos estatais por parte do Executivo.

De lá até aqui, no momento que concluímos esse texto, aconteceram as eleições presidenciais, para governadores de estado e deputados federais e estaduais. Foram eleições que resultaram na vitória do candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, encabeçando uma ampla coalizão de forças políticas e democráticas que derrotou o presidente Jair Bolsonaro, o que não acontecia com um presidente que disputava reeleição desde o processo de redemocratização. No entanto, estas eleições não parecem ser o fim dessa história. Os resultados do primeiro turno e mesmo do segundo indicam que o bolsonarismo veio para ficar. Compreendê-lo como fenômeno social, para além de sua visibilidade política e institucional, exige aguçar as lentes da crítica e da compreensão e retomar alguns fios soltos e nexos explicativos não tão evidentes no passado. A perspectiva de pensá-lo a partir do governo das margens pode nos ajudar nessa empreitada, tarefa não apenas acadêmica, mas de importância para a construção democrática em nosso país.

## Introdução

O tema do seminário *Três décadas de transformações na América Latina: governo, margens, subjetividades e neoliberalismo* e da mesa “As margens do estado e novas governamentalidades” contém uma questão e um desafio. A questão é compreender o que se passou nessas três décadas na América Latina, que no Brasil coincidem com uma longa duração que vai do final da ditadura militar, à promulgação da Constituição de 1988 e à chegada do neoliberalismo. Foi o período democrático mais longo da história do país, muito acostumado com ditaduras e golpes, com oito eleições diretas e onze presidentes, dois deles que assumiram como resultado de processos de impeachment. Isso em um momento em que no Brasil e na América Latina, há retrocessos da questão social e da construção democrática.<sup>2</sup> O desafio é compreender essas transformações a partir das margens e dos modos de governo que foram se produzindo nessas últimas décadas.<sup>3</sup> Esse desafio não é pequeno, pois abarca diferentes processos e histórias nem sempre sincrônicas, atravessadas por dinâmicas, continuidades e rupturas que uma perspectiva de sobrevoos não consegue alcançar. Como nos aponta uma imagem de Elias (2010), é necessário adotar a perspectiva do nadador que se aproxima do lugar em que mergulha, e do aviador que observa os processos numa perspectiva mais distante, calibrando nossas lentes de perto e de longe, da lupa e do telescópio.

Nesse capítulo gostaria de tratar de um tema específico: as formas de habitar a cidade nas margens, tomando como lugar situado as trajetórias e experiências de moradores de condomínios populares na Zona Oeste do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense (Lobo, 2015; Conceição, 2016; Bordenave, 2019). De modo mais geral, minha questão é como diferentes regimes territoriais produzem modos de governo e novas formas de subjetivação

---

<sup>2</sup> O presente artigo é uma versão ligeiramente modificada da comunicação apresentada na mesa “As margens do estado e novas governamentalidades” do Seminário Três Décadas de América Latina. Agradeço aos organizadores do evento, sobretudo à Fabiana Jardim pelos comentários, sugestões, estímulos, amizade e parceria desses anos todos.

<sup>3</sup> Aqui adoto as referências de Das e Poole (2004) e Foucault (2005) que me ajudam a compreender por este diagrama o horizonte de transformações e também os modos de ler e fazer o balanço do período do ponto de vista das margens e modos de governo produzidos nos últimos anos.

e como as margens podem ser produtivas para pensar determinados processos. Mais particularmente a partir de trajetórias, experiências, circulações e mobilidades entre condomínios populares, ocupações e invasões nesses lugares produzidos como margens pelo estado.

O Rio de Janeiro vive um contexto que começa a ser denominado por alguns pesquisadores como de pós-megaeventos ou pós-pacificação. O estado passou por um período de uma década, marcado por um ciclo de grandes eventos na cidade, desde 2007: dos Jogos Pan Americanos neste ano, os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Jornada Mundial da Juventude Católica em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 (Miagusko, 2012). Um conjunto de políticas do estado, de infraestrutura, de mobilidade urbana, os investimentos estavam relacionados de algum modo à realização desses eventos que estruturavam as políticas do estado.<sup>4</sup>

Além disso, houve também duas políticas estruturantes da ação do estado no âmbito federal e estadual: as obras de infraestrutura urbana e econômica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Esses projetos e programas encontram-se hoje paralisados ou foram encerrados por conta da crise econômica, ou interrompidos por denúncias de corrupção que atingiram diretamente o núcleo de poder central dos governos anteriores, simbolizados na figura do ex-governador Sérgio Cabral. Mas seus impactos se fazem sentir em desdobramentos efetivos ou nas consequências de sua paralisação.

A questão de fundo é perceber quais formas de governo e modos de subjetivação se gestam nessas margens. E como isso pode deslocar o modo como compreendemos a ação dos agentes do estado que definem os modos e formas como o estado constrói suas práticas efetivamente. Tomando essa perspectiva da produção das margens do estado, quais os modos de governo que estão sendo produzidos e quais as subjetividades gestadas nas margens?

Parece-me que a proposta de refletir sobre as margens do estado e novas governamentalidades nos estimula a uma dupla reflexão, ao mesmo tempo histórica e metodológica, interrogando a partir das margens as três décadas de transformações na América Latina. Se o presente é presidido por inquietações e dilemas, marcado pela crise de nossas instituições democráticas, da remontagem do horizonte da questão social, da constituição de formas violentas de estabelecimento desta ordem e também da constituição efetiva de uma miríade de formas de governo e modos de subjetivação, o momento atual nos impulsiona a rever determinadas narrativas acionadas para explicar as diversas transformações das últimas décadas.

### Um breve excurso teórico

A noção de margem tem tradição no pensamento latino-americano e gozou de significativa audiência, assim como crítica, nos anos 1960 nas diversas apropriações da teoria

---

<sup>4</sup> Não é objetivo deste texto tratar dos megaeventos, a despeito das suas consequências e “legados” para o momento atual. Sobre isso há uma ampla literatura que tratou no período que denominei como “era dos megaeventos” no Rio de Janeiro. Também produzi um artigo em que trato dessa era dos megaeventos no Rio de Janeiro (MIAGUSKO, 2012).

da marginalidade (Paoli, 1973; Nun, 1978; Perlman, 1979; Aníbal, 1998; Oliveira, 2015). Não é o caso de remontar todo o debate e repercussão dessa teoria, mas destacar uma determinada ideia de integração presente, de uma “hipótese integradora” (Cardoso, 2015) baseada na promessa da “cidadania regulada” (Santos, 1987).

Sobre isso, talvez valesse a pena relembrar o cerne de uma teorização da marginalidade. Esta perspectiva percebia os pobres como não integrados, enquanto seu horizonte temporal por diferentes políticas apontava a ideia de uma possível integração à medida que fossem equacionadas as raízes estruturais que a impediam. Tratava-se de uma crítica à situação presente, mas também de um horizonte de possibilidades que tornava plausível sua superação. Em certo sentido, a ideia de margem pressupunha um sentido integrador, mesmo que uma perspectiva dualista implicasse numa leitura equívoca dessa marginalidade, no sentido de perceber esses sujeitos como não integrados ou não integráveis aos circuitos estabelecidos do capitalismo.

Quijano (2005) vai além da crítica à teoria da marginalidade, já hoje pouco tematizada, e indica que um dos eixos fundamentais e constitutivos do padrão de poder colonial foi construído desde o momento do aporte dos colonizadores como classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a própria ideia da dominação colonial e que tem uma determinada racionalidade específica, o eurocentrismo. A raça é uma invenção moderna desse processo colonizador e não tem história conhecida antes da América.

A formação de relações sociais que se fundam nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas (índios, negros, mestiços) e redefiniu outras. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais – índios, negros, mestiços – historicamente novas e redefiniu outras a partir da hierarquização do colonizador branco. As identidades dos colonizados que se configuravam como relações de dominação também foram associadas às hierarquias, lugares e papéis subalternos e como instrumentos de classificação social da população. Portanto, qualquer integração de certo modo já estava pressuposta nessa hierarquia pré-estabelecida, que ao colonizado só se poderia ter a integração subordinada aos papéis conferidos previamente pela colonialidade, inclusive epistêmica, do eurocentrismo.

Muito se criticou essa visão dualista que não percebia a funcionalidade desses sujeitos marginais para o regime de acumulação (Oliveira, 2015), mas é inescapável perceber sua relação entre a conformação de uma explicação e apostas que se faziam naquele momento e que animavam a sociologia crítica.

Loic Wacquant também retomou o conceito de margem, propondo a ideia da formação de uma marginalidade avançada como resultado das políticas de desmonte do estado de bem-estar social, tanto na sua modalidade pública europeia, quanto no contexto privado norte-americano (Wacquant, 2001). Wacquant visa atualizar a ideia de margens tão criticada pelos críticos da teoria da marginalidade.<sup>5</sup> Para ele, a marginalidade avançada ressalta o caráter não integrador do neoliberalismo enquanto se diferencia da teoria anterior, fugindo do dualismo e considerando que é essa mesma racionalidade que produz suas margens. Mais recentemente o autor propôs uma antropologia histórica dessa marginalidade assumindo a ideia de uma combinação entre classe, raça e urbano (Wacquant, 2012).

Contudo, apesar de seu aspecto bastante profícuo que visa pensar os processos macros que acontecem no capitalismo contemporâneo e desmistificá-los, a teoria de Wacquant não

---

<sup>5</sup> Para uma visão crítica a essa tentativa de atualização cf. (Caldeira, 2009).

aporta uma compreensão de como isso ocorre em contextos situados e diferenciados. O próprio autor reconhece essa ausência e estimula pesquisas a etnografar em diferentes contextos, ressaltando a ideia de uma agência desses sujeitos marginais.

As margens e seus sujeitos marginais aparecem reiteradamente numa sociedade como a nossa e nas formas de pensamento que irão interpretá-las como excesso, violência, não integráveis. São nomes que não aparecem, sendo figurados em boa parte dos casos pelo discurso de outro.

Sugiro que a primeira questão seja tratar de modo mais efetivo como presença essas figuras marginais, algo que uma rigorosa etnografia tem feito. Mas, tratá-lo mais efetivamente na chave de múltiplos modos de subjetivação que se dá pelo encontro com diversos dispositivos de governo e que geram tanto sujeição como múltiplos agenciamentos (Agamben, 2005).

Pensar as margens, portanto, talvez nos possibilite pensar em sentido produtivo a presença e não a ausência desses amplos contingentes de populações que habitam as grandes cidades produzidos pelas práticas do estado, enquanto deslocam o lugar político e analítico da própria construção desse estado e por consequência desse urbano.

Se tomamos como ponto de referência e constatação o desmonte desse diagrama de questões que organizavam pensar o urbano e suas margens anteriormente, propomos deslocar os eixos da pergunta:

- a. Como situar nossas questões, modos de descrição e parâmetros analíticos diante disso?
- b. Como ultrapassar, enquanto reter os ganhos de uma perspectiva que descreva essa multiplicidade de dispositivos de governo?

Uma pista para explicar um certo encontro entre governo e modos de subjetivação é a noção de dispositivo que, como sabemos, vem de Foucault, mas que Agamben visa desenvolver considerando-o como um universal a ser precisado.

Para Agamben conviveríamos com uma proliferação de governos e conseqüentemente modos de subjetivação criados por esses governos. Os dispositivos nomeiam aquilo por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos implicam num modo de subjetivação, ou seja, produzem seu próprio sujeito. Sujeito é resultante da relação do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos. Assim, um mesmo indivíduo pode ser o lugar de múltiplos processos de subjetivação. Ao ilimitado crescimento de dispositivos em nosso tempo corresponde uma proliferação de processos de subjetivação.

Assim, todo dispositivo implica um processo de subjetivação, sem o qual não poderia funcionar como dispositivo de governo, pois seria o puro exercício da violência. Desse modo, há uma dimensão fundamental desses processos que é o modo como os sujeitos tomam parte ativa, como agentes desses modos de governo. Não há governo no sentido da conduta sem autogoverno, no sentido do governo de si. Para cada política de governo há também a política dos governados, na sugestiva proposição de Chatterjee (2004).

Para isso proponho fazer algumas breves anotações e perguntas tomando como ponto de análise as formas de habitar a cidade nas margens. De modo mais geral, minha questão é

pensar, como diferentes regimes territoriais produzem formas de habitar a cidade e modos de governo.

Aqui entramos na segunda parte, pensar como estas margens são produzidas a partir de contextos situados em que sua produção comporta a presença de diferentes formas de governo e dispositivos que é a Baixada Fluminense e a Zona Oeste do Rio de Janeiro, seguindo as trajetórias de moradores que circulam pela cidade e que nesse processo vão recriando novas fronteiras e habitando-as.

### **Governando e produzindo margens no Rio de Janeiro**

Acompanhando a ideia de uma multiplicidade de dispositivos de governo e processos de subjetivação, aponto aos menos quatro formas como modos de governo das margens.

1. militarização do social
2. milicianização do social
3. governamentalidade gospel
4. o empreendedorismo como agência de si

Aqui há uma perspectiva que gostaria de destacar e ressaltar na construção dessas hipóteses: a percepção desses processos que acontecem nas margens também se evidencia no esforço de construção de uma leitura desses processos a partir de instituições de ensino e pesquisa situadas num lugar “periférico” se comparadas a outras instituições. Não se trata de essencializar as margens, mas de apontar a condição profícua para pesquisar a partir delas, pois o lugar de deslocamento da pesquisa nos força a ver os problemas e questões sem o sotaque da falta ou da comparação e não as perceber pelas lentes da ausência e exceção e sim como ordenamento, regramento e norma. Fechado o parêntese, como mencionado, o Rio de Janeiro vivenciou um quadro de pós-megaeventos e de crise do estado. Vendo a partir da Baixada Fluminense e da Zona Oeste da cidade, é possível perceber que já se jogava luz para os efeitos que se desdobravam para diferentes regimes territoriais fora dos contextos iniciais em que esses dispositivos eram implementados. Esse quadro já apontava as múltiplas escalas em que se situavam os megaeventos e os grandes projetos urbanos.

O contexto de crise do projeto das UPP’s já era sentido e percebido no auge da pacificação em 2011 e 2012, mesmo que o fim da política tenha se dado com a intervenção militar no Estado em 2018. (FARIAS *et al.*, 2020). Em texto anterior (Miagusko, 2016) mostrei como a percepção dos moradores das cidades da Baixada Fluminense sobre as UPP’s era diversa da capital do estado. Para estes, a instalação das UPP’s no Rio de Janeiro era percebida na chave de seus efeitos colaterais: migração do crime para sua região, provocada pelo processo de militarização ampliada do território como solução para o combate à criminalidade violenta. Anteriormente já havia uma percepção de que a implantação das UPP’s na cidade do Rio de Janeiro provocara efeitos perversos em territórios afastados do chamado cinturão olímpico, com a migração de bandidos para outras regiões metropolitanas. A única UPP instalada, e já fechada, fora da capital foi em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

O contexto de crise do projeto de pacificação não alterou o quadro de militarização do social. Ao contrário, a militarização parece ter se reforçado como resposta à crise social e da



segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A militarização foi se gestando como modo de governo nas margens. Apesar das imagens que circularam de violência e assaltos na cidade do Rio de Janeiro, a resposta da intervenção militar foi muito mais motivada pelo roubo de carga que se localizava nas rodovias e avenidas que atravessam as entradas da cidade, na Baixada Fluminense e na Zona Oeste, do que por um pretense descontrole da violência urbana, que as imagens espetaculares do Carnaval impuseram sobre a opinião pública.

A militarização do social e a gestão da crise se tornam um discurso de governo, um modo emergencial que segue os parâmetros de uma ordem que provoca sua desordem para melhor governar. Na ampliação da sensação de medo e violência vai se tornando a regra de governo do social, redefinindo as fronteiras da cidade a partir dos conflitos gestados entre a criminalidade violenta e o circuito das operações policiais e dos grandes projetos urbanos.

Um segundo modo de governo que ganha enorme dimensão pública, pois afeta o funcionamento de certa ideia comum de estado, é a milicianização do social. No caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro e com expansão para a Baixada Fluminense, como mostram os trabalhos de José Cláudio Alves, as milícias vão disputar a gestão de serviços do estado e do mercado. Uma série de condomínios populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) são ordenados por um governo nem tão oculto que, segundo relatos muito resabiados de moradores, regulam a entrada e saída e a gestão do trânsito nesses imóveis.

Três histórias nos iluminam a respeito dessa situação, que pode ser pensada em termos de modos de governo que vão produzindo modos de subjetivação.

*Primeira história.* Uma moradora é removida de uma favela do Mercado São Sebastião, parte dos processos de remoção na cidade para obras de infraestrutura e dos megaeventos. Essa moradora se desloca para um condomínio popular do PMCMV nas franjas da cidade, mais distante dos serviços e longe das oportunidades de trabalho (Lobo, 2015). A escolha pelo retorno à antiga favela precária em que habitava, porém, não se dá pela ausência de trabalho ou serviços, mas pela não adaptação ao modo de regulação de uma milícia no condomínio popular em que foi morar que, além de cobrar taxas extras, impõe determinadas regras, proibições e vigilância que se ocupam fundamentalmente dos mais jovens, sempre afeitos a não obedecer normas impostas de cima. A convivência se torna insuportável, os conflitos com a vizinhança oculta se acirram e a (falta de) alternativa da moradora é voltar para a antiga favela. Entre a milícia e a antiga vizinhança, a moradora prefere a regulação do tráfico de drogas.

*Segunda história.* As milícias operam um governo do território, como mostram os trabalhos que investigam o deslocamento dos equipamentos públicos para a população de rua pela realização dos megaeventos e construídos em Paciência e Campo Grande (Silva, 2016). Num estacionamento clandestino, distante poucas quadras da rodoviária de Campo Grande, trabalha um morador de rua. Este mesmo morador sabe que não é permitido dormir em determinadas ruas não autorizadas pelos milicianos. Num caso, o morador de rua trabalha no estacionamento da milícia local e, no outro, moradores de rua não podem permanecer devido ao controle territorial dos mesmos milicianos. O que parece imperar é um governo do território que estabelece determinadas regras a serem obedecidas sob o risco de sanções em graus variados cujo desenlace pode ser perder a vida.

*Terceira história.* Num terreiro de umbanda, a mãe de santo incorpora um Exu que se veste com o uniforme de um soldado do BOPE (o Batalhão de Operações Especiais, tornado conhecido fora das fronteiras cariocas pelo filme *Tropa de Elite*) e é presenteada pelos frequentadores com a indumentária de policiais (roupas, coturno, armas e cápsulas de balas) que lhe pedem proteção espiritual. Esse regime de proteção parece organizar o mundo dos

viventes, causando efeitos que refazem novos territórios, como mostra o trabalho de Ana Paula Campos (Campos, 2016).

Escolhi propositalmente três casos que não tratam de imposição da violência pelo uso visível da força, mas do governo como modo de regulação do território. Trata-se da imposição oculta e regulada dessa força que não significa ausência do Estado, mas de um governo que compartilha modos de regulação do território, de presença ou ausência de determinados segmentos sendo atravessados por mediações estatais e não estatais. A condição de imposição dessa milicianização do social não é a ausência do Estado, mas a presença efetiva de um determinado Estado que se produz como prática nas margens. E esse Estado está presente na chancela que confere a determinados agentes públicos e privados a regulação de serviços e o controle e monopólio desses mercados.

Um terceiro modo de governo é o que pode ser denominado como governamentalidade gospel, como apontam os trabalhos de Carly Machado (Machado, 2018). O dispositivo religioso também cria modos de subjetivação que refazem as fronteiras de habitar a cidade e redefinem circuitos, mediações e mediadores nem sempre visíveis. Pensemos, por exemplo, em determinadas políticas sociais ou sua ausência, como a política de atendimento aos usuários de drogas. Não é novidade que o forte acento proibicionista das políticas de drogas no Brasil leva a considerar a questão das drogas muito mais como um problema criminal do que de cuidado e saúde. O atendimento aos usuários e às famílias que possuem um familiar com problemas de adicção do uso de substâncias ilícitas tem se tornado cada vez mais um problema de difícil solução diante da retração das redes de atendimento aos usuários.

Essa questão, no entanto, não aparece agora. As redes de atendimento a esses usuários sempre foram precárias. E o circuito de assistência e controle para usuários de drogas e seus familiares sempre passaram por igrejas evangélicas de diferentes denominações, pelas comunidades terapêuticas inseridas em zonas afastadas na Baixada Fluminense. Para fazer uma provocação: as comunidades terapêuticas já estavam presentes antes mesmo do Estado chegar como um modo de governo não estatal. E só incomodaram quando demandaram politicamente recursos do estado para fazer o trabalho que já faziam antes que o problema das drogas assumisse outra dimensão.

Também os ministérios evangélicos se deslocam por diferentes circuitos da metrópole fluminense, agenciando mundos distintos. A governamentalidade gospel possui uma dimensão fortemente cultural e associa uma dimensão estética, política e social. Os pastores dos ministérios são mediadores entre fé, política, cultura, transitando entre mundos que à primeira vista seriam contraditórios apenas para aqueles que não os conhecem. *Funk gospel*, pastores que recuperam almas lá aonde ninguém chega, como nos presídios, nas *cracolândias* e nas facções criminosas, o governo de si da teologia da prosperidade: há uma circulação de mediadores que transitam nas margens e que operam antes mesmo da chegada do Estado como instituição. Parece que foram eles que chegaram ao governo secular antes mesmo do governo secular chegar nessas margens.

Um quarto modo, é como os agentes se governam, o governo de si. Parte desses circuitos e dessas fronteiras vão sendo refeitas pela dinâmica de disputa de mercados ilegais e dos custos da mercadoria política. Muitas pesquisas acentuam os modos coercitivos dessas formas de governo, como o mundo do crime, enquanto outras ressaltam o aspecto de empreendimento de mercado, fronteira a ser ultrapassada, de levar o mercado lá onde sua ordem não existe ou é o modo de regulação. Vistos numa perspectiva de gênero, alguns trabalhos iluminam um empreendedorismo que agencia formas de circulação, evitação, pontos de deslocamento e de bloqueio nas fronteiras da cidade. É entre mulheres que habitam favelas violentas que as histórias se embaralham e se entrecruzam.

Leidiane, por exemplo, tem uma loja de produtos nacionais e importados na favela em que mora. Ela precisa se equilibrar com sua competência de mobilidade entre os traficantes locais em guerra contra milícias que buscam tomar seu território. Ela pondera ampliar os negócios mesmo em meio à crise econômica que se abate sobre os negócios na avenida principal. Pequena empresária polivalente, sua apresentação pessoal é fundamental para vender os produtos que comercializa – toda a carteira de cosméticos da Natura, Avon e Eudora. Ana é um exemplo na favela que habita e cultiva a beleza necessária para estimular outras compradoras e empreendedoras a consumirem seus produtos. Como nos mostra a dissertação de Rimyla Barbosa (2018), ao contrário da figuração das notícias espetaculares e violentas dos jornais, o negócio de Leidiane continua a correr bem, a despeito da intensa disputa pelo comando dos mercados ilegais entre tráfico de drogas e milícias.

### *Post Scriptum*

Não há o que concluir. Gostaria apenas de reter alguns elementos que podem ser lidos e revistos a partir de um texto com uma diferença temporal tão significativa, num contexto de dinâmica acelerada, mas que mantém a proliferação de diferentes modos de governo e produção de subjetividades nas margens.

Entre o contexto do seminário e do momento presente passamos por uma pandemia e também pela retomada, na América Latina, de governos de esquerda, como foi o caso da reeleição de Alberto Fernandez na Argentina, de Gabriel Boric, no Chile, de Gustavo Petro na Colômbia e, sobretudo, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil. Situar tais vitórias não indica que haverá uma retomada de governos de centro-esquerda, mas aponta que as tendências do ciclo anterior podem conter mais tensões, conflitos e imbricações do que uma análise mais pessimista ou excessivamente otimista poderia considerar naquele momento.

Em relação aos modos de governo e subjetividades no caso situado compreendemos que os quatro modos de governo – a militarização do social; a milicianização do social; a governamentalidade gospel e o empreendedorismo como agência de si –, foram assumindo feições mais definidas e já nesse último período assumiram maior relevância no debate público, mesmo que as nomeações que estabeleci não sejam as mesmas que outros pesquisadores encontraram. Em verdade, estas diferentes governamentalidades entrecruzam-se em diferentes regimes normativos e assumem características dinâmicas, contando não apenas com o impulsionamento de modos estatais de governo, mas também com a agência dos atores que vão produzindo e mediando esses governos. Conforme explicitado, não é o caso de concluir, algo que demandaria a sistematização de outros trabalhos e pesquisas que têm trabalhado nessa perspectiva do governo das margens. Mas importa indicar que essa perspectiva permite reter, num período mais longo, a dinâmica das margens, de seus modos diferenciados de governos e da produção de novas subjetividades.

### **Referências**

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, n. 5, 2005, p. 9-16.

BARBOSA, R. V. de O. **“Circular, empreender e evitar”**: sobre como se movem as mulheres em uma favela da zona oeste carioca. 2018. 64 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

BORDENAVE, G. E. P. **Histórias em três tempos**: lutas por moradia em um contexto político-religioso na zona oeste do Rio de Janeiro. 2019. 173 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CALDEIRA, T. P. Marginality, again?! **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33, n. 3, p. 848-853, 2009. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2009.00923.x>

CAMPOS, A. P. S. **Na encruzilhada do exu policial**: religião, milícia e regimes de proteção na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. 2016. 85 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHATTERJEE, P. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.

CONCEIÇÃO, W. S. **Minha casa, suas regras, meus projetos**: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e do PMCMV no Rio de Janeiro. 2016. 282 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe: Oxford, School of American Research Press; James Currey, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador 2**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FARIAS, J. *et al.* **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

FOUCAULT, M. “A governamentalidade”. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005 [1979]. p. 277-293.

LOBO, H. C. R. **Processo de remoção**: sociabilidades, disputas e conflitos em uma região comercial na cidade do Rio de Janeiro. 2015. 97 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MACHADO, C. B. (Inter)faces da relação entre projetos evangélicos e as periferias urbanas fluminenses. *In*: BARROS, J.; COSTA, A. D.; RIZEK, C. S. (ed.). **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: IAU/USP, 2018. p. 41-54. doi: 10.11606/9788566624267

MIAGUSKO, E. Antes da Copa, depois do Pan: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 395-408, ago. 2012.

MIAGUSKO, E. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 1-15, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.17666/319101/2016>

NUN, J. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. *In*: PEREIRA, L. (org.). **Populações “marginais”**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p. 73-141.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAOLI, M. C. P. M. Trabalho e marginalidade: um estudo de caso. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 3, p. 113-134, set. 1973.

PERLMAN, J. E. **The myth of marginality**: urban poverty and politics in Rio de Janeiro. Berkeley: University of California Press, 1979 [1976].

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (ed.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. *In*: PEREIRA, L. (org.). **Populações “marginais”.** São Paulo, Duas Cidades, 1978, pp. 11-71.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1987 [1979].

SILVA, N. C. K. M. **Trajetórias das populações adultas em situação de rua na Zona Oeste em contexto de grandes eventos internacionais no Rio de Janeiro.** 2016. 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

VIEGAS, F. Retrospectiva 2019: relembre os 50 fatos que mais marcaram o ano. **O Tempo**, 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/retrospectiva-2019-relembre-os-50-fatos-que-mais-marcaram-o-ano-1.2277907>.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos da modernidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Cadernos CRH**, v. 25, p. 505-518, 2012.

# La magia del neoliberalismo: Una historia sobre el acto fantástico de desaparición del agua en la Isla de Papayal (Colombia)<sup>1</sup>

Juan Felipe García Arboleda

En el presente texto se narra una historia sobre la forma en que los habitantes nativos de la Isla de Papayal produjeron ese espacio como lugar de habitación común. Es decir, relata el proceso social mediante el cual el grupo humano de La Asociación de Campesinos de Buenos Aires (ASOCAB) logró organizar el agua y la tierra de la isla para garantizar la reproducción de su vida material y simbólica como proyecto colectivo. A su vez, narra una historia sobre el proceso de destrucción de ese proyecto durante las últimas cuatro décadas. En este período, múltiples agentes, que proclaman trabajar por “el desarrollo nacional” y la “libertad de las empresas”, han desplegado sus fuerzas armadas, políticas y económicas en intervenciones sobre el agua que han implicado un proceso de exterminio de la isla como hábitat común; extinguiendo su fauna, su flora y sus habitantes. En ese contexto, este ensayo se pregunta ¿Cómo es posible que este increíble acto de desaparición sea defendido como una forma de sociabilidad ideal para la vida de una nación? ¿Cómo es posible, en fin, que este proceso histórico de exterminio de la isla como hábitat sea presentado como un proyecto de “desarrollo nacional” y de “libertad de las empresas”? La reflexión que se ensaya, en el último apartado, establece que este acto de desaparición del agua es concomitante a unas operaciones muy particulares de tratamiento de la realidad que configuran lo que es llamado la magia del neoliberalismo.

## I. La isla de Papayal

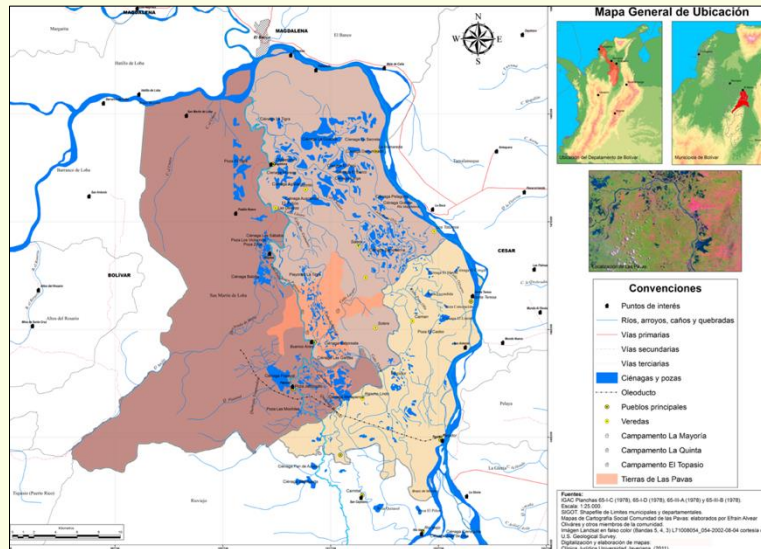
La isla de Papayal es un espacio conformado por una llanura cenagosa que se encuentra situada entre el río Magdalena (costado oriental de la isla) y el brazuelo de Papayal (costado occidental de la isla), el cual desemboca en el brazo de Loba del río Magdalena a una corta distancia del puerto de El Banco, límite norte de la isla. El brazuelo de Papayal recoge las

---

<sup>1</sup> El presente ensayo es una adaptación de la investigación que he llevado a cabo desde 2009 en la Isla de Papayal (Colombia), con el fin de dialogar junto a los enriquecedores trabajos presentados en el *Seminário Internacional Três décadas de transformação na América Latina*, llevado a cabo del 24 al 27 de junio de 2019 en la Universidad de Sao Paulo.

aguas que provienen de una entrada del río Magdalena –lo que constituye el límite sur de la isla– y de quebradas que descienden desde la Serranía de San Lucas (figura 1).<sup>2</sup>

Figura 1. Mapa de la isla de Papayal



Fonte: elaborado por Johana Herrera Arango para el proyecto Clínica Jurídica sobre Derecho y Territorio. Reproducido con el permiso del proyecto.

La isla es una fértil planicie inundable que, en temporada de lluvias recibe las aguas desbordadas del río Magdalena, y en temporada de verano preserva el agua en las ciénagas y caños que permanecen aún en el tiempo seco: se trata de un espacio abastecido permanentemente de agua y alimento. Dice Misael Payares Guerrero –un campesino nacido en la isla en 1947– que por la boca del brazuelo que proviene del río Magdalena entran un sinnúmero de especies de peces. Por ejemplo, las sardinas. Una especie a la que le hace mucho daño el agua estancada y le favorece el agua que proviene del propio río Magdalena. Según Misael, las sardinas son fundamentales para la alimentación del habitante de la isla pues son las *polinizadoras* del bagre. El bagre va tras las sardinas, y donde hay bagre, la gente no se puede morir de hambre.

La vida de la isla, de las sardinas, del bagre, de la tierra y de los campesinos que habitan la isla, está íntimamente relacionada con la vida que inyectan las aguas del río Magdalena. En la concepción de Misael Payares, esta boca del brazuelo, a la altura de Rioviejo, constituye el *corazón* del *sistema circulatorio* de la isla conformado, además, por los caños, las ciénagas y el brazuelo mismo.

Los investigadores Adriana Beltrán y Elías Helo concluyen lo siguiente sobre la isla como un ecosistema estratégico en la hidrografía de la Nación:

<sup>2</sup> En el orden administrativo del estado colombiano, la isla de Papayal se encuentra en el territorio de los municipios El Peñón, Regidor, Río Viejo y San Martín de Loba, todos ellos del Departamento de Bolívar.

La riqueza hídrica en la subregión del sur de Bolívar permite determinar que es una de las regiones de mayor importancia en la cuenca baja del río Magdalena. Esta subregión y la microrregión de la isla de Papayal poseen humedales estratégicos de conservación en los que ocurren procesos hidrológicos y ecológicos dados por la interacción de sus componentes bióticos y abióticos. Los humedales son ecosistemas estratégicos para su conservación debido a los servicios que ofrecen, como la filtración, almacenamiento de agua, recarga de acuíferos, retención de nutrientes, control de contaminación e inundaciones, secuestro de carbón, entre otras. (Beltrán; Helo, 2018, p. 8).

### Los habitantes de la Isla, las fuerzas vecinales y la producción de los comunes

Los habitantes que han nacido en la isla de Papayal provienen de una ola de poblamiento iniciada a partir de los años cuarenta del siglo veinte que desciende desde la región de El Banco, Magdalena, hacia el sur. Estos pobladores se asentaron en lo que el estado colombiano ha denominado tierras baldías de la Nación, emprendiendo una forma de vida que tiene como base ese *sistema circulatorio* del que habla Misael Payares: cuando llegan las aguas se siembra, y mientras se espera la cosecha se abastecen con la pesca, conviviendo en un hábitat que provee con abundancia su vida.<sup>3</sup>

En otra conversación con Misael Payares le pregunté por la forma en que el aprendió a sembrar la tierra y pescar. Misael empezó por recordar el sonido de las rulas.<sup>4</sup> – ¿El sonido de las rulas? Pregunté. No entendía nada. – Sí. Me dijo Misael. Y comenzó la explicación. – Los campesinos descombramos mucha tierra para cultivar aquí en la isla. Uno encuentra la tierra enmontada. El trabajo del campesino es alistarla para la siembra. Y eso lo hacíamos a puro “culo’e ponche”.<sup>5</sup> Mientras uno se va adentrando en el monte, se van escuchando los gritos campesinos entremezclándose con los sonidos de las rulas. Eso es emocionante. Por eso el campesino busca ponerle su sello a la rula: le hace un corte individual a la punta del culo’e ponche para que haga un sonido particular cuando pega contra la madera.

– *Es muy diferente descombrar con culo’e ponche que con motosierra o guadaña.* Continuó Misael en su reflexión. – *Todo es diferente. El tiempo que se gasta, las personas que se necesitan, la fuerza que se imprime, y el sonido, ¡el sonido!. Nosotros siempre gastábamos juntos nuestro tiempo y nuestra fuerza porque creíamos que las tierras que estábamos desmontando, los fundos que arreglamos para cultivar, llegarían a ser el patrimonio de nuestras familias y del pueblo que estábamos levantando.*

– *No sólo hacíamos juntos el trabajo de siembra, también la pesca,* dice Misael. – *Nosotros pescábamos en corral, en colectivo, como nos enseñaron los viejos. Se necesitan al menos cinco canoas y cinco atarrayas, una técnica especial para mantener abastecido el río, y así, preservar las semillas del pez. Muy diferente a la pesca de hoy en día, en la que cada uno va poniendo un trasmallo donde quiere. Trabajando hombro a hombro con las demás familias de campesinos, en la tierra y en el río, fue que nos hicimos amigos. Era trabajando así que la gente del pueblo se unía, pa’ eso pensábamos en tener familias con muchos hijos, pa’ que le ayudaran a uno a mantener esa fuerza.*

<sup>3</sup> Es la llamada vida anfibia, tal y como la describe Orlando Fals Borda en su *Historia Doble de la Costa* (Fals Borda, 2002). Revisar el Tomo I relativo a Mompo y Loba, especialmente en la primera parte del canal A.

<sup>4</sup> Otro nombre usual en la región para referirse a los machetes.

<sup>5</sup> Es el nombre que se le da al machete más grande.



Propongo que esa fuerza que describe Misael proviene de lo que Bauman denomina relaciones vecinales:

Lo que verdaderamente distinguía al vecino del resto no era un sentimiento de compasión, sino el hecho de que siempre había estado a la vista, siempre tendiendo hacia el polo de la intimidad, un posible compañero de intercambio con el que se compartían biografías. El conocimiento del vecino era amplio, con una tipificación residual que, en caso de aplicarse, rara vez se revisaba o era provisional. Había reglas para cada ocasión y pocas ocasiones que carecieran de reglas. Por una vez, la suposición de “reciprocidad de perspectivas” casi siempre era correcta. La simetría o la complementariedad de percepciones era genuina, se autorreforzaba y autorreproducía. (Bauman, 2006, p. 169).

Esas fuerzas, que surgen de las relaciones vecinales descritas, son el motor de la configuración del horizonte de sentido de lo que la ecología política ha dado en llamar *la producción de lo común o de los comunes*.<sup>6</sup> En efecto, la historia de estos habitantes nativos de la Isla de Papayal es un ejemplo de las “formas concretas y situadas de cómo las colectividades humanas han logrado organizarse para garantizar la reproducción de la vida material y simbólica de la vida colectiva en distintos contextos” (Gutiérrez; Rátiva 2020, p. 47).

La narración de Misael Payares sobre la preparación colectiva de los fondos para la siembra (la fundación) y las prácticas grupales de pesca para abastecerse de este alimento, permiten comprender que

[...] la producción y reproducción de la vida social implica un continuum entre la naturaleza propia de los cuerpos humanos —incluidas nuestras capacidades de producción y de significación—, con la naturaleza no humana que va cambiando de forma a partir de esta interacción, y que es el sustrato material de lo que Polanyi denomina economía sustantiva.<sup>7</sup> (Gutiérrez; Rátiva, 2020, p. 43).

---

<sup>6</sup> “Como lo indica el Grupo de Trabajo de Ecología(s) política(s) desde el Sur/Abya-Yala de CLACSO (2019): se trata de un campo de análisis crítico y de enunciación plural, que se ha ido constituyendo a partir de la conformación de redes académicas latinoamericanas, ubicadas en relación de continuidad con las tradiciones regionales del pensamiento crítico y con la problemática compleja de la construcción de la identidad de nuestras sociedades. Esta Ecología Política es tributaria de la historia y el pensamiento crítico latinoamericano, a partir del abordaje de las relaciones sociedad-naturaleza bajo una perspectiva teórica interdisciplinaria construida en la intersección entre la historia ambiental y política, la economía política, la geografía crítica, los estudios culturales, el indigenismo latinoamericano y el pensamiento ambiental Sur, buscando ajustar cuentas hacia atrás, expandiendo el presente y diseñando alternativas al patrón capitalista-moderno-occidental-patriarcal” (Roca-Servat, 2020, p. 30). El trabajo citado ha identificado cinco aproximaciones diferentes al concepto de los *bienes comunes*: “De esa exploración encontramos por lo menos cinco maneras de entender los comunes: a) desde las esferas del estado-nación moderno como “bien común”; b) desde el neoinstitucionalismo con los “bienes de uso compartido o común”; c) desde la crítica al sistema económico capitalista como “común” o “comunales”; d) desde el pensamiento crítico latinoamericano como “entramados comunitarios”, “comunalidad”, “comunalidades anarquistas”, entre otros; e) desde el giro ontológico como “no-comunes” (Roca-Servat, 2020, p. 31).

<sup>7</sup> “Según Polanyi, la economía sustantiva es ‘una relación de intercambio con el entorno físico y social a través de la cual se obtienen los medios para satisfacer las necesidades materia-les y simbólicas’ (1977, p. 21)” (Gutiérrez;y Rátiva, 2020, p. 43).

Al narrar la historia de la Isla de Papayal desde la perspectiva de los habitantes nativos en la Isla aparece en la memoria la hacienda “Las Pavas” como parte de un proceso de producción de los comunes en la isla. Con un área de aproximadamente 3.000 hectáreas, esta finca fue abandonada por quien tenía la titularidad del predio en el ordenamiento jurídico estatal colombiano, un testaferro del narcotráfico que desde los años ochenta había convertido el predio en el hato ganadero más importante de la región.

En el primer semestre de 1998, la recién creada alcaldía del municipio de El Peñón quería estimular el trabajo de los campesinos y decidió apoyarlos en la constitución de una asociación campesina para que pudieran acceder a recursos públicos destinados a la producción agropecuaria. Así nació La Asociación de Campesinos de Buenos Aires (ASOCAB). Llegaron campesinos de todos los lugares de la Isla. La asociación irradiaba una fuerza de atracción muy fuerte para los vecinos de la región, y 1998 quedó en la memoria de los lugareños, como un tiempo en que esas *fuerzas vecinales* se afianzaron notoriamente.

### El teatro del terror

El 15 de diciembre de 1998, por el brazuelo de Papayal, entró un grupo de paramilitares sembrando el terror en la zona, cometiendo múltiples homicidios de población civil, entre los que se encuentran el del señor Omar Ballesteros, familiar de los campesinos que habían fundado la asociación.<sup>8</sup> Capturaban a los campesinos haciéndoles falsas acusaciones de pertenencia a los grupos guerrilleros. Los montaron a la embarcación en que se movilizaban. Los torturaron. En la orilla, en frente de los vecinos de cada uno de los poblados que recorrieron, los asesinaron. Luego, tiraban los cadáveres al río dejándolos a merced de la corriente. Cuenta Américo Domínguez,<sup>9</sup> un campesino nativo de la isla, que ese día él iba en otro bote y se encontró en el instante mismo en que asesinaban a un campesino y lo tiraban al río. Grabó en su memoria el lugar, y al siguiente día fue donde la familia de la víctima para acompañarlos a recuperar el cuerpo. Él mismo tuvo que sumergirse en el río para recuperar el cadáver.

Germán Pinto,<sup>10</sup> un político de la zona me contó que, al ver el resurgimiento asociativo de los campesinos de la isla, los comandantes de la casa Castaño, que conformaron las Autodefensas Unidas de Colombia, lo citaron a una reunión en una de sus fincas en Córdoba a mediados de junio de 1998. El primer objetivo de la reunión era preguntarle a Pinto por su lectura sobre las nuevas organizaciones emergentes y sobre el grado de participación de las guerrillas en dicho proceso asociativo. El segundo objetivo era más concreto. Consistía en comunicarle que iban a realizar próximamente una entrada, y en esta, arrasaría con los campesinos que, en conjunto con las guerrillas, se habían robado el ganado de “Las Pavas”, ganado que les pertenecía a ellos. Pinto asegura que defendió a los campesinos. Y les recordó

---

<sup>8</sup> En el expediente del juicio penal, la corroboración de la planeación y ejecución de esta entrada del grupo paramilitar desde la perspectiva de la estructura criminal se encuentra en las declaraciones de Luis Eduardo Herrera Rovira, alias “Marulanda”, que reposa en el Cuaderno 7 Folio 154, y Javier Urango Herrera, alias “El Chely”, que reposa en el Cuaderno 5 Folio 222. Todos ellos son miembros de la estructura del Bloque Central Bolívar de los paramilitares.

<sup>9</sup> El nombre ha sido cambiado para proteger su identidad.

<sup>10</sup> El nombre ha sido cambiado para proteger su identidad.

a los comandantes paramilitares que ese ganado se lo habían robado los propios lugartenientes del testafarro del narcotráfico.

De acuerdo con Pinto, fue su defensa la que hizo desistir a los paramilitares, en su entrada de diciembre de 1998, de masacrar a los campesinos de ASOCAB. A partir del año 2000 la presencia de estos grupos paramilitares mutó de manera significativa, mutación que se manifestó en un nuevo nombre, un nuevo símbolo, unas nuevas insignias en sus brazaletes: B.C.B. (Bloque Central Bolívar, se empezaron a llamar).<sup>11</sup> El número de masacres se redujo. Sus acciones no tenían ya la teatralidad que caracterizó su primera entrada. Mas bien, se trataba de hacerle sentir a los vecinos que estaban entre ellos, que tenían una presencia constante. Para ello, montaron bases permanentes en los poblados.

Desde allí, desde estas bases, realizaban acciones muy puntuales. El 15 de abril de 2000 asesinaron, en la cabecera municipal de El Peñón, al principal líder comunitario de la región, Venancio Martínez. Venancio había incursionado exitosamente en política y estaba ejerciendo como concejal del municipio. Era un líder carismático que había sido impulsado por las fuerzas vecinales y reivindicaba la necesidad de consolidar dichas fuerzas. Lo mataron junto a su sobrino, Misael Martínez, joven promotor de la cultura y el folclor de la región, que estimulaba las fuerzas vecinales a través de la práctica y la enseñanza de la cumbia, el porro y el bullerengue. Los paramilitares lo acusaron de ser un “expendedor” de drogas.

Este tipo de presencia les permitió lograr el control sobre unas rentas específicas: la cerveza, la gasolina, la pasta de coca, las apuestas, la salud. Se posicionaban en lógica monopolista frente a estas rentas. Y para hacerlo, ejercían también control sobre las formas de transporte de la isla: desde las embarcaciones que navegaban por el brazuelo, hasta los burros de los campesinos.

La trasgresión al sistema que instauraron era castigada de acuerdo con un sistema penal elaborado a su arbitrio: imponían desde penas de trabajos forzados para alguien que había cometido una falta menor, hasta descuartizamientos por faltas mayores: las penas de muerte las ejecutaban en un puerto sobre el brazuelo de Papayal y, por regla general, tiraban los restos al río. Una imagen de dolor que está profundamente inserta en la memoria de los habitantes de la isla. Conocí un campesino que nunca ha podido volver a comer pollo, pues un día, mientras estaba comiendo, le avisaron que el tronco de una mujer bajaba por el río. Salió a ver. Desde entonces, nunca ha podido desligar las dos imágenes, la del pollo que comía ese día y la del cadáver.

El domingo 26 de octubre del año 2003 el grupo paramilitar asentado en la zona, comandado por “Rapidito”, ordenó que los campesinos de ASOCAB hicieran presencia para una reunión. El grupo de los paramilitares era numeroso y estaba fuertemente armado. Taponó todas las entradas del pueblo prestando vigilancia a la reunión. En la reunión se

---

<sup>11</sup> En la sentencia de treinta 30 de agosto de 2013, en contra de Rodrigo Pérez Alzate (Alias Julián Bolívar), el Tribunal Superior del Distrito Judicial de Bogotá (Sala de Justicia y Paz) con ponencia de la Magistrada Uldi Teresa Jiménez López, bajo el radicado 110016000253200680012, al respecto se establece: “En el año 2000 se realiza una nueva conferencia de comandantes de autodefensas, donde se decide organizar las estructuras existentes y venideras, bajo la forma de Bloques. Esta decisión tiene mucha importancia en términos políticos. La idea, a criterio de la Sala era mostrar a las AUC, no como la suma de pequeños cacicazgos regionales, inconexos, sino como un ejército vertical, con mandos, control territorial homogéneo, y con las condiciones de desarrollar hostilidades. Es decir, acercar a las AUC del año 2000, a los requisitos de normas internacionales sobre conflictos armados. Es así, como para ese año, en septiembre, se crea del grupo del sur de Bolívar, el Bloque Central Bolívar”.

encontraba un enviado del testaferro del narcotráfico, propietario en las escrituras de la hacienda Las Pavas, quien fue presentado por “Rapidito” como el patrón de “Las Pavas”.

En esta reunión del domingo 26 de octubre de 2003 el comandante paramilitar dio una orden clara y directa a los campesinos de ASOCAB que venían cultivando en los predios de “Las Pavas”: bajo amenaza de muerte, tenían que salir de allí, abandonar la explotación económica y no regresar a cultivar en estas tierras, pues si querían cultivar, sólo lo podían hacer en los playones comunales, tierras contiguas a la hacienda, los cuales se inundan en la temporada de invierno. Después de esa reunión todos los campesinos que estaban cultivando en “Las Pavas” salieron y dejaron de explotar económicamente la finca.

### **Transvaloración social y exterminio**

El desplazamiento forzado del 2003 de “Las Pavas” producido por parte del Bloque Central Bolívar, envió un mensaje muy claro para los campesinos que habitaban la isla: Este grupo paramilitar venía a fundar un nuevo orden, a consolidar una *fuerza de transvaloración*, para la cual, *las relaciones vecinales y las formas asociativas de producción de los comunales*, en las que se basaba su vida campesina, se convertían en un obstáculo. Al menos por dos razones. En primer lugar, *la (re) producción de agua y tierra como comunales* implicaban reglas de autonomía y simetría de los habitantes de la isla, lo cual chocaba abiertamente con las fórmulas de gobierno que pretendían implementar los paramilitares. Estos no eran ya los tiempos de los playones comunales, estos no eran ya los tiempos de la vida entre vecinos.

En segundo lugar, como he señalado anteriormente, *las relaciones vecinales* implican un largo conocimiento recíproco de las biografías de aquellos con los que se comparte la vida y de la historia de la forma en que esa vida se ha desplegado de manera concreta en el territorio. Las relaciones vecinales implican un profundo conocimiento de los ciclos entre el agua y la tierra, y la forma de poblamiento de ese espacio de acuerdo con esos ciclos. Un ejemplo específico es el de los playones comunales. Dada la condición de inundabilidad de estos en tiempos de invierno, la explotación de la pesca en esta temporada se hace entre vecinos, y de manera consecuyente, en tiempos secos, la explotación de la tierra para siembra se destina a un uso común.

Con la orden de desplazamiento de 2003, los paramilitares buscaban borrar de la memoria esos conocimientos recíprocos de largas biografías y saberes profundos, lo que, en último término, producirá una transvaloración de las formas sociabilidad de los habitantes de la isla. Esta transvaloración social puede ser pensada como un elemento central en la cadena histórica de separaciones que se han producido en Latinoamérica para lograr una homogenización de las formas económicas, políticas y jurídicas que hacen posible la emergencia de nuevas reglas para gobernar las aguas y las tierras; reglas creadas y aplicadas por sujetos que no viven y no tienen relación directa con ellas. Sobre esta cadena histórica de separaciones Gutiérrez y Rátiva han afirmado que:

Los procesos anteriores son eslabones de un concatenamiento de separaciones que han transformado radicalmente la vida social en los últimos siglos; el cual nosotras comprendemos como un siempre tenso, violento y contradictorio, aunque progresivo, proceso de sometimiento, dominio y explotación sobre formas existentes de producción y reproducción de la vida social, que son empujadas a reconfigurarse y ajustarse a

formatos patriarcales, individualistas, excluyentes, supuestamente racionales y fragmentados de vida. (Gutiérrez; Rátiva, 2020, p. 45).

En ese sentido, considero que esta violencia paramilitar no es, simplemente, un proceso de reconfiguración del sistema de propiedad o de contrarreforma agraria (Reyes Posada, 2009). La pretensión de esta violencia es más general, se trata de una pretensión de reorganizar *las formas de sociabilidad* de los habitantes del campo, de alguna manera, de homogeneizar la vida en el campo, y de extinguir las formas de sociabilidad que hacían posible la (re)producción de tierra y agua como comunes.

En el caso de los habitantes de la isla de Papayal he tratado de describir la íntima relación que ha existido entre los *espacios de producción de los alimentos* (el río, los caños, los playones, las ciénagas, los bosques, la tierra). Estos espacios se constituyeron en el centro de la vida campesina, y por ello, los campesinos diseñaron y preservaron fórmulas de *uso entre vecinos*, que garantizaran la simetría y la reciprocidad de las relaciones que se desplegaban en dichos espacios. Estos espacios se constituyen en última instancia, en fuente de vida, tanto en términos de subsistencia material, pues proveen los alimentos para vivir, como en términos sociales, pues son los lugares en donde nacen las amistades, se consolidan las alianzas y se refuerzan las familias.

Esas relaciones vecinales en las que se comparten largas biografías producen un significativo grado de confianza entre los vecinos la cual es atacada y diezmada por la violencia armada que impone el grupo paramilitar. Es precisamente por la existencia de esos valores arraigados en la vida cotidiana de estos grupos humanos que se requiere que la fuerza de transvaloración opere arrasando con voracidad, es el rol de la teatralidad de la violencia.

En concreto, la fuerza de transvaloración de los grupos paramilitares en la isla de Papayal estaba dirigida a destruir las formas de producción de los comunes que caracterizaba la vida campesina que pobló la isla. En este contexto, la violencia es usada como instrumento de ruptura y de separación, incluso como herramienta bisagra entre un viejo mundo en extinción, y la llegada de una nueva realidad que viene con nuevas normas de soberanía sobre las fuentes de vida de los habitantes de la isla: en el caso del BCB su práctica consistió en el acaparamiento de la tierra más fértil y la prohibición de las prácticas de producción de los playones como entramado comunitario.

Ahora bien, si se tiene en cuenta que estos espacios, la tierra, los playones, los ríos, no son solo los medios a través de los cuales se reproduce la vida –la alimentación, el consumo de agua- sino que han sido históricamente *la condición de posibilidad de la sociabilidad de sus habitantes*, es decir, la condición de posibilidad del surgimiento, existencia y fortalecimiento de las *fuerzas vecinales* que unen a estos grupos, la privación del acceso a estos espacios implica una amenaza directa a la forma de vida campesina que se ha arraigado en la isla por más de ochenta años.

Es en este sentido que dichas prácticas pueden comprenderse como unas *prácticas de exterminio*. Prácticas que tienen una modalidad particular, pues tal y como lo desarrolla Daniel Feierstein, denominándolas *prácticas sociales genocidas*, están pensadas no tanto para la eliminación física de los sujetos, sino para cambiar su forma de relacionarse socialmente. Las prácticas sociales genocidas, funcionan como bisagras que permiten cerrar la puerta del tiempo a las relaciones de producción de los comunes del pasado y abrirla para los nuevos sujetos que dominarán la escena del futuro como tiempo de salvación. Por ello, las prácticas sociales genocidas configuran

[...] una tecnología de poder [...] en la que, a diferencia de la guerra antigua o incluso de la moderna, esa desaparición tiene un efecto en los sobrevivientes: la negación de su propia identidad, como *síntesis de un ser y un hacer*, la desaparición de un determinado modo de articulación precisamente entre un modo de *ser* y uno de *hacer* (un tipo peculiar de identidad que se define, como todas, por un modo peculiar de vivir). (Feierstein, 2011, p. 86).

## Las empresas y la producción de valor

En agosto de 2003, antes de las elecciones a alcaldías municipales, el jefe político del Bloque Central Bolívar de los paramilitares, alias “Ernesto Báez”, convocó a una reunión en el municipio de Barranco de Loba, a la que asistieron diferentes miembros de los grupos políticos del departamento de Bolívar.

A esa reunión asistieron 800 personas, incluso algunos líderes sostuvieron que para atender a tal cantidad de personas los anfitriones sacrificaron cinco vacas y sancocharon 800 kilos de yuca, que pasaron con jugo de mango. Llegaron gentes de todos los rincones del sur: Morales, Arenal, Cantagallo, San Pablo, Santa Rosa, Regidor, Río Viejo, El Peñón, San Martín de Loba, San Antonio, Altos del Rosario, Hatillo de Loba, Boca de Honda y Magangué. (Verdad Abierta, 2010).

En la reunión, el Bloque Central Bolívar notificaba a la clase política bolivarense que se introducirían abiertamente en los gobiernos locales y regionales, apoyando a los candidatos a las alcaldías y a la gobernación que fueran seleccionados en la reunión. Se trataba de la promoción de un estado que hiciera posible el despliegue, en libertad, de las empresas que apalancarían el desarrollo de la región. Esta suerte de asamblea política recibió el nombre del “pacto de Barranco de Loba” (Verdad Abierta, 2010).<sup>12</sup>

En el contexto local de la isla de Papayal, el señor Heriberto Urrego Castañeda resultó electo como alcalde del municipio de Regidor en las elecciones locales de octubre de 2003. En el año 2002, Urrego Castañeda realizó el primer ensayo de cultivo de palma africana que se hizo en la isla de Papayal en una de las fincas de su propiedad, en la hacienda “Puerto Rico”. Y para las elecciones de octubre de 2003,<sup>13</sup> Urrego puso en el centro de su campaña política la palma africana como el motor del progreso de la isla de Papayal.

De acuerdo con declaraciones consignadas en la Sentencia de 9 de febrero de 2022 de la Sala Penal del Tribunal de Cartagena, las incursiones del paramilitarismo en la Isla de Papayal estaban relacionadas con una finalidad de convertir estos territorios estratégicos en desarrollos agroindustriales de palma africana:

---

<sup>12</sup> En dicho pacto “Se acordó que entre los asistentes debían elegir a los candidatos, y los que fueran descalificados debían renunciar a sus aspiraciones. Quien desatendiera esta directriz se exponía a una ‘sanción’. Para lograrlo, se estableció un comité que debía entrevistar por separado a los candidatos y al final realizar un informe con la sugerencia de quién debía ser el candidato” (Verdad Abierta, 2010).

<sup>13</sup> Es preciso aclarar que Heriberto Urrego Castañeda fue elegido para el período 2003-2005, y que a razón de la demanda de las elecciones sólo comenzó a ejercer en propiedad a partir del 2005.

PREGUNTADO. Dígame al despacho, si usted supo cuál era la finalidad de tomar posesión de dicha hacienda por parte del grupo de las AUC. CONTESTÓ. La finalidad hasta donde yo se era que la hacienda fuera desocupada para tomar posesión de ella porque según me dijo OMEGA que se le iban a hacer unas remodelaciones para sembrar cultivos de palma, finalidad que se en que quedó dicho plan.

“PREGUNTADO. Dentro de la presente investigación se tiene la posible ocurrencia de unos hechos de desplazamiento forzado de familias dentro de un terreno de mayor extensión denominado las Pavas, ubicado en el corregimiento Buenos Aires, jurisdicción de los municipios del Peñón y San Martín de Loba, en el departamento de Bolívar, dentro de su pertenencia a los grupos al margen de la ley [...] CONTESTÓ. Sí, siendo jefe de finanzas ya se tenía conocimiento pleno de los intereses de las empresas palmeras de adquirir estos terrenos, para su explotación para lo cual acudieron a los jefes del extinto bloque central Bolívar para ese momento señores CARLOS MARIO JIMÉNEZ NARANJO, RODRIGO PÉREZ ALZATE y VENICIO BIRGUEZ MAHECHA alias JJ.

Por lo demás, estas declaraciones son coincidentes con el plan general expresado por Vicente Castaño como fórmula para incorporar los territorios y capitales de la guerra a la economía formal en un escenario post-desmovilización. En efecto, el jefe de la Casa Castaño de los paramilitares, Vicente Castaño, imaginaba a Colombia verde, con los diferentes verdes que produce el cultivo de palma (Ronderos, 2014). En la primera entrevista que concedió a un medio de comunicación, en el 2005, le dijo a la revista *Semana*:

V.C.: Si nos toca dar las tierras para programas sociales no hay diferencia porque eso ya lo venimos haciendo con proyectos productivos en varias zonas del país. Queremos que nos dejen hacer nuevos modelos de empresas que ya hemos venido desarrollando a nivel nacional. SEMANA: ¿En dónde está desarrollando esos proyectos? V.C.: En Urabá tenemos cultivos de palma. Yo mismo conseguí los empresarios para invertir en esos proyectos que son duraderos y productivos. La idea es llevar a los ricos a invertir en ese tipo de proyectos en diferentes zonas del país. Al llevar a los ricos a esas zonas llegan las instituciones del Estado. Desafortunadamente las instituciones del Estado sólo le caminan a esas cosas cuando están los ricos. Hay que llevar ricos a todas las regiones del país y esa es una de las misiones que tienen todos los comandantes. (Semana, 2005).

Por su parte, Heriberto Urrego Castañeda consignó en su Plan denominado “*Con el Cambio Rescataremos Nuestro Municipio*” que

[...] el sector agropecuario se considera la base fundamental del desarrollo del Municipio de Regidor, es por ello que en el presente Plan de Desarrollo se tomará como estrategia general para el periodo 2003-2005, “a explotación adecuada de la actividad agropecuaria” con la finalidad de buscar un desarrollo Municipal que beneficie a toda la población en general, así mismo el sector microempresarial, principalmente en actividades de tipo agroindustrial que debe ser fuente generadora de empleo, por lo tanto se le debe brindar todo el apoyo requerido en procura del desarrollo Municipal”. (BOLÍVAR, 2004, p. 79).

Determinando como propósito central “impulsar y apoyar el establecimiento del cultivo de palma africana, siguiendo los lineamientos del gobierno nacional” (BOLÍVAR, 2004), Urrego concibió en su plan de desarrollo un conjunto de estrategias para la consolidación de un modelo agroindustrial de producción en la isla de Papayal. Dichas estrategias consistían en

Adquisición de nuevas tecnologías y modernización de los sistemas de explotación y producción, integrando a los productores en asociaciones y agremiaciones para lograr su fortalecimiento en el mercado. Impulsar programas de transferencia de tecnología para los sectores agropecuario y pesquero. Gestionar el mejoramiento de los canales de comercialización de los productos agropecuarios. Impulsar la transformación de la producción agropecuaria hacia un proceso agroindustrial que jalone el desarrollo económico y social del Municipio. (BOLÍVAR, 2004, p. 91).

Como bien lo señala el plan de desarrollo de Urrego, esta *transvaloración* se encontraba en sintonía con el plan de desarrollo del gobierno nacional 2003-2006 “Hacia Un Estado Comunitario” (Ley 812 de junio 26 de 2003). Y no era sólo una impresión de Urrego. Los paramilitares así también lo percibían. En una audiencia, presidida por la magistrada Alexandra Valencia, de la Sala de Justicia y Paz del Tribunal Superior de Bogotá, la Magistrada le preguntó a alias “Ernesto Báez”, por las coincidencias entre el libro de su autoría titulado “*Escenarios para la paz a partir de la construcción de regiones*”, y el proyecto político del presidente en ese período. Ante la pregunta, el jefe político del Bloque Central Bolívar, afirmó

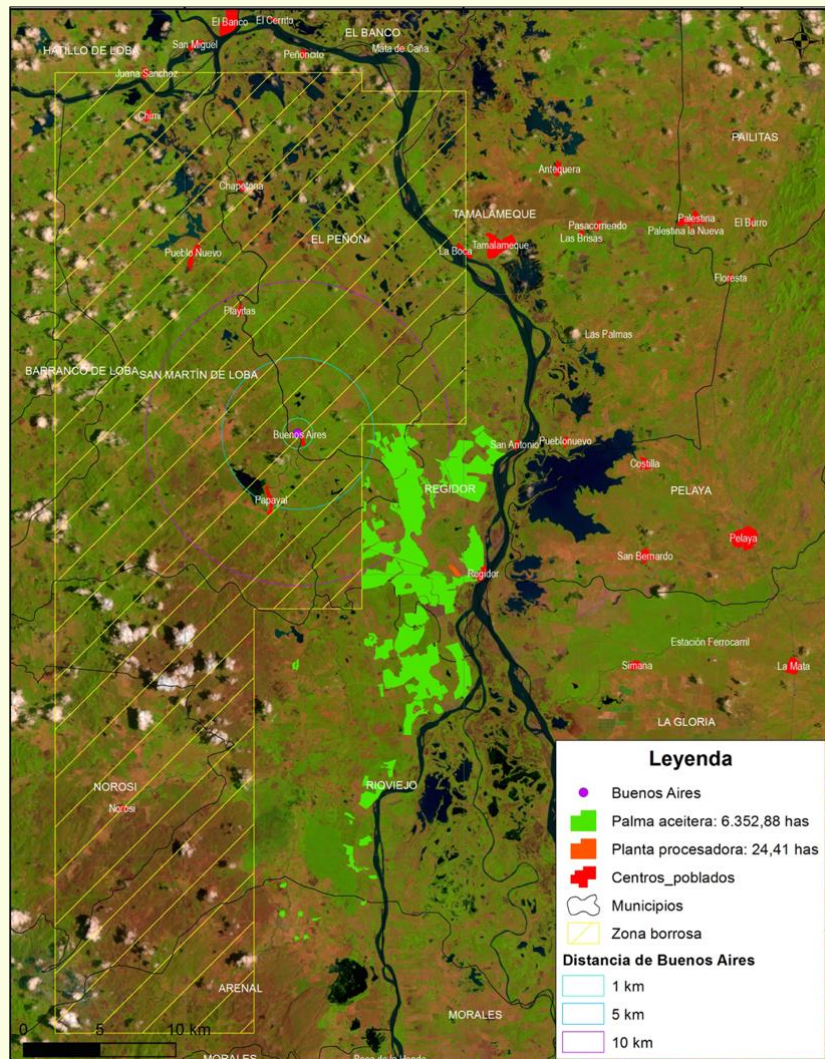
[...] de los grandes acontecimientos que hemos celebrado en el país es la elección del doctor Uribe Vélez, y todavía, la reelección. Ese libro lo escribí yo, producto de una serie de investigaciones, de amigos, de asesores. Pero, desde luego que la consigna no podía ser que, frente a una propuesta de modelo de desarrollo económico, frente a una propuesta de sustitución de cultivos, frente a una propuesta referida al tema agrario, fuéramos a entrar en contradicciones con quien llegaba a la Presidencia, pero, además, se trataba de una llegada celebrada enormemente por nosotros. Aparte de propuestas sueltas que hay ahí, aparte de estadísticas que nosotros manejamos en ese libro, lo cierto es que no hay una sola contradicción de fondo entre el pensamiento de un gobierno en el campo político, económico y social, y nosotros. (Verdad Abierta, 2014).

Considero que es preciso realizar una aclaración central: independientemente de los vínculos existentes o no entre el gobierno nacional y los paramilitares, ambos actores coincidían en el contenido de la transvaloración que se debía implementar en estos espacios, coincidían en la necesidad de cambiar las formas de sociabilidad en el campo por el bien de la economía de la Nación. Se trataba, en último término, de diferentes agentes que coincidían en homogeneizar una particular idea de Estado que promoviera a las empresas de palma como el motor de la producción del valor social nacional, a partir de la transformación de la visión moral del mundo de los campesinos.

Y en último término, esa promoción de las empresas de palma, como las programadoras de los valores sociales de la nación, implicó en la región una expansión del cultivo de palma desde el municipio de Regidor, gobernado por Heriberto Urrego Castañeda, hacia el norte, en el municipio de El Peñón, y hacia el sur en el municipio de Rioviejo. Los cultivos se fueron ensanchando, copando los espacios de tierra firme que quedaban entre los caños. (Ver Figura 2).



Figura 2. Mapa de la expansión del cultivo de palma en la isla de Papayal (2002-2015)



Fonte: Nicolás Vargas para el proyecto “Disputas Territoriales” de la Pontificia Universidad Javeriana. Reproducido con permiso del autor y del proyecto.

### La fantástica desaparición del agua

La expansión del cultivo de palma fue eliminando las posibilidades de habitar la Isla de Papayal. Las veredas fueron desapareciendo a medida que el cultivo se fue extendiendo. El agua que antes era fuente de vida para las personas que habitaban las veredas, era ahora la fuente de vida de las palmas. La escuela también desapareció. Así como los caminos por los que transitaban los campesinos y estudiantes. El lugar se convirtió en inhabitable.

Efraín Alvear Olivares, campesino nativo de la isla de Papayal, a su propio puño reelaboró el mapa oficial contenido en las planchas cartográficas del Instituto Geográfico Agustín

Codazzi, buscando que con este mapa se recupere la memoria y vida de los auténticos bonaerenses (de los y las nacidos en el municipio de Buenos Aires, ubicado en la isla de Papayal), y más aún, se evidencie los cambios sufridos por causa de las incursiones de los paramilitares, así como las actividades realizadas por los ganaderos y las empresas de palma. Es un mapa que muestra la pérdida que ha tenido ese territorio con ocasión a estos agentes que han reconfigurado la ecología de la isla de Papayal.

En las convenciones que realiza para este nuevo mapa Efraín escribe: “La Isla de Papayal: Sus pueblos principales, sus veredas, sus caños internos, sus ciénagas y pozas, sus caminos vehiculares, sus calzadas antiguas.” Más abajo, se resalta “la línea que señala los playones o territorios comunales que han sido respetados y conservados por los auténticos bonaerenses como un legado de beneficio a todos los habitantes de este corregimiento”. (Figuras 3 y 4)

En el mapa de Efraín, se encuentran espacializadas prácticas que, con el paso del tiempo, han ido arrebatando la libertad a los campesinos que habitan la isla, y amenazando la continuidad de sus vidas. En color naranja, se subraya “la reducción territorial del corregimiento de Buenos Aires como consecuencia de la creación del municipio de El Peñón y presión del capital multinacional palmero”. En amarillo, se resaltan “las veredas de Buenos Aires que desaparecieron por el cultivo de palma”. Además, se señalan las ciénagas, pozas y caños que han sido “contaminados o secados por efecto del cultivo de palma de aceite”. Finalmente, en este trabajo, Efraín advierte el peligro de un “muro que está construyendo la empresa palmera que es una amenaza para el corregimiento de Buenos Aires”.

El agua fue el recurso sobre el que más se intervino para la expansión del cultivo. Después de una visita para evaluar el impacto ambiental, los expertos señalaban:

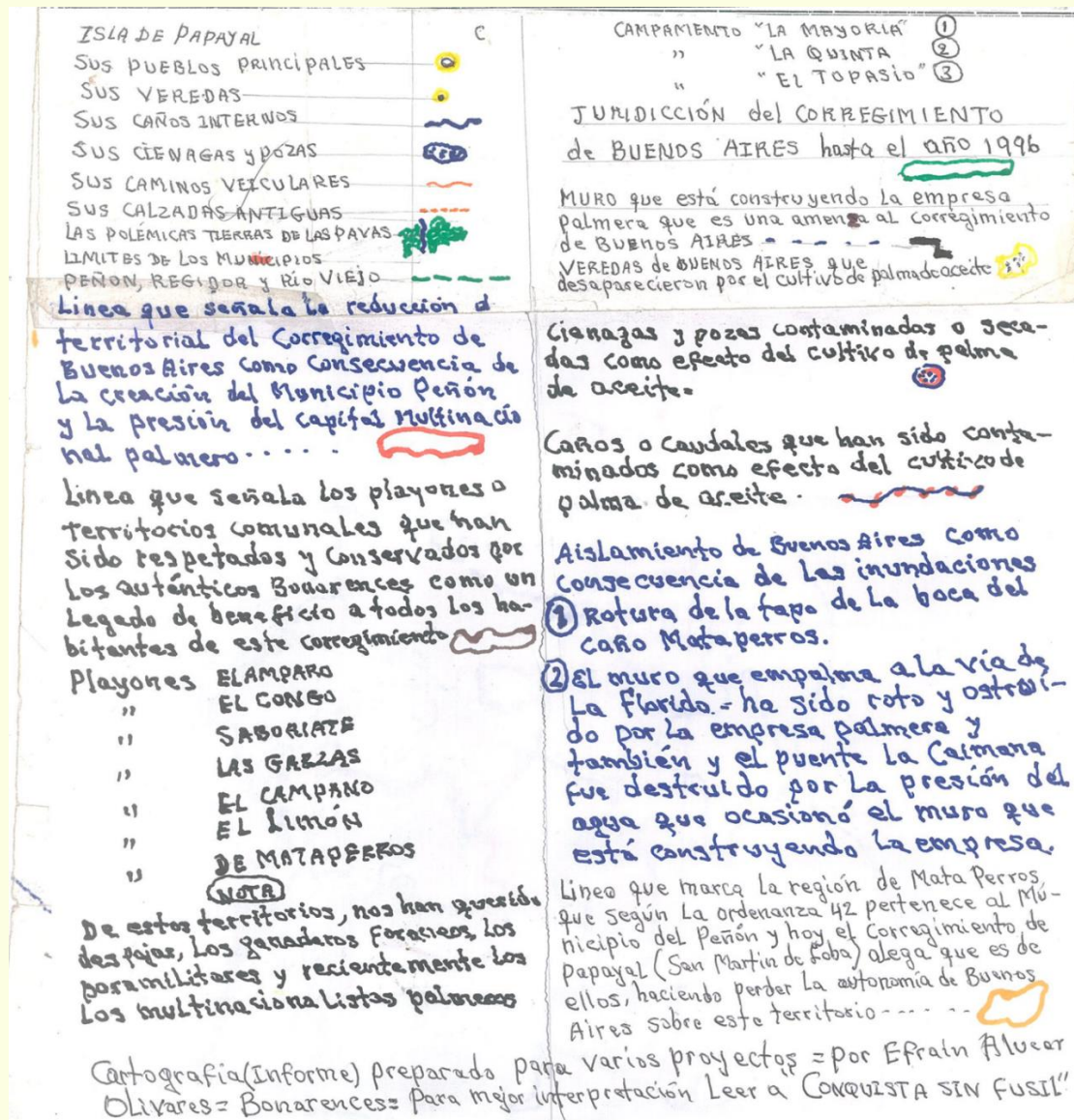
Un aspecto a resaltar en todos los puntos de observación y durante el recorrido, es la afectación a la hidrodinámica natural de los complejos cenagosos ya sea por diques, vías, terraplenes, siembra de palma en áreas de ronda, entre otros, lo que genera grandes afectaciones a los cuerpos de agua, ya que al volverlos, intencionalmente, cuerpos lénticos, se influencia la putrefacción de la materia orgánica contenida en las aguas y posterior eutroficación por la falta de oxígeno, causando afectaciones a las características organolépticas de las mismas (olor y color). (PDPMM 2010, p. 20).

Una de estas alteraciones de máximo impacto fue la construcción de un terraplén en sentido oriente–occidente, que bloqueó el paso de corriente en el Caño Solera, desviando las aguas hacia Caño Elvira. La cartografía realizada por Efraín Alvear sirvió de guía para el estudio elaborado por Adriana M. Beltrán Ruiz y Elías Helo Molina<sup>14</sup> quienes sostienen que los taponos, cambios en la geomorfología del suelo y cambios en el uso del suelo llevan a que estos importantes cuerpos de agua dejen de cumplir funciones estructurales para los ecosistemas. A una escala más detallada pueden observarse estas afectaciones en los tres caños más importantes para los pobladores de Buenos Aires. El curso del caño Solera (Figura 5) está detenido debido a la construcción de la carretera que comunica el campamento de la empresa con los cultivos de palma. En el momento de la salida de campo, se detalló que en el caño solo había agua empozada que no lograba pasar por un tubo pequeño que hay debajo de esta carretera (tubo que con dificultad se alcanza a detallar). (Beltrán Ruiz; Helo Molina, 2018, p. 34).

---

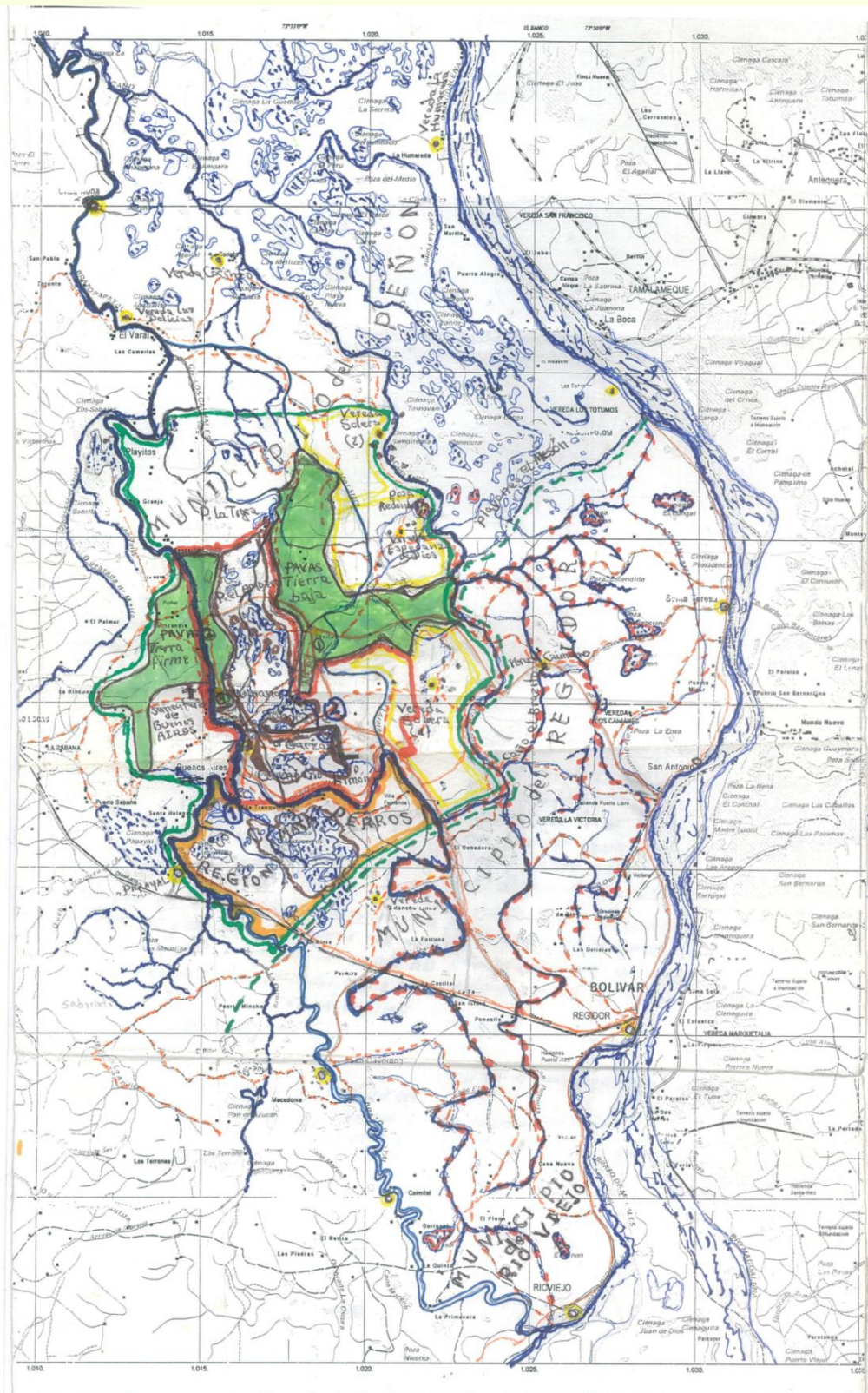
<sup>14</sup> Dicho informe se realizó en el marco del proyecto: “Cuando tengamos la tierra, crecerá la: restitución de tierras y construcción de paz con comunidades étnicas y campesinas”. Financiado por la Unión Europea. Contrato N°. EIDHR/2015/371-341.

Figura 3. Convenciones del mapa de la Isla de Papayal realizado por Efraín Alvear Olivares



Fonte: Efraín Alvear Olivares.

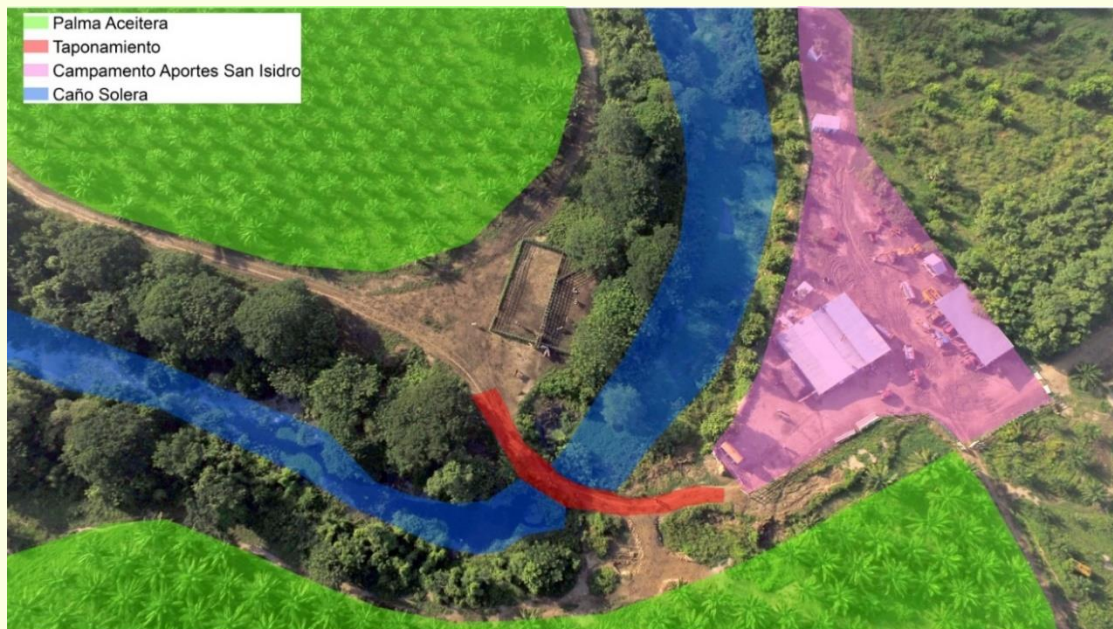
Figura 4. Mapa de la Isla de Papayal realizado por Efraín Alvear Olivares



Fonte: Efraín Alvear Olivares.

La misma operación de taponamiento del flujo de agua, mediante la construcción de carreteras para el transporte de los frutos de la palma africana, se efectuó en los otros dos caños claves de la isla de Papayal: el caño Sietecuecos (Figura 6), y el caño Lázaro (Figura 7).

Figura 5. Toma aérea con el dron, tapón Brisas. 4 de noviembre de 2016



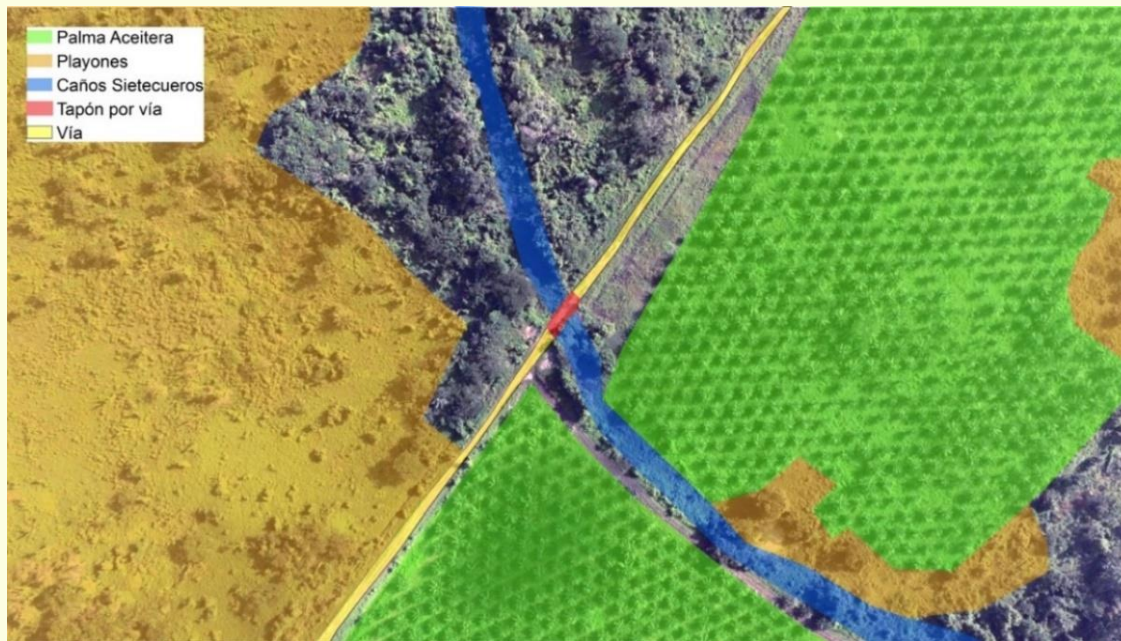
Fonte: Beltrán Ruiz; Helo Molina (2018).

Figura 6. Tapón en caño Lázaro. 4 de noviembre de 2016



Fonte: Beltrán Ruiz; Helo Molina (2018).

Figura 7. Tapón en caño Sietecueiros. 4 de noviembre de 2016



Fonte: Beltrán Ruiz; Helo Molina (2018).

Figura 8. Toma aérea de cultivo de palma en playón. Las Pavas. 4 de noviembre de 2016



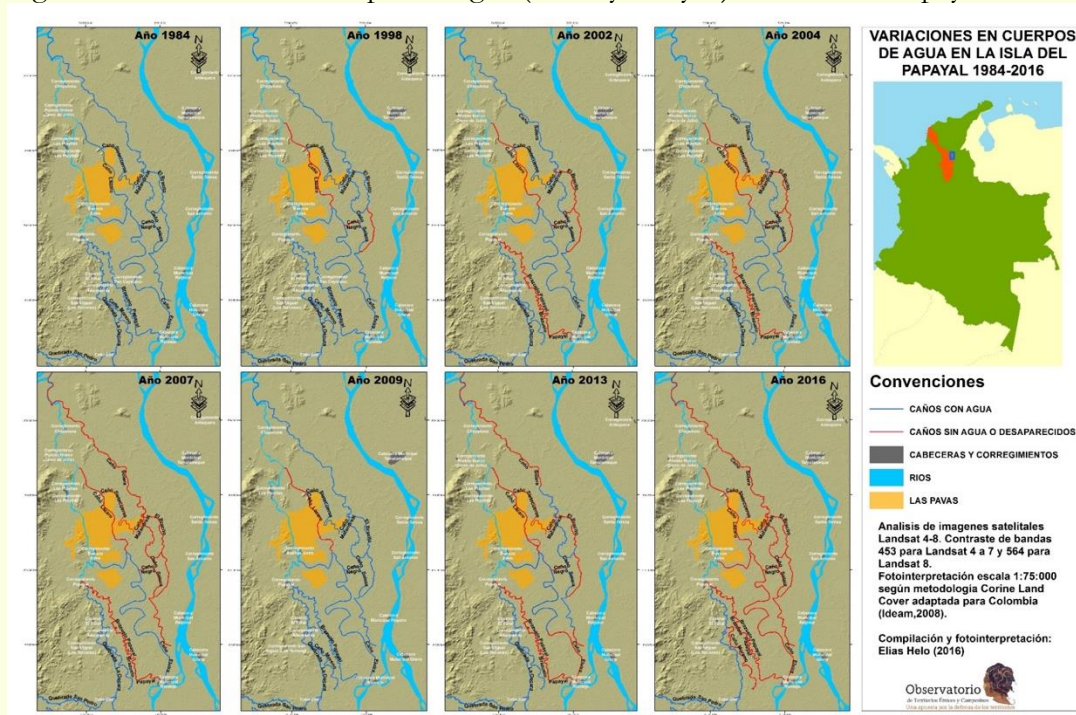
Fonte: Beltrán Ruiz; Helo Molina (2018).

De acuerdo al estudio citado de Beltrán y Helo, estas intervenciones hidráulicas para desarrollar el cultivo de palma implicaron la canalización del agua para el riego de la plantación, a partir del desecamiento de playones comunales tal y como se puede revelar en la figura 8, en la que se puede detallar que el cultivo

[...] ha ocupado algunas zonas de inundación como los playones, dejándolos aislados en un mosaico de monocultivo. Por otro lado, en la imagen también es posible observar cómo la palma de aceite se encuentra sembrada en el margen de un caño que ha sido canalizado, evitando así el crecimiento de un bosque ripario que podría protegerlo. Los bosques riparios son ecosistemas diversos, dinámicos y complejos, ya que son la interface entre los ecosistemas terrestres y los acuáticos. (Beltrán Ruiz; Helo Molina, 2018, p. 27).

Estas intervenciones de ingeniería hidráulica han implicado la desaparición del agua en la isla. Beltrán y Helo lo retratan a través de un análisis satelital que da cuenta de la variación de los cuerpos de agua a lo largo de los años. Como puede observarse en la figura 9, para el año 2016, la mayoría de los caños se secaron en su totalidad.

Figura 9. Variaciones en cuerpos de agua (caños y arroyos) en la isla de Papayal



Fonte: Beltrán Ruiz; Helo Molina (2018).

¿Cómo es posible que el agua de la isla, que presenté al inicio de este trabajo como abundante, haya desaparecido en el transcurso de treinta años? ¿Cómo es posible que esta increíble desaparición sea defendida como una forma de sociabilidad ideal para la vida de una nación? ¿Cómo es posible, en fin, que este proceso histórico de exterminio de la isla como hábitat sea presentado como un “proyecto de desarrollo” y de “libertad de las empresas”? A continuación, dedico las últimas líneas de este ensayo a una reflexión sobre la condición de posibilidad de este acto de desaparición del agua, planteando que las prácticas de exterminio son concomitantes a unas operaciones muy particulares de tratamiento de la realidad que propongo llamar la magia del neoliberalismo.

## Conclusiones: La magia del neoliberalismo

Para analizar la emergencia del neoliberalismo como saber en la sociedad contemporánea resulta de especial relevancia el análisis del profesor de la Universidad Nacional de Lanús, Pablo Méndez, quien vuelve sobre los trabajos de Michel Foucault sobre el particular:

Los análisis esbozados por Michel Foucault en el curso *Naissance de la biopolitique* (2004 [1979]) siguen siendo hasta el día de hoy una importante referencia para la conceptualización del neoliberalismo. Entre las múltiples posibilidades de investigación que se abren a partir de los mismos, hemos optado por indagar las estrategias mediante las cuales la empresa –entendida como elemento semántico proveniente del lenguaje económico– se articula con una forma novedosa de programación social. Así lo advertía Foucault en *Naissance de la biopolitique*: la multiplicación de la forma empresa dentro del cuerpo social constituye el objetivo de la política neoliberal. Se trata de hacer del mercado, la competencia y, por consiguiente, de la empresa, lo que podría llamarse el poder informante de la sociedad. (Foucault 2004: 154). Este programa político implica algo más que la aplicación directa de criterios económicos sobre la realidad social. Su objetivo consiste en que la empresa se constituya en sí misma como una forma de sociabilidad. (Méndez, 2020, p. 67).

Estos trabajos genealógicos sobre el neoliberalismo ayudan a comprender el camino que recorrió para consolidarse como un saber que postula a las empresas como los motores del bienestar en la sociedad, y la condición de posibilidad de la libertad de las personas. Ahora bien, la genealogía también permite hacer evidente que esta fórmula política, enfocada en el bienestar y la libertad como promesas positivas que encarna, no enuncia las fuerzas que busca dominar, poco habla sobre sus antagonistas: el neoliberalismo, como forma de sociabilidad triunfante, vela las acciones de desplazamiento en contra de otras formas de sociabilidad precedentes.

El argumento que propongo, a continuación, consiste en afirmar que esa velación del acto de desaparición de las formas precedentes de sociabilidad se articula mediante el recurso a mecanismos de la magia como saber y práctica. La disciplina antropológica ha brindado herramientas apropiadas para comprender la magia como un recurso cultural humano, presente aún entre nosotros, muy a pesar de las ínfulas modernizantes que la condenan como mecanismo primitivo de interpretación de lo real. En efecto, el paradigma epistemológico moderno opone el pensamiento mágico a un tipo de conocimiento que procede del análisis de la realidad cuyo devenir es racionalizado bajo los términos de la ley natural, entendiendo esta “como una serie de acontecimientos que ocurren en orden invariable y sin la intervención de agentes personales” (Frazer, 1993, p. 33).

Bajo este paradigma, que ha dado en postularse como científico, la magia hace parte del mundo del “salvaje” quien concibe

[...] con dificultad la distinción entre lo natural y lo sobrenatural, comúnmente aceptada por los pueblos ya más avanzados. Para él, el mundo está funcionando en gran parte merced a ciertos agentes sobrenaturales que son seres personales que actúan por impulsos y motivos semejantes a los suyos propios, y como él, propensos a modificarlos por apelaciones a su piedad, a sus deseos y sus temores. En un mundo así concebido



no ve limitaciones a su poder influir sobre el curso de los acontecimientos en beneficio propio. (Frazer, 1993, p. 33).

De forma paralela al estudio de la magia como arcaísmo de la cultura, otras aproximaciones comprenden las operaciones de la magia como actos estructurantes de la sociabilidad de los grupos humanos, y por ello, es difícil prever su desuso. Es el punto de Henri Hubert y Marcel Mauss cuando afirman que las operaciones mentales de la magia “comparten juicios verdaderos y razonamientos conscientes. Estos juicios son de aquellos que llamamos juicios de valor, es decir, que son afectivos. Están dominados por deseos, temores, esperanzas, etc., en una palabra, por sentimientos” (Hubert; Mauss, 1946, p. 39).

Al considerar las operaciones mágicas como enunciaciones de juicios de valor enraizados en sentimientos humanos, Hubert y Mauss subrayan la condición colectiva de este proceso de formación de valor: “En efecto, los juicios y los razonamientos de la magia y la religión son de aquellos sobre los cuales se ponen de acuerdo sociedades enteras. Este acuerdo debe tener otras razones que los encuentros fortuitos de sentimientos caprichosos” (Hubert; Mauss, 1946, p. 40).

Dicho lo anterior, es necesario pensar el recurso humano a la magia como un cúmulo de acciones y esfuerzos colectivos encaminados a promover formas de valoración de la realidad a partir del trámite de los sentimientos básicos de quienes integran un grupo: la magia es un saber experto en la canalización de las emociones humanas a partir de una reorganización del campo de la imaginación. La operación mágica es exitosa toda vez que canaliza emociones negativas que se viven en el presente, sustituyéndolas por un conjunto de imágenes positivas que, a pesar de que se proyectan hacia el futuro, reestructuran la sensibilidad del ahora como un tiempo pleno de goce. En una línea, los actos mágicos hacen posible que quien recurre a estos consiga alinear en el campo de su imaginación su deseo con la realidad.

Ahora bien, si se piensa este recurso como fruto de una actividad humana, es preciso concebir que los juicios de valor que vehiculiza la operación mágica entran en disputa con otras formas de valoración. En efecto, la operación mágica no emerge en un vacío de valoración de la realidad pues surge como contra, es decir, como mecanismo para dominar una realidad que se postula como antagonista, como fuente de emociones negativas, y que pretende ser transformada y doblegada.

En las narraciones de origen de los pueblos abundan las escenas de antagonismos entre diferentes entidades que fundan y ordenan la vida, a partir de diversas formas de valoración de la sociabilidad, y a su vez, de los poderes mágicos que dichas entidades logran desplegar para contrarrestar las fuerzas antagonistas. Estructuralmente, estos dramas de fundación exhiben con gran resplandor la disputa de fuerzas mágicas que ordenan de manera definitiva la forma de sociabilidad del pueblo. A título de ejemplo, recurro aquí a la narración de los hebreos sobre el levantamiento de la torre de Babel, apelando a la recopilación que hace Frazer sobre una tradición judía, que ha tejido durante siglos los más peculiares detalles de esta historia.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> A continuación, realizaré una traducción libre de la presentación que Frazer realiza de la historia hebrea de la torre de Babel. Entre otras fuentes, Frazer usa principalmente el *capítulo XI (1-9) del libro del Génesis*, el comentario del Reverendo John Skinner a dicho pasaje, el libro de Flavius Josephus *Antiquities of the Jews*, el estudio "Der Thurm zu Babel" de B. Stade, y el libro de Louis Ginzberg *The Legends of the Jews*. (Frazer, 1918).

En los primeros tiempos del mundo toda la humanidad hablaba la misma lengua. Viajando desde el este como nómadas en una enorme caravana, llegaron a las grandes llanuras de Shinar o Babilonia, y allí se establecieron. Construyeron sus casas con ladrillos, unidos con una argamasa, porque la piedra es escasa en el suelo aluvial de estas vastas llanuras pantanosas. Pero no contentos con construirse una ciudad, se propusieron construir con los mismos materiales una torre tan alta que su cúspide llegara al cielo; esto lo hicieron para hacerse un nombre, y también para evitar que los ciudadanos se dispersaran por toda la faz de la tierra. Pues cuando alguno se alejaba de la ciudad y se perdía en la llanura sin límites, miraba hacia el oeste y veía a lo lejos la silueta de la alta torre que se alzaba oscura contra el brillante cielo del atardecer, o miraba hacia el este y contemplaba la cima de la torre iluminada por los últimos rayos del sol poniente. Así se orientaba y, guiado por el punto de referencia, volvía a casa.

Su plan era bueno, pero no contaron con los celos y la fuerza del Todopoderoso. Porque mientras ellos construían con toda su vigor y empeño, Dios bajó del cielo para ver la ciudad y la torre que los hombres estaban levantando tan rápidamente. La vista le disgustó, pues dijo: "He aquí que son un solo pueblo, y todos tienen una sola lengua; y esto es lo que empiezan a hacer: y ahora no se les negará nada de lo que se proponen hacer". Al parecer, temía que, cuando la torre llegara al cielo, los hombres subieran en tropel a ella y lo acorralaran en su guarida, cosa que no debía pensarse. Así que resolvió cortar de raíz el gran proyecto. -"Vamos", se dijo a sí mismo, o a sus consejeros celestiales, "bajemos y confundamos allí su lenguaje, para que no se entiendan entre sí". Así pues, bajó y confundió su lengua y los dispersó por toda la faz de la tierra. Por lo tanto, partieron para construir la ciudad y la torre; y el nombre del lugar se llamó Babel, es decir, Confusión, porque Dios confundió allí la lengua de toda la tierra. (Frazer, 1918, p. 362-363).

Esta narración presenta, en primer plano, el sentimiento de miedo del Todopoderoso, y de sus consejeros celestiales, ante la proyección *ad infinitum* de la fuerza mágica de ese grupo humano con su empresa de alta ingeniería. En la historia del pueblo hebreo, el miedo de la divinidad fue tramitado con el recurso a la fuerza mágica de distorsión de las lenguas, construyendo un obstáculo a la comunicación humana. Pensado desde la perspectiva del grupo humano, que habita la tierra, esta torre infinita hace posible tramitar el miedo a la fragmentación del grupo, a su dispersión por el mundo, y a toda potencia que tenga la capacidad de lograr su división.

De hecho, Frazer recauda antiguas historias hebreas que explícitamente confirman y profundizan el antagonismo entre las fuerzas en conflicto:

[...] la empresa de la torre fue una rebelión lisa y llana contra Dios, aunque los rebeldes no estaban de acuerdo en sus objetivos. Algunos deseaban escalar el cielo y hacer la guerra al Todopoderoso en persona, o erigir sus ídolos para que fueran adorados en su lugar; otros limitaban su ambición al plan más modesto de dañar la bóveda celestial con lluvias de lanzas y flechas. La torre se construyó durante muchos años. Llegó a ser tan alta que, por fin, un albañil tardó un año entero en ascender a la cima con su ladrillo a cuestas. Si se caía y se rompía el cuello, nadie se preocupaba por el hombre, pero todo el mundo lloraba por el ladrillo, porque se tardaba un año entero en reponerlo en la cima de la torre. Se trabajaba con tanto ahínco que una mujer no interrumpía su tarea de albañilería ni siquiera para dar a luz a un niño; se limitaba a atar al bebé con una sábana alrededor de su cuerpo y seguía moldeando ladrillos como si nada hubiera pasado. Día y noche, el trabajo no disminuía; y desde su vertiginosa altura lanzaban flechas del cielo, que volvían a ellas empapadas de sangre; por lo que gritaban: "Hemos matado a todos los que están en el cielo". Por fin, la deidad, tan sufrida, perdió la paciencia y, dirigiéndose a los setenta ángeles que rodean su trono, les propuso que

bajaran todos a confundir la lengua de los hombres. No bien se dijo, sino que se hizo. Los malentendidos que surgieron en consecuencia fueron frecuentes y dolorosos. Un hombre, por ejemplo, pedía mortero y el otro le entregaba un ladrillo, con lo que el primero, enfurecido, lanzaba el ladrillo a la cabeza de su compañero y lo mataba. Muchos perecieron de esta manera, y el resto fue castigado por Dios según los actos de rebeldía que habían meditado. En cuanto a la torre sin construir, una parte se hundió en la tierra y otra fue consumida por el fuego; sólo un tercio quedó en pie. El lugar de la torre nunca ha perdido su cualidad peculiar. (Frazer, 1918, p. 364).

Al poner en escena las dos perspectivas en disputa, la celestial y la terrenal, es evidente que esta narración de origen del pueblo hebreo está desplegando un profundo escenario de transvaloración sobre las formas de sociabilidad de la vida humana: la vida nómada vs. la vida sedentaria; la vida de múltiples naciones dispersas por el mundo vs. la vida de una sola nación; la vida en la pluralidad de lenguas vs. la vida en una lengua homogénea. En este escenario de antagonismo de valores, el drama sobreexpone operaciones mágicas o actos demostrativos que logran lo que parecería imposible: la destrucción de una de las fuerzas en disputa, la desaparición de aquella fuerza que se postula como obstáculo para alcanzar el goce pleno de quien despliega el último acto de poderío fantástico.

En estos términos, el poder de la magia como mecanismo para la reorganización de los sentimientos humanos y su imaginación se basa en la fuerza de negación de una realidad:<sup>16</sup> una técnica mágica operando efectivamente tiene la capacidad de crear un mundo, imaginario pero vivido como real, en el que los sentimientos negativos y las fuerzas que los motivan desaparecen. Una vez cancelada la negatividad en el campo de la imaginación, la magia estructura la credibilidad de los miembros del grupo en la promesa de ensanchamiento del impulso fáustico,<sup>17</sup> esa fuerza que lucha contra todo obstáculo que se interponga entre el ser humano y su posibilidad de alcanzar la felicidad absoluta.

Es en ese sentido que la magia, al prometer la desaparición de los obstáculos de la vida humana y transformar los sentimientos negativos que estos generan en una emoción de goce pleno, produce la fantasía como valor colectivo. Y aquí es clave subrayar: la fantasía no es algo que carece de realidad. Todo lo contrario, sus efectos en la realidad son poderosísimos. La magia construye fantasías que hacen posible ordenar *el campo de la imaginación humana* de tal suerte que hace “real”, simultáneamente, la desaparición de las entidades antagónicas y hace “real” la promesa de la felicidad.

Sin embargo, la fuerza de la fantasía producida por las operaciones mágicas se suele desgastar toda vez que en los grupos humanos emergen conflictos cognitivos sobre la consecución definitiva del exterminio de las entidades que producen los sentimientos negativos o de su sustituto, el goce absoluto. Se trata de períodos críticos para los magos, pues sus mecanismos para orientar el mundo hacia el impulso fáustico no son eficaces: los creyentes en la fantasía dejan de pensar y actuar con su deseo, y enfocan su mirada hacia la pervivencia de los obstáculos a la felicidad, y desde este foco, renacen las emociones tristes que derrumban la credibilidad en los sueños dorados, que ahora se vislumbran como oropeles.

El caso de la Isla de Papayal que aquí he descrito es un escenario en el que se evidencian un conjunto de operaciones mágicas que han emprendido, los magos del neoliberalismo, para

---

<sup>16</sup> El argumento ha sido desarrollado a profundidad en Taussig (1999).

<sup>17</sup> La exploración en la literatura de las operaciones mágicas para la eliminación del límite ha sido abordada en Castro (1991).

agenciar una transvaloración social en la que empresas de palma africana aspiran a convertirse en el motor de producción de valor social. Ante la nación colombiana han prometido que lograrán insertar las “improductivas” ciénagas del valle del río Magdalena en la próspera economía global, trasformando el agua desaparecida en altísimas tasas de retorno para el capital invertido. Es, ciertamente, una operación de alquimia. Agua = Palma = Aceite = Rendimiento financiero = Goce Pleno.

Aunque la tarea de dominación de los pantanos históricamente estuvo en cabeza de los Estados modernos,<sup>18</sup> en nuestro particular proceso de construcción nacional, dicha tarea ha sido asumida por las empresas de palma africana. Y en este contexto histórico particular, el acto mágico de desaparición del agua y exterminio de las vidas cuya forma de sociabilidad dependen de ella, hace parte del mundo fantástico de la *biofinanciación*<sup>19</sup> neoliberal: los magos del neoliberalismo han logrado reorganizar la imaginación de ciertos grupos humanos de tal suerte que una isla, un río, un trabajador, un bosque, el oxígeno que produce, y toda entidad presente en el universo, puede ser convertido en un título de valor financiero negociable en el mercado; de esto se trata la contemporánea operación mágica de la *biofinanciación*.

Si Michel Foucault, en 1979, buscaba las raíces del neoliberalismo en los postulados discursivos del ordoliberalismo alemán y la escuela de Chicago, cuyo núcleo argumentativo consistía en el posicionamiento de las empresas como el centro de la sociabilidad para el gobierno de la vida; fue Michael Taussig, en 1980, quien en las zonas de colonización de las selvas suramericanas, describió el dispositivo de la magia como recurso cultural canalizador del impulso fáustico que alienta la transvaloración social, promovida por los colonos que buscan integrar la selva al comercio global (Taussig, 2010). La magia y sus mecanismos son los que hacen realidad lo que parece inverosímil: la creación de un mundo fantástico en el que las fuentes de vida presentes en la selva puedan convertirse en transacciones bursátiles de Wall Street.

La magia del trabajo de Taussig consiste en poner a viajar la clásica frase sobre el fetichismo de la mercancía de Marx<sup>20</sup> a los confines de las fronteras en las que se disputan, en tiempo real, las formas de sociabilidad y valoración que promueven las empresas de

---

<sup>18</sup> En su libro sobre *Palma Africana*, Michael Taussig propone que entre los estados Modernos y los humedales (o pantanos) existe una relación de antagonismo político que pone a prueba la magia del estado. Plantea el antropólogo australiano que el Estado no podría existir sin el dominio sobre los humedales. Si el estado, por esencia, es estabilidad y homogeneización de la vida, los humedales y su diversidad se convierte en su antagonista. Por ello, la fuerza mágica del estado estaría en una relación directamente proporcional a la fuerza de la negación, control y desaparición de los humedales, transformándolos en tierra firme para la vida humana: “A los ojos de Occidente, el pantano es el fétido sumidero de la pestilencia y la podredumbre, espantoso y peor a causa de su ambigüedad; una nada, un todo, ni tierra ni agua, ni vida ni muerte, sino una purulencia burbujeante de vida-en-muerte que confunde el sujeto con el objeto y, con ello, la escritura con lo que la escritura es. Al igual que la idea de Carl Schmitt de que el soberano es quien decide la excepción, el pantano es el estado de excepción a la norma que hace la norma, el vacío místico que permite el sentido en otra parte. La excepción, señala Schmitt, es mucho más interesante que la regla. Estado y pantano se abrazan en esta oscuridad pestilente y por eso el pantano en Colombia si no en todo el mundo occidental, desde su origen se clasifica como un baldío que significa propiedad estatal que no puede ser enajenada. La ciudadanía puede utilizarlo bajo ciertas condiciones y de ciertas maneras, pero no puede ser dueña de él ni de ninguna porción del mismo y mucho menos enajenarlo. Es como un cuento de hadas en el que el poder del rey descansa, en última instancia, en algo intocable, en este caso algo pegajoso y maloliente. El pantano es más que una cuestión nacional y más que una cuestión internacional. Es una cuestión metafísica. El pantano no es la mujer inocente y vulnerable que debe ser protegida por el Estado patriarcal, sino que es el pantano el que protege al Estado” (Taussig, 2018, p. 91).

<sup>19</sup> El término ha sido desarrollado en Papadoupoulos (2018).

<sup>20</sup> “[A] primera vista, una *mercancía* parece ser una cosa trivial. Su análisis demuestra que es un objeto endemoniado, rico en sutilezas metafísicas y reticencias teológicas” (Marx, 2008, p. 87).

comercio. En estas zonas de fronteras, en donde las formas de producción de valor de la vida todavía se encuentran en disputa, es posible tener un encuentro con el diablo, conocerlo tan vivo y sano como cualquier humano, con la risa que le dan los años, y la confianza que le da la promesa de transvaloración. En su libro *El diablo y el fetichismo de la mercancía*, Taussig comparte su testimonio sobre dicho encuentro y brinda luces sobre el rol que juega el impulso fáustico en la ordenación de la imaginación humana:

Este libro intenta, por tanto, interpretar las formas capitalistas de comprensión de la realidad social. Mi estrategia consiste en considerar ciertas reacciones fantásticas y mágicas a nuestra realidad no fantástica como parte de una crítica al modo de producción moderno. Sería un error enfatizar la cualidad exótica de las reacciones de estos campesinos si, en virtud de tal énfasis, pasamos por alto las creencias y condenas éticas similares que caracterizaron gran parte del pensamiento económico en la historia de la cultura occidental hasta el final de la Edad Media, si no más allá. Desde Aristóteles, pasando por las enseñanzas de los primeros Padres Cristianos, hasta la Escolástica, se puede encontrar una hostilidad similar hacia la usura, la especulación y el intercambio injusto. Sin embargo, esta hostilidad se intensificó y se asoció con la creencia en el diablo sólo a finales de la Edad Media, la misma época en que el capitalismo emergió para su consolidación. (Taussig, 2010, p. 10).

La estrategia de Taussig de dirigir sus investigaciones a los tiempos de transvaloración, a los espacios de frontera, es lo que permite, a su vez, comprender la fuerza crítica de la magia como recurso cultural. En el caso de la isla Papayal son los campesinos quienes producen contras, con oraciones y cantos vallenatos, para quitarle fuerza a la fantasía que promueven las empresas palmeras.<sup>21</sup>

Para la población campesina, la promesa de goce absoluto que promocionan los empresarios solo les beneficia a ellos, y por ello les quieren acabar. La promesa del desarrollo nacional y la libertad de las empresas, que pregonan, sólo puede ser posible a costa de la destrucción de la fuerza vital que les ofrece la isla y sus aguas. Para la población campesina, el proyecto económico de la palma africana que se ha diseñado para la isla, no es más que la erección de una gran torre de babel sobre el desecamiento de sus ciénagas y playones.

Por un lado, la magia de las empresas palmeras destruye los entramados comunitarios construidos generación tras generación, destruye la noción de lo público y está dirigida a dominar la vida de las personas, el agua y los peces de la isla. Por su parte, las contras mágicas de la población campesina replican la contienda por la imaginación de la vida que ha acontecido desde Babel hasta nuestros días, y de alguna manera, nos ayuda a vislumbrar y a producir, en un mundo en donde se pregonan el triunfo universal del neoliberalismo, el fracaso de sus magos.

## Referencias

BAUMAN, Z. *Ética posmoderna*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.

BELTRÁN RUIZ, A.; HELO MOLINA, E. *Transformaciones y daños sociambientales en la Finca de Las Pavas (El Peñón - Sur de Bolívar)*. Bogotá: [s. n.], 2018. Proyecto: “Cuando

---

<sup>21</sup> He descrito con detalle estos recursos culturales de contramagia en el capítulo de cierre de mi libro (García, 2019).

tengamos la tierra, crecerá la semilla: restitución de tierras y construcción de paz con comunidades étnicas y campesinas” Financiado por la Unión Europea Contrato n° EIDHR/2015/371-341.

BOLÍVAR. Alcaldía Municipal Regidor. **Plan de Desarrollo Regidor 2004-2007**. Bolívar: [s. n.], 2004. Disponible en: [http://cdim.esap.edu.co/BancoMedios/Documentos%20PDF/pd\\_plan\\_de\\_desarrollo\\_regidor\\_bol%C3%ADvar\\_2004\\_2007\\_\(111\\_pág\\_486\\_kb\).pdf](http://cdim.esap.edu.co/BancoMedios/Documentos%20PDF/pd_plan_de_desarrollo_regidor_bol%C3%ADvar_2004_2007_(111_pág_486_kb).pdf).

CASTRO, B. Impulso fáustico y torres de Babel en “Primero sueño y Altazor”. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, n. 10, p. 69-78, 1991.

FALS BORDA, O. **Historia doble de la costa**. v. 1-3. Bogotá: Carlos Valencia, 2002.

FEIERSTEIN, D. **El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia Argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

FRAZER, J. G. **Folk-Lore in the Old Testament: studies in comparative religion, legend and law**. v. I. London: Macmillan, 1918.

FRAZER, J. G. **La rama dorada: magia y religión**. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GARCÍA ARBOLEDA, J. F. **El exterminio de la Isla de Papayal: etnografías sobre la construcción de paz en Colombia**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

GUTIÉRREZ, R.; RÁTIVA, S. “Producción de lo común contra las separaciones capitalistas. Hilos de una perspectiva crítica comunitaria en construcción”. *In*: ROCA-SERVAT, D.; PERDOMO-SANCHÉZ, J. (comp.). **La lucha por los comunes y las alternativas al desarrollo frente al extractivismo: miradas desde las ecología(s) política(s) latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 41-66.

HUBERT, H.; MAUSS, M. **Magia y sacrificio en la historia de las religiones**. Buenos Aires: Lautaro, 1946.

KAFKA, F. “Cuando empezó a construirse la Torre de Babel”. *In*: KAFKA, F. **El silencio de las sirenas: escritos y fragmentos póstumos**. Bogotá: Random House Mondadori, 2012. p. 238-239.

LIZARRALDE, R. D. Clausura del XXXIII Congreso Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite. **Revista Palmas (Fedeplama)**, n. 26, 2005.

MARX, K. **El capital**. v. 1. México, DC: Siglo XXI, 2008.

MÉNDEZ, P. M. La función social de la empresa en el ordoliberalismo y la economía social de mercado: aportes para una conceptualización del neoliberalismo. **Economía y Política**, v. 7, n. 1, p.63-93, 2020.

MOW, J. M. “Impactos ambientales de la actividad palmera”. *In*: VARGAS, R.; MOW, J. M.; RIVAS, A.; PÉREZ, M. **Primer informe comisión independiente Caso Las Pavas Bolívar-Colombia**. Bogotá: Bodyshop-Christian Aid, 2010.

PAPADOUPOULUS, D. **Experimental practice technoscience, alterontologies, and more-than-social movements**. Durham: Duke University Press, 2018.

PDPMM. **Impactos ambientales de la expansión de Palma Aceitera en el Magdalena Medio, hablan los pobladores**. Barrancabermeja: [s. n.], 2010. Programa de Desarrollo y Paz del Magdalena Medio, 2010.

REYES POSADA, A. **Guerreros y Campesinos: el despojo de tierra en Colombia**. Bogotá: Norma, 2009.

ROCA-SERVAT, D. “Introducción: los comunes desde las ecología(s) política(s) del Sur/Abya-Yala. Visibilizando alternativas al desarrollo extractivista en la región”. *In*: ROCA-SERVAT, D.;

PERDOMO-SANCHÉZ, J. (comp.). **La lucha por los comunes y las alternativas al desarrollo frente al extractivismo: miradas desde las ecología(s) política(s) latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, 2020. P. 27-40.

RONDEROS, M. T. **Guerras recicladas: una historia periodística del paramilitarismo en Colombia.** Bogotá: Aguilar, 2014.

SEMANA. Habla Vicente Castaño, 9 sept. 2008. Disponible em: <http://www.verdadabierta.com/victimarios/328-habla-vicente-castano>.

TAUSSIG, M. **Defacement: public secrecy and the labor of the negative.** Stanford: Stanford University Press, 1999.

TAUSSIG, M. **Palma Africana.** Chicago: Chicago University Press, 2018.

TAUSSIG, M. **The devil and commodity fetishism in South America.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

URIBE VÉLEZ, A. Palabras de clausura – XXXIII Congreso Nacional de Cultivadores de palma de aceite. **Revista Palmas (Fedeplama)**, n. 26, 2005.

VERDAD ABIERTA. **Alfonso López Cossio y el “pacto de Barranco de Loba”, 8 de enero, 2010.** Disponible em: <http://www.verdadabierta.com/la-historia/2119-alfonso-lopez-cossio-y-el-pacto-de-barranco-de-loba>.

VERDAD ABIERTA. **Hubo identidad política con Álvaro Uribe Vélez: alias Ernesto Báez,** 24 de julio, 2014. Disponible em: <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/juicios/626-bloque-central-bolivar/5385-hubo-identidad-politica-con-el-senador-alvaro-uribe-velez-alias-ernesto-baez>.

# Geontologias<sup>1</sup>

Elizabeth A. Povinelli

## Figuras e táticas

Por um longo período muitos acreditaram que a Europa Ocidental criou e depois espalhou, globalmente, um regime de poder que pode ser melhor descrito como biopolítico. A biopolítica foi elaborada como o “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar [...] numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (Foucault, 2008, p. 3). Muitos acreditam que esse regime foi inaugurado no final do século XVIII e início do século XIX e então consolidado durante os anos 1970. Antes disso, na era dos reis europeus, estava em vigor uma formação de poder bastante distinta, denominada poder soberano. O poder soberano se definia pelo direito, espetacular e publicamente performado, de matar, de subtrair a vida e, em momentos de generosidade real, de deixar viver. Era um regime de polegares soberanos, para cima ou para baixo, encenado sobre corpos humanos –e, às vezes, sobre gatos<sup>2</sup>– torturados, desmembrados, carbonizados e cortados. Era um carnaval de morte. As multidões se reuniam em festividades turbulentas de morte –feiras de rua, jogos de dados–, não em silêncio reverente em torno da santidade da vida. Sua figura, descrita lascivamente na abertura do livro de Michel Foucault, *Vigiar e punir*, era o regicida processado e esquartejado.

Quão diferente esta formação de poder parece em relação a como concebemos o poder legítimo hoje, ao que demandamos dele e ao que tal poder cria frente a nossas demandas? E quão diferente se parecem as figuras por meio das quais a formação contemporânea de poder constitui seu poder? Não vemos reis e seus súditos ou corpos cortados em pedaços, mas estados e suas populações, indivíduos e sua gestão da saúde, o casal Malthusiano, a mulher

---

<sup>1</sup> Publicados originalmente em *e-flux journal*. “Geontologies: figures and tactics” (issue #78, December 2016) e “Geontologies: the concept and its territories” (issue #81, April 2017). Por sua vez, ambos os textos são excertos do primeiro capítulo do livro homônimo, publicado em 2016 – *Geontologies: a requiem to late liberalism*. Agradecemos tanto à professora Elizabeth A. Povinelli quanto aos editores da *e-flux*, pela autorização de publicação.

<sup>2</sup> Darnton (2014).



histórica, o adulto pervertido e a criança masturbadora.<sup>3</sup> Certamente algumas formações sociais parecem indicar o retorno do poder soberano, tais como os estados securitários estadunidense e europeus e seus centros secretos de detenção criados após o 11 de setembro, o 7/7,<sup>4</sup> o 11-M (o ataque aos trens de Madrid), Charlie Hebdo... Mas estas manifestações de um novo e forte poder soberano estão profundamente insinuadas em operações de biopoder –por meio dos ritmos estocásticos de algoritmos e experimentos específicos na mídia social–, algo que Foucault antecipou em suas aulas sobre segurança, território e população.<sup>5</sup> Será tão espantoso, então, que alguns acreditem que um abismo separa o regime biopolítico contemporâneo da antiga ordem da soberania? Ou que alguns pensem que os poderes disciplinar (com suas figuras de campos, quartéis e escolas e sua regularização da vida) e biopolítico (com suas quatro figuras da sexualidade, seu monitoramento tecnológico do desejo no nível individual e da população e sua normação da vida) dão as costas a esse dispositivo antigo e selvagem de soberania?

Foucault está longe de ter sido o primeiro a notar a transformação na forma e na racionalidade do poder na longa história da Europa Ocidental –e, na medida em que tal racionalidade moldou os destinos a seu alcance imperial e colonial, um poder registrado globalmente. Talvez de modo mais célebre, escrevendo cerca de vinte anos antes de Foucault começar suas aulas sobre o biopoder, Hannah Arendt (2010) lamentava a emergência do “Social” como referente e objetivo da atividade política. Arendt não contrastou a era dos reis e cortes europeus e o foco moderno no corpo social; ao invés disso, contrastou o último à divisão grega clássica entre os domínios público e privado. Para Arendt, o público era o espaço da deliberação política e da ação, formado e definido por sua liberdade e antagonismo ao domínio da necessidade. O público era a exclusão ativa do domínio da necessidade –tudo aquilo relacionado à vida física do corpo– e essa exclusão constituiu o domínio público como tal. Para Arendt, o espaço da necessidade começou a vazar no público durante os séculos XVIII e XIX, criando uma nova topologia do público e do privado. Ela nomeou esse novo espaço como “o Social”. Ao invés de excluir as necessidades corporais, vontades e desejos do pensamento político, o estado liberal “Social” os adotou. Desde então, o estado liberal granjeia legitimidade ao demonstrar que antecipa, protege e aprimora as necessidades biológicas e psicológicas, vontades e desejos de seus cidadãos.

Se Foucault não deu a primeira palavra no assunto da biopolítica, ele tampouco foi o último. Por mais despreocupado que seu famoso chiste de que este século seria deleuziano tenha sido, ele sem dúvida teria ficado satisfeito em notar o bom combate travado pelo conceito de biopolítica, dando origem a numerosos neologismos (biopoder, biopolítica, tanatopolítica, necropolítica, formas positivas e negativas de biopoder, neuropolítica) e se espalhando pela antropologia, estudos culturais e literários, teoria política, filosofia crítica e história. Jacques Derrida e Donna Haraway explorariam o conceito de auto-imunidade da perspectiva da biopolítica.<sup>6</sup> Giorgio Agamben (2002) colocaria Arendt e Foucault em diálogo para remeter as origens da emergência da biopolítica às leis gregas e romanas. Roberto Esposito contraporía as leituras negativas de Agamben ao argumentar que uma forma positiva de biopolítica podia ser encontrada em leituras inovadoras de Martin Heidegger,

---

<sup>3</sup> Ver, a este respeito, Elizabeth Povinelli, “As quatro figuras da sexualidade no colonialismo de povoamento”, **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 41, p. 11-18, jul./dez. 2013. [N. da T].

<sup>4</sup> Referência aos ataques na rede de metrô de Londres, em 7 de julho de 2005 (N. da T.).

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Joseph Masco (2014).

<sup>6</sup> Ver Jacques Derrida (2020) e Donna Haraway (1989).

Georges Canguilhem e Baruch Spinoza.<sup>7</sup> O conceito de biopolítica foucaultiano também foi atacado com acusações de provincianismo narcisista.<sup>8</sup> Tal provincianismo se torna aparente quando a biopolítica é lida a partir de uma história global distinta –quando a biopolítica ganha uma geografia social diferente. Dessa forma, muitos autores ao redor do Sul Global insistiram que é impossível escrever uma história da biopolítica que começa e termina na história europeia mesmo quando a Europa ocidental é o quadro de referência. Achille Mbembe, por exemplo, argumentou que as expressões sádicas no nazismo alemão estão genealógicamente relacionadas aos sadismos do colonialismo europeu. No espaço colonial, “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2016, p. 6) foi o experimento precursor dos campos de extermínio na Europa.<sup>9</sup> E antes de Mbembe, W. E. B. Du Bois observou que as origens materiais e discursivas do monumentalismo europeu, como os bulevares brilhantes de Bruxelas, podiam ser encontradas no regime colonial brutal do Congo.<sup>10</sup> Essa genealogia global, tanto da extração quanto da produção da materialidade e da vida, levou Rosi Braidotti a concluir, [citando Mbembe] que “O biopoder e a necropolítica são dois lados da mesma moeda” (2007).

Mas os conceitos de biopolítica, positivo ou negativo, ou necropolítica, colonial ou pós-colonial, são parte da formação de poder por meio da qual o liberalismo tardio opera hoje – ou tem operado? Se, parafraseando Gilles Deleuze, conceitos produzem o entendimento daquilo que está a nossa volta, mas não em nosso campo de visão, a biopolítica ainda reúne sob suas asas conceituais o que precisa ser pensado, quando se trata de compreender o liberalismo tardio contemporâneo?<sup>11</sup> Estivemos tão em transe pela imagem do poder que atua por meio da vida que não percebemos os novos problemas, figuras, estratégias e conceitos que emergem à nossa volta, sugerindo outra formação do poder tardo-liberal –ou a revelação de uma formação que é fundamental para, mas ocultada pelo conceito de biopoder? Estivemos tão focados em explorar toda e cada rugosidade nas dobras do biopoder –biossegurança, bio-espectralidade, tanatopolítica– que nos esquecemos de notar que as figuras do biopoder (a mulher histórica, o casal Malthusiano, o adulto perverso e a criança masturbadora; os campos e quartéis, o panóptico e o confinamento solitário), que foram tão centrais para nossa compreensão do poder contemporâneo, hoje não parecem tão decisivos, e foram atravessados por ou deram lugar a novas figuras: o Deserto, o Animalista e o Vírus? E o retorno à soberania é nossa única opção para compreender o poder tardo-liberal? Este texto busca elaborar como nossa lealdade ao conceito de biopoder está ocultando e revelando outra problemática –uma formação que, no desejo de um termo melhor, estou chamando de *poder geontológico* ou *geontopoder*.

Então deixem-me dizer algumas palavras sobre o que quero dizer com poder geontológico ou geontopoder, ainda que seu escopo e importância possam ser conhecidos apenas nos mundos imanentes em que ele continua a ser feito e refeito –este texto se compromete com um destes mundos. O modo mais simples de esboçar a diferença entre geontopoder e biopoder é que o primeiro não opera por meio do governo da vida e das táticas da morte,

<sup>7</sup> Esposito (2010) e Campbell (2011).

<sup>8</sup> Ver, para efeito de comparação, Chakrabarty (2007).

<sup>9</sup> Ver também Rosi Braidotti (2007).

<sup>10</sup> Lewis (2000, especialmente p. 394-96).

<sup>11</sup> Compreendo “conceito” no sentido amplo com que Deleuze e William James abordaram o trabalho da “conceituação”, especificamente para atualizar uma série de quase-eventos em um umbral. Ver William James (1995); Gilles Deleuze and Félix Guattari (1996) e Isabelle Stengers (s/d).

mas, ao contrário, consiste em um conjunto de discursos, afetos e táticas utilizadas no liberalismo tardio para manter e moldar as relações vindouras da distinção entre Vida e Não-Vida.<sup>12</sup> Este texto argumenta que, à medida que a ordem estável das divisões previamente estabelecidas entre Vida e Não-Vida estremece, novas figuras, táticas e discursos do poder estão deslocando o quarteto biopolítico. Mas por que utilizar tais termos em detrimento de outros? Por que não usar poder meteorológico, que poderia fazer referência mais direta ao conceito de mudança climática? Por que não cunhar o termo cacofônico “gexistente”, dado que ao longo de meu trabalho utilizo o termo “existente” para me referir ao que poderia ser descrito em outros contextos como vida, coisa, organismo e ser? Gexistência não poderia melhor semantizar minha reivindicação, elaborada a seguir, de que as ontologias ocidentais são bio-ontologias encobertas –metafísicas ocidentais como medida de todas as formas de existência a partir das qualidades de uma forma de existência (*bios, zoê*)– e que a biopolítica depende dessa metafísica ser mantida firmemente em seu lugar? No fim das contas, decidi reter o termo *geontologia* e seus cognatos, tal como *geontopoder*, porque quero intensificar as componentes contrastantes de não-vida (*geos*) e ser (ontologia) que estão em cena na governança tardo-liberal da diferença e dos mercados. Portanto, geontologia visa sublinhar, de um lado, a delimitação da existência bio-ontológica (para caracterizar todas as existências como revestidas das qualidades associadas à Vida). E, de outro lado, visa destacar a dificuldade de encontrar uma linguagem crítica para o momento em que uma forma de poder, por muito tempo auto evidente em certos regimes do liberalismo tardio colonial, está se tornando visível globalmente.

Deixem-me enfatizar este último ponto. Geontopoder não é um poder que está emergindo agora para substituir a biopolítica –o biopoder (governo por meio da vida e da morte) tem dependido longamente de um geontopoder pressuposto (a diferença entre o animado e o inerte). E, de modo semelhante à como a necropolítica operou abertamente na África colonial apenas para, mais tarde, revelar sua forma na Europa, o geontopoder tem operado há muito tempo abertamente no liberalismo tardio colonial e tem se insinuado nas operações ordinárias de seu governo da diferença e dos mercados. A atribuição a muitos povos coloniais da inabilidade em diferenciar o tipo de coisas que têm agência, subjetividade e intencionalidade que emergem com a vida tem sido base para inscrevê-los em uma mentalidade pré-moderna e uma diferença pós-reconhecimento. O objetivo dos conceitos de geontologia e geontopoder não é encontrar uma nova ontologia dos objetos ou estabelecer uma nova metafísica do poder ou, ainda, ajuizar a possibilidade ou impossibilidade da habilidade humana de conhecer a verdade sobre o mundo das coisas. Ao invés disso, são conceitos que pretendem ajudar a tornar visíveis as figuras táticas do liberalismo tardio enquanto a orientação e distribuição duradoras do poder biontológico se esfacelam, perdendo sua eficácia como pano de fundo auto evidente para o raciocínio. E, mais especificamente, os conceitos pretendem iluminar o espaço exíguo no qual meus colegas indígenas são forçados a manobrar enquanto tentam manter relevantes suas práticas de análise crítica e de existência.<sup>13</sup> Em suma, geontopoder não é primeiro um conceito e depois

---

<sup>12</sup> Portanto, os conceitos de geontologia (ser Não-Vivo) e geontopoder (o poder do e sobre os seres Não-Vivos) têm por intenção indicar a fase atual de pensamento e práticas que definem o liberalismo tardio –uma fase que que está, simultaneamente, reconsolidando tal distinção e testemunhando seu desmantelamento.

<sup>13</sup> Argumentarei que parte crucial do que está constituindo este espaço exíguo é uma homologia entre a vida natural e a vida crítica como técnicas, vocabulários e meios afetivos para criar formas de existência –uma homologia marcada entre o drama da vida natural do nascimento, crescimento, reprodução e morte, e o drama dos eventos da vida crítica, *conatus*, *affectus* e finitude. Tal exiguidade não está acontecendo em abstrato, mas por meio de modos liberais tardios de governo da diferença e dos mercados.

uma aplicação aos mundos de meus amigos, mas um conceito que emerge de como a governança tardo-liberal se parece a partir de tal espaço exíguo.

Para começar a entender o trabalho do conceito de geontopoder em relação ao biopoder, deixem-me retornar às três formações de poder [examinadas por] Foucault e introduzir duas questões simples, para as quais as respostas podem parecer ter sido há muito estabelecidas. Primeira: as relações de poder entre poder soberano, poder disciplinar e biopoder são de implicação, distinção, determinação ou associação? Segunda: Foucault tinha por intenção que esses modos de poder fossem periodizações históricas, metafísicas do poder quase transcendentais ou variações no interior de um enquadramento histórico e social mais abrangente? Lembremos que, frente a toda nossa certeza contemporânea de que um abismo separa a soberania da disciplina e do biopoder, Foucault estava inseguro sobre se estava vendo um conceito compartilhado atravessando as três formações de poder ou três formações específicas de poder, cada uma delas com sua própria unidade conceitual. Por um lado, ele escreve que o século XVIII assistiu “ao aparecimento –deveríamos dizer, a invenção– de uma nova mecânica do poder, que tem procedimentos particulares, instrumentos totalmente novos, uma aparelhagem muito diferente” (Foucault, 2000, p. 42). E ainda assim Foucault também afirma que as formações de poder não se sucedem como as contas de um rosário. Também não se conformam ao modelo hegeliano de superação [*aufhebung*]; a soberania não se desdobra dialeticamente no poder disciplinar e o poder disciplinar em biopolítica. Ao contrário, as três formações de poder estão sempre co-presentes, ainda que o modo com que estão arranjadas e se expressam com relação umas às outras variem ao longo do tempo e espaço sociais.<sup>14</sup> Por exemplo, o fascismo alemão implementou todas as três formações de poder em seu Holocausto –a figura de Hitler exemplificou o direito do soberano a decidir quem era inimigo ou amigo e, portanto, quem podia ser morto ou estaria autorizado a viver; as câmaras de gás exemplificaram a regularidade do poder disciplinar; e o Ariano exemplificou o governo por meio do imaginário da população e da higiene.

Podemos encontrar exemplos mais recentes. O presidente George W. Bush e seu vice-presidente, Dick Cheney reivindicaram firme e publicamente o direito à morte extrajudicial (um direito também reclamado pelo presidente subsequente). Mas eles não exerceram sua autoridade em festivais públicos em que as vítimas eram apresentadas e esquetejadas, mas em operações especiais secretas, [realizadas por] humanos ou drones, ou em centros escondidos de detenção. E, de modo menos explícito, e por isso potencialmente mais produtivo, novas tecnologias de mídia como o Google e o Facebook mobilizam algoritmos para rastrear tendências de população em decisões individuais, criando novas oportunidades para o capital e novos meios de securitizar a intersecção entre prazer individual e o bem-estar de certas populações, o que Franco Berardi chamou de “semicapitalismo”.<sup>15</sup> Tais táticas e estéticas modernas de poder soberano existem junto com o que Henry Giroux, partindo da obra crucial de Angela Davis sobre o complexo prisional industrial, argumentou que são as características centrais do poder estadunidense: biossegurança com sua panóplia de blocos de encarceramento comuns e formas severas de isolamento.<sup>16</sup> Mas ainda aqui, onde a soberania estadunidense parece manifestar sua vantagem –morte baseada em prisões, sancionada pelo Estado–, as mortes são pesadamente orquestradas com uma estética completamente diferente e uma ordem afetiva distinta em relação à era dos reis. Essa forma

<sup>14</sup> Ver Esposito (2010).

<sup>15</sup> Ver Franco Berardi (2009). Ver também André de Macedo Duarte (2007) e Claire Blencowe (2010).

<sup>16</sup> Henry Giroux (2010, p. 83); Angela Davis (2019). Ver também Ruth Wilson Gilmore (2007) e Masco (2014).

de morte estatal tem testemunhas, mas ao invés de mercados ao ar livre, essas testemunhas se sentam atrás de um vidro, em que uma cortina está discretamente baixada enquanto a vítima é preparada para a morte –ou, se “complicações” ocorrem, [pode ser] rapidamente fechada. A multidão agitada é mantida do lado de fora: aqueles que celebram são mantidos de um lado da barreira policial; aqueles que fazem uma vigília de orações do outro lado. Outros exemplos da co-presença das três formações de poder emergem em lugares menos óbvios –tal como na mudança dos avisos públicos feitos a passageiros em voos se aproximando do solo australiano. Se antes a tripulação anunciava aos passageiros que eles deviam estar cientes das regulações estritas para quarentena de animais e plantas, agora eles anunciam as estritas “leis de biossegurança” do país.

E, no entanto, em relação a esses cruzamentos muito distintos do poder seguimos utilizando a linguagem da soberania, poder disciplinar e biopolítica, como se essas formações fossem independentes umas das outras e da história. É como se, quando adentramos seus fluxos, a correnteza dessas várias formações nos puxasse em diferentes direções. De um lado, cada formação de poder parece expressar uma relação distinta, estética, tática, mesmo quando, de outro lado, somos deixados com um sentimento persistente de que uma matriz conceitual compartilhada sustenta as três – ou, ao menos, o poder soberano de um lado e o poder disciplinar e biopoder de outro. Dificilmente sou a primeira a perceber isto. Alain Badiou nota que, quando Foucault se moveu de uma perspectiva arqueológica para uma abordagem genealógica, “a doutrina dos ‘campos’” começou a substituir uma sequência de “singularidade epistemológicas” de tal modo que Foucault retornou para “o conceito e a filosofia”.<sup>17</sup> Em outras palavras, enquanto Badiou insiste que Foucault não era “nem um filósofo, nem um historiador, nem uma combinação bastarda dos dois”, ele também postula que algo como um conceito metafísico começa a emergir em seu último trabalho, especialmente em seu pensamento sobre a biopolítica e a hermenêutica de si e do outro. Para Badiou, esse conceito foi o poder. E é exatamente aqui que a diferença entre biopolítica e geontopoder é colocada.

Ao invés de poder, proporia que o que reúne as três formações de poder é uma asserção ontológica comum, porém não marcada; nomeadamente, a de que existe uma distinção entre Vida e Não-Vida que faz diferença. Agora, e cada vez mais globalmente, essa alegação é marcada. Por exemplo, a observação banal de que as três formações de poder (soberano, disciplinar e biopoder) funciona “tomando o homem enquanto ser vivo” (*une prise de pouvoir sur l’homme en tant qu’être vivant*) hoje em dia se desloca pelo espaço entre *en tant que* e *tant que*, entre o “na medida em que” e o “enquanto”. Agora é difícil não ouvir esta formulação, antes talvez não tão elaborada, como uma condição epistemológica e ontológica: as três formações operam na medida em que continuemos a conceituar humanos como coisas vivas e enquanto humanos continuarem a existir. Sim, a soberania, a disciplina e o biopoder encenam, estetizam e publicizam os dramas da vida e da morte de modos diferentes. E, sim, começando no século XVIII, as ciências antropológicas e físicas vieram a conceituar humanos como espécie única, sujeita à uma lei natural que governa a vida e a morte dos indivíduos e da espécie. E, sim, tais novos discursos abriram uma nova relação entre o modo com que a lei soberana organiza seus poderes sobre a vida e a morte e a maneira pela qual a biopolítica o faz. E, sim, a fórmula síntese de Foucault dessa transformação como uma forma de inversão do direito de morrer e deixar viver para o poder de fazer viver e deixar morrer deveria ser modificada à luz do fato de que os estados contemporâneos fazem viver, deixam morrer e matam. E, sim, todos os tipos de liberalismos parecem evidenciar uma marca biopolítica, do

---

<sup>17</sup> Alain Badiou (2012, p. 87, 93, 97).

colonialismo de povoamento ao liberalismo desenvolvimentista e ao neoliberalismo total.<sup>18</sup> Mas algo está fazendo com que essas afirmações sejam irrevogavelmente lidas e experimentadas por meio de um novo drama, não o drama da vida e da morte, mas uma forma de morte que começa e termina na Não-Vida –nomeadamente a extinção dos humanos, da vida biológica e, como é frequentemente colocado, do próprio planeta– o que nos leva a um tempo antes da vida e da morte de indivíduos e espécies, um tempo do *geos*, desalmado. A alteração da frase “na medida em que” agora destaca o *anthropos* como apenas um elemento do cenário mais amplo, não somente da vida animal, mas de toda a Vida, em oposição ao estado original e radical da Não-Vida, a relação vital com o inerte, o extinto em relação com o estéril. Em outras palavras, está cada vez mais claro que o *anthropos* permanece um elemento no cenário da vida apenas na medida em que a Vida pode manter sua distinção com a Morte/Extinção e Não-Vida. Também está claro que as estratégias tardo-liberais de governo da diferença e dos mercados também operam somente na medida em que tais distinções sejam mantidas. E é justamente porque podemos ouvir o “na medida em que” que sabemos que tais bases agora estão visíveis, discutíveis, frágeis e agônicas. É certamente o caso da afirmação “claramente,  $x$  humanos são mais importantes que  $y$  rochas”, que continua sendo feita para persuadir e interromper o discurso político. O que me interessa, porém, é a breve hesitação, a pausa, a tomada de ar que agora pode interromper o assentimento imediato.

Esta é a fórmula que vai se desdobrando: Vida (Vida (nascimento, crescimento, reprodução) *vs.* Morte) *vs.* Não-Vida.

## O conceito e seus territórios

Muitos atribuem o esfacelamento da auto-evidência da distinção entre Vida e Não-Vida ao desafio que a mudança climática introduz, na era geológica do Antropoceno. Desde que Eugene Stoermer cunhou o termo “Antropoceno” e Paul Crutzen o popularizou, o Antropoceno tem significado a marcação de um momento geologicamente definido, quando as forças da existência humana começaram a suplantiar todas as outras formas e forças biológicas, geológicas e meteorológicas, substituindo o Holoceno. Isto é, o Antropoceno marca o momento em que a existência humana se tornou a forma determinante de existência planetária –e uma forma maligna– ao invés do mero fato de que os humanos afetam seu meio. Dificilmente este é um conceito incontroverso. Mesmo aqueles geólogos que o apoiam não concordam a respeito de qual critério deveria ser utilizado para datar seu início. Vários critérios e, portanto, muitas datas, têm sido propostos. Alguns a localizam no início da Revolução Neolítica, quando a agricultura foi inventada e a população humana explodiu. Outros a atribuem à detonação da bomba atômica, um evento que deixou sedimentos radioativos na estratigrafia e contribuiu para consolidar a noção da Terra (Gaia) como algo que poderia ser destruído pela ação humana e para dramatizar a diferença entre Vida como fenômeno planetário e Não-Vida como uma frieza espacial. As reflexões de Hannah Arendt em 1963, sobre o lançamento do Sputnik e a perda do contato “entre o mundo dos sentidos e das aparências e a visão física do mundo” importam aqui; assim como a hipótese Gaia de James Lovelock, publicada dois anos mais tarde, na esteira da fotografia revolucionária

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Scott Lauria Morgenson (2011), Sandro Mezzadra, Julian Reid e Ranabir Samaddar (2013).

“Earthrise”, [durante missão da] Apollo 8, transmitida ao vivo na véspera do Natal, em 1968.<sup>19</sup> Outros, ainda, situam o início do Antropoceno na Revolução Industrial, movida a carvão. Ainda que a frase britânica “como vender carvão para Newcastle”<sup>20</sup> tenha sido registrada pela primeira vez em 1538, lembrando-nos da longa história do uso de carvão na Europa, a Revolução Industrial expandiu massivamente as minas de carvão em Lancashire, Somerset e Northumberland durante o século XVIII, disparando uma imensa bomba de carbono ao lançar inéditas toneladas de hidrocarboneto na atmosfera, resultando em nossa revolução climática atual e, talvez, na sexta grande extinção.<sup>21</sup> Mas a exploração das minas de carvão também descobriu muitos e amplos leitos de fósseis estratificados que contribuíram para incitar a fundação da cronologia geológica contemporânea: a Terra como conjunto de níveis estratificados de ser e tempo. Em outras palavras, o conceito de Antropoceno é tanto um produto das minas de carvão quanto uma análise de sua formação na medida em que os fósseis dessas minas ajudaram a produzir e assegurar a disciplina moderna da geologia e da biologia. Mas mesmo enquanto as minas de carvão contribuíram para criar as disciplinas modernas da biologia e da geologia, a bomba de carvão também é disparada vagarosamente e, então, aparentemente de modo súbito, fez dessas distinções disciplinares diferenças de outro tipo. Da perspectiva do ciclo de carbono planetário, que diferença há entre Vida e Não-Vida? Quais novas combinações e alianças disciplinares são necessárias sob a pressão da mudança climática antropogênica? Mais ainda, se o capital industrial foi a causa da disciplina moderna de geologia e, portanto, a origem secreta da nova era geológica e seus aportes disciplinares, por que não o nomeamos e culpamos, ao invés de fazer isso com os Humanos? De fato, Jason W. Moore sugeriu que o que estamos chamando de Antropoceno seria mais apropriadamente chamado de Capitaloceno –o que estamos realmente testemunhando são as condições materiais dos últimos quinhentos anos de capitalismo.<sup>22</sup> Na reformulação poética de Dennis Dimick, o Antropoceno e a mudança climática não refletem nada, a não ser a dependência do capitalismo industrial em relação ao “sol antigo”.<sup>23</sup> Outros nomes proliferam: *Plantationceno*, *Angloceno*, *Chthuluceno*...

Porque e como vários pesquisadores escolhem um nomenclatura geo-histórica ou se fixam a outro ajuda a iluminar como o geotopoder é sustentando por, e sustenta, a vida natural e a vida crítica, e as formas pelas quais todas as formas específicas de existência, sejam humanas ou outras, estão sendo governadas no liberalismo tardio. Como notam os autores de um recente artigo na *Nature*, mudanças no sistema terrestre são heterogêneas e diacrônicas, difusas e com geografias diferenciais que só aparecem como eventos terrestres instantâneos quando vistos da perspectiva de milhões de anos da compressão estratigráfica.<sup>24</sup> Mas enquanto tais marcadores estratigráficos precisam de “um marcador claro e datável,

<sup>19</sup> Hannah Arendt (1963); James Lovelock (1965). Ver também Elizabeth DeLoughrey (2014).

<sup>20</sup> Newcastle é uma região do Reino Unido cuja economia, nos séculos XVI-XVII se baseava na mineração do carvão, situação que está na origem da expressão idiomática referida pela autora, significando a inutilidade ou a falta de necessidade de uma atividade ou ação quaisquer. Um equivalente possível em português seria “vender areia na praia”. [N. da T.].

<sup>21</sup> Para algumas perspectivas a respeito das profundas conexões entre conhecimento, capital e processos biológicos que ocorreram devidos à descoberta desses fósseis e de combustíveis fósseis, ver Karen Pinkus (2016) e Kathryn Yusoff (2013).

<sup>22</sup> Jason W. Moore (2017).

<sup>23</sup> Joel Achenbach (2010), reportando uma fala de Dennis Dimich, da *National Geographic*, no Fórum Ambiental de Aspen.

<sup>24</sup> Simon L. Lewis e Mark A. Maslin (2015).

documentando uma mudança global que seja reconhecível no registro estratigráfico, em conjunto com estratotipos auxiliares documentando mudanças de longa duração no sistema terrestre”, o Antropoceno apresenta um problema específico na medida em que não pode depender “de sólidos depósitos minerais agregados (‘rocha’) para [o estabelecimento] da fronteira”; é “um horizonte de evento que em grande medida carece de fósseis” e, portanto, precisa encontrar uma base distinta para uma seção e ponto de estratotipo de fronteira global (um GSSP) “para formalizar uma unidade de tempo que se estende até o presente e, portanto, implicitamente inclui uma visão do futuro” (Lewis; Maslin, 2015). Qual é a evidência mais clara, com suporte material e socialmente desinteressada nessa nova era geológica: a camada de carbono deixada pela Revolução Industrial, o CO<sub>2</sub> da mudança climática, a assinatura atômica que se seguiu à bomba nuclear?

Teóricos críticos contemporâneos podem zombar diante da ideia de qualquer um desses marcadores são fatos concretos desinteressados, mas dirão que, de um ângulo específico e importante, a teoria crítica reitera, ao invés de contestar, os desejos chave das ciências naturais. Retomo este ponto em outro espaço. Aqui é útil simplesmente apontar como cada forma de marcar os protagonistas-chave no drama do Antropoceno resulta em um conjunto diferente de problemas e antagonismos éticos, políticos e conceituais, em vez de qualquer um deles escapar do dilema contemporâneo da geontopoder. Por exemplo, do ponto de vista mais literal, o Antropoceno contrasta o ator humano a outros atores biológicos, meteorológicos e geológicos. O Humano emerge como abstração, de um lado, e o mundo Não-Humano de outro. Quando os humanos se tornaram a força dominante no mundo? Tal modo de separar o mundo faz sentido somente do ponto de vista lógico da geologia, uma perspectiva disciplinar que se assenta na lógica de tipos naturais e espécies. De um ponto de vista geológico, o planeta começou sem Vida, com Não-Vida, a partir do que, de algum modo, emergiram espécies de Vida. Tais espécies se desenvolveram até que uma delas ameaçou extinguir não somente sua própria espécie, mas todas elas, devolvendo o planeta à uma ausência de vida original. Em outras palavras, quando a abstração do Humano é elencada como protagonista do Antropoceno, um conjunto específico de personagens ocupa o palco – o Humano, o Não-Humano, o Morto, o Jamais Vivo. Tais personagens encenam um drama específico: o fim dos humanos suscita uma ansiedade a respeito da transformação do planeta azul em vermelho, a Terra se tornando Marte, a menos que Marte acabe por ter vida... Justamente quando as coisas estão se tornando levianas, porém, alguém da plateia geralmente interrompe a peça para lembrar a todos que Vida e Não-Vida e Humano e Não-Humano são abstrações e distrações do fato de que os humanos não criaram este problema. Ao invés disso, um modo específico de sociedade humana o fez, e mesmo aqui, classes, raças e regiões específicas dos humanos. Depois dessa interrupção, o antagonista muda e os protagonistas não são nem humanos e outras forças biológicas, meteorológicas e geológicas, nem Vida e Não-Vida. O antagonismo é entre várias formas de vida-mundo humanos e seus efeitos distintos em determinado mundo.

Mas nenhum dos modos de narrar os protagonistas e antagonistas do geontopoder nos fornece uma solução social ou política clara. Por exemplo, se mantivermos nosso foco no efeito que um modo de sociabilidade humana, digamos, o capitalismo liberal, tem sobre outras formas de vida, deveríamos democratizar a Vida de tal modo que todas as formas de existência tenham algo a dizer no uso presente do planeta? Ou deveriam algumas formas de existência receber o direito a mais votos, ou mais peso na votação, que outros? Tomemos o trabalho recente da antropóloga Anna Tsing (2022), em que ela mobiliza o cogumelo matsutake para defender uma política de bem-estar mais inclusiva; um imaginário político que conceitualiza o bem como um mundo em que humanos e não-humanos prosperam igualmente. E ainda assim tal prosperar é, talvez como deva ser, medido de acordo com pontos de vistas humanos específicos, o que se torna visível quando várias outras espécies



de fungo são considerados –por exemplo, aqueles três fungos que prosperam em viveiros do agronegócio, tais como a Hevea, fungo parasita de raízes: *Rigidoporus lignosus* e *Phellinus noxius*. Posso não desejar que o capitalismo de *Plantation* sobreviva, mas o *R. lignosus* e o *P. noxius* certamente sim. O *P. noxius* não é nocivo do ponto de vista “abstrato” e sim porque pode ser entendido como espécie companheira de uma forma de existência humana específica, o agrocapitalismo. Então vou negar direito de voto a *P. noxius*? Com o que ele terá que concordar e o que terá que ser antes que eu concorde em lhe conceder tal direito? O que mais precisará estar em conformidade com minha regra nessa nova guerra de mundos – aqueles minerais, lagos, partículas de ar e correntes que prosperam em uma formação de mundo, mas não em outro? “Sustentabilidade” pode rapidamente se tornar um chamado a conceber um mundo de (multi)existência complacente a nossos desejos, mesmo enquanto alianças políticas se tornam muito confusas. Afinal de contas, *P. noxius* pode ser o melhor guerreiro de classe que temos hoje. Ele come as condições de sua própria existência e destrói o que o capital proporciona como condição de sua extensão normativa. É verdade que ele come toda uma série de outras formas de existência no processo. Mas luta de classes não é um assunto gentil. Quando nos cansarmos de tentar resolver este problema, podemos trocar nosso telescópio por um binóculo, procurando por modos específicos de existência humana em e através de geografias sociais específicas. Em outras palavras, podemos desistir de encontrar uma regra de ouro para a inclusão universal que evita injustiças locais e nos concentrar em problemas locais. Digamos, no caso deste texto, eu articulo uma aliança com meus amigos indígenas e colegas no Território da Austrália do Norte (NT). Ali podemos perceber que não foram os humanos que exerceram tal força maligna sobre as dimensões meteorológica, geológica e biológica da Terra, mas alguns modos de sociabilidade humana. Portanto, começamos por diferenciar um tipo humano e seus modos de existência de outros. Mas justo aí onde pensamos ter um lugar –estes *versus* os outros– nosso foco deve imediatamente se estender para fora. A natureza global da mudança climática, capital, toxidade e discursividade, imediatamente demanda que olhemos para outro lugar em relação a que estamos. Temos que seguir os fluxos de indústrias tóxicas cujos produtos penetram alimentos, florestas e aquíferos, e visitar as salas de trânsito viral que reúnem espécies por meio do vetor de doenças. Enquanto esticamos o local por sobre esses trânsitos de escoamento, não precisamos escalar até o Humano ou o global, mas não podemos ficar no local. Só podemos ficar *por aqui*.

Em outras palavras, o Antropoceno e seu conceito companheiro de mudança climática não deveriam ser vistos apenas como eventos meteorológicos e geológicos, mas como um conjunto de distúrbios políticos e conceituais que emergiram nos anos 1960 –o movimento ambientalista radical, a oposição indígena à mineração, o conceito de Gaia e de toda a Terra – e tais distúrbios agora estão acelerando o problema de como o liberalismo tardio vai governar as diferenças e os mercados globalmente. Meu objetivo não é julgar quais protagonistas e antagonistas escolher, mas demonstrar como o objeto da preocupação se instalou dentro e através de lutas competitivas pela existência, com implicações para como conceituamos escala, evento, circulação e ser. Não importa como os geólogos terminem por estabelecer a diferença entre Holoceno e Antropoceno, o Antropoceno já teve um impacto dramático na organização do pensamento crítico, cultura política e governo geopolítico ao redor do Sul e do Norte globais. E este impacto conceitual é um dos efeitos e das causas do esfacelamento da distinção auto-evidente entre Vida e Não-Vida, fundamental à biopolítica. Como a geógrafa Kathryn Yusoff (2013) nota, a biopolítica é cada vez mais “subtendida pela geologia”. A possibilidade de que os humanos, ou certas formas de existência humana, sejam forças malignas tão achapantes que a própria Vida encara a extinção planetária, mudou os focos atuais das humanidades e das ciências sociais humanistas, das ciências sociais

quantitativas e das ciências naturais.<sup>25</sup> A emergência de um conceito geológico do Antropoceno e o modelo meteorológico do ciclo do carbono, a emergência de novas ciências sintéticas naturais como a biogeoquímica, a proliferação de novas ontologias de objetos (novos materialistas, materialistas especulativos, realistas especulativos e ontologias orientadas por objetos), todas apontam para a fronteira porosa entre a autonomia da Vida e sua oposição à e diferença em relação à Não-Vida. Tomemos, por exemplo, as humanidades.

Enquanto o futuro da vida humana –ou do modo humano de vida– é colocado sob pressão pelo aquecimento do planeta, a ontologia reemergiu como problema central na filosofia, antropologia, estudos culturais e literários e nos estudos científicos e tecnológicos. Cada vez mais não somente os teóricos críticos não conseguem demonstrar a superioridade do humano em relação a outras formas de vida –daí a ascensão das políticas e teorias pós-humanistas– mas eles também têm dificuldades em manter uma diferença entre todas as formas de Vida e a categoria da Não-Vida que faça a diferença. A teoria crítica tem crescentemente colocado pressão nas distinções ontológicas entre existentes biológicos, geológicos e meteorológicos, e uma crítica pós-humana está abrindo caminho a uma crítica pós-vida, o ser para alianças e o biopoder para o geontopoder. Qual *status* os objetos deveriam ter em várias ontologias ocidentais? Existem objetos, existentes ou apenas ajuntamentos confusos? Tais ajuntamentos confusos também estão animados? Os antropólogos ponderaram sobre tais questões tipicamente filosóficas transformando um interesse antigo em epistemologias e cosmologias culturais e sociais em uma preocupação com ontologias múltiplas.<sup>26</sup> Mas talvez tais disciplinas acadêmicas estejam apenas se juntando a uma conversa iniciada na literatura, tal como em *Ruído branco*, de Don DeLillo e certamente a produção literária de Margaret Atwood, começando com *O conto da Aia* e continuando com sua trilogia *MaddAdão*. Hoje todo um campo de estudos ecoliterários examina as explorações ficcionais, midiáticas e filmicas do mundo pós-extinção por vir.

E isso conduz a meu segundo ponto. À medida que nos tornamos cada vez mais capturados pelas reivindicações concorrentes de naturezas precárias e existências emaranhadas, uma proliferação selvagem de novos modelos conceituais, figuras e táticas está deslocando as figuras e táticas da biopolítica e da necropolítica. Para fins de explicação analítica, agrupo tal proliferação em torno de três figuras: o Deserto, o Animista e o Vírus. Para compreender o *status* dessas três figuras, devemos manter dois aspectos em mente. Primeiro, na medida em que o geontológico passa a ocupar um espaço grande no governo de nosso pensamento, outras formas de existência (outros existentes) não podem ser simplesmente incluídos nos modos com que entendemos as qualidades do ser e da vida, mas precisarão, de um lado, deslocar a divisão entre Vida e Não-Vida como tais e, de outro, se separar das formas de governo tardo-liberais. Dito de outro modo, essas figuras, estáticas e discursos são diagnósticos e sintomas do modo corrente pelo qual o liberalismo tardio governa a diferença e os mercados em diferentes geografias sociais. Portanto, as três figuras do geontopoder não são, de certa perspectiva, diferentes das quatro figuras foucaultianas do biopoder. A mulher histérica (a histerização dos corpos femininos), a criança masturbadora (a pedagogização do sexo infantil), o adulto perverso (a psiquiatrização do prazer perverso) e o casal Malthusiano (a socialização do comportamento reprodutivo): Foucault se importava com essas figuras da sexualidade e do gênero não porque pensava que elas reprimiriam a

---

<sup>25</sup> Para alguns exemplos do deslocamento lento do humano para o não-humano para a não-vida, ver Donna Haraway (1976); Dipesh Chakrabarty (2009); Claire Colebrook (2014); Tom Cohen (2012); Richard Grusin (2015) e Eugene Thacker (2010).

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, Knut Christian Myhre (2015); Henrik Erdman Vigh e David Brehm Sausdal (2014); Martin Holbraad (2007); Marisol de la Cadena (2010) e Philip Descola (2013).

verdade da existência humana, mas porque as entendia como sintomas e diagnóstico de uma formação moderna do poder. Essas quatro figuras eram tanto expressões do biopoder quando janelas para dentro de sua operação. Embora, quando deu suas aulas, reunidas em *Em defesa da sociedade*, Foucault tenha discutido a insurreição dos saberes sujeitados, compreender essas figuras como assujeitadas no sentido liberal do oprimido seria equivocado.<sup>27</sup> O problema não era como essas figuras e formas de vida poderiam ser liberadas da sujeição, mas como compreendê-las enquanto indicações de um mundo possível para além ou diferente em relação à sua própria forma de existência – como compreendê-las como estação intermediária no caminho de emergência em relação a outra coisa. Como a mulher histórica, a criança masturbadora, o casal Malthusiano e o adulto perverso poderiam se transformar em algo distinto do que eram? E como qualquer coisa emergente deles poderia sobreviver às condições de seu nascimento? Como tais coisas poderiam ser investidas de qualidades e características consideradas racionais e convincentes antes de serem aniquiladas como monstrosidades?<sup>28</sup>

Uma abordagem semelhante pode ser assumida em relação ao Deserto, o Animista e o Vírus. Cada uma dessas figuras oferece um mecanismo por meio do qual podemos conceber o que, em dado momento foi pressuposto, mas hoje [reconhecemos] como as arquiteturas oscilantes da governança geontológica. De novo, essas figuras e discursos não escapam da ou respondem à biopolítica. Elas não são sujeitos assujeitados esperando ser liberados. A geontologia não é uma crise da vida (*bios*) e da morte (*thanatos*) no nível da espécie (extinção), ou somente uma crise ente a Vida (*bios*) e Não-Vida (*geos, meteoros*). O geontopoder é um modo de governança do liberalismo tardio. E esse modo está abalado. Além disso, e este é o segundo aspecto, porque o Deserto, o Animista e o Vírus são ferramentas, sintomas, figuras e diagnósticos desse modo de governança tardo-liberal, talvez mais evidentes no tardo-liberalismo colonial do que em outros lugares, eles podem precisar ser deslocados por outras figuras em outros espaços, caso tais figuras sejam mais aparentes ou relevantes ao governo em tais espaços. Mas me parece que, ao menos no liberalismo tardio colonial, a geontologia e suas três figuras se agrupam bem sob a porta entre dada governança e seus outros, tentando bloquear a entrada e a saída e restringir a forma e a expansão de seus cômodos interiores. Ou podemos pensar tais figuras como uma coleção de fantasmas de governo, que existem entre dois mundos no liberalismo tardo-colonial – o mundo em que as oposições interligadas de vida (*bios*) e morte (*thanatos*) e de Vida (*bios*) e Não-Vida (*geos, meteoros*) são sensíveis e dramáticas e o mundo no qual tais invólucros não são mais, ou jamais foram, relevantes, sensíveis ou práticos.

Tomemos o Deserto e seu imaginário central do Carbono. O Deserto engloba discursos, táticas e figuras que restabelecem a distinção entre Vida e Não-Vida. Ele representa todas as coisas percebidas e concebidas como despidas de vida – e, por implicação, todas as coisas que poderiam, com a aplicação correta de conhecimentos tecnológicos ou administração adequada, serem (re)feitas hospitaleiras à vida. Em outras palavras, o Deserto mantém a distinção entre Vida e Não-Vida e dramatiza a possibilidade de que a Vida sempre está ameaçada pelas areias insidiosas e dessecadas da Não-Vida. O Deserto é o espaço em que a vida esteve, agora não está, mas poderia estar se conhecimentos, técnicas e recursos fossem

---

<sup>27</sup> Embora a autora utilize o termo *subjugated* tanto ao falar dos saberes quanto de figuras, optamos pela diferenciação, para marcar uma distinção feita pelo próprio Foucault: “Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. (Foucault, 1995, p. 235). [N. da T.]

<sup>28</sup> Elaborei os pontos acima em Povinelli (2012).

geridos propriamente. O Imaginário do Carbono reside no centro dessa figura e, assim, é a chave para a manutenção do geotopoder. O Imaginário do Carbono abriga a superioridade da Vida em Ser [*Life into Being*] ao transpor conceitos biológicos tais como metabolismo e seus eventos chave –nascimento, crescimento-reprodução, morte– e conceitos ontológicos –acontecimento, *conatus/affectus* e finitude. Claramente, a biologia e a ontologia não operam no mesmo campo discursivo, nem simplesmente se intersectam. Não obstante, o Imaginário do Carbono reforça um ponto de encontro marcado, em que cada uma delas pode intercambiar intensidades conceituais, emoções, assombros, ansiedades, talvez terror, do outro da Vida, nomeadamente o Inerte, o Inanimado, o Estéril. Nesse espaço marcado, o ontológico é revelado como biontológico. O ser sempre esteve dominado pela Vida e pelos desejos da Vida.

Portanto, o Deserto não se refere de nenhum modo literal ao ecossistema que, por falta de água, é hostil à vida. O Deserto é o afeto que motiva a busca por outras instâncias de vida no universo e tecnologias para semear planetas com vida; ele influencia o imaginário contemporâneo sobre os campos de petróleo no Norte da África; e ele conduz o medo de que todos os lugares em breve serão nada mais do que cenário em um filme de *Mad Max*. O Deserto também é vislumbrado nas duas categorias geológicas do fóssil, na medida em que tanto consideramos que os fósseis já estiveram carregados de vida, que já perderam tal vida, mas também que, como combustível, podem prover as condições para uma forma específica de vida –contemporânea, hipermoderna, do capital informacional– e uma nova forma de morte massiva e extinção completa; e nos apelos para um reparo capital ou tecnológico para a mudança climática antropogênica. Não é surpreendente, portanto, que o Deserto seja a forragem para novos trabalhos teóricos, científicos, literários, artísticos e midiáticos, dos filmes de *Mad Max* à ficção científica de Philip K. Dick, em *O tempo em Marte* e à poética de Juliana Spahr, em *Bem Então Lá Agora* [*Well Then There Now*].

No centro da figura do Animista reside o imaginário do Indígena [*Indigene*]. Enquanto o Deserto intensifica o drama dos constantes perigos da Vida em relação com a Não-Vida, o Animista insiste que a diferença entre Vida e Não-Vida não é um problema porque todas as formas de existência guardam em si uma força vital de ânimo e afeto. Certas populações sociais e históricas são acusadas de sempre ter tido essa visão essencial Animista – tais populações estão majoritariamente localizadas nas colônias de povoamento, mas também incluem globalmente as populações pré-cristãs e pré-Islâmicas, o tema contemporâneo da reciclagem,<sup>29</sup> o novo Paganismo, ciência baseada em atores e estudos tecnológicos e certos modos de retratar e perceber uma variedade de novos sujeitos cognitivos. Por exemplo, o diagnóstico psico-cognitivo de certas formas de autismo e Asperger é passível de ser enquadrado no escopo do Animista. Temple Grandin é uma figura exemplar nesse sentido, não simplesmente por sua orientação a formas de existência não-humanas (vacas), mas também por sua defesa desses conhecimentos alternativos que autorizam uma orientação a formas de existência Não-Vivas. O Animista também tem animado uma variedade de explorações artísticas de modos de agência, subjetividade e congregação não-humanas ou inumanas, como no romance de Laline Paul, *As abelhas* [*The Bees*] e o filme italiano *As quatro voltas* [*Le Quattro Volte*]. O Animista, em outras palavras, são todos que percebem a equivalência entre todas as formas de vida e que podem enxergar vida onde outros veria sua ausência.

A expressão teórica do Animista é melhor desenvolvida nas filosofias críticas contemporâneas do vitalismo. Alguns novos vitalistas enfraqueceram os princípios spinozanos de *conatus* (o que existe, vivo ou não vivo, luta para seguir existindo) e *affectus* (a

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, M. J. Hird, S. Loughheed, K. Rowe e C. Kuyvenhoven (2014).

capacidade de afetar e ser afetado) para estilhaçar a divisão entre Vida e Não-Vida; a despeito de que outros, como John Carriero, tenham insistido que Spinoza aceitou acriticamente que as coisas vivas são “mais avançadas” que as não vivas e que “há mais sobre um gato do que sobre uma rocha”.<sup>30</sup> O [filósofo] pragmático estadunidense Charles Sanders Peirce também tem inspirado uma nova escola vitalista –por exemplo, Brian Massumi há algum tempo tem investigado a semiótica de Peirce como base para estender o afeto a existentes não-vivos.<sup>31</sup> Certamente o interesse no “materialismo vital”, para citar Jane Bennett, não reclama estar interessado na vida por si só. Ao invés disso, pretende compreender a distribuição de quase-agências e atores através de materiais humanos e não-humanos de maneiras que perturbem os conceitos de sujeito, objeto e predicado. E ainda assim, é exatamente aqui que vislumbramos o poder do Imaginário do Carbono – a sutura das formas dominantes no espaço conceitual do liberalismo tardio pelas transposições recíprocas dos conceitos biológicos do nascimento, crescimento-reprodução e morte e os conceitos ontológicos do acontecimento, *conatus/affectus* e finitude. Os novos vitalismos se beneficiam da duradoura e espectral imposição ocidental das qualidades de uma de suas categorias (Vida, *Leben*) sobre as dinâmicas chave de seu conceito de existência (Ser, *Dasein*). Removidas do cercamento da vida, *Leben* e *Dasein* vagueiam livremente como uma forma de vitalidade unívoca. De que modo, ao fazer isso, proibimos o que a Não-Vida está representando de afetar o que quer que seja que obtém um alibi da Vida? Quais são as armadilhas que essa resposta cria para a teoria crítica? Como essa atribuição das qualidades que valorizamos em uma forma de existência a todas as formas de existência reestabelece a hierarquia da vida, de forma aberta ou oculta?<sup>32</sup>

Finalmente, o Vírus e seu imaginário central do Terrorista oferecem um vislumbre de um potencial errante de radicalização do Deserto, do Animista e seus imaginários chave do Carbono e da Indigenidade. O Vírus é a figura para o que procura perturbar os arranjos correntes da Vida e Não-Vida ao reivindicar que é uma diferença que não faz diferença, não porque tudo é vivo, vital e potente, nem porque tudo é inerte, replicante, imóvel, latente e resistente. Porque a divisão entre Vida e Não-Vida não define ou contém o Vírus, ele pode usar e ignorar tal divisão com o único propósito de desviar as energias dos arranjos de existência para se expandir. O Vírus copia, duplica e permanece inativo mesmo se segue continuamente se ajustando a, experimentando com e testando suas circunstâncias. Ele confunde e nivela a diferença entre Vida e Não-Vida enquanto cuidadosamente tira vantagem nos aspectos mais minúsculos de sua diferenciação. Vislumbramos o Vírus sempre que alguém sugere que o tamanho da população precisa ser enfrentado na esteira das mudanças climáticas; que uma montanha glacial de granito recebe de bom-grado os efeitos do ar-condicionado sobre a vida; que humanos são *kudzu*;<sup>33</sup> ou que a extinção humana é desejável e deveria ser acelerada. O Vírus é também o Ebola e o lixão, a infecção bacteriana resistente a remédios cultivada em extensas criações de salmão e aves e o poder nuclear; a pessoa que se parece exatamente como “nós” enquanto planta uma bomba. Talvez de modo mais

<sup>30</sup> John Carriero (2011, p. 74).

<sup>31</sup> Brian Massumi (2016). Ver também Jane Bennett (2010); Arun Saldanha (2013) e Mel Chen (2012).

<sup>32</sup> Por exemplo, recentemente, Elizabeth Grosz buscou situar o conceito de diferença no trabalho de Charles Darwin e, de modo mais amplo, na virada pós-humana contemporânea. Através de uma rica leitura dos escritos de Darwin, Bergson e Deleuze, Grosz esvazia a diferença entre Vida e Não-Vida, orgânico e inorgânico, ao atribuir um “dinamismo limitado” pulsando através de ambos. Ela também diferencia o inorgânico e o orgânico ao elevar uma forma de reprodução orgânica, o dimorfismo sexual, acima de todas as outras com base em sua complexidade; ela é singularmente “dinâmica, aberta, ontologicamente.” (Grosz, 2011, p. 116).

<sup>33</sup> *Kudzu* é uma videira lenhosa, originária da Ásia e ilhas do Pacífico. É considerada espécie invasora em algumas partes do mundo, como nos Estados Unidos da América (N. da T.).

espetacular, o Vírus é a popular figura cultural do zumbi —a Vida convertida em Não-Vida e transformada em uma nova guerra de espécies—, o agressivo morto-vivo em decomposição contra o último reduto de Vida. Assim, a diferença entre o Deserto e o Vírus está relacionada à agência e intencionalidade da Vida e Não-Vida não-humanas. Enquanto o Deserto é um estado inerte acolhendo um conserto tecnológico, o Vírus é um agente antagonista ativo, forjado pelo agrupamento coletivo que é o geontopoder no liberalismo tardio. Na esteira da crise tardo-liberal depois do 11 de setembro, a quebra dos mercados financeiros e a mudança climática antropogênica, o Vírus tem sido associado primariamente ao fundamentalismo islâmico e o movimento ambiental radical. E muito do pensamento crítico se concentrou nas relações entre biopolítica e biossegurança na sequência dessas crises. Mas esse foco na biossegurança obscureceu a reorientação sistêmica da biossegurança em torno da geosegurança e da metereosegurança: os efeitos sociais e ecológicos da mudança climática.<sup>34</sup> Desse modo, o Vírus também é o reconhecimento do outro político interno: ambientalistas residindo nas fronteiras entre ativistas e terroristas através de fronteiras estatais e vigilância interestatal. Mas enquanto, à primeira vista, o Vírus pode parecer uma saída radical ao geontopoder, ser o Vírus é estar sujeito à intensa abjeção e ataques e viver em vizinhança com o Vírus é habitar uma crise existencial.

Como espero que esteja se tornando claro, o Capitalismo tem uma relação única com o Deserto, o Animista e o Vírus na medida em que o Capitalismo percebe as coisas como potenciais para criar lucro; isto significa que nada é inerentemente inerte, tudo é vital do ponto de vista da capitalização e qualquer coisa pode ser transformada em algo mais desde o ângulo inovador certo. De fato, os capitalistas podem ser chamados os mais puros Animistas. Dito isto, o capital industrial depende e, junto com os estados, polícia energeticamente as separações entre formas de existência, de maneira que certos modos de existência possam ser submetidos a diferentes modos de extração. Portanto, mesmo enquanto ativistas e acadêmicos nivelam as relações entre vida animal e entre objetos (incluindo sujeitos humanos), o estado aprova legislações protegendo os direitos de empresas e corporações para usar animais e terras e também criminalizando as táticas de ativismo ecológico e ambiental. Em outras palavras, como o Vírus, que se beneficia mas, em última instância, não está amarrado à diferença entre Vida e Não-Vida, o Capital enxerga todos os modos de existência como se fossem vitais e demanda que nem todas as formas de existência são equivalentes desde a perspectiva da extração de valor.

## Referências

- ACHENBACH, J. “Welcome to the Anthropocene,” **Washington Post**, Aug. 3, 2010.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- AHMED, N. “Pentagon bracing for public dissent over climate and energy *Shocks*,” **The Guardian**, Jun. 14, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2013/jun/14/climate-change-energy-shocks-nsa-prism>.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDT, H. “The conquest of space and the stature of man,” **New Atlantis**, v. 18, n. 43, p. 43-55, 1963.
- BADIOU, A. **The adventure of French philosophy**. London: Verso, 2012.

---

<sup>34</sup> Nafeez Ahmed (2013).

BENNETT, J. “A vitalist stopover on the way to a new materialism”. *In*: COOLE, D. H.; FROST, S. (ed.). **New materialisms: ontology, agency, and politics**. Duke: Duke University Press, 2010. p. 47-69.

BERARDI, F. **Precarious rhapsody: semicapitalism and the pathologies of the post-alpha generation**. New York: Autotopia, 2009.

BLENCOWE, C. Foucault’s and Arendt’s ‘insider view’ of biopolitics: A critique of agamben. **History of the Human Sciences**, v. 23, n. 5, p. 113-30, 2010.

BRAIDOTTI, R. Bio-power and necro-politics: reflections on an ethics of sustainability. **Original em Springerin**, v. 2, n. 7, 2007.

CAMPBELL, T. **Improper life: technology and biopolitics from heidegger to agamben**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2011.

CARRIERO, J. Conatus and Perfection in Spinoza. **Midwest Studies in Philosophy**, n. 35, p. 69-92, 2011.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

CHAKRABARTY, D. The climate of history: four theses. **Critical Inquiry**, n. 35, p. 197-222, 2009.

CHEN, M. **Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect**. Durham: Duke University Press, 2012.

COHEN, T. “Introduction”. *In*: COHEN, T. (ed.). **Telemorphosis: theory in the era of climate change**. Ann Arbor: Open Humanities Press; Michigan Publishing, 2012. p. 13-42.

COLEBROOK, C. **Death of the posthuman: essays on extinction**. v. 1. Ann Arbor: Open Humanities Press; Michigan Publishing, 2014.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DAVIS, A. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 334-70, 2010.

DELEUZE, G.; FÉLIX, G. **What is philosophy?** New York: Columbia University Press, 1996.

DELOUGHREY, E. Satellite Planetarity and the ends of the earth. **Public Culture**, v. 26, n. 2, p. 257-80, 2014.

DERRIDA, J. **A besta e o soberano**. v. 1. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020. Seminários 2001-2002.

DESCOLA, P. **The ecology of others**. Chicago: Prickly Paradigm, 2013.

DUARTE, A. M. “Hannah Arendt, biopolitics and the problem of violence: from animal laborans to homo sacer”. *In*: STONE, D.; KING, R. (ed.) **Hannah Arendt and the uses of history: imperialism, nation, race and genocide**. London: Berghahn, 2008. p. 191-204.

ESPOSITO, R. **Bios: biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Curso no Collège de France (1975-1976).

- FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (ed.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- GILMORE, R. W. **Golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California**. Berkeley: University of California Press, 2007.
- GIROUX, H. **Youth in a suspect society: democracy or disposability**. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- GROSZ, E. **Becoming undone: darwinian reflections on life, politics, and art**. Durham: Duke University Press, 2011.
- GRUSIN, R. (ed.). **The nonhuman turn**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- HARAWAY, D. **Crystals, fabrics, and fields: metaphors of organicism in twentieth-century developmental biology**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- HARAWAY, D. The biopolitics of postmodern bodies: determinations of self in Immune System discourse. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 1, n. 1, p. 3-43, 1989.
- HIRD, M. J.; LOUGHEED, S.; ROWE, K.; KUYVENHOVEN, C. Making waste management public (or falling back to sleep). **Social Studies of Science**, v. 44, n. 3, p. 441-465, 2014.
- HOLBRAAD, M. “The power of powder: multiplicity and motion in the divinatory cosmology of Cuban Ifá (or Mana Again)”. *In*: HENARE, A.; HOLBRAAD, M. (ed.). **Thinking through things: theorising artefacts ethnographically**. London: Routledge, 2007. p. 189-225.
- JAMES, W. **Pragmatism**. New York: Dover, 1995.
- LEWIS, D. L. W. E. B. **Du Bois: the fight for equality and the American century 1919-1963**. New York: Henry Holt, 2000.
- LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene, **Nature**, n. 519, p. 171-80, 2015.
- LOVELOCK, J. A Physical Basis for Life Detection Experiments, **Nature**, v. 207, n. 7, p. 568-70, 1965.
- MASCO, J. **The theater of operations: national security affect from the cold war to the war on terror**. Durham: Duke University Press, 2014.
- MASSUMI, B. **Ontopower: war, powers, and the state of perception**. Durham: Duke University Press, 2016.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica, **Arte & Ensaios**, n. 32, p.1 23-151, dez. 2016.
- MEZZADRA, S.; REID, J.; SAMADDAR, R. **The biopolitics of development: reading Michel Foucault in the postcolonial present**. New York: Springer, 2013.
- MOORE, J. W. The capitalocene, Part 1: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>
- MORGENSON, S. L. The biopolitics of settler colonialism: right here, right now. **Settler Colonial Studies**, v. 1, n. 1, p. 52-76, 2011.
- MYHRE, K. C. What the beer shows: exploring ritual and ontology in Kilimanjaro. **American Ethnologist**, v. 42, n. 1, p. 97-115, 2015.
- PINKUS, K. “Humans and fuels, *Bios and Zoê*”. *In*: FORD, T.; BRISTOW, T. (ed.). **A cultural history of climate change**. London: Routledge, 2016. p. 128-137.



POVINELLI, E. As quatro figuras da sexualidade no colonialismo de povoamento. **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 11-18, jul./dez. 2013.

POVINELLI, E. The will to be otherwise / The effort of endurance. **South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 3, p. 453-75, 2012.

SALDANHA, A. **Sexual difference**: between psychoanalysis and vitalism. London: Routledge, 2013.

STENGERS, Isabelle. "Gilles Deleuze's last message". [S. l.: s. n., s/d]. Disponível em: <http://www.recalcitrance.com/deleuzelast.htm>.

THACKER, E. **After life**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

TSING, A. L. **O cogumelo do fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1, 2022.

VIGH, H. E.; SAUSDAL, D. B. From essence back to existence: anthropology beyond the ontological turn. **Anthropological Theory**, v. 14, n. 1, p. 49-73, 2014.

YUSOFF, K. Geologic life: prehistory, climate, futures in the anthropocene. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 31, n. 5, p. 779-95, 2013.

Tradução: Fabiana A. A. Jardim

## Sobre os autores e as autoras

**Anabel Pavone** es Profesora en Ciencias Antropológicas, orientación Sociocultural por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Doctoranda en Ciencias Sociales del Instituto de Desarrollo Económico y Social y la Universidad Nacional de General Sarmiento. Becaria doctoral del CONICET, Argentina.

**Camila Victoria Bentivoglio** es estudiante de la Licenciatura en Economía industrial de la Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina.

**Claudia Maliverni** é pesquisadora do Instituto de Saúde do Estado de São Paulo. Doutora (2016) e mestre (2011) em ciências pela Faculdade de Saúde Pública - USP; graduada em comunicação social pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas Alcântara Machado (1989), habilitação em jornalismo.

**Colin Gordon** é Mestre em Filosofia (Universidade de Oxford). Desde o final dos anos 1970, escreve a respeito, edita e traduz trabalhos de Michel Foucault e autores a ele relacionados. Editou o volume *Power/Knowledge* (1980), foi um dos editores do volume *The Foucault effect* (1991) e foi o responsável pela introdução e seleção de conteúdo de *Essential Writing*, v.3 – Power (2001). Em português, tem dois capítulos publicados no livro *Max Weber e Michel Foucault: paralelas e intersecções* (2018) e a entrevista “Breve genealogia dos estudos da governamentalidade: o efeito Foucault e seus desdobramentos” (2013).

**Diego Szlechter** es Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de General Sarmiento – Instituto de Desarrollo Económico y Social. Investigador independiente del CONICET. Investigador Docente del Instituto de Industria de la Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina.

**Juan Felipe García Arboleda** es Abogado de la Pontificia Universidad Javeriana (Colombia), Magister en Urbanismo de la Universidad Nacional de Colombia, Doctor en Antropología de la Universidad de Los Andes (Colombia). Actualmente es el Director del Departamento de Filosofía e Historia del Derecho de la Facultad de Ciencias Jurídicas de la Pontificia Universidad Javeriana (Colombia).

**Leny Sato** é psicóloga, Doutora e Livre-Docente em Psicologia Social, Professora Titular Senior do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo.

**Edson Miagusko** é sociólogo, doutor em Ciências Sociais (USP), professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), pesquisador do Observatório Fluminense (UFRRJ) e do Distúrbio (UERJ).

**Elizabeth A. Povinelli** é Professora da cadeira Franz Boas de Antropologia e Estudos de Gênero na Universidade de Columbia. Ela também é *Corresponding Fellow* da Academia Australiana de Humanidades e membro fundadora do *Karrabing Film Collective*. Seu trabalho

acadêmico tem por foco o desenvolvimento de uma teoria crítica do liberalismo tardio de povoamento e seus efeitos, elaborados ao longo de oito livros e numerosos ensaios.

**Fabiana A. A. Jardim** é socióloga, Doutora em Ciências Sociais (USP), professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Universidade de São Paulo, Brasil).

**Flávia M. Uchôa de Oliveira** é Professora Adjunta no Departamento de Administração e colaboradora permanente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

**Jacqueline I. M. Brigagão** é graduada em Psicologia (UFU), Doutora em Psicologia (USP) e Livre-Docente (EACH-USP). Professora do curso de Obstetrícia da EACH-USP e Orientadora de mestrado do Programa de Psicologia da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo.

**Maria Julia Acosta Casco** es socióloga, Doctora en Sociología (Udelar). Profesora Adjunta del Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguay.

**Mariana Prioli Cordeiro** é psicóloga, Doutora em Psicologia Social (PUC-SP), professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Universidade de São Paulo).

**Mariela Quiñones Montoro** es socióloga, Doctora en Sociología (UAB) con especialidad en Sociología del Trabajo, Profesora Titular en régimen de dedicación total de la Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de la República, Uruguay).

**Oswaldo Battistini** es sociólogo, Doctor en Sociología Paris Est Marne-la-Vallée (Francia) y Doctor en Ciencias Sociales (UBA), Investigador CONICET y Investigador Docente Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS).

**Oswaldo López-Ruiz** é sociólogo, Doutor em Ciências Sociais (Unicamp), pesquisador do Instituto de Ciências Humanas, Sociais e Ambientais - INCIHUSA-CONICET, professor do Programa de Doutorado em Ciências Sociais (Universidad Nacional de Cuyo - Mendoza, Argentina).

**Pablo Méndez** é politólogo, Doutor em Filosofia (Universidad Nacional de Lanús), pesquisador do Comisión Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), professor de Ética e Ciência Política e pesquisador do Instituto de Cultura y Comunicación da UNLa.

Este livro utilizou as fontes tipográficas HP Simplified e Garamond e a edição foi concluída em fevereiro de 2024, em São Paulo – SP, Brasil.

